

ISSN 0102-700-X

# ACERVO

REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL

VOLUME 26 • NÚMERO • 02 • JUL/DEZ • 2013

Ar  
qui  
vos

B  
BIBLIOTECAS  
&  
MUSEUS

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



ARQUIVO NACIONAL

Ministério da Justiça  
Arquivo Nacional

# ACERVO

Revista do Arquivo Nacional

© 2013 Arquivo Nacional  
Praça da República, 173  
CEP 20211-350 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil  
Tel. (21) 2179-1341  
Email: revista.acervo@arquivonacional.gov.br

Criada em 1986, a revista *Acervo*, periódico institucional do Arquivo Nacional publicado semestralmente, tem por objetivo divulgar a pesquisa e a produção científica nas áreas de ciências humanas e sociais, privilegiando uma abordagem arquivística. A *Acervo* publica somente trabalhos inéditos no Brasil sob a forma de artigos e resenhas.

#### **Presidenta da República**

Dilma Rousseff

#### **Ministro da Justiça**

José Eduardo Cardozo

#### **Diretor-Geral do Arquivo Nacional**

Jaime Antunes da Silva

#### **Editores do Dossiê**

Cícero Antônio Fonseca de Almeida e  
Vitor Manoel M. da Fonseca

#### **Comissão Editorial**

Ana Celeste Indolfo, Dilma Cabral, Inez Stampa,  
Maria do Carmo T. Rainho e Vitor Manoel M. da Fonseca  
(presidente)

#### **Editor Executivo**

José Claudio Mattar

#### **Editor de Texto**

José Claudio Mattar e Alba Gisele Gouget

#### **Revisão**

José Claudio Mattar

#### **Revisão de Inglês**

Courtney Ivins Price e João M. E. M. da Fonseca

#### **Projeto Gráfico**

Judith Vieira e Alzira Reis

#### **Diagramação e Capa**

Judith Vieira e Alzira Reis

#### **Conselho Editorial**

Ana Canas Delgado Martins, Arquivo Histórico Ultramarino, Portugal

Ana Maria de Almeida Camargo, Arquivo Histórico Ultramarino, Portugal

Beatriz Teixeira Weber, Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

Célia Maria Leite Costa, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, MG, Brasil

Caio César Boschi, Museu da Imagem e do Som, RJ, Brasil

Francisco José C. Falcon, Universidade Salgado Oliveira, RJ, Brasil

Georgete Medleg Rodrigues, de Brasília, DF, Brasil

Heloísa Liberalli Bellotto, de São Paulo, SP, Brasil

Ilmar Rohloff de Mattos, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, RJ

Ismênia de Lima Martins, Universidade Federal Fluminense, RJ, Brasil

James Green, Brown University, Estados Unidos da América

José Bernal R. Fernández, Universidade da Costa Rica, Costa Rica

Luciana Duranti, Universidade British Columbia, Canadá

Luciana Quillet Heymann, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, RJ, Brasil

Márcia Regina R. Chuva, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), RJ, Brasil

Margarida de Souza Neves, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Maria Cândida D. Mendes Barros, Universidade Federal do Pará, PA, Brasil

Maria Efigênia Lage de Resende, Universidade Federal de Minas Gerais, MG, Brasil

Maria Hilda B. Paraíso, Universidade Federal da Bahia, BA, Brasil

Michael Cook, Universidade de Liverpool, Reino Unido

Norma Cortês Gouveia de Melo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Paulo Knauss de Mendonça, Universidade Federal Fluminense, RJ, Brasil

Rosa Inês de Novais Cordeiro, Universidade Federal Fluminense, RJ, Brasil

Sidney Chalhoub, Universidade Estadual de Campinas, SP, Brasil

Tânia Maria T. Bessone da Cruz Ferreira, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Ulpiano Toledo B. de Menezes, Universidade de São Paulo, SP, Brasil

---

ACERVO: REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL. –  
v. 26 n. 2 (JUL./DEZ. 2013). – RIO DE JANEIRO:  
ARQUIVO NACIONAL, 2013.  
v. 26; 24 cm

SEMESTRAL

CADA NÚMERO POSSUI UM TEMA DISTINTO

ISSN 0102-700-X

1. ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E MUSEUS – BRASIL

I. ARQUIVO NACIONAL

CDD 981

---

## SUMÁRIO

### | APRESENTAÇÃO

### | ENTREVISTA COM CELINA VARGAS DO AMARAL PEIXOTO 7

### | DOSSIÊ TEMÁTICO

As matrizes francesas e origens comuns no Brasil dos cursos de formação em arquivologia, biblioteconomia e museologia <a href="#">Ivan Coelho de Sá</a>	31
Uma trajetória interrompida O Arquivo Nacional na legislação republicana, 1889-1937 <a href="#">Renato Pinto Venancio</a>	59
Lydia Sambaquy e a Biblioteca do Dasp Contribuições para a constituição do campo biblioteconômico no Brasil <a href="#">Nancy Elizabeth Oddone</a>	77
Criando “Cordeiros”: ajudando-os a crescer <a href="#">Michael J. Fox</a>	92
Para um modelo conceitual internacional de descrição arquivística <a href="#">Gretchen Gueguen</a> <a href="#">Vitor Manoel Marques da Fonseca</a> <a href="#">Daniel V. Pitti</a> <a href="#">Claire Sibille-de Grimoüard</a>	100
El patrimonio documental iberoamericano y el Programa Memoria del mundo de Unesco, una mirada histórica <a href="#">Rosa María Fernández de Zamora</a>	117
<i>A função educativa dos museus</i> de Bertha Lutz Uma peça (quase) esquecida do quebra-cabeça da museologia no Brasil <a href="#">Cícero Antônio Fonseca de Almeida</a>	123
Possibilidades combinatórias da condução da leitura em uma biblioteca José Maria Dantas Pereira e o “Catálogo Sistemático da Biblioteca da Companhia dos Guardas-Marinhas” <a href="#">Claudio DeNipoti</a>	133
Um museu desaparecido do século XIX Uma discussão acerca do Museu Agrícola e Industrial do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (1871-1886) <a href="#">Janaina Lacerda Furtado</a>	146

Arquivos privados e interesse público Caminhos da patrimonialização documental <a href="#">Talita dos Santos Molina</a>	160
Em busca de uma cultura científica Breve panorama da produção científica arquivística docente nos cursos de arquivologia, 2008-2012 <a href="#">Leandro Coelho Aguiar</a>	175
<b>  ARTIGOS LIVRES</b>	
Interoperabilidad de la información en el gobierno electrónico <a href="#">Silvana Temesio</a>	189
O Arquivo Nacional de Ciência e Tecnologia Política e organização da ciência em Portugal <a href="#">Maria Fernanda Fernandes Garcia Rollo</a> <a href="#">Madalena Teotónio Pereira Bourbon Ribeiro</a> <a href="#">Paula Cristina Veloso Meireles</a>	207
As bibliotecas públicas no império luso-brasileiro Lisboa e Rio de Janeiro <a href="#">Juliana Gesuelli Meirelles</a>	220
Maços, latas e softwares O Arquivo Público do Estado de São Paulo e suas reconfigurações <a href="#">Marcelo Quintanilha Martins</a>	231
Memória do Arquivo Público do Estado da Bahia, 1890-1984 <a href="#">Maria Teresa Navarro de Britto Matos</a> <a href="#">Rita de Cássia Santana de Carvalho Rosado</a>	243
Sírios e libaneses e a expulsão de estrangeiros na Primeira República <a href="#">Julio Bittencourt Francisco</a> <a href="#">Sérgio Lamarão</a>	256
<b>  RESENHA</b>	
De Lázarus e morféticos Trajetórias da lepra no Brasil <a href="#">Marcos Castro Carvalho</a>	267
<b>  DOCUMENTO</b>	
Alguns aspectos do desenvolvimento arquivístico a partir da Revolução Francesa <a href="#">Ernst Posner</a>	273

## APRESENTAÇÃO

A constituição dos campos disciplinares da arquivologia, da biblioteconomia e da museologia no Brasil, que já ocorria desde o início do século XIX, foi resultado, a partir das três primeiras décadas do século XX, de ações pontuais e específicas, ancoradas principalmente na carência de formação especializada em algumas das instituições tradicionais nesses campos, respectivamente o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional e o Museu Histórico Nacional. Podemos entender este movimento como reflexo de um padrão europeu implantado ainda no século XIX, cujo objetivo fundamental também estava na especialização dos quadros técnicos existentes nas principais instituições detentoras de coleções, num momento em que a afirmação do conceito de patrimônio nacional servia de pano de fundo das iniciativas que se tornavam, dessa maneira, estratégicas.

Ao longo da primeira metade do século XX, esses campos disciplinares não passavam de um conjunto ordenado de conhecimentos técnicos aplicados, visando consolidar, de uma forma geral, um sistema de identificação e de classificação de conjuntos documentais e de coleções artísticas e/ou históricas existentes nos principais arquivos, bibliotecas e museus. Foi a partir da segunda metade do século XX que esses campos começaram uma nova “problematização” de seus objetos de atuação. O diálogo que já existia entre eles, começou a se ampliar, assim como o reconhecimento da natureza interdisciplinar implícita, acompanhado de uma intensa busca de bases teóricas referenciais.

Passados mais de cem anos das primeiras experiências de consolidação dessas bases no Brasil, torna-se um imperativo a compreensão dos vários processos que contribuíram para o cenário contemporâneo da arquivologia, biblioteconomia e museologia. Este é o desafio a que se propõe o atual número da Revista *Acervo*, com a contribuição de especialistas brasileiros e estrangeiros.

Nesta revista estão reunidas experiências que lidam diretamente com a formação, que buscam compreender as matrizes que influenciaram essas três áreas do conhecimento, bem como analisar suas trajetórias e produção científica, como no caso dos artigos de Ivan Coelho de Sá, de Nanci Elizabeth Oddone e de Leandro Coelho Aguiar. Também buscando desvelar a questão da formação, mas em período anterior à criação dos primeiros cursos, Claudio DeNipoti resgata um importante texto de referência, o “Catálogo Sistemático da Biblioteca da Companhia dos Guardas-Marinhas” de José Maria Dantas Pereira.

As trajetórias de cinco instituições e suas relações com o desenvolvimento do campo teórico são o ponto central dos artigos de Renato Pinto Venancio, das portuguesas Madalena Teotónio Pereira Bourbon Ribeiro, Maria Fernanda Fernandes Garcia Rollo e Paula Cristina Veloso Meireles, de Juliana Gesuelli Meirelles, de Marcelo Quintanilha Martins e de Maria Teresa Navarro de Britto Matos e Rita de Cássia Santana de Carvalho Rosado.

O Grupo de Especialistas em Descrição Arquivística, do Conselho Internacional de Arquivos, apresenta as ações para criação de um modelo conceitual para descrição arquivística, Michael J. Fox traz uma análise do conceito de acesso público integrado às coleções da Minnesota Historical Society, Cícero Antônio F. de Almeida e Janaína Lacerda Furtado analisam experiências no campo dos museus, Rosa María Fernández de Zamora discorre sobre o papel do MoWLaC no reconhecimento do patrimônio documental ibero-americano e Talita dos Santos Molina aborda o tratamento de arquivos privados em instituições de preservação do patrimônio cultural.

Há ainda um trabalho sobre a gestão da informação, da comunicação e da extração de conhecimento no governo eletrônico do Uruguai, de Silvana Temesio, e outro que analisa os processos de expulsão de sírios e libaneses do Brasil, de Julio Bittencourt Francisco e Sérgio Lamarão.

Finalmente, a presente edição traz a resenha de Marcos Castro Carvalho sobre o livro de Dilma Cabral, *Lepra, medicina e políticas de saúde no Brasil (1894-1934)*, reedita o texto de Ernst Posner de 1940, “Alguns aspectos do desenvolvimento arquivístico a partir da Revolução Francesa”, um texto clássico, e apresenta entrevista com Celina Vargas do Amaral Peixoto, fundadora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, e diretora-geral do Arquivo Nacional entre 1980 e 1990.

Com esse amplo leque de temas, abordagens e questões, parece aos editores ser evidente que arquivos, bibliotecas e museus não têm somente origens, objetos, desafios e metas em comum, mas uma história que os liga, no passado, no presente e que necessita ser cada vez mais próxima no futuro.

## ENTREVISTA COM CELINA VARGAS DO AMARAL PEIXOTO

AN INTERVIEW WITH CELINA VARGAS DO AMARAL PEIXOTO

Socióloga com curso de doutorado pela Sorbonne, Celina Vargas do Amaral Peixoto foi fundadora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas e diretora-geral do Arquivo Nacional entre 1980 e 1990.

**Acervo.** *Celina, poderíamos começar com você falando um pouco da sua trajetória anterior ao CPDOC, comentando sobre a sua formação, como você se envolveu com a área de arquivos, com a área de documentos.*

**Celina Vargas.** Eu me formei em sociologia na PUC, em 1966. Fiz curso de mestrado no IUPERJ até 1970 e depois fui para a França e pleiteei o doutorado. Fiz cursos na Sciences Po, Fondation Nationale des Sciences Politiques, e também me inscrevi para fazer o de Paris V, com François Bourricaud. Havia entre os alunos uma informação de que se poderia fazer o doutorado com um ano de cursos e a Science Po exigia pelo menos dois anos. Como eu não sabia quantos anos iria poder ficar fora do Brasil, me inscrevi nos dois cursos.

**Acervo.** *Os jovens, em geral, são muito ambiciosos – dois doutorados.*

**Celina Vargas.** Paralelamente a isso, eu visitava o Arquivo Nacional da França com o objetivo de me informar. Cheguei a fazer um curso com Mme. Suzanne D’Huart, que era a responsável pela área de arquivos privados. Quando fui para a França, já tinha a certeza de que a minha família tinha uma questão a resolver, um destino institucional a ser dado ao acervo Vargas: o acervo de Getúlio Vargas, presidente da República que governou o país por 19 anos e que entregou esta responsabilidade a minha mãe, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, que era a filha com a qual tinha mais afinidade e identidade. Getúlio Vargas entregou em vida a sua biblioteca e o seu arquivo, portanto a sua memória, para que ela guardasse e preservasse. É claro que este assunto era motivo de muita preocupação. Nossa família vivia e convivia com

uma documentação muito rica, livros, filmes, fotos, de um período que, nos anos setenta, durante o regime militar, se queria esquecer. Então, vocês podem imaginar o problema que nós tínhamos para guardar, manter e resolver.

**Acervo.** *Você falou na Alzirinha... O interessante é que a questão do acesso já existia, antes mesmo da documentação ser passada ao CPDOC. Sua mãe dava acesso à documentação...*

**Celina Vargas.** Minha mãe organizou alguns documentos de 1930 a 1945, principalmente a correspondência entre Getúlio e alguns dos homens da Revolução de 1930: Oswaldo Aranha, Flores da Cunha, João Batista Luzardo, João Neves da Fontoura, Maurício Cardoso, entre outros. Ela organizou a correspondência em ordem cronológica, em pastas que ela carregava como se fosse um tesouro. Quando nos mudamos, e eu naquela época tinha um filho pequeno, ela me disse: “eu fico com o seu filho e você vai com o meu filho, o arquivo”, e eu tive que dormir com o arquivo de Getúlio Vargas. Para ela, os documentos de Getúlio Vargas eram a coisa mais preciosa que ela tinha.

**Acervo.** *Mas já se tinha uma perspectiva de que isso era importante e de que as pessoas deveriam ter acesso.*

**Celina Vargas.** Alzira tinha a certeza de que aquela era uma documentação importantíssima para se resgatar a memória de Getúlio Vargas. Estávamos vivendo os anos de 1970, mais precisamente em 1973, em pleno governo Médici. Sempre tivemos a certeza de que a nossa casa poderia ser invadida a qualquer momento. Tivemos experiências muito delicadas, logo após a morte de Getúlio. No período que se sucedeu à sua morte, nos governos conturbados de Café Filho, Carlos Luz e Nereu Ramos na Presidência da República, dormíamos com pessoas com metralhadoras dentro de nossa casa. Os militares queriam tomar o governo em 1954. O suicídio de Getúlio, nesta data, adia, por dez anos, o Golpe Militar de 1964. O suicídio de Getúlio foi um ato pessoal e político muito forte. E nossa família teve que arcar com isso.

**Acervo.** *Então, você começou a visitar o Arquivo Nacional da França...*

**Celina Vargas.** Paralelamente aos cursos de doutorado, comecei a ter aulas com Mme. D’Huart. Depois das aulas, iniciei uma conversa. Expliquei qual era a responsabilidade de nossa família. Eu tinha a consciência de que minha mãe tinha idade (avançada, 56 anos), e, quando eu voltasse, teríamos que tomar uma decisão. E a decisão tinha que ser dela. Mas precisávamos pensar numa solução. Alzira dava acesso aos documentos que ela havia organizado, mas eles representavam uma pequena parcela do acervo completo de Getúlio Vargas. Ainda tinha muito material espalhado na casa de familiares, de amigos, de ex-funcionários do Palácio do Catete, pessoas da confiança de Getúlio. O acervo é tão rico que o diário vai aparecer muitas décadas depois. Alzira dava acesso aos pesquisadores brasileiros e aos chamados “brasilianistas”, na casa dela. Ela abria, entregava, conferia cada uma das pastas. Muitos fizeram pesquisa em nossa casa: Hélio Silva, Luciano Martins, Frank McCann, Stanley Hilton e muitos outros.

**Acervo.** *Não só brasilianistas...*

**Celina Vargas.** O Hélio Silva tinha direitos especiais. Ele foi o principal divulgador dos documentos de Getúlio das pastas organizadas por Alzira. Ela entregava a ele uma pasta de cada vez e quando ele devolvia, recebia a seguinte. Eles tinham uma forte amizade. Lembro-me de uma cena que me marcou. Eram seis pesquisadores trabalhando em sua sala de jantar. Tinham quatro brasilianistas e dois brasileiros. Obviamente, os brasilianistas tinham mais recursos, mais capacidade de chegar até ao acervo Vargas. E os brasileiros estavam sempre em minoria. E tinham menos recursos para trabalhar, para desenvolver as suas pesquisas. O Hélio Silva conseguiu fazer isto com recursos próprios, mas tinha uma vida monástica. O Luciano Martins era professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E os outros brasileiros, como iriam ter acesso ao acervo Vargas? Além da injustiça, pura e simplesmente, havia a necessidade de se pensar na pesquisa em ciências sociais, de dispor de um centro de reflexão sobre a história do Brasil e as ciências sociais no Brasil. Esta era uma preocupação minha, muito forte.

**Acervo.** *É isso que começa a gerar a ideia do CPDOC. Você percebia a necessidade de se utilizar mais fontes para pesquisa, principalmente de arquivos privados?*

**Celina Vargas.** Com certeza. O curso de sociologia da PUC foi um bom curso. Tive professores excelentes: Manoel Maurício, Cândido Mendes, Hélio Jaguaribe, padre Ávila. Eram pensadores, não eram só professores. Como alunos, poderíamos discordar, mas todos tinham pensamento próprio. E havia, também, os professores recém-chegados e formados nos Estados Unidos como Bolívar Lamounier, Amaury de Souza, César Guimarães e Wanderley Guilherme. Uns deram aula na PUC, outros no IUPERJ e outros davam cursos clandestinos, paralelos. Nós frequentávamos todos os cursos. Mas havia a percepção de que tudo aquilo era insuficiente. Na verdade, havia uma teoria clássica, com um viés europeu ou um viés americano, mas havia um desconhecimento do Brasil, conhecíamos uma cronologia da história. Usando um termo da sociologia, a informação não era cruzada, a teoria ficava de um lado e o dado bruto de outro.

**Acervo.** *Grandes historiadores, não estou questionando a qualidade deles, mas muito comumente recorriam exageradamente a fontes secundárias ou, então, a fontes primárias publicadas, basicamente relatos.*

**Celina Vargas.** O próprio livro do Thomas Skidmore, que é o livro mais abrangente do período posterior à Revolução de 1930, *Brasil, de Getúlio a Castelo*, foi publicado em 1969 e é fundamentado somente em fontes secundárias. Boa parte dos livros escritos na USP, neste período, sustentava suas pesquisas e teses em fontes secundárias ou, então, em pesquisas específicas sobre um enfoque determinado com fontes primárias. Mas é preciso tocar num problema fundamental: nessa época, as fontes primárias não estavam disponíveis para os pesquisadores.

**Acervo.** *Um grande grupo de pensadores nessa época usa poucas fontes e muita elaboração teórica em cima de poucas fontes. Problemas de acesso à documentação pública? Você acha*

*que isso tinha a ver? De um lado uma documentação pública com problemas de acesso, de outro...*

**Celina Vargas.** Não havia o hábito de pesquisar com fontes. O Arquivo Nacional era fechado. No final dos anos 60, eu confesso que não sabia da existência do Arquivo Nacional como uma instituição de pesquisa. Antes de ir para a França, fiz um trabalho de pesquisa, encomendado pelo prof. Luciano Martins para a sua tese de doutorado de Estado na Sorbonne, que foi financiado pela FAPESP, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Entrei pelo CEBRAP, como se fosse uma pesquisadora associada, e ia a São Paulo para prestar contas do andamento da pesquisa e para pegar orientação. O prof. Luciano havia me encomendado o processo decisório da criação do BNDES. E como fonte de pesquisa, usei arquivos e entrevistas com pessoas que tinham sido atores importantes desse processo. Fui entrevistar e pesquisar: o arquivo do Ministério da Fazenda, o de José Soares Maciel Filho, o de Cleantho Paiva Leite e um pouco a documentação de Getúlio que estava disponível, mas não tinha muito coisa. A minha grande fonte para a realização desse estudo foi a importante biblioteca do Ministério da Fazenda; eram mais livros que arquivos. Portanto, o trabalho realizado foi mais sustentado em livros, entrevistas e poucos documentos. Comecei a sentir falta de informação primária para se entender e compreender o país. E cheguei à França com esse estudo feito para ser entregue ao prof. Luciano Martins que já estava morando em Paris.

**Acervo.** *Quando você está na França, percebe alguma instituição com esse caráter, mais ligado a arquivos privados?*

**Celina Vargas.** Não, na verdade ainda não via a necessidade da busca de uma instituição. Preocupava-me muito mais a forma como iria ser organizado o arquivo Vargas. Comecei procurando cursos para aumentar o meu conhecimento e tirar as minhas dúvidas. Foi aí que conheci o Arquivo Nacional da França. Li no jornal os cursos que estavam sendo oferecidos. Fui fazer curso na área de arquivos privados. Foi nesse momento que conheci a Mme. Suzanne D'Huart. E fui fazer cursos com ela. Não resolvi todos os meus problemas, mas fiquei com uma ideia mais precisa de como se trabalhava um arquivo privado, respeitando a cronologia, associando os fundos com o código da pessoa, com as suas iniciais etc. Eram muito detalhes. Nada tinha de institucional, só organizacional.

**Acervo.** *Havia outras pessoas fazendo esses cursos na ocasião?*

**Celina Vargas.** Tinham franceses, europeus, africanos...

**Acervo.** *É interessante como um curso desses vai ter tanta influência...*

**Celina Vargas.** Como já disse, o curso tirou as minhas dúvidas organizacionais, mas do ponto de vista institucional nada me acrescentou. Eu pesquisava também nos arquivos privados da Sciences Po, que era uma escola privada. Mas não podia dedicar muito tempo a esse assunto, pois havia a pressão dos cursos do doutorado que eu não podia perder, além da curiosidade que tínhamos como jovens de conhecer e assistir palestras dos grandes da época: Raymond

Aron, Alain Tourraine, Poulantzas etc. E tinha os professores nacionais, alguns exilados e vivendo em Paris: Celso Furtado, Maria Yedda Linhares, Fernando Henrique Cardoso. Era um período muito rico e se vivia com muita intensidade, o Brasil e o mundo.

**Acervo.** *Você está falando basicamente de 1970?*

**Celina Vargas.** Estou falando de 1970 a 1972.

**Acervo.** *Quando você retorna?*

**Celina Vargas.** Eu já tinha um pressentimento que não poderia ficar muito tempo fora do Brasil. Minha família me chamou de volta em 1972.

**Acervo.** *E você já vem com uma ideia de criar alguma coisa assim...*

**Celina Vargas.** Em 1972, voltando para o Brasil, a vida se modificou completamente. A tese foi para o espaço, nem a de mestrado, nem a de doutorado. Voltei a morar com os meus pais: no quarto ao lado, ficava a parte organizada do arquivo Vargas, com documentos e álbuns de fotografia por todos os lados.

**Acervo.** *Aí você volta e se aproxima da Fundação Getúlio Vargas?*

**Celina Vargas.** Não, o processo não foi tão simples assim. Vocês precisam entrevistar a Lúcia Lippi. Lúcia foi minha colega de faculdade. Nós estudamos juntas no mestrado, tínhamos um grupo de estudo, que lia Althusser, Poulantzas etc. Além de estudarmos e discutirmos em grupo, tínhamos a preocupação permanente com o estudo da “realidade brasileira”. Saímos da faculdade sem vermos um só documento, um dado concreto para fazer pesquisa. A Lúcia Lippi tinha ficado no Brasil com essa preocupação. Quando voltamos, logo retomamos o grupo. No início, discutíamos dentro de casa, com meus pais e o Hélio Silva, uma solução institucional para o arquivo de Getúlio Vargas. Eu dava continuidade ao doutorado em São Paulo, na USP. Fui aluna do Francisco Weffort, e conversava com o Fernando Henrique. Em São Paulo, havia muitas informações diferenciadas daquelas existentes no Rio de Janeiro. Fernando Henrique, naquela ocasião, fazia parte do grupo que estava organizando a Fundação Lasar Segall e me deu toda a documentação sobre a qual estava trabalhando para criar uma instituição autônoma e independente. Se a Fundação Lasar Segall teria melhores condições de sobrevivência pela venda e reprodução de seu acervo, esta não seria a melhor opção para o acervo Vargas, mesmo porque não tínhamos recursos para a manutenção de uma instituição de pesquisa. Pensamos nas instituições disponíveis naquele momento no Rio de Janeiro: a universidade pública, a Faculdade Cândido Mendes e a Fundação Getúlio Vargas. O Hélio Silva tinha um contato maior com a Faculdade Cândido Mendes e optou por criar lá um centro de pesquisa. Nossa família não acompanhou esta decisão. Restavam as outras duas possibilidades: a universidade ou a Fundação Getúlio Vargas. A opção pela universidade brasileira ou uma instituição do governo brasileiro, foi logo descartada. Estávamos nos anos de 1970, mais precisamente em 1973, e Getúlio Vargas não era uma *persona grata* no centro do governo brasileiro. Restou a opção pela Fundação Getúlio Vargas.

**Acervo.** *Havia já uma aproximação de natureza quase familiar com o Luiz Simões Lopes.*

**Celina Vargas.** E aí a questão da Fundação. Não vou dizer que não foi opção familiar. Minha mãe não estava tranquila. Ela doou com reticências.

**Acervo.** *Ela doou a coisa mais preciosa que tinha.*

**Celina Vargas.** Alzira escreve uma carta a Simões Lopes (ver página seguinte), em 14 de julho de 1973, dizendo que “depois de muito meditar sobre o assunto e, confesso, a princípio com certa relutância, cheguei à conclusão de que a Fundação Getúlio Vargas, tão hábil e dignamente dirigida por V. Exa., seria a melhor depositária do acervo de documentos pertencentes a meu pai que ainda se acham em meu poder. [...] A guisa de sugestão, [...] lembro que existem esparsos em todo o país ou guardados em arcas familiares centenas de papéis importantes para a reconstituição histórica de um período altamente valioso na vida de nosso Brasil, rico em acontecimentos e repleto de vultos eminentes”. O dr. Luiz Simões Lopes foi sempre uma pessoa muito correta com a minha mãe e com a nossa família nos momentos mais difíceis da nossa trajetória. A presença dele sempre nos deu muita segurança. O CPDOC foi criado a partir do entendimento inicial havido entre Alzira e Simões Lopes, porque esta carta já foi escrita depois da criação do CPDOC, em junho de 1973.

Ela coloca a existência do arquivo. Ela faz uma provocação a ele e ele diz que faria tudo o que ela quisesse, como ela quisesse, da maneira que ela quisesse e me convidava para dirigir. De alguma forma, era uma segurança para ela.

**Acervo.** *Você já vinha com essa ideia da pesquisa e da documentação. Você tinha um modelo definido?*

**Celina Vargas.** Sim, eu já tinha uma reflexão sobre a necessidade de associar a documentação com a pesquisa.

**Acervo.** *Mas você ainda não tinha nenhum modelo do que você queria? Você já conhecia a experiência das bibliotecas presidenciais dos Estados Unidos?*

**Celina Vargas.** Não, ainda não. Foi depois. Já havia estudado, já tinha tido acesso à documentação. Era algo parecido com uma biblioteca presidencial. Só que minha mãe tinha isso muito claro, na carta inclusive ela diz isso: era para ser um arquivo não de Getúlio Vargas, mas um arquivo do tempo de Getúlio Vargas. Na carta ela diz isso.

**Acervo.** *O que era uma visão de somar coisas... Outras pessoas ligadas ao Getúlio também tinham arquivos.*

**Celina Vargas.** No início do CPDOC eu vivia ao lado de um motorista de caminhão, sentada na boleia recolhendo arquivos. E conversando com pessoas as mais interessantes. Conheci ou aprofundei o conhecimento de pessoas muito ricas e interessantes. Da família de Oswaldo Aranha, Gustavo Capanema, Cordeiro de Farias, Juracy Magalhães, Etelvino Lins e muitos outros. O ministro Gustavo Capanema tinha um apartamento alugado no Flamengo só para

Rio de Janeiro, 14 de julho de 1973.

Exmo. Sr.  
Dr. Luiz Simões Lopes  
Fundação Getúlio Vargas  
Praia de Botafogo, 190  
20.000 - Rio de Janeiro-GB.

Prezado amigo  
Luiz Simões Lopes,

Depois de muito meditar sobre o assunto e, confesso-o, a princípio com certa relutância cheguei à conclusão de que a Fundação Getúlio Vargas, tão hábil e dignamente dirigida por V.Exa., seria a melhor depositária do acervo de documentos pertencentes a meu pai que ainda se acham em meu poder. Guardá-los com o mesmo zelo e carinho com que os organizei e classifiquei seria cometer uma grande injustiça para com aquela geração soberba de homens e mulheres que surgiram em decorrência dos acontecimentos de 1930. Se alguns vultos diminuem e apenham-se à luz fria das palavras escritas, outros crescem e se agigantam sob o impacto das dificuldades das vicissitudes, dos obstáculos encontrados.

Embora nunca me tenha negado a proporcionar aos estudiosos de nossa história o manuseio desses papéis sou a primeira a reconhecer que são inúmeros os impecilhos que dificultam o acesso a esse farto documentário. Colocando-os ao alcance das vistas dos interessados, creio estar colaborando melhor para o esclarecimento das gerações presentes e futuras do que guardando-os em meu poder. Não foram pequenas as dificuldades que tive de enfrentar para mantê-los intactos tais como me foram entregues por Getúlio Vargas, como bem o sabe. Não repito isso com o intuito de valorizar a presente doação e sim para dar a mim mesma a extensão do sacrifício que me imponho ao desfazer-me de meu precioso arquivo em benefício do futuro dos estudiosos. Sabedora de que o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, recentemente criado destina-se a: receber e selar pelos documentos sob sua guarda e pô-los ao alcance dos pesquisadores, venho por meio desta fazer-lhe a entrega dos documentos e papéis pertencentes a Getúlio Vargas.

Quero reafirmar que esta doação não poderá ser contestada por quem quer que seja, visto que, por desejo de meu pai e depois por consenso de minha mãe e meus irmãos, eles me pertencem de fato e de direito.

A guisa de sugestão, mais do que uma decorrên -  
cia desta entrega, lembro que existem esparsos em todo o país ou guardados em arca familiares centenas de papéis importantes para a reconstituição histórica de um período altamente valioso na vida de nosso Brasil, rico em acontecimentos e repleto de vultos eminentes.

Cordialmente,

guardar papel. Enorme. Eu fiquei fascinada, emocionada. Experiências de vida excepcionais. Saí da casa do dr. Oswaldo com um caminhão de papel, na boleia do caminhão. Ele já tinha falecido. O caminhão partindo de dentro da sua casa. Entrei na Fundação, ao lado do motorista, com o caminhão e os arquivos.

**Acervo.** *O exercício da vida acaba gerando arquivos. Mas os arquivos dessas pessoas são muito maiores que isso, com uma variedade incrível de materiais. Você acha que tinha uma consciência de homem público?*

**Celina Vargas.** Na verdade, no início do século XX, o principal meio de comunicação entre as pessoas era a forma escrita. Por outro lado, estamos falando de uma elite política muito bem formada, inteligente, preparada e que sabia escrever o português. O telefone como meio de comunicação ainda era precário e perigoso. Getúlio Vargas não usava telefone e isto está bem registrado nos livros e no folclore da família. Podia ser que não gostasse do instrumento, mas tinha a certeza de que tudo que pudesse falar por este instrumento poderia ser gravado. Ele escrevia e escrevia muito. Por exemplo, ainda tem uma documentação inédita: uma troca de cartas entre Getúlio e Alzira do período em que ele estava exilado, na Fazenda do Itu, em São Borja, de 1945 a 1950. As cartas estão no CPDOC e são aproximadamente três caixas compactas de cartas entre os dois. Eu penso que o escritor Lira Neto deve estar debruçado sobre este material para escrever o terceiro volume de sua biografia. Getúlio começou a articular a sua volta ao poder no primeiro dia em que chegou à Fazenda do Itu exilado. É uma documentação inédita e foi uma das primeiras entregues por minha mãe ao CPDOC, mas nunca foi pesquisada ou divulgada.

**Acervo.** *Essa documentação está no CPDOC?*

**Celina Vargas.** Cartas escritas entre Getúlio Vargas, deposto e exilado, para sua filha, que morava no Rio de Janeiro e que ele considerava “uma parte da minha alma”. Essas cartas só poderiam seguir em mãos e em mãos muito seguras que transitavam do Rio para São Borja e vice-versa. Eles não usavam os Correios ou outros meios de comunicação públicos. Tinham que aguardar a disponibilidade de um portador para chegar a São Borja, que fica no extremo oeste do Rio Grande do Sul, na fronteira com a Argentina. Imagina o valor que essa correspondência tem para se compreender melhor o nosso país num período muito pouco estudado?

**Acervo.** *Por que será que as pessoas, além de produzir, guardam tanto papel? Por que elas guardariam o papel? Essa consciência é tão grande?*

**Celina Vargas.** Depois de ter lido boa parte do Arquivo de Getúlio Vargas, o diário no manuscrito por diversas vezes e alguma literatura sobre o seu período de governo, tenho condições de afirmar que ele tinha a consciência precisa de que entrou na vida pública para transformar o Brasil com o custo da sua vida. Durante uma determinada campanha eleitoral, começaram a chamar Getúlio Vargas de populista. Fiquei indignada e escrevi um artigo que teve alguma repercussão. Como chamar um homem público de populista quando, em 19 anos de governo, consegue

transformar o Brasil que, antes da Revolução de 1930, vivia de plantar e exportar café, usava mão de obra escrava ou semiescrava e os governantes se alternavam entre as oligarquias de São Paulo e as de Minas Gerais, na chamada política do café com leite. Quando Getúlio Vargas morre, em 1954, o Brasil tinha uma indústria de base produzindo aço, minério, petróleo, um banco de investimento, uma administração pública organizada que valorizava o sistema do mérito e a legislação trabalhista que garantiu os direitos civis e sociais para a população trabalhadora do país.

**Acervo.** *A organização da administração foi muito elogiada inclusive...*

**Celina Vargas.** A criação do Ministério do Trabalho é o primeiro ato governamental da Revolução de 1930, e chegou a ser chamado de Ministério da Revolução. Os atos foram sendo lançados desde o início: salário mínimo, horário de trabalho, o direito a férias remuneradas, a carteira de trabalho, tudo isto foi sendo organizado até que, nos anos 40, se fez a Consolidação da Legislação Trabalhista, a CLT, conjunto de leis que garantiu e garante os direitos civis e sociais das pessoas que eram deles desprovidas. Foi com esta política e com a incorporação pelo Estado de pessoas com formação intelectual, engenheiros, advogados, através do sistema do mérito, que se criou uma burocracia inteligente e capaz para administrar o país que estava surgindo. Tive dois depoimentos do Celso Furtado e do Roberto Campos, pessoas com formações distintas e pontos de vista ideológicos completamente diferentes, que me asseguraram haver conseguido atingir a posição de destaque na esfera federal, porque foram concursados do DASP e, por este motivo, saindo um da Paraíba e outro do Mato Grosso, conseguiram fazer uma carreira bem-sucedida no governo federal.

**Acervo.** *É quando a classe média ingressa e profissionaliza a administração pública.*

**Celina Vargas.** O Brasil passa a ter uma presença muito maior. Há um projeto de país, um projeto de nação. Quando o Brasil declara guerra aos países do Eixo, apoiando os Aliados, o país se alça a um patamar de país desenvolvido. Provavelmente, ainda sem condições, mas o governo dá uma demonstração de força, demonstra ao mundo que estava brigando para ser um espaço geográfico mais relevante, tanto do ponto de vista nacional, como do internacional. Éramos um país do hemisfério sul que começa a dar demonstrações de uma posição: economia diversificada, legislação social avançada para a época, partidos políticos com programas de abrangência nacional e definição ideológica. O direito ao voto, o voto para as mulheres que antes não tinham este direito e eleições disputadíssimas, como foi a de 1950, quando Getúlio Vargas ganha as eleições numa campanha eleitoral intensa. Getúlio foi um homem público amado, mas também odiado. Neste momento, tenho a mesma percepção, os atores políticos da época tinham consciência que estavam fazendo história. Ninguém entrou ali sem saber o que estava fazendo.

**Acervo.** *E os documentos são a prova de que existia um projeto de país, um projeto de nação. Celina, você falava sobre essa questão do acervo... O Centro acaba tendo esse perfil duplo, de pesquisa e documentação, isso já era uma preocupação sua, mas isso acaba necessitando da constituição e formação de uma equipe. E também a própria criação de uma metodologia de*

*tratamento de arquivos privados. Gostaríamos muito que você falasse sobre isso. Em que pesem os questionamentos, ninguém jamais poderá negar o papel inovador e de vanguarda do CPDOC.*

**Celina Vargas.** Quando pensei na associação da documentação com a pesquisa em torno do acervo que estava sendo constituído, não tinha ideia do papel inovador da proposta. Estava mais preocupada com uma questão que vinha sendo colocada para a minha geração, desde os bancos universitários, que sempre deu demonstrações de querer estudar mais e melhor o nosso país para poder entendê-lo e até transformá-lo, mas isto faz parte da utopia. Com o CPDOC já constituído, tivemos a ajuda fundamental da Maria Amélia Migueis, que trabalhava na Casa de Rui Barbosa, mas era uma especialista com capacidade de entender esta nossa necessidade de associar a documentação com a pesquisa. Nós éramos todos muito jovens, pessoas recém-formadas em sociologia, ou história, em biblioteconomia, ou arquivologia. Corríamos o risco: poderia dar certo, como poderia também não dar. Procuramos e conversamos com muitos profissionais, mas a pessoa que mais se aproximou de um estudo metodológico importante para trabalhar em arquivo público e privado foi a Maria Amélia Migueis. Foi ela quem deu o formato às nossas necessidades. Nós estudávamos muito, líamos, fazíamos seminários. Éramos muito disciplinados. Começamos fazendo seminários semanais sobre o conteúdo dos documentos. Dividíamos os documentos por grupos oligárquicos: Minas, São Paulo, Rio Grande do Sul, os estados do Norte. A cronologia sempre presente e destas discussões começam a brotar a inovação. O livro de Ângela de Castro Gomes, *Regionalismo e centralização política: partidos e Constituinte nos anos 30*, é publicado em 1980. Começavam a surgir os primeiros frutos dos trabalhos de uma “convivência forçada de cientistas sociais com os arquivos, possibilitada pelo CPDOC”, como lembra José Murilo de Carvalho na orelha do livro... Aspásia teve um papel importante nisso. Maria Amélia Migueis...

**Acervo.** *Você estava falando de uma equipe inicial. Da Aspásia Camargo, da Lúcia Lippi, de você...*

**Celina Vargas.** E da Anita Murakami.

**Acervo.** *Anita era de biblioteconomia. São essas as primeiras pessoas que começam a trabalhar?*

**Celina Vargas.** Por um tempo fiquei sozinha, logo em seguida chamei a Ana Maria Murakami, Anita, que tinha sido minha aluna na UFF. Tinha dupla formação. Era bibliotecária, mas havia feito o curso de ciências sociais na UFF. A Fundação é uma excelente escola, aprendemos a fazer de tudo: projetos, controle de projetos, orçamentos, controle de gastos, aulas, exposições, conferências etc. Depois vieram a Lúcia Lippi, a Aspásia Camargo e a Alzira Abreu. O Dicionário era um projeto do Israel Beloch que o CPDOC incorporou. Procurávamos integrar a documentação e a pesquisa por temas. O tema relações internacionais ficou sob a coordenação do Gerson Moura. A questão do regionalismo coube a Aspásia Camargo, que coordenava a Pesquisa. A Lúcia Lippi desenvolveu o projeto da Brasileira, que se ocupava mais das fontes secundárias. Além do *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, projeto do Israel Beloch. E, anos depois, o Programa de História Oral, que começou financiado pela Fundação Ford e pela sensibilidade do Richard Morse.

**Acervo.** *E, nesse processo, vocês estão aumentando a quantidade de arquivos. E ainda aprendendo a lidar com isso. Havia contratos... Conselho de Doadores... Isso dava um trabalho enorme.*

**Celina Vargas.** No início, foi um trabalho exaustivo. Tivemos que aprender a trabalhar e segurar uma instituição jovem na Fundação Getúlio Vargas que tinha uma forte tradição de ensino e pesquisa no campo da administração e da economia. Fácil não foi. A metodologia de associação da documentação com a pesquisa foi difícil de ser trabalhada. Levou algum tempo para o CPDOC começar a produzir, a publicar e a se projetar. Começamos produzindo bibliografias, guia de arquivos, cronologias. O CPDOC precisava de um tempo para amadurecer. Mas a produção intelectual do CPDOC foi importante: Aspásia Camargo, Ângela de Castro Gomes, Gerson Moura, Maria Celina d'Araújo, Lúcia Lippi, Helena Bomeny. O *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, os livros de depoimentos de história oral, como os de Oswaldo Cordeiro de Farias, Ernani do Amaral Peixoto e Ernesto Geisel.

**Acervo.** *Israel implantou um método de trabalho muito interessante. Quem passou por Israel, acabou criando um método de pesquisa. Quando o Dicionário saiu, demorou a sair... Foi impressionante!*

**Celina Vargas.** O Dicionário foi feito sem computador, naquela época ainda não existia. Israel Beloch tem muito mérito e muita disciplina para trabalhar. Eu me recordo e imagino que todos que tenham passado pelo grupo também devem se lembrar do texto escrito numa letra bem marcada e desenhada em papel almaço, nome por nome, biografia por biografia. E a coordenação de um trabalho de grupo por onde passaram muitas pessoas importantes. Quem trabalhou com o Israel deve lembrar muito bem deste tempo. O Dicionário foi uma escola. Quando o trabalho acabou, e o Israel tomou a decisão de sair do CPDOC, disse-lhe que tinha todo o direito de, no futuro, só trabalhar com amenidades, coisas leves, porque o Dicionário tinha exigido um grande esforço. Um trabalho que desenvolveu uma metodologia própria, o tempo de abrangência era amplo e o simples fato de não ter tido um instrumento como um computador para auxiliar no ato de escrever, corrigir e rever um texto, hoje, seria inadmissível.

**Acervo.** *Essa metodologia de pesquisa é muito interessante, mas tem também toda a metodologia de tratamento da documentação, que foi muito interessante. O CPDOC lança guia, quando praticamente ninguém falava em guia...*

**Celina Vargas.** Sim, no CPDOC começamos publicando bibliografias, guias, cronologias. Foi um tempo necessário para a equipe se formar, amadurecer e começar a escrever e publicar. Éramos todos muito jovens, tanto no início do CPDOC, como no trabalho iniciado no Arquivo Nacional, em 1980. Teve a Célia Camargo, Maria Odila Kahl Fonseca e tantos outros...

**Acervo.** *Muitos anos depois, é como a experiência do Guia de África: a quantidade de monitores do projeto que foi alçada a diretor de arquivo... Como aquilo ajudou a formar uma geração!*

**Celina Vargas.** No Brasil, não valorizamos a experiência do fazer, do realizar, do trabalhar. Você estuda, se forma e, a partir disto, acha que já está pronto para trabalhar. O fazer, o realizar é uma

questão muito americana, e eu acho que aprendi lá. Estudei dois anos nos Estados Unidos. Criança ainda. E você é obrigada, desde cedo, a aprender a fazer, a realizar, a produzir.

**Acervo.** *A produzir algo que sirva para alguma coisa...*

**Celina Vargas.** E eu acho que isso foi muito bem associado lá.

**Acervo.** *É, até para conseguir estágio, ainda era muito difícil trabalhar aqui. Agora que criamos o CPDOC, estamos quase chegando ao Arquivo Nacional. Como você se aproximou do Arquivo Nacional? Tanto pelo convite quanto pela visão que você tinha do Arquivo. Alguns arquivos privados eram muito grandes, paradigmáticos mesmo, como o arquivo do Gustavo Capanema, Getúlio Vargas, mas quando você chega ao Arquivo Nacional, as dimensões eram muito maiores – você ressaltava os quilômetros que o Arquivo Nacional tinha que identificar.*

**Celina Vargas.** Eu devo dizer que sabia que o trabalho no Arquivo Nacional envolvendo políticas públicas seria relevante, mas não podia imaginar a gravidade da situação que nós encontramos. Neste ponto, devo dizer que fui ingênua. E devo afirmar que a situação que encontramos foi de abandono, de descaso de uma instituição pública com uma função tão nobre. Pensava que os problemas seriam mais fáceis de resolver, mais simples. Depois que tomei conhecimento da gravidade dos problemas, me recordo que fiz uma lista com os principais itens, cada um era mais complicado e mais difícil que o outro. Vou tentar me lembrar de alguns: mudança do prédio, recursos humanos para trabalhar, recursos financeiros, legislação nacional para os arquivos, recolher a documentação que estava nos ministérios, conservação e preservação, restauração de papel e outros suportes, a situação do Arquivo Nacional em Brasília, os arquivos independentes dos Ministérios das Relações Exteriores, Guerra, Marinha e Aeronáutica, os arquivos estaduais, os arquivos municipais, enfim, uma enormidade de problemas complexos.

**Acervo.** *Como você entra nessa história? Você foi ingênua e quem foi o esperto?*

**Celina Vargas.** Eu tenho a impressão que o esperto dessa história chama-se ministro Golbery do Couto e Silva, o chefe do Gabinete Civil, também considerado um dos arquitetos da reabertura democrática. Enquanto ele ficou no governo, até agosto de 1981, como diretora do Arquivo Nacional tinha acesso direto a ele, e o que era mais importante da instituição discutia com ele. Enquanto estive no governo, conseguimos encaminhar muitas coisas. Depois que o ministro Golbery deixou o governo e foi substituído pelo ministro João Leitão de Abreu, continuei despachando as principais questões do Arquivo Nacional na Presidência da República.

**Acervo.** *Mas quem te convidou?*

**Celina Vargas.** O ministro da Justiça Ibrahim Abi Ackel.

**Acervo.** *Você já tinha vindo ao Arquivo Nacional, visitado o Arquivo Nacional, encontrado com o Raul Lima, logo depois de criado o CPDOC.*

**Celina Vargas.** Eu estava na direção do CPDOC fazia alguns anos e já sabia da importância do Arquivo Nacional, mas não tinha a dimensão dos problemas. Acho que nem as pessoas que me convidaram em Brasília sabiam da gravidade da situação. Eu acho que o CPDOC começou a ganhar notoriedade, pela novidade que a instituição estava apresentando no campo da documentação e da pesquisa. A Fundação Getúlio Vargas pressionava todas as suas unidades para buscarem recursos visando à sua sustentação. Fomos obrigados a procurar em Brasília recursos nos ministérios, para fazermos trabalhos de pesquisa histórica, que já era o nosso campo de especialização. Houve uma aproximação com o Ministério da Agricultura, na gestão do ministro Alison Paulinelli, e conseguimos recursos para trabalhos de levantamento da sua história. Logo depois, houve um pedido do Ministério da Justiça para fazermos o mesmo tipo de levantamento da sua história.

**Acervo.** *O CPDOC também chamava a atenção.*

**Celina Vargas.** Sim. Na ocasião, o CPDOC estava na mídia, era uma novidade. E tinha obviamente uma questão política. Nesse momento de abertura, meu pai, Ernani do Amaral Peixoto, era senador pelo MDB e vice-presidente do Senado e vinha conversando com o então senador Petrônio Portella pela ARENA e presidente do Senado. Depois das reuniões da Mesa do Senado, Petrônio e Amaral Peixoto tomavam um cafezinho e o tema principal era a redemocratização. Logo depois, Petrônio Portella foi indicado para o Ministério da Justiça e assumiu em 15 de março de 1979, falecendo, inesperadamente, em janeiro de 1980 e substituído, no governo do presidente Figueiredo, pelo ministro Ibrahim Abi Ackel.

**Acervo.** *Você é convidada, e aceita.*

**Celina Vargas.** O ministro Abi Ackel me chama a Brasília e faz o convite. E eu coloquei a necessidade de ajuda governamental para que o Arquivo Nacional pudesse dispor de recursos financeiros para a modernização do seu quadro de pessoal. Já imaginava um convênio com a Fundação Getúlio Vargas, que possuía grande experiência no campo da administração e associado ao conhecimento do CPDOC poderia ajudar e muito a instituição.

**Acervo.** *Você já tinha clareza desses três problemas?*

**Celina Vargas.** A questão básica era a de recursos humanos. Durante alguns meses, pedi muito ao ministro, mas a solução não vinha. Então eu resolvi aceitar o convite para assumir a Direção-Geral do Arquivo Nacional.

**Acervo.** *Naquela época o diretor era o Raul Lima. Você tinha algum contato?*

**Celina Vargas.** Eu conversava mais com José Honório Rodrigues.

**Acervo.** *José Honório fez uma série de críticas... José Honório vinha daquela tentativa de modernização no final da década de 1950... Que ele fez e de modo bastante interessante.*

**Celina Vargas.** José Honório era muito inteligente. Como já disse, acabei aceitando, sem os recursos prometidos. O convênio era necessário porque a administração pública federal só

admitia pessoal em casos extremos e só iríamos realizar algum trabalho se tivesse uma equipe com formação universitária e disposta a enfrentar o desafio. Mas procurei deixar claro nos discursos de posse, tanto em Brasília, como no Rio de Janeiro, que a situação era complicada. Conversei muito com o dr. Luiz Simões Lopes, presidente da Fundação Getúlio Vargas, e que tinha sido o criador do DASP no governo Vargas: “O convênio tem que ser com a Fundação. Preciso de respaldo, inclusive de interlocução. Não sei o que vou encontrar”. O dr. Simões sabia como estava a administração pública no país e compreendia a importância da modernização do Arquivo Nacional. Depois de muito trabalho em Brasília, saiu o convênio, somente em 1981.

**Acervo.** *Você chega em 1980 e o convênio sai em 1981.*

**Celina Vargas.** Mas a verdade sobre a situação do Arquivo Nacional, com uma visão técnica, eu tive por ocasião da visita de Charles Kecskeméti, secretário-executivo do Conselho Internacional de Arquivos, ao Brasil. Era recém-nomeada diretora. Já estava programada uma reunião latino-americana no Ministério das Relações Exteriores. Deve ter sido uma reunião da ALA, Associação Latino-Americana de Arquivos. Era uma discussão temática sobre educação em arquivos. Acho que estavam o José Manuel Matta Castillon, diretor do Arquivo Nacional da Espanha, e outros diretores de Arquivos Nacionais da América Latina. Com o Charles Kecskeméti foi empatia à primeira vista. Ele disse: “Você quer ajuda?” Eu respondi que sim imediatamente. Imagina uma pessoa com a experiência dele. Seria fundamental para identificar os principais problemas do Arquivo. “Eu fico no Brasil por mais dois dias, vejo o Arquivo Nacional e te faço um relatório”. Eu já não podia andar muito porque estava com uma gravidez adiantada. Fiquei esperando no escritório. Ele passou dois dias andando pelo Arquivo Nacional. Depois do segundo dia, entrou no meu escritório e disse: “É a pior situação de arquivo nacional no mundo”. Eu comecei a sentir contrações. “Primeiro, depois dos arquivos europeus, o Arquivo Nacional do Brasil é o mais importante no hemisfério sul porque tem acervo de uma parte da história da Europa, da Ásia, da África e da própria América Latina”. E depois: “Não tem prédio adequado, não tem lei que dê autoridade à instituição e não tem pessoal qualificado”. O relatório dele deve estar aí e para a instituição foi muito importante. Passei a usá-lo como argumento para os problemas que tinha que enfrentar junto ao governo. “Você tem que trabalhar essas três questões com muita energia porque é um problema. Sabe o que é isso? Um descaso do governo brasileiro”. Foi nesse momento que eu tomei conhecimento do real problema do Arquivo Nacional. Eu aceitei o convite ingenuamente, pensando que era uma situação grave, não tinha ilusões que seria um problema de fácil solução. Mas não tinha ideia da gravidade do problema. Mas como não sou mulher de rejeitar problemas, trabalhei, trabalhei muito durante dez anos. Durante os dois dias que o Kecskeméti pôde ficar no Arquivo, ele fez gratuitamente um diagnóstico que o país não conhecia. Portanto, a gravidade da situação do Arquivo Nacional do Brasil foi diagnosticada por um estrangeiro, um técnico especialista em arquivos, o secretário-executivo do Conselho Internacional de Arquivos.

**Acervo.** *Você já tinha conseguido formar uma pequena equipe?*

**Celina Vargas.** Como diretora eu só podia nomear três pessoas; eu tinha direito a três DAS. Entrou a Tereza Sussekind Rocha, responsável pela Administração, a Mariza Motta, para a Assessoria de Gabinete, e eu acho que o Aurélio Wander Bastos começou a trabalhar numa assessoria focada no assunto da legislação. Mais tarde, entra a Célia Camargo do CPDOC, para coordenar o convênio do Ministério da Justiça com a Fundação Getúlio Vargas, e a Maria Amélia Migueis. Ambas começaram a trabalhar em 1981.

**Acervo.** *Então, ele aponta os problemas. Mas, até aquele momento, você não tinha nenhuma perspectiva de solução. A não ser conseguir o tal do prédio que se pleiteava desde o início. A questão de pessoal talvez fosse a mais complicada.*

**Celina Vargas.** A questão do pessoal começou a ser resolvida em 1981, com a assinatura do convênio entre o Ministério da Justiça e a FGV. A lei estava começando a ser estudada pelo prof. Aurélio Wander Bastos que montou um grupo de estudo dentro do Arquivo Nacional. O prédio eu pedia uma solução para o ministro Golbery do Couto e Silva, no Gabinete Civil, porque comecei logo a entender que a solução deste problema extrapolava o âmbito do Ministério da Justiça. Afinal, ele era o homem mais poderoso do governo Figueiredo, do presidente João Baptista Figueiredo. Ele tinha o maior interesse no Arquivo Nacional. Ele tinha a exata noção do que o Arquivo representava para o país. Foi a minha grande ajuda no início da minha gestão. E ele pode ter sido um dos homens que mais articulou contra Getúlio. Ele fazia parte da inteligência militar. Foi um dos artífices da Revolução de 1964. Eu não falava de política com ele. Nem ele conversava, nem eu falava nada além das questões do Arquivo Nacional. Foi o ministro Golbery quem me sugeriu o caminho para resolvermos a questão do prédio. Inicialmente, me propôs o prédio da UNE na praia do Flamengo, logo depois o Hospital São Francisco de Assis, na Presidente Vargas. Os dois prédios eram pequenos para a dimensão do espaço necessário para se recolher os documentos que estavam perdidos dentro dos ministérios. Argumentei: “tem que ser um prédio maior. Tem que ser um prédio grande. Nós temos muitos documentos a recolher para entendermos melhor o nosso país. Não pode ser uma coisa acanhada!”. Eu já conhecia o Arquivo Nacional dos Estados Unidos. Já tinha visitado o Arquivo Nacional da França. E cada vez que eu viajava para as reuniões internacionais, o Kecskeméti me dava um roteiro para eu cumprir. Foi assim que conheci os arquivos da Alemanha, Espanha, Itália, Inglaterra. Eu visitava todas as instituições de arquivos para aprender. Quando voltava ao Brasil, ficava arrasada. Mas foi, mais uma vez, o ministro Golbery quem me apresentou ao Aloísio Magalhães, que, na época, era o secretário da Cultura do Ministério da Educação e Cultura. Não tinha ainda o Ministério da Cultura. O ministro Golbery me deu o contato do Aloísio Magalhães. Eu fui almoçar com ele num restaurante na Cidade. No caderno espiralado que eu sempre carregava, o Aloísio Magalhães fez um desenho [Celina reproduz o desenho, uma planta baixa dos prédios existentes no terreno da então Casa da Moeda], mostrando que o prédio mais adequado para abrigar o Arquivo Nacional era o desta repartição, que estava sendo transferida para uma instalação mais moderna fora do Centro da cidade do Rio de Janeiro. Como ele havia feito um trabalho nesta instituição, conhecia todo o espaço e foi localizando o auditório, uma sala de exposição, o gabinete da

Direção, a praça. Identificou, também, num prédio em forma de U, a melhor colocação para as estantes dos arquivos, os laboratórios, a microfilmagem, a restauração etc. Ele tinha a noção perfeita do prédio; era um artista plástico. Eu não conhecia o prédio, nem nunca tinha entrado, assim ele fez o desenho para mim. “Sabe que prédio é esse? É o prédio da Casa da Moeda. É este o prédio para o Arquivo Nacional”. Logo depois, o Aloísio Magalhães morreu, em 1982. Eu estava na Europa, numa das reuniões do Conselho Internacional de Arquivos, e o Brasil havia começado a participar de um conselho onde participavam os principais diretores de Arquivos Nacionais do hemisfério norte. Acho que foi a Regina Wanderley quem me ligou e me deu a notícia. “Celina, você vai ter um choque. Se prepara: o Aloísio Magalhães morreu”. E o Golbery tinha acabado de sair do governo e eu fiquei sem chão.

**Acervo.** *Quando ele morre, os contatos com a Casa da Moeda já tinham começado?*

**Celina Vargas.** Não recordo, só lembro que fui obrigada a trabalhar, argumentar, mostrar a importância do Arquivo Nacional para o país. E mais uma vez fui para a imprensa, falar, expor o meu ponto de vista. Foram momentos difíceis. Eu me recordo que o Arquivo Nacional participou de uma reunião em Brasília, tendo o Ministério da Justiça ao seu lado, porque a ele era subordinado. Tinha o Ministério da Fazenda que representava não só a Casa da Moeda, assim como a Superintendência do Patrimônio da União, a quem estavam vinculados todos os prédios da União. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, subordinado ao Ministério da Cultura, porque se tratava de um prédio tombado. E a Casa Civil. Eram, portanto, cinco ministérios reunidos para se chegar a uma decisão que envolvia o patrimônio público. O presidente da Casa da Moeda estava presente, o comandante Brum, se não me falha a memória, e eu como diretora do Arquivo Nacional. Foi difícil!

**Acervo.** *A Casa da Moeda estava se preparando para mudar, não?*

**Celina Vargas.** A Casa da Moeda estava sendo construída em Santa Cruz.

**Acervo.** *Havia outros órgãos candidatos?*

**Celina Vargas.** De alguma forma o Arquivo Nacional conseguiu colocar a questão do prédio da antiga Casa da Moeda antes de qualquer outra instituição. Por este motivo, acho que saímos na frente. Na reunião dos cinco ministérios, o comandante Brum dizia: “A senhora tem ideia de que o ouro de Serra Pelada está sendo fundido num prédio da Casa da Moeda do Brasil?” “Que ótimo”, eu disse, e “os documentos da história do Brasil estão se perdendo: ouro por ouro, o meu também vale muito”. Essa reunião foi muito difícil, muito pesada. A burocracia do governo federal sempre teve visão muito estreita. Era muito difícil explicar como uma instituição como o Arquivo Nacional, praticamente desconhecida, pedia para a sua sede um prédio tombado que ocupava quase um quarteirão no Centro da cidade. As únicas pessoas que entenderam a necessidade do Arquivo, com inteligência e capacidade de implementação, foram o ministro Golbery e o Aloísio Magalhães. Depois da morte do Aloísio, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – o IPHAN – não ajudou o Arquivo; ao contrário, eles fizeram tudo para impedir que ficássemos com o prédio. Mas mesmo assim,

após muita negociação, houve uma troca de prédios públicos na cidade do Rio de Janeiro e o antigo prédio da Casa da Moeda que pertencera ao Ministério da Fazenda passa para o da Justiça e para o Arquivo Nacional. Foi uma grande vitória que conseguimos ainda durante a minha gestão, em 1985. Fiz um ato simbólico para exibir a mudança. Como o prédio antigo ficava de um lado da praça da República, atravessei a praça a pé e começamos a despachar no novo prédio e, mais do que isto, mantivemos a Sala de Consulta aberta sem que houvesse qualquer interrupção ou prejuízo para os usuários do Arquivo Nacional. Para toda a equipe foi um motivo de orgulho. Assim, durante a minha gestão, o Arquivo Nacional só conseguiu atravessar a praça da República, ou seja, conseguimos tomar posse do prédio que pertencia à Casa da Moeda, mas poucas obras foram feitas devido à insensibilidade governamental.

Na verdade, só foi possível fazer a obra da reforma arquitetônica, na gestão do Jaime Antunes, quando o ministro Pedro Parente, da Casa Civil, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, se encanta pelo Arquivo Nacional e pela capacidade que o seu pessoal demonstrou ao longo de suas várias visitas. O ministro Pedro Parente apadrinhou, no melhor sentido do termo, o Arquivo Nacional durante a gestão do Jaime Antunes e foi a sorte da instituição.

**Acervo.** *Continuava uma questão complicada, a propósito do convênio com a Fundação Getúlio Vargas. Um dos problemas havia sido conseguir pessoal; historicamente não tinha concurso há muito tempo. As pessoas não tinham formação para as áreas, para as frentes específicas que o Arquivo precisava. As pessoas que precisavam ser contratadas, tinham que ser formadas...*

**Celina Vargas.** Por incrível que pareça, este assunto não me assustava, já tinha tido a experiência bem-sucedida da formação de uma equipe no CPDOC. Quando é possível selecionar pessoas com boa formação universitária, interessadas em trabalhar e produzir, e sempre mesclando, uma formação de conteúdo com um estudo técnico só pode dar certo. Pela experiência dos arquivos reunidos no CPDOC, foi preciso selecionar pessoas com formação técnica, mas também conceitual, em história ou ciências sociais, que poderiam ter uma experiência complementada com cursos no exterior. Por este motivo, investimos tanto em formar pessoas no exterior. Cada vez que ia para as reuniões do Conselho Internacional de Arquivos, que variavam em diferentes países da Europa, principalmente, procurava fazer contatos para enviar os funcionários recém-admitidos e que estavam se destacando em alguma função. Uns foram fazer estágio, cursos, outros foram trabalhar em arquivos nacionais do mundo inteiro. Eu me lembro de ter contado, numa ocasião, sete pessoas estudando ou trabalhando fora: no Canadá, Alemanha, Espanha, França, Holanda ou Bélgica. Como sempre, estava atendendo aos conselhos do Charles Kecskeméti, que não deixava eu me esquecer: “Você tem que formar gente”.

**Acervo.** *Isso tem muito a ver com a presença do Conselho Internacional de Arquivos e começa com o Raul Lima, que faz a adesão ao CIA. Há uma história, e talvez você possa confirmá-la, de uma discussão que ocorreu numa reunião em que você estava presente, sobre projetos de modernização, quanto à possibilidade de se modernizar os arquivos nacionais. Discutia-se o caso do México, que estava muito em voga. E você teria se levantado e dito “e por que não investir no*

*Brasil? O Brasil seria um caso exemplar". Nos anos de 1980, essa ideia do projeto de modernização tem algumas coisas interessantes. O Arquivo do México estava mudando de prédio...*

**Celina Vargas.** Para uma penitenciária muito interessante. Eu fui lá...

**Acervo.** *No México, estavam fazendo muitas coisas: criando o sistema de arquivos, prédio, manuais para tratamento de documentos, guia... A gente achava tudo muito interessante. A Costa Rica, na mesma época, começou um processo de modernização, de construção de prédio... A Colômbia... Inclusive funcionava muito a relação do Arquivo Nacional do Brasil com o Conselho Internacional e provavelmente dos outros arquivos nacionais com o Conselho, assim como entre os arquivos nacionais, o Arquivo Nacional e os outros arquivos. Então, houve muito contato.*

**Celina Vargas.** O Brasil chegou a assumir a Presidência da ALA, Associação Latino-Americana de Arquivos. Deu muito trabalho, não só para mim, mas para toda a equipe e nós já tínhamos muito a fazer em nosso país, mas aceitamos para colaborar com o nosso continente. Era no Conselho Internacional de Arquivos que o Brasil conseguia mais ajuda. Muitos técnicos vieram ao Brasil: dos Estados Unidos, Frank Evans, Charles Dollar; da França, Michel Duchain, Madame Chaîne, Madame Fliedert; da Espanha, José Manuel Matta Castillon; da Itália, Salvatore Carbone; da Alemanha, Wolf Buchman... Em conversa com o Kecskeméti, falávamos muito em modernização institucional e eu tinha uma proposta sobre o tema. Não me recordo mais como surgiu dentro da Unesco uma concorrência para se fazer um projeto com o tema da modernização institucional. Quando surgiu este concurso fui avisada e apresentamos um projeto e o mandamos para a Unesco: um projeto de modernização institucional para o Arquivo Nacional do Brasil. "Pode ser interessante, não vai ser muito dinheiro, mas pode ajudar", me alertou o Kecskeméti. E o Arquivo Nacional apresentou o pedido.

Já havia me esquecido do projeto quando, um dia, recebemos um telegrama da Unesco que pedia ao governo brasileiro que confirmasse o interesse para que o Arquivo Nacional pudesse receber ajuda para o seu projeto de modernização institucional. Fiquei sozinha pensando: governo brasileiro? Vou ter de ligar para o ministro da Justiça? Vou ter que falar com a Presidência da República para saber se esta é uma decisão de governo? Mas será que o Arquivo Nacional não é o governo? Pensei mais e imaginei que, se não andasse rápido, um país vizinho estaria pronto para receber o dinheiro. Chamei a Mariza e juntas redigimos o telegrama: "Em nome do governo brasileiro, o Arquivo Nacional aceita receber ajuda para um projeto de modernização institucional da Unesco. Assinado: Celina Vargas do Amaral Peixoto, diretora-geral do Arquivo Nacional". Nesse dia eu me senti poderosa e ganhamos o recurso; não foi muito, mas ajudou em situações inesperadas.

**Acervo.** *Se fosse esperar...*

**Celina Vargas.** Não ia conseguir! Para ser bem honesta, o Arquivo Nacional recebeu pouca ajuda do Ministério da Justiça. Por incrível que pareça, havia uma ala moderna dentro do governo que apoiava as medidas inovadoras. Recebemos muita atenção do Ministério do Planejamento, na época do ministro Delfim Neto, que, associado ao grupo da Desburocrati-

zação, do ministro Hélio Beltrão, deu autonomia ao Arquivo Nacional. Foi o Heitor Chagas de Oliveira, que trabalhava no Planejamento, que entregou um documento pronto para obter a autonomia do Arquivo em relação ao Ministério da Justiça. Foi um início de rebelião. O Arquivo Nacional recebeu muita ajuda: da Fazenda, para conseguir recursos, e do Planejamento, na busca de sua modernização. O Ministério da Justiça sempre foi uma instituição burocratizada e com pouca capacidade de inovar. No Ministério da Cultura e no IPHAN havia mais uma competição, do que uma colaboração. A Casa Civil sempre ajudou o Arquivo Nacional. Eu diria que, durante o governo militar, foram a Casa Civil e os ministérios da Fazenda e do Planejamento, as instituições mais modernas e que ajudaram o Arquivo Nacional a se desenvolver.

**Acervo.** *A própria Unesco já oferecia umas ideias modernas. A ideia de um programa de modernização é assumida na América Latina pelo Conselho Internacional de Arquivos. A Unesco lança o projeto RAMP. O Conselho também ajuda, não só mandando gente para cá, como também concedendo bolsas para o exterior.*

**Celina Vargas.** Se Kecskeméti não tivesse identificado a gravidade da situação e ajudado a buscar soluções internacionais para apoiar o projeto brasileiro, provavelmente não teríamos conseguido modernizar o Arquivo. Se Aloísio Magalhães, com o seu conhecimento de artista plástico, não tivesse nos apontado uma solução arquitetônica para abrigar a instituição, provavelmente não teríamos recolhido a documentação produzida pela administração pública mais recente. Se Maria Amélia Migueis não tivesse estudado e encontrado uma metodologia capaz de nos auxiliar na organização, identificação e análise da documentação existente no Arquivo Nacional talvez não tivéssemos conseguido a excelência técnica da instituição. Foram pessoas emblemáticas para mim, mas muitos outros em torno deles foram fundamentais para conseguirmos transformar o Arquivo Nacional.

**Acervo.** *Queríamos discutir também os arquivos estaduais, uma das coisas concretas que você falava. O SINAR já existia na lei... Com aquela história de ser cabeça do sistema...*

**Celina Vargas.** Existia desde o tempo do Raul Lima.

**Acervo.** *E havia toda a relação com os arquivos estaduais e municipais.*

**Celina Vargas.** Eu viajava muito aos arquivos estaduais. Ao mesmo tempo em que o Arquivo Nacional tinha muitos problemas a resolver, nós também não deixamos de ajudar os outros arquivos, principalmente os estaduais. Partia do princípio que não poderíamos negar ajuda, pois de uma forma ou de outra, todos tinham mais ou menos o mesmo problema a resolver. O problema era sistemicamente nacional. Se divulgávamos, através de seminários, palestras, aberturas de eventos a gravidade da situação, era também para que as outras instituições tomassem consciência dos problemas e comesçassem a resolvê-los. Fui a São Paulo várias vezes, para ajudar em uma situação complicada do Arquivo do Estado de São Paulo que era muito importante para o país. Além de São Paulo, fui ao Rio Grande do Sul, ao Acre, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Minas Gerais. E inúmeras vezes ao Distrito Federal, porque

estávamos sempre em Brasília. Mas toda a equipe viajava e prestava assistência técnica aos diferentes arquivos do país. Ao mesmo tempo, o Arquivo estava cheio de problemas, e não se furtava a prestar assistência técnica aos que precisavam. Fui sempre muito bem recebida. Nós colocávamos os problemas na rua. O Witter, de São Paulo, dizia: “Vem para cá. A diretora do Arquivo Nacional falando em São Paulo tem uma repercussão maior e o nosso Arquivo Público pode conseguir mais atenção das autoridades estaduais”.

**Acervo.** *E o projeto de lei?*

**Celina Vargas.** O projeto de lei. A primeira coisa que eu recebi através do Michel Duchein, do Arquivo da França, foram dois volumes de uma publicação, não sei se do Conselho Internacional de Arquivos ou da Unesco, com todas as leis de arquivo do mundo inteiro. Eu estudei muito aqueles livros. A pessoa indicada por Maria Amélia Migueis para ajudar na elaboração da lei foi o prof. Aurélio Wander Bastos, que era pesquisador da Casa de Rui Barbosa, de onde ela era diretora. E a Rosalina Corrêa de Araújo que veio depois. E começamos a estudar. Escrevemos muitos artigos, Aurélio e eu, sobre o assunto. Nosso objetivo não só era divulgar os problemas, mas também organizar as nossas ideias. Aurélio, com sua formação jurídica, deu uma enorme colaboração para esta lei. Eu percebia, também, que uma legislação passa necessariamente pela formação e estrutura do Estado nacional. Fazíamos mapas enormes das estruturas governamentais. Pegávamos o exemplo de um país centralizador e de outro com a administração pública descentralizada. E muitas vezes misturávamos com a nossa tradição ibérica, Espanha principalmente, porque já tinha um trabalho mais evoluído no campo dos arquivos, como a França e os Estados Unidos. Estudamos muito, escrevemos muito, somamos direito e sociologia e foi também o envolvimento de toda a equipe do Arquivo Nacional que, já mais madura, pôde colaborar com a redação final do texto da lei.

**Acervo.** *Quando tem aquela reunião da Conferência Nacional de Arquivos em Porto Alegre, quem comparece, quem vai ter uma discussão sobre isso, é o Nelson Jobim, que era da Comissão de Constituição e Justiça. Depois ele fica ministro. Há uma discussão pública sobre o projeto de lei e ele faz vários comentários. E aí você chamou para nos aproximarmos dele, para não perdermos essas discussões.*

**Celina Vargas.** A questão da lei sempre foi muito importante. A ideia era fortalecer os arquivos públicos do país. Sabíamos que muitos haviam sido destruídos. Sempre houve uma tendência no Brasil para o esquecimento e para a destruição de papéis comprobatórios. A lei era uma forma de conseguir uma proteção para mantê-los, salvá-los, preservá-los e colocá-los à disposição da pesquisa. Seja do interesse da história, do cidadão e do próprio Estado. Essa sempre foi a visão maior que o Arquivo Nacional tinha. A lei não tinha por objetivo dar poder ao Arquivo Nacional, mas seu objetivo sempre foi o de proteger a documentação e colocá-la disponível para a consulta. Mas pode ter sido uma boa ideia a de aproximar o Arquivo Nacional do Nelson Jobim porque depois ele foi ministro da Justiça e ajudou a instituição.

**Acervo.** *E permitir que as outras instituições exercessem um papel...*

**Celina Vargas.** Mais dinâmico. Somente fui conhecer o Arquivo do Itamaraty no final da minha gestão, no dia em que fizeram um almoço e o ministro Flecha de Lima, que era secretário-geral, me perguntou se eu conhecia o acervo. Nunca havia entrado no Arquivo do Itamaraty e já estava como diretora do Arquivo Nacional fazia uns oito anos. Tem um acervo fantástico e mapas maravilhosos. Também não havia entrado nos arquivos militares. Eles eram fechados até para a diretora do Arquivo Nacional do Brasil! Eu acho que a lei tinha um papel importante para democratizar a informação no Brasil. Eu lutei muito por ela, pela lei e por sua prática. Para que ela funcionasse. Que fosse regulamentada. Realmente não tive muita ajuda de pessoas de dentro do Ministério da Justiça.

**Acervo.** *Você acha que tinha a ver com o receio do Arquivo Nacional ganhar uma autonomia exagerada, ou passar para outro ministério? Porque havia discussões na época sobre qual a melhor posição do Arquivo Nacional, especialmente comparando com o National Archives americano.*

**Celina Vargas.** Na verdade, eu nunca escondi a minha opinião. Sempre achei que a posição certa para o Arquivo Nacional deveria ser uma subordinação à Presidência da República ou, no limite, à Casa Civil. Uma instituição que tem o poder de recolher, organizar e colocar à disposição da consulta o acervo produzido pela administração pública federal não pode ser subordinada a um ministério. Podia ser isto. Eu não sei. Eu trabalhei com cinco ministros: Ibrahim Abi Ackel, Fernando Lyra, Oscar Dias Correa, Paulo Brossard e Saulo Ramos. Tivemos muita ajuda do ministro Oscar Dias Correa e acho que ele foi o que mais entendeu a dimensão do nosso problema. Destaco também o ministro Paulo Brossard, que presidiu com categoria e respeito as cerimônias em homenagem aos 150 anos do Arquivo Nacional, uma instituição criada no Império. Eles ajudaram e procuraram entender qual o problema e procuraram colocar a função de ministro para ajudar o Arquivo Nacional.

Já estávamos no final do governo Sarney, quando fui apresentar o projeto de lei ao ministro Saulo Ramos, para ser encaminhado pelo Executivo, e ele disse que não podia fazê-lo, antes de passar pelo Ministério da Justiça. Como o projeto já havia ido e voltado umas três ou quatro vezes e nunca saía do Ministério da Justiça, e eu já sabia que estava saindo do Arquivo Nacional, achava que essa questão da lei deveria ser pelo menos encaminhada para uma outra instância. O objetivo deste encaminhamento do Executivo para o Legislativo era para o projeto de lei ser discutido, para ser até rejeitado ou aceito pela sociedade. Mas quando o ministro me deu a ordem para entregar à Secretaria de Assuntos Legislativos, o nome poderia ser mais ou menos esse, eu não o obedeci. Atravessei a rua, fui ao Congresso e entreguei o projeto na mão do deputado Horácio Ferraz. Redigi uma nova exposição de motivos, porque não era mais um encaminhamento do Executivo, pois partia de um deputado, fiz o arrazoado e fui rezar.

Eu não poderia fazer mais nada. Passado um tempo, eu já estava como diretora da Fundação Getúlio Vargas, quando um dia me telefonaram, provavelmente do próprio Arquivo Nacional, para me avisarem que o presidente Fernando Collor havia assinado a lei. E eu fiquei muito feliz.

**Acervo.** *Uma coisa interessante que, dizem, indica se a lei pegou ou não pegou, é quando ela passa a ser referida por um nome, no caso Lei de Arquivos. As leis mais relevantes, não que não tenham problemas, são referidas por um nome e não pelo número.*

**Celina Vargas.** Toda lei pode ser modificada. As Constituições são modificadas de acordo com os momentos econômicos, sociais e políticos do país.

**Acervo.** *A Constituição coloca determinadas preocupações com relação aos documentos do país. Como você acha que foi isso?*

**Celina Vargas.** Foram os novos tempos de abertura que chegaram ao Brasil e a Constituição foi um marco importante deste momento. No último momento fui procurar o deputado Paulo Alberto Monteiro de Barros, mais conhecido como Arthur da Távola, para me certificar que a posição do Arquivo Nacional estava contemplada. As pessoas estavam sensíveis ao tema da abertura política e o acesso à informação fazia parte desta questão importante para o nosso país.

**Acervo.** *Muitos instrumentos legais relacionados a arquivos vão sair da Constituição. O habeas data, por exemplo. A própria Lei de Acesso à Informação.*

**Celina Vargas.** Muita coisa presente nela saiu das discussões daqui. Acho que foi o Aurélio que trouxe isso, que tinha uma preocupação com o cidadão. A minha preocupação era muito mais o Estado.

**Acervo.** *Há toda uma preocupação na lei, da ação do Arquivo Nacional. Por outro lado, gerou problemas concretos com a autonomia de determinados arquivos. Deu problema com a questão do acesso aos arquivos privados de interesse público e social. Na realidade, a lei reflete diversas preocupações. Havia discussões em que se chegava a achar que seria quase a socialização dos arquivos privados e isso não podia ser; afinal, era uma sociedade capitalista. Por outro lado, era a possibilidade de tentar colocar esses documentos à disposição de todo o mundo. Independentemente de tudo, a lei sai da Câmara e vai para o Senado, sofre alterações, mas você percebe que as preocupações maiores estavam ali e passaram.*

**Celina Vargas.** O importante era que essa legislação passasse no Legislativo e registrasse um nível de preocupação sobre a documentação pública do país para que ela não fosse destruída, mas preservada, acessada, para a pesquisa e para a proteção do Estado e do cidadão. Eu entendi sempre assim. Tirar a lei de dentro do Ministério da Justiça e levar para o Legislativo foi um ato arriscado, mas, pelo menos, seria discutida por um número maior de pessoas que poderia concordar ou não e criticar ou não. E saiu daquele círculo fechado de funcionários que não tinham a dimensão da importância da legislação ou talvez tivessem, mas que não quisessem. Como não faziam parte do meu mundo...

**Acervo.** *A ideia de fazer gestão, de agir dentro da administração, presente no tempo do José Honório Rodrigues. Isso era um conceito novo na época, não era? As discussões sobre a gestão de uma maneira mais intensa têm lugar nessa época. Parte dessas ideias somente vai ser retomada na década de 1980.*

**Celina Vargas.** Este é sem dúvida um dos problemas que fazem parte do diagnóstico do Charles Kecskeméti, em 1980. O Brasil e a administração pública, em geral, tendem a acumular problemas e a não resolvê-los. Se não existissem tantos problemas acumulados, que pudessem ter sido resolvidos ao longo das últimas décadas, não estaríamos discutindo um problema diagnosticado em 1980. E pelo que vocês dizem, continua o problema de recolher documentos. O Brasil não gosta de lembrar que teve escravidão, que teve tortura, que tem documentos a recolher e que estes vão revelar nossos problemas. Mas é preciso conhecer, é preciso tratar e é preciso se transformar para que a democracia se consolide.

**Acervo.** *Embora, quando a gente fez o Guia de África, tenhamos constatado que havia ainda muita coisa preservada. Uma assistência técnica prestada ao Museu das Bandeiras constatou a existência de muitos livros de sisa que não haviam sido destruídos, que comprovavam a propriedade dos escravos.*

**Celina Vargas.** O reconhecimento da Fundação Ford. O Peter Fry é um antropólogo, sabia da importância disso. A Ford ajudou bastante. O Guia de África era um projeto impossível para o governo brasileiro. Mesmo na cerimônia em Brasília, Gilberto Gil começou a apresentar e, em seguida, as lágrimas começaram a escorrer.

**Acervo.** *Curiosamente, na década de 1980, muitos estrangeiros estavam presentes no Arquivo Nacional, mas o Arquivo Nacional também estava muito presente internacionalmente.*

**Celina Vargas.** Sim, o Arquivo Nacional estava muito presente. Não só eu como diretora, mas também os diretores e técnicos também estavam sempre presentes em reuniões, seminários e cursos. Para dar um exemplo, me lembro que a Ingrid Beck, diretora da área de preservação e restauração, fazia parte de uma comissão ligada a este assunto junto com os principais técnicos de arquivos nacionais do mundo. Era uma forma de participar, de conhecer e de aprender com os arquivos nacionais já consolidados.

**Acervo.** *Daquela época para agora, o hiato até não foi tão grande, porque algumas pessoas, em âmbito internacional, lembram e perguntam por pessoas daquela geração.*

**Celina Vargas.** O Arquivo Nacional se consolidou. Pode ter problemas a resolver, mas se consolidou. O último arquivo estadual a se modernizar parece que foi o de Alagoas, mas parece que vai muito bem agora.

**Acervo.** *A própria criação do Arquivo de Belo Horizonte vai ocorrer nessa época. A revista Acervo sai nessa época. O Arquivo Nacional publica uma série de manuais. O próprio livro dos 150 anos, apesar das dificuldades de recurso, o projeto gráfico... Com tantos problemas, a criatividade fazia usar até régua de trinta centímetros para marcar o espaçamento entre as estantes. A mudança foi feita sem interromper a consulta! No mesmo dia, saía de um lado e era consultada do outro.*

**Celina Vargas.** Vamos dizer que foi esta criatividade, esta preocupação com o servir ao público que a equipe do Arquivo Nacional tem, durante a gestão do Jaime Antunes. Foi isso que

chamou a atenção do ministro Pedro Parente, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, e que possibilitou captar recursos e executar a reforma do seu prédio tombado. Foi o reconhecimento do ministro pelo trabalho e entusiasmo da equipe do Arquivo Nacional e os recursos financeiros que vieram das instituições públicas, com o objetivo de terminar o processo de modernização institucional, através da reforma arquitetônica deste prédio. Com esta etapa concluída, o Arquivo Nacional pôde, enfim, desenvolver a sua nobre função pública, a de recolher, guardar, preservar e dar acesso às informações produzidas pela Administração Pública Federal. A instituição levou muito tempo para concluir todas essas etapas, mas a gravidade da situação e as dificuldades encontradas num país como o Brasil, que não tem um processo administrativo estável, nos permite afirmar que conseguimos transformar o Arquivo Nacional numa instituição moderna e capaz de cumprir a sua função pública.

**Entrevista realizada em 2 de outubro de 2013, na sede do Arquivo Nacional, por Vitor Manoel Marques da Fonseca e Silvia Ninita de Moura Estevão.**

# AS MATRIZES FRANCESAS E ORIGENS COMUNS NO BRASIL DOS CURSOS DE FORMAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECONOMIA E MUSEOLOGIA

## THE FRENCH MATRICES AND THE COMMON ORIGINS IN BRAZIL ON TRAINING COURSES IN ARCHIVAL SCIENCE, LIBRARIANSHIP AND MUSEOLOGY

**IVAN COELHO DE SÁ** | Graduação em Museologia (UNIRIO), graduação em Pintura (EBA/UFRJ), mestrado em História da Arte e doutorado em Artes Visuais (PPGAV/EBA/UFRJ). Professor do Departamento de Estudos e Processos Museológicos e do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (UNIRIO/MAST).

### RESUMO

Este artigo aborda as matrizes francesas que serviram de modelo para a implantação e o desenvolvimento, no Brasil, dos cursos pioneiros de arquivologia, biblioteconomia e museologia, mais exatamente no que se refere aos influxos da *École de Chartes* e da *École du Louvre*. Será feita uma recapitulação do surgimento destes cursos no contexto das primeiras décadas do século XX, destacando as inter-relações institucionais entre o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional e o Museu Histórico Nacional. Será estabelecida ainda uma associação de continuidade entre estes cursos e a Escola de Arquivologia, a Escola de Biblioteconomia e a Escola de Museologia, da UNIRIO.

*Palavras-chaves: formação; arquivologia; biblioteconomia; museologia.*

### ABSTRACT

This article discusses the French matrices that served as the model for the initial development and deployment, in Brazil, of pioneer courses on archival science, librarianship and museology, more precisely in relation to the influences from *École de Chartes* and *École du Louvre*. There will be a recap of the emergence of these courses in the context of the first decades of the twentieth century, highlighting the interinstitutional relations between the Arquivo Nacional, the Biblioteca Nacional and the Museu Histórico Nacional. An association of continuity will be established between these pioneer courses and the Escola de Arquivologia, the Escola de Biblioteconomia and the Escola de Museologia, currently part of the UNIRIO.

*Keywords: training; archival; library; museology.*

### RESUMEN

Este artículo aborda las matrices francesas que han servido de modelo para el desarrollo inicial y la implementación, en Brasil, de los cursos pioneros de Arquivología, Biblioteconomía y Museología, más precisamente en relación a las influencias de la *École de Chartes* y la *École du Louvre*. Será hecho un resumen acerca de la creación de estos cursos en el contexto de las primeras décadas del siglo XX, destacando las relaciones interinstitucionales entre el Arquivo Nacional, la Biblioteca Nacional y el Museu Nacional de História. También se va a establecer una relación de continuidad entre estos cursos pioneros y la Escola de Arquivologia, la Escola de Biblioteconomia y la Escola de Museologia, pertenecientes a la UNIRIO.

*Palabras clave: formación; archivo; bibliotecología; museología.*

No Brasil das décadas de 10, 20 e 30 do século passado, a despeito do desenvolvimento do neocolonial e do nacionalismo, que enfraqueceram o ecletismo em sua última fase, a cultura e as emergentes propostas de preservação do patrimônio pautavam-se pela ascendência europeia, sobretudo francesa. A França das primeiras décadas do século XX influenciava ainda fortemente as artes e as ciências em todo o mundo, inclusive áreas de conhecimento como a história, a sociologia, a antropologia, a filosofia e os nascentes campos da arquivologia, da biblioteconomia e da museologia. Na França, desde o final do século XVIII, haviam surgido as primeiras ideias de proteção ao patrimônio, ainda que se referissem a iniciativas isoladas. Em 1790, à época da demolição da Bastilha, Millin<sup>1</sup> questionara este ato e fala pela primeira vez do conceito de monumento histórico. Quatro anos depois, ao apresentar à Convenção instruções sobre o inventário dos bens da Coroa, Vicq D'Azyr<sup>2</sup> salienta o valor educativo dos monumentos (Choay, 2011, p. 89-109). Entretanto, somente algumas décadas depois vão despontar iniciativas mais concretas, quando, em 1830, o Ministério do Interior cria o cargo de inspetor dos monumentos históricos, exercido simultaneamente por Vitet<sup>3</sup> e Merimée<sup>4</sup>. Na sequência, em 1837, é criada uma Comissão de Monumentos Históricos, espécie de órgão de proteção com o objetivo de inventário e classificação dos monumentos medievais.

Com os cursos de formação nas áreas de patrimônio que despontaram no Brasil nas primeiras décadas do século XX – arquivologia, biblioteconomia e museologia – não poderia ser diferente e as matrizes que vão orientar sua idealização e concretização serão essencialmente francesas, mesmo porque a França tinha todo um lastro filosófico e científico que vinha do racionalismo cartesiano do século XVII, passando pelo Iluminismo no século XVIII. Em relação à arte, criara um modelo de academismo oficial, em pleno regime absolutista, que fora exportado para todo o mundo ocidental e vigorara até as primeiras décadas do século XX. Em termos políticos, econômicos e sociais, a Revolução Francesa de 1789 havia aberto o caminho para a luta pelos direitos civis e, no século XIX, a Revolução Industrial e o capitalismo haviam tornado a França uma das mais influentes nações da corrida imperialista e neocolonialista que se estendeu até o início do século XX, quando entrou num gradativo processo de esvaziamento.

Um dos aspectos da política imperialista-neocolonialista passava também pela disputa do domínio de conhecimento do passado da humanidade, sobretudo das bases da chamada civilização ocidental. O conhecimento do passado histórico tinha uma ligação direta com o desenvolvimento dos museus uma vez que implicava a hegemonia dos estudos e da posse sobre os despojos dos antigos impérios da Antiguidade. França, Inglaterra e Alemanha, por meio de seus museus oficiais, como o Louvre, o Museu Britânico e os Museus de Berlim,

---

1 Aubin-Louis Millin de Grandmaison (1759-1818), arqueólogo, naturalista, bibliotecário, numismata e medievalista.

2 Vicq D'Azyr (1748-1794), médico e anatomista.

3 Louis, mais conhecido como Ludovic Vitet (1802-1873), político, jornalista, historiador e escritor francês, um dos pioneiros da preservação de monumentos.

4 Prosper Merimée (1803-1870), político, arqueólogo, historiador e escritor romântico francês.

promoveram escavações no Mediterrâneo e no Oriente Médio, principalmente nos antigos territórios do Egito, da Babilônia e da Assíria. Estudiosos e aventureiros levaram para estes e outros museus europeus milhares de peças coletadas naquelas regiões, lícita ou ilícitamente, investidos ou não da proteção oficial. Nesta corrida pelas descobertas arqueológicas, os museus rivalizavam-se pela disputa dos monumentos e artefatos encontrados, uma vez que a ideia era reunir o maior número possível de objetos, pois quanto maior a quantidade dos acervos, maior seria o conhecimento adquirido sobre a história do mundo e da humanidade. O domínio do conhecimento legitimava o imperialismo e oferecia “suporte teórico” à ideologia do progresso e da civilização. As nações europeias deveriam estar à frente tanto pelos avanços tecnológicos e científicos quanto pela importância de seus museus enquanto centros de pesquisa e de conhecimento. O desenvolvimento do positivismo, também irradiado da França oitocentista, privilegiava igualmente o conhecimento das antigas civilizações, na medida em que a filosofia e a visão de mundo desta doutrina se fundamentavam num processo de evolução da humanidade, cujas transformações sociais eram explicadas por fatos históricos estruturados numa cronologia histórica absoluta e linear.

No século XVIII, o interesse dos *connaisseurs* concentrara-se na Antiguidade Clássica, ou seja, no estudo da cultura greco-romana e de suas contribuições antropocêntricas ao humanismo renascentista, contrariando as tendências dos colecionadores, estudiosos e arqueólogos do século XIX, normalmente egiptólogos e assirólogos, ou melhor, orientalistas, para usar uma expressão mais abrangente, cuja curiosidade desviara-se romanticamente para as culturas não clássicas.

Outra importante vertente de estudo, também de natureza romântica, refere-se aos medievalistas que se propunham a “descobrir” o passado medieval desde os primórdios, nos períodos merovíngio e carolíngio, passando pelo românico e o gótico. A atuação, isolada ou patrocinada pelo Estado, destes estudiosos repercutiu diretamente na ampliação gradativa dos acervos dos museus, trazendo muitas perspectivas para a pesquisa e conferindo um status maior à figura do conservador de museus, cujo processo de profissionalização desenvolve-se consideravelmente nesta época e cujas atribuições estavam ligadas à coleta, pesquisa, identificação, documentação, organização, conservação, curadoria e exposição de acervos. Isto significa que o conservador de museus do século XIX desempenhava funções praticamente idênticas às do atual museólogo.

No entanto, todas estas funções poderiam ser, isoladamente ou mesmo em conjunto, exercidas por outros profissionais como arqueólogos, historiadores, historiadores de arte e estudiosos de áreas específicas, como egiptólogos, orientalistas, medievalistas, e mesmo outros ainda mais especializados, como paleógrafos, numismatas, sigilógrafos etc. Estudiosos como Champollion,<sup>5</sup> nomeado conservador do Museu do Louvre em 1826, dedicaram-se obstinadamente aos estudos de coleções e de objetos, geralmente associados à exegese de inscrições e símbolos, nem sempre auspiciosos como a deste egiptólogo, cuja interpretação dos hieróglifos

---

5 Jean François Champollion (1790-1832).

fos da Pedra de Rosetta abriu o caminho para o conhecimento da civilização egípcia e, conseqüentemente, para a compreensão de parte significativa da história da humanidade.

A despeito deste campo de conhecimento e de trabalho aberto nos museus e com inúmeras perspectivas de ampliação em decorrência dos progressivos projetos de escavações e de criação de novos museus, contraditoriamente, não houve uma preocupação em formar profissionais específicos de museus. Ainda que os museus tenham se convertido em laboratórios para o desenvolvimento da antropologia, da arqueologia e da própria museologia, a ideia de investir em formação de conservadores de museus, como eram denominados os profissionais encarregados da parte técnica das coleções, é bastante tardia, provavelmente porque os museus, nas suas várias tipologias, fossem considerados campos de atuação de arqueólogos, naturalistas, antropólogos, historiadores da arte, helenistas, orientistas etc. e também porque estes profissionais estavam ainda em processo de definição e de construção de bases científicas de seus campos de saber. Somente nas primeiras décadas do século XX despontam propostas de formação específica de conservadores de museus, mais de um século após o surgimento da formação de arquivistas e bibliotecários, estes associados inicialmente à carreira de paleógrafo, mas já admitidos como profissionais que necessitavam de formação “acadêmica”.

A formação em museologia foi um processo demorado que se desenvolveu inicialmente a partir da necessidade de estudar as coleções de museus e não de estudar a instituição museu e suas funções. Os estudos concentravam-se nos acervos, ou seja, na identificação dos objetos, sobretudo para decifrar textos, inscrições ou estabelecer datações, procedências e autorias que ampliavam o conhecimento sobre as origens e o desenvolvimento das antigas culturas, ou civilizações, para empregar um termo mais corrente no oitocentos.

Esta preocupação em decifrar textos e inscrições, ou seja, em realizar estudos de paleografia e epigrafia convergem e aproximam a atuação dos primitivos museólogos, ou melhor, conservadores de museus, à dos primeiros arquivistas e bibliotecários. Ao contrário dos “museólogos”, mais voltados para os acervos das antigas civilizações, geralmente provenientes de escavações arqueológicas, o trabalho dos arquivistas e bibliotecários vai estar mais associado ao estudo do passado medieval por meio da identificação e leitura de documentos e alfarrábios. Tanto museólogos quanto arquivistas e bibliotecários buscavam, para usar um termo atual, a *informação* contida nos objetos, documentos e livros, para que pudessem classificá-los, numa primeira instância, e, ao mesmo tempo, extrair o conhecimento histórico da cultura e da civilização que os produziu, conforme a curiosidade e a obsessão erudita, bem ao espírito do século XIX.

No entanto, ao contrário do que pode parecer à primeira vista, o desenvolvimento de arquivos, bibliotecas e museus emergiu de um profundo processo de ruptura com o passado e a tradição. Pode-se dizer que o nascimento dos “modernos” arquivistas, bibliotecários e museólogos oitocentistas está diretamente ligado às transformações de base acionadas pela Revolução Francesa, marcadas, sobretudo, pela afirmação da nacionalidade e a conseqüente ideia de nacionalização do patrimônio. Ainda que associados ao *Ancien Regime*, os monumentos e acervos arquivísticos, biblioteconômicos e museológicos passam a ser vistos sob a ótica de uma herança ancestral reabilitada pelas novas concepções libertárias e igualitárias.

## A ÉCOLE NATIONALE DES CHARTES

Os estudos aplicados a coleções visando à formação profissional não surgiram no contexto das coleções museológicas, mas sim das coleções arquivísticas, geralmente ligadas a Universidades e com ênfase na decifração de textos. Os exemplos mais antigos destes estudos foram promovidos nas Universidades de Bolonha (1765), Milão (1770), Nápoles (1777) e Coimbra (1796) (González; Gómez, p. 264). Nesta última foi estabelecida uma aula de diplomática, depois transferida para Lisboa (1801) (González; Gómez, p. 264). No entanto, o primeiro exemplo de uma instituição regular de ensino que vai criar um modelo de curso para profissionais de patrimônio foi a École Nationale des Chartes,<sup>6</sup> que criou um currículo fundamentado numa base geral de história, arqueologia e história da arte, enfatizando, em termos técnicos, a paleografia e, a partir desta, os estudos de diplomática, sigilografia e numismática.

A tendência medievalista que orientou os estudos da École des Chartes nos permite associá-la ao contexto romântico-nacionalista do final do século XVIII e das primeiras décadas do século XIX, que impulsionou várias iniciativas de valorização do passado medieval francês, destacando-se as atuações de Alexandre Lenoir<sup>7</sup> e Viollet-le-Duc.<sup>8</sup> Em pleno período revolucionário, Lenoir batera-se contra os vandalismos e os saques e salvara inúmeras esculturas, túmulos e fragmentos de arquitetura, organizados por ele no Musée des Monuments Français, franqueado ao público em 1795. Viollet-le-Duc, ardente medievalista, dedicara-se ao estudo da arquitetura gótica e restaurara vários monumentos, como a Catedral de Notre-Dame de Paris e a cidadela de Carcassonne, tornando-se um dos pioneiros das iniciativas de preservação de patrimônio e um dos precursores das teorias de restauração. Tanto um quanto o outro sofreram críticas, inclusive dos seus contemporâneos. Lenoir foi questionado por Quatremère de Quincy<sup>9</sup> por retirar suas obras de seu contexto, ao “musealizá-las”, e Viollet-le-Duc por realizar reconstituições fantasiosas e buscar um ideal estilístico que, na realidade, não existia. No entanto, a seus modos, ambos conseguiram salvar e preservar referências, seja de elementos mutilados, seja de monumentos reconstituídos.

A École Nationale des Chartes insere-se neste “projeto”, ao mesmo tempo revolucionário e romântico, de recuperação das raízes medievais, na medida em que investiu em pesquisa de fontes primárias documentais, oferecendo subsídios à autoestima nacional e também uma melhor compreensão do desenvolvimento histórico da França por meio de um revisionismo histórico. Da valorização de arquivos e bibliotecas como órgãos públicos, emerge o conceito destas instituições como laboratórios de pesquisa e, nesse contexto, certamente a École des Chartes contribuiu muito para o desenvolvimento do que poderíamos considerar

---

6 *Charte* o mesmo que carta, antigo sinônimo de documento oficial. “Trésor des Chartes, les archives anciennes de la couronne de France” (*Dictionnaire de l'Académie Française*, 8. ed., 1932-5, p. 1.223).

7 Alexandre Lenoir (1761-1839).

8 Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879), arquiteto e restaurador.

9 Antoine-Chrysostome Quatremère de Quincy (1755-1849), arquiteto, filósofo, crítico de arte e político francês.

como uma política científica para estas instituições. O fato é que havia uma necessidade urgente de dar tratamento técnico às coleções e arquivos apreendidos pela Revolução. Esta proposta de ordem técnica de organização destes acervos convergia para as ideias de reformulação historiográfica fundamentada numa metodologia de pesquisa que privilegiasse as informações primárias destas “novas” fontes, bem como para os ideais revolucionários de franquear os arquivos ao público.

Logo no início da Revolução Francesa, dentre as inúmeras reformas promovidas pela Assembleia Nacional Legislativa (1789-91), constava a desapropriação dos bens da Igreja e da Coroa colocados à disposição do Estado: igrejas, mosteiros, catedrais, castelos etc. Juntamente com essas propriedades foram apreendidos importantes arquivos, bibliotecas e coleções de obras de arte, muitos dos quais foram vendidos, alienados ou remanejados aos arquivos, bibliotecas e museus nacionalizados. Dentre estes encontrava-se o *Tresór des Chartes*, antiquíssimo arquivo da Coroa que remontava à Idade Média. Em 1794, a Convenção baixou a chamada Lei de Messidor (25 de junho), determinando o direito de a população ter acesso gratuitamente a todos os documentos transferidos aos arquivos públicos, inclusive aqueles provenientes do “tesouro” da Coroa: “Todo cidadão poderá solicitar em qualquer arquivo, nos dias e horários a serem determinados, o acesso a documentos que eles guardam: o acesso será dado sem custo e sem deslocamento, e com as convenientes precauções de vigilância”.<sup>10</sup>

A ideia da École des Chartes despontara no período napoleônico, mais exatamente em 1806, quando o projeto desta Escola fora apresentado pelo barão de Gérando,<sup>11</sup> então secretário-geral do Ministério do Interior. Considerado um dos primeiros estudiosos de antropologia na França, em 1804 Gérando escrevera *Histoire comparée des systèmes de philosophie, considérés relativement aux principes des connaissances humaines*, tida como uma das obras pioneiras de história crítica e que, certamente, fora subsidiada por fontes primárias às quais ele teve acesso facilmente por sua posição política. Isto justifica o fato de Gérando reconhecer o valor destas fontes para um processo de renovação dos métodos de pesquisa histórica.

A despeito dos esforços de Gérando, somente em 1821, sob a Restauração Bourbon, Luís XVIII criou em Paris, depois instalada no *campus* da Sorbonne, a então École Royale des Chartes, com as finalidades de catalogar e possibilitar o acesso aos pesquisadores dos arquivos e bibliotecas confiscados no período revolucionário. A École Nationale des Chartes, assim chamada após a Revolução de 1830, oferecia um curso estruturado nas ciências auxiliares da história, cujo programa era constituído basicamente de paleografia, sigilografia, numismática, filologia, classificação de arquivos e bibliotecas, geografia histórica, sistemas monetários de pesos e medidas, história das instituições políticas da França, arqueologia e direito civil, canônico e feudal. Essas disciplinas eram fundamentais para a concretização dos

---

10 *Loi du 7 de Messidor. Article XXXVII.* Disponível em: <<http://www.legilux.public.lu/rgl/1794/A/0002/Z.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2013.

11 Joseph-Marie de Gérando (1772-1842), linguista, jurista, filósofo e pedagogo francês. Um dos defensores da instrução primária pública na França no início do século XIX.

objetivos principais de identificar e decifrar documentos, sejam eles convencionais, como manuscritos, iluminuras, cartas patentes, cartas heráldicas, bulas papais etc., ou tridimensionais, como selos sigilográficos, sinetes, moedas, medalhas, condecorações, brasões, cartelas e lápides. Em 1869, houve uma pequena reformulação e as disciplinas ficaram configuradas da seguinte forma: paleografia, línguas romanas, bibliografia, classificação de bibliotecas e arquivos, diplomática, instituições políticas, administrativas e judiciárias da França, direito civil e direito canônico da Idade Média e arqueologia da Idade Média.

Como instituição de ensino superior, a *École Nationale des Chartes*, atualmente com um curso de quatro anos de duração, continua expedindo diploma de arquivista-paleógrafo e vários de seus egressos – os *chartistes*, como ainda são chamados seus alunos e ex-alunos – fizeram e fazem carreira como conservadores de patrimônio, atuando não somente em arquivos e bibliotecas, mas também em museus importantes da França. Seu currículo lançou as bases da formação científica e influenciou muitos outros cursos afins, na França, na Europa e em todo o mundo. A disciplina *classificação de arquivos e bibliotecas* (depois *classificação de bibliotecas e arquivos*) pode ser considerada uma espécie de ponto de partida para os estudos classificatórios não somente de arquivos e bibliotecas, mas também de museus, na medida em que as metodologias técnicas de identificação, classificação e organização de livros e documentos possibilitaram estabelecer parâmetros aplicáveis também aos objetos, como moedas, medalhas, selos sigilográficos, esculturas, pinturas etc.

Em síntese, a *École Nationale des Chartes* foi base para todos os cursos de formação em patrimônio que trabalham com coleções, não somente dos cursos de arquivologia e biblioteconomia, como é normalmente reconhecido, mas também para os cursos de arqueologia, história da arte e museologia, inclusive os da *École du Louvre*.

## A ÉCOLE DU LOUVRE

O Museu do Louvre, criado em 1793, em plena Revolução Francesa, e considerado um dos primeiros a abrir suas portas ao público, conforme o ideal revolucionário de democratizar o conhecimento contido nos tesouros artísticos, foi também pioneiro no sentido de implantar cursos regulares de formação. Ao contrário da *École Nationale des Chartes*, idealizada e implantada na primeira metade do século XIX, a criação da *École du Louvre* insere-se no contexto da Terceira República, nas últimas décadas desse século, momento de consolidação dos ideais e das instituições republicanas frente às ameaças representadas pelos partidários do regime monárquico. De acordo com esta política, a República seria o único sistema capaz de se adaptar aos progressos promovidos pela Revolução Industrial e sua principal estratégia concentrou-se numa reforma de laicização do ensino, ou seja, em estabelecer posturas que enfraquecessem progressivamente a influência das congregações religiosas na educação. O ponto alto desta política ocorreu no governo Jules Grévy,<sup>12</sup> que promoveu uma

---

12 Jules Grévy (1807-1891), presidente da França (1879-87).

ampla reforma aprovando a lei de obrigatoriedade da escola gratuita (1881) e da educação primária laica obrigatória (1882). Nessa época, mais precisamente em dezembro de 1882, é criada a École du Louvre com os objetivos de “extrair das coleções, para a instrução do público, os ensinamentos que elas contêm e de formar conservadores, missionários e escavadores [arqueólogos]”.<sup>13</sup>

Não por simples coincidência, o projeto da École du Louvre teve a liderança política de dois importantes membros do governo Grévy: o ministro da Educação Jules Ferry<sup>14</sup> e o ministro das Artes Antonin Proust<sup>15</sup> e contou também com o apoio institucional de Nicod de Ronchaud,<sup>16</sup> então recém-empossado no cargo de diretor e administrador dos Museus Nacionais e que se tornou o primeiro diretor da École du Louvre. Poeta e escritor, Ronchaud fora inspetor de belas artes (1872) e posteriormente membro da Sociedade Central de Arquitetos Franceses e da Sociedade de Amigos dos Monumentos Parisienses. No entanto, a autoria técnica do projeto deve ser creditada a Louis Courajod,<sup>17</sup> o único com formação e atuação efetiva na área, uma vez que era arquivista-paleógrafo pela École des Chartes e, desde 1879, desempenhava a função de conservador adjunto no Louvre. Historiador de arte especialista em arte gótica, Courajod havia desenvolvido vários estudos, sobretudo na área de pintura, e criara a expressão “gótico internacional” para caracterizar a arte gótica difundida na Europa nos séculos XIV e XV.

Inicialmente, a École du Louvre não surgiu como um curso de museografia, nem muito menos de museologia, mas sim como um curso de arqueologia e epigrafia e, posteriormente, história da arte (1920). De certa forma, a École du Louvre aprofundou a formação já oferecida na École des Chartes, na medida em que ampliou o objeto de estudo para as obras de arte – sobretudo tridimensionais, como pinturas, esculturas, retábulos e fragmentos arquitetônicos. Antes, na École des Chartes, esses estudos eram restritos à identificação de inscrições de “objetos documentos” convencionais, como manuscritos, lápides, medalhas etc. Sem dúvida nenhuma, a École des Chartes ofereceu uma sólida base aos estudos de arqueologia, epigrafia e história da arte, uma vez que, por mais de cinquenta anos, vinha se concentrando na identificação e leitura de inscrições. Isto possibilitou, já no final do século XIX, um significativo e importante conhecimento, sobretudo da França medieval e das origens galo-romanas da arte românica e gótica, que exerciam forte atração junto aos arqueólogos e historiadores de arte românticos, exatamente por esses estudos subsidiarem as bases históricas do nacio-

---

13 Disponível em: <<http://www.ecoledulouvre.fr/ecole-louvre/histoire>>. Acesso em: 2 jul. 2013.

14 Jules Ferry (1832-1893), advogado, jornalista, maçom, positivista e anticlerical. Foi o primeiro prefeito de Paris sob a Terceira República, logo após a queda de Napoleão III. Em seu ministério foram empreendidas várias reformas na educação, conhecidas como Leis Jules Ferry.

15 Antonin Proust (1832-1905), deputado republicano, jornalista, artista, crítico de arte e colecionador. Amigo de Manet promoveu uma exposição retrospectiva da obra deste artista em 1884 e organizou a Exposição Universal de Paris de 1889, comemorativa ao Centenário da Revolução Francesa.

16 Louis François Nicod de Ronchaud (1816-1887).

17 Louis Charles Léon Courajod (1841-1896).

nalismo francês. Não foi por mera coincidência que Louis Courajod, um dos principais artífices desses cursos primitivos do Louvre, era formado pela École des Chartes, apesar de ter se tornado conservador e convergido sua carreira para o estudo da história da arte.

Por outro lado, a despeito desta influência da École Nationale des Chartes, a criação da École du Louvre representou uma necessidade de investir no estudo das inúmeras coleções adquiridas pelo Museu ao longo de quase um século e em crescente processo de expansão, o que de fato ocorreu na década de 1890 e nos primórdios do século XX, com o franco desenvolvimento do imperialismo-neocolonialismo. No entanto, no decorrer de mais de quarenta anos, os cursos da École du Louvre concentraram-se na arqueologia e na história da arte, desconsiderando as questões ligadas ao tratamento técnico de museus. Contraditoriamente, partiu de um historiador de arte, Louis Réau,<sup>18</sup> a reação contra esta hegemonia do estudo de arqueologia e de história da arte no Louvre, seguida de uma primeira reivindicação da necessidade de um curso de museografia. Em 1908, num artigo sobre a organização de museus, Réau critica a École du Louvre e sugere que ela seja “além de um seminário de história da arte e um laboratório de trabalho científico, também uma escola teórica e prática de ‘museografia’” (apud Desvallées; Mairesse, 2011, p. 323). O termo museografia, ou seja, a “descrição de museus”, começara a ser utilizado exatamente no início do século XX. No período entre guerras fora difundido em todo o mundo, sobretudo por influência da revista *Mouseion*, publicada a partir de 1927 pelo Escritório Internacional de Museus. Segundo André Desvallées, a *Mouseion* consagrou o termo museografia “para descrever a organização, a vida, o papel social, a formação histórica dos museus, mas, sobretudo, para especificar os métodos de exposição, de conservação e de difusão utilizados” (Desvallées; Mairesse, 2011, p. 323).

As críticas de Réau devem ter repercutido e acabaram convergindo para outros problemas que se tornaram flagrantes no início dos anos de 1920: o crescimento do acervo do Louvre, a disparidade de coleções e a necessidade de organizá-las de acordo com normas técnicas apropriadas. Henri Verne,<sup>19</sup> que assumira a direção do Museu e da École du Louvre em 1925, promoveu uma grande reformulação do circuito expositivo com o objetivo de ampliar e modernizar as galerias e reorganizar as coleções reagrupando-as por seções. O plano previa a diminuição do excesso de obras expostas e o remanejamento para reservas e coleções de estudo, bem como a supressão das pesadas grades de proteção que criavam uma barreira física entre os visitantes e as obras. A pintura das salas e os revestimentos das paredes foram igualmente modificados e também os sistemas de ventilação, aquecimento e iluminação natural e artificial, esta, inclusive no que se referia à infraestrutura elétrica, que foi modernizada e adaptada à prevenção de incêndios. Além disso, toda a parte referente à documentação, como inventários e catálogos, foi igualmente reformulada (Jaujard, 1935, p. 7-30). O projeto, elaborado inicialmente em 1926, ficou conhecido como Plano Verne, intensificado a partir de 1930 e cujos trabalhos

---

<sup>18</sup> Louis Réau (1881-1961), historiador da arte e especialista em iconografia; foi professor de história da arte na École du Louvre e na Sorbonne.

<sup>19</sup> Henri Jean François Joseph Verne (1880-1949).

prolongaram-se durante e após a guerra. Num período de mais de vinte anos, as galerias foram reorganizadas expandindo-se aos espaços que iam sendo liberados, gradativamente, pelos órgãos públicos que antes as ocupavam com seus escritórios, surgindo novas salas de escultura antiga, escultura europeia, pintura, arte egípcia, arte do Oriente Médio, artes decorativas etc., normalmente apresentadas de maneira cronológica e por escolas artísticas.

Todos esses esforços canalizados para a organização dos espaços e do acervo, bem como a relação destes com o público, apontaram para o grande problema representado pela ausência de estudos efetivos das metodologias técnicas de identificação, classificação, documentação, conservação e exposição. Essa carência evidenciou a necessidade de um curso de formação específica em organização de museus. Sintomaticamente, em 1927, ano seguinte ao início do Plano Verne, quarenta e cinco anos após a criação dos cursos de arqueologia e epigrafia e quase vinte anos após as críticas de Réau, a École du Louvre cria um curso de museografia. A própria denominação deste curso do Louvre, museografia, ou seja, a prática dos museus, principalmente exposição, revela a preocupação maior, naquele momento, que era o tratamento técnico das coleções, da identificação à apresentação ao público. Questões como a função social e as relações dos museus com os processos de educação e comunicação eram ainda muito incipientes e somente algumas décadas mais tarde se tornariam a tônica do estudo da museologia. O Museu do Louvre, em plena efervescência da concretização do Plano Verne, tornou-se um eficaz laboratório para os alunos do novo curso de museografia, dentre os quais Georges Henri Rivière<sup>20</sup> que concluiu o curso em 1928 e logo se destacou como museógrafo e museólogo, tornando-se também um verdadeiro “profeta” das ideias de interação do museu com a sociedade, proposta que será defendida décadas mais tarde na famosa Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972).

Podemos aferir, a partir desta experiência do Louvre, que a ideia de utilizar a estrutura de um museu como suporte para ensino formal foi aplicada primeiramente à arqueologia, à epigrafia e à história da arte e somente num terceiro momento à museologia propriamente dita. Por outro lado, contrariando todas as probabilidades e circunstâncias históricas, o curso técnico do Museu Histórico Nacional (MHN), instalado no Rio de Janeiro em 1922, antecede em cinco anos o curso de museografia da École du Louvre. Não obstante, independente de sua relação de antiguidade na escala internacional, é este curso do Louvre que exportará para o mundo uma matriz curricular que será modelo para a formação em museologia e influenciará o próprio curso de museus do MHN, consolidado a partir de 1932.

---

20 Georges Henri Léon Benjamin Rivière (1897-1985) criou o Museu Nacional de Artes e Tradições Populares e trabalhou com Paul Rivet na implantação do Museu do Homem (1938). Foi membro fundador e primeiro diretor interino do recém-criado Conselho Internacional de Museus (ICOM) (1948-65) e um dos precursores dos conceitos de ecomuseu e etnomuseologia.

## OS PRIMEIROS CURSOS DE FORMAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECONOMIA E MUSEOLOGIA NO BRASIL

No contexto da América Latina, o Brasil foi precursor dos cursos de formação em arquivologia, biblioteconomia e museologia. Estes dois últimos consistiram igualmente em experiências pioneiras no contexto internacional. O projeto do curso técnico (1922) foi um dos mais antigos do mundo, o mesmo ocorrendo com o curso de museus (1932), uma das mais antigas experiências pioneiras com continuidade e ainda em atividade regular. O curso de biblioteconomia foi o terceiro, depois da *École des Chartes* e do *Columbia University*, de Nova Iorque, criado em 1887 por Melvil Dewey,<sup>21</sup> um dos mais importantes teóricos da documentação.

O curso de biblioteconomia foi criado por ocasião das comemorações aos cem anos da Biblioteca Nacional, em outubro de 1910, quando houve a abertura da edificação especialmente construída para abrigá-la após ter passado todo este tempo em prédios improvisados. Nesse contexto, destaca-se a atuação de Peregrino da Silva,<sup>22</sup> que promoveu em sua gestão como diretor, entre 1900 e 1924, uma série de transformações administrativas e técnicas atualizando a Biblioteca Nacional em relação aos modelos europeus, principalmente franceses. Essas reformas, às quais podemos inserir a criação do curso de biblioteconomia, convergiram para o espírito de modernização do Rio de Janeiro, que persistiu após a Reforma Pereira Passos, no qual o novo prédio passou a identificar a Biblioteca Nacional com todo o movimento cultural representado pela cidade enquanto capital federal da emergente República brasileira. O curso foi criado por iniciativa direta de Peregrino da Silva e institucionalizado por meio de um decreto que aprovou o novo Regulamento da Biblioteca Nacional, sendo Hermes da Fonseca presidente da República e Rivadávia Correia ministro da Justiça e dos Negócios Interiores.

O artigo 34, do novo Regulamento de julho de 1911, estabelece a criação de um curso de biblioteconomia estruturado em quatro “matérias”: bibliografia, paleografia e diplomática, iconografia e numismática, que constituiriam “uma só série [ano] e de cujo ensino [seriam] encarregados os diretores de seção”.<sup>23</sup> Com isto, o curso de biblioteconomia inaugura, no Brasil, um novo modelo de curso superior: vinculado a uma instituição que já detém conhecimento na área e utilizando os próprios profissionais como docentes, ou seja, os diretores de Seção seriam os professores das disciplinas. A bibliografia seria ministrada pelo diretor

---

21 Melville Louis Kossuth Dewey (1851-1931), bibliotecário norte-americano. Em 1876, publicou uma obra que revolucionou a biblioteconomia: *Classification and Subject Index for Cataloguing and Arranging the Books and Pamphlets of a Library*, no qual lançou as bases do primeiro sistema de classificação de bibliotecas, o sistema decimal, divulgado em todo o mundo e adotado até a atualidade.

22 Manoel Cícero Peregrino da Silva (1866-1956), advogado, professor, bibliotecário e bibliógrafo. Bacharel (1885) e doutor (1895) pela Faculdade de Direito do Recife, da qual foi bibliotecário (1889-1900). Foi prefeito interino do Rio de Janeiro (1918-19), professor de direito romano e reitor da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Entre 1926 e 1930, foi o quarto reitor da Universidade do Rio de Janeiro, depois UFRJ. Presidente do IHGB (1938-39).

23 Decreto n. 8.835, de 11 de julho de 1911. Aprova o regulamento da Biblioteca Nacional.

da Seção de Impressos que comportava o tratamento técnico de “livros, folhetos, impressos e avulsos, músicas impressas e publicações periódicas”.<sup>24</sup> Paleografia e diplomática ficaria a cargo do diretor da Seção de Manuscritos, cujo universo era constituído de “manuscritos e obras de paleografia e diplomática”,<sup>25</sup> isto é, documentos manuscritos em geral. Iconografia seria ministrada pelo diretor da Seção de Estampas e Cartas Geográficas, responsável pelas “estampas, chapas gravadas, desenhos, fotografia e obras de iconografia, assim como capas e coleções geográficas, plantas e planos”.<sup>26</sup> Numismática inseria-se na Seção de Moedas e Medalhas cujo diretor era responsável pelas coleções de “moedas, cédulas, vales, títulos representativos de valor, medalhas, condecorações, distintivos, jetons, reclamos metálicos, sinetes, selos e obras de numismática, sigilografia e filatelia”.<sup>27</sup>

No ano seguinte, 1912, o curso foi suspenso pela desistência dos alunos matriculados, na maioria funcionários da própria Biblioteca Nacional, provavelmente por enfrentarem dificuldade em conciliar as aulas com o trabalho num período em que as Seções estavam sendo reestruturadas com a transferência dos acervos para o novo prédio. Também provavelmente por este mesmo problema, não houve alunos inscritos nos anos de 1912, 1913 e 1914, como observou Simone Weitzel em seu estudo sobre a história do curso:

É considerado um marco histórico da biblioteconomia no país a criação do curso na Biblioteca Nacional. O curso, institucionalizado pelo decreto n. 8.835 de 11 de julho 1911, tinha por objetivo principal formar pessoal para os quadros de funcionários da Biblioteca Nacional (BN) conforme o modelo praticado pela *École de Chartes* na França. Devido a uma série de razões, especialmente em função das mudanças estruturais por que passara a BN naquele ano (nova sede e reforma administrativa), os candidatos ao curso, funcionários da casa, cancelaram as suas inscrições ao longo dos primeiros anos, e, por isso, seu início efetivo se deu somente em 1915 (Weitzel, 2012, p. 2).

Em abril de 1915, as aulas do curso de biblioteconomia foram reabertas sendo oferecidas com regularidade por cinco anos, até 1920. Entretanto, o funcionamento do curso ficou comprometido por mais de uma década: em 1921, não foi aberto por não haver alunos inscritos (Weitzel, 2012, p. 2), e em 1922, com a criação do Museu Histórico Nacional, em decorrência da proposta de um curso técnico que deveria centralizar as formações para profissionais de arquivos, bibliotecas e museus, assunto a ser tratado logo adiante.

O curso de arquivologia foi criado também em 1911, em dezembro, ainda no governo Hermes da Fonseca, cerca de seis meses depois do curso de biblioteconomia, com o nome de curso de diplomática, vinculado ao Arquivo Nacional, sendo estabelecido pelo decreto

---

24 Idem.

25 Idem.

26 Idem.

27 Idem.

que aprovou o novo regulamento desta instituição, antes denominada Arquivo Público Nacional. O decreto não fala da duração do curso, mas assim como o da Biblioteca Nacional, devia ser oferecido em um ano, uma vez que era estruturado também, ao que parece, em quatro disciplinas: paleografia, cronologia e a crítica histórica, tecnologia diplomática e regras de classificação. Um sério empecilho ao estudo das estruturas desses cursos pioneiros refere-se à falta de informações sobre os programas completos das disciplinas, uma vez que os decretos que se referem à criação desses cursos limitam-se apenas a citar os nomes das matérias. Em alguns casos, como no curso de diplomática, fica difícil entender se o nome refere-se a uma ou a duas disciplinas: “cronologia e a crítica histórica, a tecnologia diplomática e regras de classificação”.<sup>28</sup> Os professores destas disciplinas do curso de diplomática, ainda conforme o modelo estipulado pelo curso de biblioteconomia, deveriam ser os próprios funcionários do Arquivo Nacional. O decreto é muito lacônico em relação ao curso, cuja criação é estabelecida no artigo 10: “fica instituído no Arquivo Nacional um curso de diplomática, em que se ensinarão a paleografia com exercícios práticos, a cronologia e a crítica histórica, a tecnologia diplomática e regras de classificação”.<sup>29</sup>

Em 1922, no contexto das comemorações aos cem anos da proclamação da Independência do Brasil, o presidente Epitácio Pessoa cria o Museu Histórico Nacional, conforme projeto de Gustavo Barroso<sup>30</sup> que, desde a década de 1910, vinha defendendo a implantação de um museu que centralizasse acervos relativos à história do país, sobretudo ligada aos feitos militares. No próprio decreto que define a organização e a estruturação do Museu Histórico Nacional, Barroso insere a criação de um curso técnico “comum ao Museu Histórico Nacional, a Biblioteca Nacional e ao Arquivo Nacional”<sup>31</sup> com a finalidade de formar oficiais para o Museu e amanuenses<sup>32</sup> para o Arquivo e a Biblioteca. O curso daria uma formação básica e geral aos técnicos em arquivos, bibliotecas e museus e as disciplinas seriam distribuídas em dois anos, da seguinte forma: “1º ano: história literária, paleografia e epigrafia, história política e administrativa do Brasil, arqueologia e história da arte. 2º ano: bibliografia, cronologia e diplomática, numismática e sigilografia, iconografia e cartografia”.<sup>33</sup>

Conforme havia sido previsto em 1911 para o curso de biblioteconomia e para o curso de diplomática, as disciplinas deste curso técnico seriam ministradas pelos próprios

---

28 Decreto n. 9.197, de 9 de dezembro de 1911. Aprova o regulamento do Arquivo Nacional.

29 Idem.

30 Gustavo Dodt Barroso (1888-1959). Advogado, jornalista, político e escritor. Idealizador e primeiro diretor do MHN.

31 Decreto n. 15.596, de 2 de agosto de 1922. Cria o Museu Histórico Nacional e aprova o seu regulamento.

32 Oficiais e amanuenses eram funcionários públicos encarregados da documentação e da correspondência, investidos de funções administrativas nas repartições públicas das primeiras décadas do século XX. Os oficiais situavam-se imediatamente abaixo dos chefes de seção e acima dos amanuenses, escriturários que trabalhavam diretamente com a documentação. Nos arquivos, nas bibliotecas e nos museus públicos esses funcionários passaram a desempenhar funções técnicas relativas aos acervos.

33 Decreto n. 15.596, de 2 de agosto de 1922. Artigo 55.

QUADRO COMPARATIVO ENTRE AS MATRIZES FRANCESAS E OS CURRÍCULOS DOS CURSOS BRASILEIROS

ÉCOLE ROYALE DES CHARTES 1821	ÉCOLE NATIONALE DES CHARTES 1869	CURSO DE ARQUEOLOGIA ÉCOLE DU LOUVRE 1882	CURSO DE HISTÓRIA DA ARTE ÉCOLE DU LOUVRE 1920	CURSO DE MUSEOGRAFIA ÉCOLE DU LOUVRE 1927	
Numismática	-	-	-	-	
Sigilografia	-	-	-	-	
Paleografia	Paleografia	-	-	-	
-	-	Epigrafia	-	-	
-	-	-	-	-	
-	Diplomática	-	-	-	
Arqueologia	Arqueologia da Idade Média	Arqueologia	-	-	
-	Bibliografia	-	-	-	
-	-	-	-	-	
Classificação de Arquivos e Bibliotecas	Classificação de Bibliotecas e Arquivos	-	-	Museografia	
História das Instituições Políticas da França	Instituições Políticas, Administrativas e Jurídicas da França	-	-	-	
-	-	História da Arte	História da Arte	-	
-	-	-	-	-	
Direito Civil, Canônico e Feudal	Direito Civil e Direito Canônico da Idade Média	-	-	-	
Geografia Histórica	-	-	-	-	
Sistema Monetário de Pesos e Medidas	-	-	-	-	
Filologia	Línguas Romanas	-	-	-	

	CURSO DE BIBLIOTECONOMIA BIBLIOTECA NACIONAL 1911	CURSO DE DIPLOMÁTICA ARQUIVO NACIONAL 1911	CURSO TÉCNICO MHN 1922	CURSO DE MUSEUS MHN 1932	CURSO DE BIBLIOTECONOMIA BIBLIOTECA NACIONAL 1932
	Numismática	-	Numismática e Sigilografia	Numismática (brasileira) e Sigilografia	-
	-	-		Numismática (Parte Geral)	
	Paleografia	Paleografia	Paleografia e Epigrafia	Epigrafia	Paleografia
	-				
	-	Cronologia e a Crítica Histórica Tecnologia Diplomática	Cronologia e Diplomática	Cronologia	-
	Diplomática				Diplomática
	-	-	Arqueologia	Arqueologia Aplicada no Brasil	-
	Bibliografia	-	Bibliografia	-	Bibliografia
	Iconografia	-	Iconografia e Cartografia	-	Iconografia
					Cartografia
	-	Regras de Classificação	-	Técnica de Museus	-
	-	Cronologia e a Crítica Histórica	História Política e Administrativa do Brasil	Hist. Política e Adm. do Brasil (até a atualidade)	-
				Hist. Política e Adm. do Brasil (Período Colonial)	
	-	-	História da Arte	História da Arte (especialmente do Brasil)	-
	-	-	História Literária	-	História Literária
	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-

funcionários das três instituições envolvidas, “cabendo ao Museu Histórico Nacional o de arqueologia e história da arte e de numismática e sigilografia, à Biblioteca Nacional o de história literária, de bibliografia, de paleografia e epigrafia e de iconografia e cartografia e ao Arquivo Nacional o de história política e administrativa do Brasil e de cronologia e diplomática”.<sup>34</sup>

Este projeto de Barroso, de um curso técnico comum às três áreas de patrimônio, mantém algumas disciplinas dos cursos pioneiros de 1911. Do curso de biblioteconomia da Biblioteca Nacional: iconografia, paleografia, diplomática, bibliografia e numismática. Do curso de diplomática do Arquivo Nacional: cronologia, paleografia e diplomática. No entanto, Barroso vai mais além e acrescenta disciplinas que não haviam sido previstas nestes dois cursos anteriores, mas que faziam parte do currículo da *École Nationale des Chartes*: epigrafia, sigilografia, cartografia e arqueologia, esta, naturalmente, relativa ao Brasil e não ao período medieval. A matéria história política e administrativa do Brasil, de certa forma, era uma equivalente à disciplina história política, administrativa e judiciária da França que, no curso de diplomática do Arquivo Nacional, pode ter uma identificação com a disciplina (ou disciplinas) cronologia e a crítica histórica. A inserção desta disciplina de história no curso técnico rompe com o tecnicismo e pode ser considerada como uma tentativa de dar uma base teórica geral no campo da história, como ocorrera na *École des Chartes*. Na verdade, percebe-se que a proposta principal do curso técnico, como na França, era oferecer aos técnicos que trabalhavam em coleções de arquivos, bibliotecas e museus uma base e uma estrutura cronológica e factual da história do país, sobretudo em termos políticos e administrativos. No entanto, nota-se igualmente que havia uma ideia de oferecer uma formação em cultura geral paralelamente à formação técnica. A cultura geral, sobretudo humanística, proporcionava uma sólida erudição, bem ao gosto do espírito polifônico do século XIX e que influenciou o currículo da *École des Chartes*, da *École du Louvre* e de suas congêneres brasileiras. A preocupação com o domínio das metodologias de tratamento técnico corresponde a outra tendência oitocentista, visando principalmente à classificação das coleções, proposta muito próxima da visão positivista de organização do mundo e com origens mais remotas no sentido classificatório do cientificismo do século XVIII.

Por outro lado, percebe-se nesta proposta de Barroso não somente a influência direta da *École des Chartes*, mas também da *École du Louvre*, dos cursos de arqueologia e de história da arte e isto, pelo fato dele inserir a disciplina história da arte que, no Brasil, só existia no currículo da Escola Nacional de Belas Artes,<sup>35</sup> onde fora implantada em 1870, mas que se referia basicamente à história “clássica” da arte europeia. Totalmente inusitada e sem precedentes, nem mesmo na *École des Chartes*, é a disciplina história literária, ou como podemos entender atualmente história da literatura, sem dúvida importantíssima para o campo da

---

34 Idem. Artigo 56.

35 Antiga Academia Imperial de Belas Artes.

biblioteconomia e que revela o interesse de Barroso pela literatura, que remontava à adolescência e crescera com sua atuação como historiador e escritor.

A parte referente ao tratamento técnico, prevista na *École des Chartes* com a disciplina classificação de arquivos e bibliotecas, não aparece no formato de disciplina, nem no curso de biblioteconomia, nem no curso técnico de Barroso, somente no curso de diplomática do Arquivo Nacional, na disciplina tecnologia diplomática e regras de classificação. Sendo estes cursos inspirados diretamente no modelo da *École des Chartes*, não haveria razão para suprimir uma disciplina tão importante prevista por esta matriz como classificação de bibliotecas e arquivos, mesmo porque as finalidades precípua tanto da matriz francesa quanto do curso de biblioteconomia, do curso de arquivologia e do curso técnico eram exatamente a identificação, classificação e organização técnica das coleções, inclusive em termos de acondicionamento e conservação. No curso de biblioteconomia de 1911, os conteúdos técnicos estavam inseridos nas disciplinas que tratavam diretamente das coleções: bibliografia, diplomática, iconografia e numismática, cuja programação abrangia “todo o objeto de uma seção, inclusive a parte administrativa e a prática dos diversos serviços”.<sup>36</sup> (grifos nossos)

O mesmo ocorreu na proposta do curso técnico do MHN, no qual fica evidente que as “lições de classificação e administração” constariam nos “exercícios práticos” previstos nas disciplinas que subsidiavam o estudo das coleções – paleografia e epigrafia, arqueologia, história da arte, bibliografia, cronologia e diplomática, numismática e sigilografia e iconografia e cartografia – à exceção, obviamente, das disciplinas não técnicas história política e administrativa do Brasil e história literária. Esta parte relativa ao processamento técnico deveria ser aferida nas provas práticas das disciplinas ligadas às coleções, constando, inclusive, a “descrição e classificação de objetos”, como ficou estipulado no decreto de 1922:

Art. 62. Nas aulas que as comportarem, serão dadas *lições de classificação e administração* de bibliotecas, mapotecas, arquivos, *museus históricos* e gabinetes de estampas e de moeda e medalhas, compreendidos os exercícios práticos. [...] Parágrafo único. As provas escritas de paleografia e epigrafia, arqueologia, história da arte, bibliografia, cronologia e diplomática, numismática e sigilografia e iconografia e cartografia terão o caráter de provas práticas, de *descrição e classificação de objetos* pertencentes às coleções dos estabelecimentos em que tais matérias devem ser lecionadas.<sup>37</sup> (grifos nossos)

São exatamente estes conteúdos de “lições de classificação e administração de (...) museus históricos”, associados às “provas práticas de descrição e classificação de objetos”, que conferem ao curso técnico do MHN um caráter pioneiro em termos de proposta de forma-

---

<sup>36</sup> Decreto n. 8.835, de 11 de julho de 1911.

<sup>37</sup> Decreto n. 15.596, de 2 de agosto de 1922.

ção de museus. Mesmo não existindo como uma disciplina autônoma, esses conteúdos estavam presentes em todas as disciplinas anteriormente citadas que se referiam aos estudos de coleções. Como Gustavo Barroso pensou e estruturou esta parte de administração de museus e classificação de objetos, anteriormente às publicações da revista *Mouseion* e à implantação do curso de museografia do Louvre, é uma resposta ainda muito difícil de ser esclarecida, mesmo porque praticamente não existe nenhuma documentação sobre o curso técnico e muito menos sobre os programas das disciplinas. Muito provavelmente ele deve ter amadurecido a ideia a partir da disciplina classificação de bibliotecas e arquivos, da École des Chartes, cujo programa poderia ser adaptado aos museus e coleções museológicas. Além disso, Barroso pode ter recorrido também a catálogos de museus, bem como a livros de história da arte e de artes ornamentais e decorativas, e ainda a catálogos específicos de coleções, moedas, medalhas, cerâmicas etc.

Pioneirismo à parte, seja tratando da formação isolada em museus ou da combinação desta com a formação em arquivos e bibliotecas, o curso técnico comum às três instituições nacionais de patrimônio não foi concretizado. Houve a matrícula de alguns alunos, mas o curso funcionou de maneira irregular, e provavelmente sem ter sido concluído. É um assunto pouquíssimo estudado e que requer mais pesquisas em fontes primárias para que se possa chegar a uma conclusão sobre esta provável primeira e única turma. Segundo Augusto Maia, “como o processo de inscrição originou-se na Biblioteca Nacional, caberia a esta enviar para os diretores das demais instituições envolvidas a relação dos alunos matriculados. Na primeira turma do curso técnico, em abril de 1923, foram inscritos onze alunos” (Maia, 2004, p. 12).

Ainda segundo Maia, ao analisar um expediente do diretor interino da Biblioteca Nacional, datado de 5 de abril de 1923, os alunos inscritos no curso técnico eram: Jonas Paulo Fernandes, Heitor José Pereira Guimarães, Marcio Gomes de Araújo, Adolpho Câmara da Motta, Joaquim Menezes de Oliva, Rufino de Loy, Emmanuel Eduardo Gaudie Ley, Adolpho Jacome Martins Pereira Filho, Optaciano Alves do Valle, Aurélio de Moraes Britto e Ruy de Gouvêa Nobre (Maia, 2004, nota 7, p. 19). Destes, podemos identificar como funcionário do MHN, Joaquim Menezes de Oliva, que era chefe da recém-criada Seção de História e que foi depois professor de história da arte do curso de museus, bem como Emmanuel Eduardo Gaudie Ley, que era funcionário da Biblioteca Nacional onde foi auxiliar de bibliotecário, amanuense e diretor da Seção de Impressos. Gaudie Ley fora aluno do curso de biblioteconomia em 1917 e depois, na década de 1930, professor das disciplinas bibliografia e história literária no curso de biblioteconomia. Além dele, eram também funcionários da Biblioteca Nacional Adolpho Jacome Martins Pereira, Rufino de Loy<sup>38</sup> e Adolpho Câmara da Motta, este, auxiliar de catalogação e tesoureiro. Por outro lado, Augusto César Castro, em sua *História da biblioteconomia brasileira*, fala em quatorze alunos inscritos no curso técnico, o que nos leva a deduzir que os onze citados por Maia podem tratar-se dos que chegaram a

---

38 Advogado, foi promotor público na cidade do Rio de Janeiro nos anos de 1930.

frequentar as poucas disciplinas que, com certa probabilidade, podem ter sido oferecidas: história política e administrativa no Brasil, no Arquivo Nacional, e, com menos probabilidade, arqueologia e história da arte, no MHN.

A não viabilização do curso técnico pode estar associada a possíveis divergências de natureza política entre o diretor da Biblioteca Nacional, Peregrino da Silva, e o diretor do Arquivo Nacional, Alcides Bezerra,<sup>39</sup> em relação ao prestígio político adquirido, nesta época, por Gustavo Barroso, diretor do Museu Histórico Nacional e idealizador do curso neste formato de parceria com os técnicos-professores das três instituições. Tanto a Biblioteca Nacional quanto o Arquivo Nacional, instituições antigas,<sup>40</sup> podem ter se ressentido de certa perda de espaço para o recém-criado MHN. Esta ideia é defendida por Augusto Maia ao tratar da criação do curso técnico:

Nele [decreto de criação do MHN], diferentes alterações podem ser observadas nas estruturas de funcionamento do Arquivo Nacional, modificações estas que nos levam à interpretação de uma forte atuação política para criação da nova instituição e da diminuição da influência exercida quer pela Biblioteca Nacional, quer pelo Arquivo Nacional, considerando, para tal avaliação, a grande influência de seu primeiro diretor Gustavo Barroso (Maia, 2004, p. 9).

Sem dúvida nenhuma Gustavo Barroso encontrava-se, nessa época, no ápice de sua influência política. Fora eleito deputado estadual pelo Ceará e secretariara Epiácio Pessoa, então chefe da Delegação do Brasil na Conferência de Paz de Versalhes, reunida em 1919, logo após o término da Primeira Guerra. A aproximação com o presidente Pessoa<sup>41</sup> fora decisiva para que Barroso conseguisse influenciá-lo sobre suas propostas de criação de um museu. Entretanto, Alcides Bezerra também tinha sua parcela de influência uma vez que fora igualmente eleito deputado estadual pela Paraíba para o período de 1920-23, e interrompera o mandato a instâncias do próprio presidente Epiácio Pessoa, seu conterrâneo, que o convidara para dirigir o Arquivo Nacional. O mesmo pode-se dizer de Peregrino da Silva, que mantinha antigos laços de amizade com Pessoa e vinte anos antes, em 1900, à época em que este era ministro da Justiça do governo Campos Sales, fora convidado por ele para dirigir a Biblioteca Nacional (Andrade, 2008, p. 3).

---

39 João Alcides Bezerra Cavalcanti (1891-1938), advogado, jornalista, historiador, folclorista e filósofo paraibano. Formou-se pelo curso de ciências jurídicas da Faculdade de Direito do Recife (1911), onde foi simultaneamente procurador interino da República (1913), inspetor-geral de ensino (1915-17), promotor público (1917-19) e diretor-geral da Instrução Pública (1920-22).

40 A Biblioteca Nacional fora criada pelo então príncipe regente d. João VI, em 1810, como Real Biblioteca, e o Arquivo Público do Império remontava a 1838, quando foi fundado na Regência de Pedro de Araújo Lima.

41 Em abril de 1919, quando ainda encontrava-se em Paris, Epiácio Pessoa foi indicado e eleito presidente, retornando ao Brasil em junho do mesmo ano.

O fato é que a implantação do Museu Histórico Nacional e do curso técnico criara suscetibilidades entre o Museu e a Biblioteca Nacional e o Arquivo Nacional, que tiveram suas coleções desfalcadas para compor o acervo do MHN. Tanto a Biblioteca Nacional quanto o Arquivo Nacional sentiram-se prejudicados na medida em que eram instituições já consolidadas e tiveram que ceder parte considerável de suas coleções ao recém-criado Museu, ainda que a guarda e exposição destes acervos fossem mais compatíveis a uma instituição museológica. Na verdade, o MHN vinha suprir uma necessidade não somente na área dos museus, sobretudo relativos à história do Brasil, mas também no campo da preservação de patrimônio e de valorização da identidade nacional no contexto da República Velha. Da Biblioteca Nacional foram transferidas para o MHN as coleções de moedas, medalhas e condecorações, e do Arquivo Nacional foram remanejadas igualmente importantes peças do antigo museu desta instituição, como bustos, esculturas e também medalhas, moedas e condecorações. Entretanto, as Disposições Gerais e Transitórias do decreto de criação do MHN, no seu artigo 83, eram bastante categóricas em relação a estas transferências de acervos ao museu recém-criado, enumerando, inclusive, as instituições que deveriam ceder coleções como a Casa da Moeda, o Museu da Marinha, o Museu Militar e o Museu Nacional, citando, logo no início, o Arquivo e a Biblioteca Nacional: “serão transferidos para o Museu Histórico Nacional: 1. Os objetos que constituem o museu histórico do Arquivo Nacional; 2. O acervo da seção de moedas e medalhas da Biblioteca Nacional, inclusive as obras impressas que formam a biblioteca especial da seção; [...]”<sup>42</sup>

No entanto, independente de melindres que possam ter ocorrido, ao que parece, o que inviabilizou, de fato, a concretização do curso técnico foram divergências de ordem funcional entre a Biblioteca Nacional e o MHN. Segundo Castro, o curso técnico não teria funcionado em virtude de Constâncio Alves<sup>43</sup> e Mario Behring<sup>44</sup> terem se recusado a ministrar as disciplinas que deveriam ser responsáveis, respectivamente, história literária e paleografia. De acordo com Castro, tanto Alves quanto Behring não concordavam com a criação do curso técnico e justificaram essa oposição pelo fato de que “ao assumirem a docência duplicariam suas atividades – bibliotecário / chefe de Seção e professor, não recebendo qualquer adicional de salários”. Ainda conforme Castro, outro motivo que pesou na não concretização do curso foi a “lei dos adidos que mandava aproveitar os funcionários em disponibilidade, [para os cargos de bibliotecários, arquivistas, arqueólogos e paleógrafos] que fez com que nunca funcionasse este curso técnico” (Castro, 2000).

---

<sup>42</sup> Decreto n. 15.596, de 2 de agosto de 1922.

<sup>43</sup> Antônio Constâncio Alves (1862-1933), jornalista, poeta, ensaísta e bibliotecário baiano. Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia (1885) não chegou a exercer a profissão, dedicando-se ao jornalismo. Transferiu-se em 1890 para o Rio de Janeiro. Ingressou na Biblioteca Nacional em 1895. Foi diretor da Seção de Manuscritos e professor de bibliografia.

<sup>44</sup> Mario Marinho de Carvalho Behring (1876-1933), engenheiro, jornalista e historiador mineiro. Radicou-se no Rio de Janeiro em 1901. Foi diretor da Seção de Manuscritos (1903) e diretor-geral da Biblioteca Nacional (1924-1932). Participou ativamente da Maçonaria, tendo representado o Brasil no Congresso Maçônico de Lausanne, na Suíça (1921).

Em termos de formação, a realidade é que o curso técnico idealizado por Barroso foi uma proposta bastante arrojada para o Brasil dos anos de 1920 e sem precedentes, inclusive na França, de onde vieram as matrizes de nossos cursos. E isto, não somente por reunir as três áreas que lidavam diretamente com a documentação das coleções de arquivos, bibliotecas e museus, mas por se antecipar, em cinco anos, ao próprio curso de museografia da École du Louvre. Nem mesmo a École des Chartes, que no seu projeto pioneiro vinculava as formações de arquivologia e biblioteconomia, previra a inserção de uma possível formação em classificação de coleções museológicas, e isto, num país como a França, com uma tradição de museus sem parâmetros de comparação com o extremamente limitado e incipiente cenário dos museus brasileiros dos anos de 1920.

Apesar de não ter tido existência efetiva, o curso técnico do Museu Histórico Nacional, por ter sido previsto no decreto de criação deste Museu, provocou automaticamente a supressão do curso de biblioteconomia da Biblioteca Nacional e do curso de diplomática do Arquivo Nacional. Consequentemente, essas instituições tiveram que adequar seus regulamentos ao novo decreto, inclusive no que se referia ao curso técnico a ser ministrado em parceria pelas três instituições. A Biblioteca Nacional antecipou-se e, um mês após o decreto de criação do MHN, em setembro de 1922, promoveu a reformulação de seu Regulamento, adequando-o às novas mudanças trazidas com a criação deste Museu. Com isso, foram promovidas algumas alterações na estrutura administrativa como a extinção da Seção de Medalhas e Moedas, cujas coleções haviam sido transferidas para o MHN, e a criação, em seu lugar, da Seção de Publicações e Periódicos, desmembrada da antiga Seção de Impressos, agora transformada em Seção de Obras Impressas. O curso técnico proposto por Gustavo Barroso é previsto no artigo 36, do capítulo IV, do novo Regulamento da Biblioteca Nacional, com a finalidade de “habilitar os candidatos ao cargo de amanuense da Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional e ao de 3º oficial do Museu Histórico Nacional”,<sup>45</sup> constando igualmente neste artigo, a mesma sequência de disciplinas estabelecidas no decreto que criou o MHN. O artigo 37 trata das responsabilidades do oferecimento das disciplinas, repetindo, literalmente, as mesmas diretrizes do decreto do MHN:

O ensino das matérias será dividido entre os estabelecimentos a que é comum o curso técnico, cabendo à Biblioteca Nacional o de história literária, de bibliografia, de paleografia e epigrafia e de iconografia e cartografia (no sentido de estudo, descrição e classificação de cartas geográficas), ao Arquivo Nacional o de história política e administrativa do Brasil e de cronologia e diplomática e ao Museu Histórico Nacional o de arqueologia e história da arte e de numismática e sigilografia.<sup>46</sup>

---

<sup>45</sup> Decreto n. 15.670, de 6 de setembro de 1922. Aprova o Regulamento para a Biblioteca Nacional.

<sup>46</sup> Idem.

O Arquivo Nacional demorou nove meses para fazer a mesma adequação de seu Regulamento, aprovado em maio de 1923. Apesar de não haver nenhuma referência à extinção do museu histórico que havia em seus quadros, que simplesmente não consta mais e que havia sido previsto nos decretos de 1893 e de 1911, nos quais o artigo 9º tratava inteiramente da constituição de seu acervo.

No museu histórico haverá: I. Uma coleção das medalhas que tenham sido ou forem sendo cunhadas para comemorar acontecimentos pátrios ou quaisquer fatos importantes, ou para prêmios de serviços relevantes. II. Uma coleção das moedas do Brasil quer metálicas, quer em papel, que tenham sido ou venham a ser emitidas, bem como o modelo das apólices do governo também uma coleção de padrões de pesos e medidas, antigos e modernos. III. Um modelo ou exemplar das patentes, cartas e diplomas impressos ou litografados, expedidos por estabelecimentos públicos ou oficialmente autorizados para se conferirem títulos, graus científicos e literários e prêmios. IV. Coleção de figurinos, quer representativo da população civilizada ou selvagem, das vestimentas e fardas de funcionários civis e militares, antigos e modernos. V. Retratos ou bustos de brasileiros notáveis, estampas de edifícios e de monumentos comemorativos de acontecimentos pátrios, cópia de inscrições, fac-símile, distintivos, utensílios e quaisquer objetos que tenham ou possam vir a ter valor histórico.<sup>47</sup>

O curso de diplomática também não é mais citado no Regulamento de 1923 do Arquivo Nacional, nem em termos de sua extinção, aparecendo, no artigo V, em tudo idêntico ao artigo IV do Regulamento da Biblioteca Nacional, que repete a mesma estrutura de disciplinas do curso técnico e a relação destas com as instituições que iriam oferecê-las, bem como as mesmas normas para inscrições, prazos de matrícula, provas etc.

A não concretização do curso técnico suscitou um problema de ordem institucional para a questão da capacitação dos funcionários do Arquivo, da Biblioteca e do Museu Histórico Nacional. Mesmo não tendo continuidade, constituía um entrave uma vez que continuava tendo existência legal nos decretos de 1922 e de 1923 que regulamentavam seu funcionamento nas três instituições envolvidas. Por uma década paralisaram-se as propostas de cursos e somente no início dos anos de 1930 foram retomadas e viabilizadas na Biblioteca Nacional e no MHN. No Arquivo Nacional, o processo foi mais longo e somente após trinta anos é que o curso foi restabelecido e estabilizado de forma permanente. Segundo Mariza Bottino (1994, p. 13), em 1930, o diretor Alcides Bezerra pleiteou junto à Universidade do Rio de Janeiro<sup>48</sup> a inclusão de um curso de arquivo à estrutura

---

<sup>47</sup> Decreto n. 1.580, de 31 de outubro de 1893, e decreto n. 9.197, de 9 de dezembro de 1911.

<sup>48</sup> Criada em 1920 com a junção da Faculdade de Medicina, da Escola Politécnica, e da Faculdade de Direito. Em 1937, passou a denominar-se Universidade do Brasil, conhecida também, desde 1965, como Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

universitária. Como não houve interesse por parte da Universidade, o Arquivo Nacional passou a realizar cursos esporádicos na tentativa de superar a carência de capacitação. Na gestão Vilhena de Moraes<sup>49</sup> os esforços foram canalizados para a publicação de catálogos e o problema da formação técnica arrefeceu. No final da década de 1950, ao assumir a direção, José Honório Rodrigues<sup>50</sup> vai promover um importante trabalho de reformulação em toda a estrutura técnica e administrativa, inclusive em relação à formação dos funcionários, criando uma Seção de Cursos. Ainda segundo Mariza Bottino (1994, p. 14), nessa época o francês Henri Boullier de Branche<sup>51</sup> foi convidado para ministrar cursos de aperfeiçoamento aos funcionários, seguido de treinamento intensivo (1959-60), tornando-se referência na formação científica dos arquivistas brasileiros. O curso deve ter versado basicamente sobre processamento técnico arquivístico, com ênfase nos sistemas de classificação e identificação de documentos, inclusive paleografia, ou seja, um programa próximo do currículo da École des Chartes, da qual Henri Boullier fora aluno nos idos de 1928-32. Em 1960, certamente em função dos resultados dos ensinamentos teóricos e práticos dos cursos oferecidos por Boullier, foi criado o curso permanente de arquivos com a duração de dois anos. Em 1973, este curso obteve mandato universitário da UFRJ, e quatro anos depois, em 1977, como curso de arquivologia, foi absorvido pela então Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ), depois transformada em Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO).<sup>52</sup>

Diferentemente do Arquivo Nacional, após o insucesso do curso técnico de 1922, a Biblioteca Nacional mobilizou-se logo no sentido de retomar o curso de biblioteconomia, efetivando-o após os altos e baixos das décadas de 1910 e 1920. Em novembro de 1931, certamente por já ter conhecimento de que o então diretor interino do MHN, Rodolfo Garcia,<sup>53</sup> encaminhara ao Ministério da Educação e Saúde a solicitação de criação do curso de museus, o que tornaria sem efeito o curso técnico, a Biblioteca Nacional obtém o reestabelecimento do curso de biblioteconomia mantendo praticamente as mesmas disciplinas do curso de 1911 – bibliografia, paleografia, diplomática e cronologia – acrescentando as duas disciplinas idealizadas por Barroso no curso técnico: história literária e cartografia. A disciplina numismática foi suprimida, uma vez que as coleções de moedas e medalhas pertenciam agora ao Museu Histórico Nacional. Com essas pequenas alterações, o novo curso de biblioteconomia ficou assim estruturado: “1º ano: Bibliografia. Paleografia. Diplomática. 2º ano:

---

49 Eugênio Vilhena de Moraes (1887-1982), advogado, historiador, poeta, jornalista e professor.

50 José Honório Rodrigues (1913-1987), advogado e historiador, dedicou-se à história da historiografia brasileira. Diretor da Seção de Publicações da Biblioteca Nacional (1946-58) e diretor do Arquivo Nacional (1958-64).

51 Henri Boullier de Branche (1907-1999), arquivista chefe de La Lozère (1937-45), diretor-geral dos Arquivos de Le Mans (Arquivos Départementales de la Sarthe, 1948-63) e diretor da Maison Française d'Oxford (1974-81).

52 Atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Lei n. 10.750, de 24 de outubro de 2003.

53 Rodolfo Augusto de Amorim Garcia (1873-1949), advogado, professor, historiador, etnógrafo, indigenista, lexicógrafo, geógrafo, bibliógrafo, bibliotecário, jornalista e político. Foi diretor interino do Museu Histórico Nacional (1930-32) e diretor da Biblioteca Nacional (1932-45).

História literária (com aplicação à bibliografia). Iconografia. Cartografia (estudo, descrição e catalogação das cartas geográficas)”.<sup>54</sup>

Dois anos depois, em novembro de 1933, um novo decreto modificou a seriação das disciplinas promovendo, na verdade, uma inversão no oferecimento das séries, isto é, as três disciplinas do primeiro ano passaram a ser ministradas no segundo ano, e as do segundo foram remanejadas para o primeiro ano: “Primeiro ano: I, História literária (com aplicação à bibliografia); II, Iconografia; III, Cartografia (estudo, descrição e catalogação das cartas geográficas). Segundo ano: I, Bibliografia; II, Paleografia; III, Diplomática”.<sup>55</sup>

Em 1944, o curso de biblioteconomia passou por uma grande reforma, sendo estruturado, segundo Simone Weitzel (2012, p. 3), em dois ciclos: “Fundamental e Superior para formação do técnico e do bibliotecário, respectivamente”. Em 1962, o curso passou a ter duração de três anos e foi reconhecido oficialmente como curso superior (Weitzel, 2012, p. 3). Em 1969, com a criação da Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara (FEFIEG),<sup>56</sup> o curso de biblioteconomia foi incorporado a esta instituição, tornando-se um dos cursos pioneiros que possibilitou a implantação do Centro de Ciências Humanas (CCH).

Ainda em decorrência da não concretização do curso técnico de 1922, o Museu Histórico Nacional implantou o curso de museus, tendo sido reformulado o projeto do curso técnico. Aprovado por decreto do presidente Vargas em março de 1932, o curso iniciou suas aulas em maio passando, desde então, a funcionar ininterruptamente. Assim como o curso de biblioteconomia, passou por uma reforma em 1944, quando sua duração foi ampliada de dois para três anos. Em 1951, obteve o mandato universitário conferido pela então Universidade do Brasil. Em 1977, foi igualmente absorvido pela FEFIERJ, na mesma época em que o curso de arquivologia foi transferido do Arquivo Nacional, integrando-se ao CCH, onde já se encontrava incorporado o curso de biblioteconomia. Assim, consuma-se a trajetória dos três cursos pioneiros, iniciados em instituições federais, cujos destinos estavam fadados ao âmbito universitário.

O curso de museus de 1932 mantinha as mesmas propostas de formar técnicos para o MHN, e de ter como professores os próprios funcionários do Museu, assim como fora idealizado pelos cursos da Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional de 1911, e do curso técnico de 1922. Neste novo curso de museus foi mantida basicamente a estrutura do curso técnico sendo retiradas as disciplinas específicas de biblioteconomia e arquivologia: bibliografia, história literária, iconografia e cartografia. A disciplina paleografia e epigrafia foi sintetizada em epigrafia, ou seja, o estudo das inscrições de lápides e de fragmentos arquitetônicos. O

---

54 Decreto n. 20.673, de 17 de novembro de 1931. Reestabelece, na Biblioteca Nacional, o curso de biblioteconomia e dá outras providências.

55 Decreto n. 23.508, de 28 de novembro de 1933. Modifica a seriação do curso de biblioteconomia e dá outras providências.

56 Em 1975, transformada em Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ).

mesmo ocorreu com a disciplina cronologia e diplomática, simplificada para cronologia. A história política e administrativa do Brasil teve sua carga aumentada, sendo oferecida no primeiro e segundo ano, o mesmo ocorrendo com a disciplina numismática, que foi ampliada para numismática (parte geral) e numismática (brasileira) e sigilografia.

A mais significativa alteração do curso de museus de 1932, em relação ao curso técnico de 1922, refere-se à inserção da disciplina técnica de museus, específica para o tratamento de coleções museológicas e que inaugurou, como disciplina regular e autônoma, a formação em museologia no Brasil: “1º ano – história política e administrativa do Brasil (período colonial). Numismática (parte geral). História da arte (especialmente do Brasil). Arqueologia aplicada no Brasil. 2º ano – história política e administrativa do Brasil (até a atualidade). Numismática (brasileira) e sigilografia. Epigrafia. Cronologia. *Técnica de museus*”.<sup>57</sup> (grifos nossos)

O programa da disciplina técnica de museus originou-se das “lições de classificação e administração de [...] museus históricos” e das “provas práticas de descrição e classificação de objetos” previstas para as disciplinas classificatórias do curso técnico de 1922. Esses conteúdos foram ampliados, mesmo porque, em 1932, o curso de museografia do Louvre já era oferecido há cinco anos e certamente influenciou o programa de técnica de museus. Esta foi a maior contribuição que o curso de museografia do Louvre trouxe para o curso de museus de 1932, uma vez que as disciplinas arqueologia e história da arte, previstas no curso técnico de 1922, sofreram influência direta dos cursos de arqueologia e de história da arte da mesma École du Louvre. Isto significa que os cursos do Louvre influenciaram a nascente formação em museologia no Brasil em dois momentos: no curso técnico (1922), com as disciplinas arqueologia e história da arte, e no curso de museus (1932), com a disciplina técnica de museus.

O decreto que criou o curso de museus não traz informações sobre o programa de técnica de museus, só citando seu nome na relação das disciplinas do segundo ano. No decreto de 1934<sup>58</sup> ela é citada igualmente como parte das disciplinas do segundo ano acrescidas de epigrafia e cronologia. Ao que parece, a referência mais antiga ao programa de técnica de museus consta nas instruções para matrícula, elaboradas por Barroso e publicadas em 1941. Contrariando os currículos previstos nos decretos de 1932 e 1934, técnica de museus é oferecida nos dois anos do curso. No primeiro ano: 1ª parte – Organização, 2ª parte – Arrumação, 3ª parte – Catalogação, incluindo-se aí conteúdos de cronologia e epigrafia. No segundo ano: Classificação (heráldica, armas, navios, viaturas, arquitetura, indumentária, móveis, cerâmica e cristais, joias e prataria, pintura e gravura, instrumentos de suplício e mecanismos).<sup>59</sup> Estes itens previstos em técnica de museus do primeiro ano – organização, arrumação, ca-

---

57 Decreto n. 21.129, de 7 de março de 1932. Diário Oficial de 15 de março de 1932.

58 Decreto n. 24.735, de 14 de julho de 1934. Aprova, sem aumento de despesa, o novo regulamento do Museu Histórico Nacional.

59 Instruções para matrículas no curso de museus. Ministério da Educação e Saúde – Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941, p. 11 e 12, 16 e 17.

atalogação, restauração e classificação – correspondem, basicamente, na atualidade, a vários conteúdos das disciplinas de museologia: plano museológico, comunicação-expografia, documentação-informação e preservação-conservação. Em conformidade com a preocupação classificatória, no segundo ano, técnica de museus concentrava-se especificamente na parte de identificação de objetos e coleções comuns a museus históricos e artísticos, enfatizando-se cronologias históricas, períodos artísticos, características estilísticas, autorias, datações, nomenclatura técnica, materiais e técnicas de fatura etc. Essa ênfase no estudo da cultura material, ou seja, do conhecimento e interpretação das informações que podem ser obtidas nos objetos e coleções vai persistir nas décadas de 1940, 1950 e 1960. Somente nos anos de 1970 as reformas curriculares vão se voltar para as novas questões da museologia e mudar o foco para as funções sociais dos museus e sua relação com a sociedade.

Em síntese, no Brasil, estas formações precursoras – curso de biblioteconomia (1911), curso de diplomática (1911), curso técnico (1922) e curso de museus (1932) – surgiram em instituições públicas detentoras da guarda de acervos biblioteconômicos, arquivísticos e museológicos com a finalidade precípua de superar a carência de capacitação técnica de seus próprios funcionários em relação ao tratamento destes acervos. Nessa época, esta era igualmente a preocupação das instituições europeias e mesmo de outros países, ou seja, preparar os funcionários e dar conta da organização técnica de suas coleções. Ao promover isto, esses cursos pioneiros inauguraram tanto a formação e o estudo regular da arquivologia, da biblioteconomia e da museologia como campos disciplinares, quanto lançaram as bases da profissionalização nestas mesmas áreas. Isto fica claro nos decretos de criação desses cursos nos quais era estabelecida a realização dos mesmos como requisito à promoção e mesmo à habilitação de concursos para o preenchimento de vagas nas instituições que os sediavam: Curso de biblioteconomia (1911): “Art. 32. Os empregados nomeados independentemente de habilitação no curso de biblioteconomia não poderão chegar a bibliotecários, sem que se habilitem naquele curso, circunstância que deverá ser levada em conta nas demais promoções por merecimento”;<sup>60</sup> Curso de diplomática (1911): “Art. 30. [...] § 3. [...] Depois que funcionar a aula de diplomática ninguém poderá entrar em concurso para amanuenses sem ter cursado a dita aula”;<sup>61</sup> Curso técnico do MHN (1922): “Art. 55. O curso técnico, destinado a habilitar os candidatos ao cargo de 3º oficial do Museu Histórico Nacional e ao de amanuense da Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional, constará das seguintes matérias [...] Art. 87. Os oficiais, nomeados independentemente de habilitação no curso de biblioteconomia ou no curso técnico que o substitui, não poderão ser promovidos a chefes de seção sem que neste se habilitem”;<sup>62</sup> Curso técnico da Biblioteca Nacional (1922): “Art. 30. A inscrição para os concursos, por meio dos quais se preencherão os cargos a que se refere o art. 29, será aberta na Biblioteca Nacional. § 1º.

---

<sup>60</sup> Decreto n. 8.835, de 11 de julho de 1911. Aprova o regulamento da Biblioteca Nacional.

<sup>61</sup> Decreto n. 9.197, de 9 de dezembro de 1911. Aprova o regulamento do Arquivo Nacional.

<sup>62</sup> Decreto n. 15.596, de 2 de agosto de 1922. Cria o Museu Histórico Nacional e aprova o seu regulamento.

Serão admitidos à inscrição os candidatos habilitados no curso técnico”;<sup>63</sup> Curso técnico do Arquivo Nacional (1922): “Art. 47. A inscrição para os concursos, por meio dos quais se preencherão os cargos a que se refere o § 3º. do artigo antecedente, será aberta na Biblioteca Nacional. § 1º. Serão admitidos à inscrição os candidatos habilitados no curso técnico”;<sup>64</sup> Curso de biblioteconomia (1931): “Art. 14. Aos possuidores de certificado do curso de biblioteconomia, a partir de 1 de janeiro de 1934, será assegurado o direito de preferência absoluta para promoção nos cargos da Biblioteca Nacional, até o de sub-bibliotecário, e para provimento efetivo, interino, contratado ou em comissão no cargo de bibliotecário de qualquer departamento ou repartição federal, excetuado nos cursos em que exigir o cargo de competência especializada”;<sup>65</sup> Curso de museus do MHN (1932): “Art. 11. Aos possuidores de certificado do “curso de museus”, a partir de 1 de janeiro de 1934, será assegurado o direito de preferência absoluta para o preenchimento do lugar de 3º oficial do Museu Histórico Nacional e, bem assim, para promoção nos cargos do mesmo museu”.<sup>66</sup>

Estes altos e baixos que ocorreram nos primórdios da formação dos profissionais de arquivologia, biblioteconomia e museologia, nos levam a inferir vários aspectos em comum entre estas áreas. Primeiramente, podemos afirmar que havia ambiguidade, imprecisão ou mesmo sobreposição de atribuições entre os profissionais que atuavam em arquivos, bibliotecas e museus, ou seja, arqueólogos, curadores, conservadores de museus, historiadores de arte, paleógrafos, numismatas, sigilógrafos, heraldistas, na verdade “ancestrais” dos atuais arquivistas, bibliotecários, conservadores, restauradores e museólogos. Todos esses profissionais tinham como matéria prima de seus estudos os bens patrimoniais móveis, ou seja, as coleções de documentos, livros e obras de arte. Em geral, a atuação destes profissionais concentrava-se quase que exclusivamente no estudo das peças e coleções, buscando extrair o máximo de informações nelas contidas. Com a École Nationale des Chartes e a École du Louvre iniciou-se um processo de especialização profissional, no entanto, a princípio, estes centros de ensino não estavam preocupados em priorizar o estudo dos pressupostos teóricos e dos parâmetros curriculares para formação de profissionais de arquivologia, biblioteconomia e museologia, mesmo porque essas questões estavam ainda em estágio “embrionário”. De acordo com a tendência oitocentista, estavam muito mais preocupados em formar estudiosos de acervos, sejam eles exegetas das inscrições e textos antigos ou conhecedores e identificadores de obras de arte de antigas civilizações. Não havia também, pelo menos no início, a preocupação em estudar primordialmente as instituições arquivos, bibliotecas e museus. Este foi o próximo passo, estudar as metodologias técnicas de classificação e organização, bem como de acesso ao público dos acervos

---

63 Decreto n. 15.670, de 6 de setembro de 1922. Aprova o regulamento para a Biblioteca Nacional.

64 Decreto n. 16.036, de 14 de maio de 1923. Aprova o regulamento para o Arquivo Nacional.

65 Decreto n. 20.673, de 17 de novembro de 1931. Restabelece, na Biblioteca Nacional, o curso de biblioteconomia e dá outras providências.

66 Decreto n. 21.129, de 7 de março de 1932. Cria no Museu Histórico Nacional o “curso de museus”.

destas instituições, e isto sim levou a uma terceira etapa: o desenvolvimento do estudo científico de arquivos, bibliotecas e museus, ou seja, a consolidação da arquivologia, da biblioteconomia e da museologia como campos específicos de conhecimento. Este processo de importação das matrizes francesas, acionado e consolidado no Brasil pelos antigos cursos do Arquivo Nacional, da Biblioteca Nacional e do Museu Histórico Nacional, lançou as bases dos atuais cursos de arquivologia, biblioteconomia e museologia do Centro de Ciências Humanas e Sociais da UNIRIO e possibilitou, também, o próprio desenvolvimento científico e a disseminação destes campos no país.

## Referências bibliográficas

ANDRADE, Rosana Maria Nunes. Manuel Cícero Peregrino da Silva: um homem público na Primeira República. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA – ANPUH-RIO. XIII, 2008. Disponível em: <[http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212798942\\_ARQUIVO\\_Trabalho-AnpuhRuralIdenticidades.pdf](http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212798942_ARQUIVO_Trabalho-AnpuhRuralIdenticidades.pdf)>. Acesso em: 16 jun. 2013.

BOTTINO, Mariza. Panorama dos cursos de arquivologia no Brasil: graduação e pós-graduação. *Revista Arquivo & Administração*. Publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros, v.15-23, jan./dez. 1994.

CASTRO, Augusto Cesar. *História da biblioteconomia brasileira*. Brasília: Thesaurus Editora, 2000. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/histobiblio/bla-bla/historia-no-brasil-1/fase-da-biblioteconomia>>. Acesso em: 2 jun. 2013.

CHOAY, Françoise. *O patrimônio em questão: antologia para um combate*. Trad.: João Gabriel Alves Domingos. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (org). *Dictionnaire Encyclopédique de Muséologie*. Paris: Armand Colin Editeur, 2011.

GONZÁLEZ, Maria Jesús Alvarez-Coca; GÓMEZ, Pedro López. *Hacia un Centro de Formación de Archiveros, Bibliotecarios y Museólogos del país vasco*. Disponível em: <<http://www.euskomedia.org/PDFAnlt/congresos/10/10259278.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

JAUJARD, Jacques. Les principes muséographiques de la réorganisation du Louvre. *Mouseion, Revue Internationale de Museographie*, IX<sup>e</sup> année, v. 31-32, p. 7-30, 1935.

MAIA, Augusto Moreno. *O processo histórico de construção do curso de arquivologia no Brasil*. 2004. Dissertação (Mestrado), UNIRIO/PPGEdu, Rio de Janeiro.

WEITZEL, Simone. Os cursos de graduação em biblioteconomia da Escola Centenária da UNIRIO: tradição e inovação. In: ENCUESTRO DE DIRECTORES Y DE DOCENTES DE ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGÍA Y CIENCIA DE LA INFORMACIÓN DEL MERCOSUR, IX.; VIII., 2012. *Anais*. Disponível em: <<http://rbm.eubca.edu.uy/sites/default/files/text/Ponencia%2055%20-%20Weitzel,%20Simone.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2013.

---

Recebido em 8/7/2013  
Aprovado em 12/7/2013

**UMA TRAJETÓRIA INTERROMPIDA**  
**O ARQUIVO NACIONAL NA LEGISLAÇÃO REPUBLICANA, 1889-1937**  
**AN INTERRUPTED TRAJECTORY**  
**THE ARQUIVO NACIONAL IN REPUBLICAN LEGISLATION, 1889-1937**

**RENATO PINTO VENANCIO** | ECI-UFMG/Pesquisador do CNPq.

**RESUMO**

Durante o período republicano, a trajetória do Arquivo Nacional não foi linear. Tendo em vista essa questão, o presente artigo apresenta, em relação ao período entre a proclamação da República e o início do Estado Novo, os traços gerais das mudanças registradas na legislação federal. O objetivo dessa pesquisa é sublinhar que, antes da expansão das estruturas burocráticas do Estado brasileiro, o Arquivo Nacional desempenhava vários serviços arquivísticos e administrativos. Essa situação foi sendo modificada, em razão da evolução interna da instituição arquivística, assim como das alterações registradas na administração pública federal.

*Palavras-chaves: Arquivo Nacional; legislação; arquivologia.*

**ABSTRACT**

During the republican period, the trajectory of the Arquivo Nacional was not linear. Recognizing this fact, this article presents some general features of the changes made in the federal legislation during the period between the proclamation of the Republic and the beginning of the *Estado Novo*. This research aims to highlight the fact that the Arquivo Nacional performed a variety of archival and administrative services before the expansion of the Brazilian State's bureaucratic structures. This situation has been modified due to the internal evolution of the archival institution as well as to the changes in the federal public administration.

*Keywords: Arquivo Nacional; legislation; archival science.*

**RESUMEN**

Durante el período republicano, la trayectoria del Archivo Nacional no fue linear. Teniendo en cuenta esta cuestión, el artículo presenta, en relación con el período comprendido entre la proclamación de la República y el principio del *Estado Novo*, los trazos generales de los cambios registrados en la legislación federal. El objetivo de esta investigación es hacer hincapié en que, antes de la expansión de las estructuras burocráticas del Estado brasileño, el Archivo Nacional desempeñaba diversos servicios arquivísticos y administrativos. Esa situación se fue modificando debido a la evolución interna de la institución archivística, así como a las alteraciones registradas en la administración pública federal.

*Palabras clave: Arquivo Nacional; legislación; archivología.*

A legislação é uma importante fonte para a escrita da história das instituições. Obviamente, ela esclarece pouco a respeito do funcionamento efetivo dessas últimas, mas, por outro lado, revela expectativas dos governantes frente a elas. No presente texto, apresentamos os resultados de uma pesquisa em andamento, a respeito dos “arquivos” na legislação federal.

Conforme procuraremos mostrar, a trajetória do Arquivo Nacional, em sua relação com o Estado, não foi linear. Durante os primeiros quarenta anos da experiência republicana, observam-se crescentes expectativas quanto à função pública da principal instituição arquivística brasileira. O Estado Novo, que deu origem a um regime ditatorial entre 1937 e 1945, marca um momento de inflexão nessa tendência.

O presente texto tem por objetivo mostrar as linhas gerais dessa evolução e avançar hipótese para explicá-la. Em nosso levantamento de fontes, o corte cronológico escolhido contempla um período pouco estudado. De certa maneira, as recentes mudanças na legislação arquivística eclipsaram a importância das anteriores.<sup>1</sup> Como é sabido, a partir de 1988, o texto constitucional brasileiro, seguido três anos depois pela lei n. 8.159 – conhecida como Lei de Arquivos –, inaugurou a contemporaneidade do Arquivo Nacional, reconhecendo seu papel no Sistema Nacional de Arquivos (Jardim, 2010).

O estudo das experiências anteriores, sem dúvida, auxilia a compreender os desafios de uma ação mais abrangente dessa instituição arquivística na esfera pública, além de sublinhar a intenção de que tal relação seja perene.

## **ARQUIVO NACIONAL: A CRONOLOGIA DA LEGISLAÇÃO**

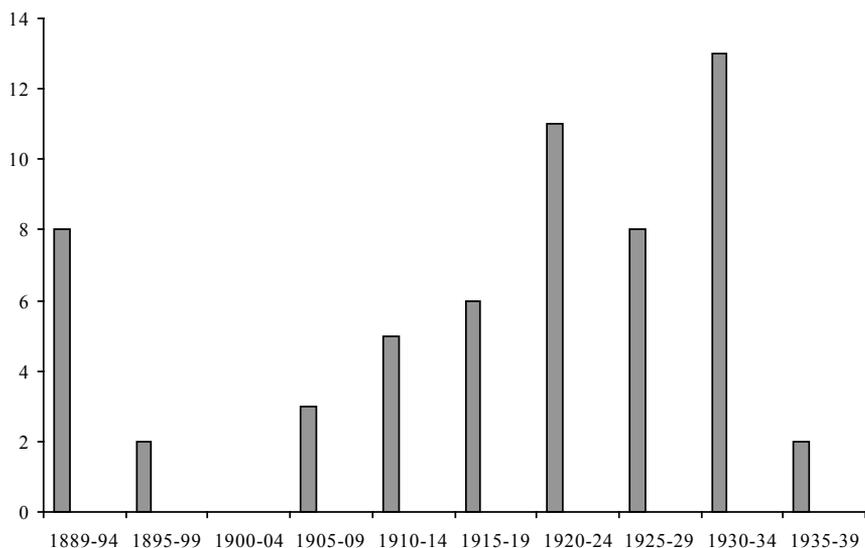
Entre 1889 e 1939, foram promulgados 57 tipos de normas legislativas federais – tais como decretos, leis ordinárias, resoluções, emendas constitucionais etc. – que mencionam a expressão “Arquivo Nacional”.<sup>2</sup> Como foi possível perceber, em média, entre uma e duas leis faziam, anualmente, referência textuais a essa instituição. No gráfico 1, apresentamos essa evolução por quinquênio, registrando ocorrências em quase todos os intervalos. No entanto, também se observam fases de produção legislativa mais intensa, como ocorreu entre 1920 e 1934, grosso modo.

---

1 Este artigo não tem por objetivo fazer um levantamento da legislação arquivística, pois, no que diz respeito a isso, há importantes leis que não mencionam o Arquivo Nacional. Ver: CONARQ. Legislação Arquivística Brasileira. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=49>>.

2 Tendo em vista a ortografia da época e a evolução da denominação institucional, foram pesquisadas, no Portal da Câmara de Deputados (Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em: 19 abr. 2013), para o período 1889-1939, as seguintes expressões: “Archivo Público Nacional”, “Archivo Nacional” e “Arquivo Nacional”.

Gráfico 1 – N. abs. de referências ao Arquivo Nacional na legislação federal brasileira, 1889-1939



Fonte: Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em: 19 abr. 2013.

Outro aspecto a ser sublinhado é que, na amostragem, apenas 13 itens normativos fazem referência, no título, ao Arquivo Nacional, ou seja, em aproximadamente 77% dos casos, a menção a essa instituição é registrada somente no corpo dos textos legais. Tal informação permite um primeiro mapeamento dos serviços arquivísticos prestados pela instituição, dimensão esta a ser complementada através da exploração de outras fontes: relatórios, jornais, bibliografia especializada etc.

## REORGANIZANDO O ARQUIVO NACIONAL

Conforme mencionamos, as leis que citam, no título, o Arquivo Nacional são minoritárias. Sua distribuição ao longo do tempo também foi peculiar. Ao observarmos a tabela 1, verifica-se a ocorrência mais elevada delas nas primeiras duas décadas do regime republicano; época, por sinal, de várias reformas institucionais no Arquivo Nacional.

TABELA 1 – N. ABS. DE REFERÊNCIAS AO ARQUIVO NACIONAL NOS TÍTULOS DA LEGISLAÇÃO FEDERAL BRASILEIRA, 1889-1939

1889-94	1895-99	1900-04	1905-09	1910-14	1915-19	1920-24	1925-29	1930-34	1935-39
3	0	0	3	2	0	2	1	2	0

Fonte: Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em: 19 abr. 2013.

No entanto, também é importante sublinhar que nem sempre quantidade significa qualidade. Para compreendermos isso, o melhor caminho é o de apresentar o conteúdo dos textos legislativos. Nesse sentido, o primeiro aspecto a ser destacado é que, na época da proclamação da República, a principal instituição arquivística nacional era identificada ao

Estado monárquico.<sup>3</sup> Talvez por isso, o novo regime mudou a nomenclatura institucional. O decreto n. 10, de 21 de novembro de 1889 – ou seja, promulgado menos de uma semana após a queda do antigo regime –, alterou a “denominação do Archivo Publico do Imperio para Archivo Publico Nacional”, designação que perdurou até 1911, quando então passou a ser designado “Archivo Nacional”.<sup>4</sup>

Uma mudança bem mais profunda ocorreu em 1893. O decreto n. 187 “autoriza o governo a reformar o Archivo Publico Nacional”. Essa iniciativa é complementada pelo decreto n. 1.580, que “reforma o Archivo Publico Nacional”. Tratava-se da quarta mudança regimental sofrida pela instituição, tendo sido precedida pelas implementadas em 1840, 1860 e 1876.<sup>5</sup>

De maneira geral, o primeiro regulamento republicano reproduziu boa parte das orientações herdadas da legislação monárquica. Porém, ao se compararem os dois documentos, destaca-se a intenção de perenizar a memória republicana. Assim, à determinação monárquica de se arquivar o “original da Constituição Política do Império e do Ato Adicional de 12 de agosto de 1834”, acrescentou-se a necessidade de se fazer o mesmo em relação à “Constituição da República, de 24 de fevereiro de 1891 e [ao] projeto de Constituição oferecido pelo Governo Provisório ao Congresso Constituinte”.

A preocupação com a memória do novo regime também se faz presente em outras passagens do regulamento republicano. Na classificação dos fundos, o regulamento monárquico distingue três períodos: Colônia, Reino Unido e Império. No texto de 1893, a nova classificação determina que “ter-se-ão em vista as três épocas históricas do país: Brasil colônia, Brasil império e Brasil república; e empregar-se-á um distintivo que bem as extreme”.

Do ponto de vista institucional, talvez a alteração de maior impacto tenha consistido na criação do Museu Histórico Nacional, como um setor do Arquivo Nacional. O que reforça a suspeita do investimento republicano na memória, principalmente aquela associada ao culto aos heróis e às datas cívicas. Cabia a esse museu, dentre outras atividades, reunir:

Uma coleção das medalhas que tenham sido ou forem sendo cunhadas para comemorar acontecimentos pátrios ou quaisquer fatos importantes, ou para prêmio de serviços relevantes.

Retratos ou bustos de brasileiros notáveis, estampas de edifícios e de monumentos comemorativos de acontecimentos pátrios, cópia de inscrições, fac-símiles, distintivos, utensílios e quaisquer objetos que tenham ou possam vir a ter valor histórico.

---

3 Conforme é sabido, o Arquivo Nacional foi criado em 1838. Seu estabelecimento, contudo, estava previsto na Constituição do Império de 1824. Além disso, sua existência foi precedida pelo Arquivo Militar, órgão da administração central, instituído pouco após a chegada da Família Real ao Rio de Janeiro (Costa, 2000).

4 Decreto n. 10, de 21 de novembro de 1889. Altera a denominação do Archivo Publico do Imperio; decreto n. 9.197, de 9 de dezembro de 1911. Aprova o regulamento do Archivo Nacional.

5 Plano Provisório para o Regimento Interno do Arquivo Público do Império, em 31 de março de 1840 (Castelo Branco, 1937). Sou grato à professora Ivana Parrela pela indicação e disponibilização desta obra; decreto n. 2.541, de 3 de março de 1860. Reorganiza o Archivo Publico; decreto n. 6.164, de 24 de março de 1876. Reorganiza o Archivo Publico do Imperio.

Outra mudança interessante consistiu na extinção do cargo de “cronista”, responsável, segundo o art. 35 do regulamento de 1876, por “escrever a história oficial do Brasil a começar da época da sua independência”. Cargo, por sinal, que nunca chegou a ser preenchido (Arquivo Nacional, 2012, p. 29). No novo contexto político, entretanto, caso viesse a ser ocupado, abriria caminho para a presença de simpatizantes do governo deposto na instituição, principalmente quando se tem em vista a influência monárquica presente na principal instituição que então congregava historiadores: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) (Gomes, 2009, p. 42).

Já a legislação sancionada entre 1895 e 1909 não teve o mesmo impacto. Nesse último intervalo de tempo, observa-se uma prática legislativa que se torna constante em todo o período republicano: a aprovação no Congresso Nacional de medidas visando complementações orçamentárias ou autorização de licenças remuneradas a funcionários. Em relação ao primeiro item, registram-se dois decretos complementares, ambos promulgados em 1906, destinando créditos extraordinários para a “instalação do Archivo Publico Nacional no edifício à praça da Republica”.<sup>6</sup> Trata-se de textos bastante sucintos e de conteúdo quase idênticos. No entanto, essa fonte não deixa de apresentar informações relevantes, pois atestam as expectativas da modernidade da época, quando sublinham a necessidade da instituição adquirir “ventiladores elétricos, campainhas, elevadores, telefones”.<sup>7</sup>

Em 1907, um decreto autoriza licença remunerada do diretor do Arquivo Nacional.<sup>8</sup> Três anos mais tarde, outra determinação legal regula a aposentadoria desse servidor público.<sup>9</sup> Em relação ao período republicano, essas são as primeiras referências legislativas relativas a diretores do Arquivo Nacional. Talvez o surgimento delas decorresse da mudança do perfil social dos dirigentes máximos dessa instituição. Nesse sentido, é interessante observar que o diretor em questão, Francisco Joaquim Bethencourt da Silva, era filho de um carpinteiro português, tendo estudado gratuitamente em seminário religioso e, com muito esforço, galgado o cargo de professor da Escola Politécnica e da Academia de Belas Artes. Portanto, muito provavelmente, ele não contava com recursos familiares para sobreviver (Cavalcanti, 2013).<sup>10</sup>

---

6 Decreto legislativo n. 1.603, de 28 de dezembro de 1906. Autoriza o presidente da República a abrir ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito extraordinário de 65:000\$ para ocorrer às despesas com a instalação do Archivo Publico Nacional no edifício à praça da República; decreto n. 6.293, de 28 de dezembro de 1906. Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito extraordinário de 65:000\$ para ocorrer às despesas com a instalação do Archivo Publico Nacional no edifício à praça da República.

7 Essas mudanças, porém, demoraram a ser implementadas. *A Gazeta de Notícias*, em 14/4/1919, anunciava em relação ao Arquivo Nacional: “Um elevador elétrico acaba de ser instalado, no grande edifício da praça da República, sendo também inaugurada uma galeria para serventia do ascensor”.

8 Decreto n. 1.667, de 11 de julho de 1907. Autoriza o presidente da República a conceder a Francisco Joaquim Bethencourt da Silva, diretor do Archivo Publico Nacional, um ano de licença com ordenado.

9 Decreto n. 2.253, de 12 de maio de 1910. Autoriza o governo a conceder ao dr. Francisco Joaquim Bethencourt da Silva, diretor do Archivo Publico Nacional, aposentadoria com todos os vencimentos.

10 Situação bem diferente foi registrada no Império. Nesse período, havia diretores provenientes da elite aristocrática. Joaquim Pires Machado Portela, por exemplo, deixou o cargo de presidente da província da Bahia para dirigir o Arquivo Nacional (Estevão; Fonseca, 2010, p. 89).

No ano de 1911, é sancionado um decreto aprovando novo regulamento.<sup>11</sup> Em relação ao anterior, não se registram muitas alterações. Talvez a mais interessante seja a criação da “seção histórica”, independente da “judiciária, legislativa e administrativa”. Tal situação não só refletia o aumento do recolhimento da documentação dos períodos colonial e imperial, como também sinalizava o reforço de uma vocação de arquivo histórico na instituição, tendência que se tornará cada vez mais intensa.

A década seguinte tem início com novas mudanças regimentais. Em 1921, um decreto promove algumas alterações no quadro de funcionários.<sup>12</sup> Um dos aspectos mais interessantes desse curto texto legislativo diz respeito à carreira de arquivista. Nele lê-se: “no art. 45 elimine-se a palavra «arquivista» [...]”. Ora, esse artigo dizia respeito ao cargo de “arquivista-secretário”. Portanto, ao se proceder a exclusão do primeiro termo, a referida ocupação passou a ser denominada apenas como “secretário”, sugerindo uma indefinição quanto às efetivas funções dos arquivistas existentes na instituição.

Nas décadas anteriores também se constata alterações nas denominações dos cargos. Em 1893, por exemplo, foi suprimido o cargo de “amanuenses” dos quadros do Arquivo Nacional. Tratava-se do funcionário encarregado de proceder à “restauração por cópia”;<sup>13</sup> em outras palavras, encarregado de fazer traslados autênticos dos documentos. Embora extinto o cargo, a função não deixou de existir, passando, no primeiro regulamento republicano, a ser de responsabilidade dos “sub-arquivistas”. Ora, em 1911 os “amanuenses” retornam ao regulamento do Arquivo Nacional, mas o cargo de “sub-arquivistas” não é suprimido, havendo uma sobreposição de funções. De certa maneira, essa situação era fruto da dificuldade em se definir a profissão de “arquivista”, pois o curso universitário na área surgiu somente em 1973 (Botino, 1994, p. 15).

A ausência de formação profissional, contudo, não inviabilizava o rigor na seleção dos funcionários. Em relação a essa questão, a legislação sugere algumas pistas. No preenchimento das vagas, os dois primeiros regulamentos republicanos detalhavam os conteúdos dos exames de seleção. No primeiro, o concurso para “sub-arquivista” previa os conhecimentos de “gramática e língua nacional; aritmética até à teoria das proporções, inclusive; elementos de cronologia, de história e geografia geral, e corografia e história do Brasil; tradução da língua francesa e da inglesa para a nacional; e em caligrafia e cópia de manuscritos antigos; em redação de peças oficiais e em noções de direito público e administrativo”.

O regulamento de 1911 acrescenta novos itens a essa lista, sublinhando a necessidade de familiaridade em “bibliografia; numismática; iconografia e conhecimentos de arquivos”.

Em 1923, novo decreto propõe a criação de curso técnico, que deveria ser ministrado conjuntamente a funcionários de outras instituições culturais da capital federal. Eis o que

---

11 Decreto n. 9.197, de 9 de dezembro de 1911. Aprova o regulamento do Archivo Nacional.

12 Decreto n. 14.852, de 1º de junho de 1921. Modifica diversos artigos do regulamento do Archivo Nacional, aprovado pelo decreto n. 9.197, de 9 de dezembro de 1911.

13 O conceito atual de restauração demorou a ser implantado no Brasil (Hollós, 2011).

consta no decreto n. 16.036, de 14 de maio de 1923, que “Aprova o regulamento para o Arquivo Nacional”:

Art. 72. O curso técnico destinado a habilitar os candidatos ao cargo de amanuense do Arquivo Nacional e da Biblioteca Nacional e ao de 3º oficial do Museu Histórico Nacional, constará das seguintes matérias, distribuídas por dois anos: 1º ano – história literária: paleografia e epigrafia; história política e administrativa do Brasil; arqueologia e história da arte; 2º ano – bibliografia; cronologia e diplomática; numismática e sigilografia; iconografia e cartografia.

Observa-se nesse trecho a exclusão dos “conhecimentos de arquivos”, como exigia o regulamento anterior. Mais significativo ainda é o fato de tal curso ser ministrado na Biblioteca Nacional. Em 1911, essa instituição estabeleceu curso técnico de biblioteconomia.<sup>14</sup> A partir de 1922, esse curso passa a acolher funcionários de outros equipamentos culturais cariocas. O primeiro relatório avaliando essa experiência indica a seguinte participação do Arquivo Nacional:

Por portaria de 3 de abril de 1923 designou o diretor, dr. João Alcides Bezerra Cavalcanti, para regerem as cadeiras de “história política e administrativa do Brasil” e “cronologia e diplomática” do curso técnico, criado pelo decreto n. 15.670, de 6 de setembro de 1922, os funcionários bacharel Eduardo Marques Peixoto, chefe da Seção Legislativa e Judiciária, e bacharel Alexandre Maximiliano Kitzinger, chefe da Seção Histórica. Ambos apresentaram os programas das matérias que constituem as referidas cadeiras (Arquivo Nacional, 1924, p. 27).

A “relação dos alunos matriculados em 1923” indica, por sua vez, 11 inscritos, sem discriminar a procedência institucional de cada um. No referido decreto é incentivada a adoção de procedimentos de classificação comuns a bibliotecas, museus e arquivos.<sup>15</sup> No Arquivo Nacional, um curso técnico voltado exclusivamente à formação de arquivistas foi implantado somente em 1959 (Botino, 1994, p. 13-14).

Uma vez selecionados e treinados, os “amanuenses” galgavam novos postos por tempo e merecimento: “As nomeações de chefe de seção serão sempre feitas por merecimento; as de arquivista e sub-arquivista serão por acesso, na razão de dois terços por merecimento e um terço por antiguidade”. Em 1923, dez deles atuavam no Arquivo Nacional e suas trajetórias sugerem a progressiva institucionalização do estabelecimento arquivístico. Isso ficou registrado na adoção de “concurso público”, “capacitação técnica” e “mérito” como princípio para

---

<sup>14</sup> Decreto n. 8.835, de 11 de julho de 1911. Aprova o regulamento da Biblioteca Nacional

<sup>15</sup> O decreto faz referência à organização de “coleções das várias seções dos três estabelecimentos”, sem sublinhar as especificidades de cada uma.

ascensão funcional, algo sabidamente raro nas instituições da Primeira República, marcadas pelas relações de clientelismo e familismo.<sup>16</sup>

Em relação ao regulamento de 1923, também cabe destacar que ele estrutura a consulta pública aos acervos da instituição. Tratava-se de uma evolução que ocorreu lentamente. O “Plano Provisório para o Regimento Interno do Arquivo Público do Império”, de 1840, não menciona determinação alguma em relação à consulta aos acervos do Arquivo Nacional. Duas décadas mais tarde, essa

restrição ao acesso público começou a ser superada no decreto n. 2.541, de 3 de março de 1860, cujos art. 17 a 22 das “Disposições gerais” fixaram o compromisso de se publicarem inventários e repertórios dos documentos custodiados pelo Arquivo Público (art. 17), assim como permitiram que qualquer pessoa “conhecida e de confiança” pudesse consultar os documentos dentro da repartição, em sala apropriada e em dias marcados (art. 18) (Estevão; Fonseca, 2010, p. 84).

Em 1874, Machado Portela cria uma sala de consulta, mas a experiência dura pouco tempo. Em 1919, um jornal carioca afirmava que os dirigentes do Arquivo Nacional almejavam o estabelecimento de uma “sala de consulta”, atividade ainda realizada na secretaria da instituição,<sup>17</sup> que também abrigava a biblioteca. O regimento de 1923 procura estruturar esse serviço nos mínimos detalhes, conforme indica seu capítulo III, intitulado “Da consulta de documentos”:

Art. 28. A sala de consulta será franqueada às pessoas decentemente trajadas, maiores de 16 anos.

Art. 29. As consultas nos dias úteis começarão às 12 horas, e deverão ficar concluídas 15 minutos antes de se encerrar o expediente.

[...]

Art. 31. No vestíbulo do edifício o consultante receberá uma senha, com o número correspondente ao lugar em que ficarem guardados, no vestiário, o seu chapéu e quaisquer objetos que tenha, e lhe serão restituídos na ocasião da saída, mediante a entrega da aludida senha.

Art. 32. Ninguém será admitido à consulta sem que, antes e por escrito, indique, em livro próprio, de modo claro, minucioso e explícito, o que desejar consultar.

[...]

Art. 35. O consultante, antes de lhe ser entregue o que constituir objeto da consulta, assinará um termo de responsabilidade, no qual se mencionará o número de papéis avulsos, livros, mapas, desenhos, plantas, autos, etc. [...].

---

16 José Murilo de Carvalho, ao analisar 1.013 cartas enviadas a Rui Barbosa, constatou que, nos pedidos de emprego, os vínculos de amizade e compadrio predominavam em relação à qualificação profissional (Carvalho, 2000).

17 Eis o que afirma o texto da matéria: “O que há ainda, a fazer, segundo nos informam, é a inauguração de uma sala especialmente destinada às consultas do povo, o que até agora era feito na sala da secretaria”. “O edifício do Arquivo Nacional”, *Gazeta de Notícias*, 14/4/1919 (grifo nosso).

Art. 36. Em hipótese alguma será permitida a consulta, simultânea, de mais de uma espécie ou coleção de papéis, livros, mapas, etc., quer pertençam a uma seção quer a mais de uma. [...]

Art. 39. Os consultantes serão responsabilizados, criminalmente, pelos danos que intencionalmente causarem ao edifício, ao mobiliário e aos objetos consultados.<sup>18</sup>

Art. 40. É defeso aos consultantes fumar, apoiar-se sobre os livros, mapas, plantas, papéis e objetos; fazer-lhes marcas ou mossas com lápis, tinta, unha ou outro instrumento; anota-los; colocar sobre eles o papel em que escrevem; ocultá-los à inspeção ocular do funcionário incumbido do serviço de consulta; tê-los fora das mesas; perturbar o silêncio por meio de conversa ou leitura em voz alta, e proceder de modo a atrair a atenção das demais pessoas.

Porém, somente em 1932 se efetiva uma sala de consultas no Arquivo Nacional. Isso ficou, inclusive, registrado em decreto: “Art. 4º A biblioteca e a mapoteca existentes no Arquivo Nacional passarão a ser uma seção da mesma repartição, *sendo-lhes subordinados os serviços da sala de consultas de documentos*”.<sup>19</sup> Apesar dessa mudança, mantiveram-se as restrições do regulamento de 1923:

Art. 23. A ninguém é lícito tirar cópia, nem publicar, sem expresse conhecimento do diretor, os documentos inéditos ali depositados. Os que o fizerem incorrerão nas penas do Código Penal que lhes forem aplicáveis.

O consentimento será dado com as cautelas necessárias; e, além disto, a pessoa a quem for permitida a publicação ficará obrigada a entregar ao Arquivo dez exemplares, ao menos, do impresso.<sup>20</sup>

Retornando à tabela 1, dois, dos três últimos itens, dizem respeito ao regulamento acima mencionado. O primeiro deles, de 1928, consistia no decreto n. 18.303, que homogeneizava o perfil dos funcionários de arquivos e bibliotecas públicas, determinando que no “providimento dos lugares de amanuense do Arquivo Nacional pelos respectivos auxiliares, seja

---

18 Observa-se nesse trecho uma preocupação com a segurança dos acervos. Aspecto, por sinal, registrado na matéria “No Arquivo Nacional também houve ladroeiras”, publicada em 31/3/1915, na *Gazeta de Notícias*: “Em um certo dia comparecia ao Arquivo um cidadão, acompanhado de uma senhora, que em dado momento, simularia um ataque de nervos e tiraria um colete. Depois mandaria uma caixa de papelão para que dentro dela fossem postos o colete e um livro de registro de terras [...]. Um empregado do Arquivo para isso seria subornado por 20:000\$000”.

19 Decreto n. 21.702, de 3 de agosto de 1932. Altera, sem aumento de despesa, o quadro do pessoal do Arquivo Nacional, e dá outras providências (grifo nosso).

20 Antes da referida data, as consultas, conforme mencionamos, eram realizadas na secretaria. A partir de 1906, os relatórios ministeriais passam a indicar o número de “consultantes”. Nesse ano, a Seção “Histórica e Judiciária” do Arquivo Nacional teve 123 “consultantes”, ou seja, aproximadamente dez por mês. Para demonstrar o quanto essa cifra é ínfima, basta mencionar que, no mesmo ano, a Biblioteca Nacional teve 41.897 “consultantes”, ou seja, 3.491 por mês! *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil por dr. J. J. Seabra, ministro da Justiça e Negócios Interiores*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906, p. 273-279.

aplicado o disposto no art. 153 do citado regulamento da Biblioteca Nacional”. Em 1934, o decreto n. 24.235 procura, por sua vez, sanar dúvidas em relação ao perfil do secretário da instituição, estipulando que essa escolha fosse feita entre os “arquivistas, subarquivistas e amanuenses”. Por fim, dois anos antes, outro decreto atendeu a uma antiga demanda institucional: “Art. 5º Ficam criados, sem aumento de despesa, o lugar de bibliotecário, com a categoria de chefe de seção, e um lugar de subarquivista”.<sup>21</sup>

Todos esses dispositivos legais eram, contudo, adaptados ou filtrados pela instituição. A esse respeito, um exemplo interessante é o referente às publicações. Nos textos legais apresentados, não se previa a existência de periódico no Arquivo Nacional. No entanto, o regulamento de 1876 previu concursos para premiar e publicar livros de história pátria. Isso não foi implementado, mas a partir de 1886 é lançada a coleção Publicações do Arquivo Nacional – coletânea de transcrições de documentos ou de estudos escritos por funcionários da instituição e colaboradores –, o que é mantido nas décadas seguintes, embora até 1923 haja apenas a previsão de realização de concurso de publicações:

Art. 102. Com o fim de promover e desenvolver o estudo da história pátria, o governo mandará imprimir nas oficinas do Archivo a memória escrita sobre fatos históricos do Brasil, e que, mediante programa, concurso e julgamento, for considerada a melhor; ficando o autor com a propriedade da obra e com o direito à metade da edição, a qual não poderá ser de mais de 500 exemplares.<sup>22</sup>

## ESFERAS DE ATUAÇÃO DO ARQUIVO NACIONAL

Apesar das precariedades alardeadas em relatórios oficiais e matérias de jornais, durante a Primeira República registram-se avanços na institucionalização do Arquivo Nacional. A noção de carreira funcional se fixa, do amanuense ao diretor. Também se observa um sincero esforço em criar curso técnico, em estruturar um setor de acesso e em modernizar o prédio e as instalações que abrigavam o acervo. Outro universo de alterações é observado quando se analisa os serviços prestados pela instituição arquivística à administração pública; situação captada pela legislação federal, cujo número de ocorrências é registrado na tabela 2.

1889-94	1895-99	1900-04	1905-09	1910-14	1915-19	1920-24	1925-29	1930-34	1935-39
4	2	0	0	3	6	9	7	11	2

Fonte: Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em: 19 maio 2013.

<sup>21</sup> Decreto n. 21.702, de 3 de agosto de 1932. Altera, sem aumento de despesa, o quadro do pessoal do Arquivo Nacional, e dá outras providências.

<sup>22</sup> Em 1928, também tem início a publicação da coleção Documentos Históricos, em parceria com a Biblioteca Nacional (Bezerra, 1938, p. XIX).

Conforme foi possível observar nos textos legislativos analisados, a expectativa do Estado frente ao Arquivo Nacional tendia a aumentar. Para melhor compreendermos isso, devemos excluir da análise a série de decretos que reorganiza o Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Como é sabido, esse órgão é uma criação republicana, fruto da fusão de dois ministérios do governo monárquico. Em razão disso, foram necessárias várias adaptações internas, fixadas em quatro decretos, mas que não alteraram o funcionamento da instituição arquivística nacional.<sup>23</sup>

Em nossa análise, também foram desconsiderados treze leis e decretos que fixavam as despesas gerais da República. Tais registros eram confusos e quase sempre apresentavam dados agregados que obscureciam as transferências adicionais de recursos realizadas ao longo do ano.<sup>24</sup>

Uma vez expurgados esses itens de nossa amostra, podemos apresentar os dados substanciais da pesquisa. Logo após a proclamação da República foram estendidos, aos funcionários do Arquivo Nacional, montepios – ou seja, formas de previdência privada, mas com o aval do Tesouro Nacional<sup>25</sup> –, iniciativa consolidada por outra medida sancionada em 1897.<sup>26</sup>

Em 1890, dois decretos, referentes à Constituição republicana, revelam o papel cada vez mais importante do Arquivo Nacional na estruturação formal do sistema político republicano. A esse respeito, cabe lembrar que o novo regime tornou o sistema eleitoral bem mais complexo, pois agora incluía a eleição de presidentes de estados e do Brasil. A nova Constituição reconhecia a importância do arquivamento desses registros:

Art. 45 [...].

§ 1º Os eleitores de cada Estado formarão um colégio, e bem assim os do Distrito Federal, reunindo-se todos no lugar, que, com a devida antecedência, prescrever o respectivo governo.

§ 2º Cada eleitor votará, em duas urnas, por duas cédulas diferentes, numa para presidente, noutra para vice-presidente, em dois cidadãos, um dos quais, pelo menos, filho de outro Estado.

§ 3º Dos votos apurados se organizarão duas atas distintas, de cada uma das quais se lavrarão três exemplares autênticos, designando os nomes dos votados e o respectivo número de votos.

---

<sup>23</sup> Decreto n. 1.160, de 6 de dezembro de 1892; decreto n. 2.448, de 1º de fevereiro de 1897; decreto n. 3.191, de 7 de janeiro de 1899; decreto n. 9.196, de 9 de dezembro de 1911.

<sup>24</sup> Lei n. 2.738, de 4 de janeiro de 1913; lei n. 2.924, de 5 de janeiro de 1915; lei n. 3.089, de 8 de janeiro de 1916; lei n. 3.232, de 5 de janeiro de 1917; lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918; lei n. 3.674, de 7 de janeiro de 1919; lei n. 3.991, de 5 de janeiro de 1920; decreto n. 4.555, de 10 de agosto de 1922; lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923; lei n. 4.793, de 7 de janeiro de 1924; decreto n. 4.911, de 12 de janeiro de 1925; decreto n. 5.445, de 14 de janeiro de 1928; decreto n. 24.167, de 25 de abril de 1934.

<sup>25</sup> Decreto n. 1.036, de 14 de novembro de 1890. Torna extensivo aos empregados ativos ou aposentados do Ministério do Interior o montepio obrigatório criado pelo decreto n. 942A, de 31 de outubro de 1890.

<sup>26</sup> Decreto n. 2.448, de 1º de fevereiro de 1897. Consolida as disposições relativas ao montepio dos funcionários dos ex-Ministérios da Justiça, Interior e da Instrução Pública, Correios e Telégrafos.

§ 4º Dessas seis autênticas, cujo teor imediatamente se fará público pela imprensa, remeter-se-ão duas (uma de cada ata) ao governador do estado, para o respectivo arquivo, e, para o mesmo fim, no Distrito Federal, ao presidente da municipalidade, duas ao presidente do Senado da União, e as duas restantes ao *Archivo Nacional*, todas fechadas e seladas.<sup>27</sup> (grifo nosso)

Tal medida não era um expediente provisório. Entre 1920 e 1929, novos decretos reconhecem o Arquivo Nacional como repositório confiável da documentação eleitoral do Distrito Federal e dos estados da federação.<sup>28</sup> A documentação referente ao alistamento eleitoral também era confiada a essa instituição.<sup>29</sup> Cabia ao diretor do Arquivo Nacional autorizar a eliminação de documentação eleitoral federal e estadual. Os jornais do Rio de Janeiro chegaram a noticiar essas ocorrências:

Autorizou-se o diretor do Archivo Publico Nacional a dar o destino que julgar conveniente aos papéis que foram remetidos àquela repartição, relativos ao alistamento eleitoral a que se procedeu em 1890 nessa capital e nos estados da República, vendendo-os a peso ou incinerando-os, com exceção, porém, dos que contiverem atas de apuração geral que deverão ser conservados no mesmo arquivo.<sup>30</sup>

Tais responsabilidades foram, em 1932, transferidas para o Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, que constituiu uma sofisticada rede de arquivos eleitorais.<sup>31</sup>

Tal como ocorria no Império, no regime republicano o Arquivo Nacional era frequentemente convidado a assessorar acordos diplomáticos de delimitação de fronteiras. Entre 1893 e 1896, o Ministério do Exterior recorreu aos préstimos dessa instituição para definir os limites com a Argentina, a Guiana Inglesa e a posse da ilha da Trindade (Bezerra, 1938, p. XVI-XVII). Sua função também era servir de repositório confiável das sentenças a respeito dos limites dos estados.<sup>32</sup> Um decreto de 1917 revela a utilização dos acervos do Arquivo Nacional até mesmo na definição dos limites de um bairro e outro na cidade do Rio de Janeiro.<sup>33</sup>

---

27 Decreto n. 914-A, de 23 de outubro de 1890. Publica a Constituição dos Estados Unidos do Brasil, submetida pelo Governo Provisório ao Congresso Constituinte. Ver também: decreto n. 510, de 22 de junho de 1890. Publica a Constituição dos Estados Unidos do Brasil.

28 Decreto n. 4.215, de 20 de dezembro de 1920. Modifica a legislação eleitoral vigente.

29 Na matéria "Aspectos novos que começa a apresentar o pleito de domingo último nesta capital", lê-se: "Os políticos já começam a movimentar-se em direção ao Archivo Nacional, onde se acham os livros eleitorais do último pleito, procurando estudá-los". *Diário Carioca*, 1/11/1928.

30 *Gazeta de Notícias*, 15/4/1894.

31 Decreto n. 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. Decreta o Código Eleitoral.

32 "A questão de limites entre Minas e Espírito Santo". *O Imparcial*, 27/12/1914.

33 Decreto n. 12.356, de 10 de janeiro de 1917. Aprova a consolidação das disposições legais e regulamentares concernentes aos territórios das freguesias urbanas e suburbanas do Distrito Federal, que formam as circunscrições judiciárias das atuais pretorias.

As missões científicas internacionais também recorriam ao Arquivo Nacional. No início da década de 1930, o Brasil participou de um grande projeto de pesquisas “realizadas, simultaneamente, durante um ano, a partir de agosto de 1932, em vários pontos do globo, por meteorologistas e geofísicos de todos os países civilizados”. Acreditava-se que tais observações trariam grandes benefícios para “a lavoura e a aviação”. A documentação das reuniões deveria “ser oportunamente recolhida ao Arquivo Nacional”.<sup>34</sup>

A dimensão técnico-científica da instituição também ficou documentada como órgão responsável pelo registro de patentes, função que ocupou entre 1830 e 1910 (Heynemann, 2006, p. 111). Havia, ainda, outras atribuições menos conhecidas. Antes da criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1934, cabia ao Arquivo Nacional fornecer informações cartográficas para o planejamento estatal. Assim, em 1920, quando da elaboração do mapa das estradas de ferro no Brasil, os geógrafos do Observatório Nacional recorreram aos registros documentais da referida instituição arquivística.<sup>35</sup>

Aliás, na falta de um Ministério da Educação ou da Saúde, o Arquivo Nacional era convocado para atuar. Em 1918, um decreto “declara promovidos ao ano ou série imediatamente superior àquele em que estiverem matriculados todos os alunos das escolas superiores ou faculdades oficiais, Colégio Pedro II e militares”.<sup>36</sup> Tendo em vista essa situação, o Arquivo Nacional emitia certidões revalidando os exames, atividade comentada pelos jornais da época:

Vários candidatos aos favores do decreto n. 3.603, que prestaram exames nos estados, em diferentes épocas, recorreram agora ao Arquivo Nacional, a fim de obterem as certidões respectivas [...]. De São Paulo foi o maior número dos pretendentes que requereram 64 certidões correspondentes a 64 matérias diversas.<sup>37</sup>

Responsabilidade que, em 1930, é transferida para o Ministério da Educação e Saúde Pública.

Outra dimensão importante da evolução registrada no período analisado diz respeito às pressões pelo recolhimento de acervos.<sup>38</sup> A proclamação da República levou à adoção dos registros cíveis de nascimento, casamento e óbitos, em substituição aos ancestrais registros eclesiásticos paroquiais. Essa situação implicou em novos recolhimentos, como registrou o regimento de 1911, solicitando o envio para o Arquivo Nacional “dos livros de registro de nascimentos, casamentos e óbitos que tiverem mais de 10 anos, existentes nos cartórios do Distrito Federal”.

---

34 Decreto n. 20.557, de 22 de outubro de 1931. Institui a subcomissão brasileira, filiada à “Comissão Internacional do 2º Ano Polar”, cujos trabalhos técnicos e científicos deverão ser iniciados, simultaneamente, em vários pontos do globo, em agosto de 1932.

35 “Os melhoramentos da Central”. *A Noite*, 28/5/1920.

36 Decreto n. 3.603, de 11 de dezembro de 1918.

37 “Os exames por decreto: As certidões do Arquivo Nacional”. *Gazeta de Notícias*, 19/1/1919.

38 “O registro de recolhimento, não contendo os dados essenciais mínimos (entrada, proveniência, volumes e datas) teve início somente em 1908” (Rodrigues, 1959, p. 54).

Também surgiram demandas de recolhimentos relativos ao período monárquico. Duas semanas após 15 de novembro de 1889, a documentação do antigo Conselho de Estado foi recolhida ao Arquivo Nacional, “ficando na secretaria de estado dos Negócios do Interior somente os móveis e a biblioteca”.<sup>39</sup> O mesmo foi registrado em relação aos papéis “vindos dos palácios do ex-imperador”. Tais remessas, ao longo do tempo, aumentam e se diversificam. Em 1912, é divulgada a seguinte notícia: “O ministro do Interior pediu ao da Fazenda que para o Arquivo Nacional fossem transferidos os antigos papéis referentes a sesmarias de terras e correspondência oficial, que porventura existam nas delegacias fiscais do Tesouro Nacional nos estados do Maranhão e Mato Grosso”.<sup>40</sup>

Somam-se a essas remessas aquelas nascidas dos conflitos pela posse de coleções e fundos. Logo após a proclamação da República, Arquivo Nacional e Biblioteca Nacional entram em desavença pela documentação dos inconfidentes, custodiada nessa última instituição. O culto ao herói nacional, em substituição à figura do imperador, se desdobra em exposições e na preocupação com a preservação dos arquivos pessoais de líderes republicanos – chega-se mesmo a se formarem comissões para analisar a possibilidade de compra de acervos, como no caso do arquivo pessoal do marechal Floriano Peixoto ou de Benjamin Constant.<sup>41</sup>

Observa-se também a progressiva chegada de documentos em suportes especiais, como no caso das fotografias enviadas por ministérios, conforme registra uma matéria de jornal de 1909.<sup>42</sup> Na década de 1920, a situação vai se tornando insustentável. Por um lado, cresce ainda mais a pressão pelos recolhimentos, conforme noticiou, em 1928, uma nota jornalística intitulada “Não queimem, mandem para o Arquivo”:

O ministro da Fazenda resolveu negar a autorização pedida pelo inspetor da Alfândega de Porto Alegre, para incineração de velhos papéis existentes no arquivo daquela repartição recomendando ao respectivo inspetor que, caso não tenha espaço para guardá-los no arquivo da Alfândega deverá recolher tais documentos ao Arquivo Nacional.<sup>43</sup>

Por outro lado, nesse mesmo período, relatórios anuais do Arquivo Nacional registram a superlotação dos depósitos da Seção Administrativa: “O chefe da seção pede para ser suspensa temporariamente a entrada de documentos a fim de não prejudicar a catalogação dos existentes, em virtude da falta quase absoluta de espaço nas galerias” (Arquivo Nacional, 1924, p. 14).

Tal situação lançou o desafio da triagem dos registros documentais, para identificar aqueles passíveis de eliminação. Essa avaliação provavelmente se inspirava na tradição ar-

---

39 “Conselho de Estado”, *Diário do Commercio*, 28/11/1889.

40 *Gazeta de Notícias*, 28/4/1912.

41 “Vai ser adquirido e publicado o arquivo do Marechal Floriano.” *Diário Carioca*, 6/12/1928. Lei n. 558, de 28 de outubro de 1937. Manda publicar, como patrimônio do Estado, documentos inéditos de Benjamin Constant.

42 *O Paiz*, 30/3/1909.

43 *Diário Carioca*, 9/11/1928.

quívistica francesa<sup>44</sup> e estava sendo concebida desde o início do século XX. Em 1907, eis o que informa um jornal carioca:

O ministro da Justiça designou uma comissão mista composta de funcionários de sua secretaria e do Archivo Nacional para fora das horas do expediente separarem os papéis impressos, livros, objetos e outros documentos que devem sair do mesmo ministério para serem depositados no Archivo Nacional.

Esta comissão, que é chefiada pelo 1º oficial da secretaria do Interior, José Ribeiro Sarmiento Junior, iniciará os seus trabalhos nos primeiros dias do mês próximo.<sup>45</sup>

Esse procedimento também aparece nos textos de decretos relativos à Polícia Civil<sup>46</sup> e ao Departamento Nacional de Medicina Experimental.<sup>47</sup> Em 1926, a Marinha brasileira o transforma em um princípio regimental, cabendo ao arquivo da instituição:

remeter ao Archivo Nacional, passado o tempo fixado na lei, regulamentos e disposições em vigor, documentos que devam ter esse destino, e incinerar também, no tempo referido, os documentos que não possam ter mais valor, por sua natureza, a critério de uma comissão especialmente nomeada pelo ministro da Marinha, à requisição do arquivista.<sup>48</sup>

Outra inovação importante consistiu no estabelecimento da periodicidade dos recolhimentos da documentação legislativa e administrativa:

O regulamento estabelecido pelo decreto n. 1.580, de 31 de outubro de 1893, fixou prazos para a remessa de documentos ao Arquivo Público. Originais de leis, resoluções e decretos deveriam ser remetidos até dois anos depois de publicados. Os demais papéis não deveriam levar mais de cinco anos, tempo que poderia ser estendido, em certas situações, a quinze anos (Estevão; Fonseca, 2010, p. 96).

---

44 A atual hegemonia do pensamento arquivístico norte-americano obscureceu experiências anteriores. Na França, por exemplo, uma instrução ministerial de 1839 autorizou a formação de comissões de três a cinco integrantes para avaliar e eliminar documentos administrativos. Em 1887, foi publicado “le premier tableau de papiers éliminables des Archives départementales” (a primeira tabela de papéis elimináveis dos arquivos regionais) (Manuel, 1970, p. 163-164). Ver também: (Estevão; Fonseca, 2010).

45 “Archivo Nacional”. *O Século*, 26/1/1907.

46 Decreto n. 24.531, de 2 de julho de 1934. Aprova novo regulamento para os serviços da Polícia Civil do Distrito Federal.

47 Decreto n. 20.043, de 27 de maio de 1931. Regulamento do Departamento Nacional de Medicina Experimental.

48 Decreto n. 17.578, de 2 de dezembro de 1926. Aprova e manda executar o regulamento para a Diretoria da Biblioteca e Arquivo da Marinha.

Como se vê, há progressiva institucionalização do Arquivo Nacional no período analisado. Além disso, órgãos da administração pública da Primeira República recorrem frequentemente a essa instituição. De certa forma, as condições existentes eram bastante propícias para que se multiplicassem os serviços arquivísticos prestados pelo Arquivo Nacional, principalmente em fins da década de 1930, quando o Estado brasileiro começa a esboçar uma burocracia racional, em termos de meios de ação e fins (Weber, 1982, p. 229-282). Contudo, essa ampliação e aumento da importância dos serviços arquivísticos esteve longe de ocorrer.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ora, as razões para compreendermos a evolução acima apresentada, e sua posterior involução, são de origem complexa e merecem estudos mais aprofundados. Trata-se, com certeza, de um processo e não de uma mudança que tem uma data precisa. No entanto, o gráfico 1 sugere algumas pistas. Conforme é possível nele perceber, o quinquênio 1935-39 marca uma inflexão na tendência registrada nas décadas anteriores. Acreditamos que isso não se deve ao acaso. Uma das razões do afastamento do Arquivo Nacional em relação à administração pública, justamente quando ela se renovava, deveu-se às próprias mudanças internas que estavam ocorrendo na instituição arquivística, em razão da crescente adoção de um modelo de arquivo histórico (Rodrigues, 1959, p. 35).

De fato, quando se analisa o perfil dos diretores do Arquivo Nacional, é possível perceber uma mudança significativa. Antes de serem diretores, Machado Portela (1873-1898) governou províncias do Império; Pedro Veloso Rebelo (1899-1902) foi administrador dos Correios e Telégrafos; Francisco Bethencourt (1902-1910) teve experiência administrativa na municipalidade carioca (Estevão; Fonseca, 2010, p. 105-106). A partir da gestão de Luís Gastão d'Escragnolle Doria (1917-1922), essa prévia experiência administrativa nem sempre é constatada. Mais ainda: os novos gestores do Arquivo Nacional tendem a ver o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) como um modelo a ser seguido. Daí José Honório Rodrigues afirmar: "Foi com Escragnolle Doria que a Seção Histórica passou a ser o fundamento do Arquivo e sua concepção é seguida, depois, pelas duas seguintes administrações (respectivamente 16 e 19 anos de direção)".<sup>49</sup>

Outra razão do afastamento, em relação à administração pública, decorreu das mudanças que ocorriam no Estado brasileiro. Desde o início da década de 1930, com a criação de novos ministérios e autarquias, o Arquivo Nacional começa a perder várias funções que antes lhe cabiam. Em 1938, a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) levou à perda do controle sobre os serviços arquivísticos federais (Santos, 2010), pois o referido departamento administrativo se tornou responsável por:

---

<sup>49</sup> A multiplicação de exposições destinadas à sociabilidade de eruditos e a publicação de numerosos estudos históricos, em detrimento de instrumentos de pesquisa, são outros indícios dessa mudança (Rodrigues, 1959, p. 40-42).

I – estudar a organização e funcionamento das repartições e serviços incumbidos das atividades de pessoal, material, orçamento, contabilidade, obras, comunicações, *arquivo*, *documentação*, biblioteca, estatística e outras, comuns a todos os órgãos da Administração;

II – elaborar ou rever planos e sugestões que visem ao aperfeiçoamento progressivo da organização e funcionamento dessas repartições; e

III – elaborar ou rever os regimentos de tais órgãos, bem como projetos de legislação que digam respeito à organização e funcionamento dos mesmos.<sup>50</sup> (grifo nosso)

José Honório Rodrigues também reconheceu e denunciou essa situação, afirmando: “de 1937 a 1945, anos da ditadura, [o Arquivo Nacional] ficou estagnado, impermeável à iniciativa, como um modelo de instituição arcaica, um fantasma de outros tempos” (Rodrigues, 1959, p. 10).

Por último, cabe sublinhar as mudanças que estavam ocorrendo em termos da formação dos profissionais da área. Entre 1930 e 1940, são difundidas as concepções do campo da documentação (Oddone, 2010), com perspectivas teóricas e metodológicas paralelas ou mesmo rivais à arquivologia. Essa última, ademais, não conseguiu se firmar como área de formação universitária. Algo bem diferente ocorreu com a documentação, que foi assimilada, no referido período, pelos nascentes cursos universitários de biblioteconomia (Castro, 2000, p. 28-30). De certa maneira, a legislação registrou essa mudança: os bibliotecários-documentalistas multiplicam-se como planejadores, paralelamente ao surgimento dos “datilógrafos-arquivistas”, que ocupavam posição subalterna.<sup>51</sup>

## Referências bibliográficas

ARQUIVO NACIONAL. *Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Ministro da Justiça e Negócios Internos Dr. João Luís Alves pelo diretor interino Eduardo Marques Peixoto*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1924.

\_\_\_\_\_. *Arquivo Nacional: 1838-2012*. 2. ed. atualizada. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012. Disponível em: <[http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/media/catal\\_2012\\_site.pdf](http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/media/catal_2012_site.pdf)>. Acesso em: 10 abr. 2013.

---

50 Decreto n. 11.101, de 12 de dezembro de 1942. Aprova o regimento do Departamento Administrativo do Serviço Público.

51 Termo mencionado pela primeira vez no decreto n. 24.439, de 21 de junho de 1934. Extingue a atual Diretoria Geral de Educação e incorpora os seus serviços à Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública; organiza, nessa Secretaria, a Diretoria Nacional de Educação; dispõe sobre os serviços de fiscalização dos institutos de ensino superior e dos estabelecimentos de ensino comercial e secundário, e dá outras providências.

BEZERRA, Alcides. *O Arquivo Nacional (1838-1938): breve notícia histórica*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1938.

BIBLIOTECANACIONAL. Hemeroteca digital brasileira. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

BOTINO, Mariza. Panorama dos cursos de arquivologia no Brasil: graduação e pós-graduação. *Arquivo & Administração*, 1994, v. 15-23. Disponível em: <<http://www.aab.org.br/>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

BRASIL. Portal da Câmara de Deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

CARVALHO, José Murilo de. Rui Barbosa e a razão clientelista. *Dados*, v. 43, n. 1, p. 83-117, 2000. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582000000100003>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

CASTELO BRANCO, Pandiá H. de Tautphoues. *Subsídios para a história do Arquivo Nacional, 1838-1938*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1937.

CASTRO, César Augusto. *História da biblioteconomia brasileira*. Brasília: Thesaurus, 2000.

CAVALCANTI, Nireu. *Centenário de Bethencourt da Silva*. Disponível em: <<http://br.groups.yahoo.com/group/arquitetura/message/39281>>. Acesso em: 30 maio 2013.

CONARQ. Legislação Arquivística Brasileira. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=49>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

COSTA, Célia. O Arquivo Público do Império: o legado absolutista na construção da nacionalidade. *Estudos Históricos*, v. 14, n. 26, p. 217-231, 2000. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2123>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

ESTEVIÃO, Sílvia Ninita de Moura; FONSECA, Vitor Manoel Marques da. A França e o Arquivo Nacional do Brasil. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 81-108, 2010.

GOMES, Angela Maria de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

HEYNEMANN, Cláudia Beatriz; RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. Uma história das imagens: o acervo iconográfico do Arquivo Nacional. *Estudos Históricos*, n. 38, p. 115-125, 2006. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/download/2269>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

HOLLÓS, Adriana Cox. Fundamentos da preservação documental no Brasil. *Acervo*, v. 23, n. 2, p. 13-30, 2010. Disponível em: <<http://revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/8>>. Acesso em: 9 jun. 2013.

JARDIM, José Maria. *Políticas y sistemas de archivos*. S.l.: Red de Archivos Diplomaticos Iberoamericanos, 2010.

MANUEL d'archivistique: théorie et pratique des archives publiques em France. Paris: SEVPEN, 1970.

ODDONE, Nanci. A documentação no Brasil e seu impacto durante o Estado Novo. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB. XI, 25-28 out. 2010. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/xi/enancibXI/paper/view/522>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

RODRIGUES, José Honório. *A situação do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1959.

SANTOS, Paulo Roberto E. *Arquivística no laboratório: história, teoria e métodos de uma disciplina*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2010.

WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 229-282.

**LYDIA SAMBAQUY E A BIBLIOTECA DO DASP**  
**CONTRIBUIÇÕES PARA A CONSTITUIÇÃO DO CAMPO BIBLIOTECÔNOMICO NO BRASIL**  
**LYDIA SAMBAQUY AND THE LIBRARY OF DASP**  
**CONTRIBUTIONS TO THE CONSTITUTION OF LIBRARIANSHIP AREA IN BRAZIL**

**NANCI ELIZABETH ODDONE** | Professora do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (PPGB) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

**RESUMO**

O artigo estuda a influência do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), sobre as bibliotecas e a biblioteconomia no Brasil, e o papel que uma das bibliotecárias dessa instituição – Lydia Sambaquy – teve na divulgação e reprodução, no país, do conhecimento e experiências acumuladas nesse órgão.

*Palavras chaves: Departamento Administrativo do Serviço Público; DASP; bibliotecas; biblioteconomia; Sambaquy, Lydia de Queiroz.*

**ABSTRACT**

The article studies the influence of the Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), on libraries and librarianship in Brazil. It also highlights the role of a librarian of that institution – Lydia Sambaquy – in disseminating and replicating knowledge and experience in the country, which was accumulated at that agency.

*Keywords: Departamento Administrativo do Serviço Público; DASP; libraries; librarianship; Sambaquy, Lydia de Queiroz.*

**RESUMEN**

El trabajo estudia la influencia del Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), sobre las bibliotecas y la bibliotecología en Brasil, y el papel que una de las bibliotecarias de la institución – Lydia Sambaquy – tuvo en la difusión y reproducción, en el país, del conocimiento y experiencia acumulada en ese órgano.

*Palabras clave: Departamento Administrativo do Serviço Público; DASP; bibliotecas; biblioteconomía; Sambaquy, Lydia de Queiroz.*

## INTRODUÇÃO

Durante o Estado Novo, a Biblioteca do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) foi uma das mais importantes instituições de coleta, tratamento e disseminação de informação técnico-científica que já existiram no Brasil. Parte integrante da estrutura organizacional do DASP desde a sua fundação (Brasil, 1938), a Biblioteca permaneceu sempre subordinada à Presidência do órgão (Wahrlich, 1983). Sabe-se pouco sobre a história e a organização da Biblioteca do DASP ao longo dos nove anos em que o Estado Novo esteve em vigor. Informações de primeira mão sobre sua estrutura e as atividades desenvolvidas pelos profissionais que lá trabalhavam podem ser encontradas nos artigos e relatórios publicados nos periódicos *A Biblioteca* e *Revista do Serviço Público*. O acervo remanescente daquela que foi, na década de 1940, a poderosa Biblioteca do DASP encontra-se hoje disponível na Biblioteca do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Brasil, 2000).

A primeira encarregada da Biblioteca do DASP foi a bibliotecária Sylvia de Queiroz Grillo, nomeada pela portaria n. 43, de 31 de outubro de 1938. Funcionária do Ministério da Fazenda, Sylvia foi designada para a função quando voltou dos Estados Unidos, para onde havia sido enviada no ano anterior, com bolsa do governo brasileiro, para completar o curso de biblioteconomia. De acordo com depoimento da bibliotecária Dóris de Queiroz Carvalho, irmã de Sylvia, a biblioteconomia lhe foi sugerida pelo próprio ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema. Os argumentos do ministro teriam se baseado na necessidade de desenvolver as bibliotecas brasileiras e na carência de pessoal convenientemente treinado para fazê-lo (Oddone, 2004).

Não apenas pela função pública que exercia – enquanto ministro da Educação e Saúde Pública do primeiro governo Vargas –, mas por sua proximidade com importantes intelectuais mineiros, Capanema parece ter nutrido grande interesse pelas bibliotecas, embora este aspecto de sua carreira ainda não tenha sido muito explorado (Oliveira, 1982; Schwartzman, 1982; Schwartzman, 1983; Gomes, 2000; Schwartzman; Bomeny; Costa, 2000; Bomeny, 2001; Miceli, 2001). Além de ter condicionado a viagem de Sylvia à sua opção por um curso de biblioteconomia, Capanema controlava de perto outros projetos relativos às bibliotecas e à biblioteconomia no Brasil. São prova disso diversos documentos localizados em seu arquivo pessoal, hoje sob custódia do Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas.

Entre os itens encontrados no arquivo de Capanema localiza-se o de código *GC g 1936.10.30*, composto por cinco pastas e 86 documentos, incluindo papéis sobre a organização da biblioteca da Secretaria de Estado do Ministério da Educação e Saúde, planos para a criação de bibliotecas populares, relatórios sobre a situação das bibliotecas federais, pedidos de doações e aquisições de bibliotecas, projetos para intercâmbio de livros com bibliotecas de outros países, ideias para a implantação de bibliotecas de estudos brasileiros em países latino-americanos, planos para a criação da Biblioteca Pública do Rio de Janeiro e estudos para a estruturação de bibliotecas municipais (Capanema, 2013b). Em outro item, com três pastas e 17 documentos, encontram-se planos para a criação da Universidade do Brasil,

nos quais se destacam estudos sobre a organização da biblioteca universitária (Capanema, 2013a). Nas cinco pastas e 55 documentos que integram o item *GC g 1937.06.30*, por sua vez, estão agrupados os relatórios da Biblioteca Nacional dos anos de 1939, 1944 e 1945, assim como textos sobre o curso de biblioteconomia e o projeto de reforma do órgão (Capanema, 2013c). Além disso, durante o período que se estendeu entre 1941 e 1944, Gustavo Capanema manteve-se em permanente contato com Sylvia para tratar de assuntos relacionados à biblioteconomia nacional. O item *GC g 1941.09.00* do arquivo do ministro, por exemplo, contém onze documentos sobre a organização do currículo de biblioteconomia, incluindo estudos de Sylvia para a reformulação do curso da Biblioteca Nacional (Capanema, 2013d).

Após seu regresso dos Estados Unidos, onde frequentou a Universidade de Columbia, Sylvia assumiu sua função à frente da Biblioteca do DASP e começou a colocar em prática alguns dos procedimentos especializados que aprendera. Ao mesmo tempo, cumprindo seu compromisso com Capanema, deu início ao treinamento de alguns “estagiários”, como eram chamados os que procuravam a Biblioteca do DASP para aprender o ofício da biblioteconomia, em sua maioria funcionários públicos do DASP e de outros órgãos federais. Verdadeiramente cativada pelos encantos da profissão, Sylvia convidou outra de suas irmãs mais novas para participar desses treinamentos: Lydia de Queiroz Sambaquy.

## **A FAMÍLIA QUEIROZ LIMA**

Em 1938, Lydia de Queiroz Sambaquy, jovem senhora de 25 anos, casada e mãe de três filhos, vivia situação semelhante à de outras mulheres brasileiras. Antes de se casar com Julio Furquim Sambaquy em 1929, aos 16 anos, Lydia residia com sua família em São José do Rio Preto. No final da década de 1920, pressionado pelos efeitos da queda no preço do café decorrente da crise de 1929 (Fausto, 1974), seu pai, Espiridião de Queiroz Lima, que se aventurara como pequeno cafeicultor, acabou sendo levado a vender sua casa e a transferir-se com a família para o Rio de Janeiro. Cerca de um ano mais tarde, Lydia e seu marido, também proprietários na região, fizeram o mesmo e fixaram residência na capital federal. A crise política interna – desencadeada de início pelo colapso da economia capitalista internacional e agravada pelo movimento revolucionário acionado pela Aliança Liberal em 1930 – se por um lado tornava extremamente instável a situação nacional, por outro acenava com perspectivas que, a uma emergente classe média já urbanizada ou em processo de urbanização, pareciam naquele momento bastante promissoras (Fausto, 1974; Revolução de 30, 1982; Camargo, 1989; Escobar, 1996).

Doutor pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e especialista em veterinária, Espiridião de Queiroz Lima descendia de tradicional família cearense. Remontando ao século XVII, a família Queiroz teve origem na antiga Fazenda Califórnia, no sertão de Quixadá. Lá nasceram gerações de admiráveis brasileiros, um deles Eusébio de Queiroz Lima, cujas publicações permanecem sendo referência na área do direito (Lima, 1946). Entre os inúmeros descendentes, no entanto, quem alcançou maior projeção pública foi sem dúvida a escritora Rachel de Queiroz, que em 1977 deu início à participação feminina na Academia Brasileira de Letras. Rachel era prima em primeiro grau de Lydia de Queiroz Sambaquy.

Outros membros da família também se notabilizaram em suas áreas de atuação. Foi o caso do pai de Lydia, o médico Esperidião de Queiroz Lima. Diplomado no curso de ciências médicas e cirúrgicas em 1903, tendo sua tese inaugural sido aprovada com distinção (Lima, 1903), Esperidião iniciou sua carreira em medicina veterinária clinicando em Manaus e no Acre, onde estudou a doença provocada pelo *Trypanosoma equinus*. Em consequência desses estudos, em 1912 foi nomeado veterinário do Serviço de Indústria Pastoril, no Pará, onde permaneceu até 1915. Lydia nasceu durante sua permanência neste Estado. Nos anos seguintes, trabalhou em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo (Biologista, 1958). Entre os anos de 1931 e 1933, Esperidião chefiou Comissões de Combate à Raiva em Mato Grosso e Santa Catarina. No exercício dessas funções teve oportunidade de investigar e demonstrar em laboratório que os morcegos *Desmodus rotundus* transmitiam raiva a animais herbívoros. Seu primeiro artigo sobre o tema (Lima, 1934) alcançou imediata repercussão internacional, merecendo citações de cientistas na Inglaterra, França, Argentina e Uruguai. Artigos publicados mais tarde (Lima, 1935) tornaram suas pesquisas conhecidas nos principais centros especializados internacionais.

A importância da descoberta acabou por levar a Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária a aprovar, durante o encerramento do I Simpósio Brasileiro de Raiva, realizado em 1957, uma recomendação no sentido de que o nome do pesquisador fosse indicado para figurar no Livro do Mérito. Criada por Getúlio Vargas em 1939, essa homenagem destinava-se a reconhecer publicamente brasileiros que tivessem contribuído para o progresso material e espiritual da nação. Dezoito pessoas constavam do Livro do Mérito até aquela data, entre elas o marechal Rondon, o médico Vital Brasil e o jurista Clovis Bevilacqua. Décimo nono, Esperidião recebeu o diploma diretamente das mãos do então presidente Juscelino Kubitschek, em cerimônia que se realizou no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, em dezembro de 1958 (Biologista, 1958).

Como é fácil deduzir, o ambiente familiar no qual Lydia de Queiroz Sambaquy cresceu e foi educada se caracterizava por uma condição esclarecida, propícia ao estudo, à reflexão e ao pensamento crítico. Entre 1925 e 1929, Lydia havia frequentado o curso secundário no Colégio das Irmãs de Santo André, em São José do Rio Preto. A condição federativa do Estado brasileiro naquele período, porém, evitava e na prática impedia a integração e uniformização das políticas educacionais do país. O ensino secundário não possuía diretrizes nacionais, sendo oferecido de acordo com critérios e modelos vigentes em cada unidade da Federação (Brandão, 1999). Para um país que ainda não possuía universidades e que se encontrava em processo de industrialização, tal situação trazia contratempos. Depois da Revolução de 1930, a imediata criação do Ministério da Educação e Saúde Pública e a promulgação do decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931, que reformulava o ensino secundário, trouxeram perspectivas renovadoras (Cunha, 1981; Piletti, 2003). Para Lydia, contudo, a chamada Reforma Francisco Campos significou o retorno ao curso secundário. E ela o fez no Colégio Pedro II do Rio de Janeiro, entre 1933 e 1936.

## **A BIBLIOTECA DO DASP E AS PRIMEIRAS INICIATIVAS DE PROCESSAMENTO TÉCNICO DO ACERVO**

Em 1938, quando começou a participar dos treinamentos ministrados na Biblioteca do DASP, Lydia Sambaquy decidiu se matricular no curso de biblioteconomia mantido pela Bi-

biblioteca Nacional. Quando recebeu seu diploma de bibliotecária em 1941, Lydia trabalhava regularmente na Biblioteca do DASP, primeiro como assistente técnico e mais tarde como técnico de administração. Nesse intervalo, quando Sylvia se afastou da Biblioteca do DASP, Lydia assumiu sua direção. O trabalho pioneiro das duas irmãs Queiroz à frente da Biblioteca do DASP está em parte documentado na carta que Sylvia Grillo enviou a Lucille L. Keck, da Joint Reference Library de Chicago, em 1939 (Keck, 1963). A carta constitui também um retrato do estágio incipiente da biblioteconomia nacional naquele período:

[...] devo informá-la que não estou mais trabalhando na Biblioteca do Departamento Administrativo do Serviço Público. Estou em São Paulo [...], mas ainda me interesso muito pela Biblioteca do DASP. Deixei lá cinco bem-treinadas bibliotecárias que estão dando continuidade ao sistema americano que iniciei. A Sra. Lydia Sambaquy está chefiando a Biblioteca agora e ela me relata que a necessidade de uma tabela de classificação torna-se maior a cada dia. Veja, eu organizei o catálogo dicionário, a circulação etc., mas não classifiquei os livros porque antes queria conhecer o esquema Anderson-Glidden [Anderson; Glidden, 1928].<sup>1</sup> Para seguir sem a classificação dos livros, tive que reuni-los nas estantes por assunto, de modo aproximado, rotulando cada seção de acordo com os assuntos. Como você bem pode imaginar, esse arranjo não vai funcionar por muito tempo, pois o grande número de aquisições que vem sendo constantemente realizadas traz novos assuntos, para os quais novas seções nas estantes se tornam necessárias. Nossa capacidade de armazenamento é bastante limitada e é por isso que estamos necessitando tanto do esquema de classificação.

Entretanto, estou encorajando a sra. Sambaquy a esperar até agosto (não é então que a revisão da Sra. Glidden será publicada?<sup>2</sup>) pela classificação dos livros. Na verdade, eu devo retornar ao DASP por um pequeno período para começar também a classificação dos livros.

Pessoalmente, estou muito interessada em manter contato com você, pois posso precisar de seus conselhos em relação à redação de um livro sobre a organização das bibliotecas americanas. Estou planejando tudo e já tenho algum material em fichas. Não há muitas pessoas aqui que possam ler inglês e nós carecemos, totalmente, não apenas de tabelas de classificação, mas também de livros sobre catalogação, circulação, organização e administração de bibliotecas. Estou planejando dar as bases de cada um desses assuntos e depois escrever sobre algo mais abrangente.

Eu agradeceria muito receber uma cópia do panfleto sobre a organização da Joint Reference Library, assim como as listas de publicações de suas associadas.

---

1 Segundo Harold Bloomquist, a preferência por esquemas de classificação específicos e customizados, em substituição aos sistemas universais, ressurgiu entre as décadas de 1940 e 1950 (Herner; Meyer, 1957; Bloomquist, 1959).

2 A revisão do esquema Anderson-Glidden, uma classificação especializada em coleções nas áreas de administração pública e ciência política, só foi publicada em 1942 (Glidden; Marchus, 1942).

Junto com esta carta estou enviando a você um cheque de \$1.00 para cobrir o custo do *Public Administration Libraries: a manual of practice* [Keck; Dority, 1934].

Por favor, não deixe de me escrever sobre as obras de referência que você acredita que possam me interessar, pois quero saber mais sobre as bibliotecas técnico-administrativas (Grillo, 1939).

Com a orientação de Sylvia de Queiroz Grillo e sob a direção de Lydia de Queiroz Sambaquy, a Biblioteca do DASP ia pouco a pouco ganhando estatura e visibilidade. Junto com ela, cercada por incertezas e obstáculos, mas fortalecida por laços de amizade e parentesco, uma biblioteconomia brasileira emergia, procurando modelos, selecionando parceiros e aliados, articulando fundamentos, construindo passo a passo sua rede. Em outubro de 1940, em resposta a uma amiga que lhe escrevera dos Estados Unidos,<sup>3</sup> Lydia assim se referia à instituição e à profissão:

Sua carta faz recordar as que Sylvia nos escrevia, ainda cheia de espanto pelo próprio feito, saudosa, com grande coragem para aprender e pretendendo muito fazer em benefício da biblioteconomia brasileira. Tenho certeza de que o esforço de Sylvia foi muito bem aproveitado. Sob sua direção formou-se a Biblioteca do DASP que, se não é perfeita, é, entretanto, um núcleo de entusiasmo, boa vontade em se aperfeiçoar e produzir e, principalmente, um grupo idealista, despido completamente de rivalidades tolas e mesquinhas...

A Biblioteca do DASP tem trabalhado e ainda trabalha, arduamente, junto ao governo para que sejam criadas oportunidades de viagem aos Estados Unidos aos bibliotecários. Como você diz agora, Sylvia havia dito em relatório ao Ministro: "Estamos num círculo vicioso: não temos bibliotecários porque não temos escola; não temos escola porque não temos bibliotecários" [...]. Outro fruto da viagem de Sylvia aos Estados Unidos, que considero digno de nota, foi o projeto que fez para a criação da Escola de Biblioteconomia, o qual penso que lhe mostrei por ocasião de seu estágio nesta Biblioteca. É um ótimo trabalho. [...]. Você, de volta, encontrará, ao contrário de Sylvia, um pessoal ávido por aprender e com grande disposição para colaborar, não só na Biblioteca Nacional, como na Biblioteca do DASP. [...]. Dr. Simões<sup>4</sup> pediu-me que reunisse o material necessário ao curso que vai organizar, de aperfeiçoamento para funcionários. A primeira coisa de que cogitei, e com toda razão, foi dos livros. Fizemos uma lista dos melhores, segundo indicação de Sylvia, lista essa que foi remetida no começo deste ano, mais ou menos em fevereiro, ao dr. Mario de Brito;<sup>5</sup> até hoje, entretanto, nada de livros!

Lembra-se daqueles que recebemos da ALA, com tanta alegria, pensando que eram os tais encomendados? Pois bem, até hoje nada. [...]. Rogo portanto seus bons ofícios junto

---

3 A carta era dirigida à bibliotecária Cecília Helena de Oliveira Roxo, depois Wagley, que alguns anos depois seria responsável por implantar e organizar a seção de referência da Biblioteca Nacional (Dias, 1958).

4 Referência a Luiz Simões Lopes, à época presidente do DASP.

5 Referência a Mario Paulo de Brito, à época diretor da Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento do DASP.

ao dr. Mario de Brito para que nos sejam remetidos o quanto antes! Nessa encomenda figuram os 'syllabi' da Columbia e o livro de Margaret Mann. Acho conveniente virem, em vez de um exemplar de cada obra, pelos menos três para que seja fácil o empréstimo aos alunos do curso. Rogo, encarecidamente, a sua especial atenção para este meu pedido. Você ainda não visitou nenhuma biblioteca que tivesse 'open shelf'? Então não deixe de visitar as 'branch libraries' da grande Biblioteca Pública de New York. [...].

As nossas contribuições na *Revista do Serviço Público* continuam saindo. Agora são as regras da ALA, que Heloísa está pondo em bom português. Naturalmente você está recebendo a Revista, não? Diga-nos, o que acha deste trabalho?

Tal como a sua, minha vida está cheia de trabalhos e estudos. Estamos agora cogitando da representação dos Serviços de Biblioteca na Exposição Anual do Estado Novo. É um tal de procurar ideias!

Agradeço por mim e por todas, de antemão, as ótimas lições que certamente você continuará nos enviando (Sambaquy, 1940b).

## **O CAMPO BIBLIOTECÔNOMICO: SEU DISCURSO E SUA REDE**

Estavam-se delineando, naquele momento, as condições históricas de possibilidade para a emancipação de um discurso biblioteconômico nacional, o qual buscava encontrar seu sistema de positivities e sua autonomia, distinguindo-se de outros saberes já instituídos e de outras atividades de natureza intelectual, administrativa ou técnica (Foucault, 1997; Carvalho, 2001). Pode-se observar então o surgimento do

[...] conjunto de condições que regem, em um momento dado e em uma sociedade determinada, a aparição dos enunciados, sua conservação, os laços que são estabelecidos entre eles, a maneira pela qual os agrupamos em conjuntos estatutários, o papel que exercem, o jogo de valores [...], a maneira pela qual são investidos em práticas ou condutas, os princípios segundo os quais circulam, são recalcados, esquecidos, destruídos ou reativados. Em suma, [...] o discurso no sistema de sua institucionalização (Foucault et al., 1971, p. 25).

O valor do discurso como instrumento de legitimação desse saber em processo de construção foi de pronto percebido, sendo produzidos textos em versões específicas para circulação entre públicos diferenciados. Ainda em 1939, a *Revista do Serviço Público* começou a publicar uma seção intitulada "Biblioteca do DASP", através da qual eram veiculadas notícias, informações estatísticas e contribuições selecionadas, escritas pelo próprio pessoal da Biblioteca. Ocupando duas páginas da revista, o ensaio "O que é a biblioteca moderna", escrito por Lydia Sambaquy, apareceu no número correspondente a julho e agosto de 1939 (Sambaquy, 1939).

O processo de constituição da biblioteconomia como campo de atuação profissional no Brasil envolveu ainda um ponto de passagem obrigatória: transformada em laboratório de

práticas para bibliotecários aspirantes, a Biblioteca do DASP representava um verdadeiro centro de cálculo, produzindo ciclos de acumulação de inscrições e conhecimento especializado. Essa convergência de saber e poder assegurava à Biblioteca a continuidade do sistema de alianças e associações que articulava os atores em torno da rede sociotécnica que sustentava o nascente saber biblioteconômico (Latour, 2000a; Latour, 2000b; Oddone et al., 2000). Os atores envolvidos, percebendo as oportunidades abertas para ocupação desse espaço no mundo do trabalho, empreenderam ações de divulgação e extensão do saber ali produzido e capitalizado.

Ao mesmo tempo, visando alcançar uma potencial comunidade de pares constituída por funcionários lotados em bibliotecas de outros órgãos públicos federais e estaduais, Lydia, em agosto de 1940, publicou na *Revista do Serviço Público* um artigo intitulado “A classificação decimal de Melvil Dewey e a classificação decimal de Bruxelas”, propondo uma avaliação crítica dos dois sistemas classificatórios então disponíveis para o processamento técnico dos livros (Sambaquy, 1940a). Esse texto era parte de uma série sobre “Biblioteconomia” e a ele se seguiu um artigo da bibliotecária Heloísa Leite Soares de Azevedo examinando o “catálogo dicionário” (Azevedo, 1940). Tratava-se, também, de obter aderência e visibilidade para aquilo que era específico da biblioteconomia em meio à complexificação dos saberes e dos discursos que ia ganhando espaço nas páginas da revista.

Uma iniciativa que surtiu efeitos bastante favoráveis (Moraes, 1940) foi a publicação do *Esquema da organização da Biblioteca do DASP*. Dirigido a uma comunidade especializada e em processo de profissionalização, esse texto minucioso, com linguagem didática e acompanhado de vários formulários e fichas em tamanho natural, parece ter sido produzido com a deliberada intenção de divulgar o trabalho que se realizava na Biblioteca do DASP e garantir a devida precedência e autoridade sobre o assunto: Sylvania em primeiro lugar e Lydia em seguida. A atribuição de autoridade não era apenas necessária, era de fato oportuna, pois caracterizava uma liderança que a essa altura se tornava indispensável para alcançar o fortalecimento da área. Apesar do desgaste público que de certo modo a posição acarretava, as duas irmãs não se intimidaram e assumiram essa liderança. Dividido em três partes, o *Esquema* foi originalmente publicado em números consecutivos da *Revista do Serviço Público* – fevereiro, março e abril de 1940. Ainda naquele mesmo ano, o trabalho foi publicado na íntegra, como separata da revista (Sambaquy, 1940c). Quatro anos depois a obra ganhou uma segunda edição (Sambaquy, 1944).

## **O TREINAMENTO DE BIBLIOTECÁRIOS E A REPRODUÇÃO DO SABER**

Outra proposta estratégica foi a criação, no âmbito do DASP, de um curso preparatório para bibliotecários (Wahrlich, 1983). Formalizado através do decreto n. 6.416, o curso, com duração de seis meses, oferecia aos funcionários públicos aprovados a oportunidade de serem promovidos à carreira de bibliotecário, mais respeitável e melhor remunerada (Brasil, 1940a). Considerado isoladamente, o curso representava uma mera formalidade burocrática, um artifício forjado pelo aparelho administrativo do Estado. Contudo, tal leitura desvincula

o curso do seu contexto, subtraindo sua força, negando-lhe a habilidade de problematizar e alterar os vínculos e rupturas que mantinham ativa a rede sociotécnica.

Uma análise mais sugestiva pode ser alcançada ao se considerar a natureza heterogênea dos fenômenos sociais. O projeto do curso estava atrelado à reordenação da carreira de bibliotecário (Sambaquy, 1950a; Dias, 1958; Moraes, 1983), iniciada meses antes pelo decreto-lei n. 2.166 (Brasil, 1940b) e regulamentada pelo referido decreto n. 6.416. Nessa perspectiva, a reforma e o curso formavam um dispositivo único cujo principal objetivo era ter como resultado, especialmente no âmbito do serviço público,<sup>6</sup> bibliotecários comprometidos com as práticas e técnicas experimentais desenvolvidas na Biblioteca do DASP, ampliando a rede de associações que mantinham sua legitimidade. Essa intenção, contudo, não esgotava o sentido do projeto. Embora o grupo de bibliotecários do DASP viesse se destacando em meio a uma crescente comunidade profissional,<sup>7</sup> sua maior aspiração era transformar as práticas, técnicas e ferramentas introduzidas na biblioteca-laboratório do DASP em ponto de passagem obrigatória para o exercício da profissão no Brasil.<sup>8</sup> Por esse ângulo, o projeto do curso de biblioteconomia representava a oportunidade de estender as condições de trabalho que vigoravam na Biblioteca do DASP a outros ambientes, alcançando a comensurabilidade que poderia garantir a reprodução uniforme daquele conhecimento.

Abrangendo três disciplinas – catalogação e classificação; administração e organização de bibliotecas; bibliografia e referência –, o curso do DASP possuía um perfil didático moderno, que se chocava frontalmente com o currículo adotado pelo curso da Biblioteca Nacional (Fonseca, 1957; Dias, 1958; Mueller, 1985; Castro, 2000). Seu aspecto inovador envolvia também o caráter eminentemente prático. Para efetivar essa característica, o curso previa um estágio – espécie de treinamento em serviço – a ser realizado em bibliotecas e outros

---

6 Naquele período, o número de bibliotecários que atuavam fora da esfera pública era muito pequeno. Além disso, a burocracia administrativa do Estado Novo criava uma contínua oferta de postos de trabalho, não apenas para bibliotecários, mas para uma série de outros profissionais (Sambaquy, 1950b; Wahrlich, 1983).

7 Em outubro de 1940, Rubens Borba de Moraes, então diretor da Biblioteca Municipal de São Paulo, escreveu a Lydia para solicitar o envio de dez exemplares do *Esquema da organização da Biblioteca do DASP*. Referindo-se a esse trabalho como “um dos melhores, no gênero, que têm aparecido no Brasil ultimamente”, ele afirmava que a Biblioteca Municipal tinha “grande empenho em possuir diversos exemplares dessa separata para [seu] curso de biblioteconomia” (Moraes, 1940).

8 A discussão em torno da suposta disputa que teria existido entre a biblioteconomia de São Paulo e a biblioteconomia do Rio de Janeiro (Castro, 2000; Gomes, 2008) não esgotou as evidências disponíveis. Em geral, os autores indicam como causa dessa divergência as distintas influências sofridas pelos dois primeiros cursos profissionais regulares criados no Brasil: o curso da Biblioteca Nacional (1915), de orientação francesa; e o curso do Departamento de Cultura de São Paulo (1936), de orientação americana. Essa discussão contemporânea tem encoberto o papel do DASP como um dos atores envolvidos na articulação da rede que visava emancipar a biblioteconomia como campo profissional no Brasil. A verdade é que raramente se menciona o curso do DASP (1940) quando se analisa essa disputa. Nesse sentido, o que se observa é que não havia diferença significativa no padrão didático dos cursos do Departamento de Cultura de São Paulo e do DASP no Rio de Janeiro. Assim como Adelpha Figueiredo, Sylvia Grillo, Lydia Sambaquy e alguns outros, Rubens Borba também viajou aos Estados Unidos, com bolsa da Fundação Rockefeller, para estudar biblioteconomia (Gropp, 1940). Durante os anos seguintes, o que de fato alimentou uma velada disputa entre Lydia de Queiroz Sambaquy e Rubens Borba de Moraes foram seus diferentes pontos de vista acerca do processo de catalogação (Oddone, 2004).

serviços, públicos ou privados. O texto legal esclarecia que os responsáveis pelas bibliotecas e serviços públicos deveriam colaborar, permitindo aos funcionários o acesso às estantes<sup>9</sup> e o manuseio de catálogos e obras necessários à preparação dos trabalhos.

Oferecido em bases semestrais durante quatro anos consecutivos – entre 1941 e 1944 –, o curso de biblioteconomia do DASP formou um número significativo de bibliotecários. Os próprios professores foram influenciados pelo novo modelo profissional que o curso disseminava. Em 1943, numa conferência pronunciada na Casa do Estudante do Brasil, Rubens Borba de Moraes assim se expressava a respeito do curso do DASP: “Muito se deve ao DASP, que instituiu excelentes cursos, criou a carreira de bibliotecário e fez da sua biblioteca um centro de aperfeiçoamento para todos os que estão ligados a esses problemas” (Moraes, 1983, p. 21).

## EFEITOS DE REDE

O valor estratégico do curso de preparação de bibliotecários criado pela Biblioteca do DASP, naquele ano de 1940, só pode ser julgado com clareza quando se observa retrospectivamente a riqueza das alianças que ele permitiu estabelecer e a diversidade dos efeitos que ele foi capaz de operar nos anos seguintes. O mais significativo desses efeitos foi sem dúvida a reformulação do curso da Biblioteca Nacional em 1944 (Dias, 1958). Em meados de 1941, por outro lado, já era possível constatar como a Biblioteca do DASP havia se fortalecido, transformada em modelo de funcionamento para um largo conjunto de repartições públicas semelhantes, já existentes ou em implantação. Cada vez mais engajada, Lydia obteve a oportunidade que lhe faltava: uma bolsa de estudos para frequentar a School of Library Service da Columbia University. O investimento na carreira profissional realizado desde 1938 continuava produzindo frutos concretos.

Em 1942, ao retornar dos Estados Unidos, Lydia apresentou uma conferência na Biblioteca Municipal de São Paulo intitulada *Como a biblioteca pode e deve servir ao Brasil*:

[...] Poderemos fazer de nossas bibliotecas perfeitos laboratórios de pesquisa e estudo; poderemos fazer de nossas bibliotecas valiosos centros de informação e de orientação profissional; poderemos fazer de nossas bibliotecas ricos e eficientes serviços de documentação; poderemos fazer de nossas bibliotecas preciosos centros de recreação intelectual e, ainda, poderemos fazer de nossas bibliotecas escolas ativas, de valor inestimável para a evolução da cultura e da educação em nosso país.

[...] Quem considera a imensa riqueza da produção escrita sobre todos os assuntos e sabe que até mesmo o especialista fica desorientado diante da bibliografia completa

---

9 A questão do livre acesso às estantes é emblemática, pois sua adoção representava uma ruptura radical com o passado e a tradição (Sambaquy, 1940a). Naquele período, pelo que se sabe, só duas bibliotecas praticavam o livre acesso às estantes: a Biblioteca do DASP e a Biblioteca George Alexander, do Mackenzie College, em São Paulo, dirigida por outra bibliotecária pioneira, Adelpha Silva Rodrigues de Figueiredo (Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2004).

das publicações em sua especialização, quem avalia o que é uma biblioteca constituída de milhões de livros, compreende a necessidade não só da perfeita classificação e catalogação desse material, mas também entende a necessidade absoluta de sua seleção.

[...] É na biblioteca pública que podemos fazer, de maneira mais clara e mais precisa, a distinção entre as várias funções da biblioteca. A simples visão do aspecto de uma biblioteca pública em plena atividade incute, em quem o observa, fé em seus trabalhos e perfeita compreensão do seu valor. Nela vemos distintamente as suas variadas funções de laboratório, de estudo e de pesquisa, de centro de documentação e informações bibliográficas e de centro de recreação intelectual.

[...] Considerando-se o imenso campo em que a biblioteca pode agir, se nos lembrarmos de sua influência nas escolas, nas universidades, nos meios rurais e urbanos, nas fábricas, nas repartições públicas e nas instituições as mais diversas, pode-se ter uma ideia do quanto ela é capaz de trabalhar para que cada um receba a melhor instrução sobre o que deve fazer, no que se refere à parte que lhe toca no movimento de mobilização econômica.

[...] Contrariando profundamente as afirmações dos entendidos, que asseguram que o povo brasileiro ainda não está suficientemente educado para que os livros de nossas bibliotecas lhe possam ser confiados, o DASP, em sua própria Biblioteca, organizou um campo de experimentação, ou laboratório, em que seriam observados os resultados práticos da técnica preconizada pela biblioteconomia moderna.

[...] A Biblioteca do DASP que segundo antigas praxes deveria ser reservada ao uso dos funcionários daquele Departamento, transformou-se em uma biblioteca pública, onde é permitido o livre acesso às estantes, onde existe catálogo dicionário e um serviço de referência na sua concepção mais liberal; em uma biblioteca onde os livros são arrumados nas estantes segundo a ordem natural dos símbolos de uma classificação de assuntos; em uma biblioteca que faz o empréstimo de livros para leitura a domicílio, finalmente, transformou-se em uma biblioteca onde deve ser oferecido aos leitores o máximo de auxílio com o mínimo de exigências.

[...] O Serviço de Intercâmbio de Catalogação, organizado pela Imprensa Nacional sob os auspícios da Biblioteca do DASP, constituirá, dentro em breve, um poderoso elemento para que os nossos catálogos se transformem em instrumentos bibliográficos os mais perfeitos; para que os trabalhos de catalogação atinjam a mais apurada técnica e, enfim, para que consigamos isso pelo menor preço. Com a utilização desse sistema, em pouco tempo as coleções pertencentes às nossas bibliotecas poderão estar com a sua catalogação perfeitamente em dia, facilitando também, sobremaneira, a formação, para as nossas bibliotecas, de valiosos catálogos coletivos (Sambaquy, 1943).

Neste texto, Lydia reconhecia o caráter experimental das práticas que desenvolveu na Biblioteca do DASP e definia posturas que marcariam seu trabalho dali em diante. Enriquecido por referências à documentação, aos laboratórios, às pesquisas e aos cientistas, este texto caracteriza a passagem da biblioteconomia a outro estado de conhecimento. Já não

se tratava mais, nem exclusiva nem principalmente, da organização dos acervos e de sua perfeita ordenação nas estantes à espera de um usuário bem-informado. No novo contexto, o bibliotecário detém uma postura pró-ativa, de efetivo envolvimento com seu usuário, de interessada e influente disseminação dos registros do conhecimento. Nessa nova visão profissional, a biblioteconomia surge acompanhada das práticas da documentação.

Algumas ideias que sairão deste texto para o futuro são a catalogação cooperativa, a seleção e a disseminação seletiva da informação, a criação de bibliotecas públicas, os catálogos coletivos, a organização de sistemas de bibliotecas e a reunião de recursos bibliográficos em órgãos gestores centralizados, concepção que mais tarde servirá de fundamento à criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação – o IBBD. Quando se constata as muitas realizações de Lydia Sambaquy à frente da Biblioteca do DASP, percebe-se também a dimensão de sua contribuição ao campo da biblioteconomia e, por que não, à área da ciência da informação.

## Referências bibliográficas

ANDERSON, William; GLIDDEN, Sophia H. *A system of classification for political science collections*. Minneapolis: University of Minnesota, 1928. 188p.

AZEVEDO, Heloísa Leite Soares de. Catálogo dicionário. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, ano 3, v. 4, n. 1, p. 234-238, out. 1940.

BIOLOGISTA Esperidião de Queiroz Lima no Livro do Mérito: homenagem de um grupo de amigos [...]. Rio de Janeiro: [s.n.], 1958. 38p.

BLOOMQUIST, Harold. Cataloging and classification of medical library materials: 1946-1956. Ten years of progress and problems II. Classification. *Bulletin of the Medical Library Association*, v. 47, n. 2, p. 144-164, Apr. 1959.

BOMENY, Helena (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2001. 204p.

BRANDÃO, Marisa. Da arte do ofício à ciência da indústria: a conformação do capitalismo industrial no Brasil vista através da educação profissional. *Boletim Técnico do Senac*, v. 25, n. 3, set./dez. 1999.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria Executiva. Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração. Coordenação de Documentação e Informação. *A nossa história, do DASP ao MP: Núcleo de Administração Pública*. Brasília, 2000. 66p. [Trabalho elaborado pela bibliotecária Rosa Maria Gastal de Menezes].

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Decreto n. 6.416, de 30 de outubro de 1940a. Regulamenta o artigo 3º do decreto-lei n. 2.166, de 6 de maio de 1940.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Decreto-lei n. 2.166, de 6 de maio de 1940b. Desdobra as carreiras de bibliotecário, que especifica, nas de bibliotecário e bibliotecário-auxiliar e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Decreto-lei n. 579, de 30 de julho de 1938. Organiza o Departamento Administrativo do Serviço Público, reorganiza as Comissões de Eficiência dos Ministérios e dá outras providências.

CAMARGO, Aspásia et al. *O golpe silencioso: as origens da república corporativa*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989. 280p.

CAPANEMA, Gustavo. *Arquivo pessoal*: item GC g 1936.05.26/1. Rio de Janeiro/Porto Alegre, 26.5.1936 a 22.7.1937. 450f. CPDOC/FGV, 2013a. Microfilmado no rolo 43, fotogramas 93 a 270.

\_\_\_\_\_. *Arquivo pessoal*: item GC g 1936.10.30. Rio de Janeiro/João Pessoa, 30.10.1936 a 22.10.1945. 595f. CPDOC/FGV, 2013b. Microfilmado no rolo 44, fotogramas 81 a 383.

\_\_\_\_\_. *Arquivo pessoal*: item GC g 1937.06.30. Rio de Janeiro/Nova Iorque, 30.6.1937 a 20.8.1945. 395f. CPDOC/FGV, 2013c. Microfilmado no rolo 47, fotogramas 596 a 811.

\_\_\_\_\_. *Arquivo pessoal*: item GC g 1941.09.00. Rio de Janeiro, 9.1941 a 19. 1.1945. 170f. CPDOC/FGV, 2013d. Microfilmado no rolo 56, fotogramas 212 a 289.

CARVALHO, Alexandre Magno Teixeira de. O processo de produção discursiva: uma visão da contribuição de Michel Foucault ao debate epistemológico. *Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 1, n. 1, p. 1-12, 2001.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998. 506p.

CASTRO, César Augusto. *História da biblioteconomia brasileira*. Brasília: Thesaurus, 2000. 288p.

CUNHA, Célio da. *Educação e autoritarismo no Estado Novo*. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1981. 176p.

DIAS, Antonio Caetano. *O ensino de biblioteconomia no Brasil*: informe apresentado ao I Congresso Brasileiro de Biblioteconomia realizado no Recife, em junho de 1954. Rio de Janeiro: Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado/Serviço de Publicidade, 1958. 36p.

ESCOBAR, Antonius Jack Vargas. *Política e poder: reflexões sobre os anos 20*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996. 116p.

FAUSTO, Boris. A revolução de 30. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). *Brasil em perspectiva*. 5. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, p. 227-255, 1974. 368p.

FONSECA, Edson Nery da. Desenvolvimento da biblioteconomia e da bibliografia no Brasil. *Revista do Livro*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 5, p. 95-124, mar. 1957.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997. 240p.

FOUCAULT, Michel et al. *Estruturalismo e teoria da linguagem*. Petrópolis: Vozes, 1971. 240p.

GLIDDEN, Sophia H.; MARCHUS, Dorothy. *A library classification for public administration materials*. Chicago: Public Administration Service; American Library Association, 1942. 512p.

GOMES, Angela de Castro (org.). *O ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2000. 276p.

GOMES, Denise Pedroso. *O Departamento Municipal de Cultura de São Paulo (1935-1938): políticas de criação de bibliotecas e democratização de leitura*. 2008. 110p. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade), PUC-SP, São Paulo, 2008.

- GRILLO, Sylvia de Queiroz. *Carta a Lucille L. Keck*. São Paulo, 13 abr. 1939. 1f. [cópia].
- GROPP, Dorothy M. Bibliotecas do Rio de Janeiro e de São Paulo e o movimento bibliotecário da capital paulista. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, v. 68, p. 205-224, jul. 1940. [Conferência realizada em 24 nov. 1939 em New Orleans, Estados Unidos].
- HERNER, Saul; MEYER, Robert S. Classifying and indexing for the special library. *Science*, v. 125, n. 3.252, p. 799-803, Apr. 1957.
- KECK, Lucile L. *The joint reference library: a memoir*. Chicago: Joint Reference Library, 1963. 58p.
- KECK, Lucile L.; DORITY, Ione E. (ed.). *Public administration libraries: a manual of practice*. Chicago: Public Administration Service, 1934. 67p. [Prepared by the Civic-Social Group of the Special Libraries Association].
- LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Unesp, 2000a. 440p.
- \_\_\_\_\_. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (org.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no ocidente*. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, p. 21-44, 2000b.
- LIMA, Espiridião de Queiroz. *Antiga família do sertão*. Rio de Janeiro: Agir, 1946. 331p.
- \_\_\_\_\_. *Novos rumos na epizootologia e na prophylaxia da raiva dos herbívoros*. Rio de Janeiro: Diretoria de Estatística da Produção/Instituto de Biologia Animal, 1935. 10p. Separata do *Boletim do Ministério da Agricultura*, ano 24, abr./jun. 1935.
- \_\_\_\_\_. Transmissão da raiva bovina pelo morcego hematófago *Desmodus rotundus*. *Brasil Médico*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 38-40, jan. 1934.
- \_\_\_\_\_. *Das ondulações secundárias do pulso arterial: tese inaugural*. Rio de Janeiro: Typ. Besnard Freres, 1903. 60p.
- MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2001. 436p.
- MORAES, Rubens Borba de. *O problema das bibliotecas brasileiras*. 2. ed. Brasília: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1983. 40p.
- \_\_\_\_\_. *Carta a Lydia de Queiroz Sambaquy*. São Paulo, 23 out. 1940. 1f. [cópia].
- MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. O ensino de biblioteconomia no Brasil. *Ciência da Informação*, v. 14, n. 1, p. 3-15, jan./jun. 1985.
- ODDONE, Nanci. *Ciência da Informação em perspectiva histórica: Lydia de Queiroz Sambaquy e o aporte da documentação (Brasil, 1930-1970)*. 2004. 157 p. Tese (Doutorado em ciência da informação), IBICT/UFRJ/ECO, Rio de Janeiro, 2004.
- ODDONE, Nanci et al. Centros de cálculo: a mobilização do mundo. *Informare*, Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 29-43, jan./jun. 2000.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi; GOMES, Angela de Castro; VELLOSO, Monica Pimenta (org.). *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 168p.
- PILETTI, Nelson. *História da educação no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003. 184p.
- REVOLUÇÃO de 30: seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, set. 1980, Rio de Janeiro. Brasília: Universidade de Brasília, 1982. 728p.
- SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. Bibliotecários. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 31-33, set. 1950a.

\_\_\_\_\_. O serviço de referência nas bibliotecas. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 68-70, fev. 1950b.

\_\_\_\_\_. *Esquema da organização da biblioteca do DASP*: apresentação, em linhas gerais, da organização dada pelo oficial administrativo do Ministério da Educação e Saúde, Sylvia de Queiroz Grillo, ex-chefe da biblioteca do DASP. 2. ed. Rio de Janeiro: Departamento Administrativo do Serviço Público, 1944. 48p.

\_\_\_\_\_. *Como a biblioteca pode e deve servir ao Brasil*: conferência pronunciada no salão nobre da Biblioteca Pública de São Paulo, no dia 3 de novembro de 1942, por ocasião da Exposição de Atividades de Organização do Governo Federal. Rio de Janeiro: Departamento Administrativo do Serviço Público, 1943. 10p.

\_\_\_\_\_. A classificação decimal de Melvil Dewey e a classificação decimal de Bruxelas. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 188-190, ago. 1940a.

\_\_\_\_\_. *Carta a Cecília Helena de Oliveira Roxo [Wagley]*. Rio de Janeiro, 31 out. 1940b. 3f. [cópia].

\_\_\_\_\_. *Esquema da organização da biblioteca do DASP*: apresentação, em linhas gerais, da organização dada pelo oficial administrativo do Ministério da Educação e Saúde, Sylvia de Queiroz Grillo, ex-chefe da biblioteca do DASP. Rio de Janeiro: Departamento Administrativo do Serviço Público, 1940c. 32p.

\_\_\_\_\_. O que é a biblioteca moderna. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1-2, p. 75-77, jul./ago. 1939.

SCHWARTZMAN, Simon (org.). *Estado Novo: um autorretrato*. Brasília: Universidade de Brasília, 1983. 620p.

\_\_\_\_\_. O intelectual e o poder: a carreira política de Gustavo Capanema. In: REVOLUÇÃO de 30: seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, set. 1980, Rio de Janeiro. Brasília: Universidade de Brasília, 1982. 728p. (Coleção Temas Brasileiros, 54), p. 365-397.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Paz e Terra, 2000.

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE. *Biblioteca George Alexander*: guia do usuário. São Paulo, 2004. 2p.

WAHRLICH, Beatriz M. de Souza. *Reforma administrativa na era de Vargas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983. 908p.

---

Recebido em 9/9/2013

Aprovado em 11/9/2013

# CRIANDO “CORDEIROS”: AJUDANDO-OS A CRESCER

RAISING SHEEP: HELPING LAM(BS) GROW UP

**MICHAEL J. FOX** | Diretor emérito da Minnesota Historical Society.

## RESUMO

O conceito de acesso público integrado a todas as coleções de pesquisa da Minnesota Historical Society foi vislumbrado já em 1985. O que parecia, a princípio, um simples exercício intelectual e desafio gerencial teve de enfrentar uma gama de inesperados obstáculos técnicos, sociais, profissionais e organizacionais, ao mesmo tempo em que o entendimento institucional do objetivo subjacente do processo evoluiu. Esta é a história da interação entre *software*, normas técnicas, normas profissionais, gerenciamento, natureza humana, sistemas organizacionais e usuários.

*Palavras-chave: acesso; arquivo; biblioteca; museu; Minnesota Historical Society.*

## ABSTRACT

The concept of integrated public access to all the research collections of the Minnesota Historical Society was envisioned as long ago as 1985. What seemed at first to be a straightforward intellectual exercise and managerial challenge has faced instead a range of unexpected technical, social, professional, and organizational obstacles even as the institution's understanding of the underlying objective has evolved. This is a story of about the interplay of software, standards, professional norms, management, human nature, organizational systems, and customers.

*Keywords: access; archives; libraires; museums; Minnesota Historical Society.*

## RESUMEN

El concepto de acceso público integrado a todas las colecciones para investigación de la Minnesota Historical Society fue concebido ya en 1985. Lo que al principio parecía ser un ejercicio intelectual sencillo y desafío de gestión ha tenido de enfrentar una serie de obstáculos técnicos, sociales, profesionales y organizacionales inesperados, al mismo tiempo que la comprensión por la institución acerca del objetivo subyacente ha evolucionado. Esta es una historia sobre la interacción de software, estándares, normas profesionales, la gestión, la naturaleza humana, los sistemas de organización y clientes.

*Palabras clave: acceso; archivos; bibliotecas; museos; Minnesota Historical Society.*

## APRESENTAÇÃO

Dizem que a maneira como você se posiciona tem muito a ver com o cargo que ocupa. Isto é, as atitudes de uma pessoa e suas ideias a respeito de uma questão são fortemente influenciadas pelo ambiente em que ela trabalha. Então, permita-me começar minha fala sobre a criação de “cordeiros” com o contexto institucional de minha organização, assim como todo bom historiador e arquivista deveria fazer.

Há várias coisas que vocês precisam saber sobre a Minnesota Historical Society como pano de fundo de minha narrativa.

*Primeiro:* A *Society* é uma instituição educacional de âmbito estadual que preserva a evidência do passado e conta histórias do povo de Minnesota de modo a oferecer oportunidades de aprendizagem ao longo da vida que ajudam a população a comprometer-se com sua história.

*Segundo:* Temos muitas frentes que contribuem para essa missão. Entre elas há, para a pesquisa, acervo de livros, documentos privados, arquivos públicos, recursos visuais e sonoros que incluem arte e documentos tridimensionais. Essas coleções documentam a história dos Estados Unidos e Canadá, com ênfase especial em Minnesota, estados adjacentes e províncias canadenses. Também operamos 26 museus e sítios históricos no estado. A distribuição geográfica dessas instituições, sua amplitude temática e suas variações operacionais criam alguns desafios singulares. A rede inclui casas transformadas em museus, dois fortes militares, um farol, uma fazenda, diversos campos de batalha, paisagens históricas, e três museus especialmente construídos, sendo um deles nas ruínas de um moinho de farinha tombado pelo registro nacional de patrimônio norte-americano.

*Terceiro:* Os programas interpretativos da *Society* são vitais para a execução bem-sucedida de sua missão e dividem a atenção, e os recursos, com nossas atividades de pesquisa e publicação, que são as mesmas de instituições congêneres tanto em relação à finalidade quanto ao alcance. Este é um aspecto significativo de minha história. Este não é um museu com uma biblioteca de apoio e programas educacionais, ou vice-versa. Esta realidade afetou o caminho que percorremos.

*Quarto:* Em 1992, nossa equipe e nossos programas mudaram-se de três locais públicos e cinco instalações de depósitos para um único e novo prédio em Saint Paul, o Minnesota History Center. Um importante aspecto planejado para esta mudança foi a introdução de uma central de referência, que deveria ter uma concepção mais ampla do que seu nome talvez indicasse: depósito centralizado de coleções, acesso público centralizado a todas as coleções por meio de uma sala de leitura comum, uma única equipe de referência para atender à área e um catálogo integrado para todas as coleções. A ideia era de um “balcão único” para o pesquisador que anteriormente tinha que se dirigir a cinco salas de leitura separadas para consultar todas as nossas coleções. A expressão “central de referência” tornou-se senha para o que hoje descreveríamos como colaboração entre bibliotecas, arquivos e museus. Aqui quero focar particularmente no aspecto da central de referência que se relaciona com a integração do processo de descoberta de recursos em nossas várias coleções.

Minha apresentação é um histórico em três partes. Ela relata como tentamos fazer isto acontecer, identifica os obstáculos com que nos deparamos (espero que vocês possam achá-los instrutivos ou confortadoramente familiares) e conclui com a descrição do ponto em que nos encontramos hoje.

Permitam-me começar com uma descrição do que fizemos: uma breve história de tentativas e erros no caminho da realização da concepção da central de referência. Para aclarar uma série de eventos complexos, dividirei essa apresentação de marcos em nossos esforços em quatro fases.

A primeira fase pode ser chamada “Temos uma teoria; agora, como fazemos para realizá-la?”

Quando a ideia da central de referência foi pela primeira vez discutida, por volta de 1986, acesso integrado significava nada mais que uma simples ideia de alocar as fichas de diversos catálogos em um único conjunto de gavetas. Parecia uma solução brilhante e de baixo custo, mas, quando estudei essa ideia mais cuidadosamente, ao entrar na *Society* em 1987, ficou claro que seria impraticável em razão da variedade de práticas de catalogação para diferentes coleções ao longo dos anos. Estas incluíam formatos de fichas e de distribuição da informação diversos e inconsistentes, diferentes conteúdos descritivos, e uma multiplicidade de vocabulários normalizados ou não para pontos de acesso (formas autorizadas dos nomes, cabeçalhos de assuntos etc.). Assim, quando nos mudamos em 1992, simplesmente alinhamos todos os fichários na única e nova sala de leitura. Ao menos eles estavam todos num único lugar, mais ou menos como em um restaurante com cardápios de vinhos, de pratos principais, de pratos do dia, de sobremesas e pequenos cartões sobre a mesa com anúncios de drinques especiais.

A segunda fase pode ser caracterizada como “MARC: o grande integrador”.

No final da década de 1980, começamos a usar o serviço bibliográfico em rede OCLC<sup>1</sup> para catalogar nossas coleções publicizadas. Com a introdução do formato MARC para controle de documentos públicos e privados, passamos a adicionar catálogos de documentos em formato MARC referentes às nossas coleções privadas e de documentos públicos estaduais à base de dados da RLIN (*Research Libraries Information Network*), pertencente ao *Research Libraries Group*. Com o tempo, e depois de considerável conversão retrospectiva, essas descrições chegaram até um catálogo público acessível em todo o estado, chamado MnPALS,<sup>2</sup> no qual podem ser encontradas até hoje. Hoje esta rede emprega o *software* de bibliotecas Aleph.

Isso funcionou tão bem, que dissemos: “Que diabos, vamos tentar isto com nossos acervos de cultura material também”. Utilizaríamos o formato de catalogação MARC para os acervos de museus. Recebemos uma subvenção do *National Endowment for the Humanities* (NEH), catalogamos cerca de 12 mil itens das coleções tridimensionais, extrapolando as re-

---

1 Ohio Colleges Online Consortium – agora, apenas o acrônimo é usado.

2 Ver <[www.mnpals.org](http://www.mnpals.org)>.

gras de catalogação descritiva arquivísticas e bibliográficas e as convenções de etiquetagem do MARC. As entradas foram alimentadas na RLIN e exportadas para o MnPALS.

Quando tudo terminou, procuramos ver se outros museus estariam interessados na nossa abordagem. Recebemos um grande bocejo e uma série de respostas do tipo “não fazemos invenções aqui”. Algumas delas foram bem razoáveis. *Softwares* desenvolvidos para bibliotecas nunca foram bem ajustados para os serviços internos, como o gerenciamento de aquisições ou conservação de qualquer coisa além de materiais impressos. Mas, igualmente significativa, pareceu-nos ser a antipatia de muitos museus em relação a compartilhar informações sobre seus acervos com o público. Pesquisa era para acadêmicos; coleções, para profissionais interpretarem por meio de exposições. E, de qualquer forma, se deixássemos o público saber o que estava em nossas coleções, ele apenas tentaria roubá-las. Isso era um beco sem saída; NEH não queria estender a subvenção para que levássemos adiante essa experiência.

Ao mesmo tempo em que empacamos com o MARC, novos modelos tecnológicos nos impulsionaram à terceira fase: “A melhor das soluções, ou, a base de dados de todos os formatos”.

Essa nova maravilha, a internet, apareceu e com ela a ideia de disseminar informação de múltiplas fontes, incluindo bases de dados relacionais que seriam separadas das normas de catalogação *on-line* de bibliotecas. Trocamos nosso foco sobre como poderíamos melhorar o acesso às coleções – nossa ênfase agora seria no uso de tecnologia baseada na internet para disseminar informação, em vez de concentrar esforços na melhoria do acesso por meio do uso de um único depósito de informação como o MARC e o OPAC. Terceirizamos a criação de uma base de dados desse tipo, que manejaria o acesso “único” e os requisitos de gerenciamento de nossas coleções de fotos e de arte – era essa a única exigência do curador? Não me lembro. A direção da Biblioteca foi inflexível, exigindo que criássemos apenas um catálogo acessível pela internet, já que ninguém iria querer ver suas próprias fotos disponibilizadas *on-line*. Mas eu fui desobediente (e silencioso), até que a primeira versão da prosaicamente nomeada *Visual Resources Database* apareceu com mil imagens. Foi um sucesso instantâneo.

Então abordamos nosso acervo de jornais. A direção da Biblioteca, à qual eu estava subordinado, realmente não gostava dessa confusão na catalogação das publicações seriadas, em especial da mudança de títulos – e quem pode culpá-la? Assim, construímos (você adivinhou) outra base de dados customizada para o acervo de jornais.

Em todo esse processo, percebemos que precisávamos de um sistema interno, que englobasse todas as coleções, para rastrear operações como aquisição, armazenamento, conservação e para oferecer acesso público às coleções museológicas. Adquirimos o *software* australiano Emu.<sup>3</sup> Este produto é usado principalmente por museus maiores para rastrear aquisição, catalogação, conservação e armazenamento de artefatos tridimensionais, incluindo

---

3 *Electronic Museum*, ver: <<http://www.kesoftware.com/user-group-meetings/10th-european-emu-user-conference-newcastle-uk-25-26-april-2013.html>>.

do achados arqueológicos. Ele tem sido nosso burro de carga desde então, assumindo, com o passar do tempo, responsabilidades adicionais sobre outras coleções, como as de fotografias e mapas.

Mais recentemente, instrumentos de pesquisa arquivísticos no formato *Encoded Archival Description (EAD)* têm sido convertidos em arquivos HTML e oferecidos a partir do sítio eletrônico ou dos hiperlinks das descrições de itens no catálogo *on-line* da Biblioteca.

E era aí onde estávamos três anos atrás: sistemas múltiplos, acessados separadamente para descobrir metadados de coleções e representantes digitais. Deixe-me parar o filme aí (vou reiniciá-lo depois) e considerar as questões que nos impediram de atingir o objetivo de uma central de referência nesses vinte anos.

Quais foram as questões subjacentes que afetaram as decisões que tomamos nesses anos? O que parecia, a primeira vista, um exercício intelectual e um desafio gerencial esbarrou, em vez disso, em uma gama de inesperados obstáculos técnicos, sociais, profissionais e organizacionais, ainda que o entendimento da instituição sobre o objetivo básico tenha evoluído. Deixe-me agrupá-los em três categorias.

#### I) Gerenciamento e estrutura organizacional:

Lembrem-se de que nosso programa de pesquisa em arquivo e biblioteca e nosso museu eram mais ou menos equivalentes em termos de recursos e de relevância na instituição. Havia três atores cuja cooperação era essencial para estabelecimento de uma central de referência: o diretor-executivo, o diretor da Biblioteca e Arquivo e o diretor do Museu, que tinha a responsabilidade sobre os três tipos de acervo. Infelizmente, o diretor do Museu não estava de fato interessado em integração. Nunca ficou claro para mim o quanto isto era uma questão de territorialidade, personalidade, prioridades, ou de desinteresse profissional em apoiar a pesquisa pelo público em geral. Como o diretor da *Society* não forçou o assunto, nada aconteceu com as coleções do museu – a não ser o que pôde ser feito pela equipe operacional sem ser percebido – até que dois sucessivos vice-diretores de museus se afastaram e a responsabilidade administrativa por todos os acervos foi centralizada. Uma liderança forte é necessária para superar resistências resultantes da natureza humana e de compartimentações organizacionais.

#### II) Normas profissionais:

Todos entendemos que diferentes setores da área de memória e as coleções que eles preservam e compartilham realmente têm diferenças. Entre essas diferenças estão posicionamentos distintos quanto às coleções como fontes públicas. Enquanto a *web* está minimizando essas diferenças, recordo um tempo em que os bibliotecários referiam-se a materiais não publicados como “não-livros” e as regras de catalogação tratavam manuscritos como uma forma defeituosa de publicação. Bibliotecários e arquivistas têm uma forte tradição de ajudar o usuário por meio de referência e outros serviços. Mas lembro-me de um proeminente arquivista argumentando que nossa primeira responsabilidade era com os documentos, não com os usuários. Muitos curadores continuam a acreditar que seu papel como especialistas é explicar seus acervos aos visitantes por meio de exposições interpretativas. E eu me recordo de discordar, não faz muito tempo, em uma sessão da reunião anual

da Society of American Archivists, de um colega que pensava que arquivistas não deveriam fazer exposições, uma vez que elas comprometiam sua neutralidade frente ao documento histórico.

Essas diferenças traduzem-se em desentendimentos sobre o que devemos dizer a respeito de nossos acervos e [de] como os descrevemos para facilitar a descoberta de fontes. Deve-se transcrever a informação existente no documento, analisar o conteúdo de um conjunto ou descrever as características físicas do objeto, digamos, um martelo ou uma obra de arte? É contexto ou conteúdo, e de que natureza? O pesquisador perplexo confronta-se com essas diferenças quando a interface *on-line* simultaneamente apresenta informações não apenas sobre livros, mas também sobre armas de fogo, fotos e objetos artísticos.

Pensávamos estar fazendo algo chamado catalogação, mas então descobrimos os metadados e as discussões se tornaram bem mais complexas. As questões levaram muito tempo para ser trabalhadas, mas aprendemos uma importante lição. Tínhamos de considerar os contextos profissionais mais amplos nos quais trabalhávamos e não apenas o que podia ser feito dentro de nossa instituição. Tínhamos de lidar com diferenças reais entre as disciplinas. De uma perspectiva a dez mil metros de altura, a estrada para a integração parecia facilmente navegável, mas no nível do chão o caminho era esburacado, enlameado e minado. Aprendemos do modo mais difícil que a resistência à mudança é especialmente poderosa quando a cautela humana é apoiada pela força da autoridade profissional e tradições de longa data.

### III) Tecnologia:

Francoamente, mesmo que tivéssemos resolvido as questões sociais e organizacionais há 15 anos, não poderíamos ter avançado sem o desenvolvimento de tecnologias que afinal permitiram alcançar nossa visão. É claro que o maior salto tecnológico veio com a internet, por duas razões: sua ubiquidade de serviços nos libertou de redes proprietárias de escala limitada. Mas mais significativo, acredito, foi o impacto de aplicativos do tipo Google como tecnologias integradoras, as quais reúnem informações diferentes com custo mínimo e uma abordagem menos rígida para a forma e o conteúdo dos dados. Muitos entenderão o que direi agora como heresia, mas minha opinião é baseada em quase quarenta anos de trabalho nesta seara. Para grande consternação daqueles que pensam que o mundo queria um gigantesco catálogo de metadados altamente estruturado, chegamos à compreensão de que o público é servido razoavelmente bem, e de modo mais sustentável, por algo menos centralizado e estruturado.

Isto me traz ao presente e à quarta, mas dificilmente última, fase desta história. Chamo-a de "Período federativo". Nossa abordagem atual para a integração do acesso a recursos de informação é baseada em quatro ideias:

- uma mudança na visão do que a integração envolve;
- a compreensão de que o "perfeito" é o inimigo do bom e que soluções mais simples podem ser efetivas e sustentáveis;
- a necessidade de limitar nossa exposição em muitas plataformas diferentes, o que também é uma questão de sustentabilidade; e

- uma solução técnica mais simples, mais flexível e extensível, começa simplesmente unindo as partes.

#### 1. Uma mudança na visão do que a integração envolve:

A central de referência presumia que o usuário queria acesso unificado à informação sobre as coleções. Hoje, percebe-se que o usuário quer o acesso integrado aos recursos e deseja que esses recursos incluam uma gama maior de fontes de informação do que produzimos ou adquirimos, do que aquela que tínhamos previamente pensado.

- Às vezes essa informação toma a forma de indicadores para documentos através da mediação de metadados estruturados.
- Às vezes consiste no acesso direto aos conteúdos de índices especializados que adquirimos ou nós mesmos produzimos: registros civis, dados de censos, registros militares, dados relativos a óbitos e funerais, informações biográficas e geográficas.
- Às vezes é facilitada por meio da pesquisa à íntegra dos textos das fontes primárias, como jornais, revistas, livros, manuscritos;
- Às vezes requer a exibição de representantes digitais para todos os tipos de acervo de que dispomos.

Como principal instituição de patrimônio cultural da região, expandimos nossa visão, idealizando um portal na *web* que integraria acesso, não apenas às nossas próprias e distintas coleções, mas também àsquelas de nossos parceiros na história de Minnesota, North Dakota e South Dakota. Por meio de uma grande subvenção de uma fundação regional, conseguimos custear o trabalho e superar as barreiras técnicas e organizacionais para a criação do que é hoje conhecido como a *Great Rivers Network* ([www.greatriversnetwork.org](http://www.greatriversnetwork.org)).

#### 2. O catálogo único, com inclusão universal, nunca ocorrerá:

Isto pode parecer uma heresia, mas na minha forma de pensar, o último suspiro desse catálogo único pode ser a fantasia da *web 2.0* de que poderemos mapear todos os diferentes esquemas de metadados para alcançar uma rede semântica gigante. De certa forma, essa fantasia me parece um “esquema de pirâmide” de catalogação. Posso estar errado, mas quem pode me dizer de onde virão todos os recursos para se atingir essa meta?

#### 3. A necessidade de se minimizar o número de sistemas que temos de sustentar:

Nosso acervo de jornais está agora no catálogo da Biblioteca, que é onde ele sempre deveria ter estado. A base de dados de recursos visuais acabou e seu conteúdo foi migrado para o EMu. Apanhamos para aprender que construir sistemas próprios customizados requer um alto custo de manutenção das plataformas de programas e equipamentos, encargos que são mais bem partilhados com outros usuários, seja de produtos comerciais, seja de ferramentas de fonte aberta com apoio de uma comunidade.

#### 4. Nossa nova visão técnica:

Seria a utilização de um conjunto de componentes que nos permitisse entrar com dados de diversas origens, bases de dados especialmente customizadas, e manejar sua inde-

xação, busca e exibição, enquanto, também trabalhando em tempo real, realizasse buscas federadas em bases de dados associadas de sistemas normalizados como o nosso OPAC. Adquirimos, inicialmente, o *software* IDOL, da empresa Verity, com a premissa de que uma única ferramenta poderia fazer as duas coisas. Após três anos, nós o abandonamos, por ser demasiadamente caro e complexo para nossas necessidades e capacidade técnica.

No nosso novo modelo, empregamos uma combinação de Solr/Lucene, um conjunto de produtos de *software* de fontes abertas desenvolvido pela California Digital Library, para realizar a indexação de recursos baseados em texto, para trabalhar a indexação da informação extraída de um conjunto de repositórios de dados e de serviços de busca da rede, e para pesquisar e exibir informação dessas fontes e realizar buscas federadas em nossos sistemas normalizados, como nosso OPAC. Com essa abordagem simples e de tecnologia relativamente acessível, a única caixa de busca no topo de nossa página inicial na *web* devolve resultados de busca no próprio sítio eletrônico da *Society*, de catálogos de coleções disponibilizadas no Aleph e no EMu, e de várias fontes textuais integrais e índices dos tipos de dados que enumerei anteriormente. O trabalho continua nos testes e refinamentos da exibição dos resultados da busca, mas os componentes já estão dispostos de uma forma que permite grande flexibilidade. Esse aspecto do projeto é uma área em que as necessidades próprias de nossos usuários específicos requerem uma interface diferente daquela que poderia ser desejada por uma instituição de perfil mais acadêmico, por exemplo. Uma busca no sítio eletrônico [www.greatriversnetwork.org](http://www.greatriversnetwork.org) expande o número de fontes pesquisadas para incluir diversos sítios que usam o *software* de indexação CONTENTdm, assim como bases de dados customizadas adicionais das organizações parceiras da área de história de Minnesota, North Dakota e South Dakota.

Essa realidade é diferente daquela que inicialmente imaginávamos, mas a vida não é assim? Certa vez um consultor me disse que há quatro possibilidades quando se inicia um projeto tecnológico: você pode fracassar em conseguir seus resultados; pode atingir seus resultados e então descobrir que eles não eram realmente o que você na verdade precisava; pode atingir seus objetivos e descobrir que eles eram exatamente o que você precisava; ou pode terminar com algo novo e melhor do que aquilo que você imaginava. Nossos usuários e nossa visão para eles de um recurso integrado de pesquisa persiste – a tecnologia vem e passa.

**Uma versão deste texto foi apresentada numa reunião conjunta da Visual Resources Association e da Art Libraries Society of North American, em Minneapolis, Minnesota, em março de 2011. O título é um jogo de palavras com as expressões LAM – Libraries, archives and museums (Bibliotecas, arquivos e museus) – e a palavra lamb, cordeiro, assim como no filme Silence of the lambs (O silêncio dos inocentes).**

**Tradução de Maria Elisa Bustamante**

---

Recebido em 15/8/2013  
Aprovado em 22/8/2013

# PARA UM MODELO CONCEITUAL INTERNACIONAL DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

## TOWARDS AN INTERNATIONAL CONCEPTUAL MODEL FOR ARCHIVAL DESCRIPTION

**GRETCHEN GUEGUEN** | Pesquisadora assistente do Grupo de Especialistas em Descrição Arquivística (GEDA) do Conselho International de Arquivos (CIA).

**VITOR MANOEL MARQUES DA FONSECA** | Membro executivo do GEDA, especialista sênior do Arquivo Nacional (Brasil), e professor do Departamento de Ciência da Informação, da Universidade Federal Fluminense.

**DANIEL V. PITTI** | Presidente do GEDA e diretor associado do Institute for Advanced Technologies in the Humanities na University of Virginia.

**CLAIRE SIBILLE-DE GRIMOÛARD** | Membro executivo do GEDA, conservadora, e chefe do Bureau du traitement et de la conservation da Direction générale des Patrimoines, do Service interministériel des Archives de France (SIAF).

### RESUMO

O Conselho Internacional de Arquivos (CIA) designou um Grupo de Especialistas em Descrição Arquivística (GEDA) no final de 2012. O CIA encarregou esse grupo de desenvolver um modelo conceitual para descrição arquivística que reconcilie e integre as quatro normas de descrição do CIA já existentes. Essa tarefa terá como objetivo central o desenvolvimento de um modelo conceitual que reflita todas as oportunidades apresentadas pelas tecnologias de comunicação atuais e em desenvolvimento, incluindo as possibilidades de trabalho cooperativo dentro e fora da comunidade arquivística.

*Palavras-chave: Conselho International de Arquivos; descrição arquivística – modelo conceitual.*

### ABSTRACT

The International Council on Archives (ICA) appointed the Experts Group on Archival Description in late 2012. ICA charged this group with developing a conceptual model for archival description that will reconcile and integrate the four existing ICA descriptive standards. This work will have as its core objective developing a conceptual model to take full advantage of opportunities presented by current and emerging communication technologies, including the opportunities to work cooperatively within and without the archival community.

*Keywords: International Council on Archives; archival description – conceptual model.*

### RESUMEN

El Consejo Internacional de Archivos (CIA) ha creado un Grupo de Expertos en Descripción Archivística (GEDA) en fines de 2012. CIA ha encargado ese grupo de desarrollar un modelo conceptual para descripción archivística que reconciliase e integrase las cuatro normas de descripción del CIA que ya existen. Esa tarea tendrá como su objetivo central el desarrollo de un modelo conceptual que refleja todas las ventajas de las oportunidades presentadas por las tecnologías de comunicación actuales y nacientes, incluyendo las posibilidades de trabajar cooperativamente dentro y fuera de la comunidad archivística.

*Palabras clave: Consejo Internacional de Archivos; descripción archivística – modelo conceptual.*

## INTRODUÇÃO

Em 2012, o Conselho Internacional de Arquivos (CIA) formou o Experts Group on Archival Description (EGAD) [Grupo de Especialistas em Descrição Arquivística (GEDA)], em parte sucessor do Committee on Best Practices and Standards (CBPS). Como ocorrera com seu predecessor, o CIA encarregou o GEDA do desenvolvimento de normas para a descrição de documentos baseadas em princípios arquivísticos. Para o período 2012-2016, o GEDA está especificamente encarregado de desenvolver uma norma de descrição abrangente que reconcilie e integre, com base nelas mesmas, as quatro normas já existentes: Norma geral internacional de descrição arquivística ISAD(G); Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias ISAAR (CPF); Norma internacional para descrição de funções ISDF; e Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico ISDIAH. O CIA determinou ainda que o GEDA desenvolva essa norma usando métodos de “modelagem conceitual”.

A compreensão sobre a descrição arquivística tem continuado a evoluir desde que o CIA formalmente abraçou o desenvolvimento de normas como parte de sua missão, em 1989. De modo a se manter atualizado com essa compreensão em evolução e a contínua transformação das tecnologias de comunicação que fornecem a base para os sistemas de descrição arquivística, o CIA periodicamente revisa suas normas. Das quatro normas, apenas as duas primeiras – ISAD(G) e ISAAR(CPF) – já foram revistas e revisadas, resultando em segundas edições. Tanto a ISDF quanto a ISDIAH foram desenvolvidas recentemente e somente agora estariam sendo consideradas para revisão.

No começo do desenvolvimento do que se tornariam as quatro normas de descrição, o CIA lançou o *Statement of Principles Regarding Archival Description* (Declaração de Princípios em Relação à Descrição Arquivística). Na seção 1.3, são expostos os argumentos para normas de descrição arquivística: assegurar descrições consistentes, relevantes e explícitas; facilitar a recuperação e troca de informações sobre material arquivístico; e tornar possível integrar descrições de diferentes entidades custodiadoras em um sistema de informação unificado. Estes objetivos persistem (International Council on Archives, 1988).

Para realizar esses objetivos, no entanto, as normas precisam ser amplamente adotadas e empregadas pela comunidade arquivística. Infelizmente, das quatro normas, apenas a ISAD(G) tem sido amplamente aceita e usada no desenvolvimento de sistemas de descrição arquivística. Isto se deve em grande parte ao fato da ISAD(G) refletir a prática descritiva tradicional e ainda predominante de usar uma descrição voltada unicamente para o documento, baseada na proveniência e incluindo todas as variadas facetas da descrição. A emergência de três normas adicionais que enfocam componentes da descrição encontrados na ISAD(G) encoraja o desenvolvimento de sistemas nos quais os componentes de descrições são separados e interrelacionados, de modo a formar uma descrição arquivística completa, como ela tem sido tradicionalmente compreendida, e a permitir a produção de perspectivas novas e potencialmente poderosas que facilitem o uso e o entendimento dos documentos. As normas do CIA, no entanto, não oferecem orientação sobre como as quatro normas podem ser

aplicadas juntas em tais sistemas. Isso dificulta a compreensão das normas, assim como os benefícios econômicos e funcionais do desenvolvimento de sistemas nos quais os principais componentes da descrição sejam mantidos separadamente.

O objetivo do GEDA será desenvolver um modelo conceitual para a descrição arquivística que se voltará para as lacunas das normas do CIA existentes, e oferecerá orientação para o desenvolvimento de sistemas de descrição arquivística que respeitem tanto a compreensão tradicional da descrição, quanto pavimentem o caminho para a criação de novas vias e perspectivas originais sobre documentos.

## HISTÓRIA DAS NORMAS DO CIA

Em 1988, o National Archives of Canada, em cooperação com o CIA, organizou um encontro de especialistas em descrição arquivística. Uma das resoluções adotadas nesse encontro foi a de que o CIA estabeleceria um grupo de trabalho “constituído por arquivistas com conhecimento teórico e prático de descrição para desenvolver normas internacionais de descrição de arquivos” (International Council on Archives, 1988, p. 1). O CIA respondeu a essa resolução com a organização de um encontro em Paris no ano seguinte. Isso pôs em movimento atividades que iriam, no decorrer dos próximos vinte anos, levar ao desenvolvimento da Declaração de Princípios Referentes à Descrição Arquivística e das quatro normas descritivas: Norma geral internacional de descrição arquivística – ISAD(G); Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias – ISAAR(CPF); Norma internacional para descrição de funções – ISDF; e Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico – ISDIAH.

NORMA	EDIÇÃO	DATAS DE DESENVOLVIMENTO	DATA DE PUBLICAÇÃO
Declaração de Princípios		(1988) 1989-1992	1992
ISAD(G)	1ª	1990-1993	1994
ISAAR (CPF)	1ª	1993-1995	1996
ISAD(G)	2ª	1996-2000	1999
ISAAR (CPF)	2ª	2000-2004	2004
ISDF	1ª	2005-2007	2007
ISDIAH	1ª	2005-2008	2008

As quatro normas foram desenvolvidas em sucessão. ISAD(G) e ISAAR(CPF) foram lançadas, e então revisadas, antes que ISDF e ISDIAH fossem desenvolvidas. Embora os arquivistas pessoalmente envolvidos no desenvolvimento do trabalho tenham mudado desde a primeira norma, a continuidade foi assegurada ao longo do caminho pela considerável sobreposição na composição do grupo de trabalho à medida que o foco passava de uma norma à próxima.

Está claro que os arquivistas que se reuniram em Ottawa, em 1988, não imaginaram a eventual criação de quatro normas. O modelo descritivo dominante no período era o de usar uma única descrição para descrever um fundo arquivístico, começando com a descrição mais geral e, em crescente especificidade, as partes do fundo, as partes das partes, e assim por diante. Todos os atributos dos documentos em um fundo, e o contexto da produção e uso dos documentos, eram combinados em uma descrição, com os diferentes elementos descritivos entrelaçados para formar uma descrição compreensiva e completa. A descrição cobria, assim, os documentos como tais, bem como aquilo que com o tempo viemos a entender como o contexto do documento: o produtor, funções e atividades, e entidade custodiadora. A ISAD(G) incorpora esse entendimento tanto em sua primeira quanto na segunda edição.

Embora a reunião combinada dos elementos de descrição tenha dominado o trabalho de normas do CIA no começo, está claro que desde cedo alguns dos arquivistas envolvidos já estavam começando a ver vantagens em separar determinados componentes da descrição. A própria ISAD(G) sugeria a possibilidade de manter “pontos de acesso” usando os métodos de controle de autoridade, isto é, mantendo-os separados do restante da descrição (International Council on Archives, 1994a). Quanto a isto, é feita menção na ISAD(G) à intenção de desenvolver a norma que seria denominada ISAAR(CPF) e publicada dois anos depois (International Council on Archives, 1994a, p. 3). O grupo de trabalho que desenvolveu a ISAAR(CPF) foi na verdade designado em 1993, antes do lançamento da ISAD(G). Este grupo de trabalho concentrou-se em separar os “pontos de acesso” na descrição arquivística do restante da descrição. Mais especificamente, o grupo concentrou-se nos nomes dos produtores dos documentos: uma vez separados, as descrições dos documentos e as descrições dos nomes podiam ser *mantidas* independentemente e *interrelacionadas* conforme apropriado (International Council on Archives, 1994b, p. 7). Para os usuários, as peças interrelacionadas da descrição poderiam ser unidas para formar uma descrição completa.

A separação do controle de autoridade da descrição do documento foi modelada nos “sistemas de autoridades relacionadas” computacionais, em bibliotecas que surgiram na década de 1980. Estes sistemas foram baseados em arquivos de autoridades usados na manutenção de pontos de acesso nos catálogos de fichas de bibliotecas. Um argumento central usado para o desenvolvimento de uma norma para registro de autoridades arquivísticas foi também utilizado na comunidade de bibliotecas: era mais econômico (International Council on Archives, 1994b, p. 7). Arquivos que custodiam partes ou fragmentos do mesmo fundo podiam compartilhar a informação contextual sobre o produtor. Documentos coloniais, de imigração e de comércio foram citados como instâncias comuns onde trocar as descrições dos produtores poderia ser útil.

Ainda que a inspiração imediata para a separação dos nomes dos outros elementos da descrição estivesse relacionada aos “sistemas de autoridade relacionadas” das bibliotecas, o argumento para a separação tem uma longa história. Charles Jewett (1853, p. 23), o bibliotecário do Smithsonian Institution, em meados do século XIX, imaginou um catálogo universal do conhecimento mundial. A forma predominante de catálogos de biblioteca naquela época era o catálogo-livro, o qual custava caro para ser produzido e já estava desatualizado quan-

do era publicado. Jewett não defendia uma nova forma de catálogo, mas propunha mudar radicalmente a forma na qual os dados de catalogação eram produzidos e mantidos. Seus métodos permitiriam o uso e reuso das descrições para produzir uma ampla variedade de catálogos-livros para bibliotecas específicas e um “catálogo universal” que incluísse todas as bibliotecas.<sup>1</sup> O núcleo do argumento de Jewett para normas e novos métodos era que mantendo separadamente os componentes-chave da descrição, seria possível o uso flexível dos componentes em várias combinações para produzir uma ampla variedade de produtos, cada qual oferecendo uma perspectiva diferente e sustentando uma estratégia particular para localizar e usar os recursos descritos. Indiscutivelmente, essa abordagem continua a motivar a inovação no desenvolvimento da descrição da informação e sistemas de acesso, inclusive sistemas arquivísticos.

Embora o grupo de trabalho do CIA que desenvolveu a ISAAR(CPF) fosse conduzido por métodos e sistemas da biblioteconomia, o argumento pela separação na descrição arquivística já havia sido enunciado há mais de trinta anos. Peter Scott, trabalhando com outros no Australian Commonwealth Archives Office, defendeu o fim do “conceito de fundo”. A motivação básica era de que a descrição monolítica no nível do fundo dificultava (se não tornava impossível) manter a integridade das séries documentais com múltiplas proveniências, que muitas séries tinham em decorrência de frequentes transferências de responsabilidade funcional de um órgão para outro. Separar a descrição dos produtores dos documentos da descrição dos documentos e mudar o foco descritivo para as séries permitia manter a integridade de uma série, *sem* abandonar a proveniência como tal (Scott, 1966). Vários arquivistas norte-americanos retomaram o argumento de Scott alguns anos mais tarde.<sup>2</sup> Ainda que o “sistema de séries” não tenha tido um impacto ostensivo no desenvolvimento das normas do CIA, a contínua separação *de facto* dos componentes da descrição refletiu cada vez mais os métodos descritivos defendidos por Scott.<sup>3</sup>

As normas do CIA parecem ter sido motivadas pelo objetivo mais amplo e duradouro de separar os componentes da descrição, de modo a se ter um método mais econômico e flexível de criar e manter os dados que compõem a descrição. Uma vez separados, os componentes podem ser explorados para se criar um grande variedade de descobertas

---

1 “Os cabeçalhos (caso sejam nomes) devem ser mantidos em fichas distintas dos títulos [descrições dos livros]. Isto é requerido, de modo a evitar-se repeti-los para cada título. Eles devem ser separados dos títulos, já que outros títulos podem, ocasionalmente, ter que ser interpostos.” O argumento de Jewett para a separação incluía mais do que nomes e títulos.

2 Na década de 1980, diversos artigos surgiram apoiando a separação: Richard H. Lytle. Intellectual Access to Archives. *American Archivist*, n. 43 (Winter and Spring 1980); Lytle and David A. Bearman. The Power of the Principle of Provenance. *Archivaria*, n. 21 (Winter 1985-1986); Max J. Evans. Authority Control: An Alternative to the Record Group Concept. *American Archivist*, n. 50 (1986); Bearman e Richard Szary. Beyond Authorized Headings: Authorities as Reference Files in a Multi-disciplinary Setting. In: AUTHORITY CONTROL SYMPOSIUM, 6., 1987, *Occasional Papers of the Art Library Society of North America*, Tucson, Art Library Society of North America.

3 Ainda que o impacto do “sistema de séries” australiano não seja explícito nas normas do CIA, a contínua participação de arquivistas australianos no desenvolvimento delas, desde 1993, quando Christ Hurley foi nomeado para a Comissão *Ad Hoc* de Normas de Descrição, não deixa dúvida sobre sua significativa influência.

e sistemas de acesso que multipliquem as perspectivas de uso, ao mesmo tempo em que mantêm o essencial “respeito aos fundos” arquivísticos. Indiscutivelmente, no entanto, a única descrição ao nível de fundo continuou a dominar a imaginação dos arquivistas envolvidos. Mesmo que deixando a base para a separação, as normas fracassaram em articular um quadro conceitual global que daria orientação sobre como as normas se destinavam a trabalhar juntas para formar um sistema de descrição completo. Pode-se discutir ainda que a falta de um quadro conceitual tem impedido o aproveitamento do poder da separação, e como resultado, a comunidade arquivística internacional não aceitou e implementou amplamente sistemas que utilizam de modo pleno as normas do CIA. Das quatro normas, a única largamente adotada é a ISAD(G).

Em 2008, em resposta a essa “peça que faltava”, o CIA tomou a decisão de desenvolver um compêndio das quatro normas existentes. Dois documentos, ambos lançados em julho de 2012, resultaram das deliberações subseqüentes: um capítulo comum sobre as interrelações das quatro normas (International Council on Archives, 2012a), e o *Progress report for revising and harmonising ICA descriptive Standards* (International Council on Archives, 2012b). Após analisar as quatro normas, buscando especialmente sobreposições, inconsistências e modos de reconciliá-las num todo coerente, foi recomendado que um “modelo conceitual” precisaria ser desenvolvido primeiro, e que esse modelo conceitual serviria como referência para revisar as quatro normas, de forma a se constituírem em um conjunto consistente e complementar (International Council on Archives, 2012b, p. 15). Seguindo essa recomendação, o CIA criou o GEDA com a função de desenvolver um modelo conceitual, a ser lançado em 2016.

## CONTEXTO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

A descrição de recursos e o acesso a eles baseiam-se em tecnologias de comunicação. Com a emergência de novas mídias e métodos, as comunidades para as quais a descrição é uma atividade fundamental têm procurado explorar as novas tecnologias para reinventar a descrição, de modo a fazê-la mais econômica e aumentar a descoberta, acesso, uso e compreensão, realizando, assim, mais integralmente, seus princípios e objetivos fundamentais. Para Jewett, a tecnologia que tornou possível a reinvenção da catalogação foi a impressão por estereotipia. Ela era mais econômica e flexível e fornecia os meios para reutilização dos dados em múltiplas reformulações. Mais tarde, muitas das ideias de Jewett foram realizadas via fichas e catálogos manuscritos e datilografados (os quais foram depois utilizados, muito além do que Jewett imaginava, para produzir catálogos universais como livros impressos).

Em 1986, dois anos antes do CIA começar suas atividades normalizadoras, duas normas lançadas dominaram a paisagem tecnológica: a *Structured Query Language* (SQL: ANSI X3.135-1986; ISO/IEC 9075) e a *Standard Generalized Markup Language* (SGML: ISO 8879:1986). Das duas, a SQL teve um amplo e imediato impacto sobre o governo, empresas, academia e outros usuários. Com o surgimento da *eXtensible Markup Language* (XML: W3C) em 1998, ambas as normas foram largamente adotadas e, quando não em competição entre si, usadas juntas em várias configurações.

As duas tecnologias, base de dados e marcação, assumem diferentes abordagens na representação dos dados e cada uma delas é bem adequada para usos específicos. Os usuários, portanto, têm necessitado analisar seus dados para verificar suas características, ao mesmo tempo em que, tendo em mente como querem usá-los, decidem qual das duas tecnologias aplicar.

Em geral, bases de dados processam eficientemente informações que possam ser representadas de acordo com os seguintes critérios: número regular de campos; ordem dos campos geralmente não significativa; cada campo restrito aos dados; campos relacionados com uma hierarquia estrita ou menos rígida; e os dados em cada campo são controlados quanto à forma e à estrutura. As informações que se prestam bem a bases de dados podem ser caracterizadas como aqueles dados que se encontram nos formulários que devemos preencher, quando, por exemplo, solicitamos carteiras de motorista. Tecnologias de banco de dados distinguem-se não apenas em separar vários campos de dados, mas também na gestão confiável da interrelação dos campos, permitindo aos usuários trazê-los juntos em várias configurações que atendem a uma ampla variedade de perspectivas e usos. Esta abordagem para a representação de dados é frequentemente referida como “centrada em dados”.

As tecnologias de marcação, por outro lado, foram concebidas para modelar documentos tradicionais (textos de variados tipos, tais como ensaios, cartas, artigos, livros etc.). Em geral, todos esses tipos de objetos de dados compartilham várias das seguintes características: número irregular de componentes (por exemplo, capítulos ou parágrafos), a ordem ou sequência é importante (por exemplo, a ordem dos parágrafos importa); estrutura semirregular ou sem limites; mistura arbitrária dos dados com a marcação; número arbitrário de interrelações dentro e entre documentos. Esta abordagem é comumente chamada de “centrada em documentos”.

Tão poderosas quanto sejam as duas tecnologias, muito, e talvez a maior parte, da informação do mundo real não é bem representada em nenhuma delas. A descrição arquivística, particularmente ao nível único de fundo (sua forma mais disseminada), é adequadamente, mas não perfeitamente, acomodada por tecnologias de base de dados em alguns aspectos e por tecnologias de marcação em outros. A natureza “nem lá nem cá” da tradicional descrição única é refletida pelo fato de que nenhuma das duas tecnologias claramente domina o cenário arquivístico de implementação. Muitos sistemas descritivos usam uma ou outra, ou uma cautelosamente elaborada combinação das duas, com as tecnologias de base de dados usadas para a criação e manutenção da descrição e as tecnologias de marcação para comunicar de uma máquina a outra e de uma máquina aos usuários finais. Os desenvolvimentos tecnológicos dentro e entre as duas tecnologias têm melhorado, se não eliminado a debilidade de cada uma delas, e ajudado a manter a dominação delas no ambiente da representação.

Um ano depois do lançamento do XML, a W3C lançou a *Resource Description Framework* (RDF). A RDF introduziu um modelo de representação muito diferente: as tecnologias gráficas. As tecnologias gráficas introduzem a representação de dados como enunciados, costumeiramente caracterizados como sujeito-predicado-objeto, sendo cada enunciado denominado uma “tripla”. Enquanto XML suporta uma forma específica de gráficos – a hierarquia

(ou árvore) –, as triplas tornam possível ilimitadas representações de redes ou objetos de dados interconectados, bem como objetos do mundo real (representados por dados). Dado que o mundo real no qual vivemos e trabalhamos pode ser compreendido como uma vasta e interrelacionada rede de pessoas e objetos situados no espaço e no tempo, as tecnologias gráficas oferecem novas e mais expressivas formas de representação.

RDF tem sido combinado com normas e métodos relacionados para formalizar e implementar tecnologias semânticas. As tecnologias semânticas propõem criar uma rede de informação interrelacionada semanticamente mais precisa e logicamente estruturada, que pode ser computacionalmente explorada para revelar novo conhecimento, novos padrões, e, assim, um universo de informação que é mais do que a soma de suas partes. As tecnologias semânticas são cada vez mais usadas em várias áreas para compartilhar e interconectar dados que são criados e mantidos em diferentes contextos, e assim superar a separação entre os diferentes sistemas descritivos e as coisas que eles descrevem. Uma iniciativa especialmente importante, a web semântica, grandiosamente vê a world wide web como uma vasta rede semântica de afirmações interligadas sobre o mundo, os objetos do mundo, e as relações específicas dos objetos.<sup>4</sup> Para efetivar essa visão, os produtores de dados são estimulados a tornar os dados disponíveis livremente na internet numa forma legível por máquina conhecida como Linked Open Data (LOD), que pode ser usada em sistemas outros que não aquele no qual os dados são mantidos. Muitas pessoas, com bastante propriedade, duvidam que essa visão seja um dia integralmente realizada, mas as tecnologias semânticas estão cada dia mais demonstrando que grandes, se não grandiosos, objetivos estão ao alcance. Especialmente, as comunidades de patrimônio cultural cada vez mais partilham a visão do, parafraseando Jewett, “catálogo universal do patrimônio cultural”.

As comunidades do patrimônio cultural, que durante longo tempo trabalharam muito isoladas umas das outras, cada uma perseguindo suas próprias práticas descritivas e desenvolvendo sistemas baseados nessas práticas, estão agora cada vez mais usando tecnologias semânticas para explorar diferentes sistemas descritivos interconectantes e realizar o acesso integrado ao patrimônio cultural. A Europeana busca fornecer acesso unificado a recursos digitais de arquivos, bibliotecas e museus da Europa.<sup>5</sup> Com base no modelo de dados (ou ontologia) desenvolvido pela Europeana, a Digital Public Library of America (DPLA) lançou uma iniciativa similar.<sup>6</sup> A Library of Congress está tornando muitos de seus vocabulários controlados disponíveis como LOD, bem como tem um trabalho em curso para expor descrições bibliográficas.<sup>7</sup> O Virtual International Authority File (VIAF) da OCLC (Online Computer Library

---

4 W3C. Semantic Web. *W3C Standards*. Disponível em: <<http://www.w3.org/standards/semanticweb/>>. Acesso em: 1 jul. 2013.

5 Europeana. About us. *Europeana*. Disponível em: <<http://www.europeana.eu/portal/aboutus.html>>. Acesso em: 1 jul. 2013.

6 Digital Public Library of America. *Metadata Application Profile*, 2013. Disponível em: <<http://dp.la/info/map/>>.

7 Library of Congress. Linked Data Service. About. Disponível em: <<http://id.loc.gov/about/>>. Acesso em: 1 jul. 2013.

Center) está tornando milhões de catálogos de autoridade em *clusters* disponíveis como LOD.<sup>8</sup> Artigos da Wikipédia sobre pessoas estão sendo sistematicamente ligados a registros VIAF para as mesmas pessoas, e um subconjunto da Wikipédia está também exposto como LOD na dbPedia.<sup>9</sup> O OCLC está também experimentando fazer um subconjunto dos registros do WorldCat disponíveis como LOD.<sup>10</sup> A Bibliothèque nationale de France está usando tecnologias semânticas para fornecer acesso unificado na internet a seus diferentes sistemas curatoriais de descrição (incluindo descrições baseadas em MARC e em EAD) e expõe os dados como LOD.<sup>11</sup> A British Library lançou a British National Bibliography (BNB) como LOD.<sup>12</sup>

Embora a comunidade arquivística esteja participando dessas e de outras iniciativas e projetos, o processo tem sido dificultado (com notáveis exceções) por diferentes fatores: suas práticas descritivas são menos normalizadas que as das outras comunidades, problemas com a complexidade geral de suas práticas descritivas (sendo a hierarquia e as listas ordenadas um desafio particular), e a falta de uma estrutura conceitual clara e abrangente para a descrição arquivística. Com a orientação fornecida pelas normas do CIA, em particular a ISAD(G), a comunidade arquivística tem feito grandes avanços na padronização da prática descritiva. No entanto, ainda há muito a ser feito antes que possa participar integralmente e realizar plenamente as oportunidades que as tecnologias avançadas e emergentes oferecem para fazer a descrição arquivística significativamente mais eficaz na descoberta, uso e compreensão dos recursos arquivísticos, no sentido de melhor servir às comunidades que usam arquivos, e atrair novas comunidades de usuários.

## MODELOS CONCEITUAIS

A modelagem conceitual é uma técnica formal para representar os principais conceitos e as relações entre eles em um dado domínio de conhecimento. Como diferentes métodos de representação de dados surgiram (por exemplo, base de dados, marcação e tecnologias gráficas), foram desenvolvidos métodos específicos para modelagem dos dados a serem representados e explorados nos sistemas. Um método popular de modelagem que surgiu para tecnologias de base de dados é o modelo Entity-relationship (ER) (Entidade-relacionamento). Com a emergência de bases de dados objeto-relacionais, a abordagem ER foi adaptada para refletir métodos de representação orientados a objetos. Com o surgimento das tecnologias semânticas baseadas em gráficos, mais métodos de modelagens e ferramentas foram

---

8 OCLC. OCLC Services. *VIAF*. Disponível em: <<http://www.oclc.org/viaf.en.html>>. Acesso em: 1 jul. 2013.

9 DBpedia. About. Disponível em: <<http://dbpedia.org/About>>. Acesso em: 1 jul. 2013.

10 OCLC. OCLC provides downloadable linked data file for the 1 million most widely held works in WorldCat. *OCLC News releases*, 2012. Disponível em: <<https://www.oclc.org/news/releases/2012/201252.en.html>>.

11 Bibliothèque nationale de France. Semantic Web and data model. Disponível em: <<http://data.bnf.fr/semantiqueweb-en>>. Acesso em: 2 jul. 2013.

12 British Library Metadata Services. Free Data Services. Disponível em: <<http://www.bl.uk/bibliographic/datafree.html>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

desenvolvidos para apoiá-los. O W3C, com base no RDF, desenvolveu a Web Ontology Language (OWL) como um método para “representação do conhecimento” formal de ontologias de domínio específico. Ontologias expressas em formas legíveis por máquinas formais podem ser processadas por *software* de “raciocínio” que não testa apenas a integridade lógica do modelo, mas também utiliza a ontologia para informar o processamento dos dados que são reunidos em conformidade com a ontologia.

De 1992 a 1995, o Study Group on Functional Requirements for Bibliographic Records (FRBR) da International Federation of Library Associations (IFLA) desenvolveu um modelo conceitual para a descrição bibliográfica. O Study Group usou técnicas de modelagem conceitual ER para criar o modelo (International Federation of Library Associations, 1998, p. 9). Em 1996, o International Committee for Documentation (CIDOC) do International Council of Museums (ICOM) começou a elaborar um modelo conceitual para a descrição de objetos museológicos.<sup>13</sup> O Conceptual Reference Model (CRM), inicialmente voltado para museus, veio a ser concebido como um modelo de referência que pudesse servir ao desejo mais amplo de tornar possível o acesso integrado ao patrimônio cultural, abrangendo o acesso a arquivo, biblioteca e museu. Nesse sentido, foi formado em 2003 o International Working Group on FRBR/CIDOC CRM Harmonisation. O grupo de trabalho tem-se concentrado na equivalência de conceitos FRBR com conceitos CRM e, quando necessário, no aperfeiçoamento e refinamento dos conceitos de CRM, a fim de facilitar a equivalência, tornando assim o CRM um único modelo semântico global. A extensão do CRM que adapta o modelo entidade-relacionamento da FRBR no CRM orientado a objetos é chamada de FRBRoo, e sua primeira versão foi lançada em 2009.<sup>14</sup>

Os arquivistas e os museólogos envolvidos no desenvolvimento do CRM e da extensão FRBRoo têm expressado interesse em trabalhar com a comunidade arquivística, no sentido de levar em conta a descrição arquivística e tornar possível ao modelo integrar plenamente as comunidades dos arquivos, das bibliotecas e dos museus. Ao mesmo tempo em que muitos da comunidade arquivística gostariam de colaborar nesse esforço, a ausência de um modelo conceitual, que aborde de forma abrangente e com precisão os conceitos do domínio arquivístico (como foi feito com a FRBR para o domínio bibliográfico), tem sido um impedimento. Antes de colaborar, a comunidade arquivística deve desenvolver um modelo conceitual que, em primeiro lugar e antes de tudo, se volte para os princípios e necessidades dos arquivistas. Uma vez que isso seja alcançado, a comunidade estará bem posicionada para se juntar às comunidades profissionais aliadas em uma busca comum com intuito de prover acesso integrado à expressão humana em todas as suas formas.

---

13 International Council of Museums. Who we are. *The CIDOC Conceptual Reference Model*. Última modificação em 18 de janeiro de 2013. Disponível em: <[http://www.cidoc-crm.org/who\\_we\\_are.html](http://www.cidoc-crm.org/who_we_are.html)>.

14 International Council of Museums. FRBRoo Introduction. *The CIDOC Conceptual Reference Model*. Última modificação em 23 de fevereiro de 2009. Disponível em: <[http://www.cidoc-crm.org/frbr\\_inro.html](http://www.cidoc-crm.org/frbr_inro.html)>.

## OS MODELOS CONCEITUAIS DA COMUNIDADE ARQUIVÍSTICA

Enquanto o desenvolvimento de um modelo conceitual internacional arquivístico está sendo iniciado, o trabalho do EGAD será muito facilitado por uma iniciativa de modelagem binacional e duas nacionais. Das três iniciativas, o modelo mais antigo é representado pelos muito próximos *Australian Government Recordkeeping Metadata Standard Version 2.0* (2008) (AGRkMS) e o *Technical Specifications for the Electronic Recordkeeping Metadata Standard Version 1.0* (2008) do Arquivo da Nova Zelândia.<sup>15</sup> Ambas estão baseadas em revisões integrais da australiana *Recordkeeping Metadata Standard for Commonwealth Agencies Version 1.0* publicada em 1999.<sup>16</sup> Na Espanha, a Comisión de Normas Españolas de Descripción Archivística (CNEDA) começou a trabalhar em 2007, e publicou o *Modelo Conceptual de Descripción Archivística y Requisitos de Datos Básicos de las Descripciones de Documentos de Archivo, Agentes y Funciones* em 2012.<sup>17</sup> Recentemente, na Finlândia, o Arkistolaitos (Arquivo Nacional) designou um grupo de trabalho para desenvolver um modelo conceitual, e lançou a Draft Version 0.1 (Versão Preliminar 0.1) do *Finnish Conceptual Model for Archival Description*.<sup>18</sup> Convém também mencionar os esforços no Reino Unido para desenvolver uma ontologia (LOCAH)<sup>19</sup> baseada na norma de comunicação Encoded Archival Description (EAD) e o trabalho do sistema ICA-AtoM, patrocinado pelo CIA, que está desenvolvendo uma plataforma com base nas normas de descrição do CIA e possibilita a exposição dos dados como LOD, em conformidade com as ontologias existentes.<sup>20</sup>

A norma AGRkMS está baseada em duas normas ISO, a *Australian Standard on Records Management* (AS ISO 15.489) e a *Metadata for Records* (AS ISO 23.081), e no trabalho do Grupo de Pesquisa SPIRT da Monash University. A norma abrange integralmente um modelo de descrição arquivística “entidade múltipla”, que se distingue da abordagem “entidade singular” para descrição arquivística, o qual representou, e continua a representar, a abordagem mais comum para esse tipo de descrição. A abordagem entidade múltipla separa e interrelaciona

---

15 National Archives of Australia. *Australian Government Recordkeeping Metadata Standard Version 2.0* (2008). Disponível em: <<http://www.naa.gov.au/records-management/publications/AGRkMS.aspx>>; Archives New Zealand. *Technical Specifications for the Electronic Recordkeeping Metadata Standard Version 1.0* (2008). Disponível em: <[http://archives.govt.nz/sites/default/files/TS\\_4.pdf](http://archives.govt.nz/sites/default/files/TS_4.pdf)>.

16 National Archives of Australia. *Recordkeeping Metadata Standard for Commonwealth Agencies Version 1.0* (1999).

17 Ministerio de Educación, Cultura, y Deporte. Comisión de Normas Españolas de Descripción Archivística. *Modelo conceptual de descripción archivística y requisitos de datos básicos de las descripciones de documentos de archivo, agentes y funciones* (2012). Disponível em: <<http://www.mcu.es/archivos/MC/CNEDA/Documentos.html>>. Há um resumo em inglês em Ministerio de Educación, Cultura, y Deporte. Comisión de Normas Españolas de Descripción Archivística. *Report on the work of CNEDA (2007-2012): toward a conceptual model for archival description in Spain* (July 11, 2012). Disponível em: <[http://www.mcu.es/archivos/docs/MC/CNEDA/ReportCNE-DA\\_11\\_07\\_2012.pdf](http://www.mcu.es/archivos/docs/MC/CNEDA/ReportCNE-DA_11_07_2012.pdf)>.

18 Arkistolaitos. *Finnish Conceptual Model for Archival Description Draft version 0.1* (2013).

19 LOCAH Project. Última modificação em 30 de abril de 2012. Disponível em: <<http://archiveshub.ac.uk/locah/>>.

20 ICA AtoM. Entity Types. Última modificação em 12 de outubro de 2012. Disponível em: <<https://www.ica-atom.org/doc/UM-1.3>>.

as principais entidades que compunham a abordagem “entidade singular”. O modelo identifica cinco entidades: *documento*, *agente*, *função*, *mandato* e *relacionamento*. A entidade relacionamento desempenha o papel de interrelacionar as outras quatro entidades para formar uma descrição completa. Relacionamento é baseado em eventos, o que significa dizer que as relações registram atividades humanas específicas ou eventos. Ainda que os criadores da norma claramente incentivem a separação das entidades, eles descrevem cuidadosamente como a norma pode ser usada em sistemas de “entidade singular”, em que a entidade singular é o documento e as demais entidades são tratadas como atributos do documento, e outros sistemas que apenas parcialmente separam as entidades, tais como documento e agente.

A CNEDA emprega as técnicas de modelagem de dados ER e leva em consideração as quatro normas do CIA bem como o ICA-AtoM e várias normas ISO (inclusive a 15.489 e a 23.081, já citadas), e muitas outras, como a AGRkMS. Igualmente à norma AGRkMS, a CNEDA reconhece que a comunidade arquivística está em transição, “de uma descrição arquivística unidimensional (concentrando-se quase exclusivamente na representação de documentos), para uma outra descrição multidimensional, orientando-se para a criação e manutenção de representações de diferentes tipos de entidades (documentos, agentes, função etc.) e seus inter-relacionamentos”.<sup>21</sup> O modelo identifica quatro entidades que são as mesmas daquelas na AGRkMS: *documentos*, *agente*, *função* e *mandato*. Ela identifica duas entidades adicionais: *conceito*, *objeto ou evento*, e *lugar*.<sup>22</sup> Os relacionamentos não são designados uma entidade, como na AGRkMS, ainda que eles tenham o mesmo papel essencial.

O modelo CNEDA faz uma clara distinção entre três “dimensões” do domínio no qual os arquivistas trabalham. Primeiro, há o “mundo real”, o mundo compartilhado por todos nós, que pode ser conceitualizado e compreendido de múltiplas perspectivas, tanto formais como informais. Segundo, um modelo conceitual do mundo real baseado numa perspectiva específica, a perspectiva arquivística. Esse é o modelo conceitual do mundo que está representado no modelo da CNEDA. Terceiro, existem normas que especificam os requisitos dos dados de sistemas que representam os fenômenos do mundo real baseados no modelo conceitual.<sup>23</sup> Talvez, esses últimos possam ser caracterizados como “diretrizes de implementação”.

A versão preliminar 0.1 do *Finnish Conceptual Model for Archival Description* foi lançada em janeiro de 2013, e está no estágio mais inicial de desenvolvimento. Diferente dos dois outros modelos, ele está sendo elaborado no contexto de acesso integrado ao patrimônio cultural representado pela National Digital Library (a partir daqui, FNDL). A FNDL recomenda para o patrimônio cultural o uso da *Resource Description and Access* (RDA) como um ponto

---

21 Ministerio de Educación, Cultura, y Deporte. Comisión de Normas Españolas de Descripción Archivística. *Report on the work of CNEDA (2007-2012)*, op. cit., p. 7.

22 Ibidem, p. 14.

23 Ibidem, p. 7-9.

de partida.<sup>24</sup> RDA é uma norma de biblioteca baseada na FRBR, e, por extensão, é ligada também a FRBROO e, conseqüentemente, ao CRM. A versão preliminar do modelo finlandês reflete assim a influência da RDA, FRBR, FRBROO e CRM. Ao mesmo tempo, o modelo está consciente das normas do CIA e coloca particular ênfase no princípio da proveniência. Como o AGRkMS e o modelo CNEDA, o modelo finlandês defende a separação e a inter-relação das entidades de descrição fundamentais. Ele reconhece *função, agente, recurso de informação, evento do ciclo de vida, mandato, lugar, evento temporal* e *assunto*. Evento do ciclo de vida é descrito como a função de gestão de documentos. Novamente, há uma sobreposição substancial com a AGRkMS e o modelo CNEDA.

Além dessas normas nacionais, o projeto LOCAH, no Reino Unido, e o ICA-AtoM também desenvolveram modelos. Uma motivação primária para ambos é tornar possível a exibição da descrição na internet como LOD. A empresa Artefactual Systems, desenvolvedora do ICA-AtoM, elaborou um modelo de descrição arquivística baseado nas normas existentes do CIA, mas com equivalências para as ontologias existentes largamente utilizadas, ainda que não especificamente arquivísticas. O modelo do ICA-AtoM exhibe proeminentemente materiais de arquivo (*documentos*), *agentes, entidade custodiadora* e *eventos*. O projeto LOCAH assumiu uma abordagem diferente, concentrando-se na EAD como a base para o modelo. Isso é motivado pelo desejo de exibir a descrição existente representada em grandes agregações de exemplos EAD (por exemplo, ArchivesHub [portal de arquivos]) como LOD. O modelo LOCAH inclui as entidades *documento, agente, evento, tempo, lugar* e *assunto* e é uma abordagem semelhante àquela dos modelos desenvolvidos na comunidade das bibliotecas para exibir os registros de autoridade e de catalogação (por exemplo, o Linked Data Service da Library of Congress e o emergente modelo BIBFRAME).

## **O GRUPO DE ESPECIALISTAS EM DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA DO CIA**

A Comissão de Programa do CIA criou o Grupo de Especialistas em Descrição Arquivística (GEDA) no final de 2012. O GEDA está encarregado da harmonização das quatro normas do CIA existentes, ISAD(G), ISAAR(CPF), ISDF e ISDIAH, com base em um modelo conceitual formal de descrição arquivística. Os membros do GEDA são provenientes da comunidade profissional internacional e demonstraram expertise em descrição arquivística e normas. Há doze membros titulares e nove membros correspondentes (os membros titulares são obrigados a frequentar as reuniões do GEDA; não os correspondentes). Todos os 21 membros serão responsáveis pelo desenvolvimento do modelo conceitual e documentação relacionada e todos são igualmente encarregados de representar, informar e recolher insumos de suas respectivas comunidades.

O trabalho do GEDA começou no final de 2012 e será terminado em 2016. Durante o desenvolvimento, o GEDA consultará a comunidade internacional arquivística e os organismos profissionais relacionados. À medida que se atinjam os objetivos intermediários do

---

<sup>24</sup> Arkistolaitos. *Finnish Conceptual Model for Archival Description Draft version 0.1*, op. cit., p. 6.

desenvolvimento, o GEDA divulgará versões preliminares do modelo e da documentação e recolherá comentários da comunidade. O GEDA se esforçará em garantir que a norma internacional resultante reflita um consenso de toda a comunidade e que ela possa ser aplicada em todas as culturas, idiomas e sistemas de escrita.

A metodologia para o desenvolvimento do modelo conceitual dedicar-se-á inicialmente à definição do âmbito (ou domínio) do modelo. O modelo deverá, antes de tudo, voltar-se para os princípios e necessidades da comunidade arquivística. Em especial, será fundamentado no permanente princípio da proveniência. Terá como foco a separação e interrelação dos componentes primários da descrição arquivística, a fim de fornecer uma base para o desenvolvimento de sistemas de descrição arquivística que sustentarão diferentes perspectivas sobre recursos arquivísticos, incluindo tanto a perspectiva representada por guias e instrumentos de pesquisa tradicionais em nível de fundo, como a perspectiva representada pelo sistema de séries, preconizada por Peter Scott, na Austrália. Os sistemas baseados no modelo fundamentarão múltiplos caminhos de acesso aos recursos arquivísticos, tornando possível, por exemplo, encontrar todos os organismos que exerceram uma função específica, todos os documentos produzidos pelo mesmo organismo, e todos os documentos que registram a mesma função, e cada um desses em relação a tempos e lugares específicos. Nossa compreensão da descrição arquivística evoluiu, assim como as tecnologias de informação necessárias para representá-la e comunicá-la, e é claro que uma norma internacional que se baseie solidamente no princípio da proveniência e, ao mesmo tempo, possibilite diferentes ênfases e abordagens para a descrição dos documentos está ao nosso alcance.

Outras comunidades profissionais se interessarão pelo modelo, particularmente as de bibliotecas, museus e pesquisadores universitários e, de maneira mais geral, a comunidade interdisciplinar interessada em tecnologias semânticas, particularmente quando aplicadas a iniciativas de acesso integrado ao patrimônio cultural, como a Europeia e a DPLA. Assim, o âmbito do modelo levará em consideração os interesses dessas comunidades, bem como os da comunidade arquivística na cooperação com esses outros grupos, numa visão compartilhada e ampla da descrição e do acesso aos recursos culturais.

Além das quatro normas do CIA, a tarefa do GEDA será muito facilitada pelo trabalho substancial que foi feito, ou está em curso, por membros da comunidade arquivística. A AGRkMS e o muito próximo modelo neozelandês, o modelo CNEDA, e o modelo da Finlândia, apenas iniciado, serão particularmente importantes. Embora haja uma substancial sobreposição no cenário conceitual articulado por cada um desses modelos, também existem diferenças substanciais na abordagem e nas próprias conceitualizações. As diferenças podem ser apenas uma questão de terminologia, mas em alguns casos são mais substantivas e requererão boa vontade e flexibilidade. Aproveitando o trabalho já realizado, uma vez que o âmbito do modelo do CIA está definido, a atenção se voltará para a comparação desses três modelos, à procura de um terreno comum, diferenciando conflitos aparentes daqueles substanciais, e conciliando terminologia e entendimentos.

A primeira e talvez a mais desafiadora tarefa será identificar as entidades de maior importância: documentos, agentes, função etc. Subsequentemente, o foco será direcionado para a

identificação dos atributos de cada componente, e sobretudo às relações entre eles que permitem a reunião dos componentes de variadas formas para fundamentar diferentes perspectivas descritivas. A partir desse processo de desenvolvimento, prevê-se que um modelo conceitual que reflita o consenso arquivístico internacional reposicionará a descrição arquivística para mais efetivamente e eficientemente identificar, autenticar e gerenciar os documentos por meio da descrição de seu contexto, conteúdo e estrutura. Além disso, a descrição melhorará a descoberta, a localização e a compreensão dos documentos pelo usuário.

Embora o foco seja inicialmente a visão conceitual arquivística de compreensão do mundo, os modelos conceituais de biblioteca e de museu serão consultados, juntamente com outros modelos conceituais que cheguem à atenção do GEDA ao longo do trabalho. Há uma considerável sobreposição nas práticas descritivas das comunidades afins ligadas ao patrimônio cultural, já que todas têm em comum o foco na atividade humana e nos artefatos (em sentido lato) que são produzidos por esta atividade. Tanto a comunidade de biblioteca quanto a de museu estão muito mais adiantadas no desenvolvimento de modelos conceituais internacionais normalizados, e o GEDA pode se beneficiar muito dessas normas afins. Além disso, essa consulta ajudará a garantir que os arquivistas tenham uma base sólida para colaborar com essas profissões na integração do acesso.

Em 2016, a versão final do modelo conceitual arquivístico será lançada como um documento formal, incluindo texto e diagramas bem como sua representação em OWL. O uso de OWL para representar o modelo tornará possível o uso de ferramentas de desenvolvimento e teste que assegurem que o modelo seja formalmente correto. Também facilitará o seu uso imediato em diversas tecnologias semânticas, realizando equivalências com a FRBRoo e o CRM, e exibindo a descrição de arquivo utilizando técnicas LOD. Versões preliminares da documentação e modelo formal OWL serão lançados para testes e comentários antes da publicação final. Quando a revisão estiver concluída, o modelo será publicado livremente online e será divulgado antes do XVIII Congresso Internacional do Conselho Internacional de Arquivos.

## CONCLUSÃO

Ao menos desde a metade do século XIX, os métodos usados na descrição de recursos progressivamente enfatizaram a separação e inter-relação dos principais componentes da descrição, a fim de permitir a produção de modos conhecidos e comprovados de acesso e, ao mesmo tempo, novas formas e perspectivas sobre recursos descritos. A emergência contínua de novas tecnologias de comunicação tem proporcionado a base para esse recorrente reavaliamento da descrição de recursos. As duas motivações interdependentes para a separação permaneceram as mesmas: *aperfeiçoar a economia e a acurácia da descrição e melhorar o acesso e a compreensão dos recursos descritos.*

O surgimento do sistema de séries na Austrália, na década de 1960, o bem mais tardio desenvolvimento das quatro normas do CIA e os modelos descritivos que surgiram na Austrália, Espanha e Finlândia refletem esta tendência na comunidade arquivística. A dramáti-

ca emergência das redes de computadores e das tecnologias de representação baseadas em computadores nas últimas duas décadas do século XX, e que continua no século XXI, transformou e está transformando a comunicação. Esses avanços apresentam novas oportunidades para revisar (e modelizar) a descrição arquivística e também para reduzir o desafio tecnológico de realizar as oportunidades. As quatro normas do CIA foram sucessivamente desenvolvidas em paralelo com as tecnologias emergentes, embora elas tenham apenas escassamente refletido as possibilidades oferecidas por essas tecnologias. As normas do CIA, em particular a ISAD (G), têm ajudado a promover e assegurar a coerência na prática descritiva, e com isso facilitado o desenvolvimento de muitas colaborações significativas multi-institucionais. Apesar do impacto significativo das normas, elas não conseguiram fornecer uma orientação adequada para o desenvolvimento da próxima geração de sistemas de descrição arquivística.

Por diversas razões, vive-se agora um tempo excelente para especialistas da área de arquivos de todo o mundo considerarem cuidadosamente todas as normas de descrição do CIA, bem como o trabalho excepcional de modelização, completo ou em curso, na comunidade arquivística e nas comunidades profissionais afins. Todas as iniciativas em curso, no seio da comunidade arquivística, para o desenvolvimento de modelos conceituais, em nível nacional ou no âmbito de projetos específicos, demonstram que a profissão continua a explorar os seus princípios e a reinventar suas práticas já que as novas tecnologias de comunicação oferecem oportunidades sem precedentes para atender de forma mais eficaz a missão arquivística. Iniciativas locais e nacionais destacam a necessidade de um modelo conceitual internacional normalizado de descrição arquivística. Com base em uma revisão das normas do CIA e no trabalho de modelagem na área profissional arquivística e nas afins, o GEDA irá desenvolver um modelo que atenda aos princípios profissionais e aos objetivos da comunidade arquivística internacional, fornecendo orientação para o desenvolvimento de sistemas de descrição arquivística e uma sólida fundamentação intelectual e tecnológica para colaborações dentro e fora da comunidade.

**Tradução de Maria Elisa Bustamente e Vitor Manoel Marques da Fonseca. Revisão técnica de Sílvia Ninita de Moura Estevão, Claudia Carvalho Masset Lacombe Rocha e Elisabete Gonçalves Souza.**

## Referências bibliográficas

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. Ad Hoc Commission on Descriptive Standards. *Statement of Principles Regarding Archival Description*. 1988.

\_\_\_\_\_. Ad Hoc Commission on Descriptive Standards. *ISAD(G): General International Standard Archival Description*. 1994a.

\_\_\_\_\_. Committee on Descriptive Standards (CDS). *ISAAR (CPF): International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families*. 1994b.

\_\_\_\_\_. Committee on Best Practices and Standards. *Relationship in Archival Descriptive Systems*. 2012a. Disponível em: <<http://www.ica.org/13149/standards/cbps-relationship-in-archival-descriptive-systems.html>>. Acesso em: 10 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. Committee on Best Practices and Standards. *Progress Report for Revising and Harmonizing ICA Descriptive Standards*. 2012b. Disponível em: <<http://www.ica.org/13155/standards/cbps-progress-report-for-revising-and-harmonising-ica-descriptive-standards.html>>. Acesso em: 10 jul. 2013.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS. Institutions Study Group on the Functional Requirements for Bibliographic Records. *Functional Requirements for Bibliographic Records: Final Report*. IFLA, 1998.

JEWETT, Charles C. *On the Construction of Catalogues of Libraries and Their Publication by Means of Separate, Stereotyped Titles*. Washington: Smithsonian Institution, 1853.

SCOTT, Peter. The Record Group Concept: A Case for Abandonment. *American Archivist*, n. 29, p. 493-504, Oct. 1966.

---

Recebido em 17/7/2013  
Aprovado em 12/8/2013

# EL PATRIMONIO DOCUMENTAL IBEROAMERICANO Y EL PROGRAMA MEMORIA DEL MUNDO DE UNESCO, UNA MIRADA HISTÓRICA

## THE IBERO-AMERICAN DOCUMENTARY HERITAGE AND THE MEMORY OF THE WORLD PROGRAMME, A HISTORICAL VIEW

**ROSA MARÍA FERNÁNDEZ DE ZAMORA** | Investigadora del Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas y tutora del Posgrado en Bibliotecología y estudios de la Información de la Universidad Nacional Autónoma de México. Asesora del Comité Regional para América Latina y el Caribe del programa Memoria del Mundo MoWLAC.

### RESUMO

Nos últimos anos, a importância do patrimônio cultural da humanidade cresceu, e a necessidade de conhecê-lo levou a uma nova visão acerca do acervo documental, que é parte essencial desse patrimônio. O patrimônio bibliográfico e documental dos países iberoamericanos guardado em bibliotecas, arquivos, fototecas, cinematecas e outros repositórios tem grande valor como testemunho da nossa história e cultura, razão pela qual é necessário difundir-lo para que seja devidamente apreciado por nossa sociedade. Para isso, tem sido muito importante o trabalho do Comitê Regional MoWLAC.

*Palavras-chave: patrimônio documental iberoamericano; Comitê Regional para América Latina e o Caribe do Programa Memória do Mundo (MoWLAC); Unesco.*

### ABSTRACT

In recent times humanity's cultural heritage has gained increasing importance. The need to understand it led to a new vision about the documental collection, an essential part of this heritage. The bibliographical and documental heritage of Ibero-American countries kept in libraries, archives, film archives, and other repositories has a great value as a proof of our history and culture. For this reason it is necessary to disseminate heritage in order for it be appreciated by our society. The labor of the Regional Committee for Latin America and the Caribbean Memory of the World (MoWLAC) has been very important.

*Keywords: Ibero-American Documental Heritage; Regional Committee for Latin America and the Caribbean Memory of the World (MoWLAC); Unesco.*

### RESUMEN

En los últimos tiempos se ha acrecentado la importancia del patrimonio cultural de la humanidad, la necesidad de su conocimiento ha llevado a una nueva visión sobre el patrimonio documental que es parte esencial de ese patrimonio. El patrimonio bibliográfico y documental de los países iberoamericanos que se resguarda en bibliotecas, archivos, fototecas, cinematecas y otros repositorios, tiene un gran valor como testimonio de nuestra historia y de nuestra cultura por lo cual es necesario difundirlo para que sea debidamente apreciado por nuestra sociedad. Ha sido muy importante la labor del Comité Regional (MoWLAC).

*Palabras clave: patrimonio documental iberoamericano; Comité Regional para América Latina y el Caribe del Programa Memoria del Mundo (MoWLAC); Unesco.*

## **PATRIMONIO DOCUMENTAL DE IBEROAMÉRICA**

Los países de América Latina de habla española y portuguesa tienen un pasado de afinidades históricas y culturales sobre el cual han construido su identidad y su patrimonio bibliográfico y documental. Este patrimonio representa un testimonio de esa trama de experiencias compartidas: experiencias durante los tres siglos de la Colonia en que se mezclaron las culturas indígenas con la cultura ibérica. En general, la vida cultural durante la Colonia fue muy intensa, especialmente en los dos países – México y Perú – que tempranamente contaron con prestigiadas universidades, y en los que se requirieron los servicios de la imprenta para satisfacer las necesidades de la evangelización, de la educación y de las actividades gubernamentales (Fernández y Budnick, 2003).

También compartieron experiencias durante el siglo XIX, en el que lucharon por su independencia política y cultural, salvo Brasil. Durante ese siglo, después de la independencia, en muchos países se dio la espalda a la herencia cultural de la Colonia, especialmente en México, lo que más tarde tuvo consecuencias muy negativas para la preservación de su patrimonio bibliográfico y documental. También en el siglo XX y en lo que va de este siglo XXI, han tenido experiencias comunes en su lucha por una sociedad más justa.

En todos los casos, la producción documental expresa la compleja sociedad y la cultura que les ha dado vida y su producción documental desde los primeros impresos de América, los impresos mexicanos a partir de 1539, hasta las bases de datos y los documentos digitales disponibles ahora en la mayoría de los países, es invaluable.

Así pues, el patrimonio documental no está conformado solamente por documentos del pasado remoto o cercano como los documentos audiovisuales, también los documentos actuales, los digitales, son fondos patrimoniales que deben preservarse.

Son varias las instancias que invitan a trabajar por la preservación del patrimonio documental, su conocimiento y difusión, pero mencionaré especialmente el Programa Memoria del Mundo de la Unesco por ser la instancia que más ha acercado a los países latinoamericanos a trabajar en la valoración y difusión de su patrimonio documental.

## **EL PROGRAMA MEMORIA DEL MUNDO DE UNESCO Y AMÉRICA LATINA**

La invitación que la Unesco difundió en 1972, mediante la Convención del Patrimonio Mundial, para conservar el patrimonio cultural de la humanidad, ante la destrucción de numeroso y valioso patrimonio, especialmente por las guerras, fue necesaria para recordar el valor de la riqueza heredada del pasado y para participar activamente en su conocimiento y protección. En 1982, en México, la Unesco, fijó el amplio concepto de cultura y con esto la meta de considerar todo el espectro de la herencia en el que debe ubicarse todo bien cultural.

Fue en 1992, cuando para evitar el peligro creciente de la pérdida de la memoria cultural de proporciones mundiales, Unesco lanzó su Programa Memoria del Mundo, dedicado al conocimiento y difusión del patrimonio documental de la humanidad. En 2012, el Programa cumplió veinte años de lucha por la preservación del patrimonio documental:

La Unesco creó el Programa Memoria del Mundo en 1992. La conciencia creciente del lamentable estado de conservación del patrimonio documental y del deficiente acceso a éste en distintas partes del mundo fue lo que le dio el impulso original. La guerra y los disturbios sociales, mas una falta grave de recursos, han empeorado problemas que existen desde hace siglos (Reunión..., 2011).

Los esfuerzos mundiales por salvaguardar la memoria del mundo de la destrucción, el deterioro, la inaccesibilidad y el desconocimiento han dado como resultado el reconocimiento que otorga la Unesco a los documentos patrimoniales mediante el Registro Memoria del Mundo internacional que actualmente comprende trescientos documentos en diferentes formatos presentados por países de los cinco continentes, todo esto con la aprobación de la dirección general de la Unesco.

De esos registros, 39 son de Iberoamérica. Los países más representados son: México, con diez registros; Brasil, con cinco; Perú, Cuba y Venezuela, con tres.

A nivel mundial, los países con mayor número de registros son Alemania con 16, Austria con 13, Polonia y Rusia con 12, República de Corea con 11 y México con 10.

El Programa Memoria del Mundo también promueve el Premio Jikji, que otorga apoyo económico para un proyecto específico a favor de la preservación de los documentos. México ganó el Premio Jikji 2013, Colombia y Nicaragua lo obtuvieron en años anteriores.

La visión de Unesco es que el patrimonio pertenece a todos, que debe ser conservado y protegido para el beneficio de la humanidad. Así, la misión de Memoria del Mundo es facilitar la conservación del patrimonio documental, asegurar el acceso universal a ese patrimonio y despertar mayor conciencia, en todos niveles de la sociedad, de la existencia y del valor de ese patrimonio, e invitar a estudiar y promover el patrimonio documental con una perspectiva internacional, regional y nacional.

Destacar su relevancia, darle sentido de pertenencia en la sociedad, instaurar los mecanismos de difusión que alienten el reconocimiento del patrimonio documental como parte de nuestra identidad, fomentar su revaloración y regular su preservación no son tareas adicionales, sino fundamentales de todos los que colaboran con la memoria del Mundo.

Para llevar a cabo sus actividades, el Programa Memoria del Mundo es apoyado por un Comité Internacional, tres Comités Regionales y más de setenta Comités Nacionales. Las cinco estrategias que deben seguirse son: identificación del patrimonio documental, sensibilización, preservación, acceso y difusión.

El éxito del programa depende de la iniciativa y entusiasmo de los comités nacionales y regionales. En la región, México, Brasil y Chile cuentan con los comités nacionales más activos.

Pero lo que hay que resaltar de la Memoria del Mundo son los criterios más importantes que deben tenerse en cuenta para considerar a un documento o a una colección de documentos como patrimonio: autenticidad, o sea, que es un documento original, que es un documento único e irremplazable, que su significado o influencia es mundial (regional o nacional), que cada documento es producto de su tiempo, puede representar un descubrimiento o ser el primero en su tipo; el lugar en que tuvo origen que puede ser de importancia

para la historia mundial (regional o nacional), la gente, el contexto social y cultural, época de cambios importantes e influencia de individuos en la cultura, el arte y la política en alguna comunidad; asunto o tema, puede tratarse de una aportación intelectual o histórica en cualquiera de los campos del conocimiento; forma y estilo, valor estético sobresaliente por representar una costumbre o un soporte desaparecido. Otros criterios: rareza, por su contenido y por su parte externa, es raro, es único; integridad, está bien conservado, está completo (Unesco, 2002).

Los Comités Regionales tienen como misión:

- mantener un registro regional de la Memoria del Mundo;
- proponer la inscripción en registros regionales o internacionales de conjuntos de patrimonio documental que trasciendan las fronteras nacionales o que por cualquier motivo tengan escasas posibilidades de figurar en un registro;
- alentar la labor en cooperación y de formación dentro de la región;
- gestionar proyectos dentro de la región;
- servir de punto de apoyo a los países de la región en los que no haya comité nacional;
- alentar la creación de comités nacionales y tutelarlos;
- coordinar en su región las actividades de publicidad y sensibilización.

El Comité Regional de América Latina y el Caribe es uno de los más activos y entusiastas.

## **EL COMITÉ REGIONAL PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE DEL PROGRAMA MEMORIA DEL MUNDO (MOWLAC)**

Fue fundado el 2 de junio del año 2000 en la ciudad de Pachuca, Hidalgo, México. Abdelaziz Abid, coordinador del Programa en París, había solicitado a las comisiones nacionales de relaciones con la Unesco de América Latina que propusieran candidatos para formar parte del Comité Regional que se iba a establecer para la promoción y difusión de este importante Programa. Varios países no contestaron, pero con las propuestas recibidas pudo establecerse el Comité que quedó conformado como sigue: Brasil, Lygia Maria Guimarães; Chile, Mónica Barrientos Harbín; Ecuador, María Elena Porras; Jamaica, John Aarons; Nicaragua, Margarita Vanini; México, Rosa María Fernández de Zamora; Perú, Luis Guillermo Núñez Soto; Trinidad y Tobago, Margaret Rouse-Jones y Venezuela, Lourdes Blanco.

Los miembros que participan en el Comité lo hacen a título personal, por su experiencia y capacidades profesionales en los temas del Programa Memoria del Mundo.

Si bien los nueve miembros deben ser de diferentes países, desde el comienzo de las actividades del Comité se acordó que Brasil y México siempre estuvieran representados, los siete restantes se renovarían de acuerdo con el reglamento que ordena que cada cuatro años se cambie la mitad de los representantes. Además, después de la reunión de Colombia en 2005, hubo otro acuerdo de contar con la asesoría permanente de Lourdes Blanco de Venezuela, por su experiencia como miembro del Subcomité de Registro del Comité Asesor Internacional, y de Rosa María Fernández de Zamora de México, como miembro del Comité

Asesor Internacional de 2005 a 2007 y por ser México el país de América con mayor número de Registros Memoria del Mundo internacionales.

Han sido presidentes del MoWLAC María Elena Porras (2000-2004); Margarita Vanini (2004-2006), Jaime Antunes da Silva (2006-2009), Margaret Thomas (2009-2011), Vitor Manoel Marques da Fonseca (2011-2013).

De los veinte países iberoamericanos, solo 12 han tenido representantes en el MoWLAC. Los que hasta ahora no han participado son Argentina, El Salvador, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguay, Puerto Rico y República Dominicana.

El MoWLAC se ha reunido casi cada año en diferentes países de la región con el fin de cumplir con su tarea de promover el Programa Memoria del Mundo y el conocimiento y difusión del patrimonio de cada país.

Las reuniones del Comité después de México en el año 2000 han sido en Ecuador y Nicaragua en 2002, Chile en 2004, Colombia en 2005, Barbados en 2006, Brasil en 2007, Bahamas en 2008, Costa Rica en 2009, México en 2010 para celebrar su 10º aniversario, Uruguay en 2011, Trinidad y Tobago en 2012, Perú en 2013.

## **REGISTRO MEMORIA DEL MUNDO DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE**

Además de las propuestas presentadas directamente a MoWLAC y aprobadas, el Comité Regional decidió incluir en el Registro Regional los reconocimientos Memoria del Mundo, nivel internacional, obtenidos por documentos de la región.

Sin embargo, considero importante valorar las propuestas recibidas expresamente para Memoria del Mundo de América Latina y el Caribe de 2002 a 2012 y que han sido aprobadas: en total suman 61, comprendiendo al Caribe no hispano. Al mundo iberoamericano le corresponden 53 reconocimientos, por países quedan como sigue: Brasil con 13; México con 9; Colombia con 6; Bolivia, Perú y Uruguay con 4; Cuba con 3; Argentina, Chile, Ecuador y Nicaragua con 2; Costa Rica y Venezuela con 1.

Son 13 los países que han participado y siete los que no: El Salvador, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguay, Puerto Rico y República Dominicana no han enviado propuestas al MoWLAC.

También es interesante conocer los tipos de documentos que han sido registrados en la Memoria del Mundo de América Latina y el Caribe. Tenemos documentos de: archivos personales, 18; archivos institucionales, 19; libros y bibliotecas, 10; fotografías, 2; películas, 2; mapas y atlas, 2.

Estas colecciones son de interés político, filosófico, literario, musical, en diferentes formatos: impresos, manuscritos, fotografías o audiovisuales. Incluye temas como los derechos humanos, la condición indígena y la esclavitud.

Algunos títulos que sirven de ejemplo: Fondo Oscar Niemeyer, Brasil; Archivo del General Francisco Miranda, Venezuela; Archivo José Luis Massera, Uruguay; Fondo Jesuita de América, Chile; Colección fotográfica Hugo Brehme, México; Los Olvidados, película de Luis Buñuel, México; Música Colonial Americana, un ejemplo de la riqueza documental de Bolivia,

Colombia, México y Perú; Vida y obra de Ernesto Che Guevara, Cuba; Manuscrito de la ópera Púrpura de la Rosa, Perú.

Sin duda las actividades de los Comités Nacionales son parte fundamental para que el Comité Regional funcione más positivamente, pero su funcionamiento es muy aleatorio, no es constante. Los comités nacionales de México, Brasil y Chile han sido hasta ahora los más empeñosos. Se han llegado a registrar 17 comités nacionales de los países iberoamericanos, pero en la realidad no se conocen sus actividades.

También han sido pocos los Comités Nacionales que han promovido el Registro Nacional Memoria del Mundo, sin duda México y Brasil han sido los más perseverantes. México cuenta con 18 reconocimientos Memoria del Mundo de México y cada dos años lanza la convocatoria para recibir propuestas; Brasil ha reconocido 25 colecciones como Memoria del Mundo de Brasil. También Costa Rica, Colombia y Chile han trabajado el registro nacional.

El Comité Regional ha estado presente en actividades que han promovido la preservación del patrimonio documental, como los talleres que se han celebrado en Colombia en 2007; en Costa Rica, en 2009; en Chile, en 2012 – el exitoso taller titulado: “Experiencias de identidad y memoria: taller nacional de preservación del patrimonio documental” – y en 2013, en el Seminario Internacional de Archivos de Tradición Ibérica celebrado en Bogotá, Colombia.

En México se hizo la traducción al español de las *Directrices para la salvaguardia del patrimonio documental* (Unesco, 2002). De parte de Unesco, han apoyado al Comité Regional Isidro Fernández Aballí, del año 2000 a 2011, y Guilherme Canela Godoy a partir de 2012.

El Comité Regional de América Latina ha tenido muchos logros, pero le falta mucho por hacer, ante todo invitar a los países que no han colaborado con el Programa de Unesco a unirse a él y trabajar por el reconocimiento de su patrimonio documental.

## Referências bibliográficas

ACTAS de las Reuniones del Comité Regional, 2000-2012.

COMITÉ Regional para América Latina del Programa Memoria del Mundo de Unesco. Disponible en: <<http://mowlac.files.wordpress.com/2012/05/edital-mowlac-2012-english1.pdf>>

FERNÁNDEZ ABALLÍ, Isidro. Carta al secretario general... 27 de octubre de 2011.

FERNÁNDEZ DE ZAMORA, Rosa María. Revaloración y difusión del patrimonio bibliográfico nacional de los países iberoamericanos, con acento en los materiales antiguos. *Infodiversidad*, v. 6, n. 3, p. 53-66, 2003.

\_\_\_\_\_ y Clara Budnik. Looking after the Bibliographic Heritage of Latin America. *Alexandria, British Library*, v. 13, n. 1, p. 27-34, 2001.

REUNIÓN del Comité Regional para América Latina y el Caribe del Programa Memoria del Mundo de la Unesco. *Memoria*. México: UNAM-CUIB, 2011.

UNESCO. *Directrices para la salvaguardia del patrimonio documental. Memoria del Mundo*. París: Unesco, 2002.

\_\_\_\_\_. *Memory of the World*. Disponible en: <<http://www.unesco.org/new/en/communication-and-information/flagship-project-activities/memory-of-the-world/homepage>>.

---

Recebido em 8/8/2013

Aprovado em 22/8/2013

**A FUNÇÃO EDUCATIVA DOS MUSEUS DE BERTHA LUTZ**  
**UMA PEÇA (QUASE) ESQUECIDA DO QUEBRA-CABEÇA DA MUSEOLOGIA NO BRASIL**  
BERTHA LUTZ'S *A FUNÇÃO EDUCATIVA DOS MUSEUS*  
THE (ALMOST) FORGOTTEN PIECE OF THE MUSEOLOGY PUZZLE IN BRAZIL

**CÍCERO ANTÔNIO FONSECA DE ALMEIDA** | Museólogo, mestre em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), professor do Departamento de Estudos e Processos Museológicos da UNIRIO e diretor executivo do Centro Cultural Justiça Federal.

**RESUMO**

O artigo apresenta o pensamento de Bertha Lutz sobre o papel educativo desempenhado pelos museus, extraído da publicação *A função educativa dos museus*, resultado de observações sobre o funcionamento dos setores educativos de 58 museus norte-americanos visitados em 1932. O texto permaneceu inédito até 2008 e traduz os debates ocorridos nos Estados Unidos nas primeiras décadas do século XX, que preconizavam o caráter público e didático dos museus, além de sua projeção social, sintetizados na expressão *the new museum idea*.

*Palavras-chaves:* Museu Nacional; museologia; educação em museus; Bertha Lutz.

**ABSTRACT**

The article presents the thoughts of Bertha Lutz about the educational role of museums, extracted from the publication *A função educativa dos museus* (The Educational Role of Museums), which was a result of observations on the functioning of the educational sectors of 58 American museums visited in 1932. The text remained unpublished until 2008, and reflects the discussions held in the United States in the first decades of the twentieth century which advocated for the public and educational nature of museums, as well their social projection, synthesized in the expression “the new museum idea”.

*Keywords:* National Museum (Brazil); museology; education in museums; Bertha Lutz.

**RESUMEN**

El artículo presenta el pensamiento de Bertha Lutz sobre el papel educativo desempeñado por los museos, extraídos de la publicación *A função educativa dos museus* (El papel educativo de los museos), a partir de las observaciones sobre el funcionamiento de los sectores educativos de 58 museos estadounidenses visitados en 1932. El texto fue finalmente publicado en 2008, y refleja los debates celebrados en los Estados Unidos en las primeras décadas del siglo XX, que propugnaba el carácter público e educativo de los museos, así como su proyección social, que se resume en la expresión *the new museum idea*.

*Palabras clave:* Museo Nacional (Brasil); museología; educación en museos; Bertha Lutz.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No primeiro dia de abril de 1932, Bertha Lutz, cientista e principal ativista do movimento feminista no Brasil, à época atuando no setor de botânica do Museu Nacional, começava a sua terceira viagem aos Estados Unidos, a segunda em que se dedicava ao estudo dos museus. Seu desejo era conhecer o funcionamento dos departamentos e serviços educativos mantidos pelos museus norte-americanos. Este foco de análise era inovador no contexto da ainda incipiente museologia brasileira e permitiu que Bertha ampliasse seu olhar sobre a dimensão pedagógica dos museus, questão que já havia assimilado em sua segunda viagem aos Estados Unidos, realizada em 1925.

Após seu retorno, apresentou à direção do Museu um extenso relatório de viagem, que pretendia publicar inicialmente sob o título de *O papel educativo dos museus americanos*, depois alterado para *A função educativa dos museus*. Seu desejo, entretanto, não se consumou, e o livro só foi publicado em 2008.<sup>1</sup>

Para entender melhor o caráter pioneiro do pensamento expresso no relatório de Bertha Lutz, basta lembrar outro fato que ocorreu no mesmo período. Exatamente no dia 4 maio de 1932, foi realizada a primeira aula do mais antigo curso de formação no campo da museologia no país, o “curso técnico de museus”, vinculado ao Museu Histórico Nacional (MHN). Os professores do novo curso eram funcionários da própria instituição e tinham a incumbência de transmitir aos alunos inscritos a experiência de trabalho do MHN.<sup>2</sup> O eixo do ensino, sob a regência de Gustavo Barroso, criador e primeiro diretor do Museu, foi consolidado numa disciplina central, que Barroso chamou de “técnica de museus”, dividida em cinco grandes áreas: “organização, arrumação, catalogação, restauração e classificação de objetos” (Barroso, 1946, p. 7).<sup>3</sup> A função educativa dos museus não estava contemplada no conjunto das técnicas aplicadas aos museus.

O modelo adotado pelo curso de museus – que influenciou as primeiras gerações de museólogos brasileiros – estava baseado na experiência europeia, especialmente na tradição francesa, que tinha na Escola do Louvre seu principal núcleo de formação de pessoal para museus. Os candidatos ao cargo de “técnico” ou “conservador” (nomenclatura também utilizada na França), segundo Barroso, deveriam saber, primordialmente, classificar de maneira correta os objetos: “sem essa base, será impossível identificar com acerto e propriedade os objetos, entender o que se pode chamar sua linguagem, própria ou sim-

---

1 Publicado pelo Museu Nacional e pela editora Muiraquitã, com apoio da FAPERJ, resultou do tratamento dos arquivos existentes no Museu Nacional e no Arquivo Nacional, referentes a Bertha Lutz, e teve a organização confiada a Guilherme Gantois de Miranda, Maria José Veloso da Costa Santos, Sílvia Ninita de Moura Estevão e Vitor Manoel Marques da Fonseca.

2 O curso de museus foi criado pelo decreto n. 21.129, de 7 de março de 1932, que determinava sua vinculação direta à direção do Museu Histórico Nacional, e duração de dois anos, habilitando os alunos para o cargo de 3º oficial do MHN.

3 Por ocasião do início do curso de museus, Barroso estava afastado da direção do Museu, só retornando em novembro de 1932. O curso foi efetivamente criado na gestão do historiador Rodolfo Garcia.

bólica, catalogá-los, aferir o seu valor e até arrumá-los bem” (Barroso, 1946, p. 14). Este pensamento predominou no curso de museus até a reforma curricular de 1944, quando a ementa da parte geral apontava a necessidade de estudo das “finalidades sociais e educativas dos museus” (Sá, 2007, p. 16).

Bertha Lutz foi expectadora privilegiada da disseminação de novos conceitos na museologia norte-americana, especialmente a “teoria nova do museu”, que se consolidou ao longo das duas primeiras décadas do século XX, influência direta do pensamento de William Flower, diretor do Departamento de História Natural do Museu Britânico, entre 1884 e 1898.<sup>4</sup> O conceito não era corrente no Brasil, e foi assim resumido por Bertha Lutz:

na realidade, até as últimas décadas, os museus tinham descurado um tanto o aspecto popular de sua função educativa. [...]. As coleções eram organizadas de modo a facilitar as investigações científicas, não obstante a aridez desta modalidade de exposição. Por grande favor admitia-se o público a percorrer as salas e ler os rótulos anexados aos espécimes [...], e nos museus de arte, ao nome do autor da obra, sua data de nascimento e de morte. Agora não é mais assim. O museu contemporâneo está começando a adquirir consciência de seu papel de esclarecedor da massa do povo e a envidar todos os esforços nesse sentido (Lutz, 2008, p. 31).

O pensamento de Bertha Lutz sobre educação em museus teve pouca ressonância entre os profissionais dos museus brasileiros, por duas razões basicamente: por um lado, o fato de não ter sido imediatamente publicado, permanecendo apenas sob a forma de um relatório preservado nos arquivos do Museu Nacional; por outro, pela dissonância com a prática adotada pelos museus no período, ou mesmo, como já vimos, com o modelo de ensino de museologia recém-implantado pelo curso de museus, focado fortemente na tradição que podemos chamar de “coleccionista-classificatória”<sup>5</sup>

## UM LIVRO “FORA DO TEMPO”

Nascida em São Paulo, em 2 de agosto de 1894, filha de Adolfo Lutz, Bertha Maria Julia Lutz era zoóloga e estudou ciências naturais em Paris, na Sorbonne, onde graduou-se em

---

4 William H. Flower publicou, em 1898, o livro *Essays on museums and other subjects connected with Natural History*, uma coletânea de artigos, além de outros textos nos anos seguintes, que serviram para consolidar os princípios da *new museum idea*, que indicava uma ampliação da atuação dos museus no novo século, como instituições voltadas para a popularização da ciência e a educação do público.

5 Vale ressaltar, entretanto, que nos anos de 1940 outras reflexões sobre a importância da perspectiva pedagógica dos museus começaram a surgir no panorama da museologia no Brasil, demonstrando que tanto as instituições quanto seus profissionais começavam a se tornar mais permeáveis às novas tendências. Dois trabalhos merecem destaque: *A extensão cultural dos museus*, de Edgard Sussekind de Mendonça, e *Museus para o povo*, de José Valadares, ambos publicados em 1946. O trabalho de Valadares também resultou de uma viagem de estudos aos Estados Unidos. Paradoxalmente, o fortalecimento do papel educativo dos museus no Brasil tem sido uma das características que mais avançaram no país nos últimos vinte anos.

1918. Em 1919, prestou concurso público para o Museu Nacional, ingressando no quadro desta instituição em 4 de setembro do mesmo ano, onde exerceu diversas funções nos campos da botânica, zoologia e, em especial, na organização do museu e nos seus serviços educativos, e se aposentou em 1964. Bertha foi a segunda mulher a ingressar no serviço público no Brasil.

Três anos após ingressar no Museu, fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), que pretendia promover a educação e a profissionalização das mulheres. Em 1933, graduou-se em direito, no Rio de Janeiro, e em 1936 assumiu a cadeira de deputada federal, na condição de suplente do deputado Cândido Pessoa, que falecera, exercendo o mandato até a instauração do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937.

Apesar dos inúmeros compromissos assumidos, manteve seu vínculo com o Museu Nacional. Em viagem aos Estados Unidos em 1922, representou o Brasil na Assembleia Geral da Liga das Mulheres Eleitorais. De volta aos Estados Unidos, em 1925, entre os meses de março e abril, dedicou seu tempo aos museus, para analisar, dentre outras coisas, formas de intercâmbio de espécimes da flora e materiais etnográficos, preparo e organização de mostruários para museus de história natural e organização de museus para crianças. Bertha esteve de volta à Europa, em 1929, onde analisou museus na Alemanha, Inglaterra, França e Bélgica.<sup>6</sup>

A viagem de 1932 foi resultado do convite da Associação Americana de Museus e da União Pan-Americana, com o financiamento da Carnegie Corporation e da Carnegie Endowment for International Peace. Ao longo de sessenta dias, percorreu vinte cidades, e visitou 58 museus. Produziu um amplo relatório, em que destacou rotinas de trabalho, indicou referências bibliográficas e outras fontes, e incorporou inúmeras fotografias, fichas de catalogação, folhetos etc. Bertha teve a colaboração de Laurence V. Coleman, então diretor da Associação Americana de Museus, na definição do itinerário.

O texto de Bertha reitera, inicialmente, a ruptura de antigos conceitos sobre a atuação dos museus, ao tratar da oposição entre o “museu estático: templo das musas, relicários e troféus” e o “museu dinâmico e a sua projeção social”. Cita pensadores do campo da museologia, como Alexander Grant Ruhtven, John Cotton Dana e William Henry Flower, cujo trabalho *Essays on museums and other subjects connected with natural history*, publicado em 1898, teve grande repercussão nos Estados Unidos. Bertha enumerou alguns fatores que contribuíram para as novas diretrizes dos museus, com destaque para os “econômico-sociais”: “O professor Herbert Spinden, então chefe dos Serviços Educativos do Museu de Brooklyn, deu-me como uma das razões de vida do vasto programa educativo o fato de ser muito mais fácil obter auxílio de particulares e a concessão de verbas públicas para os museus, quando estes dão provas práticas da sua utilidade” (Lutz, 2008, p. 32).

---

6 Sobre a atuação de Bertha Lutz no campo da museologia são imprescindíveis os trabalhos de Maria Margaret Lopes, “Bertha Lutz e a importância das relações de gênero, da educação e do público nas instituições museais”, publicado na revista *Musas*, de maio de 2006, e “A construção da invisibilidade das mulheres nas ciências: a exemplaridade de Bertha Maria Julia Lutz (1894-1976)”, publicado na revista *Gênero*, em 2004.

A respeito dos fatores econômico-sociais, Bertha Lutz transcreveu o pensamento de John C. Dana, que havia ocupado a direção do Museu da Cidade de Newark:

todas as instituições públicas, sem exceção do museu, devem mostrar resultados correspondentes à despesa que representam e estes resultados devem ser positivos, tangíveis, visíveis e comensuráveis. O bom senso exige que as instruções mantidas por fundos públicos deem alguma retribuição ao povo, e que uma parte, ao menos, das suas atividades seja suscetível de compreensão clara pelo leigo e de avaliação exata pelo contribuinte (Lutz, 2008, p. 33).

No capítulo denominado “O museu em si”, são apresentadas questões essenciais que devem fazer parte do “museu moderno”, “um órgão insubstituível de divulgação popular”. Suas reflexões vão desde a localização e arquitetura dos museus, passando por problemas de horários de abertura ao público. Sobre a localização, fez uma reflexão sobre o Museu Nacional: “seria desejável [...] uma nova sede para o Museu Nacional. Penso que teríamos grande vantagem, do ponto de vista da nossa missão educativa, em escolher, mediante estudo prévio, um ponto acessível da cidade e em adaptar o horário de abertura aos lazes do público que desejamos atrair” (Lutz, 2008, p. 45). Especificamente sobre horários de abertura e fechamento de museus, acrescentou a seguinte observação, ao falar do ramal da rua 69, do Museu de Artes da Pensilvânia: “funciona em horas que permitam o comparecimento do público que trabalha, já que se trata de um museu popular”.

Os dois capítulos finais do livro, intitulados “Metodologia educativa do museu” e “O museu em ação”, concentram questões “aplicadas”. Ao começar a analisar as metodologias, Bertha aponta os “princípios orientadores” da exposição, e destaca a importância das exposições de caráter transitório<sup>7</sup> (“a fim de continuar a atrair o mesmo público, o museu deve organizar, ao lado das exposições permanentes, outras de caráter transitório”) e dos “acessórios”, como os *habitat-group* (grandes dioramas com reconstituição de cenas da natureza), reproduções em cera e uso de projeção cinematográfica etc.

Os serviços educativos oferecidos ao “público em geral ou a grupos determinados”, como portadores de deficiência física, chamou a atenção de Bertha: “os museus demonstram também o mais louvável carinho para com os [...] cegos, surdos-mudos e paralíticos. [...] É emocionante observar a visita de um grupo de crianças cegas ao museu” (Lutz, 2008, p. 67). Da mesma maneira, as chamadas *study hours*, períodos que alguns museus dedicavam a receber visitantes para estudos sobre o acervo, foram lembradas por Bertha, que assistiu a uma dessas atividades no Metropolitan de Nova Iorque, dedicada aos empregados do comércio local.

Especialmente em Nova Iorque, foram analisados museus que ofereciam curso para professores, alguns reconhecidos pela Diretoria de Instrução Pública, que garantia aumento

---

7 Chamadas hoje de exposições temporárias ou de curta duração.

anual de salário para os professores que realizassem um tempo mínimo de formação em museus. Na questão da relação museu-escola, Bertha acentuou um ponto ainda muito atual, que é a necessidade de treinar os professores antes das visitas de alunos, em assuntos ligados ao objeto de trabalho do museu: “as vantagens são recíprocas, permitindo maior eficiência pedagógica no programa educacional museográfico e dando ao museu o ensejo de servir à educação popular, sem sacrifício dos seus serviços técnicos e de seu pessoal científico, aliás, muitas vezes pouco apto a fornecer explicações aos leigos” (Lutz, 2008, p. 69).

### **ATIVIDADES “CENTRAIS” E “EXTENSIVAS”**

Na parte dedicada ao “museu em ação” são apresentadas duas modalidades básicas de atividades educativas, as “centrais” e as “extensivas”. Em relação às atividades centrais – realizadas primordialmente no espaço do museu –, Bertha destacou o trabalho dos docentes e instrutores, que organizavam palestras nas próprias salas de exposição ou em anfiteatros especialmente concebidos para essas atividades, além de sessões recreativas, concertos, demonstração de modelos animados, dentre outras atividades. Sobre o trabalho dos docentes, foram consideradas habilidades essenciais à capacidade de despertar a atenção dos visitantes e o elevado nível de conhecimento sobre os temas principais das exposições:

o serviço de docentes é importantíssimo, porque nada justifica que, em instituições de arte ou de ciência, as únicas pessoas que se acham à disposição do público, para fornecer-lhes explicações, sejam os guardas do estabelecimento ou os cicerones profissionais, que não podem evidentemente ser especialistas na matéria e que, geralmente, dão explicações duvidosas (Lutz, 2008, p. 80).

Além das atividades “centrais” realizadas nos próprios museus, também estavam em pleno crescimento nos Estados Unidos as ações “extramuros”, notadamente as “trilhas da natureza”: “o primeiro passo no desenvolvimento de um programa museológico de estudos ao ar livre é constituído pela organização de uma trilha da natureza, em geral num dos parques da cidade ou dos arredores, com o concurso das autoridades dos parques e jardins” (Lutz, 2008, p. 83).

Bertha apresentou também a experiência dos “museus ao ar livre”:

de algum tempo para cá, surgiu uma verdadeira escola de museólogos, que acha, aliás, com muita razão, que o estudo da história natural deve ser feito no seio da própria natureza. A primeira iniciativa dessa espécie foi a de Skansen [Suécia], que se tornou célebre. Mas também nos Estados Unidos há muita coisa realizada nesse particular. Vários museólogos têm se distinguido no desenvolvimento do ensino ao relento, [...]. Hoje em dia, já existem numerosos museus ao ar livre e trilhas naturais. [...]. Tive o ensejo de estudar de perto o Museu ao Ar Livre de Bear Mountain, no Interstate Palissades Park, estado de Nova York. [...]. O público comparece ao parque de Bear Mountain em barcos que sobem o rio Hudson ou pela estrada de rodagem. [...]. Parando de vez em quando para mostrar

os recantos mais cênicos da paisagem, [...] encontrávamos grandes rótulos [textos explicativos], em estilo rústico, apontando a direção do Museu ao ar livre ou intercedendo junto ao público a favor das flores e das árvores. Ao fim de duas horas, atingimos o ponto final do Museu (Lutz, 2008, p. 83-84).

Em relação às atividades “extensivas”, foram relatadas as estratégias de divulgação dos museus, como a criação de suplementos educativos publicados em jornais de grande circulação e a criação de programas transmitidos em rádio, alguns em cadeia nacional. A este respeito, Bertha deixou seu recado ao então diretor do Museu Nacional, Edgar Roquette-Pinto: “achando-se o diretor do Museu Nacional à frente da Rádio-Sociedade, poderia o nosso Instituto ter dado amplo desenvolvimento a semelhante iniciativa”. Ainda sobre o mesmo tema, em suas “palavras finais”, Bertha apontava o desejo de organizar no Brasil “um serviço de educação popular pelo rádio”.

Vale lembrar que o artifício de assinalar indicativos, ou mesmo críticas, em relação ao trabalho desenvolvido pelos museus brasileiros, em especial o Museu Nacional, fazia parte das intenções de Bertha. Em relação aos museus escolares, experiência que ganhou impulso no Brasil após o início da República, Bertha lançou a sua crítica mais contundente:

é um fato incontestável e muito interessante que o museu escolar se acha em fase de evolução regressiva. Dizem as autoridades no assunto, que a organização de museus por instrutores não especializados não conduz a resultados satisfatórios e que a doação de material dos estabelecimentos de ensino é condenável, porque no maior número dos casos, o material permanece em abandono (Lutz, 2008, p. 98).

Sua opinião sobre a “evolução regressiva” dos museus escolares estava baseada, dentre outras experiências, na situação encontrada nas escolas visitadas em 1921 no estado de Minas Gerais, quando observou que o material recebido do Museu Nacional não havia sido utilizado, à exceção dos casos onde o estabelecimento possuía naturalistas. Também em escolas do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, Bertha encontrou situação semelhante: “se o museu escolar não for dirigido por técnico muito capaz, degenera em coleção de curiosidades composta de espécimes sem nexos” (Lutz, 2008, p. 98).

Ainda sobre a aplicabilidade das experiências norte-americanas em museus brasileiros, outros aspectos foram acrescentados: “lembraria a reorganização e ampliação dos serviços de diapositivos em caráter de empréstimo, a criação de ramais, de coleções mostruários [...], de trilhas [...], de uma sala com programas para crianças” (Lutz, 2008, p. 104).

Sobre a relação específica entre os museus e o público infantil, Bertha dedicou extensa observação, privilegiando o lado lúdico das atividades: “há duas formas pelas quais os museus servem à infância, uma didática, que consiste em fornecer subsídios ao ensino e à instrução pública, e a outra, mais recreativa, que ensina enquanto distrai. É deste segundo método que trato aqui” (Lutz, 2008, p. 88).

Foram relatadas as experiências das salas especiais para crianças e dos jogos infantis, que em geral eram realizados através da aplicação de um questionário, após consulta às salas de exposições ou coleções específicas, para estimular a observação. O relatório descreveu as experiências com *puzzles* utilizados no Museu de Búfalo e no Museu Infantil de Brooklyn, além de outros recursos, como modelos animados, as salas de natureza e as feiras infantis.

Os museus dedicados inteiramente às crianças foram, sem dúvida, o grande destaque do capítulo. Em relação ao Museu da Criança de Boston, as estatísticas de visitação chamaram a atenção da autora: “128.752 crianças em 1928-9, com um máximo de 1.473 em fevereiro, e 151 mil em 1930”. Este museu foi referido como uma

organização poderosa, com trustes, diretora muito eficiente, pessoal técnico feminino treinado e muitos auxiliares. [...]. Acha-se aberto diariamente de 9h às 17h e aos domingos, à tarde. [...]. O Boston Children’s Museum está tão individualizado que possui o seu próprio hino e edita folhetos e uma revista. É considerado um estabelecimento modelar (Lutz, 2008, p. 95).

A cientista e a ativista da causa feminina caminharam juntas, através de um olhar dirigido e sensível, como não poderia deixar de ser. Ao relatar as habilidades necessárias para os docentes e guias dos museus no que se referia ao aprendizado dos visitantes, concluiu que “embora possa parecer suspeito [...], verifiquei que, em regra geral, as mulheres revelam aptidões superiores para esse gênero de trabalho”.

No capítulo “Educando e educadores”, dedica um longo trecho à questão, intitulado “A mulher no museu”:

um dos aspectos da atividade dos museus americanos que mais me interessou foi verificar como é grande o número de mulheres que nele exercem a sua atividade, [...]. O Museu de Newark [...] é interessante do ponto de vista da mulher. [...]. O Museu tem grande número de funcionários entre os quais um só homem, o porteiro. Mas o trabalho pesado, quem o faz? Perguntei admirada. Elas mesmas ou, antes, a máquina que inventaram para esse fim. Possuem dois aparelhos que operam sobre o mesmo princípio que o chamado macaco dos automóveis. Um destina-se aos mostruários horizontais, outro aos verticais, mas é fato que sublevam e transportam qualquer mostruário, mesmo o mais pesado. Posso afiançá-lo sob palavra, porque eu mesma o experimentei e transporte um mostruário grande, de um lado para o outro, com a mesma facilidade com que se empurra em carrinho de criança (Lutz, 2008, p. 77).

## **A ATUALIDADE DE BERTHA LUTZ**

Em suas palavras finais, Bertha Lutz procurou sintetizar os elementos que influenciaram a “evolução do museu” e a predominância das atividades de caráter educativo, e deixou um

recado entre otimista e crítico sobre o novo papel dos museus, que “fiéis a evolução dos tempos desceram cristãmente do seu aristocrático isolamento”.

As quase oito décadas que separam a redação do relatório e a definitiva publicação de *A função educativa dos museus* não impedem uma reflexão objetiva sobre a contribuição e a atualidade de Bertha Lutz. Deve ser ressaltada a preocupação da autora com o “novo” lugar do museu, a partir do que chamou de “duplo objetivo”, a pesquisa e a divulgação. Bertha assistiu de perto uma mudança de comportamento por parte dos museus norte-americanos, que se afastavam cada vez mais da tradição museológica europeia. A despeito de sua formação na Sorbonne, Bertha iniciou suas atividades científicas no Museu Nacional referenciada pelos Estados Unidos, “em que os cientistas priorizaram a dedicaram-se eles próprios às suas pesquisas, à educação e à divulgação científica” (Lopes, 2008, p. 20).

A autora antecipou uma tendência que somente após algumas décadas iria se consolidar definitivamente no país. Não bastasse a detalhada descrição das atividades que acompanhou de perto, Bertha também nos legou um quadro de referências bastante extenso, que serve hoje de parâmetro para uma compreensão do universo das principais influências teóricas que marcaram especialmente a museologia norte-americana. Em sua bibliografia se destacam, além dos já citados William Flower, Alexandre Ruhtven, John Cotton Dana, outros autores como Frank Collins Baker, Laurence Vail Coleman e Ralph Clifton Smith. No mesmo sentido, são preciosas as imagens anexadas, as fichas de pesquisa, os questionários, os cartazes de propaganda, e os modelos de etiquetas e textos explicativos ligados às exposições de longa duração.

Segundo Maria Margaret Lopes, a importância do pensamento de Bertha Lutz poderia ser assim resumida:

uma verdadeira e atualíssima provocação, um questionamento positivo aos estudos teórico-metodológicos da museologia, da educação em museus, dos estudos de público. É o mais insistente convite à necessária reflexão sobre as possibilidades analíticas que os museus oferecem aos historiadores em geral, aos historiadores das ciências, aos estudiosos de gênero, para nos ajudar a pensar o século XXI (Lopes, 2008, p. 23).

## Referências bibliográficas

BARROSO, Gustavo. *Introdução à técnica de museus*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde; Museu Histórico Nacional, 1946.

LOPES, Maria Margaret. Convite à leitura. In: LUTZ, Bertha Maria Julia. *A função educativa dos museus*. Organizadores: Guilherme Gantois de Miranda, Maria José Veloso da Costa Santos,

Silvia Ninita de Moura Estevão e Vitor Manoel Marques da Fonseca. Rio de Janeiro: Museu Nacional; Niterói: Muiraquitã, 2008.

LUTZ, Bertha Maria Julia. *A função educativa dos museus*. Organizadores: Guilherme Gantois de Miranda, Maria José Veloso da Costa Santos, Silvia Ninita de Moura Estevão e Vitor Manoel Marques da Fonseca. Rio de Janeiro: Museu Nacional; Niterói: Muiraquitã, 2008.

SÁ, Ivan Coelho de. História e memória do curso de museologia: do MHN à UNIRIO. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional; IBRAM, v. 39, 2007.

---

Recebido em 20/9/2013

Aprovado em 23/9/2013

# POSSIBILIDADES COMBINATÓRIAS DA CONDUÇÃO DA LEITURA EM UMA BIBLIOTECA JOSÉ MARIA DANTAS PEREIRA E O “CATÁLOGO SISTEMÁTICO DA BIBLIOTECA DA COMPANHIA DOS GUARDAS-MARINHAS”

COMBINATORY POSSIBILITIES OF DRIVING THE READING IN A LIBRARY

JOSÉ MARIA DANTAS PEREIRA AND THE “CATÁLOGO SISTEMÁTICO DA BIBLIOTECA DA COMPANHIA DOS  
GUARDAS-MARINHAS”

**CLAUDIO DENIPOTI** | Bacharel e licenciado em História (1990), mestre em História (1994) e doutor em História (1998) pela Universidade Federal do Paraná. Pós-doutorado junto à Cátedra Jaime Cortesão, da Universidade de São Paulo (2009-2010). Professor associado da Universidade Estadual de Ponta Grossa e coordenador do mestrado em História, Cultura e Identidades.

## RESUMO

Ao anotar, em 1812, o catálogo da biblioteca da instituição que presidia, como comandante dos guardas-marinhas, José Maria Dantas Pereira deixou transparecer uma forma de organização do mundo – pautada na ciência, em especial na matemática – e a formação profissional de quadros técnicos necessários para a administração do império português sediado no Brasil. Este artigo busca explorar essa organização.

*Palavras-chaves: história da palavra impressa; biblioteca; catálogo.*

## ABSTRACT

When writing, in 1812, the library catalog of the institution over which he presided as navy commander, José Maria Dantas Pereira revealed a form of organizing the world – driven by science, particularly mathematics – and the professional education of the technical staff to administer of the Portuguese Empire based from Brazil. This article aims to explore this organization.

*Keywords: history of the printed word; library; catalogue.*

## RESUMEN

Al escribir, en 1812, el catálogo de la biblioteca de la institución que presidía como Comandante de la Guardia Marina, José Maria Pereira Dantas dejó translucir una forma de organización del mundo – definida en la ciencia, especialmente la matemática – y la formación profesional de cuadros técnicos necesarios para la administración del imperio portugués con sede en Brasil. Este artículo trata de abordar esta organización.

*Palabras clave: historia de la palabra impresa; biblioteca; catálogo.*

Quando, em 24 de julho de 1812, José Maria Dantas Pereira terminou de anotar o “Catálogo sistemático da biblioteca da Companhia dos CGM [dos Guardas-Marinhas]”, ele, com trinta e nove anos de idade, já era uma figura relevante na estrutura administrativa da Corte portuguesa estabelecida no Rio de Janeiro. Nascido em 1772, assentou praça na Companhia dos Guardas-Marinhas aos dezesseis anos, sendo um dos 24 aspirantes incorporados em 1788, quando da reorganização daquele corpo militar de oficiais oriundos da nobreza lusitana (Pinto, 2007, p. 16).



Imagem de José Maria Dantas Pereira

Em 1796, com a criação da Academia dos Guardas-Marinhas (AGM) em Lisboa, Dantas Pereira se tornou o professor de matemática daquela instituição. Também era, desde 1792 (com vinte anos, portanto), sócio-correspondente da Academia de Ciências de Lisboa e foi um dos sócio-fundadores da Sociedade Real Marítima, em 1798.

A AGM é, por si mesma, um interessante *locus* de interesse sobre os processos intelectuais daquilo que se define como Ilustração, Antigo Regime e práticas culturais, em Portugal no século XVIII. Ela foi criada, segundo Maria de Fátima Nunes (1988, p. 25), “no cruzamento de dois vetores dinâmicos da sociedade portuguesa”, a saber, a reforma pomba-

lina do ensino universitário e o avanço do saber científico “e sua institucionalização, em Inglaterra, em França e nos Estados americanos”. A AGM compartilha a noção de “espaço de sociabilidade científica”, pautada principalmente pela ênfase na matemática, que caracterizou as outras instituições às quais está associado o nome de Dantas Pereira, e outros como Marino Miguel Franzini, também aluno da Academia dos Guardas-Marinhas e que teve uma trajetória intelectual e política longa e intimamente ligada ao mundo dos livros (DeNipoti, 2010). Nesses espaços (a Academia de Ciências e a Sociedade Real Marítima, entre outros) reunia-se a “elite intelectual de ponta” de Portugal da virada do século XVIII para o XIX (Nunes, 1988, p. 35).

Quando acompanhou o príncipe regente e a Corte (com toda a Companhia dos Guardas-Marinhas) na mudança/fuga para o Rio de Janeiro, Dantas Pereira era o comandante dessa Companhia (desde 1801). Com esse cargo, ele se incumbiu de transportar para o Brasil toda a Academia, “alunos, lentes e parte do material escolar, incluindo” a biblioteca (Pinto, 2007, p. 17).

Ele fazia parte do círculo clientelista de dom Rodrigo de Sousa Coutinho (Maxwell, 2003, p. 138), como fica evidente tanto em sua participação nas instituições de “sociabilidade cien-

tífica”, em torno das quais ambos personagens gravitaram intensamente, quanto no episódio – mais prosaico, mas não menos revelador – da ação de Dantas Pereira durante a “Guerra das Laranjas”, entre Espanha e Portugal, em 1801, no contexto dos conflitos napoleônicos, quando Pereira ofereceu publicamente ao príncipe regente um de seus soldados “para custear a guerra”. Dom Rodrigo escreveu ao Almirantado recusando a oferta em nome de dom João, mas deixando claro que a impressão causada fora positiva.

Consequência direta, ou não, alguns anos depois, em 1803, Dantas Pereira fundava a biblioteca da AGM, com a aprovação de dom João, e menção a uma hierarquia que incluía as funções de Sousa Coutinho. Na carta de criação da biblioteca, d. João diz que

Tendo consideração a que deve concorrer muito para o aumento, e perfeição da Minha Real Marinha o estabelecimento de um depósito dos escritos marítimos dos autores portugueses, os quais não só pelas suas doutrinas, mas ainda pelos seus exemplos, são capazes de adiantar por uma parte os necessários conhecimentos da navegação, e por outra parte de promover aquele espírito de patriotismo, que os fez tão beneméritos, e recomendáveis à posteridade. Hei por bem criar uma biblioteca para uso dos guardas-marinhas da Minha Armada Real, debaixo da inspeção do respectivo comandante, na qual se recolham todos os escritos marítimos, que existem dos autores portugueses, tanto manuscritos quanto impressos (Neves, 1915, p. 61).

O edital de criação ainda autorizava o comandante (naquele momento, o próprio Dantas Pereira) a “os solicitar dentro, e fora do Reino pelos meios que julgar próprios, e para fazer as despesas, que se precisarem neste importante objeto”, desde que se seguissem “as instruções que Eu for servido participar-lhe pelo meu conselheiro, e ministro do Estado, presidente do Conselho do Almirantado” (naquele momento, d. Rodrigo de Sousa Coutinho). Todos os que “possuírem alguns dos referidos escritos” eram instados a os “doar, ou vender à biblioteca”. Para d. João, e seus auxiliares imediatos, a biblioteca era “um estabelecimento, em que o Real Serviço e o bem público interessam” e que, portanto, era importante ser criado e mantido (Neves, 1915, p. 61).

Neste universo de sociabilidade letrada e científica, a AGM e sua biblioteca tiveram um papel de formação inicial bastante importante para indivíduos “cuja carreira científica é indissociável, numa primeira fase, da ação e apoio e patrocínio” de Sousa Coutinho (Carolino, 2012, p. 257). Este também foi o caso, ao menos inicialmente, com Marino Miguel Franzini, nascido sete anos após Dantas Pereira, que depois de estudar na Real Academia de Guardas-Marinhas, se tornou, antes de 1807, sucessivamente, primeiro-tenente da Real Marinha, major do Real Corpo de Engenheiros e diretor dos Arquivos Militares. Sua carreira naval continuou depois das guerras napoleônicas até atingir a patente de brigadeiro e magistrado militar (Nunes, 1988). Franzini era também um cientista, um dos pioneiros da meteorologia em Portugal, e o geógrafo responsável pelo primeiro mapa completo do litoral português. Franzini e Dantas Pereira (e José Bonifácio de Andrada e Silva, além de d. Rodrigo de Sousa Coutinho) estavam entre os fundadores da Sociedade Real Marítima Militar e Geográfica,

em 1798. Franzini também foi membro da Academia das Ciências de Lisboa, a partir de 1804 (DeNipoti, 2010).

Ao verificarmos a inserção desses personagens no universo do livro, o passo inicial foi buscar suas relações com a censura oficial. Dantas Pereira, tanto quanto Franzini, não aparece na documentação da Real Mesa Censória como solicitante de licenças para ler e ter livros proibidos,<sup>1</sup> embora ambos os manipulem em suas respectivas bibliotecas (DeNipoti, 2012). Não obstante, Pereira, da mesma forma que Franzini, dedicou-se, em um determinado momento de sua vida, a confeccionar um catálogo dos livros sob sua responsabilidade. Franzini escreveu o “Catálogo da livraria de Marino Miguel Franzini” listando as obras de sua biblioteca pessoal, entre fins do século XVIII e início do XIX. Nele, classificou e organizou os livros de sua biblioteca segundo critérios humanistas, científicos e “racionalis”, típicos do liberalismo que se consolidou naquele período (DeNipoti, 2007-2008). Pereira anotou o “Catálogo sistemático da biblioteca da Companhia [dos Guardas-Marinhas]” em princípios da década de 1810, deixando duas cópias, um rascunho guardado na Academia de Ciências de Lisboa, e a cópia de uso dos leitores, mantida na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.<sup>2</sup> Esse manuscrito, como aquele de Marino Franzini, nos permite o acesso à maneira como Pereira percebia o mundo das ideias contido nos livros, e, principalmente, como estas ideias deveriam servir para organizar o mundo.

Antes, porém, de analisarmos a organização do catálogo, cabe visitarmos o universo de pensamento deste matemático e militar. Suas publicações podem nos fornecer algumas pistas de compreensão sobre a maneira de organizar a biblioteca dos futuros oficiais da marinha. De um modo geral, Dantas Pereira fez projetos de organização do pensamento, seja no campo estrito da atuação na Marinha, seja no campo do conhecimento matemático, seja ainda na visão de sociedade.

Se iniciarmos por sua obra mais referenciada – a *Memória sobre um projeto de pasigrafia composta e dedicada ao Sereníssimo Senhor infante D. Pedro Carlos*, publicada no tomo XI, parte 1ª, das *Memórias da Academia de Ciências*, em 1800 –, teremos já noção do caráter de ordenação do mundo buscada por este indivíduo. A pasigrafia, ou sistema de escrita que se propõe universal, de Dantas Pereira era matemática (e não taquigráfica, como em outros projetos semelhantes), e ele imaginou equivalências numéricas (o artigo definido sendo, por exemplo, o número um, acrescentando uma apóstrofe para indicar o plural, e assim por diante) (Curado, 2004, p. 300). O projeto demonstra uma “mentalidade combinatória” no pensamento de Dantas Pereira, visível em outros textos seus (Curado, 1999, p. 212).

O *Bosquejo de um quadro sinótico civil mediante o qual podemos conhecer e avaliar os homens e as nações com acerto e facilidade*, publicado em 1814, no Rio de Janeiro, pela Imprensa Régia, fornece mais um exemplo deste gosto pela combinatória. Composto por duas

---

1 Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Real Mesa Censória, Requerimentos, caixas 112 e 113.

2 Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. Manuscrito 07,04,092; Academia de Ciências de Lisboa. Manuscrito 738, série azul.

páginas (uma introdução e o quadro analítico propriamente dito), o texto tenta resumir as sociedades em tipos específicos. As quatro colunas trazem os cabeçalhos “Cristão”, “Hipócrita”, “Desabusado” e “Ignorante”, ao passo que as linhas mostram dezoito “tipos”: nobre, “plebeu”, rico, pobre, casado, solteiro, magistrado, cortesão, potentado, “gente de pena e fazenda”, eclesiástico, soldado, lavrador, assalariado ou “jornaleiro”, negociante, ignorante e sábio, com uma última linha para as conclusões de cada coluna. Aplicando a combinatória, podemos ver que um “negociante desabusado” é “cobiçoso, e monopolista sem rebuço, trafica sórdida, invejosa e criminosamente; compraz-se nos negócios clandestinos, e até nos de gêneros furtados: o seu deus é o dinheiro”, ao passo que um “soldado cristão” é “fiel ao juramento, ainda que menos ame as bandeiras, religioso e virtuoso, ainda que se julgue menos bem considerado, respeita e defende o alheio, é soldado e é homem”, enquanto um “potentado ignorante” quando “bem inclinado, e com caráter, fia-se nos bons, e vai menos mal. Se com docilidade ajunta inconstância e vaivém, que confunde e perde tudo. Se é mau, deus nos livre dele”, e assim por diante (Pereira, 1814, p. 2). Segundo Curado (1999, p. 212),

A utilidade da combinatória ética é sutil e de enorme finura psicológica. Não é fácil que modos de comportamento superficialmente correlatos mas eticamente reprováveis sejam colocados na perspectiva mais adequada. A combinatória alimenta muitas ilusões, sendo uma delas a que a constitui como o instrumento terapêutico mais eficiente para, precisamente, se vencer alguma ilusão menor.

Em 1798, aos vinte e seis anos, Dantas Pereira já lançara um *Curso de estudos para uso do comércio, e da Fazenda*. Segundo ele, era o “primeiro compêndio que trata[va] da aritmética universal”. Apresentando-se como “capitão de fragata, lente de matemática, sócio da Academia Real de Ciências e mestre do Sereníssimo Senhor Infante D. Pedro Carlos”, Pereira dedicou este livro a d. João, “príncipe do Brasil, nosso senhor” (Pereira, 1798, p. xi), que ordenara a execução da obra. O prólogo permite visualizarmos as redes de sociabilidade acadêmica em jogo, uma vez que a obra fora iniciada por outro matemático militar, Francisco de Borja Garção Stockler, professor na Academia Real de Marinha e membro, tendo sido secretário, da Academia de Ciências de Lisboa. Segundo Dantas Pereira, em um diálogo com seus leitores:

Parece-me ouvir perguntar o leitor, já enfasiado: pois a que se destina este Prólogo? Eu o satisfaço. Destino-o a um fim, que muito dificilmente obteria sem ele; destino-o a um dever de razão e amizade; destino-o a declarar, que tendo em outro tempo o senhor Stockler sido encarregado desta mesma composição, que depois atalharão poderosos motivos, chegou-a no entanto até o número 244 inclusive; e como eu achasse este seu trabalho já feito, de todo conforme o meu sistema, e o senhor Stockler mo franqueasse com a maior prontidão, assentei de levantar o meu edifício sobre aquele bom alicerce, onde apenas introduzi alguns pequenos parágrafos, (que vão impressos em menor caractere) porque assim convinha ao fio de minhas ideias (Pereira, 1798, p. xvii).

O “sistema” de Dantas Pereira e Stocker é exposto na obra, dialogando com o pensamento de matemáticos do século XVIII, em especial D’Alembert e La Grange, entre outros. Não deve ser surpresa o fato dessa obra, com as suas mais de seiscentas páginas, ter sido utilizada como manual nas aulas de Dantas Pereira para os aspirantes da AGM, ao longo de todo o início do século XIX. O que se depreende da obra é o princípio organizativo de Dantas Pereira, e sua tendência para apresentar o conhecimento em formas didáticas e claras, tendo como objetivo a própria transmissão do conhecimento, evitando, neste caso, “uma literatura, que não sendo proveitosa aos comerciantes e financeiros, mostre uma pompa vã, que qualquer poderia facilmente ostentar” (Pereira, 1798, p. xvi).



Folha de rosto das Taboas que contém os logaritmos... de José Maria Dantas Pereira, de 1804.

Outra obra de Dantas Pereira a lidar com as ideias de organização de conhecimento e de organizações combinatórias é o *Sistema de sinais para a comunicação dos navios entre si e com a terra, em qualquer ocasião, lugar e tempo, e seja qual for a ordem naval adotada*. Novamente, o espírito combinatório transparece na busca por um sistema de “telégrafo” (semelhante ao sistema ótico adotado por Napoleão na França, que durou até a popularização das invenções de Samuel Morse quase duas décadas mais tarde), indicando que o uso do termo se referia a “diversas máquinas dessa natureza” a serem usadas “a bordo, assim como em terra” (Pereira, 1817, p. 60). Seu “sistema” propunha sinais diurnos e noturnos, visuais e sonoros, realizando combinações de bandeiras, lampiões e outros “sinais de cores”, feitos “à maneira dos odres, ou como os balões formados sobre arcos de tonel, ou até com cortaduras para torna-los menos ventosos; podem também ser feitos com folhas de flandres [...]” (Pereira, 1817, p. 61). Segundo ele:

De tudo o que fica dito poderemos coligir em geral, que a indústria dos sinais, se reduza a representar os algarismos da numeração decimal, representando por meio dos números desta, todas as letras, palavras, frases e ordens na comunicação naval telegráfica, e criptográfica [...] para reunir clareza e presteza, quanto é factível nas atuais circunstâncias do mundo civilizado (Pereira, 1817, p. 80).

Cabe ainda observar que Dantas Pereira atuou como tutor do infante dom Pedro Carlos de Bourbon, sobrinho de dom João, nascido na Espanha e criado na corte de Lisboa, e que foi nomeado almirante-general da Marinha quando a família real se mudou para o Brasil. Em 1813, quando o infante faleceu, Dantas Pereira escreveu um “elogio histórico” sobre o infante cujo foco recai sobre os métodos educacionais utilizados pelo tutor (o que pode nos dar pistas para a compreensão da construção do catálogo) e os talentos do pupilo (Pereira, 1813). Os estudos abrangeram francês, geografia, “a história geral, e a particular da Espanha”, as matemáticas puras, “excetuando o cálculo superior”, noções elementares de mecânica, cosmografia, artilharia, além de “grande parte dos elementos botânicos de Brotero, e todo o curso físico-químico de Jacotot; as artes de pensar, raciocinar e escrever, que devemos a Condillac” (Pereira, 1813, p. 6). O nobre aluno destacou-se por ter tentado traduzir as obras de Tácito, deixando um rascunho com seu professor,

além de que tinha o talento, que em certo modo poderemos calcular sabendo, 1º, que em 24 de setembro de 1803 estudou, reproduziu, e demonstrou, sem socorro, e sem erro algum, o cálculo das três equações da hipérbole, e de algumas propriedades desta notável curva: 2º que em hora e meia, no dia 28 de setembro de 1804, estudou, e repetiu muito bem, sem auxílio, e sem emenda alguma, as primeiras cinco páginas da luz reflexa com as notas correspondentes, que se encontram na primeira edição de Jacotot (Pereira, 1813, p. 8).

Estes breves traços podem nos ajudar a compreender a pessoa que elaborou o *Catálogo...*, principalmente em termos de sua organização classificatória, e também a compreender a própria biblioteca e sua função naquele contexto. Ao contrário da Real Biblioteca da Ajuda, que foi esquecida no porto de Lisboa quando a Corte se mudou para o Rio de Janeiro, sendo apenas enviada ao Rio em 1811 (Schwarcz, 2002, p. 262-269), a biblioteca da AGM foi embarcada já em 1807. Segundo o *Inventário de tudo quanto pertence à Real Academia dos Guardas-Marinhas e vai embarcar para o Rio de Janeiro na charrua São João Magnânimo*, junto aos instrumentos do observatório astronômico da Marinha e das aulas de mecânica e navegação, além do material da Sociedade Real Marítima, “[...] o material embarcado ocupou 31 caixotes (caixões), sendo 8 deles destinados aos 417 títulos diferentes de livros referenciados” (Nunes, 1988, p. 29). Transferida com todos os seus equipamentos e livros – e alunos, “[d]iferindo de todo o conjunto administrativo da Marinha portuguesa e, mesmo, de todo o aparato governativo estabelecido no Rio de Janeiro a partir de 1808” – a AGM, e sua biblioteca, instaladas, de imediato, no Mosteiro de São Bento, foram alvos de uma “sanha normatizadora” voltada

para alunos, professores e funcionários (Silva, 2011, p. 1). Dantas Pereira, comandante da Companhia e, conseqüentemente, da Academia, participou dessa “sanha” recorrendo aos processos combinatórios a que sua mente matemática estava habituada.

Sobre o material da biblioteca embarcado em 1807, Maria de Fátima Nunes (1988, p. 29-31) faz um breve apanhado classificatório:

Um – As obras gerais, de direção coletiva ou publicadas sob os auspícios de instituições, que tinham essencialmente o caráter de obras de consulta [...].

Dois – A organização interna obedeceu a condicionamentos históricos que determinaram uma certa orientação epistemológica do saber. O espaço e o tempo cultural refletem-se na existência de obras que dizem respeito às reformas do ensino, atenção muito especial dada à reforma pombalina de 1772 [...].

Três – Os manuais portugueses constituem outro núcleo, encabeçados pelas obras de Azevedo Fortes [...] e seguidas pelos manuais de Brotero [...] ou dos de marinharia [...].

Quatro – A história de Portugal, muito especialmente a das glórias marítimas [...].

Cinco – O saber técnico-científico da ciência náutica consubstancia-se nos manuais específicos, que nos referentes aos trabalhos práticos inerentes ao curriculum escolar [...] quer do saber militar [...].

Seis – À formação técnica juntava-se uma componente de formação cultural mais alargada que permitisse moldar o perfil do oficial de Marinha ao sabor das tonalidades da produção do conhecimento humano da altura. [...].

Comparativamente, essas categorias transparecem também na maneira como Marino Miguel Franzini organizou sua biblioteca pessoal, mantendo categorias semelhantes, embora com uma forte predominância de obras do iluminismo francês, em particular impressas a partir de meados do século XVIII. Dos 816 livros listados por Franzini em seu catálogo a partir de 1798 (até, provavelmente, 1811), 324 (39,8%) foram editados na França, ao passo que 445 foram impressos em francês em cidades de toda a Europa. Os livros editados em Portugal compreendem 75 títulos (9,2%), com um total de 84 títulos impressos em língua portuguesa. Do total de livros listados, 572 foram publicados após 1750 (DeNipoti, 2007-2008, p. 166-7).

Por sua vez, o catálogo anotado por Dantas Pereira, poucos anos depois, listava 781 títulos de livros. Destes, 176 (ou 22,5%) eram obras impressas em Portugal, ao passo que 201 (25,7%) haviam sido impressas na França. Mesmo considerando as 347 obras sem indicação do local de edição, um cruzamento com os idiomas das obras fornece a mesma proporção entre francês e português (Mendes, 2011), o que pode ser considerado sintomático, por um lado, do aumento da produção editorial em Portugal e, depois de 1808, no Brasil (Abreu, 2010, p. 41-66), através de iniciativas institucionais de divulgação de ciência, como foi a experiência do Arco do Cego (Curto, 1999) ou a criação da Imprensa Régia, no Rio de Janeiro. Por outro lado, essa aproximação das quantidades de livros em português e francês indica uma inversão no processo de influência da língua francesa do século XVIII (em que se pesem as referências constantes de Dantas Pereira a autores como Condillac e D’Alembert). O

contexto belicoso e as dificuldades de comércio podem também fazer parte da explicação (DeNipoti, 2010).

A relação com a França, para além das paranoias institucionais e coletivas do início do século XIX, que se evidenciam nos temores manifestados por incontáveis indivíduos do período revolucionário na França (ver: Neves; Ferreira, 1989, p. 113; Mendes, 2006, p. 102), pode ser visualizada no choque que Dantas Pereira expressa ao se referir à guerra continental:

Mais! Que vejo, e me custa a crer! Não são, não são selvagens bárbaros, nem irracionais viventes, são sim figuras humanas, que se dizem parte de um povo europeu, civilizado, e cristão; em uma palavra, são aleivosos franceses, que calcando como os pés os sacrosantos direitos das nações, e da humanidade, invadem, roubam, e qual rápida torrente assoladora devastam o inerme, o inocente Portugal, agravando o desaforo com o império, e ambos com o escárnio, pois, então mesmo se aclamam nossos protetores e amigos!! (Pereira, 1813, p. 8).

As clivagens provocadas pelas guerras napoleônicas, além de diversas, podem ser exploradas historiograficamente também em termos de diversidade e alteridade relacionadas ao mundo da palavra impressa. Em trabalho recente, Maria de Fátima Nunes (2012, p. 268) compara as bibliotecas da Academia de Guardas-Marinhas e aquela de Marino Miguel Franzini em termos de permanência e deslocamento (aquela primeira vem para a nova corte no Rio de Janeiro, ao passo que a segunda permanece na Europa), pensando assim em termos de “ciência em trânsito”. Para Nunes (2012, p. 270-271), a transferência da biblioteca da Academia, juntamente com o equipamento científico da Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica para o Brasil, foi também a transferência de “um saber atualizado pelos padrões da Europa”, que permitiu a confecção do *Catálogo...* de 1812, por si “uma mais valia cultural e científica que a longa viagem dos livros possibilitou”. A biblioteca de Franzini, sem fazer a viagem, reforçou a noção de que uma “ciência europeia” se instalou no império, como resultado das instituições criadas nas reformas de d. Rodrigo de Sousa Coutinho (Nunes, 2012, p. 276).

Além disso, o que se pode ver comparando os documentos que nos falam de bibliotecas cuja materialidade só pode ser inferida, uma vez que a dinâmica das instituições resultantes não se presta a congelar imagens no tempo? O espírito normatizador, com uma veia combinatória que permitiu pensar padrões universalizantes, do responsável pela Academia dos Guardas-Marinhas, pode ser percebido no *Catálogo...* de 1812, que ele fez questão de marcar com suas iniciais, e do qual guardou o rascunho, eventualmente doado à Academia de Ciências de Lisboa, com a seguinte anotação final:

Este documento tem trinta e uma laudas, é todo escrito por mim, pois foi o borrão que serviu para o secretário extrair a cópia limpa que passou a servir na Biblioteca. Todas as folhas são por mim mesmo numeradas e rubricadas.  
Lisboa, 16 de abril de 1830.

José Maria Dantas Pereira

Dantas Pereira organizou o catálogo em “classes”, ou divisões, e subdivisões, nas quais se anotaram os livros e manuscritos em ordem cronológica. A ideia do autor é que a partir da leitura do catálogo, se possa “subministrar pronta ideia do que há, e do que se carece, em cada subdivisão”, levando o leitor (o estudante) “ao pronto conhecimento seja do progresso, ou marcha do espírito humano em a mesma subdivisão seja das obras, que mais lhe convirá consultar, para colher os produtos”. Para tornar fácil o contato com as obras mais famosas ou importantes, Dantas Pereira destacou os nomes “ou das obras, ou dos autores”, sublinhados ou escrevendo-os em letras maiúsculas. A característica combinatória da montagem do catálogo favoreceria o trabalho do estudante:

Para encontrar qualquer destas obras na Biblioteca poder-se-á recorrer ao catálogo alfabético, mediante o nome do autor, ou do editor; e mediante o da obra, se esta for de algum anônimo, ou de vários. [...]. Estes números combinados com os da coluna precedente, e com o sinal relativo às obras mais consideradas, conduzirão o principiante com assaz clareza, e prontidão ao conhecimento do que deve consultar com mais ou menos preferência.

Em nota existente somente no rascunho do catálogo (e não na cópia “de uso”, guardada na Biblioteca Nacional brasileira), Dantas Pereira tentou dar a dimensão da biblioteca em relação ao seu “tempo científico”, citando obras que foram publicadas do século XVII até o início do século XIX (1805, mais especificamente), o que permitiria ao leitor ou usuário da biblioteca conhecer “o adiantamento ou atrasamento em que cada [obra] desses ramos [?] se encontra”.

Este “tempo científico” se manifesta na própria organização do catálogo, em seis divisões principais, com conjuntos de subdivisões mais ou menos extensas, que buscavam cumprir sua função principal da biblioteca: organizar o conhecimento necessário à formação de oficiais da Marinha, a partir de “um modelo de ciência e ensino técnico de matriz (poli)técnica” (Carolino, 2012, p. 259) em categorias semelhantes àquelas apontadas por Nunes (1988, p. 29-31) ao analisar as listagens dos livros embarcados em 1807.

Uma primeira divisão, “ciências naturais”, compreende botânica, química, física e história natural. A segunda, “ciências matemáticas (puras e mistas)”, engloba o universo profissional de seu autor, com aritmética, álgebra, cálculo, geometria e trigonometria (as matemáticas puras) e astronomia, mecânica, ótica e cronometria (matemáticas mistas). As “ciências e artes navais”, com suas subdivisões de arquitetura naval, cordoaria, “instalação e manobras, geografia, hidrografia, pilotagem, tática e governo”, vêm a seguir, mostrando a verdadeira vocação da biblioteca, também expressa na divisão “ciências e artes militares de terra”, com artilharia, cavalaria, engenharia, infantaria, tática e “governo militar”. A última divisão, “polimátia”, palavra cujo significado é o de uma cultura extensa e avançada, trazia as subdivisões história, literatura, viagens, além de uma miscelânea impressa e “manuscritos médios, manuscritos antigos, manuscritos modernos”.

Comparativamente, o catálogo semelhante, anotado por Marino Miguel Franzini, trazia divisões voltadas às ciências e artes, com 25 categorias que se assemelham às de Dantas

Pereira, em especial aquelas relacionadas à marinha, matemática e artes militares (Nunes, 2012, p. 274-275; DeNipoti, 2007-2008, p. 170-179). Suas peculiaridades (anotar uma tradução italiana da Bíblia como “obra clássica” e listar livros pornográficos sobre o cabeçalho “Galanteria”) devem-se a seu caráter privado, ao passo que o catálogo da AGM tinha um óbvio propósito público que não permitiria tais liberdades.

O ponto central a ser marcado aqui é que a “sociabilidade letrada” – nesses casos, quase sempre sob a égide de d. Rodrigo de Sousa Coutinho –, do fim do século XVIII e início do século XIX, promoveu a formação de quadros técnico-científicos que estiveram na base formativa da ciência e do império luso-brasileiro (e, mais tarde, dos Estados nacionais Brasil e Portugal). Podemos acrescentar a Dantas Pereira e Marino Franzini diversos outros nomes (Maxwell, 2003, p. 109-143), como, por exemplo, o de Manoel Ferreira de Araújo Guimarães (Carolino, 2012), que, a partir da Academia dos Guardas-Marinhas e das instituições que dela derivaram, tornaram-se autores canônicos em suas áreas de atuação: meteorologia e cosmografia no caso de Franzini, a astronomia de Araújo Guimarães e a matemática de Dantas Pereira.

Havia uma grande divergência de posições políticas entre esses personagens, que refletem as clivagens que existiam no seio dessas mesmas instituições de sociabilidade científica – ou na República das Letras, em sua versão luso-brasileira, se preferirem. Dantas Pereira e Araújo Guimarães participaram da transferência da corte para o Rio, ao passo que Franzini ficou na Europa e apoiou Junot. Franzini participou intensamente da Revolução Liberal e dos governos subsequentes, tendo sido ministro em vários momentos e deputado nas cortes constituintes. Dantas Pereira voltou para Portugal em 1819 e, depois, defendeu o absolutismo, apoiando d. Miguel na disputa sucessória, tendo sido conseqüentemente exilado para a França. Araújo Guimarães permaneceu no Brasil e defendeu a Independência, atuando como jornalista e tradutor de textos de matemática (Saraiva, 2011, p. 101). Não obstante, eles compartilharam diversas práticas relativas ao universo da palavra impressa que são perceptíveis (nos casos de Franzini e Dantas Pereira) nos catálogos de livros que redigiram.

Dantas Pereira, ao anotar o catálogo, exercia a catalogação como uma prática de leitura que sofreu alterações profundas ao longo do tempo, acompanhando as árvores do conhecimento que marcaram revoluções epistemológicas nos séculos XVI a XVIII (Darnton, 1986, p. 247-271). As formas físicas e intelectuais de organização de livros em bibliotecas ou coleções particulares revelam aspectos importantes sobre a sociedade e o lugar social ocupado por leitores e “donos” de livros. Os catálogos, já antes utilizados como fontes para histórias econômicas ou culturais do livro, devem também ser abordados como textos, buscando seu autor, mas também as intenções e funções que lhes dão origem e sentido contextual.

**Pesquisa financiada pelo CNPq e pela Fundação Araucária.**

## Referências bibliográficas

ABREU, Márcia. Duzentos anos: os primeiros livros brasileiros. In: BRAGANÇA, Anibal; ABREU, Márcia (orgs.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.

CAROLINO, Luís Miguel. Manoel Ferreira de Araújo Guimarães, a Academia Real Militar do Rio de Janeiro e a definição de um gênero científico no Brasil em inícios do século XIX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 32, n. 64, p. 251-278, 2012.

CURADO, José Manuel. A utopia linguística de Dantas Pereira: da *escriptura pasigráfica* à impossível língua perfeita. *Revista Portuguesa de Humanidades*, v. 3, p. 207-239, 1999.

\_\_\_\_\_. A memória de 1800 de Dantas Pereira. *Diacrítica*, Série Filosofia e Cultura, Universidade do Minho, n. 18/2, p. 285-327, 2004.

CURTO, Diogo Ramada. D. Rodrigo de Sousa Coutinho e a Casa Literária do Arco do Cego. In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de et alii (org.). *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801): Bicentenário: "Sem livro não há instrução"*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, p. 15-49, 1999.

DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DENIPOTI, Cláudio. O mundo organizado em um catálogo de biblioteca: conhecimento, livros e pensamento em Portugal no início do século XIX. *Arquipélago • História*, 2. série, XI-XII (2007-2008), p. 163-190.

\_\_\_\_\_. Libraries and the book trade in Portugal: The papers of Marino Miguel Franzino. *e-JPH* [online], v. 8, n. 1, p. 1-13, 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-64322010000100001&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-64322010000100001&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 1645-6432>.

\_\_\_\_\_. Rotas de comércio de livros para Portugal no fim do Antigo Regime. In: RODRIGUES, José Damião. *O Atlântico revolucionário: circulação de ideias e de elites no final do Antigo Regime*. Ponta Delgada: CHAM – Centro de História de Além-Mar, p. 161-178, 2012.

MAXWELL, Keneth. *Naked tropics: essays on Empire and other rogues*. New York and London: Routledge, 2003.

MENDES, Ramon Guillermo. *Entre o traço e a escritura: sobre a leitura de um catálogo no início do século*. 2011. Trabalho de conclusão de curso de graduação em história, UEPG, Ponta Grossa, 2011.

MENDES, Ricardo Antonio Souza. O medo francês. *Métis: história & cultura*, v. 5, n. 10, p. 101-119, jul./dez. 2006.

NÉVES, Alvaro. *Arquivos e bibliotecas portuguesas: apontamentos históricos*. Coimbra: Editora da Universidade, 1915.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; FERREIRA, Tânia Maria Bessone. O medo dos "abomináveis princípios franceses": a censura dos livros nos inícios do século XIX no Brasil. *Acervo*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, v. 4, n. 1, p. 113-119, jan./jun. 1989.

NUNES, Maria de Fátima. *O liberalismo português: ideários e ciências; o universo de Marino Miguel Franzini (1800-1860)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1988.

\_\_\_\_\_. Portugal-Brasil 1808: trânsito de saberes. In: KURY, Lorelai; GESTEIRA, Heloisa (orgs.). *Ensaio de história das ciências no Brasil: das luzes à nação independente*. Rio de Janeiro: EDUERJ, p. 267-280, 2012.

PEREIRA, José Maria Dantas. *Curso de estudos para uso do comércio, e da fazenda*. Lisboa: Na Régia Oficina Tipográfica, 1798.

\_\_\_\_\_. *Elogio histórico do Senhor D. Pedro Carlos de Bourbon e Bragança, infante de Espanha e Portugal, almirante general da Marinha portuguesa*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1813.

\_\_\_\_\_. *Bosquejo de um quadro sinóptico civil*: mediante o qual poderemos conhecer e avaliar os homens e as Nações com acerto e facilidade. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1814.

\_\_\_\_\_. *Sistema de sinais para a comunicação dos navios entre si e com a terra*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1817.

PINTO, José Luís Leiria. José Maria Dantas Pereira: o primeiro diretor da Academia Real dos Guardas-Marinhas no Rio de Janeiro. *Revista da Armada*, n. 413, ano XXXVII, p. 16-18, nov. 2007.

SARAIVA, Luís Manuel Ribeiro. Manoel Ferreira de Araújo Guimarães (1777-1838): from the navy royal academy to the royal military academy of Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de História da Matemática*, v. 11, n. 21, p. 77-106, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz et al. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SILVA, Carlos André Lopes da. A Real Companhia e Academia dos Guardas-Marinha e a emergência da profissão militar: um estudo através das normas (1782-1839). SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH. XXVI, 2011. *Anais...* São Paulo. Disponível em: <<http://www.snh2011.anpuh.org>>. Acesso em: 24 maio 2013.

---

Recebido em 26/6/2013

Aprovado em 12/7/2013

# UM MUSEU DESAPARECIDO DO SÉCULO XIX UMA DISCUSSÃO ACERCA DO MUSEU AGRÍCOLA E INDUSTRIAL DO JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO (1871-1886)

A MISSING NINETEENTH CENTURY MUSEUM  
ABOUT THE MUSEU AGRÍCOLA E INDUSTRIAL DO JARDIM BOTÂNICO  
DO RIO DE JANEIRO (1871-1886)

**JANAÍNA LACERDA FURTADO** | Doutora em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisadora do Laboratório de Redes de Poder e Relações Culturais da UERJ. Professora do Departamento de História da UERJ.

## RESUMO

Em 1873, Luís Pedreira do Couto Ferraz, o barão do Bom Retiro, propôs a criação de um museu industrial no terreno do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Este artigo tem por objetivo demonstrar que este museu buscava conjugar-se como instituição pedagógica, comercial e industrial e também formular um discurso de convencimento junto às elites agrárias da necessidade de modernização.

*Palavras-chaves: Ferraz, Luís Pedreira do Couto; museu industrial; museus – Brasil.*

## ABSTRACT

In 1873 Luís Pedreira do Couto Ferraz, Baron of Bom Retiro, proposed the creation of an industrial museum on the grounds of the Jardim Botânico do Rio de Janeiro. This article aims to demonstrate that this museum sought to be, at the same time, an educational, commercial and industrial institution and also formulate a discourse of persuasion for the agrarian elites about the need for modernization.

*Keywords: Ferraz, Luís Pedreira do Couto; industrial museum; museums – Brasil.*

## RESUMEN

En 1873 Luís Pedreira do Couto Ferraz, Baron del Bom Retiro, propuso la creación de un museo industrial en los terrenos del Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Este artículo tiene como objetivo demostrar que este museo pretendió ser una institución educativa, comercial e industrial, así como formular un discurso convincente para las élites agrarias sobre la necesidad de modernización.

*Palabras clave: Ferraz, Luís Pedreira do Couto; museo industrial; museus – Brasil.*

## INTRODUÇÃO

O Museu Agrícola e Industrial do Jardim Botânico do Rio de Janeiro foi criado em 1873 pelo presidente do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, Luís Pedreira do Couto Ferraz, o barão do Bom Retiro, com a finalidade de expor produtos agrícolas das províncias do Brasil e aqueles que cultivados no exterior pudessem ser utilizados pelos produtores nacionais. O Museu deveria ainda expor os diferentes tipos de madeiras “úteis” do país, produtos da indústria manufatureira nacional, instrumentos e máquinas desenvolvidos e construídos pelas oficinas do Imperial Instituto e as provenientes do exterior que pudessem ser utilizadas nas lavouras brasileiras.

O Museu Industrial faria parte, juntamente com o Asilo Agrícola, criado em 1866, e a Fazenda Normal, inaugurada também por Luís Pedreira do Couto Ferraz em 1873, de um projeto para a divulgação da lavoura e da indústria nacionais e de melhoria da formação do agricultor brasileiro. Àquela altura, a lavoura passava por uma crise generalizada desde a segunda metade do século XIX.

O Museu Industrial, depois chamado Agrícola e Industrial, o Asilo Agrícola e a Fazenda Normal estavam ligados ao Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, fundado em 1860, cujo primeiro presidente foi Miguel Calmon du Pin e Almeida, o marquês de Abrantes.

O Imperial Instituto Fluminense de Agricultura surgiu em resposta à inquietação da elite política e econômica do país diante das crises de mão de obra e de abastecimento, das insistentes pragas dos cafezais – como a *Elaschista coffeela*, que acabou dizimando parte da produção fluminense ao longo da década de 1860, e a “praga do Cantagalo” (Machado, 1993, p. 50) –, principal produto de exportação nacional, e da necessidade de modernização das técnicas de cultivo. O principal produto agrícola fluminense, a cana-de-açúcar, já demonstrava internamente sinais de esgotamento e no âmbito das exportações a produção já era superada pelas províncias de Pernambuco e da Bahia (Martins, 1995, p. 33), e internacionalmente fora substituída pelo café, que se expandiu pela região do Vale do Paraíba.

A expansão cafeeira se baseava em grandes extensões de terra, controladas por grandes proprietários e sustentadas pela mão de obra escrava. Esta estrutura não dava muito espaço para a diversificação dos cultivos nem para a formação de pequenas propriedades. As técnicas de cultivo eram arcaicas, baseadas nas queimadas e sem períodos de descanso do solo. Também não havia estudos de controle de pragas ou de melhoramento das sementes.

No fim de 1850, as consequências dessas práticas começaram a aparecer: esgotamento do solo, pragas cíclicas, crise de abastecimento e destruição da vegetação nativa. Aliado a isso tudo estava o problema da escassez de mão de obra, causada tanto pela diminuição da vida produtiva do escravo exaurido no trabalho pesado das grandes lavouras de café, quanto pela extinção do tráfico que aumentou consideravelmente o preço do escravo (Martins, 1995, p. 37).

O próprio Luís Pedreira do Couto Ferraz, em 1855, já demonstrara sua preocupação com a falta de instrução do agricultor brasileiro e com a crise de abastecimento interna. Couto Ferraz propunha a construção de estradas de ferro para diminuir as distâncias, e assim bara-

tear o custo de alguns produtos, e a atração de trabalhadores livres para as fazendas (Brasil. Relatório do Ministério do Império, 1856, p. 53).

Uma das hipóteses sobre a criação do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura é a de que a instituição teria sido um “braço” da Sociedade Auxiliadora da Industrial Nacional para tratar dos problemas referentes à lavoura (Werneck da Silva, 1979; Domingues, 2001). Outra hipótese é a que reduz o Imperial Instituto ao período em que este administrou o Jardim Botânico da Lagoa Rodrigo de Freitas (Melo Leitão, 1937). Esta hipótese, por sua vez, baseia-se nas críticas de João Barbosa Rodrigues publicadas em 1890 ao assumir a direção do Jardim Botânico. Barbosa Rodrigues foi um dos principais opositores da vinculação do Jardim Botânico ao Imperial Instituto, como veremos mais detidamente adiante.

Dois trabalhos recentes<sup>1</sup> dedicados exclusivamente ao Imperial Instituto, de autoria de Martins (1995) e de Bediaga (2011), propuseram um olhar diferente sobre a instituição. Martins (1995, p. 62) enxerga a instituição como meio de convencimento das elites, pelo governo imperial, da necessidade de modernização da lavoura e da introdução do trabalhador livre e devidamente instruído em substituição ao trabalho escravo. Bediaga, por sua vez, nos chama a atenção para o caráter científico da instituição, negligenciado pela historiografia clássica, baseando-se, sobretudo, nos diversos estudos de química do solo e de aclimação de sementes publicados em seu periódico, a *Revista Agrícola*, de 1871 a 1891. A hipótese central da autora é a de que o Imperial Instituto não se constituiu como um “órgão de classe” e sim como “um espaço semiprivado de atuação de proprietários rurais, homens das ciências e representantes do Estado imperial, empenhados em buscar alternativas às formas tradicionais de produção agrícola” (Bediaga, 2011, p. 18).

As duas autoras concordam que os objetivos da criação do Imperial Instituto eram: a modernização das técnicas agrícolas, a busca do melhoramento do solo, a aclimação de plantas, a pesquisa da química aplicada à agricultura e a divulgação desses melhoramentos. O que pode ser comprovado no próprio estatuto de criação do Imperial Instituto que apontava como principais objetivos a busca de alternativas para a mão de obra escrava, o aprimoramento de máquinas e instrumentos agrícolas, as pesquisas de solo e de aclimação de novas espécies e o estudo de plantas “úteis” que garantiriam retorno econômico.

Entretanto, havia obstáculos a serem transpostos. O primeiro deles era a resistência dos grandes proprietários, que compunham cerca de 20% do quadro de sócios do Imperial Instituto, sobretudo os nascidos entre 1780 e 1799, em aceitar essas mudanças, principalmente no que dizia respeito à necessidade de uma formação escolar para o trabalhador agrícola (Martins, 1995, p. 100).

Outro problema eram as críticas ao contrato firmado, em 1861, entre o Imperial Instituto e o Jardim Botânico. Para os críticos – dentre os quais figuravam o já citado João Barbosa Rodrigues e o médico e botânico Joaquim Monteiro Caminhoá –, este contrato desviava o

---

1 Existem outros trabalhos que se dedicam ao tema, no entanto, devido às limitações desta publicação, nos detivemos nos dois trabalhos que consideramos como principais.

Jardim Botânico de sua “verdadeira vocação científica”: a de aclimação de plantas destinadas à cultura de especiarias, de receber naturalistas estrangeiros e de desenvolver estudos sobre a flora brasileira, atividades desenvolvidas desde 1808 e que teriam sido interrompidas em 1861.

Mas o Imperial Instituto contava com um “patrocinador” de peso: o próprio imperador Pedro II, que teria em várias ocasiões doado dinheiro de seu “bolsinho” (Bediaga, 2011, p. 86).

Assim, apesar das críticas de seus opositores, o Imperial Instituto ficou encarregado de fundar no Jardim Botânico um “estabelecimento agrícola, que sirva de escola prática e de modelo às fazendas de cultura; e no qual serão ensaiados os processos de agricultura mais aperfeiçoados” (Brasil. Relatório do Ministério da Agricultura..., 1861, A-GH, p. 1).

Isto posto, o presente artigo pretende – a partir da hipótese norteadora de que o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura tinha como principais objetivos a modernização da lavoura através, sobretudo, do melhoramento do maquinário e do aperfeiçoamento intelectual e prático do agricultor – demonstrar que o Imperial Instituto estava inserido em um projeto político pedagógico que tinha por base o aperfeiçoamento da indústria e a instrução da população como caminhos para a modernização do país.

Nesse sentido, proponho investigar o Museu Agrícola e Industrial como uma instituição pedagógica, pensando a instituição proposta por Luís Pedreira do Couto Ferraz como um museu do século XIX: uma instituição para instruir o público leigo, aperfeiçoar os iniciados e também para atuar como instrumento de divulgação e convencimento das ideias de modernização junto às elites agrícolas brasileiras. Comprovaremos que o Museu Agrícola e Industrial de Couto Ferraz buscou conciliar uma dimensão educativa e uma dimensão comercial e industrial por meio da promoção dos produtos expostos aliada ao componente lúdico.

## **A ADMINISTRAÇÃO DE LUÍS PEDREIRA DO COUTO FERRAZ:**

### **O IMPERIAL INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

Luís Pedreira do Couto Ferraz nasceu em 1818, na região das minas de Goiás, em uma tradicional família de grandes fazendeiros. Seu pai, de quem herdou o nome, estudou direito em Coimbra, como convinha a todo filho da boa sociedade, e ao graduar-se em 1808, após lutar contra os franceses sob o comando de José Bonifácio de Andrada e Silva, retornou ao Brasil para casar com d. Guilhermina Amália, com quem teve cinco filhos.

Os irmãos Luís e João foram enviados a corte aos cuidados do latinista Florêncio e o olhar atento do marques de Sapucaí, Cândido José Araújo Viana. A proximidade de seu pai com a família real acabou por levar os dois irmãos a se tornarem amigos de brincadeiras de um jovem Pedro II. Do grupo também faziam parte Guilherme Schüch Capanema, filho do bibliotecário de dona Leopoldina, além de Francisco Otaviano, filho de Francisco Otaviano de Almeida Rosa, e José Assis Mascarenhas, filho do mordomo-mor imperial (Carvalho, 2007, p. 19).

Deste grupo permaneceram os irmãos João e Luís Pedreira do Couto Ferraz e Guilherme Schüch Capanema como os amigos mais chegados do imperador na idade adulta. Luís, que

viria a se tornar barão (1867) e visconde (1872) do Bom Retiro, se tornaria o amigo mais próximo do imperador.

Sua fama de recluso e tímido em excesso rendia várias histórias, como a contada por Joaquim Nabuco em seu livro sobre seu pai. O senador Nabuco de Araújo, por vezes, para obrigar Bom Retiro a discursar nas seções do Senado chamava-o para a tribuna, sem avisar, dizendo: “O senhor ministro do Império explicará” (Nabuco, 1899, p. 165-166). No entanto, sua discrição – nunca se casou ou envolveu-se em maiores polêmicas, era avesso a discussões e buscava sempre o tom conciliatório em seus discursos – talvez tenha sido a qualidade que o fez tão próximo do imperador. A confiança de Pedro II em seu amigo, que afetuosamente chamava de Pedreira, era tanta que em momentos de crise política o imperador não hesitava em colocá-lo em posições estratégicas.

Tanto assim que com apenas 35 anos foi nomeado ministro do Império no gabinete de Honório Hermeto Carneiro Leão, o “combativo” marques do Paraná. Bom Retiro, aliás, teria chamado a atenção do marquês do Paraná ao conseguir conciliar a divergência entre o presidente da província do Espírito Santo, Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, o barão de Sepetiba, e seu vice-presidente, em 1846.

Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo entre os anos de 1833 e 1838, Luís Pedreira do Couto Ferraz foi professor nas disciplinas de direito natural, economia e política, na mesma faculdade, até 1868. Foi deputado provincial, deputado geral, presidente das províncias do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, além de senador, ministro do Império e conselheiro do Império. Foi também presidente de duas importantes instituições imperiais: o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, como dito anteriormente, e o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro.

Durante seu mandato como ministro do Império apresentou, em 1854, o Regulamento para a Instrução Primária e Secundária da Corte, que modificou não somente o ensino primário e secundário, mas também os cursos de direito, medicina, belas-artes e a aula do comércio (Pontes, 2008). Nessa ocasião, Luís Pedreira defendeu a criação de cursos de ensino agrícola para suprir a necessidade urgente de desenvolvimento da indústria agrícola (Brasil. Relatório do Ministério do Império, 1858, p. 68).

O ministro ressaltou ainda a importância da divulgação dos conhecimentos aplicáveis à indústria agrícola através da vulgarização do conhecimento, das técnicas e do uso das máquinas, como caminho para tirar a indústria agrícola de seu “estado de deplorável atraso”.

Fica fácil entender porque ao assumir o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, em 1865, Luís Pedreira do Couto Ferraz tenha reorganizado a Fazenda Normal, inaugurado o Asilo Agrícola e criado o Museu Agrícola e Industrial. Estas instituições serviriam para a formação do agricultor, além de desenvolverem pesquisas técnicas e científicas.

Em 1867, foi organizado um laboratório químico, que desenvolveria ensaios e experiências visando melhorar a cultura de vários gêneros da produção agrícola, e uma oficina para construção e aperfeiçoamento de instrumentos e máquinas destinadas ao cultivo e ao tratamento do solo. Outro melhoramento importante foi a criação de viveiros de animais domésticos e de plantas úteis.

Para a divulgação desses trabalhos de pesquisa, dos estudos sobre a lavoura e das discussões de teorias científicas foi criado o periódico *O agricultor nacional*, publicado entre os anos de 1869 e 1891. Na publicação, a questão da mão de obra aparece em 21% dos artigos, distribuída nos itens “Colonização/Imigração”, “Ensino agrícola” e “Agricultura nacional”, e cerca de 42% dos artigos se referiam ao item “Técnicas agrícolas”, que agrupava os temas de mecânica agrícola, adubação e técnicas de recuperação dos solos, análises químicas referentes a sementes, solos e qualidade da água, além de sistemas de rotação de cultura, o que demonstra que não era a questão da mão de obra ou a falta de crédito agrícola que afligia tanto e sim as técnicas de cultivo equivocadas, o esgotamento do solo e o desmatamento da vegetação (Martins, 1995, p. 76).

De fato, durante a gestão Bom Retiro observou-se a preocupação para que o Jardim Botânico se dedicasse à criação de viveiros, a experiências com a aclimação de plantas, ao melhoramento das espécies de planta e de animais, enquanto que a Fazenda Normal se destinava ao ensino, objetivando a formação de uma futura mão de obra qualificada para a agricultura, além das oficinas para a confecção de máquinas e instrumentos para a lavoura.

Anexo à Fazenda Normal estaria o Asilo Agrícola, cuja proposta remontava ainda à Reforma de 1854, que receberia meninos órfãos e filhos de colonos também órfãos como alunos em tempo integral. Na Fazenda aprenderiam sobre os trabalhos rurais, e ainda aulas de leitura, gramática, aritmética, desenho linear, geometria e instrução moral e religiosa. Além disso, seria ministrada aula de natação e ginástica e aos mais velhos conhecimentos de química e mecânica.

Havia ainda a Fábrica de Chapéus do Chile, ligada ao Asilo Agrícola, que produzia chapéus a partir das fibras de uma palmeira. Entre os planos futuros para o Jardim e o Imperial Instituto, havia os projetos de um Jardim Zoológico, de uma escola veterinária, uma escola superior de agronomia e o museu industrial. De todos estes projetos, somente o museu sairia efetivamente do papel, embora sua trajetória tenha sido bastante conturbada como mostrarei a seguir.

## **OS ANTECEDENTES DO MUSEU INDUSTRIAL DO JARDIM BOTÂNICO**

Ao que parece o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura viveu bons tempos sob a administração de Luís Pedreira do Couto Ferraz até pelo menos o início da década de 1880. O viveiro de plantas, por exemplo, parece ter cumprido seu objetivo. Em 1883, Nicolau Moreira afirmou em relatório que os viveiros de plantas haviam fornecido a instituições, sócios e particulares 3.918 mudas, 75 barricas e 174 feixes de cana-de-açúcar, além de oitenta quilos de sementes variadas. As oficinas também produziram uma significativa quantidade de instrumentos, máquinas (debulhadoras, descaroçadores, moinhos e engenhos), 79 tipos de arados e pequenos instrumentos (enxadas, ancinhos e machados).

As críticas mais ferrenhas à instituição diziam respeito ao direcionamento científico dado ao Jardim Botânico pelo Imperial Instituto Fluminense de Agricultura. A discussão envolvia os seguintes aspectos: além da mudança da já mencionada “vocação científica do Jardim Botânico”, era apontada ainda a ausência de um herbário, de um museu botânico e a

contratação de Karl Glasl, professor de agronomia estrangeiro, sem formação em botânica, para comandar os trabalhos da instituição. Contratado pelo tempo determinado de cinco anos para dirigir o Jardim Botânico e dar início aos trabalhos de instalação de uma fazenda-modelo e da escola agrícola, foi autorizado a trazer plantas, sementes, instrumentos e um químico, Alex Kraus, da Europa (Domingues, 2001, p. 44).

Um dos principais opositores à permanência de Karl Glasl à frente dos trabalhos do Jardim Botânico foi o já citado Joaquim Monteiro Caminhoá, que em 1874 publicou o livro *Relatórios acerca dos Jardins Botânicos*, em que simplesmente não citava o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, justificando a ausência com a afirmação de que o mesmo “não cumpria os objetivos de uma instituição botânica” e muito lamentava “a falta do jardim botânico entre nós” (Caminhoá, 1874, p. 21).

Dois anos antes, Joaquim Monteiro Caminhoá, Auguste Glazou, Guilherme Schüch Capanema, Joaquim Antônio de Azevedo e João Barbosa Rodrigues propuseram a fundação de outro jardim botânico. A intenção do grupo era conseguir uma área no terreno do Jardim Botânico da Lagoa (Bediaga, 2011, p. 104) e, para isso, chegou a propor que o Imperial Instituto cedesse o terreno do Jardim para que a Associação de Aclimação criasse um jardim que restituiria ao Jardim Botânico sua condição de “verdadeiro jardim experimental”.

No entanto, o governo não cedeu às pressões do grupo e este por sua vez acabou se enfraquecendo até perder totalmente o apoio governamental. As críticas proferidas por Joaquim Caminhoá em seu livro certamente contribuíram para essa perda de apoio, sobretudo aquelas dirigidas ao próprio Luís Pedreira do Couto Ferraz, ele próprio membro da Associação de Aclimação, enquanto presidente do Imperial Instituto.

Não obstante as críticas, Couto Ferraz seguia seu projeto político-pedagógico e, em 1871, apresentou a proposta de criação de um museu industrial no terreno do Jardim Botânico.

A proposta, lida pelo presidente interino do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, José Ildfonso de Sousa Ramos, o barão de Três Barras, era baseada no Museu de Economia Botânica, também chamado Museu Industrial ou Museu n. 1, pertencente ao Royal Botanical Kew Gardens, em Londres.

Ao visitar esta instituição Luís Pedreira do Couto Ferraz conheceu o botânico Joseph Hooker, administrador do Royal Botanical Kew Gardens.<sup>2</sup> A partir desta visita estabeleceu-se um intercâmbio entre o Royal Botanical Kew Gardens e o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, de objetos e periódicos editados, como o *Kew Gardens: Popular Guide to the Royal Botanical Gardens of Kew*.

O Museu Industrial do Royal Botanical Kew Gardens foi criado em 1857 com acervo das exposições internacionais da indústria de 1851, de Londres, e de 1855, de Paris. Era um museu essencialmente voltado para a economia botânica, direcionado à pesquisa e à aclimação de plantas de interesse econômico e visando sua comercialização. Havia ainda a exposição das plantas para o público e muito embora esse Museu Industrial não fosse ligado a uma

---

2 Joseph Hooker era filho e sucessor de Willian Hooker, o responsável pela reestruturação do jardim inglês.

instituição de ensino, oferecia periodicamente palestras e demonstrações públicas, além de estúdios para pesquisadores e estudiosos nativos e estrangeiros.

A visita ao Museu Industrial do Royal Botanical Kew Gardens parece ter causado grande impacto em Luís Pedreira do Couto Ferraz, que o menciona com entusiasmo em correspondência ao amigo Manoel Araújo Porto Alegre. Em carta de dezembro de 1871, Couto Ferraz demonstrou todo seu encantamento pelo progresso do velho continente e comenta as diversas visitas que fez a importantes estabelecimentos científicos europeus e o quanto teria ficado particularmente interessado em fundar um museu “nos moldes do Museu Industrial do Kew”.

A mencionada carta, lida por José Idelfonso de Sousa Ramos na seção de 28 de junho de 1872 do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, continha as instruções para a criação do Museu Industrial e comunicava que o projeto já havia sido aprovado pelo ministro da Agricultura, e que este já mandara fazer a planta do edifício que abrigaria o museu bem como autorizara a verba inicial de pouco mais de dez contos de réis para o início das obras.<sup>3</sup>

No entanto, somente em 1873 Luís Pedreira do Couto Ferraz apresentou o regulamento de criação do museu que ele chama de Museu Industrial. Em relatório enviado ao Ministério da Agricultura, neste mesmo ano, Couto Ferraz afirmava já estarem as obras do edifício do futuro museu “bastante adiantadas” e os objetos da futura coleção estavam sendo armazenados, o que pode ser comprovado no relatório do Jardim Botânico, deste mesmo ano, apresentado por Karl Glasl que afirma já ter recebido objetos que figurariam no acervo<sup>4</sup> do museu.

Karl Glasl se referia aos objetos trocados com William Hooker e às doações feitas à instituição por alguns presidentes de província. Os senadores Thomaz Pompeu, João Lins Vieira Cansação de Sinimbu e José Antônio Saraiva, membros do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, prometeram o envio de amostras de madeiras de lei de suas respectivas províncias e o presidente da província do Paraná, Francisco Manoel Álvares de Araújo, se comprometeu a doar artefatos da indústria.

O diretor do Museu Nacional, Ladislao Netto, enviaria uma coleção de madeiras e objetos “próprios dos estabelecimentos desta espécie” (Atas, 61ª Seção, 1872, p. 178) e prometeu ainda o envio de produtos vegetais úteis à indústria, artes e medicina pertencentes à Seção de Botânica e Agricultura do Museu Nacional, pois segundo o diretor eram de pouco interesse para o público de um museu de história natural devendo estar em um museu industrial.

---

3 Não achamos qualquer documento ou correspondência que comprove esta afirmação de Luís Pedreira do Couto Ferraz. Talvez pelo fato do ministro ter sido substituído pouco tempo depois, tanto assim que o projeto foi “engavetado” e reaparece na documentação somente em 1873.

4 O conceito de acervo está ligado às ideias de herança e patrimônio e surgiu a partir dos eventos de 1789, quando os museus passaram a ser instituições públicas controladas, organizadas e geridas pelo Estado. O objeto se transforma em patrimônio após ser reclassificado, glosado, reconstituído, contado e trabalhado. O patrimônio em acervo define-se pela realidade física de seus objetos, pelo valor estético e documental, ilustrativo ou sentimental que lhe atribui um saber comum e um status específico. Esse trabalho de constituir um patrimônio é fruto de uma reflexão erudita e também de uma vontade política (Poulot, 2003).

Havia também a coleção de madeiras, de frutos lenhosos, amostras de algodão, de fibras e objetos fabricados com palha de milho, de casulos e fios de seda indígena e exótica, além de diferentes coleções de produtos vegetais como madeiras, cascas fibrosas e suberosas, e trinta máquinas pertencentes à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.

Esses foram os objetos da coleção inicial do Museu Industrial do Jardim Botânico que conseguimos localizar. Não foi possível encontrar uma listagem ou inventário da coleção, muito embora, ainda em 1873, Bom Retiro prometa ao ministro uma listagem completa dos objetos e seus respectivos doadores.<sup>5</sup>

### **O MUSEU INDUSTRIAL DO JARDIM BOTÂNICO (1871-1877)**

O museu seria composto de quatro salas e gabinetes de estudo. A primeira sala se destinaria à exposição da coleção de madeiras do Brasil, com espécies de todas as províncias, a fim de serem estudadas e apreciadas, segundo o próprio Bom Retiro. No que dizia respeito à museografia,<sup>6</sup> as coleções expostas deveriam conter etiquetas explicativas com a descrição sobre a natureza e as propriedades de cada uma das madeiras, seus usos e aplicações na indústria. Ao alcance do visitante haveria um exame comparativo entre as madeiras nacionais e estrangeiras. Ligada a esta sala estaria um terreno ao ar livre, onde seriam plantadas as árvores cujas madeiras estivessem expostas para conhecimento e estudo dos visitantes.

Na segunda sala haveria a exposição permanente de produtos cultivados nas lavouras do Brasil. Novamente, os objetos expostos trariam uma etiqueta com a descrição das plantas, descrição da cultura, seus progressos, modos de aproveitamento e a tecnologia empregada para seu aperfeiçoamento. Anexo a esta sala, estaria um laboratório para demonstração de experiências químicas com o solo, adubo e fertilizantes. O projeto previa ainda uma exposição sobre os meios de preservação das lavouras, bem como as consequências da ação do clima e dos insetos.

Na terceira sala haveria uma exposição industrial contendo os artefatos provenientes da produção nacional, além da exposição de uma coleção de fibras e plantas têxteis. Já a quarta sala seria o depósito de todos os produtos pertencentes aos diversos ramos da natureza e que não se encaixassem nas salas anteriores. Os gabinetes seriam destinados, principalmente, para os que ali quisessem examinar e estudar mais detidamente os produtos existentes no Museu Industrial.

O Museu Industrial do Jardim Botânico se assemelhava com o Museu Industrial do Royal Botanical Kew Gardens, no sentido de que também se preocupava com o cultivo e o estu-

---

5 A causa da falta da documentação pode ser explicada em parte devido à grande perda da documentação referente ao Jardim Botânico no final do século XIX e início do XX, em razão de enchentes e de um incêndio que acabou por destruir parte significativa de seu acervo e mobiliário (Nepomucceno, 2007). Outra causa é que grande parte da documentação de Bom Retiro teria sido destruída pela família após a sua morte em 1886, dificultando também encontrarmos mais informações sobre o museu.

6 Por museografia entendemos a conjugação entre uma organização visual e uma concepção intelectual e ideológica na exposição dos objetos. Apud Barbuy, 1999, p. 42.

do das “plantas úteis” que pudessem ter valor econômico e aplicabilidade na indústria. No entanto, o projeto de Luís Pedreira do Couto Ferraz guardava bastante semelhança com o projeto dos museus gerais e comerciais propostos pelo senador Frederick Le Play, em 1867.

Os museus gerais e comerciais foram propostos por Frederick Le Play em substituição às exposições universais da indústria que a cada ano ficavam mais dispendiosas e grandiosas. Também nesses museus haveria um jardim de espécies vivas, um laboratório para experiências e demonstrações científicas e a preocupação em ensinar ao visitante sobre as classificações, denominações e usos da madeira. As coleções também serviriam para a comparação didática entre as nações, que através de suas coleções exibiam em caráter permanente o desenvolvimento de sua indústria.

Outro aspecto que aproximava o Museu Industrial do Jardim Botânico dos museus comerciais e gerais era a concepção museográfica dos objetos, a partir de princípios classificatórios que ordenavam os objetos de maneira a comunicar ao visitante uma visão de progresso.

Em 1874, Karl Glasl informa o recebimento de uma nova remessa de objetos doada pelo próprio Luís Pedreira do Couto Ferraz e também que o prédio já estava praticamente concluído. No entanto, havia a necessidade de mais dinheiro para a conclusão das obras, uma vez que o orçamento inicial havia sido estourado. O custo das obras do museu, aliás, foi mais um fator de discordância entre os membros do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura em relação a este projeto.

O aumento orçamentário pedido por Karl Glasl foi atendido em 1876, mesmo ano em que foi planejada uma expansão do prédio e sua inauguração para o ano seguinte (Brasil, Relatório do diretor do Jardim Botânico, 1875).

Em 1877, no entanto, as obras ainda estavam em andamento e o ministro da Agricultura afirmou em relatório que o museu estava prestes a ser concluído e já contava com seis salas, gabinetes para estudos e biblioteca. Faltava apenas finalizar a construção do jardim anexo ao edifício do museu destinado ao cultivo das plantas, e mais uma vez a inauguração não aconteceu no tempo previsto.

Em 1877, ainda, Luís Pedreira do Couto Ferraz havia retornado de sua segunda viagem ao exterior em companhia de Sua Majestade. Além de participar da Exposição Universal da Filadélfia (1876), na qualidade de vice-presidente da comissão brasileira, visitou diversos museus e institutos agrícolas. Em visita ao Jardim Botânico de Washington, deslumbrou-se com os espécimes de plantas exóticas e a fabulosa biblioteca, mas foi a cidade industrial de Chicago que maravilhou seu espírito moderno.

## **O MUSEU AGRÍCOLA E INDUSTRIAL, 1877-1886**

Esta viagem de Luís Pedreira do Couto Ferraz aos Estados Unidos teve uma forte influência nas mudanças ocorridas no Museu Industrial, no ano de 1877. Apesar de afirmar que as visitas aos museus americanos haviam fortalecido suas convicções em relação ao projeto original do museu, este sofreu diversas modificações neste mesmo ano. A primeira foi rebatizar a institui-

ção para Museu Agrícola e Industrial, muito provavelmente por ter entrado em contato com os museus agrícolas americanos, formados por associações de produtores com objetivo de divulgar os conhecimentos sobre a lavoura, como o Museu da Agricultura de Washington.

A visita ao museu de Washington influenciou Couto Ferraz a buscar um enfoque maior para a exposição de agricultura e a divulgação dos métodos de cultivo e melhoramento do solo, já que este museu, que tinha por objetivo promover e melhorar a agricultura e encorajar “as manufaturas domésticas através de modos próprios e adequados de cultura”, teria conseguido em seu primeiro ano de funcionamento duplicar a produção agrícola e estabelecer novas manufaturas (Wiley, 1811, p. 2).

Outro fator que provavelmente deve ter influenciado a mudança foi a preocupação em destacar a real finalidade da instituição: além da divulgação dos produtos da indústria, ficava claro que o museu também era voltado para a divulgação da modernização da lavoura e das técnicas de cultivo. Acreditamos que essa mudança possa estar associada a uma tentativa de reforçar a importância do Museu e do Imperial Instituto no âmbito econômico e político, em uma tentativa de resposta às críticas de seus opositores.

Outra mudança significativa observada neste projeto de 1877 foi que duas salas, e não apenas uma, estariam voltadas para exposição permanente dos produtos mais importantes da grande e pequena lavoura nacional, e trariam, além de “circunstanciada informação acerca de sua cultura e aproveitamento e dos meios de melhorá-los”, desenhos ou modelos com memórias descritivas sobre as maneiras de melhorar e aperfeiçoar a agricultura. A estas salas seria construído em anexo um jardim com os espécimes vivos correspondentes aos expostos nas salas.

A segunda sala, diferentemente da proposta anterior de exposição industrial, seria dedicada à exposição de produtos vegetais e da coleção de plantas têxteis. Na terceira sala, haveria então a exposição de máquinas e instrumentos da lavoura.

Comprovamos aqui a maior ênfase da agricultura e dos produtos agrícolas como “indústria”, diferindo da proposta de 1873 em que a exposição industrial propriamente dita era de “gêneros de produção nacional”. As máquinas e instrumentos da lavoura, que antes figurariam em uma sala de destaque, ficariam agora em um “depósito especial”, ou seja, fora da visitação pública.

Na quarta sala ficariam todos os outros produtos não contemplados em outras categorias, mas que fossem de interesse do público e pertencessem aos diversos reinos da natureza. Haveria, ainda, a sala para o gabinete de estudo e uma sala para a biblioteca, desaparecendo a ideia do laboratório químico prevista no projeto original, bem como diminuindo o número de gabinetes de estudo para apenas uma sala.

É muito provável que, com o recrudescimento da crise da lavoura e o fracasso nas tentativas de desenvolvimento industrial, Luís Pedreira do Couto Ferraz tenha voltado o museu para atuar mais intensamente como um espaço de divulgação de novas teorias e técnicas junto aos produtores, buscando, desse modo, resultados semelhantes aos atingidos pela instituição americana na superação dos principais problemas que atingiam a agricultura brasileira.

Porém, ainda em 1878, o museu permanece não inaugurado. As obras continuam com muito vagar e, segundo o ministro da Agricultura, com muita economia, sobretudo depois da suspensão do auxílio pecuniário do Imperial Instituto por parte do ministério.

Somente no relatório de 1883 do ministério da Agricultura, o Museu Agrícola e Industrial voltou a ser citado em um pequeno parágrafo – enquanto que sobre o Imperial Instituto não há uma menção sequer. No entanto, as notícias pareciam mais animadoras já que o ministro prometia a inauguração dentro de alguns meses.

No ano seguinte, contudo, Nicolau Moreira, novo diretor do Jardim Botânico, ao assumir a tarefa de levar adiante o Museu Agrícola e Industrial, informou que o edifício estava na realidade muito deteriorado pelo abandono dos anos anteriores, com um problema de vazamento no teto e que devido à falta de verba não teria sido possível consertá-lo. O vazamento a esta altura já comprometera parte importante do acervo. Após essa menção de Nicolau Moreira, o Museu Agrícola e Industrial desapareceu dos relatórios. A saúde debilitada de Luís Pedreira, as críticas cada vez mais duras a sua administração e seu isolamento na direção do Imperial Instituto acabaram por condenar o Imperial Instituto e o Museu Agrícola e Industrial ao abandono.

Em 1886, ano da morte de Luís Pedreira do Couto Ferraz, o prédio destinado ao Museu Agrícola e Industrial foi condenado e chegou-se a cogitar sua demolição. Neste mesmo ano, o novo presidente do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, Pedro Dias Gordilho Paes Leme, determinou que se aproveitasse o que havia restado do prédio, reestruturando-o para outras funções. O desaparecimento de Luís Pedreira do Couto Ferraz parece ter condenado seu Museu Agrícola e Industrial a ter o mesmo fim.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As fontes nos indicam que o Museu Agrícola e Industrial não chegou sequer a ser aberto ao público. A Fazenda Normal e o Asilo Agrícola também sofriam com a falta de terrenos adequados para a plantação em larga escala e com a não desapropriação dos terrenos prometidos pertencentes ao Jardim Botânico, segundo Luís Pedreira do Couto Ferraz desde 1861.

O Asilo Agrícola, que Couto Ferraz esperava um dia ver como curso superior de agronomia, nos moldes europeus, acabou por se desviar do projeto original pela impossibilidade de se obter alunos no meio rural, como era a proposta original.

Após 1886, parece ter havido uma descontinuidade na trajetória do museu. Os sucessores de Luís Pedreira do Couto Ferraz à frente do projeto repetiam as já batidas “péssimas condições do edifício” e “falta de verbas destinadas ao museu”. E o que ninguém tinha coragem de dizer com veemência, até porque Luís Pedreira do Couto Ferra não lhes dava oportunidade, começou a ser colocado nos relatórios ministeriais já em 1887, sobretudo por Pedro Dias Gordilho Paes Leme, de que o projeto por ser grandioso e dispendioso demais estava condenado ao insucesso.

Mais tarde, durante a gestão de João Barbosa Rodrigues, já nos primeiros anos da República, os relatórios apresentados não mencionam a existência sequer de um projeto de museu anterior a 1889. Da mesma forma que determinava o ano de 1890 como o de retorno do Jardim Botânico às suas “reais” atividades científicas.

Além do abandono físico do prédio, sujeito às intempéries e às constantes enchentes que acometiam o Jardim Botânico, sua coleção, por ter ficado muito tempo sem o acondicionamento apropriado, acabou por se deteriorar e desaparecer.

O século XIX europeu conheceu a emergência de uma vida urbana, um novo conceito de tempo e uma cultura burguesa. Surgem novos ideais relacionados ao progresso e à ideia de civilização. O aperfeiçoamento moral e intelectual da população, através da ilustração e da educação, seria o caminho a ser seguido para alcançá-los. Tais ideais acabaram por se espalhar também por países não europeus, como o Brasil, por exemplo, que buscavam se inspirar nas instituições europeias (Loureiro, 2005, p. 187). Naquele momento, aparecem novos instrumentos de divulgação e desenvolvimento industrial, cultural e agrícola, como as universidades, as bibliotecas e os museus.

Eileen Hooper-Greenhill (1989) argumenta que a Revolução Francesa criou as condições para o surgimento de novas verdades e racionalidades que, por sua vez, fez surgir uma nova função para o museu: ser, ao mesmo tempo, instrumento de divulgação da educação e local para as elites apreciarem as obras de arte. Os museus modernos surgem, também, como divulgadores de uma nova maneira de enxergar e ordenar o mundo, assumindo uma personificação material e simbólica de um determinado discurso, seja político, econômico ou ideológico (Bennett, 1995, p. 89).

Nesse sentido, os museus industriais e agrícolas que surgiram na segunda metade do século XIX tiveram um papel importante tanto na divulgação dos produtos agrícolas e industriais, quanto na instrução da população e na elaboração de um determinado discurso de convencimento.

No caso do Museu Agrícola e Industrial de Luís Pedreira do Couto Ferraz, acredito ser possível enxergar essa dupla dimensão: a educativa e a econômica. Um museu comprometido com a profissionalização do agricultor brasileiro, com a busca por novas tecnologias e com o convencimento junto às elites fundiárias brasileiras da importância disto não apenas para o progresso, mas para a sobrevivência da principal indústria brasileira: a agrícola.

## Referências bibliográficas

ATAS das sessões da Diretoria do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, 1ª a 64ª sessão (1860-1876). *Revista Agrícola*, Rio de Janeiro.

BARBUY, Heloisa. *A Exposição Universal de 1889 em Paris*. São Paulo: Loyola, Série Teses, 1999.

BEDIAGA, Begonha Eliza H. *Marcado pela própria natureza: o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura e as ciências agrícolas – 1860 a 1891*. 2011. Tese (Doutorado), Instituto de Geociências, Unicamp, Campinas.

BENNETT, Tony. *The birth of the museum: history, theory*. London: Routledge, 1995.

BRASIL. *Coleção das leis do império, 1808-1889*. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br>>. Acesso em: 11 mar. 2009.

\_\_\_\_\_. *Relatório do Ministério do Império, 1850-1858*. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em: 9 set. 2009.

\_\_\_\_\_. *Relatório do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1860-1904*. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em: 10 jul. 2013.

- CAMINHOÁ, Joaquim Monteiro. *Relatório acerca dos jardins botânicos*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1874.
- CARVALHO, José Murilo de. *Pedro II: ser ou não ser*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- DOMINGUES, Heloísa M. Bertol. O Jardim Botânico do Rio de Janeiro. In: DANTES, Maria Amélia (org.). *Espaços da ciência no Brasil: 1800-1930*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.
- HOOPER-GREENHILL, Eilean. The Museum in the disciplinary society. In: PEARCE, J. (ed.) *The Museum Studies in Material Culture*. Leicester: Leicester University Press, 1989.
- LE PLAY, Frederick. Replacement des Expositions Temporaires par des Expositions Permanentes, dite Musée généraux aux commerciaux; Avenir des Exposition: Organizations des Musée Commerciaux. In: *Rapport sur L'Exposition Universelle de 1867, a Paris*. Paris: Imprimerie Imperiale, 1867.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História político-administrativa da agricultura brasileira: 1808-1889*. Brasília: s.e., 1980.
- LOUREIRO, Carlos. O Museu Industrial e Comercial do Porto (1883-1899). In: SILVA, Armando C. F. da; SEMEDO, Alice (orgs.). *Coleções de física e tecnológicas dos museus universitários*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005.
- MACHADO, Humberto F. *Escravos, senhores e café: a crise da cafeicultura escravista do Vale do Paraíba fluminense, 1860-1888*. Niterói: Clube de Literatura; Cromos, 1993.
- MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *O Imperial Instituto Fluminense de Agricultura: elites, política e reforma agrícola no segundo reinado (1860-1897)*. 1995. Dissertação (Mestrado em História Social das Ideias), Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- MELO LEITÃO, Cândido de. *A biologia no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1937. (Coleção Brasileira).
- NABUCO, Joaquim. *Um estadista do império*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1899.
- NEPOMUCENO, Rosa. *O jardim de dom João: a aventura da aclimação das plantas asiáticas à beira da lagoa e o desenvolvimento do Jardim Botânico da Lagoa Rodrigo de Freitas, que vence dois séculos de umidade, enchentes, transformações da cidade, novos padrões científicos e mantém-se exuberante, com seus cientistas e suas árvores*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.
- NEVES, Margarida de Souza. *As vitrines do progresso: o Brasil nas exposições internacionais*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; CNPq; Finep, 1986.
- PONTES, Vinicius Liorde. *A Reforma Couto Ferraz e o estabelecimento de uma direção para a instrução primária e secundária no Império do Brasil*. 2008. Dissertação (Mestrado em História), PUC-Rio, Rio de Janeiro.
- POULOT, Dominique. Nação, museu, acervo. In: BITTENCOURT, José Neves et al. (org.). *História representada: o dilema dos museus*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003.
- WERNECK DA SILVA, José Luiz. *Isto é o que me parece: a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1827-1904) na formação social brasileira – a conjuntura de 1871 até 1877*. 1979. Dissertação (Mestrado em História do Brasil), Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói.
- WILEY, David (ed.). *The agricultural museum*. Georgetown: W. A. Rend Edit., 1811.

**ARQUIVOS PRIVADOS E INTERESSE PÚBLICO**  
**CAMINHOS DA PATRIMONIALIZAÇÃO DOCUMENTAL**  
PRIVATE ARCHIVES AND THE PUBLIC INTEREST  
WAYS OF PATRIMONIALIZATION DOCUMENTARY

**TALITA DOS SANTOS MOLINA** | Graduada pela FCL-Assis/UNESP e Mestre em História Social pela PUC-SP.

**RESUMO**

Este artigo faz uma análise de como instituições de preservação do patrimônio cultural tratam o patrimônio documental, particularmente os arquivos privados. Discutindo formulações e mudanças nas concepções e ações correntes destas instituições de preservação e salvaguarda do patrimônio cultural, buscou-se acompanhar trajetórias e ações em relação ao patrimônio documental nos processos de patrimonialização referentes aos arquivos privados apresentados ao IPHAN, CONDEPHAAT e Conarq.

*Palavras-chaves: patrimônio documental; Conarq; declaração de interesse público e social; patrimonialização de arquivos; arquivos privados.*

**ABSTRACT**

This article analyses how institutions of cultural heritage preservation treat the documentary heritage, particularly private fonds. Discussing changes in formulations and conceptions and the current actions of these institutions for the preservation and safeguarding of cultural heritage, the article seeks to identify trajectories and actions related to documentary heritage in patrimonialization processes of private fonds submitted to IPHAN, CONDEPHAAT and Conarq.

*Keywords: documentary heritage; Conarq; statement of public and social interest; patrimonialization; archives; private files.*

**RESUMEN**

Este artículo es un análisis de cómo las instituciones de preservación del patrimonio cultural tratan el patrimonio documental, en especial los archivos privados. Discute cambios en las formulaciones y concepciones y las acciones actuales de estas instituciones para la preservación y protección del patrimonio cultural, y trató de identificar trayectorias y acciones en relación al patrimonio documental en los procesos de patrimonialización de los archivos privados presentados al IPHAN, CONDEPHAAT y Conarq.

*Palabras clave: patrimonio documental; Conarq; declaración de interés público y social; patrimonialización; archivos privados.*

A reflexão sobre o patrimônio histórico e cultural no Brasil, e, mais especificamente, sobre os processos de patrimonialização de arquivos privados em instituições de preservação e salvaguarda de bens culturais, considerados como suportes da memória nacional, desde finais do século XX, tem adquirido espaço de análise e discussão na historiografia brasileira.

Nesse sentido, este artigo pretende discutir as ações relativas ao patrimônio documental nos processos de patrimonialização, relacionadas aos arquivos privados apresentados ao IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), ao CONDEPHAAT-SP (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo), em solicitações de tombamento, e ao Conarq (Conselho Nacional de Arquivos), em solicitações de “declaração de interesse público e social”.

Pretende-se refletir, primeiramente, sobre os conceitos e normas fundamentais e os instrumentos legais em que se articulam as ações sobre o patrimônio documental e os arquivos privados no país. Posteriormente, faremos uma breve análise dos processos de tombamento e de declaração de interesse público e social que tratam, respectivamente, das ações relativas aos arquivos pessoais e aos arquivos institucionais e de entidades sociais.

## **CAMINHOS, CONCEPÇÕES E DIRETRIZES DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL NO BRASIL**

A ideia de patrimonializar bens culturais que poderiam ser considerados de relevância para a identidade nacional ganhou relevância no decorrer do século XIX, principalmente na Europa Ocidental, articulada aos processos de organização e afirmação dos Estados nacionais modernos e ao processo de construção da ideia de nação. Como afirma Hobsbawm (2012), para que fosse possível legitimar instituições, status ou relações de autoridade, era preciso “inventar tradições” com as quais a “comunidade” se identificasse. Na construção de um ideário de uma sociedade una e harmônica, o estado-nação preocupou-se em legitimá-la por meio de símbolos, artefatos, monumentos, entre outros. Com isso, surgiram as políticas públicas de preservação e salvaguarda de bens culturais considerados *patrimônio histórico e cultural* pelos Estados nacionais.

Segundo a historiadora Célia Reis Camargo, o termo mais utilizado pelos estudiosos desta área é o de *patrimônio cultural* que também pode aparecer como sinônimo de *patrimônio histórico*. No entanto, segundo esta autora, podemos afirmar que estes dois termos, o *cultural* e *histórico*, de certa forma estão interligados devido à valoração dada aos conjuntos de bens – selecionados por valores históricos, artísticos e/ou culturais, registrados ou tombados pelas instituições de preservação e salvaguarda do patrimônio cultural. Para Célia Camargo (1999, p. 14), adotar a expressão *patrimônio histórico*, significa fazer menção ao vasto universo de:

bens de valor informativo permanente para o conhecimento da realidade social, passada ou presente, independentemente de outros valores que se lhes possa atribuir, incluindo o valor artístico. Significa referência aos bens, objetos, textos, edificações, obras

de arte, artefatos em geral, livros, sítios, enfim, todo e qualquer registro material que possa ser encarado como documento.

No caso do Brasil, a institucionalização de uma área de patrimônio nacional começa a ser efetivada com o decreto-lei n. 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, através da criação do Serviço de Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

A criação do SPHAN, como dimensão do projeto nacional então em desenvolvimento, anunciava uma “unidade nacional que era incompatível com as diferentes expressões culturais da nação. Nacionalizar nos anos 30 e 40 significou impor a unidade, impedindo qualquer feição plural da nação, que deveria sintetizar-se numa única brasilidade” (Chuva, 1998 apud Sena, 2011, p. 7).

A historiadora Déa Fenelon indica que aquele momento histórico e suas intenções marcam de forma profunda as concepções de patrimônio até hoje vigentes nas políticas culturais do país. Assinala também que, a partir da criação do SPHAN, uma das características das ações de patrimonialização é a predominância do patrimônio edificado – igrejas, capelas, quartéis, fortes, cadeias, palácios, casas da câmara, casarões –, como símbolos do passado da nação, e é “precisamente este caráter institucional da experiência brasileira no que diz respeito ao patrimônio histórico que julgamos importante colocar em discussão” (Fenelon, 1992, p. 29-33). Fenelon afirma ainda que as políticas públicas relativas ao patrimônio cultural e histórico não devem ficar restritas às técnicas e critérios de identificação e preservação e seus conceitos operacionais, pois

é preciso politizar o tema, reconhecendo as condições históricas em que se forjaram muito das suas premissas [...]. Com isso, esperamos retomar um sentido de patrimônio histórico que nos permita entendê-lo como prática social e cultural de diversos e múltiplos agentes. No social, esta luta se concretiza entre diferentes sujeitos históricos, assumindo formas diversas e resultando em diferentes memórias. [...]. Pensada como uma diretriz geral, a cidadania cultural envolve também as questões pertinentes à preservação e registro da memória (Fenelon, 1992, p. 31).

Ainda segundo esta autora, o predomínio desse tipo de patrimônio com a marca das elites acabou colocando no esquecimento a memória de grupos populares e destacando a representação de elementos da cultura erudita.

Como é de conhecimento de muitos intelectuais e profissionais da área, no início esse tipo de política acabou por privilegiar monumentos e bens arquitetônicos como patrimônio nacional, porém, atualmente, a política ampliou o conceito de patrimônio cultural e, aos poucos, vem atingindo também os bens que chamamos de patrimônio imaterial, documental, ambiental, genético, entre outros. Assim, constata-se que só em períodos mais recentes os processos de patrimonialização de arquivos privados classificados como patrimônio nacional passam a pertencer a uma comunidade imaginada (Anderson, 2008), que seria a nação.

Neste percurso, o patrimônio documental sempre esteve marginal. Como indica Camargo (1999, p. 15), ao longo dos séculos XIX e XX, no Brasil, o patrimônio documental<sup>1</sup> propriamente dito, que inclui arquivos de documentos e publicações (manuscritos ou não),

foi marginalizado pelas políticas públicas de proteção patrimonial, e desde o início, com a criação do SPHAN, os acervos documentais sob a guarda das instituições foram marginalizados pela política então elaborada, reforçando uma tendência de abandono que vinha gradativamente se consolidando desde o início da fase republicana.

Em texto recente, Heloísa Bellotto (2010) discute a questão da marginalização do patrimônio documental nas instituições culturais, e propõe que “os conjuntos documentais reunidos nos arquivos permanentes, também chamados históricos, vêm a constituir o patrimônio documental institucional, municipal, estadual ou nacional. [...]. Assim, estes arquivos passam a ter outra função, nas áreas cultural, social e educativa”, também defendendo a proposta de que os arquivos devem cumprir uma ampla função cultural e social. Bellotto indica que a ideia do documento como um patrimônio cultural é recente e pouco trabalhada no meio arquivístico, já que se buscava colocar ênfase na gestão e no processo informativo.

Para aqueles administradores, a documentação do arquivo lá se acha organizada para fins de informação administrativa, jurídica, quando muito histórica, mas nunca para aprimoramento cívico, cultural, e muito menos para entretenimento ou lazer do cidadão. O arquivo deveria servir para a satisfação de suas necessidades civis: comprovação de direitos, consulta a atos legislativos etc., enfim, uma serventia mais jurídica e administrativa que qualquer outra coisa (Bellotto, 2010, p. 80).<sup>2</sup>

No entanto, mesmo sabendo que as ações relativas ao patrimônio são recentes, na Constituição de 1988 o patrimônio histórico nacional ganha um tratamento detalhado “alcançando praticamente todas as modalidades do patrimônio histórico, [...] não só para o poder público federal como para os estados e municípios, expressando desta forma a ampliação do que até então se concebia como ator fundamental da política de proteção” (Camargo, 1999, p. 131). Assim, é no artigo 216 da Constituição Federal que o patrimônio documental aparece de modo efetivo:

---

1 Devemos acrescentar que no *Dicionário de terminologia arquivística* não consta este termo “patrimônio documental” e sim, “patrimônio arquivístico”, com o seguinte significado: “Conjunto dos arquivos de valor permanente, públicos ou privados, existentes no âmbito de uma nação, de um estado ou de um município” (Arquivo Nacional, 2005, p. 130).

2 Podemos acrescentar a essa discussão outro tipo de função que também não é muito discutida pelos profissionais dessa área: a ação educativa. Segundo Bellotto, “os serviços culturais e educativos nos arquivos expandem-se, na direção do acesso do cidadão ao universo de informações de cunho cultural, social, e mesmo de lazer que o arquivo lhe pode oferecer, ademais de ser o ‘guardião’ dos seus direitos e deveres cívicos” (Bellotto, 2010, p. 81).

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, *documentos* (grifo nosso), edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Camargo, 1999, p. 135).

Mesmo que o termo *documento* esteja citado na Constituição Federal, este bem cultural só ganhará maior atenção como patrimônio documental com a aprovação de uma lei no ano de 1991. Conhecida como Lei de Arquivos, a lei n. 8.159 prevê, em seu artigo 1º, como “dever do poder público, a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação” (Conarq, 2013, p. 18). Quando esta lei prevê a “proteção especial a documentos de arquivos”, ela se refere, principalmente, aos arquivos públicos e privados de nosso país.

Os arquivos públicos são, de acordo com o *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*, “arquivos de entidade coletiva pública, independentemente de seu âmbito de ação e do sistema de governo do país” (Arquivo Nacional, 2005, p. 35), ou seja, são conjuntos de documentos produzidos por autarquias federais, estaduais ou municipais, sendo obrigatória a organização e preservação desses arquivos.

No mesmo *Dicionário...*, arquivos privados significa: “arquivo de entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa. Também chamado arquivo particular” (Arquivo Nacional, 2005, p. 35). Na Lei de Arquivos, capítulo III, artigo 11, “consideram-se arquivos privados os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência das suas atividades” (Conarq, 2013, p. 18).

Do mesmo modo, na área acadêmica o interesse por arquivos privados e por sua preservação e patrimonialização parece caminhar juntamente com a própria renovação da historiografia e o crescente interesse dos historiadores pelos documentos privados e/ou pessoais. Como indica Ângela de Castro Gomes, com a renovação historiográfica iniciada nas primeiras décadas do século XX, por exemplo, a *Escola dos Annales* na França e os *Estudos Culturais* na Inglaterra,<sup>3</sup> ampliou-se o conceito de fontes históricas, surgindo estudos baseados não só em documentos públicos, como também em documentos privados – diários íntimos, correspondências pessoais, arquivos pessoais, entre outros.

Nesse sentido, pretendemos mostrar que, nas décadas finais do século XX, cresce a preocupação dos intelectuais com os documentos. Essa atitude gerou discussões e embates

---

3 Com esses grupos de estudos “ampliou as perspectivas da pesquisa histórica, introduzindo novas abordagens, temporalidades e sujeitos” (Miranda, 2011, p. 4).

políticos que somados às lutas de movimentos civis e profissionais da área, conquistam a promulgação de uma lei que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados – a lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991.

Importante ressaltar que antes da promulgação dessa lei, ainda na década de 1980, embora, como apontam os estudos, afirmem a pouca importância atribuída ao patrimônio documental no interior do IPHAN, é este órgão que desenvolve uma das primeiras iniciativas, em décadas, voltadas para preservação e valorização de acervos privados de relevância histórica e cultural. Aqui, se destaca a criação, em janeiro de 1984, do Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica – Pró-Documento, pela Fundação Nacional Pró-Memória, que procurou identificar e avaliar acervos privados de interesse histórico para proteger e garantir a sobrevivência de acervos de excepcional valor. Apesar deste programa não estar ativo atualmente, o objetivo dele era tratar da preservação dos arquivos privados considerados de excepcional valor, promovendo cursos de curta duração sobre arquivos, palestras, guias preliminares de arquivos privados ou até mesmo tratando e organizando arquivos que estivessem deteriorados pelo tempo.

Dessa forma, como indica Ângela de Castro Gomes, no Brasil, nesse mesmo período, ocorre um *boom* dos arquivos privados compondo um campo novo de materiais de pesquisa para o vasto universo das ciências humanas. Prova disso é a criação de Centros de Memória ligados a universidades ou a movimentos/organizações sociais. As motivações iniciais dos centros eram recolher, preservar, organizar e tornar acessíveis documentos acumulados em arquivos pessoais/privados, cuja promoção à categoria de fontes históricas de grande teor informativo está associada às mudanças que vinham ocorrendo nos domínios da historiografia: por um lado, o desenvolvimento de uma história cultural que postulava “a dignidade teórica do individual e a fecundidade metodológica do qualitativo; por outro, a valorização de uma nova escala de observação social, associada à micro-história” (Gomes, 1998, p. 121-127).

A historiadora Célia Camargo afirma que os centros de documentação foram de extrema importância para a preservação do patrimônio histórico e cultural do Brasil, no caso, o patrimônio documental. Em seu estudo, Camargo (2003, p. 21-44) indica o pioneirismo do CPDOC neste campo sem deixar de discutir a criação e a natureza da documentação existente nos demais centros de documentação como uma contribuição para a preservação arquivística. Em resumo, como afirma Knauss, a criação destes centros deve-se há dois movimentos. Primeiro, há um movimento oficial que reconheceu a contribuição que a universidade pôde dar à proteção do patrimônio documental e, posteriormente, o movimento que procurou proteger o que as forças oficiais da época não admitiam – como, por exemplo, o arquivo do AEL-Unicamp, em 1974, e o Arquivo Ana Lagôa, localizado na Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), em 1996 (Knauss, 2009, p. 13).

É este movimento de valorização da documentação particular e privada para a pesquisa histórica e para a memória nacional, regional e local que impulsiona o desenvolvimento de políticas e de instrumentos legais de patrimonialização dos arquivos privados.

## INSTRUMENTOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO DOS ARQUIVOS PRIVADOS: O TOMBAMENTO E A DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO

Os instrumentos legais de patrimonialização dos bens culturais, reconhecidos nacionalmente como parte integrante de nossa memória nacional são: o tombamento – IPHAN, e a “declaração de interesse público e social” – Conarq. No entanto, devemos deixar claro que o tombamento é um instrumento jurídico pelo qual o poder público determina que os bens culturais sejam objeto de proteção, estabelecendo, inclusive, de que forma se dará essa proteção. Hoje, os artigos 215 e 216 da Constituição dispõem que a proteção dos bens culturais é uma prerrogativa e um dever do poder público. O decreto-lei n. 25/1937, que continua em vigor, normatizou, na esfera federal, a atividade de preservação e permanece um dos instrumentos legais básicos dos órgãos do IPHAN.

Assim, é nos quatro *Livros do Tombo* do IPHAN que se registram os tombamentos, de acordo com a natureza do *bem cultural* tombado. São eles: 1) Livro arqueológico, etnográfico e paisagístico; 2) Livro histórico; 3) Livro das belas-artes; e 4) Livros das artes aplicadas. Os bens inscritos nestes livros variam de acordo com as definições elaboradas pelos órgãos preservacionistas. Desse modo, as ações voltadas à identificação, documentação, restauração, conservação, preservação, fiscalização e difusão estão calcadas em legislações específicas sobre cada um dos temas pertinentes ao seu universo de atuação. Os bens inscritos são classificados em: 1) bens imóveis: núcleos urbanos; sítios arqueológicos e paisagísticos; bens individuais; 2) bens móveis: coleções arqueológicas; acervos museológicos; *documentais*; *arquivísticos*; bibliográficos; videográficos; fotográficos; cinematográficos.<sup>4</sup>

No que se refere ao estado de São Paulo, a instituição de um órgão de defesa do patrimônio cultural deve-se a embates políticos entre a elite paulista e o governo federal. Nesse caso, a criação do órgão – tendo como objetivo preservar e proteger o patrimônio histórico e cultural do estado – começou a ser pensada e elaborada durante a primeira metade do século XX e foi efetivada no ano de 1969,<sup>5</sup> pois os intelectuais da época defendiam que a história de São Paulo estaria imbricada na história do Brasil. O artigo 261 da Constituição estadual afirma que o “poder público pesquisará, identificará, protegerá e valorizará o patrimônio cultural paulista, através do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado – CONDEPHAAT, na forma que a lei estabelecer”;<sup>6</sup> utilizando como instrumento jurídico de preservação do patrimônio cultural estadual o tombamento – do mesmo modo que o IPHAN.

Importante refletir, então, que a “declaração de interesse público e social” atinge somente o patrimônio arquivístico, pois não há pedido de “declaração de interesse público

---

4 Informações retiradas do site: <[www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br)>. Acesso em: 2 mar. 2013.

5 Com a criação do CONDEPHAAT, através da lei n. 10.247, de 22 de outubro de 1968.

6 Mais informações sobre o CONDEPHAAT ver: <[www.cultura.sp.gov.br](http://www.cultura.sp.gov.br)>. Ver também: Rodrigues (2000).

e social” para acervos museológicos ou artefatos, por exemplo. Assim, este instrumento é utilizado pelo Conarq, tendo sido criado pela lei n. 8.159/91. Portanto, os pedidos são enviados ao Conarq, e podem resultar, ou não, na patrimonialização de arquivos privados. Esta lei significou um avanço em relação à questão da preservação e acesso dos arquivos privados em nosso país, visto que qualquer cidadão brasileiro pode fazer o pedido de parecer ao Conarq, pois, a partir do decreto n. 7.724, de 16 de maio de 2012, cap. IV, seção II e III (Conarq, março de 2013, p. 62), é assegurado o princípio de acesso do cidadão à informação governamental e prevê-se a identificação de arquivos privados como de interesse público e social “desde que sejam considerados como conjunto de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional” (art. 12 da lei n. 8.159).

De acordo com a legislação arquivística, as normas para que os arquivos privados, pessoais ou institucionais possam ser declarados de interesse público e social são determinadas via Presidência da República, por meio de decreto. A declaração deve-se ao fato dos arquivos privados, em razão de seu conteúdo e/ou procedência de seus documentos, registrarem marcos ou dimensões significativas da história social, econômica, técnica ou cultural do país.

Os arquivistas defendem a adequação deste novo instrumento devido, principalmente, às dificuldades colocadas para se tomar os documentos de arquivos, já que o ato pode ocasionar o desmembramento de conjuntos documentais, impondo perdas substanciais às conexões que lhe conferem sentido. Assim, quando declaramos um conjunto documental de interesse público e social, estamos conferindo legitimação ao acervo selecionado – conjunto, e não somente a unidade, a peça –, diferentemente do tombamento (Gonçalves, 2002, p. 35).

Assim como na esfera federal existem instituições responsáveis por administrar, preservar e divulgar o patrimônio documental, na esfera mundial foi criado o *Programa Memória do Mundo*, em 1992, com a missão, segundo a Unesco, de aumentar a consciência e a proteção do patrimônio documental mundial e conseguir sua acessibilidade universal e permanente. É por meio do instrumento *Registro Memória do Mundo da Unesco* que os arquivos são colocados como de importância mundial para a humanidade, como, por exemplo, o Fundo Francisco Bhering – A Carta do Brasil ao Milionésimo, do Arquivo Nacional, em 2012.

Dessa forma, refletir sobre os instrumentos de patrimonialização dos arquivos privados mostra que há muitas questões controversas entre os profissionais e os intelectuais que estudam ou trabalham com este tema. Por um lado, profissionais que trabalham na área dos arquivos questionam a adequação do instituto do tombamento quando se trata de conjuntos arquivísticos. Por outro, os profissionais que trabalham na área do patrimônio cultural argumentam que as políticas públicas, seja o tombamento ou a declaração de interesse público, soam insuficientes para a preservação da grande maioria dos acervos privados, indicando a necessidade de políticas com maior efetividade e em parceria com a sociedade civil.

## UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE A PATRIMONIALIZAÇÃO DOS ARQUIVOS PRIVADOS: OS ARQUIVOS PESSOAIS, INSTITUCIONAIS E DE ENTIDADES SOCIAIS

Na esfera federal, no caso do IPHAN, por meio do relatório: *Bens móveis e imóveis inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional 1938-2009*,<sup>7</sup> havia um total de 1.047 bens inscritos nos Livros de Tombo. Destes, a maior parte é constituída por bens imóveis como conjuntos arquitetônicos, igrejas, edifícios e casas. Destes 1.047 bens inscritos, somente os seguintes três processos de tombamento dizem respeito explicitamente a arquivos privados: o acervo documental da Igreja Vizinha da Ordem Primeira do Carmo/Santos-SP (1964), a Coleção Mário de Andrade do acervo IEB-USP (1996) e a documentação do Quilombo Ambrósio em Ibiá (MG) (2002).

De acordo com as informações colocadas no site do CONDEPHAAT, o número de bens tombados por esta instituição perfaz um total de 385 e configura um conjunto de representações da história e da cultura do estado de São Paulo entre os séculos XVI e XX, composto de bens móveis e imóveis, como edificações, monumentos, bairros, núcleos históricos e áreas naturais. Destes 385, somente três são específicos ao patrimônio documental: o Acervo Arquivístico da Hospedaria dos Imigrantes (1982), a Biblioteca e Arquivo Histórico Wanda Svevo (1993) e a Coleção Mário de Andrade do acervo IEB-USP (2008).<sup>8</sup>

No que se refere aos processos de patrimonialização dos arquivos privados realizados pelo Conarq, eles foram os seguintes dezessete:<sup>9</sup> 1) os arquivos aprovados como de interesse público e social: Alexandre Barbosa de Lima Sobrinho (2004); Companhia Antártica Paulista, Companhia de Cervejaria Brahma, Associação Brasileira de Educação e Gláuber Rocha (2006); Atlântida Cinematográfica Ltda. (2007); Berta Gleizer Ribeiro, Darcy Ribeiro e Oscar Niemeyer (2009); Abdias Nascimento (2010); César Lattes (2011), Paulo Freire, o Arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu e o arquivo pessoal de Augusto Ruschi (2012); 2) os arquivos reprovados foram: Arquivo Hugo Daros/RS, o arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) e o arquivo da Fundação Mário Covas, todos analisados no ano de 2008.

Os estudos desses processos possibilitaram dialogar com as concepções e práticas de preservação correntes das instituições analisadas. O contato com esses processos demonstrou ainda o quanto são complexas as solicitações feitas, em sua maioria, por entidades civis em busca de um "lugar" na memória nacional.

No que se refere aos processos estudados por órgãos de preservação, como o IPHAN e o CONDEPHAAT, a quantidade reduzida de processos e seu espaçamento no tempo indicam que as ações destes órgãos quanto ao patrimônio documental eram residuais. E, sem dúvida,

---

7 Esta publicação está disponível em: <[www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br)>. Publicação revista e atualizada no ano de 2009 com o apoio do Ministério da Cultura e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

8 Informações disponíveis em: <[www.condephaat.sp.gov.br/](http://www.condephaat.sp.gov.br/)>. Acesso em: maio 2013.

9 Conselho Nacional de Arquivos (Conarq). Processos de "Declaração de interesse público e social", analisados com autorização dos funcionários do Conarq.

a identificação de um número tão pequeno de processos relativos a acervos arquivísticos propõe questões sobre o lugar destes bens no interior das políticas de preservação do patrimônio nacional. O número de arquivos tombados é ínfimo, mesmo se considerarmos os avanços da questão na legislação, nas últimas décadas.

Quanto aos arquivos pessoais analisados pelo IPHAN, CONDEPHAAT e Conarq percebe-se que o empenho no tombamento e na declaração de interesse público e social deve-se, principalmente, ao reconhecimento cultural, científico e acadêmico a nível nacional destes acervos. Importante destacar que todos os arquivos pessoais nominados eram de personalidades que já tinham, em maior ou menor grau, alcançado reconhecimento e prestígio público em suas áreas de atuação. Em sua grande maioria, os acervos nominados pertenciam a instituições ligadas a universidades ou fundações privadas. As solicitações, como aponta Luciana Heymann, sugerem como intenção central conferir ao arquivo o reconhecimento e o destaque que a nomeação confere, visando à obtenção de possíveis apoios e financiamentos em editais ou projetos culturais que possibilitem ações de organização, preservação e disponibilização pública destes acervos.

No que se refere à criação do Conarq, podemos afirmar que, embora seja recente o instituto da “Declaração de interesse público e social” para os arquivos privados, mesmo num ritmo lento, este tipo de documentação vem encontrando caminho e lugar de patrimonialização.

Em linhas gerais, os arquivos analisados pelo Conarq, como os acervos de Alexandre Barbosa de Lima Sobrinho, Berta Gleizer Ribeiro, Darcy Ribeiro, César Lattes e Paulo Freire, são conjuntos documentais que estão ligados à universidade, seja através de um centro de documentação, ou de um centro de educação e cidadania. Em todos esses casos, a solicitação é feita pelo presidente ou coordenador da instituição em que o arquivo está inserido. Já o acervo de Gláuber Rocha está ligado ao mundo do cinema sendo administrado pelo então Instituto Tempo Gláuber, tendo como presidente e solicitante do processo Lúcia Rocha, mãe de Glauber. O arquivo de Abdias Nascimento, ex-deputado federal e combatente do racismo, encontra-se sob a guarda do Instituto de Pesquisas e Estudos Afro Brasileiros (IPEAFRO), e a solicitação foi feita pelo presidente desta instituição. Este órgão tem como objetivo promover oficinas, organizar encontros, palestras e cursos para mostrar à população brasileira a contribuição do negro em nossa cultura e, ao mesmo tempo, combater o racismo que ainda persiste em nossa sociedade.

Todos os processos analisados foram solicitados pelos agentes custodiadores do acervo, desse modo podemos afirmar que o Conarq atua como órgão normativo da área, visando orientar e apoiar instituições e/ou universidades públicas e/ou privadas a organizar e proteger seus acervos arquivísticos, incentivando o acesso público aos mesmos. Dentre as condições iniciais que se firmaram nos procedimentos do Conarq, para análise inicial das solicitações e mesmo para aprovação da nomeação, estão as questões da integridade e organização dos acervos e, sobretudo, da garantia do acesso público aos documentos.

Outra questão a ser levantada é a pouca difusão deste instrumento, em que pese os 22 anos de existência da Lei de Arquivos e, conseqüentemente, do Conarq, pelos próprios profissionais da área, em razão de somente 17 processos terem tido solicitação até o momento.

No que se refere aos processos do IPHAN e do CONDEPHAAT, estes revelam que o uso do instituto do tombamento em relação ao patrimônio documental e a marginalização dos acervos documentais dentro da política de preservação de patrimônio, tanto em nível federal como estadual, demonstram o desconforto dos profissionais que trabalham nesta área em aplicar esse instrumento aos acervos documentais, seja pela falta de conhecimento, seja pela crítica dos arquivistas em relação a este instrumento.

No caso do arquivo pessoal tombado pelo IPHAN, a preservação do Arquivo Mário de Andrade aconteceu por consequência da legislação estadual, que estabelece como obrigatoriedade que bens já tombados pelo IPHAN sejam automaticamente tombados pelo órgão de preservação estadual. Do mesmo modo, os acervos pessoais nominados representam uma parte muito pequena dos arquivos pessoais que se encontram reunidos em diferentes instituições – em condições de preservação, às vezes boas e, em outras, nem tanto – e deveriam ser reconhecidos e patrimonializados indicando a necessidade de políticas mais ousadas em relação aos mesmos. Devemos pensar, também, que esta questão diz respeito, em parte, ao fato de que existe pouca divulgação dos procedimentos do Conarq, e ainda ao fato de que o conselho atua como um órgão passivo que espera e reage a solicitações.

Além dessas reflexões, devemos apontar que devido ao caráter recente das normas, da legislação e dos critérios relativos ao patrimônio documental, os processos parecem revelar um caminho de aprendizado, mas pouco sistemático e interrompido quanto ao patrimônio documental, por parte dos órgãos responsáveis por essas ações.

Importante refletir aqui que os processos de “Declaração de interesse público e social” do acervo da Companhia de Cervejaria Brahma e Antártica e do conjunto documental do arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu são exemplos de aproximação entre o IPHAN e o Conarq. Em ambos, os solicitantes fizeram o pedido primeiramente ao IPHAN, para que esses acervos fossem tombados, e, com a negativa desta instituição, acabaram por recorrer ao Conarq, ou seja, nesses processos a solicitação dirige-se, em um primeiro momento, ao IPHAN, indicando um maior reconhecimento do órgão como espaço nacional de preservação e patrimonialização. Nestes processos é o próprio IPHAN que indica o Conarq como espaço para efetivar a patrimonialização. Destaque-se, também, o longo caminho percorrido pela solicitação no caso da Companhia da Cervejaria Brahma e Antártica, em que o processo foi aberto em 2003 e só aprovado em 2006. Quanto ao processo da Cúria de Nova Iguaçu, em que o pedido foi feito devido a uma reportagem em 2005 descrevendo a situação deste arquivo, este só foi aprovado em 2011, ou seja, da reportagem até a aprovação passaram-se seis anos.

Assim, na análise de todos os processos “declarados (ou não) de interesse público e social”, principalmente no que se refere ao processo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu, podemos afirmar que a trajetória do IPHAN em relação ao patrimônio documental se revelou pouco familiar, pela ausência de diretivas na área do patrimônio documental que deveriam ser apontadas por este órgão. No processo da Cúria Diocesana, esta questão fica explícita quando as técnicas do órgão apontam, de forma muito clara no relatório, o qual revela a negativa quanto ao tombamento, que não possuem experiência com esse tipo de acervo, passando, portanto, a responsabilidade do cuidado deste arquivo para o Conarq.

Do mesmo modo, ao constatarmos que o número de arquivos analisados pelo IPHAN, CONDEPHAAT e Conarq é ínfimo perto da quantidade de arquivos institucionais e pessoais existentes em nosso país, podemos concluir que as ações de patrimonialização relativas aos arquivos privados continuam, mesmo com a atuação do Conarq, residuais. No que se refere às solicitações ao IPHAN e CONDEPHAAT, percebemos que os processos de patrimonialização dos arquivos privados são esparsos, esporádicos e ocorrem por razões políticas localizadas. E, quando ocorrem, é quase que por acidente, como, por exemplo, nos casos dos processos de tombamento de bens edificados que, por um acaso, acabam por descobrir a existência de arquivos em risco de perda ou possível dispersão dentro dos prédios – caso da Igreja Vizinha da Ordem Primeira do Carmo/Santos (SP), tombada pelo IPHAN. Quanto às solicitações do Conarq, mesmo se considerarmos que sua atuação é relativamente recente e que só em 2004 ocorreu a tramitação do primeiro pedido de “Declaração de interesse público e social” no órgão, identifica-se certa morosidade na divulgação e implementação do instrumento.

A partir da análise dos processos de patrimonialização, foi possível perceber que a tendência é que o Conarq, por meio da “Declaração de interesse público e social”, assuma totalmente as ações relativas à patrimonialização de arquivos privados. Nos procedimentos do Conarq, os questionamentos formulados pelos arquivistas, como a avaliação de que o tombamento é inapropriado, pois “engessa” os arquivos, têm tido soluções. Ao acompanhar os processos, identificamos o progressivo estabelecimento de critérios, tais como: a possibilidade de acréscimos ao acervo permanente já identificado e avaliado; a patrimonialização conjunta de acervos que em sua trajetória de preservação sejam custodiados por diferentes entidades; a garantia de acesso e disponibilização pública. Assim, ao longo deste estudo, notamos que o trabalho do Conarq, embora recente e ainda pouco divulgado, parece estabelecer um caminho e um patamar para o encaminhamento da questão da patrimonialização de arquivos privados de forma mais promissora. Tudo indica que em relação à patrimonialização documental, o Conarq assuma papel quase que exclusivo.

A análise dos processos de “Declaração de interesse público e social” indicam que os solicitantes são, em sua maioria, entidades já estruturadas e que têm como principal razão de solicitação a busca de financiamento de projetos para trabalhar com a organização, conservação e digitalização do acervo, potencializado pela valorização que os registros de tombamento ou de declaração de interesse público e social conferem aos arquivos. Do mesmo modo, os processos de patrimonialização indicam uma reivindicação da sociedade pelo seu espaço na “memória nacional”, através dos arquivos pessoais e/ou institucionais, tombados ou declarados de interesse público e social por estas instituições. Embora tímida, a localização em meio aos processos, seja de notícias da imprensa, seja de abaixo-assinados ou de ações de órgãos como o Ministério Público, relativos a diferentes arquivos privados, indica uma maior difusão da questão dos arquivos quando se discute a memória nacional ou regional.

Entretanto, mesmo com todos esses desafios e problemáticas, durante o percurso deste trabalho foi possível perceber alguns avanços com relação ao patrimônio documental como, por exemplo, a já citada promulgação da lei n. 8.159/91, responsável pela política nacional

de arquivos públicos e privados. Outro avanço foi a criação do Programa Memória do Mundo pela Unesco, em 1992, e, como instrumento deste programa, o Registro Memória do Mundo, em 1995, que tem como uma de suas finalidades reconhecer o patrimônio documental de significância internacional, regional e nacional.

Para finalizar e localizar os desafios da área que o estudo aponta, vale lembrar algumas das indicações vindas da área da arquivologia colocadas nas propostas finais da I Conferência Nacional de Arquivos – I CNARQ. Considerando a necessidade de uma administração adequada de conjuntos documentais que são fundamentais para a sociedade, para a história e para a consolidação da cidadania no Brasil, na moção final do I CNARQ é recomendado que fizessem “uma análise qualificada dos acervos documentais, considerando-se como critério principal seu valor enquanto patrimônio cultural e não em função do volume do acervo e dos custos de sua manutenção”.<sup>10</sup>

Assim, podemos afirmar que as reivindicações estabelecidas pelo I CNARQ complementam e avançam na proposição de medidas concretas às propostas formuladas, em 1992, no Congresso Internacional Patrimônio Histórico e Cidadania, promovido pelo Departamento do Patrimônio Histórico, da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo. Lá, as propostas centrais diziam respeito à necessidade de promover políticas que atendessem às reivindicações emergentes de “vozes silenciadas” pelo seu “direito à memória” no espaço público, como, por exemplo, a história de índios e negros no Brasil. Os processos de patrimonialização, pelo Conarq, dos arquivos pessoais de Darcy Ribeiro e Berta Gleizer Ribeiro, relativos aos índios, e de Abdias Nascimento, relacionado à luta contra a desigualdade racial e pela valorização dos negros, indicam esse avanço.

Por tudo isso, podemos assegurar, de acordo com os organizadores do livro *Polifonia do patrimônio*, que estudar o tema patrimônio significa transcender a condição deste como tema ou objeto, transformando-se em uma constelação conceitual que abrange uma variedade de problemas relevantes (Paula; Mendonça; Romanello, 2012, p. 47-80).

Ao final, pretende-se que tenhamos colaborado com novas discussões e reflexões em torno da temática do patrimônio cultural brasileiro – patrimônio documental. Esperamos que as análises desses processos de patrimonialização dos arquivos privados, indicados como patrimônio nacional, possam revelar facetas das atuações destas instituições até então pouco cultivadas pela literatura do patrimônio. Os estudos desses processos podem apontar caminhos e sujeitos históricos até então não explorados pela “memória oficial”, contado pelo IPHAN, CONDEPHAAT e trabalhos acadêmicos.

---

<sup>10</sup> Informações disponíveis no site: <[http://www.cnarq.gov.br/media/DOCFINAL\\_17-12-2011.pdf](http://www.cnarq.gov.br/media/DOCFINAL_17-12-2011.pdf)>. Propostas e moções aprovadas na plenária final, p. 8. Acesso em: 2 mar. 2013.

## Referências bibliográficas

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- BELLOTTO, Heloisa L. A função social dos arquivos e o patrimônio documental. In: PINHEIRO, Áurea da Paz; PELEGRINI, Sandra C. A. (orgs.). *Tempo, memória e patrimônio cultural*. Teresina: EDUFPI, 2010.
- CAMARGO, Célia Reis. *A margem do patrimônio cultural: estudo sobre a rede institucional de preservação do patrimônio histórico no Brasil (1838-1980)*. 1999. Tese (Doutorado em História), UNESP, Assis, 1999.
- \_\_\_\_\_. Centros de documentação e pesquisa histórica: uma trajetória de três décadas. In: CPDOC. *CPDOC 30 anos*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2003.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Conarq). *Legislação arquivística brasileira*. Rio de Janeiro, mar. 2013. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>.
- FENELON, Déa R. Políticas culturais e patrimônio histórico. In: *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura de São Paulo; Departamento do Patrimônio Histórico, 1992, p. 29-33.
- GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, v. 11, n. 21, p. 121-127, 1998.
- GONÇALVES, Janice. Os arquivos no Brasil e sua proteção jurídico-legal. *Registro* (Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba), Indaiatuba (SP), ano I, n. 1, jul. 2002.
- HEYMANN, Luciana. *De "arquivo pessoal" a "patrimônio nacional": reflexões acerca da produção de "legados"*. Trabalho apresentado no I Seminário PRONEX Direitos e Cidadania apresentado no CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 2-4 ago. 2005.
- \_\_\_\_\_. Estratégias de legitimação e institucionalização de patrimônios históricos e culturais: o lugar dos documentos. In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, VIII., 2009, Buenos Aires. GT 33 – Processos de patrimonialização da cultura no mundo contemporâneo.
- HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.) *A invenção das tradições*. Tradução: Celina Jardim Calvacante. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.
- KNAUSS, Paulo. Usos do passado, arquivos e universidade. *Cadernos de Pesquisa CDHIS*, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), n. 40, ano 22, p. 9-16, 1º sem. 2009.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2003.
- MIRANDA, Márcia Eckert. Historiadores, arquivistas e arquivos. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXVI., jul. 2011, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ANPUH.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, PUC-SP, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.
- PAULA, Zueleide Casagrande de; MENDONÇA, Lúcia Glicério; ROMANELLO, Jorge Luis (orgs.) *Polifonia do patrimônio*. Londrina: EDUEL, 2012.
- PINHEIRO, Áurea da Paz; PELEGRINI, Sandra C. A. (orgs.). *Tempo, memória e patrimônio cultural*. Teresina: EDUFPI, 2010.

PROCHASSON, Cristophe. Atenção: Verdade! Arquivos privados e renovação das práticas historiográficas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, v. 11, n. 21, 1998.

RODRIGUES, Marly. *Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo, 1969-1987*. São Paulo: Ed. UNESP; Imprensa Oficial; CONDEPHAAT, 2000.

SENA, Tatiana da Costa. *Relíquias da nação: a proteção de coleções e acervos no patrimônio (1937-1979)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais), CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, 2011.

---

Recebido em 15/7/2013

Aprovado em 20/8/2013

**EM BUSCA DE UMA CULTURA CIENTÍFICA**  
**BREVE PANORAMA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA ARQUIVÍSTICA DOCENTE**  
**NOS CURSOS DE ARQUIVOLOGIA, 2008-2012**  
**IN SEARCH OF A SCIENTIFIC CULTURE**  
**A BRIEF OVERVIEW OF THE SCIENTIFIC PRODUCTION OF THE PROFESSORS**  
**OF ARCHIVAL SCIENCE COURSES, 2008-2012**

**LEANDRO COELHO AGUIAR** | Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Arquivista pela Universidade Federal Fluminense e historiador pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

**RESUMO**

Inúmeros são os autores que, debruçando-se sobre a produção de conhecimento em arquivologia, indicam o crescimento da área. Todavia, o estudo da produção de conhecimento dos docentes dos três mais antigos cursos de arquivologia no Brasil – UNIRIO, UFSM e UFF –, através do currículo Lattes, sugere um crescimento moderado, assim como uma concentração dessa produção nas mãos de um grupo restrito.

*Palavras-chave: arquivologia; produção científica; conhecimento arquivístico; cursos de arquivologia.*

**ABSTRACT**

Several authors analyzing the production of knowledge on Archival Science, indicate the growth of the area. However, the study of the production of the professors of the three oldest courses of Archival Science in Brazil – UNIRIO, UFSM and UFF – using the curricula Lattes, suggests a moderate growth, as well as a concentration of this production in the hands of a small group.

*Keywords: archival science; scientific production; archival knowledge; archival science courses.*

**RESUMEN**

Muchos son los autores que, inclinándose sobre la producción del conocimiento en Archivología, indican que hay un crecimiento en la área. Entretanto, el estudio de la producción de los profesores de los tres primeros cursos de Archivo en Brasil – UNIRIO, UFSM y UFF –, vía currículos Lattes, sugiere un crecimiento moderado, así como una concentración de la producción en manos de un pequeño grupo.

*Palabras clave: archivología; producción científica; conocimiento archivístico; cursos de archivología.*

## INTRODUÇÃO

José Maria Jardim (1998), em artigo sobre o estudo da arquivologia no Brasil, chegou à conclusão de que falta o status de disciplina científica à área, cabendo aos docentes/pesquisadores universitários buscarem a construção de uma cultura científica. Esta conclusão, além de ainda permanecer atual, circunda direta e indiretamente o objetivo principal deste trabalho: observar o panorama existente da produção científica arquivística docente, utilizando para isso o corpo docente dos três mais antigos cursos de arquivologia do país: da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e da Universidade Federal Fluminense (UFF), entre 2008 e 2012.<sup>1</sup>

A hipótese que norteia este trabalho é que o grau de cientificidade e a construção de uma cultura científica na arquivologia também estão ligados à realização de divulgação de pesquisa científica dentro do universo dos docentes universitários. Nesse sentido, a produção dos docentes da área tem relevância especial, por ser produto de profissionais acadêmicos envolvidos com a arquivologia.

O recorte espacial baseou-se na escolha do corpo docente dos três cursos de arquivologia, criados em meados da década de 1970, pela importância destas escolas no campo arquivístico nacional. Desse recorte espacial, resultou um total de 35 docentes efetivos e em atividade. O recorte temporal de cinco anos – 2008 a 2012 – foi definido, principalmente, em decorrência dos acontecimentos recentes da arquivologia como área de conhecimento científico: a realização em 2010 da Primeira Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ); e a criação em 2012 do Primeiro Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos na UNIRIO. A culminância desses projetos é fruto de ações que o antecedem e que também precisam ser observadas. Assim, cabe observar a produção de conhecimento que antecedeu à constituição desses marcos, e suas tendências e características.

A análise da produção científica ocorreu pelos currículos Lattes, sistema de metadados da Plataforma Lattes, disponível no site do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A metodologia utilizada foi de análise quantitativa e qualitativa das fontes, pertinente devido à tipologia dos currículos, por abranger um grande aglomerado de dados, de conjuntos informacionais, assim classificando-os e tornando-os inteligíveis quantitativa e qualitativamente.

Observa-se a importância do Lattes na organização, armazenamento e difusão de informações científicas, já que “tendo em vista sua riqueza de informações e sua crescente confiabilidade e abrangência, se tornou elemento indispensável e compulsório à análise de mérito

---

1 Este texto apresenta parte dos resultados do trabalho de conclusão de curso apresentado em março de 2013 ao Curso de Arquivologia do Departamento de Ciência da Informação da UFF, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em arquivologia, intitulado *Produção de conhecimento em arquivologia: análise da produção científica arquivística docente nos cursos de arquivologia da UNIRIO, UFSM e UFF*, orientado pelo prof. dr. Vitor Manoel Marques da Fonseca.

e competência dos pleitos de financiamentos na área de ciência e tecnologia” (CNPq, *Sobre a plataforma Lattes*), sendo atualmente adotada pela maioria das instituições de fomento, universidades e institutos de pesquisa do país.

Dar-se-á a análise da produção de conhecimento na arquivologia desses docentes, passando pelos diferentes tipos de publicações, participações em eventos acadêmicos, e diálogos com os pares. Para isso foram observados, no campo Produção bibliográfica, os subcampos: Artigos completos publicados em periódicos, Livros e capítulos, Trabalhos publicados em anais de congressos e Apresentações de trabalho. Para seguir um rigor metodológico, todos os currículos foram coletados na Plataforma e salvos num mesmo dia, 27 de dezembro de 2012.

### **PUBLICAÇÕES DE LIVROS E CAPÍTULOS DE LIVROS**

Toda pesquisa acadêmica deve ser publicada, tanto para ser colocada em xeque pelos seus pares, quanto para ser apresentada e aproveitada pela sociedade – é isso que se espera do docente que recebe financiamento, na maioria das vezes, público: um retorno à sociedade.

Assim, cabe observar como, onde e em que quantidade os docentes publicam os resultados de suas pesquisas, sejam artigos publicados em periódicos, livros ou capítulos de livros.

**Tabela 1** – Livros publicados ou organizados

UNIVERSIDADE	2008		2009		2010		2011		2012		TOTAL	
	N.	%	N.	%								
UNIRIO	3	37,5	1	100	1	20,0	2	50,0	2	66,7	9	42,7
UFSM	1	12,5	0	0	2	40,0	1	25,0	0	0	4	19,3
UFF	4	50,0	0	0	2	40,0	1	25,0	1	33,3	8	38,0
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>	<b>100</b>	<b>1</b>	<b>100</b>	<b>5</b>	<b>100</b>	<b>4</b>	<b>100</b>	<b>3</b>	<b>100</b>	<b>21</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria, com base nos currículos Lattes.

Entre 2008 e 2012, foram publicados pelos docentes 21 livros, sendo, conforme a tabela 1, 42,7% pelos docentes da UNIRIO, seguido pelos docentes da UFF, com 38%, e da UFSM, com pouco mais de 19%. Observa-se uma diminuição do número de livros publicados ao longo dos anos. Em 2008, foram lançados oito, em 2009, apenas um, em 2010 aumenta para cinco, voltando a cair em 2011 e 2012 (quatro e três, respectivamente).

Ao longo dos últimos cinco anos, a média de publicação de livros é de menos de um livro por docente, o que é agravado pela concentração de publicação de livros neste mesmo período, como pode ser visto na tabela 2. Quase 66% dos docentes não produziram nenhum livro, concentrando no restante dos 34,3% dos docentes toda a publicação de livros em cinco anos. E, entre estes que publicaram, cabe ressaltar que cinco docentes publicaram quase 67% dos livros.

**Tabela 2** – Concentração de livros publicados ou organizados

QUANTIDADE	UNIRIO		UFSM		UFF		TOTAL DE DOCENTE		TOTAL DE LIVROS	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
NENHUM	10	71,5	8	72,7	5	50,0	23	65,7	0	0
1 LIVRO	1	7,1	2	18,2	4	40,0	7	20,0	7	33,3
2 LIVROS	2	14,3	1	9,1	0	0	3	8,6	6	28,6
4 LIVROS	1	7,1	0	0	1	10,0	2	5,7	8	38,1
TOTAL	14	100	11	100	10	100	35	100	21	100

Fonte: Elaboração própria, com base nos currículos Lattes. Período 2008-2012.

Em algumas áreas, a publicação de livros de autoria individual, devido a questões financeiras e à própria morosidade da circulação da informação, não é mais a principal escolha. As ciências exatas já mudaram esse perfil de publicação, destinando prioritariamente seus recursos intelectuais a livros, com organizadores e com múltiplos capítulos autorais, e artigos, sobretudo eletrônicos, tudo para reduzir tempo e gastos (Muller, 2005). Desse modo, cabe observarmos também como os docentes dos cursos de arquivologia utilizam estas ferramentas.

**Tabela 3** – Produção de capítulos de livro

UNIVERSIDADE	2008		2009		2010		2011		2012		TOTAL DE PRODUÇÃO	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
UNIRIO	0	0	0	0	1	6,7	3	42,8	3	33,3	7	17,9
UFSM	2	33,3	0	0	5	33,3	0	0	0	0	7	17,9
UFF	4	66,7	2	100	9	60,0	4	57,2	6	66,7	25	64,2
TOTAL	6	100	2	100	15	100	7	100	9	100	39	100

Fonte: Elaboração própria, com base nos currículos Lattes.

Entre 2008 e 2012, os docentes publicaram 39 capítulos de livros. De forma geral, observa-se um aumento da publicação de capítulos ao longo dos últimos anos: em 2008 foram seis; 2009, apenas dois; 2010, a maior ocorrência, quinze; 2011, sete; em 2012, nove. Os docentes da UFF publicaram 64% dos capítulos, enquanto os docentes da UNIRIO e da UFSM publicaram 17,9% cada.

**Tabela 4** – Concentração da produção de capítulos de livros

PRODUÇÃO POR DOCENTE	DOCENTES POR UNIVERSIDADE						TOTAL DE DOCENTES		TOTAL DE PRODUÇÃO	
	UNIRIO		UFSM		UFF					
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
0	10	71,4	8	72,7	5	50,0	23	65,8	0	0
1	2	14,3	2	18,2	1	10,0	5	14,4	5	12,8
2	1	7,1	0	0	0	0	1	2,8	2	5,1
3	1	7,1	0	0	0	0	1	2,8	3	7,7
4	0	0	0	0	1	10,0	1	2,8	4	10,2
5	0	0	1	9,1	0	0	1	2,8	5	12,8
6	0	0	0	0	1	20,0	1	2,8	6	15,5
7	0	0	0	0	2	10,0	2	5,8	14	35,9
TOTAL	14	100	11	100	10	100	35	100	39	100

Fonte: Elaboração própria, com base nos currículos Lattes. Período 2008-2012.

Na média geral, há pouco mais de um capítulo por docente, mas esta situação muda quando são eliminados da contagem os que não produziram nenhum capítulo – quase 66% dos docentes. Observa-se uma concentração de capítulos de livro, em que 14% dos docentes (cinco) produziram quase 75% (29) dos capítulos de livros.

## PUBLICAÇÕES DE ARTIGOS EM PERIÓDICOS

Outra situação envolvendo a publicação e divulgação de conhecimento são os artigos em periódicos científicos. Diferentemente dos livros, o ritmo de produção de artigos em formato digital é muito mais intenso do que em formato tradicional, sobretudo com o crescimento das revistas eletrônicas. Mas quanto? Como? E onde estes artigos estão sendo publicados?

**Tabela 5** – Artigos completos publicados

UNIVERSIDADE	2008		2009		2010		2011		2012		TOTAL DE ARTIGOS	
	n.	%	n.	%	n.	%	n.	%	n.	%	n.	%
UNIRIO	4	18,2	7	38,9	2	11,8	4	20,0	3	33,3	20	23,0
UFSM	15	68,2	7	38,9	9	52,9	7	35,0	4	44,5	42	49,0
UFF	3	13,6	4	22,2	6	35,3	9	45,0	2	22,2	24	28,0
<b>TOTAL</b>	<b>22</b>	<b>100</b>	<b>18</b>	<b>100</b>	<b>17</b>	<b>100</b>	<b>20</b>	<b>100</b>	<b>9</b>	<b>100</b>	<b>86</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria, com base nos currículos Lattes.

Os docentes publicaram 86 artigos entre 2008 e 2012, sendo a produção da UFSM de 49%, da UFF 28% e a da UNIRIO 23%. Observa-se uma queda na publicação de artigos no período, visto que em 2008 foram publicados 22 artigos, caindo para 18 em 2009, 17 em 2010, voltando a subir em 2011 e despencando em 2012 para apenas nove.

A média é de 2,4 artigos por docente, mas novamente, observando a tabela a seguir de concentração, nota-se que quase 43% (15 docentes) não publicaram nenhum artigo entre 2008 e 2012. Ocorreu uma concentração entre os sete (20%) docentes que mais produziram artigos, com cerca de 65% de todos os artigos.

**Tabela 6** – Concentração de artigos publicados

ARTIGOS POR DOCENTE	DOCENTE POR UNIVERSIDADE						TOTAL DE DOCENTES	
	UNIRIO		UFSM		UFF			
	n.	%	n.	%	n.	%	n.	%
<b>0</b>	8	57,3	4	36,4	3	30	15	42,8
<b>1</b>	1	7,2	1	9,1	2	20	4	11,5
<b>2</b>	1	7,2	1	9,1	2	20	4	11,5
<b>3</b>	1	7,2	0	0	0	0	1	2,8
<b>4</b>	1	7,2	3	27,2	0	0	4	11,5
<b>5</b>	2	14,3	0	0	1	10	3	8,6
<b>6</b>	0	0	1	9,1	1	10	2	5,7
<b>7</b>	0	0	0	0	1	10	1	2,8
<b>21</b>	0	0	1	9,1	0	0	1	2,8
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>	<b>100</b>	<b>11</b>	<b>100</b>	<b>10</b>	<b>100</b>	<b>35</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria, com base nos currículos Lattes. Período 2008-2012.

Ao todo, os docentes publicaram os 86 artigos em 39 periódicos, nos mais diversos formatos (papel e digital), origens (acadêmicos, associativos e profissionais). Dos 39 periódicos, trinta são nacionais e seis estrangeiros, de origem ibero-americana.<sup>2</sup>

Dois periódicos, *Perspectivas em Ciência da Informação* e *Ponto de Acesso*, concentraram as publicações, treze e doze respectivamente. Ou seja, três de cada dez artigos foram publicados nestes periódicos. Chama a atenção o fato de que nenhum dos três cursos analisados possui qualquer tipo de publicação ligada ao fazer arquivístico,<sup>3</sup> lembrando que são eles os mais antigos cursos de arquivologia do país e todos atualmente possuem programas de pós-graduação, próximos ou diretamente vinculados aos seus cursos.

Como se pode observar na tabela 7, os números de produção de artigos em periódicos, capítulos de livros e livros não se distanciam muito. Há um pequeno destaque para a publicação de artigos, mas em determinados anos (2010 e 2012) o número total foi alcançado pela publicação de capítulos de livros, que, por sua vez, havia sido alcançado pela produção de livros (2009).

Na realidade, o que se observa é uma instabilidade na publicação desses tipos de trabalhos, com uma leve tendência de queda nos últimos anos. Ao todo ocorreram 146 publicações variadas, com uma visível concentração de produção em alguns poucos autores.

**Tabela 7** – Produção de trabalhos bibliográficos

TIPO DE PUBLICAÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	TOTAL
ARTIGOS COMPLETOS	22	18	17	20	9	86
CAPÍTULOS DE LIVROS	6	2	15	7	9	39
LIVROS	8	1	5	4	3	21
TOTAL	36	21	37	31	21	146

Fonte: Elaboração própria, com base nos currículos Lattes.

Para observar se esta produção é relativamente pouca ou não, outros trabalhos deveriam ser feitos, principalmente de comparação com outros universos docentes dentro e fora da arquivologia. Mas é possível pressupor que há um grande número de docentes que nada produziu, em pelo menos um dos tipos de publicações: artigos foram quinze docentes, capítulos de livro e livro, 23 docentes cada. Além disso, desses docentes quantificados, treze não indicam ter produzido nada em todos os itens acima mencionados.

Torna-se interessante observar dentro desses tipos de publicação, os tipos de autoria, simples ou múltipla.

2 Em três periódicos não foi possível confirmar a nacionalidade. Pelos nomes dos autores é possível supor que dois são estrangeiros e um nacional, mas para manter o rigor metodológico, preferiu-se não assumir tais suposições.

3 Na UFSM, o Centro de Ciências Sociais e Humanas, ao qual o curso de arquivologia está ligado, possui a *Revista Ciências Sociais*, que agrega todos os cursos do Centro.

**Tabela 8** – Tipo de publicação e autoria

TIPO DE AUTORIA	ARTIGOS		LIVROS		CAPÍTULOS DE LIVROS		TOTAL	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
AUTORIA SIMPLES	28	32,5	10	47,6	26	66,7	64	43,8
2 AUTORES	40	46,5	5	23,8	9	23,0	54	37,0
3 OU MAIS AUTORES	18	21,0	6	28,6	4	10,3	28	19,2
TOTAL	86	100	21	100	39	100	146	100

Fonte: Elaboração própria, com base nos currículos Lattes. Período 2008-2012.

Observa-se que, no caso dos artigos, 67% dos autores escreveram em parcerias, o que muda, quando se trata de livros, em que 52,4% produziram sozinhos, e capítulos de livros, com 56,2%. Esses dados contribuem para o entendimento de que a produção de artigos acaba possibilitando uma nova dinâmica de autoria, graças à própria dinâmica diferenciada deste tipo de produção.

### DIÁLOGOS COM OS PARES: APRESENTAÇÕES E DIVULGAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Outro importante grupo de publicação, divulgação e comunicação é o relacionado a eventos científicos, como congressos e seminários. Nesta pesquisa resolveu-se agregar os trabalhos completos em anais e resumos de eventos neste segundo grupo, mesmo sabendo que a Plataforma Lattes os reconhece como produção bibliográfica. A escolha por esta reorganização deu-se como um recurso metodológico, pelo entendimento de que as publicações em anais e resumos são diretamente ligadas às dinâmicas de eventos acadêmicos, sendo até mais restritos aos profissionais, docentes e pesquisadores da área.

A interlocução entre os pares é um dos principais momentos da construção do conhecimento científico – e é neste momento que ocorrem os questionamentos, os conselhos, as aprovações (ou não) das teorias apresentadas. Dessa perspectiva, os trabalhos completos em anais representam a primeira e mais rápida forma de validar a pesquisa, tornando-se importante, então, observar quantos, quais e onde estes trabalhos são apresentados e publicados.

**Tabela 9** – Produção de textos completos em anais de eventos

UNIVERSIDADE	2008		2009		2010		2011		2012		TOTAL DA PRODUÇÃO	
	N.	%	N.	%								
UNIRIO	10	26,3	6	27,3	10	35,7	7	31,8	2	7,7	35	25,7
UFSM	23	60,6	4	18,2	10	35,7	6	27,3	7	26,9	50	36,8
UFF	5	13,1	12	54,5	8	28,6	9	40,9	17	65,4	51	37,5
TOTAL	38	100	22	100	28	100	22	100	26	100	136	100

Fonte: Elaboração própria, com base nos currículos Lattes.

De acordo com a tabela 9, os docentes publicaram, ao longo dos cinco anos, 136 textos completos em anais de eventos. Analisando por universidade, há um equilíbrio entre os docentes da UFSM, 36,8%, e da UFF, 37,5%, seguida da UNIRIO, com 25,7%. Também é visível a situação específica da UFF, em que, em 2008, foi a terceira, com apenas cinco publicações em anais, passando, a partir de 2011, a ficar como primeira, com nove publicações em 2011

e dezessete publicações em 2012, quase o dobro do que os docentes da UNIRIO e UFSM publicaram juntos. Quando se trata do total de produção por ano, observa-se que há uma variação constante, com uma pequena queda ao longo dos anos.

**Tabela 10** – Concentração da publicação de textos completos em anais

PUBLICAÇÕES POR DOCENTE	DOCENTES POR UNIVERSIDADE						TOTAL DOS DOCENTES	
	UNIRIO		UFSM		UFF			
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
0	5	35,6	2	18,1	2	20,0	9	25,7
1	2	14,7	3	27,3	2	20,0	7	20
2	4	28,4	0	0	0	0	4	11,3
3	0	0	1	9,1	2	20,0	3	8,5
4	0	0	0	0	1	10,0	1	2,9
5	0	0	3	27,3	1	10,0	4	11,3
6	1	7,1	0	0	0	0	1	2,9
8	1	7,1	0	0	0	0	1	2,9
10	0	0	0	0	1	10,0	1	2,9
11	1	7,1	0	0	0	0	1	2,9
14	0	0	1	9,1	0	0	1	2,9
15	0	0	1	9,1	0	0	1	2,9
24	0	0	0	0	1	10,0	1	2,9
<b>TOTAL</b>	14	100	11	100	10	100	35	100

Fonte: Elaboração própria, com base nos currículos Lattes. Período 2008-2012.

Pensando na concentração dessas publicações, observa-se que o número de docentes que não publicaram nenhum texto em anais é relativamente baixo, apenas nove (25%). Por outro lado, observa-se que 20% dos docentes publicaram 65% de todos os textos em anais, restando 35% dos textos para 80% dos docentes. O docente que mais produziu foi um da UFF, com 24 textos (17,6% do total), seguido por dois docentes da UFSM, com quinze (11%) e quatorze (10%), respectivamente, e um docente da UNIRIO, com onze (8%).

Mesmo sendo a forma mais rápida e fácil de apresentar os resultados das pesquisas realizadas, muitos pesquisadores preferem não publicar os textos completos em anais para não perder a “originalidade”, reservando-os para artigos em periódicos e capítulos de livros. Somente uma análise mais aprofundada desse tema é que poderá indicar se os docentes aqui analisados se encaixam neste pensamento, mas o fato é que alguns eventos exigem apenas os resumos do trabalho para a apresentação e participação no congresso. Assim, cabe também observar este tipo de produção.

**Tabela 11** – Publicação de resumos em anais de eventos

UNIVERSIDADE	2008		2009		2010		2011		2012		TOTAL DE PUBLICAÇÕES	
	N.	%	N.	%								
UNIRIO	4	30,8	3	60,0	1	7,1	3	15	3	42,9	14	23,7
UFSM	2	15,4	2	40,0	12	85,8	15	75,0	4	57,1	35	59,4
UFF	7	53,8	0	0	1	7,1	2	10	0	0	10	16,9
<b>TOTAL</b>	13	100	5	100	14	100	20	100	7	100	59	100

Fonte: Elaboração própria, com base nos currículos Lattes.

A quantidade total de resumos publicados em eventos, 59, é muito inferior ao total de trabalhos completos publicados em anais, 136. Este dado pode indicar que os docentes analisados priorizam a apresentação dos trabalhos completos em anais de eventos. Isso é ainda mais evidente com relação aos docentes da UFF, tendo em vista que se eles são os que menos publicaram resumos, por outro lado foram os que mais publicaram textos completos.

Novamente, observa-se o aumento do índice daqueles que não produziram nenhum trabalho, pois 54% dos docentes não apresentaram qualquer publicação de resumos em seus currículos. Observa-se também uma concentração, onde menos de 15% dos docentes produziram 66% dos resumos.

**Tabela 12** – Concentração da publicação de resumos em anais

PUBLICAÇÃO POR DOCENTE	DOCENTES POR UNIVERSIDADE						TOTAL DE DOCENTES	
	UNIRIO		UFSM		UFF		N.	%
	N.	%	N.	%	N.	%		
0	10	71,5	4	36,3	5	50,0	19	54,3
1	2	14,3	1	9,1	2	20,0	5	14,3
2	1	7,1	0	0	2	20,0	3	8,6
3	0	0	2	18,2	1	10,0	3	8,6
5	0	0	2	18,2	0	0	2	5,7
8	0	0	1	9,1	0	0	1	2,8
10	0	0	1	9,1	0	0	1	2,8
11	1	7,1	0	0	0	0	1	2,8
<b>TOTAL</b>	14	100	11	100	10	100	35	100

Fonte: Elaboração própria, com base nos currículos Lattes. Período 2008-2012.

Torna-se interessante observar, dentro dessas categorias de publicação, os tipos de autoria.

**Tabela 13** – Tipo de publicação e autoria

TIPO DE AUTORIA	TEXTOS COMPLETOS		RESUMOS		TOTAL	
	N.	%	N.	%	N.	%
AUTORIA SIMPLES	53	39,0	17	28,8	70	35,9
2 AUTORES	55	40,4	23	39,0	78	40,0
3 OU MAIS AUTORES	28	20,6	19	32,2	47	24,1
<b>TOTAL</b>	136	100	59	100	195	100

Fonte: Elaboração própria, com base nos currículos Lattes. Período 2008-2012.

Observa-se que 64% daqueles que apresentaram e publicaram algum trabalho em eventos – tanto texto completo quanto resumos – o fizeram em associação a outros autores. Confrontando esses dados com aqueles sobre publicação em artigos, nota-se que há uma tendência a publicações de trabalhos mais rápidos serem feitas com múltiplas autorias, assim como é possível observar que em muitos desses trabalhos, com múltiplas autorias, os autores são respectivamente orientador e orientando. A hipótese é que ambos se valham dessa ação, o orientador melhorando seu desempenho quantitativo, e o orientando buscando sua inserção na dinâmica acadêmica.

**Tabela 14** – Listagem de eventos acadêmicos com maior participação de docentes

NOME DO EVENTO	PARTICIPAÇÃO
Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação da ANCIB	30
Congresso Nacional de Arquivologia da ENARA	20
Congresso Brasileiro de Arquivologia da AAB	9
Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia	8
Congresso Internacional do Núcleo de Estudos das Américas do NUCLEAS	6
Congresso Brasileiro de Sociologia do CBS	5
Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul – Intercom Sul	5
Reunião do Comitê Acadêmico História, Regiões e Fronteiras da Associação de Universidades do Grupo Montevidéu	5
Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom	4
Convención Internacional de Archivistas – COINDEAR	4
Congreso de Archivología del MERCOSUR	3
Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância	3
Congresso de Iniciação Científica e Pós-Graduação – Sul	3
Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação	3

Fonte: Elaboração própria, com base nos currículos Lattes. Período 2008-2012. Estes dados foram retirados dos eventos onde os docentes apresentaram e publicaram trabalhos completos e resumos. Ao todo foram listados 78 eventos, mas na tabela foram listados apenas os quinze que mais tiveram participação de docentes. Na listagem foi retirada a Jornada Acadêmica Integrada da UFSM, por ser um evento local e exclusivo aos docentes e discentes da UFSM.

Observa-se na tabela 14 que o evento com maior participação dos docentes é o ENANCIB, evento anual de ciência da informação organizado pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB). Logo em seguida, vêm os eventos organizados, respectivamente, pela Executiva Nacional das Associações Nacionais de Arquivologia (ENARA) e pela Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB).

Chama a atenção a posição da Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia. Primeiro evento restrito a representantes docentes dos cursos de arquivologia e pesquisadores (pelo menos com mestrado) com temáticas relevantes à área, cuja pesquisa já esteja em estágio avançado. Iniciada em 2010, tendo realizado apenas dois encontros, possui já uma grande participação docente. Outro fato interessante é a não adesão ao *Congreso de Archivología del Mercosur*, com edições em 2009 e 2011, pois, mesmo estando nesta listagem, o número de participações é de três nos últimos cinco anos. Cabe ressaltar dois pontos. Primeiro, nos casos de participação em eventos, principalmente internacionais, há uma questão de financiamento, em geral, ligadas a órgãos de fomento. Outro ponto interessante, que pode ser temática de pesquisas futuras, é observar qual a relevância desses eventos da área.

Finalmente, é observada a participação em eventos de outras áreas, como sociologia, comunicação, história e educação, possivelmente por compromissos de produção acadê-

mica dos programas de pós-graduação aos quais os docentes estavam ligados durante o mestrado e o doutorado.

Há eventos em que sua dinâmica não tem por objetivo a produção e publicação de textos completos ou mesmo resumos. Para estes, a Plataforma Lattes criou o campo “Apresentação de trabalhos”. Cabe observar a participação dos docentes neste tipo de evento.

**Tabela 15** – Apresentação de trabalhos

UNIVERSIDADE	2008		2009		2010		2011		2012		TOTAL DE APRESENTAÇÕES	
	N.	%	N.	%								
UNIRIO	18	42,9	15	50,0	14	33,3	19	37,3	6	17,6	72	36,9
UFSM	10	23,8	8	26,7	17	40,5	22	43,1	20	58,8	77	38,6
UFF	14	33,3	7	23,3	11	26,2	10	19,6	8	23,6	50	25,1
<b>TOTAL</b>	42	100	30	100	42	100	51	100	34	100	199	100

Fonte: Elaboração própria, com base nos currículos Lattes.

A análise deste tipo de atividade acadêmica se mostrou interessante, pois seus resultados divergem de algumas tendências vistas até aqui. Primeiro, a quantidade total – foram 199 apresentações de trabalhos pelos docentes nos últimos cinco anos, mais do que todos os trabalhos completos de anais e resumos publicados pelos docentes no mesmo período. Outro dado interessante é que os docentes da UFF foram os que menos participaram neste tipo de evento, apenas 25,1% das apresentações. Interessante, se pensarmos que estes mesmos docentes foram os que mais publicaram trabalhos e resumos em eventos. Continuando neste raciocínio, os que menos publicaram trabalhos e resumos, os docentes da UNIRIO, cresceram na apresentação de trabalhos, quase 37%, ficando pouco atrás dos docentes da UFSM, que apresentaram 38,6%.

Observando a concentração de apresentações por docentes, novamente é apontado um índice alto, 40%, de docentes que não realizaram nenhuma apresentação de trabalho nos últimos cinco anos. Por outro lado, 50% dos trabalhos foram apresentados por apenas cinco docentes, restando 50% das apresentações a 21 professores que apresentaram pelo menos um trabalho.

Quatro dos 35 docentes, de acordo com seus currículos Lattes, não produziram qualquer tipo de trabalho bibliográfico, nem apresentaram trabalho no período de 2008 a 2012. Cabe perguntar se realmente não realizaram qualquer dessas atividades ou não se preocuparam em preencher/atualizar os seus currículos. Aprofundando a análise, observa-se que apenas um deles possui o currículo atualizado, e os outros três apresentam os currículos com atualização em 2011, 2010 e 2009, respectivamente. Dois desses docentes não iniciaram qualquer projeto neste mesmo período, já os outros dois, apenas um cada.

Para terminar esta análise, um dado interessante é a participação dos docentes em eventos, tenham ou não necessariamente apresentado ou publicado algum trabalho.

**Tabela 16** – Participação em eventos

UNIVERSIDADE	2008		2009		2010		2011		2012		TOTAL	
	N.	%	N.	%								
UNIRIO	35	32,1	13	14,6	14	14,6	14	9,7	9	7,7	85	15,3
UFSM	46	42,2	42	47,2	37	38,5	74	51,4	47	40,2	246	44,3
UFF	28	25,7	34	38,2	45	46,9	56	38,9	61	52,1	224	40,4
<b>TOTAL</b>	109	100	89	100	96	100	144	100	117	100	555	100

Fonte: Elaboração própria, com base nos currículos Lattes.

Conforme a tabela 16, ao longo dos cinco anos foram 555 participações em eventos, com uma média de 3,1 para cada docente por ano. Neste campo, observa-se que os docentes da UNIRIO foram os que menos participaram, com 85 eventos ao longo dos cinco anos, o que dá uma média de pouco mais de um evento por docente por ano. Por outro lado, os docentes da UFSM foram os que mais participaram, com 246 eventos no mesmo período, média de 4,4 eventos por docente por ano, a mesma média anual dos docentes da UFF, que participaram de 224 eventos, cabendo lembrar que eles são em número menor, dez docentes.

Contra todas as tendências percebidas até então nesta pesquisa, a participação dos docentes em eventos é crescente, ao longo dos cinco anos analisados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da compreensão da ciência como atividade social, é importante observar as múltiplas possibilidades de construção científica, tendo em vista que cada área de conhecimento possui e necessita de especificidades, tanto na sua construção quanto na avaliação de seus resultados. Assim, pensar na coletividade da ciência remete a dois possíveis caminhos: o da ordem da “comunidade e comunicação” e o da ordem das “instituições e autoridades”. O primeiro cabe, sobretudo, às associações, grupos de pesquisas e de interesses comuns, por meio de seus eventos, publicações e até mesmo do “colégio invisível”. O outro caminho dessa coletividade é a própria construção do ambiente de ação científica, estruturas organizacionais burocráticas que possuem objetivos bem específicos para a ação científica.

A produção de conhecimento em arquivologia não poderia ser diferente dessas premissas – a concepção de um conhecimento construído através das relações sociais, envolvendo diferentes atores, em diferentes momentos.

Todavia, observou-se que este crescimento e institucionalização devem ser ainda relativizados, como bem chamaram a atenção Couture, Rousseau (1998) e Jardim (1998), sobretudo tendo em vista se realmente há um ambiente propício à criação e estabelecimento de um saber específico, de experiências, instrumentos e credibilidade social.

Não se pode negar que os cursos de arquivologia vêm crescendo. Já são dezesseis cursos espalhados nas cinco regiões do Brasil. No entanto, é necessário perceber que a consolidação de uma área ocorre não apenas pelo aumento do número de cursos de graduação, mas, também, pela qualificação do corpo docente e aumento da contribuição de autores vinculados às universidades à produção científica da área. Cabe ressaltar os acontecimentos mais

recentes – a realização da REPARQ e o primeiro mestrado da área – do aumento do conhecimento estabelecido dentro das universidades.

Numerosos autores debruçaram-se sobre a reflexão acerca desta produção acadêmica, chamando a atenção aos trabalhos de Jardim (1998, 1999), Fonseca (2005), Marques; Rodrigues (2005) e Marques (2007, 2011). Tais trabalhos possibilitaram o mapeamento dessa produção, normalmente em programas de pós-graduação que possuem aproximação com a arquivologia ou através de publicações em periódicos acadêmicos reconhecidos e de prestígio, nacional e internacionalmente. Observou-se que, nestas pesquisas, os resultados sempre sugeriam um crescimento da produção de conhecimento arquivístico.

Todavia, ampliando o estudo da produção desse conhecimento através do currículo Lattes, tornam-se nítidos certos desníveis, principalmente em um universo grande de professores com regime de dedicação exclusiva (D. E.). Os números de projetos de pesquisas, publicações e apresentações de trabalhos em eventos nos últimos cinco anos não se mostram tão altos. Além disso, foi possível observar uma tendência à queda. A pesquisa também indica uma concentração da produção de conhecimento em arquivologia nas mãos de um pequeno grupo. De certo que é preciso relativizar tais conclusões, já que se referem ao universo da produção de conhecimento arquivístico em apenas três universidades, mas que não deixam de ser sintomáticas à área.

O estudo da produção científica dos docentes dos cursos de arquivologia da UNIRIO, da UFSM e da UFF contribui para observar como é que está organizado este ambiente intelectual, no que diz respeito à produção de conhecimento. E, justamente por serem os cursos de graduação em arquivologia mais antigos do Brasil e por estarem, de certa forma, no bojo destas últimas mudanças da área, foi possível observar se, de fato, esta produção de conhecimento estaria restrita a um grupo específico, o que foi confirmado.

Diante dos dados analisados, observa-se que, realmente, a área vem crescendo em números de cursos e do corpo docente, assim como este mesmo corpo docente procura se especializar. Todavia, observou-se também que a arquivologia ainda precisa consolidar sua cultura científica, e somente assim poderá criar um ambiente totalmente propício para a produção de conhecimento. Os passos estão sendo dados e os últimos acontecimentos mostram isso – cabe aos profissionais construir este ambiente.

## Referências bibliográficas

CNPq. *Plataforma Lattes*. Histórico. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/web/portal-lattes/historico>>. Acesso em: 27 dez. 2012.

\_\_\_\_\_. *Sobre a plataforma Lattes*. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/web/portal-lattes/sobre-a-plataforma>>. Acesso em: 27 dez. 2012.

COUTURE, Carol; ROUSSEAU, J. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998. (Coleção Novas Enciclopédias, 56).

FONSECA, Maria Odila. *A arquivologia e ciência da informação*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila (org.). *A formação do arquivista no Brasil*. Niterói: EDUFF, 1999.

JARDIM, José Maria. A produção de conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro (1999-1995). In: JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila (Org.). *A formação do arquivista no Brasil*. Niterói: EDUFF, 1999.

\_\_\_\_\_. A produção de conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro (1990-1995). *Revista Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, set. 1998. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19651998000300001>>. Acesso em: 7 fev. 2011.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. *Interlocuções entre a arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil*. 2011. 399 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <<http://repositorio.bce.unb.br/handle/10482/8730>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. *Os espaços e os diálogos da formação e configuração da arquivística como disciplina no Brasil*. 2007. 298f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <[http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/2979/1/2007\\_AngelicaAlvesdaCunhaMarques.PDF](http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/2979/1/2007_AngelicaAlvesdaCunhaMarques.PDF)>. Acesso em: 10 nov. 2011.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg. A iniciação à pesquisa em arquivística: mapeamento e análise dos projetos de iniciação científica dos cursos de arquivologia e biblioteconomia no Brasil. In: CONGRESSO DE ARQUIVOLOGIA DO MERCOSUL, 6., 2005, São Paulo. *Anais...* São Paulo: CEDIC/PUC-SP, 2005.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A publicação da ciência: áreas científicas e seus canais preferenciais. *DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, fev. 2005.

---

Recebido em 24/6/2013

Aprovado em 21/8/2013

# INTEROPERABILIDAD DE LA INFORMACIÓN EN EL GOBIERNO ELECTRÓNICO

## E-GOV INFORMATION INTEROPERABILITY

**SILVANA TEMESIO** | Licenciada en Bibliotecología. Analista de sistemas. Magister en Documentación Digital. Profesora en la Universidad de la República (UDELAR), Escuela Universitaria de Bibliotecología y Ciencias Afines (EUBCA) de las materias base de datos y redes y sistemas.

### RESUMO

O artigo analisa a gestão da informação, a comunicação e a extração de conhecimento no governo eletrônico do Uruguai, a partir de casos específicos: processos, documentos internos e aplicações informáticas, à luz do acoplamento terminológico. Apresenta-se uma estratégia de informação facetada com um enfoque transversal que aporta uma visão global e permite a oferta de dados abertos *ad hoc*. A integração semântica de dados é vista como uma linha de trabalho a ser desenvolvida nos bastidores das instituições governamentais.

*Palavras-chaves: governo eletrônico; informação; dados abertos; integração semântica de dados.*

### ABSTRACT

This article analyses information management, communication and knowledge extraction in the Uruguayan e-government through specific cases: records, documents and applications, in light of terminology coupling. The article presents a faceted information strategy with a transversal approach which provides a holistic view and allows for supply of *ad hoc* open data. Semantic data integration is seen as a trend to be developed behind the scenes of government institutions.

*Keywords: e-government; information; open data; semantic data integration.*

### RESUMEN

Se analiza la gestión de la información, la comunicación y la extracción de conocimiento en el gobierno electrónico en Uruguay, a partir de casos específicos: expedientes, documentos internos y aplicaciones informáticas, a la luz del acoplamiento terminológico. Se presenta una estrategia de información facetada con un enfoque transversal que aporta una vista global y permite la oferta de datos abiertos *ad hoc*. La integración semántica de datos es vista como una línea de trabajo a desarrollar en la trastienda de las instituciones gubernamentales.

*Palabras clave: gobierno electrónico; información; datos abiertos; integración semántica de datos.*

## INTRODUCCIÓN

El gobierno electrónico es un cambio de foco que coloca al ciudadano como protagonista, lo insta a participar, a usar servicios, a interactuar y a acceder a los datos y a la información que las instituciones de gobierno generan. El gobierno es un gran productor de información y datos, y la iniciativa de gobierno abierto y las leyes de transparencia ofrecen un marco para su acceso. No obstante existen obstáculos de dispersión y diversidad de enfoques que plantean la necesidad de realizar una reingeniería enfocada en la información y la comunicación para que el acceso y uso efectivo pueda llevarse a cabo adecuadamente.

Se analizarán los siguientes casos en el marco de organismos de gobierno uruguayo:<sup>1</sup> documentos administrativos o jurídicos de tramitación bajo normativas regulatorias o jurídicas; documentos de uso interno que no integran el circuito jurídico y/o administrativo: buenas prácticas, informes, procedimientos, reportes que no fluyen sino que permanecen en reservorios donde son consultados; aplicaciones o sistemas informáticos.

A los efectos del análisis se utilizará el modelo de entidad relación (MER), diagrama de flujo de datos (DFD), diagrama de estados UML (Unified Modeling Language), análisis de integración semántica y una metodología visual que denominamos “mapas de información”.

Se analizan los temas de normalización terminológica, medulares para la integración de datos e información. Se proponen estrategias para analizar la integración de las aplicaciones informáticas en una institución y se muestran soluciones para asimilar visiones facetadas utilizando la idea de la integración de bases de datos federadas, formalizando una nueva exposición de datos abiertos.

La generación de conocimiento y la comunicación en la organización son temas que integran esta discusión atravesando todos los aspectos tratados. Finalmente se plantea una línea de trabajo hacia la elaboración de una ontología de gobierno electrónico.

## PANORAMA GENERAL DE LA INFORMACIÓN

En la figura 1 se pone de manifiesto cómo se relacionan los datos, los documentos y los funcionarios que actúan sobre ellos, en cada caso con un rol específico en una institución de gobierno. La organización cuenta con información tácita que no está documentada y es detentada por los funcionarios que la adquieren en el desempeño de sus actividades para lo cual integran grupos de trabajo que elaboran documentos con diferentes roles: productores, revisores, lectores. Los funcionarios pertenecen a distintas oficinas que coordinan sus actividades. Las aplicaciones informáticas manejan datos y los grupos de trabajo que manejan las aplicaciones tienen distintos roles: escritores, revisores, lectores.

---

<sup>1</sup> El planteo tiene generalidad, pero se realiza a partir de la realidad concreta en Uruguay.

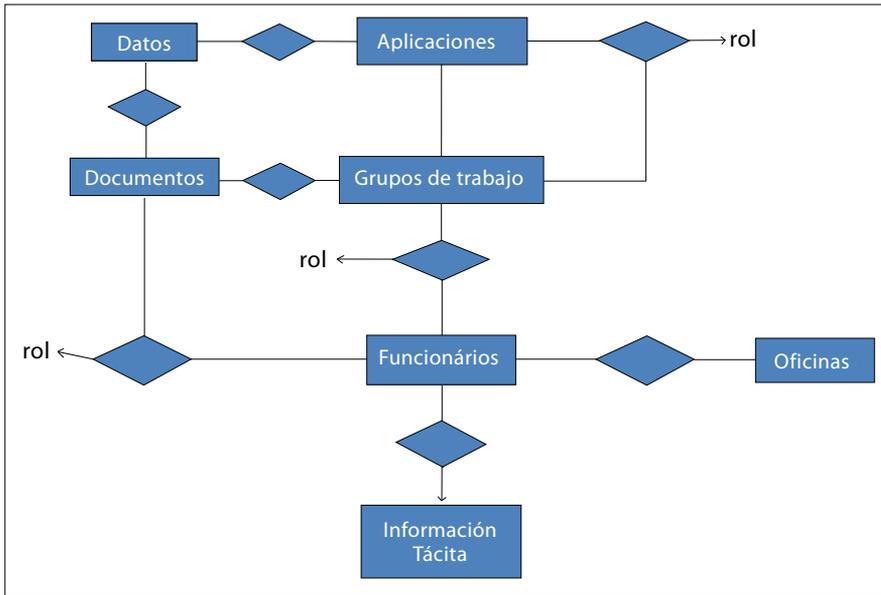


Figura 1. MER información egobierno

## DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS

No se pretende realizar definiciones formales sobre los trámites administrativos sino analizar los aspectos generales desde un punto de vista abstracto. Para ello se toma como documento emblemático el expediente y se detallan sus aspectos relevantes a través de un diagrama de modelo entidad relación.

El expediente desde un punto de vista operacional es un documento que va fluyendo a través de la organización. Como se aprecia en la figura 2, va pasando por distintas instancias o estados en los que va sufriendo cambios, en rigor, va anexando fojas. En cada estado del expediente se permiten determinadas acciones llevadas a cabo por actores específicos. Veamos por ejemplo, un trámite licitatorio que se inicia con la confección de un pliego.

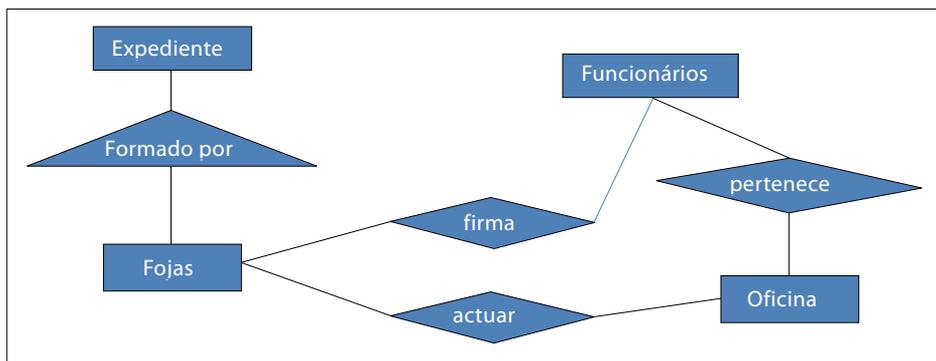


Figura 2. MER Expediente

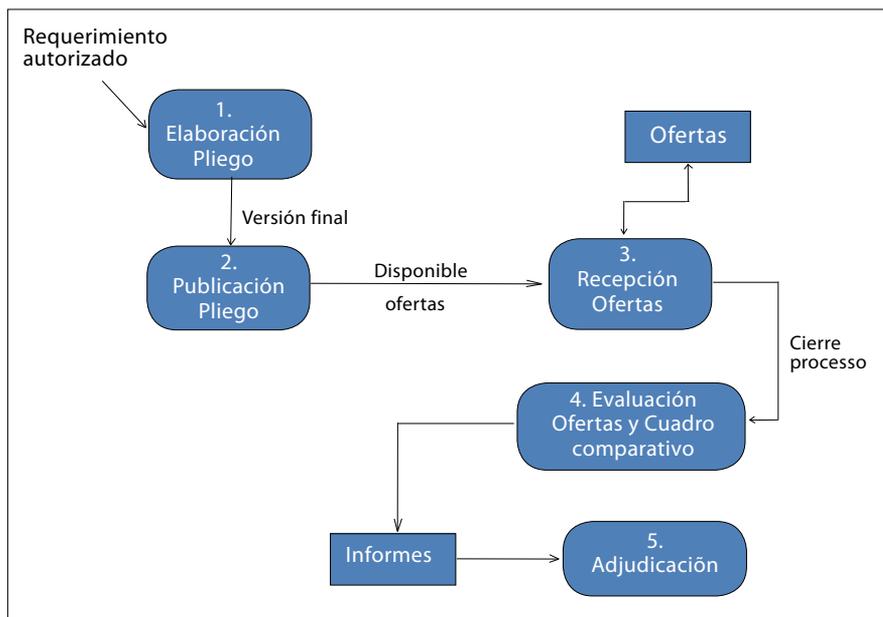


Figura 3. DFD trámite compra

El pliego tiene generalmente una parte técnica o de especificaciones y una parte legal. Mientras el pliego está en etapa de elaboración no se trata de un expediente, sino que es un documento que está siendo confeccionado por un grupo de trabajo: personal técnico, legal y administrativo. Cuando se finaliza, el documento es revisado por las jerarquías y sufre cambios que se ven reflejados en distintas versiones hasta que finalmente está pronto y puede darse inicio al trámite administrativo y entonces ese documento ya no cambia y va siguiendo los pasos que la tramitación administrativa especifique.

El documento inicial – el pliego – tiene un valor en sí mismo y puede ser objeto de consulta, independientemente del proceso administrativo de la compra. Este documento es una referencia de especificaciones que puede ser tomado como punto de partida para operaciones similares, en el mismo organismo o en otros. Una vez que se inicia el trámite, el documento inicial o pliego aún puede ser consultado, pero no es muy práctico porque está inmerso en el expediente y éste está fluyendo en la organización llevando a cabo su tramitación.

Respecto al trámite, el proceso de compra que se inicia con la elaboración de un pliego sufre una serie de transiciones como se observa en la figura 3. Una vez que la jerarquía autoriza el trámite licitatorio, hay un primer proceso que es la elaboración del pliego de especificaciones. Una vez concluido el proceso 1 de elaboración del pliego, hay un flujo de información que es la versión final del pliego que es insumo del proceso de publicación del pliego (proceso 2). Una vez que este proceso termina, se abre una instancia en la cual el pliego está disponible para la recepción de ofertas por parte de los proveedores (proceso 3), con el archivado de las ofertas. Vencido el plazo de recepción de ofertas, se dispara el proceso de evaluación de ofertas y elaboración del cuadro comparativo (proceso 4), el cual culmina con

la elaboración de un informe de recomendaciones para la adquisición, y dicho informe dispara el último proceso que es la adjudicación de la compra al proveedor elegido (proceso 5).

El proceso de compra se puede ver entonces como una serie de documentos hilvanados con actuaciones diversas en periodos y situaciones establecidas hasta que en algún momento el expediente se cierra y ya no puede haber actuaciones. Esto es una simplificación, porque puede haber instancias de impugnación o se puede reabrir el expediente por alguna circunstancia, pero son circunstancias que no agregan al análisis.

El expediente cerrado y completo luego de tramitado se archiva.

Pueden verse dos momentos bien diferenciados:

1) El expediente está en un flujo de procesos y va cambiando de estados, pero todavía el estado no es el final, y puede haber acciones y cambios en el expediente.

2) El expediente ya ha llegado en forma provisional a un estado final y se archiva.

En el primer caso normalmente existe una aplicación que va registrando el cambio de estado y los actores que intervienen (aplicación de seguimiento de expedientes). Si la aplicación además puede registrar los cambios en el propio documento que es guardado en formato digital y es firmado en forma electrónica estaríamos en el caso de la aplicación de expediente electrónico.

En el segundo caso, cuando el expediente es archivado (ya no fluye en la organización), entonces el documento completo o sus partes son descritas con las normas archivísticas: ISAD(G), ISAAR(CPF) y se consigna en una aplicación de descripción archivística como por ejemplo, ICAAtM. En este caso ya no interesa ver la situación en que está el trámite (v.g. disponible para ofertar) sino situar el expediente en el contexto, dentro de la organización, testimoniando su historia y devenir a través de acciones documentadas.

Como se ve, son dos instancias o situaciones diferentes con objetivos claramente distintos. En la tramitación interesa el estado, quien puede actuar, como sigue etc.; mientras que en el documento de archivo me interesa el contexto de la organización, quienes participaron con roles de importancia, de que se trata etc. En el archivo el documento es testimonial, no procedural.

Quiero destacar entonces, que hay visiones y momentos diversos sobre los mismos objetos. En el caso de la confección de un pliego por un grupo de trabajo, estamos hablando de una gestión documental. Si se decide guardar un registro para reutilizar a posteriori, podríamos hablar de un repositorio de documentos internos de la organización, cuando fluye el trámite hay una gestión de expedientes o expediente electrónico y finalmente cuando se archiva hay un tratamiento archivístico.

## **DOCUMENTOS DE USO INTERNO**

Existen otros documentos fuera del circuito de tramitación a nivel de instituciones de gobierno, como informes, presentaciones, reportes de datos, mapas y procedimientos entre otros.

Los documentos están asociados a funcionarios que tienen distintos niveles de acceso al mismo, algunos pueden leerlos mientras que otros los escriben. La lista de control de acceso (access control list – ACL) es un concepto que se utiliza en las aplicaciones informáticas y en

los sistemas operativos, que maneja tres elementos: roles, privilegios y personas. Los roles se forman dando privilegios: se puede leer, se puede escribir, y estas acciones se aplican a determinados objetos (v.g. documentos). Luego las personas son puestas en los roles y queda establecido el nivel de acceso. Los documentos entonces tienen su ACL, habrá documentos internos de la organización, o de la oficina, o informes solo visibles a nivel de las jerarquías, y todas las combinaciones de visibilidad sobre objetos que se requiera. Definir una ACL sobre los documentos o carpetas de documentos permite modelar la accesibilidad de acuerdo a los requerimientos del caso o la aplicación de la ley de acceso a la información pública.

Los documentos que son producidos por un grupo de trabajo atraviesan distintas etapas y en cada una de ellas tienen actores con tareas y privilegios diferentes. En el momento de elaboración algunos usuarios tendrán el rol de escritor, otros de corrección, revisión o aprobación del documento final y luego de que el documento está finalizado y se publique otros usuarios tendrán el rol de lectura o consulta. Este proceso puede verse también como una máquina de estados, los usuarios escritores pueden modificar el documento pero cuando está en el estado de elaboración, una vez que el documento está publicado estos mismos usuarios tendrán por ejemplo el rol de lectura o consulta pero ya no el rol de escritura, de acuerdo a las transiciones que la gestión documental pauta.

Una vez publicado, el documento puede ir a un archivo pero también puede colocarse en un repositorio institucional, en una intranet o en un sistema de archivos en una red. El documento quedará disponible mientras tenga una utilidad, para ser usado como referencia, consulta o ser reusado.

Los documentos que tienen esta manipulación se tratan con una clase de aplicaciones que se denominan gestores documentales. Para fijar ideas podemos hablar de aplicaciones de software libre como Nuxeo o Alfresco, que ya tienen estas prestaciones establecidas pero sobre los cuales es posible establecer desarrollos nuevos que se adapten a transiciones específicas no contempladas.

Puede darse el caso de que se use un gestor documental en las diversas transiciones que sufre el documento, pero una vez finalizado el proceso, el documento se puede incorporar a otro tipo de aplicación como por ej. un repositorio. En el repositorio, el documento se ubica en una colección de acuerdo al uso previsto y se define una lista de control de acceso, por ejemplo colecciones de normativas o resoluciones para consulta general. En este caso, los repositorios son reservorios de documentación organizada por colecciones o temas que tienen un valor de uso más extendido en el tiempo y que son descritos con Dublin Core e indexados temáticamente con cierto nivel de normalización terminológica usando tesauros propios. Para fijar ideas podemos hablar en este caso de la aplicación Dspace para gestión de repositorios.

## **APLICACIONES INFORMÁTICAS**

Las aplicaciones informáticas gestionan los datos crudos de la organización. Estas aplicaciones producen reportes que pueden verse en el contexto de la aplicación y también fuera

de ella. Los datos crudos están almacenados en bases de datos, generalmente separados en esquemas diferentes, pero también existen datos comunes que pueden ser usados desde distintos esquemas y aplicaciones.

En realidad todos los ítems documentales citados también contienen datos crudos, pero en el caso de las aplicaciones estos datos son tratados en forma sistemática, están ubicados dentro de una estructura y son identificables. Los datos además son incorporados a través de un proceso de validación tanto del tipo de dato como de determinadas condiciones semánticas que se establecen en las aplicaciones. Las aplicaciones también involucran funcionarios que las usan con distintos roles (lector, escritor etc.) y niveles de acceso a la información de acuerdo a los roles y tareas que se designen. En un sistema de gestión de personal, por ej. los jefes tendrán acceso a los datos de los funcionarios de su oficina, pero no los datos de los funcionarios de otras oficinas. También las aplicaciones pueden verse como una máquina de estados: hay opciones en los menús para ingreso de datos, opciones para consulta, opciones para procesos y todos son estados diferentes de los datos y tienen sus listas de control de acceso diferentes. Los datos son ingresados por unos usuarios y luego pueden ser revisados y aprobados por otros y luego son consultados por otros usuarios u otras aplicaciones. Aparece aquí un asunto nuevo que no hemos considerado, que es que los datos pueden ser ingestados por otras aplicaciones para lo cual tiene que haber una interoperabilidad semántica, es decir los datos intercambiados se deben corresponder en el significado.

## **APLICACIONES GRÁFICAS**

Dentro de la categoría de aplicaciones o sistemas informáticos están las aplicaciones que son más específicas en los aspectos gráficos y dentro de las cuales quiero señalar a su vez dos grandes clases, sistemas que gestionan mapas y sistemas que gestionan fotos o gráficos.

### ***SISTEMAS QUE GESTIONAN MAPAS***

Los sistemas de información geográfica (SIG) presentan datos crudos provenientes de una fuente externa (por ej. una base de datos) sobre un mapa. En un mapa donde aparecen puntos que simbolizan ciudades, estos puntos tienen asociados datos crudos como nombre de la ciudad, cantidad de habitantes etc. Los datos se agrupan por capas sucesivas para poder gestionarlos en forma flexible y combinarlos u ocultarlos según convenga a lo que se desee hacer. Por ejemplo, podría haber una capa de ciudades, una capa de puentes, una capa de carreteras y así sucesivamente se van generando capas de información. Hay dos aspectos en un SIG: el "dibujo" y los datos asociados al "dibujo". A nivel de estado se promueve la normalización del "dibujo". Si todos tienen un mapa común será posible asociar capas generadas por distintos productores que ponen sus datos sobre el mismo "dibujo". Esta iniciativa es la IDE: infraestructura digital espacial y en cada país los distintos organismos coordinan para consensuar todos los elementos que son necesarios para trabajar en forma conjunta. Una IDE es una iniciativa que reúne acuerdos políticos, relacionamiento de organizaciones, recursos humanos, tecnologías, datos y servicios estandarizados de locali-

zación, visualización y descarga, que posibilitan el acceso e intercambio a diferentes niveles de uso de la información geográfica.<sup>2</sup>

Cada mapa o cada capa de un mapa puede asociarse con un conjunto de datos que lo describen, los metadatos geográficos. De esta manera los metadatos me informan, por ejemplo, el formato del recurso a acceder, con que frecuencia se actualiza o el método de representación espacial. Los metadatos geográficos usan la norma ISO 19.115.

Uno de los metadatos que describen los mapas son los descriptores y éstos pueden importarse de un tesoro usando el estándar SKOS (Simple Knowledge Organization System). El descriptor permite acoplar los mapas con otros tipos de datos en otros formatos – documentos, expedientes, aplicaciones etc. Si existe un tesoro institucional que provee terminología, entonces constituye un factor de interoperabilidad en la medida que se usa una terminología común y consensuada. Esta terminología es usada para recuperar un mapa, un documento que está en el sistema de gestión documental o en el archivo, siempre que cualquiera de estos recursos contengan como descriptor buscado una entrada en el tesoro.

#### **SISTEMAS QUE GESTIONAN FOTOS O GRÁFICOS**

Los sistemas que gestionan fotos o gráficos tienen adosados metadatos. Los metadatos son datos sobre la imagen, datos descriptivos y administrativos que contextualizan información sobre la imagen. Esto es muy importante porque los metadatos nos permiten por un lado encontrar la imagen específica en un mundo que es cada vez más gráfico, pero además brindan información propia de la imagen, como el autor de una foto o los datos técnicos de la fotografía, posibilitando la contextualización del recurso. Normalmente se usa Dublin Core o Dublin Core Extendido como estándar de metadatos. Dublin Core tiene un núcleo que es usado en forma estándar y se tiene la posibilidad de extender este núcleo dando flexibilidad de adicionar datos específicos usando la característica de extensión de los metadatos. Dublin Core brinda interoperabilidad permitiendo compartir recursos a través de metadatos comunes usando el protocolo OAI-PMH (Open Archives Initiative – Protocol for Metadata Harvesting).

Puede darse la situación inversa que se tengan datos crudos con una imagen asociada (v.g. datos de medición de fracturas en el pavimento a los cuales se les adosa la foto de la fractura), en este caso se trata de aplicaciones informáticas que además de datos crudos enlazan imágenes que complementan el dato. En este caso se pueden guardar los gráficos desde la aplicación informática en la propia base de datos o ésta puede dar un enlace al gráfico que está en un sistema de archivos.

Pongamos por ejemplo una aplicación de gestión de carreteras que guarda datos del pavimento y que puede remitir a una aplicación gráfica que contenga fotos de fracturas de pavimento (v.g. piel de cocodrilo). Ambas aplicaciones deben compartir un lenguaje terminológico común: la aplicación de gestión debe usar formas normalizadas para nombrar las

---

<sup>2</sup> Disponible en <<http://www.agesic.gub.uy/innovaportal/v/665/1/agesic/IDE.html>>.

carreteras (ruta 1) y también formas normalizadas para nombrar las tipologías de fractura de pavimento (piel de cocodrilo) y lo mismo la aplicación gráfica. La normalización terminológica se construye con una aplicación específica que es el tesaurus y debe ser coordinada y consensuada a nivel institucional.

## **TRATAMIENTO TERMINOLÓGICO**

Los puntos de acceso son importantes en cualquiera de los ítems detallados: expedientes, documentos generados o usados por la organización y aplicaciones informáticas. Los puntos de acceso no solamente deben estar previstos para toda la tipología de objetos sino que tienen que ser homogéneos para la institución. Sería deseable una homogeneidad terminológica a nivel del Estado para estandarizar y facilitar la recuperación de la información y proporcionar un acceso genérico a nivel de los portales del Estado. El primer paso será lograr este objetivo a nivel institucional y en las interfases internas o intranets.

Cada institución tiene su terminología específica pero cuando se relacione con otra institución remitirá a la terminología de la institución de competencia. Cuando el Ministerio de Turismo se refiera a las rutas deberá usar los términos que proporciona el Ministerio de Transporte que es el que se ocupa de la adecuación terminológica en esta área (v.g. ruta 1), pero será el responsable de los términos que se refieran al turismo.

La descripción terminológica debe cumplir estándares (SKOS) y estar debidamente documentada para que pueda cumplir los objetivos planteados.

La organización, primero hacia la interna debe tener un lenguaje claramente establecido y documentado. Este lenguaje será usado para la recuperación de las categorías detalladas: documentos, gráficos o multimedia, aplicaciones etc. Este lenguaje de la organización debe elaborarse en forma participativa con el aporte de los usuarios técnicos que conocen la jerga de uso y su alcance y los profesionales de información. Este lenguaje debe ser claramente documentado y además ser ampliamente difundido, conocido y manejado en la organización para que resulte de utilidad.

Supongamos que el Ministerio de Transportes y Obras Públicas tiene un portal institucional interno (Intranet) y esta Intranet disponibiliza diversos formatos y objetos de información (mapas, archivos, repositorios etc.). Si se busca en la Intranet por ejemplo "ruta 1" debería recuperar un mapa digital con un valor "ruta 1" para el atributo "rutas" o las tareas de mantenimiento realizadas en una aplicación de mantenimiento de rutas que tenga el valor "ruta 1" para el campo "rutas" o el expediente con la actuación que hizo la empresa vial en la ruta 1 que figura con el descriptor "ruta 1" como punto de acceso, y todos estos resultados de la búsqueda tienen un elemento que nuclea y homogeiniza, que es una entrada en un tesaurus para toda la organización donde bajo la jerarquía "rutas" figura la "ruta 1" con este nombre que se adopta como el término usado.

En este caso lo que se estandariza a nivel de la organización (y sería deseable estandarizar a nivel del Estado) es el valor del punto de acceso, aportando un nombre único y un significado claro y establecido que elimine ambigüedades.

Es necesario dar un paso más: los atributos no solo tienen un valor, también tienen una definición de trabajo. A medida que las aplicaciones se vuelven más especializadas como los sistemas de información geográfica (SIG) o aplicaciones a medida que usa la organización resulta necesario contar con una definición de trabajo clara y concisa. Una consulta muy común a nivel vial es el tránsito promedio diario anual (TPDA) en una ruta. Para ver exactamente que significa el valor TPDA debemos tener claro que tipos de vehículos están definidos en este valor, y así poder compartir, analizar, comparar y en definitiva trabajar con esta información. Es necesario establecer claramente el alcance del término y consignarlo en un tesoro u ontología.

## MAPAS DE INFORMACIÓN

Para analizar la información a nivel institucional se plantea el uso de una herramienta que en adelante se denomina “mapa de información” y es un bosquejo de alto nivel de los ítems productores de información y la forma como se relacionan unos con otros. Esta herramienta es gráfica y por tanto tiene la bondad de mostrar claramente como son los vínculos y relaciones de las aplicaciones de todo tipo y sus productos en una institución. El mapa de información es un grafo dirigido en el cual los nodos son los objetos productores de información, por ej. aplicaciones informáticas y los arcos indican los flujos de información que se intercambian entre los nodos y sus características (conexión manual o automática, tipo de información).

Resulta evidente la notoria ventaja de tomar como insumo la información que producen otros y centrarse en darle valor a aportando otros elementos que la enriquecen y no tener que generar nuevamente la misma información, con ineficiencia y redundancia. El mapa de información visibiliza los insumos y salidas de información en un entorno de trabajo definido, por ejemplo una institución.

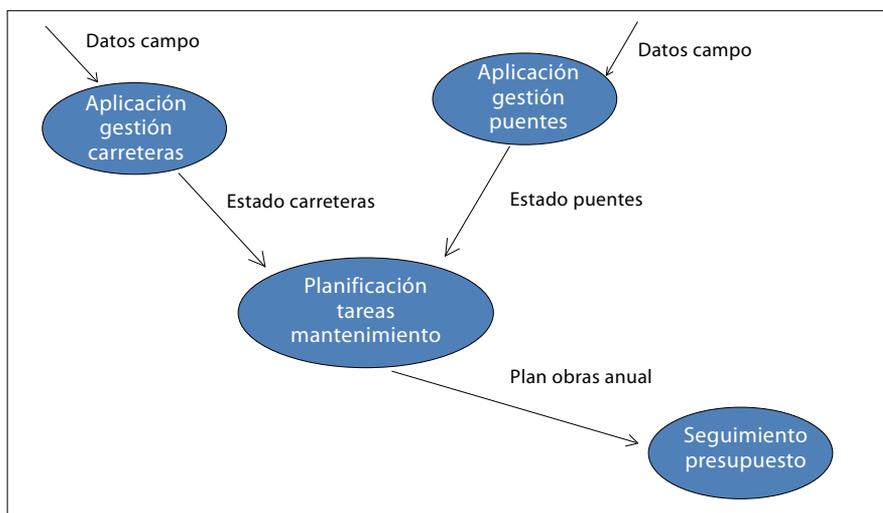


Figura 4. Mapa información

Un ejemplo de mapa de información en el campo de la gestión vial se puede ver en la figura 4. En el caso ejemplo, existe una aplicación de gestión de carreteras que tiene como entrada, datos de las carreteras que se relevan en el sitio (en campo) y constituyen un insumo para esta aplicación que tiene una salida que es el dato del estado de las carreteras que a su vez es un insumo para la aplicación que realiza la planificación de las tareas de mantenimiento de carreteras.

Los flujos de información que conectan las aplicaciones pueden ser manuales o automáticos. Lo ideal es que existan articulaciones automáticas entre las distintas aplicaciones y que las salidas de aplicaciones que son insumos de otras se realicen en forma automática a través de mecanismos que garanticen la corrección de los acoples (*web services*, *triggers* de base de datos etc.). El flujo de información "estado puentes" es un atributo "puente" y un atributo "estado" con sus respectivos valores (Puente 1 = bien, Puente 2 = regular).

Aunque a primera vista parece claro lo que es un puente, existen conceptos muy cercanos (puente y alcantarilla) que pueden generar dudas. Entonces establecemos el alcance en un tesoro u ontología: *Puente*: un puente es una construcción que permite salvar un accidente geográfico o cualquier otro obstáculo físico como un río, un cañón, un valle, un camino, una vía férrea, un cuerpo de agua, o cualquier otro obstáculo; *Alcantarilla*: una alcantarilla es una construcción que permite el drenaje transversal de las aguas superficiales bajo otra infraestructura, como un camino, carretera o vía férrea. Funcionalmente, una alcantarilla es totalmente similar a un puente, pero el término se aplica a obras de porte relativamente pequeño.

Al brindar una definición de trabajo y establecer claramente los términos, podemos realizar un acoplamiento entre la aplicación "Gestión de puentes" y la aplicación "Planificación tareas de mantenimiento", que tomará acciones diversas de acuerdo a consideraciones técnicas, según se trate de puentes o alcantarillas. Luego de definido el atributo, deben establecerse claramente los valores. Si la aplicación "Planificación de tareas de mantenimiento" opera en puentes con estado="regular", se debe tener claro que significa estado="regular". El estado de los puentes debe ser inequívoco para que los acoples funcionen adecuadamente. Los acoples pueden ser manuales o automáticos, es decir las salidas de una aplicación pueden ser ingestadas directamente en otra aplicación en forma automática con mecanismos como disparadores de base de datos o puede suceder que haya que ingresar en forma manual los valores de salida de un sistema a la entrada del otro. En el ejemplo, para realizar una planificación anual de tareas de mantenimiento es necesario como insumo el estado de los puentes (proveniente de la aplicación de gestión de puentes) y si las dos aplicaciones no tienen un acople automático entonces un operador manualmente debe ingresar los datos. Hay que considerar que en el ingreso manual hay un nivel de error que es necesario estimar y tomar acciones correctivas para subsanarlo. También hay que considerar la ineficiencia de tener que ingresar valores que ya se tienen.

Para poder realizar un acople automático, precisamos no solamente un desarrollador que realice la aplicación de acople, sino establecer interoperabilidad semántica.

La interoperabilidad semántica correspondería al establecimiento de una concordancia clara y precisa de los significados de los datos que se quieren acoplar. La interoperabilidad

está en un modelo de capas, donde tendríamos: primer nivel, de interoperabilidad a nivel de infraestructura (las aplicaciones se pueden comunicar físicamente); segundo nivel, de interoperabilidad sintáctica (los datos que acoplo son compatibles en su tipo y valor); tercer nivel, de interoperabilidad semántica (los datos que acoplo son compatibles en su significado).

Si la aplicación “Gestión de puentes” no distingue entre puente y alcantarilla y la aplicación “Planificación tareas mantenimiento” solo trabaja con puentes, entonces no hay manera de reutilizar los datos y hay que verificar dato por dato para cada ítem si se trata de un puente o una alcantarilla. Por otra parte si se decide actuar sobre los puentes en estado “regular” pero no coincide la semántica de puente en estado regular para la aplicación “Planificación de mantenimiento” y “Gestión de puentes” entonces las acciones no serán certeras.

## CONOCIMIENTO

La información precisa constituye un insumo para la toma de decisiones, para planificar, proyectar y establecer políticas públicas extrayendo conocimiento de esos datos e información.

Si la información está dispersa, será muy difícil analizarla para extraer conocimiento. La minería de datos es una metodología de extracción de conocimiento a través de aplicaciones específicas a esos efectos. Una solución de este tipo requiere planificación, esfuerzos y tiene su costo, pero sin duda permite establecer escenarios y realizar un análisis en prospectiva para tomar decisiones. Una solución alternativa que se plantea aquí, es generar aplicaciones que levanten los datos crudos de los distintos esquemas de bases de datos de la organización y los conecten de manera flexible estableciendo filtros y mostrando los resultados en forma gráfica.

Al realizar un análisis de la información de la organización se busca articular los datos al elaborar una capa de aplicación que permita manipular la visualización de la información utilizando filtros. El impacto de la visualización en formato gráfico y la combinación con el uso de filtros resulta muy revelador.

La riqueza expresiva de esta solución está dada por la rápida conexión de datos, saltando de una faceta a otra. Una consulta sobre una ruta arroja que está en buen estado (esquema de datos viales), entonces se puede visualizar cuanto se invirtió (con la articulación con un esquema de datos de sistema financiero) y saltar a ver cuales fueron las tareas de mantenimiento de rutas que se desarrollaron (esquema de gestión de carreteras) y así se van combinando las distintas informaciones y se puede ver que al realizar determinadas acciones sobre un tipo de pavimento específico se obtiene un resultado determinado con una inversión determinada, mientras que con otras metodologías hay otros resultados. Todo esto permite contrastar resultados para evaluar técnicas, inversiones y políticas.

En la figura 5 se muestra el esquema conceptual de la arquitectura de sistemas federados, que fue tomada como base para la propuesta. En nuestro caso, cada base de datos corresponde a un esquema de una aplicación y tiene una mirada sobre un aspecto de un objeto global, sería el esquema local. Este esquema local se lleva a un esquema componente

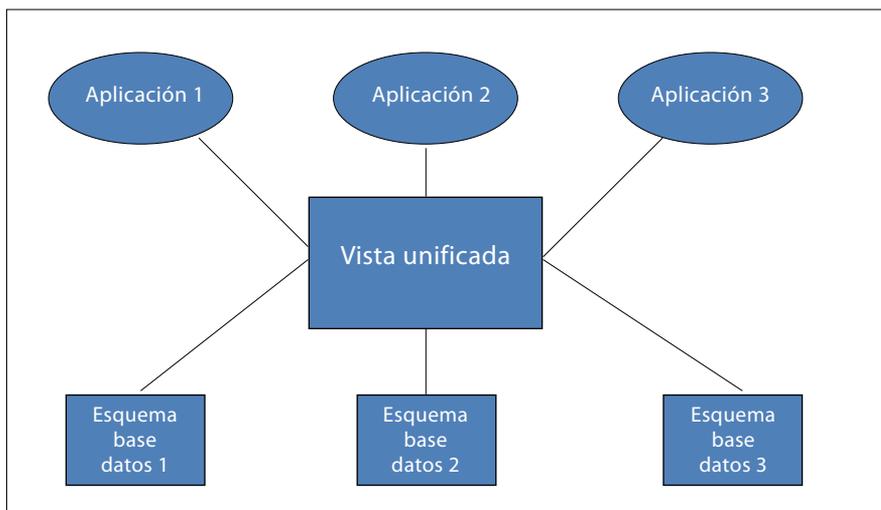


Figura 5. Esquema datos federados

que corresponde al modelo de datos común – a veces es necesario generar adecuaciones y disparadores que generen tablas nuevas. Desde este esquema componente se trabaja directamente ya que el esquema federado es la concatenación de todos los esquemas componentes y esta concatenación agrupa componentes prácticamente disjuntos. El elemento común es el identificador de un objeto principal sobre el cual se miran facetas diferentes. La integración de estas miradas diversas de un objeto común se teje directamente desde la aplicación de visualización, de modo que el esquema federado constituye una capa abstracta que tiene el conocimiento de estos enlaces. Los distintos esquemas externos se ven como un esquema externo único, una gran visión global que se navega hacia todas partes con filtros y enlaces.

En cierto sentido es una especie de *datawarehousing* que no bucea en características desmenuzadas y particionadas sino en muchos atributos diferentes, desde una perspectiva globalizadora. La visión no es en profundidad de atributos, sino en atributos distintos, facetas diferentes del mismo objeto.

Esta aplicación de visión unificada permite moverse con distintas opciones y aplicar filtros, ésta es una característica de importancia para poder hacer una exploración que genere conocimiento en forma ágil. A su vez cada atributo usado en la aplicación se detalla en su alcance y definición brindando documentación de estructura y de semántica. También se documenta la fuente del dato, es decir de que aplicación procede de modo de tener clara la trazabilidad del dato.

Es de destacar que una vez hecha una consulta el resultado es exportable en el formato que se desee: planilla electrónica, CSV (Comma-separated values) o RDF (Resource Description Framework), de modo que se puede decir que esta aplicación de visión unificada es una fuente de datos abiertos, con la característica de que no es necesario actualizar el conjunto de datos, ya que siempre el conjunto de datos está actualizado, pues muestra los datos que

están en los esquemas locales. La otra ventaja es que el conjunto de datos se genera *ad hoc*, de acuerdo a los requerimientos o necesidades, aplicando los filtros.

La aplicación de visión unificada, constan de un menú indicando distintas facetas de la información y para estas facetas ofrecen filtros con ventanas desplegadas y opciones gráficas. Los filtros muestran opciones que son intuitivas pero que en un análisis pormenorizado deben ser claramente establecidos y aquí está presente la necesidad de una claridad terminológica y es por eso que el sistema debe mostrar la documentación sobre la estructura y la definición de los atributos. Contar con esta documentación es una condición ineludible para la legibilidad del dato. Esta documentación corresponde al conocimiento extraído de la aplicación fuente.

Una vez que se identifica un dato de interés se puede ir navegando para verlo en detalle cada vez mayor. Se va desde lo general a lo particular, bajando cada vez más el nivel de detalle. La potencialidad más significativa de la aplicación de visión unificada es su disponibilización en forma gráfica y la posibilidad de exportar los datos en formato de planilla electrónica para usarse como datos abiertos.

## **SERVICIO UNIFICADO DE INFORMACIÓN**

El diseño de información o la arquitectura de la información a nivel del gobierno electrónico es una tarea en la cual es necesario un grupo interdisciplinario de profesionales de la información (bibliotecólogos, archivólogos, documentalistas) en conjunto con informáticos y con el aporte de los licenciados de comunicación para el diseño de una política de comunicación. El fortalecimiento de todas las herramientas mencionadas en este documento y su disposición en un portal interno que sea liderado por este equipo interdisciplinario y que sea a la vez el artífice de recoger la información dispersa, articularla y disponerla estimulando a los funcionarios a participar en esta tarea puede establecer un cambio hacia la trastienda del gobierno electrónico. Este equipo también puede ser el encargado de recoger las consultas internas o externas provenientes del ejercicio de la ley de acceso a la información pública. Esta “ventanilla única de consultas” permitiría identificar vacíos, necesidades, requerimientos, adaptaciones y en general ir adecuando la información y los servicios a nivel institucional, hacia la interna, pero también hacia el ciudadano haciendo posible también la coordinación con otros organismos de gobierno bajo un criterio de acoplamiento racional.

Existen herramientas de amplio uso en otros ambientes como la “mesa de ayuda” que generan una base de conocimiento y establecen un monitoreo estadístico de consultas para articular un ciclo de mejora continua que atienda las consultas insatisfechas y detecte vacíos a partir de los cuales se puedan habilitar cambios, mejoras, nuevos procesos, nuevos actores, o valor agregado a lo que ya exista. La base de conocimiento que genera este tipo de aplicaciones de mesa de ayuda, normalmente permite establecer consultas estacionales, recurrentes en las que se puede ir mejorando el desempeño o incluso anticiparse con servicios. Los pedidos de información pueden categorizarse por áreas, por tipo de solicitante, por niveles de urgencia; todo lo cual habilita el establecimiento de políticas y actividades que apoyen en definitiva una mejor gestión, porque la gestión es para el ciudadano, es el ciudadano el cen-

tro de la actividad y una detección de las inquietudes informacionales del ciudadano hace a un gobierno más cerca de las necesidades e intereses de sus usufructuarios y más apegado a la realidad social que es la que reclama la información.

## **CONCLUSIONES Y PROSPECTIVA**

Las distintas funciones y actividades que lleva adelante una organización van dejando rastros tangibles en distintos objetos y formatos que se decantan en contenedores específicos (aplicaciones, colecciones digitales, documentos archivísticos etc.). Cuando esos objetos no son documentos archivísticos, es necesario trasuntar la vinculación respecto a esas funciones o actividades a través de metadatos específicos.

En el caso de los documentos archivísticos a diferencia de otras fuentes de información, éstos tienen la característica intrínseca de que se estructuran de acuerdo a la relación orgánica que los vinculan reflejando las funciones y actividades que documentan. En el documento archivístico la adición de metadatos es un elemento funcional a la integración semántica y a la recuperación, pero la ubicación del documento archivístico en la topología del archivo es un elemento semántico propio que preexiste en el cuadro de clasificación del archivo y que no se señala específicamente pero que no puede soslayarse ni sustituirse por este aporte de metadatos.

En la información que fluye en la organización tenemos datos no estructurados (contenidos en documentos de trabajo y expedientes), datos semiestructurados (contenidos en formularios o planillas Excel) y datos estructurados (provenientes de las bases de datos). Esta información es dinámica, va cambiando, enriqueciéndose, mudando de un sistema a otro y el mayor desafío es lograr acceder a todos los aspectos de una información que está en situaciones, formatos y sistemas diversos.

Los datos tienen un ciclo de vida y están sujetos a cambios a lo largo de las actividades que realiza la organización. El dato tiene una fuente, un origen, una trazabilidad. Si se precisa un dato sobre un atributo v.g. el estado de un puente, pueden interesarme los datos específicos que brinda una aplicación informática que utiliza una base de datos, pero luego quiero ver una foto del puente, que está en un repositorio de fotos, o preciso acceder a un informe de un técnico en un documento que está en un gestor documental o al expediente por el cual se contrató un mantenimiento del puente que está en el sistema de expedientes o en el archivo institucional. Para lograr enlazar esta diversidad, es necesario construir cañerías que me permitan deslizarme de un lugar a otro usando los mismos términos y sin tener que ser un experto en cada una de estas instancias. Para ello es necesario lograr la interoperabilidad terminológica y la integración semántica.

Es necesario generar consenso sobre el significado de los datos, su semántica. ¿Qué significa cuando yo hablo del estado de una carretera? Hay una definición de trabajo que opera en un contexto y que debo visibilizar para saber cual es el significado del término y poder usarlo apropiadamente.

Cada aplicación tiene autonomía, usa su propio modelo de datos, sus propios estándares y funcionalidades, pero existe la necesidad de acoplar estas aplicaciones y es entonces necesario

consensuar un lenguaje común en el que por ejemplo “estado” tenga el mismo el significado en una aplicación o en otra, o si esto no se logra, por lo menos debe quedar claro que no hay correspondencia semántica y que en cierto lugar un término tiene un significado y en otro lugar otro significado, para de este modo acoplar los elementos que puedan hacerlo o realizar los ajustes o modificaciones para que se acoplen los elementos que tienen diferencias.

En síntesis, la información en la organización es heterogénea, está dispersa, no está estructurada, es dinámica (sufre cambios a lo largo del tiempo) y usa una terminología diversa por lo cual realizar una búsqueda de información plantea un problema de integración de datos.

Podríamos llamarlo el problema del “metabuscador institucional” por analogía a los metabuscadores en los sistemas bibliotecológicos que reúnen en un solo punto las búsquedas en el catálogo bibliográfico online (Online public access catalog – OPAC), las bases de datos institucionales o contratadas, los repositorios, y una diversidad de recursos de información que posee una biblioteca.

En el gobierno electrónico existen diferentes fuentes de datos o información (repositorios, expediente electrónico, aplicaciones de bases de datos, sistemas de información geográficos, gestores documentales etc.) y tienen esquemas distintos en los cuales cada fuente manipula sus datos. Las fuentes son autónomas en cuanto a su diseño por tanto son heterogéneas en cuanto a su modelo de datos (heterogeneidad sintáctica) y son autónomas en cuanto a su manera de comunicarse.

Como la situación se aplica a un dominio específico – el gobierno electrónico – se puede hacer un abordaje que corresponde a un segmento de conocimiento acotado, estableciendo un modelo referente, consensuado. Esta es una ventaja importante porque además a nivel de gobierno hay una visión y una estrategia compartida en la cual existen lineamientos que propenden el establecimiento de vinculaciones interinstitucionales y servicios transversales.

Si existe una terminología para el dominio (nivel gobierno o nivel institución de gobierno) que sea consensuada, es posible mapear los términos de los distintos esquemas a esa terminología común.

Esta terminología que usa la organización está viva, se extiende en la medida que se realizan las actividades. Existe además un conocimiento en la organización que es rico en semántica y es necesaria una herramienta que permita describir la riqueza del dominio – relaciones de inclusión de conceptos, herencia etc. – enriqueciendo la terminología de modo que pueda reflejar esta compleja urdimbre. Esta herramienta es una ontología.

Para compartir información en un dominio, entonces, se debe tener un referente y un acuerdo sobre un modelo que sea común. Ese modelo común debe tener la característica de que se pueda modificar, extender, adaptarse a nuevos elementos o rediseñarse y eso se logra con una estructuración que sea algo más que una taxonomía consensuada o un tesoro, eso se puede hacer con una ontología que es extensible y que permite definir operaciones y realizar inferencias.

Como primera aproximación a la integración semántica se plantea trabajar con un tesoro de la organización, estableciendo una terminología común para luego seguir avanzando en la elaboración de una ontología en el ámbito de cada institución de gobierno. Las instituciones a su vez pueden coordinar unas con otras los elementos que corresponden a

la competencia de cada quien. La idea es apropiarse del espíritu de la IDE en lo referente a compartir áreas comunes y desarrollar áreas específicas. El Ministerio de Transporte se puede ocupar de los términos viales mientras que el Ministerio de Economía de los términos de presupuesto y también hay un segmento común a todo el estado como el de los expedientes que correspondería a un nivel central.

Las ontologías desarrolladas pasarían a ser un estándar de uso común del lenguaje del dominio – en este caso el gobierno electrónico –, de la estructuración de sus conceptos y sus relaciones, en definitiva constituyen una interpretación de la realidad en ese segmento de conocimiento establecida como común para construir interoperabilidad. Son un referente al que se pueda aludir y un modelo común para expresiones no canónicas que pueden seguir existiendo y desarrollándose con autonomía pero que pueden ser interoperables si existe un mapeo entre sus elementos y los de la ontología referente.

La ontología tiene un gran poder expresivo y además puede extenderse a medida que se requiera. La ventaja mayor es que se trata de una especificación formal por lo cual es posible extraer conocimiento y puede ser usada para consultas semánticas.

Si se puede establecer un mapeo entre las fuentes diversas y la ontología, es posible poner los datos de las fuentes (que están no solo semiestructurados, sino estructurados muy diversamente) y convertirlas en instancias de la ontología y es la ontología la que contesta las preguntas pudiendo extraer conocimiento nuevo.

El modelo común para expresar los modelos de datos de los distintos esquemas tiene que ser el de mayor expresividad, RDF, que es un modelo de datos conceptual que constituye una recomendación de la W3C para la web semántica. Se trata de triplas (sujeto, predicado objeto) que describen los recursos y se puede serializar en XML. Pueden verse como un grafo ordenado navegable. Una vez que se adhiere a un modelo común RDF para la descripción de los recursos, es necesario resolver la heterogeneidad semántica, las discordancias en el significado o interpretación de los datos estableciendo las correspondencias semánticas.

Finalmente se puede realizar búsqueda semántica, por ej. en SPARQL (SPARQL Protocol and RDF Query Language), que es un lenguaje de consulta sobre RDF.

Este camino es un trayecto de muchos tramos y de largo aliento pero la ventaja de iniciarlo a nivel de instituciones gubernamentales es que éstas fortalecen los procesos internos de conexión y recuperación de información. Al tratarse de un dominio restringido es una tarea de una escala razonable. El conocimiento de la organización se abre hacia sí misma mejorando las interconexiones internas y evitando errores y redundancia, y el conocimiento va quedando documentado y accesible, de modo que las fuerzas que se pierden en tareas que se repiten a lo largo de la organización pueden usarse para dar información más rica y correcta.

En la medida que las instituciones de gobierno transiten un camino similar – que se puede establecer como una política pública – es posible ir generando los acoples interinstitucionales y generar una normalización de información a nivel de gobierno que se puede ir completando al paso en que las organizaciones vayan avanzando.

El papel de los profesionales de la información en esta iniciativa, formando parte de equipos multidisciplinarios es fundamental.

## Referências bibliográficas

BOOCH, G.; JACOBSON, I.; RUMBAUGH, J. *The Unified Modeling Language Reference Manual*. Madrid: Pearson Higher Education, 2004.

CALLEGARI, Daniel; VIERA, Marcos; MOTZ, Regina. Design of a service-oriented architecture for federated systems. *Journal of Computer Science & Technology*, v. 5, n. 4, 2005. Disponible en: <<http://journal.info.unlp.edu.ar/journal/journal16/papers/jcst-dec05-1.pdf>>. Acceso en: 27 mayo 2013.

CARBALLA RIVAS, Noa María. La comunicación 3.0 en el gobierno abierto: las redes sociales como estrategia de comunicación para la información cotidiana. CONGRESO INTERNACIONAL COMUNICACIÓN 3.0., III, 10 y 11 oct. 2012, Salamanca. Disponible en: <<http://campus.usal.es/~comunicacion3punto0/comunicaciones/2012/502.pdf>>. Acceso en: 27 mayo 2013.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). CÂMARA TÉCNICA DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS. *e-ARQ Brasil: modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos: versão 1.1*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011. Disponible en: <<http://www.documentoseletronicos.arquivonacional.gov.br/media/e-arq-brasil-2011-corrigido.pdf>>. Acceso en: 27 mayo 2013.

ELMASRI, R.; NAVATHE, S. B. *Fundamentos de sistemas de bases de datos*. 3. ed. Madrid: Pearson Higher Education, 2002.

MOTZ, Regina. Dynamic Maintenance of an Integrated Schema. *Integrated Publication and Information Systems to Information and Knowledge Environments*, p. 21-30, 2005. Disponible en: <[http://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-540-31842-2\\_3#page-1](http://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-540-31842-2_3#page-1)>. Acceso en: 27 mayo 2013.

OECD. OECD Guiding Principles for Open and Inclusive Policy Making. EXPERT MEETING ON BUILDING AN OPEN AND INNOVATIVE GOVERNMENT FOR BETTER POLICIES AND SERVICE DELIVERY, 8-9 jun. 2010, Paris. Disponible en: <<http://www.oecd.org/gov/46560128.pdf>>. Acceso en: 27 mayo 2013.

OSZLAK, Óscar. Gobierno abierto: promesas, supuestos, desafíos. CONFERENCIA ANUAL INPAE 2012, VIII, 25 de abril de 2012, San Juan de Puerto Rico. *Gobierno abierto: por una gestión pública más transparente, participativa y colaborativa*. Disponible en: <<http://www.oscaroszlak.org.ar/images/articulos-espanol/Gobierno%20abierto.pdf>>. Acceso en: 27 mayo 2013.

PEDRAZA JIMÉNEZ, R.; CODINA, L.; ROVIRA, C. Web semántica y ontologías en el procesamiento de la información documental. *El profesional de la información*, v. 16, n. 6, p. 569-578, 2007. Disponible en: <<http://www.lluiscodina.com/webSemanticaOntologias2007.pdf>>. Acceso en: 27 mayo 2013.

RAMIREZ ALUJAS, Alvaro. Innovación en la gestión pública y open government (gobierno abierto): una vieja nueva idea. *Buen Gobierno*, n. 9, p. 94-133, 2010. Disponible en: <[http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1820326](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1820326)>. Acceso en: 27 mayo 2013.

\_\_\_\_\_. Gobierno abierto y modernización de la gestión pública: tendencias actuales y el (inevitable) camino que viene. Reflexiones seminales. *Enfoques*, n. 15, p. 99-125, 2011. Disponible en: <<http://www.gigapp.org/es/lista-de-miembros?view=publication&task=show&id=387#UaO9QkqbOso>>. Acceso en: 27 mayo 2013.

SHETH, Amit P.; LARSON, James A. Federated database systems for managing distributed, heterogeneous, and autonomous databases. *ACM Computing Surveys (CSUR)*, v. 22, n. 3, p. 183-236, 1990. Disponible en: <<http://knoesis.wright.edu/library/download/SL90.pdf>>. Acceso en: 27 mayo 2013.

---

Recebido em 28/5/2013

Aprovado em 10/7/2013

**O ARQUIVO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
**POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO DA CIÊNCIA EM PORTUGAL**  
THE ARQUIVO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
POLICY AND ORGANIZATION OF SCIENCE IN PORTUGAL

**MARIA FERNANDA FERNANDES GARCIA ROLLO** | Professora Associada com Agregação do Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e presidente do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

**MADALENA TEOTÓNIO PEREIRA BOURBON RIBEIRO** | Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Ministério da Educação e Ciência), investigadora do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

**PAULA CRISTINA VELOSO MEIRELES** | Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Ministério da Educação e Ciência), investigadora do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

**RESUMO**

O Arquivo Nacional de Ciência e Tecnologia foi criado em 2011. Contém um acervo essencial ao estudo das políticas científicas e da organização da ciência em Portugal, desde os meados do século XX, e do próprio sistema científico nacional. Integra espólios documentais das instituições de organização e administração pública da ciência e de alguns dos seus principais protagonistas.

*Palavras-chaves: história da ciência; política científica; acervos científicos; arquivos.*

**ABSTRACT**

The Arquivo Nacional de Ciência e Tecnologia was established in 2011. Its collections are essential to the study of scientific policy and organization of science in Portugal, since the mid-twentieth century, and to the study of the Portuguese national science system itself. It includes among its collections the archives of institutions responsible for the organization and public administration of science, as well as the personal archives of some of its main protagonists.

*Keywords: history of science; science policy; science archives; archives.*

**RESUMEN**

El Arquivo Nacional de Ciência e Tecnologia se creó en 2011. Contiene un acervo documental esencial para el estudio de las políticas científicas y de la organización de la ciencia, en Portugal desde mediados del siglo XX y del propio sistema científico nacional. Integra archivos de instituciones responsables de la organización y la administración pública de la ciencia, así como los archivos personales de algunas figuras importantes en el campo.

*Palabras clave: historia de la ciencia; política científica; acervos científicos; archivos.*

**A** Fundação para a Ciência e a Tecnologia – IP (FCT) foi criada em 1997, sucedendo à Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT).

A história da FCT reflete e confunde-se com a própria história da ciência e tecnologia e da organização da ciência em Portugal. A par do seu passado histórico, a FCT é herdeira e detentora de um significativo património, com larga predominância de acervo documental, que inclui, para além do seu próprio arquivo, o espólio da JNICT e de outros organismos públicos e privados.

A FCT tem desenvolvido várias iniciativas no sentido de garantir a preservação, organização e divulgação do seu arquivo histórico, valorizando o seu carácter verdadeiramente singular e único no que respeita ao conhecimento da história da organização e administração da ciência, das políticas científicas e, afinal, da própria história das ciências em Portugal. Perspectiva-se como um espaço de cultura e de memória, integrando outros contributos, nomeadamente acervos pessoais, que aqui encontram um lugar adequado à sua salvaguarda, completando, aumentando o património nacional que o Arquivo da FCT constitui.

Entende-se, assim, que, para lá da missão permanentemente renovada de promover ciência, a inexorabilidade histórica coloca a FCT, e as instituições que a precederam, decorridos pouco mais de quarenta anos da criação da JNICT, como objeto de ciência.

## **HISTÓRIA E MEMÓRIA DA ORGANIZAÇÃO DA CIÊNCIA EM PORTUGAL**

Se a história da prática científica e do desenvolvimento da ciência em Portugal conta já com diversos contributos, para diferentes períodos históricos (AA.VV, 1986; AA.VV, 1992; Pereira et al., 2006; Fitas et al., 2008), a história das instituições e das políticas científicas, da organização da ciência pelo poder central, entenda-se, é uma aproximação “político-institucional” à história da ciência que tem carecido de atenção historiográfica. Também se compreende que um quesito fundamental para o aprofundamento da história institucional reside, precisamente, em acautelar o património documental e a estreita cooperação entre historiadores e arquivistas.

Em particular, a Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT) foi criada através do decreto-lei n. 47.791/1967, de 11 de julho, sendo-lhe cometidas as “funções de planear, coordenar e fomentar a investigação científica e tecnológica no território nacional”.

A sua criação resultava afinal da crescente expansão da ciência e da tecnologia e do significado do percurso histórico que, sobretudo desde a Primeira Guerra Mundial, se vinha institucionalizando em Portugal, no sentido da definição e realização de uma política científica nacional.

De fato, a vontade e a necessidade de organizar a ciência tinham já um passado histórico que remontava diretamente ao início do século XX, cumprindo um percurso em que se inscrevia agora a criação da JNICT, processo que se manteve sempre a par da observação atenta das experiências internacionais quanto aos modelos de coordenação da investigação científica e tecnológica.

## GÊNESE E ORGANISMOS DE ORGANIZAÇÃO DA CIÊNCIA EM PORTUGAL

Frustradas diversas tentativas, foi no contexto da ditadura militar (1928-1933) que se criou pelo decreto n. 16.381/1929, de 16 de janeiro, a Junta de Educação Nacional (JEN). A JEN prosseguia um programa vasto e ambicioso, que ia da ciência à cultura, passando ainda por intuítos de pedagogia nacional. Criada no seio do Ministério da Instrução, tinha como principais atividades conceder bolsas, criar centros e atribuir subsídios. Viria a sofrer ampla organização em 1936. Criar-se-ia então uma Junta Nacional de Educação (JNE), organizada em várias seções, contendo uma 7ª seção encarregada da cultura e da ciência, que se designou Instituto para a Alta Cultura (IAC), que herdava as funções da anterior JEN. Ainda que cerceado na sua autonomia, o IAC teve um papel importante no envio de bolseiros para o estrangeiro e na criação de centros de investigação, pesem embora os condicionalismos decorrentes da estreiteza de visão e de meios e, sobretudo, das idiossincrasias autoritárias e redutoras da matriz política vigente.<sup>1</sup>

Em termos gerais, a Segunda Guerra Mundial e o contexto de tensão e competição da Guerra Fria que lhe sucedeu tiveram um impacto decisivo na evolução da ciência, conferindo-lhe um crescente valor econômico, político e estratégico. Ao mesmo tempo, reforça-se a tendência no sentido da afirmação do papel e da responsabilidade do poder central na área da investigação científica e do desenvolvimento tecnológico e a promoção de políticas nacionais para a investigação e educação científicas, suscitando, é claro, o debate e a reconfiguração institucional em matéria de organização da ciência.

Em Portugal, após a Segunda Guerra, também se discutiu o estado da investigação científica, propondo-se a “metamorfose” do IAC numa “Fundação Nacional de Ciência”. Contudo, e apesar dessa ideia ambiciosa, o que se seguiu foi uma nova reestruturação do IAC (decreto-lei n. 38.680/1952, de 17 de março), que passou a designar-se Instituto de Alta Cultura, autonomizando-se, então, da JNE, mas mantendo o escopo de atuação no Ministério da Educação Nacional. Contemplava-se, ainda assim, a necessidade de montar uma estrutura de maior envergadura administrativa; no entanto, deixava-se só implicitamente ao IAC a questão da coordenação da investigação, e apenas no âmbito do Ministério da Educação. Já o tópico da projeção cultural do país parecia ganhar novo fôlego.<sup>2</sup>

Apesar dos impasses, os anos de 1950 registaram iniciativas em alguns setores estratégicos, nomeadamente no que se refere à energia nuclear e às colônias africanas. Surgiriam entretanto, no contexto externo, novas reflexões quanto ao caminho a prosseguir. Os anos de 1960 trariam mesmo algum questionamento dos moldes da ação estatal para com a ciência, assinalando-se a necessidade de delimitar os interesses do Estado e da sociedade sobre a investigação conduzida. Além do mais, e em boa medida por influência dos economistas no terreno das políticas científicas, ganhava expressão o papel da ciência e da tecnologia no

---

1 Ver sobre a história da Junta de Educação Nacional, os organismos que lhe sucederam, a questão da política e do sistema de organização da ciência e da investigação em Portugal no século XX, Rollo et al., 2012.

2 Em específico, para uma descrição e interpretação deste debate veja-se Rollo et al., 2012, p. 196 e ss. e 210 e ss.

crescimento econômico e mesmo no bem-estar social. Colocam-se novos desafios, surgem novas preocupações, nomeadamente no campo da distribuição racional dos recursos, suscitando outras reflexões e definição de prioridades.

Foi então que, também no âmbito português, e depois de sucessivos anos de algum impasse, e talvez sob o impulso de personalidades de relevo, ou sob a influência crescente de circuitos internacionais de política científica, nomeadamente da OECE/ OCDE (refira-se ao projeto das Equipas-Piloto, que contemplou também Portugal) e da própria NATO/ OTAN, se começou a insinuar a ideia de que urgia organizar com maior detalhe e orientação a investigação científica nacional. Afirmava-se a ideia de uma maior coordenação, tanto por causa de imperativos de prestígio como por necessidade de potenciar os escassos meios e recursos existentes.

Colocando-se em maior amplitude o tema da administração da ciência, e com certa acuidade estratégica própria da conjuntura, e inclusive no quadro da Guerra Fria, se decidiu pela importância de definir uma “política científica nacional”. Desejo a que corresponderia a criação da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT), no seio da Presidência do Conselho (decreto-lei n. 47.791, de 11 de julho de 1967).<sup>3</sup>

#### **CRIAÇÃO E HISTÓRIA DA JNICT (1967-1997)**

A principal novidade da JNICT, de um ponto de vista da história das políticas científicas, foi a assunção dessa necessidade de coordenação dos recursos nacionais, englobando os mais diversos setores, da economia à educação. A criação da JNICT, pode dizer-se, revelava o fracasso do IAC no respeitante à coordenação intersectorial.

Na prática, a preocupação com a modernização falhada do sistema econômico fez surgir entre as elites nacionais algumas tentativas “subterrâneas” de formular uma solução para a escassa qualificação da mão de obra e para a fraca modernização do setor produtivo (Rollo; Brito, 1996; Rollo et al., 2012; Brito, 1995; Santos, 1996).

Compreende-se, assim, que no seu diploma fundador se salientem, para além da *urgência* de definir a “política científica nacional”, duas questões prévias e fundamentais: (i) a integração do novo organismo na Presidência do Conselho, afastando-o do IAC, com a justificação da sua ação se estender a outros setores, incluindo as províncias ultramarinas e (ii) o cometimento de funções de coordenação da investigação científica como tecnológica, nomeadamente relacionadas com a defesa nacional e o desenvolvimento econômico.

Desde logo a JNICT assumiu no âmbito da sua missão a participação, ou coordenação da participação, em reuniões internacionais (OTAN, OCDE, ONU etc.), ou ainda o estabelecimento de estruturas permanentes, sobretudo com a criação de várias comissões em áreas consideradas estratégicas: Comissão Permanente de Estudos do Espaço Exterior (portaria n. 29/70, de 14 de janeiro); Comissão Permanente INVOTAN (portaria n. 141/70, de 12 de mar-

---

3 Ver, entre outros estudos, a contribuição recente de Tiago Brandão para a história da JNICT em Brandão, 2008.

ço); Comissão Nacional do Ambiente (portaria n. 316/71, de 19 de junho); Comissão Permanente para a Cooperação Científica e Técnica com as Comunidades Europeias e com a OCDE – COCEDE (portaria n. 357/71, de 3 de julho).

Entretanto, em 1972, a JNICT “aderia” ao planejamento, assumindo a função de gabinete setorial de planejamento para a área horizontal da ciência e tecnologia, área que nos planos econômicos anteriores não aparecia autonomizada. Por fim, como principais iniciativas levadas a cabo pela JNICT, refira-se à sistematização das atividades de inventariação dos recursos em ciência e tecnologia – de fato, foi dada prioridade à inventariação sistemática de recursos nacionais e, em junho de 1973, foram publicados os primeiros dados, relativos a 1971, sobre despesa e outros elementos para a caracterização e conhecimento do campo científico e técnico em Portugal.

Com a Revolução de 25 de abril de 1974, houve que reacertar o destino da investigação científica evitando trilhos confusos e incertos. Apesar das boas intenções constitucionais, o reduzido orçamento para as despesas de I&D e as resistências setoriais, a uma administração pública e coordenada da ciência, vieram marcar negativamente o período de 1974 a 1986, como de impasse, pródigo em iniciativas, mas, com frequência, de sentido oposto ou contraditório (Gonçalves, 1998).

Em 1976, as competências e meios de execução correspondentes à investigação científica foram retiradas ao IAC e atribuídas ao Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC), criado pelo decreto n. 538/76, de 9 de julho. As competências e meios de execução correspondentes à difusão da língua e cultura portuguesas no estrangeiro viriam a ser atribuídas ao Instituto de Cultura Portuguesa (hoje Instituto Camões), pelo decreto-lei n. 541/76.

No contexto de uma mal disfarçada disputa de competências (Caraça, 2002; Heitor; Horta, 2004), a JNICT ficou na esfera do Ministério das Finanças e Planeamento, e o recém-criado Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial, no Ministério da Indústria. No início dos anos de 1980, a JNICT introduziu o primeiro Plano Integrado de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PIDCT), prevendo medidas claras de política científica destinadas à investigação científica, que assumia então como o seu principal instrumento de política científica. Aconteceu que, já em 1983, o Ministério da Indústria, através do LNETI, lançou o Plano Tecnológico Nacional (PTN), uma iniciativa que viria a causar conflitos institucionais com a política da JNICT.

Foi já no quadro da integração europeia que os mecanismos de política científica se reforçaram, alargando a diversidade das fontes e os instrumentos de financiamento, e intensificando ainda o trabalho em rede com parceiros externos (Caraça, 2002). De fato, é reconhecido que foi preciso esperar pela entrada de Portugal na Comunidade Europeia para assistir a um “real impulso dos investimentos públicos na investigação científica” (Ruivo, 1998).

Em 1986, a JNICT acabou por estabilizar-se no Ministério do Plano. Em 1987, na sequência das Jornadas Nacionais de Investigação Científica e Tecnologia, constituindo um assinalável contributo da comunidade nacional de C&T para a modernização do país (Heitor; Horta, 2004; Abreu, 1987), a JNICT lançou o Programa Mobilizador de Ciência e Tecnologia (PMCT), cujo objetivo era a implementação de um conjunto de projetos dinamizadores de

C&T, a nível nacional. Pouco mais tarde, em 1988, a Assembleia da República aprovou uma lei que propunha um modelo de C&T, a intitulada Lei sobre a Investigação Científica e do Desenvolvimento Tecnológico (lei n. 91/88, de 13 de agosto). Nesse diploma, foi levada a cabo uma importante reestruturação da JNICT (decreto-lei n. 374/88, de 21 de outubro), consolidando-se o seu papel de instituição financiadora e enquadrando os seus programas na elegibilidade explícita do Quadro Comunitário de Apoio (QCA), designadamente programas de fomento como o Programa CIENCIA (Criação de Infraestruturas Nacionais de Ciência, Investigação e Desenvolvimento) (1990-1993).

Sob o impulso de um pacote de medidas sustentado pelos fundos estruturais, a JNICT ganhou um protagonismo acima dos outros organismos. Não tardou o decreto-lei n. 188/92, de 27 de agosto, extinguindo o INIC, tendo sido as suas principais atribuições transferidas para a JNICT. Ressalvava-se, porém, que a situação seria transitória, até a efetiva criação dos organismos resultantes da reestruturação antes referida.

#### **A FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA**

A criação, em 1995, do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) introduziria uma enorme remodelação institucional. A criação de um ministério próprio, há muitas décadas recomendada da OCDE, anunciava alterações (decreto-lei n. 296-A/95, de 17 de novembro). Com efeito, a breve prazo, em 1997, as atribuições da JNICT foram distribuídas por três instituições, dependentes do MCT: a FCT, que passava a ter funções de avaliação e financiamento, o Instituto para a Cooperação Científica e Tecnológica Internacional (ICCTI), com atribuições na área da cooperação internacional, e o Observatório das Ciências e Tecnologias (OCT), com funções de observação, inquirição e análise (decreto-lei n. 188/97, de 28 de julho).

A FCT é um instituto público, dotado de autonomia administrativa e financeira e com património próprio, integrado na administração indireta do Estado, atualmente sob tutela e superintendência do Ministério da Educação e Ciência. Tem por missão

o desenvolvimento, o financiamento e a avaliação de instituições, redes, infraestruturas, equipamentos científicos, programas, projetos e recursos humanos em todos os domínios da ciência e da tecnologia, bem como o desenvolvimento da cooperação científica e tecnológica internacional, a coordenação das políticas públicas de ciência e tecnologia, e ainda o desenvolvimento dos meios nacionais de computação científica (decreto-lei n. 55/2013, de 17 de abril).

Em termos concretos, a atividade de promoção e financiamento da investigação científica e tecnológica da FCT consubstancia-se em cinco tipos de apoios diferentes: projetos; recursos humanos; instituições; equipamentos; e outros apoios (reuniões, publicações etc.).

A FCT prossegue desde 1997 a sua missão permanentemente renovada no campo da ciência em Portugal, transportando um legado histórico, salvaguardando e enriquecendo um inestimável património documental que constitui, formalmente desde 2011, o Arquivo de Ciência e Tecnologia.

## **O ARQUIVO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

O espólio histórico da FCT encontra-se bem preservado, tendo sobrevivido contra o que tem acontecido com importantíssimos acervos históricos públicos e privados, a voragens, abandonos e até destruições provocados por razões de ordem muito diversa.

Trata-se de um acervo único e de inegável interesse e qualidade histórica, que, como se referiu, acompanha e repercute a textura e a atividade cultural e científica portuguesa desde os meados do século XX até a atualidade, a forma como se desenharam, estruturaram e desenvolveram estratégias e políticas de enquadramento dessa atividade, as relações que se estruturaram e aconteceram em sede nacional e internacional entre os diversos tipos de organismos, públicos ou privados, de alguma forma ligados à vida científica.

Considerando o inestimável valor científico e patrimonial desse acervo histórico, a FCT celebrou um protocolo de colaboração com o Instituto de História Contemporânea (IHC) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL), em 2008, com o objetivo de promover o tratamento e a organização indispensáveis à sua preservação, divulgação e estudo. Todo o trabalho desenvolvido no âmbito deste protocolo tem contado com o acompanhamento técnico da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, a entidade pública portuguesa responsável pela coordenação do sistema nacional de arquivos.

O trabalho já realizado vem confirmar o interesse e valorizar a existência do Arquivo de Ciência e Tecnologia da FCT, o primeiro Arquivo do gênero existente em Portugal, e, nesse sentido, enaltecer e reforçar a responsabilidade da sua salvaguarda como fonte primária essencial para a história da organização da atividade científica em Portugal desde meados do século XX, tanto na dimensão nacional como internacional.

O Arquivo de Ciência e Tecnologia (ACT) da FCT foi formalmente inaugurado e aberto ao público, em 16 de dezembro de 2011. É atribuição do ACT o tratamento, a organização, a conservação, a comunicação e a divulgação do acervo documental à guarda da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Para além deste acervo, o ACT prossegue o propósito de recolher e disponibilizar à comunidade outros espólios, independentemente da sua data, forma e suporte material, produzidos ou recebidos por pessoas e instituições que (i) efetuam investigação científica, (ii) contribuem para o progresso tecnológico e (iii) realizam um conjunto de outras atividades diretamente relacionadas com a investigação científica como o planeamento, o financiamento, a cooperação internacional, a organização e divulgação de documentação e informação científica, entre outros.

### **OS ACERVOS DO ARQUIVO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

O denominador comum de uma parte significativa da documentação existente no ACT diz respeito à promoção, financiamento e acompanhamento da investigação científica e tecnológica em Portugal. Esta atividade foi levada a cabo, primeiro pela JNICT e depois pela FCT e, em simultâneo com ambas, por um conjunto de outras entidades públicas com atribuições específicas, entretanto extintas, de que falaremos mais à frente. Para além destes acer-

vos institucionais, há que contar com a integração de três espólios de cientistas, dois doados pelos próprios, o terceiro pela família, que vieram valorizar o patrimônio arquivístico do ACT.

Assim, o ACT reúne os fundos e espólios produzidos pelas seguintes entidades:

**QUADRO 1 – Acervos institucionais**

<b>NOME</b>	<b>DATAS*</b>	<b>ÂMBITO DA DOCUMENTAÇÃO</b>
Comissão INVOTAN	1959-	Cooperação internacional no âmbito da OTAN
Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica	1967-1997	Financiamento da investigação científica; cooperação internacional
Instituto Nacional de Investigação Científica	1976-1992	Financiamento da investigação científica e cooperação internacional no quadro universitário
Gabinete de Gestão do PRAXIS XXI	1994-2001	Gestão de um programa comunitário
Fundação para a Ciência e a Tecnologia	1997-	Financiamento da investigação científica; cooperação internacional
Instituto de Cooperação Científica e Tecnológica Internacional	1997-2003	Cooperação internacional bilateral e multilateral
Unidade de Missão Inovação e Conhecimento	2002-2005	Coordenação das políticas para a sociedade da informação
Gabinete de Relações Internacionais da Ciência e do Ensino Superior	2003-2007	Cooperação internacional bilateral e multilateral
UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento	2005-2012	Coordenação das políticas para a sociedade da informação

\* As datas correspondem às datas de existência da instituição.

**QUADRO 2 – Espólios pessoais**

<b>NOME</b>	<b>DATAS**</b>	<b>ÂMBITO DA DOCUMENTAÇÃO</b>
Mário Ruivo	1969-1990	Atividade na Comissão Permanente de Estudos do Espaço Exterior e na Comissão Permanente de Oceanologia da JNICT
Mariano Gago	1978-1992	Presidente da JNICT
David Ferreira	1911-2002	Atividade académica e científica na Faculdade de Medicina de Lisboa

\*\* As datas correspondem às datas extremas da documentação doada.

A FCT, como é sabido, herdou da JNICT as funções de coordenação, planeamento e fomento da investigação científica e tecnológica no território nacional. Os fundos da JNICT e da FCT são efetivamente indissociáveis, na medida em que quase todos os processos em

curso, quando da extinção da JNICT, foram continuados e encerrados na FCT. Uma parte significativa da documentação reporta-se a processos de apoio de projetos, de bolsas, de unidades de investigação e de equipamento científico. Contém, também, documentação relativa à implementação de políticas e estratégias científicas em Portugal e à cooperação internacional na área da C&T.

Em 1992, o diploma de extinção do INIC (criado em 1976 na dependência do Ministério da Educação e da Ciência com a missão de contribuir para o fomento da investigação científica no sistema universitário) decretou a transferência das suas principais atribuições, bem como do seu arquivo central, para a JNICT, integrando assim o atual ACT. O acervo comporta essencialmente processos de financiamento dos centros de investigação existentes nas várias universidades nacionais, processos de bolseiros e processos de intercâmbio científico (acordos, convênios científicos bilaterais e multilaterais).

Em termos de cooperação internacional, como ficou registrado, quando da extinção da JNICT foi criado o ICCTI, no sentido de dirigir, orientar e coordenar as ações de cooperação internacional no domínio da ciência e da tecnologia. Em 2003, o ICCTI foi extinto, sendo criado o Gabinete de Relações Internacionais da Ciência e do Ensino Superior (GRICES), na dependência do Ministério da Ciência e do Ensino Superior, que tinha por funções o planeamento, a coordenação e o apoio técnico nas áreas dos assuntos comunitários e das relações internacionais nos domínios da ciência, da tecnologia e do ensino superior. Esta nova estrutura absorveu as funções do ICCTI. Os acervos destas duas entidades foram herdados pela FCT, em 2007, resultado da extinção do GRICES. Uma parte significativa destes fundos inclui processos de cooperação bilateral resultantes de protocolos de colaboração e de acordos científicos e culturais com outras entidades, nomeadamente congêneres, e processos de cooperação multilateral, resultantes da participação ou representação nacional em redes e instituições internacionais, tais como a Organização Europeia para a Investigação Nuclear (CERN), a OCDE e a Unesco.

A Comissão INVOTAN, criada em 1959, na Presidência do Conselho, com o objetivo de coordenar e apoiar as atividades científicas realizadas no âmbito da NATO (OTAN), funcionou dentro de diferentes entidades. Em 1970, foi integrada na JNICT. Entre 1997 e 2003, a Comissão funcionou no ICCTI; até 2007 no GRICES; e, por fim, desde 2007, está na FCT. Apesar das mudanças de tutela, o fundo da Comissão INVOTAN mantém a continuidade desejada, incluindo documentação sobre os vários programas, quer de financiamento, quer de intercâmbio científico, bem como os próprios processos de financiamento.

O Gabinete de Gestão da Intervenção Operacional PRAXIS XXI foi a estrutura criada para prestar apoio técnico ao programa de financiamento PRAXIS XXI (1994-1999), tendo essencialmente por missão o apoio aos gestores deste programa. Este acervo inclui, entre outros, documentação relativa ao acompanhamento do programa e ao relacionamento com as entidades responsáveis pela gestão técnica e administrativa das várias medidas.

A Unidade de Missão Inovação e Conhecimento criada em 2002, na dependência do ministro-adjunto do primeiro-ministro, foi a estrutura de apoio ao desenvolvimento da política governamental em matéria de inovação, sociedade da informação e governo eletrônico.

Em 2005, o trabalho desta Unidade de Missão foi continuado pela UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento, extinta em 2012, por integração de uma parte das suas atribuições na FCT.

Relativamente a espólios pessoais, fazem parte do ACT, espólios de três personalidades na área da ciência e tecnologia: (i) o espólio do professor José Mariano Rebelo Pires Gago, representativo do exercício das suas funções enquanto presidente da JNICT (1986-1989). Físico de formação, especializado em física das partículas, foi ministro da Ciência e Tecnologia, entre 1995 e 2002, e ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, entre 2005 e 2011; (ii) o espólio do professor Mário João de Oliveira Ruivo, no âmbito da sua atividade na Comissão Permanente de Estudos do Espaço Exterior e na Comissão Permanente de Oceanologia. Biólogo de formação, especializou-se em oceanografia biológica e gestão dos recursos marinhos; (iii) e, por último, o espólio do professor José Francisco David Ferreira (1929-2012), no âmbito da sua atividade na Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa. Investigador nas áreas da biologia celular, histologia e embriologia. Este espólio integra documentação de Celestino da Costa (1884-1954),<sup>4</sup> de quem David Ferreira foi discípulo.

Para além do tratamento e disponibilização do património documental à guarda da FCT, um dos objetivos do ACT consiste no apoio técnico ao tratamento e disponibilização de arquivos de C&T pertencentes a outros organismos, com interesse para o conhecimento e estudo da história da ciência e das políticas científicas em Portugal. Neste âmbito, em 2012, a FCT assinou um protocolo de colaboração com o Instituto Superior Técnico, da Universidade Técnica de Lisboa, através do qual passou a deter a gestão arquivística do acervo documental da extinta Junta de Energia Nuclear (JEN) (1954-1979). Foi neste contexto que promoveu o seu tratamento para disponibilização à comunidade científica e ao público em geral.

#### **PROJETO DE TRATAMENTO DOCUMENTAL**

Como referimos acima, em 2008 a FCT e o Instituto de História Contemporânea (IHC) da FCSH-UNL celebraram um protocolo com o propósito de promover a organização, o tratamento e a divulgação do património documental à guarda da FCT. Desde então, um grupo de arquivistas, investigadores e técnicos do IHC tem dedicado o seu trabalho a este projeto, que tem dois componentes distintos, mas estreitamente relacionados: o tratamento e organização da documentação acumulada; e a gestão da informação ao nível do arquivo corrente.

Desde 1967, a documentação produzida, primeiro pela JNICT, depois pela FCT, não sofreu qualquer tratamento arquivístico. Por outro lado, o *boom* documental das últimas décadas, bem como a integração de acervos de instituições públicas, porém extintas (já referidas), levou a que no início deste projeto tivessem sido contabilizados cerca de quatro mil metros lineares de documentação, que se encontravam dispersos em vários depósitos.

---

<sup>4</sup> Histologista e embriologista, professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, foi presidente da Junta de Educação Nacional (1934-1936) e da sua sucessora, o Instituto de Alta Cultura (1936-1942).

Iniciado o tratamento arquivístico e cumprindo as formalidades legais definidas para estes casos, o primeiro passo foi a elaboração do *Relatório de avaliação de documentação acumulada para a Fundação para a Ciência e a Tecnologia*, apresentado em 2010 à DGLAB, que tem apoiado e acompanhado este projeto.

O parecer favorável da DGLAB permitiu dar continuidade ao trabalho de eliminação de quinhentos metros de documentação sem valor arquivístico e início da descrição e inventariação da documentação de conservação permanente. O sistema utilizado para o trabalho de descrição e inventariação é o *Digitarq*, aplicação utilizada em vários arquivos históricos portugueses, que obedece às principais normas de descrição internacionais.

O trabalho de descrição, que decorre atualmente, envolve, entre outras, as seguintes tarefas: descrição e elaboração de um inventário, seguindo as orientações preconizadas nas *ISAD(G)* e na parte I das *Orientações para a descrição arquivística*;<sup>5</sup> elaboração do estudo e descrição orgânico-funcionais das entidades produtoras da documentação, seguindo as orientações preconizadas nas *ISAAR(CPF)* e na parte II das *Orientações para a descrição arquivística*. O inventário do ACT, em permanente crescimento, está disponível em <<http://www.fct.pt/arquivo/>>.

Na segunda metade de 2011, a Fundação conseguiu reunir praticamente todo o espólio arquivístico, disperso por vários depósitos, num único espaço, situado nas caves do edifício sede, na av. D. Carlos I, em Lisboa.

Ao nível do arquivo corrente, e no âmbito deste projeto de tratamento e organização do patrimônio documental da FCT, resultou também a produção de dois instrumentos de gestão documental essenciais em qualquer organismo público: um plano de classificação para a instituição e uma portaria de gestão de documentos (portaria n. 194/2011, de 16 de maio).

Entretanto, a FCT constituiu uma equipe encarregada de desenvolver e acompanhar as tarefas inerentes à implementação e funcionamento de um sistema de gestão documental, ferramenta indispensável ao bom funcionamento da instituição. O Sistema Eletrônico de Gestão de Arquivo (SEGA) da FCT está em funcionamento desde abril de 2011. Este sistema garante, entre outras funcionalidades, a gestão de entrada e saída de documentação, a sua digitalização, associação de metainformação, organização e classificação. Garante, ao mesmo tempo, a articulação com o arquivo histórico e, dessa forma, a preservação da história e da memória da FCT.

\*\*\*

O trabalho de organização do Arquivo de Ciência e Tecnologia da FCT tem proporcionado a (re)descoberta de uma documentação inestimável para o estudo da temática geral da política e da organização da ciência em Portugal e das diversas áreas científicas e instituições associadas, entre diversas outras dimensões, comprovando a importância deste espólio.

---

5 As *Orientações para a descrição arquivística* (ODA) são, tal como o nome sugere, o documento orientador da descrição de arquivos, produzido pela Direção-Geral de Arquivos, com base no normativo internacional. As ODA estão divididas em três partes: descrição de documentos de arquivo; descrição de registros de autoridade arquivística; construção de pontos de acesso.

Trata-se, conforme descrito, de um conjunto documental único, de grande valor intrínseco e essencial para o aprofundamento do estudo da atividade cultural e científica portuguesa, desde os meados do século XX até a atualidade, em múltiplos domínios.

O fato de se encontrar preservado, organizado e disponível à consulta pública, a que acresce a disponibilidade da FCT no sentido de integrar espólios pessoais, valorizam ainda mais a ação e o trabalho promovido pela FCT, contando com a colaboração e o apoio científico do Instituto de História Contemporânea da FCSH-UNL e o acompanhamento técnico da DGLAB.

Refira-se, por fim, à adesão do ACT à Rede Portuguesa de Arquivos, partilhando, agora também por essa via, a missão da divulgação do património arquivístico que a FCT tem à sua guarda, tornando-o acessível a partir de redes de informação internacionais, como a Europeia ou a Apenet.

## Referências bibliográficas

AA.VV. *História e desenvolvimento da ciência em Portugal*. Lisboa: Academia das Ciências, 1986.

AA.VV. *História e desenvolvimento da ciência em Portugal no séc. XX*. Lisboa: Academia das Ciências, 1992.

ABREU, Armando Trigo de. Jornadas Nacionais de Investigação Científica e Tecnológica. *Revista de Ciência, Tecnologia e Sociedade*, Lisboa, n. 2, p. 108, 1987.

BRANDÃO, Tiago. *A Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (1967-1974): organização da ciência e política científica em Portugal*. 2008. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

BRITO, José Maria Brandão de. A economia portuguesa nos anos 60: as questões do desenvolvimento na encruzilhada das "integrações". In: AMARAL, João Ferreira do (org.). *Ensaios de homenagem a Francisco Pereira de Moura*. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão, p. 439-456, 1995.

CARAÇA, João. Ciência e investigação em Portugal no século XX. In: PERNES, Fernando (coord.). *Panorama da cultura portuguesa no século XX: as ciências e as problemáticas sociais*. Porto: Edições Afrontamento; Fundação Serralves, p. 209-224, 2002.

DIREÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS. *Orientações para a descrição arquivística*. 2011. Disponível em: <[http://dgarq.gov.pt/files/2008/08/ODA\\_v\\_3\\_0-12.pdf](http://dgarq.gov.pt/files/2008/08/ODA_v_3_0-12.pdf)>. Acesso em: 23 abr. 2012.

FITAS, José Augusto; NUNES, Maria de Fátima; RODRIGUES, Marcial A. E. *Filosofia e história da ciência em Portugal no século XX*. Casal de Cambra (Portugal): Caleidoscópio, 2008.

FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA. Disponível em: <<http://www.fct.pt/>>.

GONÇALVES, Maria Eduarda. Ciência II – a construção da política científica em Portugal, 1967-1997. In: FERREIRA, Vítor Wladimiro (coord.). *Portugal 45-95, nas artes, nas letras e nas ideias*. Lisboa: Centro Nacional de Cultura, 1998.

HEITOR, Manuel V.; HORTA, Hugo. Engenharia e desenvolvimento científico: o atraso estrutural português explicado no contexto histórico. In: BRITO, J. M. Brandão de; ROLLO, Maria Fernanda; HEITOR, Manuel V. (coord.). *Momentos de inovação e engenharia em Portugal no século XX*. Lisboa: Dom Quixote, v. 1, p. 331-381, 2004.

HENRIQUES, Luísa. *The dynamics of a national system of innovation and the role of the non-profit space: Portugal as a research laboratory*. 2006. Tese (Doutoramento em Economia e Inovação), Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa.

PEREIRA, Ana Leonor; DOMINGUES, Heloísa B.; PITA, João Rui; SALAVERRY, Oswaldo. A natureza, as suas histórias e os seus caminhos. COLÓQUIO INTERNACIONAL TEMAS DE CULTURA CIENTÍFICA. 2., 2006, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

ROLLO, Maria Fernanda; BRITO, José Maria Brandão de. Indústria/ industrialização. In: ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de (coord.). *Dicionário de história do Estado Novo*. Lisboa: Bertrand, p. 460-480, 1996.

ROLLO, Maria Fernanda. *Portugal e a reconstrução económica do pós-Guerra: o Plano Marshall e a economia portuguesa dos anos 50*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007.

\_\_\_\_\_. Professores universitários demitidos pelo Estado Novo: memória e homenagem. *Revista Ingenium*, Lisboa, n. 126, p. 98-99, nov./dez. 2011.

ROLLO, Maria Fernanda; QUEIROZ, Maria Inês; e BRANDÃO, Tiago. Pensar e mandar fazer ciência: princípios e pressupostos da criação da Junta de Educação Nacional na génese da política de organização científica do Estado Novo. *Ler História*, Lisboa, n. 61, p. 105-145, 2011.

ROLLO, Maria Fernanda; QUEIROZ, Maria Inês; BRANDÃO, Tiago; SALGUEIRO, Ângela. *Ciência, cultura e língua em Portugal no século XX: da Junta de Educação Nacional ao Instituto Camões*. Lisboa: Instituto Camões e Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2012.

ROSAS, Fernando. Estado Novo: Universidade e depuração política do corpo docente. In: PROENÇA, Cândida (org.). *Maior de 1968 trinta anos depois: os movimentos estudantis em Portugal*. Lisboa: Colibri; Instituto de História Contemporânea, p. 77-92, 1999.

\_\_\_\_\_. *A depuração política do corpo docente das Universidades portuguesas durante o Estado Novo (1933-1974)*. Lisboa: Comissão Organizadora da Homenagem aos Docentes Demitidos das Universidades Portuguesas pelo Estado Novo, 2011.

RUIVO, Mário. Ciência – introdução. In: FERREIRA, Vitor Wladimiro (coord.). *Portugal 45-95, nas artes, nas letras e nas ideias*. Lisboa: Centro Nacional de Cultura, p. 221-223, 1998.

SANTOS, Américo Ramos dos. Abertura e bloqueamento da economia portuguesa. In: REIS, António (dir.). *Portugal contemporâneo*. (vol. 3) *Do Declínio do Estado Novo à implantação do regime democrático: difícil modernização da economia e da sociedade. Tempos de mudança na vida cultural e nas mentalidades*. Lisboa: Publicações Alfa, p. 109-150, 1996.

---

Recebido em 13/7/2013

Aprovado em 20/8/2013

# AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS NO IMPÉRIO LUSO-BRASILEIRO

## LISBOA E RIO DE JANEIRO

### PUBLIC LIBRARIES IN THE LUSO-BRASILIAN EMPIRE

#### LISBON AND RIO DE JANEIRO

**JULIANA GESUELLI MEIRELLES** | Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

#### RESUMO

Este artigo objetiva apresentar e analisar a estruturação das bibliotecas públicas da Corte nas duas principais capitais do império luso-brasileiro durante o governo de d. João VI (1792 a 1821), dois *locus* de cultura considerados de suma importância para a sustentação política da coroa bragantina. Trataremos da fundação da Biblioteca Pública em Lisboa (1796) e discutiremos o nascimento da Biblioteca Pública do Rio de Janeiro (1814). Por meio do estudo da figura do bibliotecário régio, é possível compreender vieses importantes da sua principal atividade: a seleção e catalogação das obras que compunham o acervo real.

*Palavras-chaves:* D. João VI; bibliotecas; bibliotecários; acervo real.

#### ABSTRACT

This essay aims to present and examine the way the Royal Public Libraries were structured in the two main capitals of the Luso-Brazilian Empire during the reign of D. João VI (1792-1821), two *cultural loci* deemed of summary importance in their political support of the government. Throughout this essay, the founding of the Biblioteca Pública in Lisbon (1796) will be addressed and the birth of the Biblioteca Pública do Rio de Janeiro (1814) will be examined. By focusing on the figure of the librarian, it is possible to grasp crucial aspects of their main activity: the selection and cataloguing of works from the royal collection.

*Keywords:* D. John VI; libraries; librarians; royal collection.

#### RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo presentar y analizar la estructura de las bibliotecas públicas reales en las dos ciudades principales del imperio luso-brasileño durante el reinado del Rey João VI (1792-1821), dos *loci* de cultura considerada de suma importancia para el apoyo político de la corona Bragantina. A lo largo de este artículo, se estudiará la fundación de la Biblioteca Pública de Lisboa (1796) y, posteriormente, analizaremos el nacimiento de la Biblioteca Pública de Río de Janeiro (1814). A través del estudio de la figura del bibliotecario real, es posible entender los sesgos importantes de su actividad principal: la selección y catalogación de las obras que componen la colección real.

*Palabras clave:* D. João VI; las bibliotecas; los bibliotecarios; colección real.

## A BIBLIOTECA PÚBLICA DA CORTE DE LISBOA: LOCUS DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Durante o governo de d. José I teve início o projeto da primeira biblioteca pública portuguesa (1775-1795). Inserida dentro de uma política mais ampla – a reforma pedagógica empreendida pelo então primeiro-ministro português marquês de Pombal –, a idealização do novo espaço foi do frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas, um de seus mais eminentes colaboradores no campo do ensino e da cultura. Em relação à composição do acervo, Cenáculo fez uso da verba do subsídio literário,<sup>1</sup> imposto que seria usado para “formar uma das mais importantes bibliotecas da Europa” (Domingos, 1994a, p. 62). O discurso do frei nos sinaliza que os homens de letras do período tinham como questão primordial o compasso cultural entre Portugal e a Europa do norte, a ser atingido através do progresso da razão e das artes.<sup>2</sup> Os livros, nesse sentido, eram um dos principais objetos culturais responsáveis por essa transformação.

A “política do livro” em Portugal, entre o final do século XVIII e o início do XIX, no entanto, foi absolutamente *sui generis*. No caso português coube à monarquia o encargo de instruir e “civilizar” a nação por meio de uma política de incentivo cultural que atendesse os anseios e projetos governamentais. Implantada pelas mãos da realeza, a Biblioteca Pública reafirmava sua tradição como sinal de saber e/ou poder e, nessa tarefa, o Estado foi o principal interventor.

Ao longo de duas décadas (1775-1795), a primeira Biblioteca Pública da Corte sofreu avanços e retrocessos (Domingos, 1994a, p. 68-69). Apesar das dificuldades, tal experiência foi fundamental para a fundação de sua congênere lisboeta, em 1796. A análise das diretrizes do alvará de 1796 nos mostra que a concepção do novo *locus* de cultura já possuía três linhas mestras: a promoção dos progressos da literatura portuguesa, o estabelecimento de uma livraria pública e o avanço dos conhecimentos literários e científicos para a condução dos homens ao alcance da virtuosa sabedoria (Alvará..., Biblioteca Nacional de Portugal, códice 10.610). Mormente em tempos de Revolução Francesa, a constituição de uma biblioteca pública delineava explicitamente a relação entre a soberania política e a constituição de um lugar institucionalizado onde o conhecimento público aliado à memória real fosse preservado. Contudo, apesar de a biblioteca ser apresentada à sociedade como uma “instituição de cultura ao serviço de todos os vassallos de S. M. Rainha D. Maria I”, o acesso ao acervo foi restrito, o que já aponta para uma diferença central em relação às suas congêneres europeias (Domingos, 1994b, p. 3).

O alvará de 1796 é composto por nove ordens referentes às funções administrativas e tramitações burocráticas da Biblioteca Pública. A sexta ordem em especial nos interessa,

- 
- 1 O subsídio literário consistia em um imposto sobre as bebidas alcoólicas cujo fim seria o financiamento de redes de escolas menores em todo o país, servindo também para pagar os professores régios e editar novos manuais pedagógicos.
  - 2 A “política do livro” na França e Inglaterra teve como mote a conciliação entre a liberdade de escrita e de imprensa assim como o aumento da capacidade de consumo e formação de um amplo mercado de livros – com os livreiros e escritores à frente desse processo (Curto, 2007, p. 206).

pois trata do funcionamento interno do *locus* e dos papéis exercidos por seus profissionais. O destaque dava-se para o bibliotecário-maior, que seria o responsável por sua direção geral, devendo responder diretamente ao ministro da Real Fazenda. Personagem central dentro da estruturação e manutenção da biblioteca, um de seus principais desígnios era servir ao bem público “com utilidade e prontidão”, primando, assim, pelo efetivo atendimento aos “estudiosos” que forem à biblioteca. Abaixo dele, encontramos o segundo bibliotecário, cujo dever era ajudá-lo “no que necessário for”, substituindo-o “na sua ausência e em seus impedimentos” (Alvará..., Biblioteca Nacional de Portugal, código 10.610).

A análise detida dos decretos de nomeação dos dois agentes basilares da recém-fundada Real Biblioteca Pública da Corte – Antônio Ribeiro dos Santos, o bibliotecário-maior, e Agostinho José da Costa de Macedo, o segundo bibliotecário – indica-nos que, muito provavelmente, a escolha desses sujeitos históricos era sustentada por um rígido *critério de seleção*. Entre as qualidades do profissional destacavam-se seus “amplos conhecimentos das mais depurada literatura, experiência, madureza e probidade”. Afinal, exerceria um emprego de grande consideração (Alvará..., Biblioteca Nacional de Portugal, código 10.610).

#### **O BIBLIOTECÁRIO-MAIOR ANTÔNIO RIBEIRO DOS SANTOS E O ACERVO DA BIBLIOTECA PÚBLICA DA CORTE DE LISBOA**

A escolha de Antônio Ribeiro dos Santos (1745-1818) como bibliotecário-maior foi baseada especialmente em um critério de distinção: a sua biografia. Apesar de não ter linhagem nobre, sua trajetória intelectual o qualificava como homem de vasta erudição e retidão moral (Dias, 1974, p. 417). Clérigo formado em direito pela Universidade de Coimbra, onde também exerceu o magistério (1779-1795) e atuou como bibliotecário da Livraria do Estudo (1777-1796), sua projeção profissional nos meios ilustrados lusitanos deu-se desde os tempos da política reformista pombalina, da qual foi um crítico contumaz. Apesar de sua carreira política de destaque, este artigo visa compreender alguns vieses de sua atuação como bibliotecário da Real Biblioteca Pública da Corte.

O experiente homem de letras esteve à frente da direção do *locus* durante vinte anos (1796-1816). Nesse período, com a ajuda de um seletivo grupo de súditos, que também estavam incumbidos de levar avante o novo empreendimento real, Ribeiro dos Santos estruturou a nova Biblioteca Pública (Alvará..., Biblioteca Nacional de Portugal, código 10.610). Seu projeto cultural priorizava a divisão do acervo (com foco na organização por temas) e a boa utilização do espaço.

A livraria foi arranjada em dez seções – história, belas-letas, ciências naturais e artes, ciências civis e políticas, ciências eclesiásticas, poligrafia, manuscritos e antiguidades – sendo ainda equipada com a constante atualização das novas produções científicas e culturais (Peireira, 1983, p. 76-77). Quanto ao acervo, destacavam-se a biblioteca da Real Mesa Censória e o fundo da extinta Academia Real de História (Decreto..., Biblioteca Nacional de Portugal, código 10.612). Ademais, as duas doações de colecionadores *sui generis*, como a de frei Manuel do Cenáculo e a dos Clérigos Regulares da Divina Providência (teatinos), distinguem

o espaço entre as demais bibliotecas públicas do reino, circunscritas aos conventos de S. Francisco e S. Domingos da Cidade e à Casa de N. Sr.<sup>a</sup> das Necessidades.

No final de 1796, Manuel de Cenáculo enviava a Ribeiro dos Santos dez caixas de livros (Pereira, 1983, p. 79), com destaque para a distinta literatura oriental, além de fazer uma doação em dinheiro (Carta n. 82, Biblioteca Nacional de Portugal, Mss. 160, 80-84). Tais ações visavam ao enaltecimento do novo *locus* diante das demais bibliotecas do Velho Mundo e, em última instância, à elevação e força do Estado.

Assim, entre os anos de 1796 e 1802, a coroa portuguesa investiu maciçamente na ampliação do acervo. Em maio de 1798, o mordomo-mor ordenava que Ribeiro dos Santos despendesse até 1:200\$ réis (Alvará..., Biblioteca Nacional de Portugal, códice 10.610.) Quatro anos depois, em meados de 1802, o príncipe regente estabelecia a quantia de 1:600\$ réis (um conto e seiscentos réis), tendo como meta a aquisição de livros e jornais literários e científicos, que eram publicados “nas cortes mais polidas da Europa” (Decreto..., Biblioteca Nacional de Portugal, códice 10.612). Paralelamente, Ribeiro dos Santos compunha os vários Catálogos da Livraria Pública, uma experiência crucial para que o *locus* alcançasse o esplendor objetivado pela monarquia, já que sabemos o quanto a produção e classificação de um catálogo de obras impressas é um ato de poder.<sup>3</sup>

Nesse sentido, a personificação dessa atividade na figura de um homem de letras de destaque – no caso Antônio Ribeiro dos Santos – representava, na prática, a exaltação da sua concepção particular de leitura; sobretudo em tempos de *Encyclopédie*, em que a disputa pelo prestígio intelectual tornara-se moeda de grande valia dentro do conflituoso universo da República das Letras. Ao colocar o seu saber a público, o bibliotecário régio ratificava a sua força intelectual e atribuía os seus hábitos de leitura para os leitores em geral.

A difícil tarefa de classificação das obras também pode ser apreendida na análise de um de seus catálogos. Intitulado *Lista de livros e periódicos estrangeiros que a Biblioteca Nacional de Lisboa necessita adquirir de novo ou para completar coleções, 1796-1816* (Biblioteca Nacional de Portugal, códice 565), esse documento é composto por uma triagem dos títulos que interessavam ao bibliotecário adquirir, sendo considerados balizas importantes para o progresso das letras em Portugal. A escolha foi prioritariamente europeia e esteve circunscrita a seis locais, entre países e cidades. Espanha, França, Itália, Nápoles, Berlim e Inglaterra, nesta ordem, aparecem como os espaços de produção que mereciam ser reverenciados nas estantes da biblioteca.

Nesse sentido, entrevemos que o critério de relevância priorizado por Ribeiro dos Santos foi indissociável dos centros literários considerados de grande reconhecimento público na Europa iluminista. Ribeiro dos Santos hierarquizou os lugares com os quais dialogava: a península Ibérica foi reverenciada pela Espanha na abertura do seu catálogo, com um total de 32 publicações impressas. Depois, França e Itália, com 53 e 28 títulos, respectivamente. Se a primeira era a “essência do espírito enciclopédico” na expressão de Franco Venturi, a segunda era a grande

---

3 Sobre a dificuldade e complexidade do ato de classificar livros e bibliotecas ver Algranti, 2004, p. 179.

referência da Antiguidade greco-romana, tão apreciada pelos europeus desde a Renascença. Aqui podemos incluir Nápoles que, juntamente com Milão, constituíram-se nos principais centros do Iluminismo italiano a partir de 1760 (Venturi, 2003, p. 233). Por fim, nesse movimento, sobressaíram-se Berlim e Inglaterra que, para além de terem sido apreciadores e admiradores do movimento enciclopédico, também brilhavam como centros filosóficos. Da Grã-Bretanha, por exemplo, advinha a ideologia deísta que saiu da ilha para dominar o continente. Sendo Ribeiro dos Santos um antideísta ferrenho (Pereira, 1983), não é de se espantar que a Inglaterra tenha sido relegada ao último centro intelectual de seu catálogo, tendo tido os periódicos britânicos maior importância do que as obras clássicas do país.

O bibliotecário privilegiou as obras de história, geografia, política, jurisprudência, medicina, letras (literatura e ortografia, com ênfase para os dicionários), e ciência em geral. A natureza deste corpo documental, assim como a intervenção de Ribeiro dos Santos na montagem do catálogo e na classificação das obras, provavelmente obedeceu a uma tradição literária com dois polos distintos: Portugal e Europa. No país, destacava-se a relevância do trabalho do bibliófilo Diogo Barbosa Machado, que teve muito peso entre os homens de letras da segunda metade do século XVIII. Já no Continente, a classificação da *Encyclopédie* era a grande referência (Darnton, 2001, p. 252).

É curioso observarmos ainda as obras selecionadas, independente dos espaços de produção. A ênfase do catálogo foi circunscrita aos títulos impressos na segunda metade do século XVIII, com especial realce para os livros e coleções produzidos entre as décadas de 1770 e 1780. Essa perspectiva, contudo, não desviou seu interesse para os livros e periódicos veiculados na Europa durante a Idade Moderna. De *Britannica Lingua Institutiones*, obra de Joann Cambro publicada na Inglaterra em 1592, à coleção de extratos da *Bibliotheca española económico-política*, impressos na Espanha a partir de 1802, Ribeiro dos Santos procurou compor as estantes com referências clássicas. Nos títulos da Itália encontramos, por exemplo, a procura pela coleção de história antiga, *L'Abbate Viviani Collezione dell'Historici antiqui Herodoto Thucydides V. Vulgarizati*, publicada em Roma, em 1790. Para a Espanha, uma das escolhas recaiu em *Historia de Políbio Megapolitano* traduzida do grego. Já em relação à França, *Histoire del Academie Royale des Scienes de Paris* apareceu como um dos ícones da categoria "filosofia e artes".

A febril atividade do bibliotecário português contribuiu sobremaneira na estruturação, fundação e consolidação da Real Biblioteca do Rio de Janeiro, entre os anos de 1811 e 1821. Com a chegada da Corte no Brasil (1808) e a institucionalização da leitura neste novo *locus* de cultura, nascia a atividade do bibliotecário. O trabalho desses profissionais do lado americano do Atlântico foi altamente inspirado na sua congênere lisboeta, como veremos a seguir.

## **A BIBLIOTECA PÚBLICA DA CORTE DO RIO DE JANEIRO:**

### **LOCUS DE CONHECIMENTO DA NOVA CAPITAL DO IMPÉRIO LUSO-BRASILEIRO**

Foi dentro desse universo da cultura letrada – em que a posse, leitura e circulação de livros ganhavam cada vez mais proeminência no império luso-brasileiro – que ocorreu o processo de transladação da Real Biblioteca para o Rio de Janeiro. A antropóloga Lilia Schwarcz

nos informa que o transporte das obras e coleções foi tratado como questão prioritária de Estado: ao todo chegavam sessenta mil peças de diversas naturezas colocadas em 317 caixotes com a devida classificação, que abarcavam desde manuscritos raros perpassando documentos da Coroa, até tratados de educação, mapas e gravuras (Schwarcz; Azevedo; Costa, 2002, p. 61).

O acervo foi acomodado em uma das salas do Hospital do Convento da Ordem Terceira do Carmo, na rua Direita (Santos, 1981, p. 425). Sendo a livraria um “espaço emblemático da Corte” (Araújo, 2008, p. 25), era imprescindível que a realeza constituísse esse *locus* de cultura na nova sede de sua residência. Ao longo de 1809, a urgência no envio do acervo da Real Biblioteca Pública de Lisboa arrefeceu-se devido ao fracasso no avanço militar dos franceses. Por outro lado, em princípios de 1810, a coleção de obras pertencentes à Real Biblioteca d’Ajuda começava a ser transferida em segredo para a nova Corte. A primeira leva de caixotes foi acompanhada por José Joaquim de Oliveira, servente da Real Biblioteca (Schwarcz; Azevedo; Costa, 2002, p. 266).

A segunda leva de caixotes chegava em março de 1811, com Luís Joaquim dos Santos Marrocos. Já em setembro do mesmo ano, este mesmo bibliotecário informava a seu pai sobre a entrada dos “últimos 87 caixotes de livros”, que vinham sob a responsabilidade de José Lopes Saraiva, servente da Real Biblioteca (Marrocos, 2008, p. 96). O cuidado com esse importante acervo documental carregava consigo, simbolicamente, a apreçoada superioridade política da nação portuguesa perante os europeus. A história de suas grandes conquistas e vitórias atravessava o oceano juntamente com seus súditos mais diletos: os funcionários da Real Biblioteca d’Ajuda e da Real Biblioteca Pública de Lisboa, que sabiam catalogá-lo da forma mais adequada à organização de sua congênera no Brasil.

A direção do novo espaço estava nas mãos do padre Joaquim Dâmaso, pertencente à Congregação do Oratório de Lisboa, e de frei Gregório José Viegas, da terceira ordem de São Francisco. Juntos dividiam o cargo de “prefeito” – maior autoridade na hierarquia social da instituição, a quem cabia a responsabilidade do arranjo e conservação do acervo da biblioteca assim como de sua administração geral.

Em 1814, a Real Biblioteca do Rio de Janeiro era aberta ao público. As observações do padre Perereca nos colocam a par do trabalho dos funcionários da instituição entre os anos de 1810 e 1814. Segundo o religioso, o novo empreendimento cultural da realeza foi organizado em salas específicas, as coleções foram distribuídas por temas e as obras devidamente classificadas (Santos, 1981, p. 425-426). Um trabalho de tal monta contou com a ativa colaboração do príncipe regente que se preocupava em manter viva a constituição do acervo, juntamente com os seus bibliotecários, responsáveis pela aquisição de novas obras e pelo zelo do espaço. Dentre os critérios que permearam a estruturação do espaço, Luís Joaquim dos Santos Marrocos destacou a criação de um “Plano de estabelecimento público, e arranjo melhor dos empregados das reais bibliotecas” (Marrocos, 2008, p. 88) e a escolha do “Sistema de classificação bibliográfica feita pelo doutor António Ribeiro dos Santos” para balizar a composição do novo acervo (Marrocos, 2008, p. 93).

## NOTAS SOBRE O ACERVO DA BIBLIOTECA PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO

Nesse cenário intelectual em que o livro e a leitura emergiam como instrumentos fundamentais na formação de novas ideias críticas ao *status quo*, emergem-nos algumas dúvidas. Apesar da rica descrição do padre Perereca sobre a organização do interior do espaço, como as estantes foram dispostas? E a catalogação das obras? Que tipos de livros estavam à disposição dos leitores? Como já bem demonstraram os pesquisadores Rubens Borba de Moraes e Maria Beatriz Nizza da Silva, devido à amplitude do acervo não é possível termos uma noção exata dos volumes e tipos de livros existentes na livraria régia (Moraes, 1979; Silva, 1999). A despeito disso, a conservação de um catálogo da Real Biblioteca na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro nos dá importantes indicações sobre o interior do espaço. Importante ressaltar que a pesquisa do acervo da Real Biblioteca está em andamento, sendo este artigo resultado de uma primeira análise do catálogo.

Intitulado *Catálogo por ordem alfabética das iniciais dos títulos de uma série de obras pertencentes à Real Biblioteca* (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Mss. I – 13, 02,056), este manuscrito nos revela a existência de 306 títulos divididos em 65 estantes. Sendo um documento pouco explorado pelos pesquisadores do período,<sup>4</sup> pretendemos conhecer em linhas gerais o que tinha dentro da biblioteca e assim perceber algumas nuances da atividade do bibliotecário ao organizar e catalogar as estantes que compunham o *locus*.

Sem data e autoria, as obras foram catalogadas por ordem alfabética, de “A” a “V”, e os temas respeitam as escolhas literárias clássicas do século XVIII. Segundo Lúcia Neves, a classificação das obras da Real Biblioteca do Rio de Janeiro tinha por base o critério retirado do catálogo do conde da Barca, dividido em cinco categorias: jurisprudência, ciências e artes, belas-letas, história e teologia (Neves, 2009, p. 279). Dentro dessas áreas do saber, o autor elegeu a história como a grande protagonista.

As obras referentes ao tema aparecem em quase todo o alfabeto, porém a maior referência esteve circunscrita à letra “H” do catálogo, somando 55 títulos. E os subtemas são bem amplos, da história militar e naval à história da botânica, perpassando a história antiga, história da Europa Ocidental, história oriental, história eclesiástica e, obviamente, a história de Portugal. Esta escolha não é, de modo algum, inusitada. Pelo contrário, dialogava com a tendência dos livreiros europeus do período, que no início do século XIX passaram a manifestar importância crescente para os livros de história (Guedes, 1987, p. 135).

Porém, de forma mais geral, entre os subtítulos há o predomínio para as obras militares, que compõe um total de 23 livros. Entre as ciências, a valorização da física e da matemática é patente, inclusive com obras de Belidor e Saint Remy. As obras de mineralogia, astronomia e agricultura, mesmo que em menor número, mereceram destaque por todo o catálogo. Nas belas-letas, a ênfase deu-se para os dicionários. Porém, dentro dessa classificação também encontramos novelas, poesia e obras de retórica.

---

4 Maria Beatriz Nizza da Silva faz menção ao catálogo sem, contudo, analisá-lo (Silva, 1999).

A deferência à produção intelectual francesa – seja através da seleção de autores clássicos ou de obras traduzidas para o francês – é indiscutível: composto pela quase totalidade das obras selecionadas (226), o catálogo privilegia temas da literatura política e das belas-letas, incluindo-se aí o teatro. Entre as celebridades da República das Letras, encontramos Montaigne, Erasmo de Rotterdam, Maquiavel, Bossuet, Fenellon e Corneille. Quanto aos filósofos iluministas, a referência foi Voltaire. Com *Annales de L'Empire depuis Charles Magne* (1754), *Siecle de Luis 14* (1756) e *Histoire universelle*, o autor sedicioso também estava presente. O catálogo também prestigia títulos em português (55), sendo as menções, obviamente, para autores nacionais renomados. *Obras completas* do Padre Vieira, *Escola de Belém Jesus nascido no presépio* (1730), por Alexandre de Gusmão, e três obras de Manuel de Faria & Sousa – *Histoire del Reyno de Portugal* (1730), *Nobiliário de Dom Pedro Conde de Barcelos* (1646) e *Rimas várias de Luís [de] Camões* (1685) – são os destaques do acervo lusitano. Em menor escala ainda encontramos obras em latim (9), italiano (4) e espanhol (9). Como bem analisa Roger Chartier, “graças à difusão dos catálogos, o mundo fechado das bibliotecas singulares pode ser transformado em um universo infinito de livros assinalados, recenseados, visitados, consultados e, eventualmente, emprestados” (Chartier, 1999, p. 74).

Por este prisma, mesmo sem conhecermos a data e a identidade do autor do catálogo, há a hipótese de que ele tenha sido produzido por um dos bibliotecários régios, uma vez que o título do manuscrito faz referência à “Real Biblioteca” (denominação da instituição até 1825, quando passou a ser Biblioteca Imperial e Pública da Corte). Nesse sentido, é plausível supormos que as obras selecionadas, talvez sejam as que mais interessavam à Coroa adquirir. Para termos uma ideia da composição das estantes, selecionamos, a título de exemplo, a *estante 56* com suas respectivas obras. A escolha desta estante em específico justifica-se pelo grande número (e variedade temática) de livros que a compunham, quando comparada às demais estantes do catálogo.

#### A ESTANTE 56 DA REAL BIBLIOTECA DO RIO DE JANEIRO

TÍTULOS	LOCAL/ ANO DE PUBLICAÇÃO
Astronomie Nautique ou Elements d'Astronomie por un Observatoire fixe, ou mobile par Maupertais	Paris
Abrege de la Perfection Chrístienne du Pere Affone [ilegível] Jezuitte	Nantes, 1744
Apparas Royal ou Nouveau Dictionnaire Francaise & Latin Vouvelle Edition Paris	Paris, 1752
Cathecisme Historique par Heury	1745
Dictionnaire Abregé de la Bible pour la connoissance des Tableaux Historique	Lion, 1756
Dialogue sur la eloquence & de la chaire en particulier par Fenellon	Paris, 1753
Discours sur la Histoire Universelle par Jaque Begnigne Bossuet	Paris, 1741

Geographie Universelle abregée avec les generalités de France & les Villes ou l'on Cat Monnoye	Lion, 1672
Gentilhomme Christien quivent se santifies	Londres, 1719
Historie Des Empereurs Romaine ecrite en Latin por Suetone & Traduite por Dateil avec Nottes & Figures	Lion, 1689
Historie Des Variations de l'Églize Protestante por Bossuet	Paris, 1740
Historie Sur les Anglais & Français & sur les Voyages	1725
Heures a luzage des Pensionnaires des jesuites por Le Père Troisel	---
Letres de Madame du Montier a la Marquise de XX a fille & le Reponses	Bruxelas, 1756
Memoirs de Montecuculi Generalissime des Troupes de L'Empereur ltransburg	1740
Memoirs de Duque Trouin Lientenant General des Armées Navales de France	Amsterdã, 1755
Memoirs contenant leprecis des faits avec pieces justificatives pour reponse aux Ministres Anglois	Paris, 1756
Manuel des Ceremonies Romaines	1691
Mœurs des Iseralites & des Chriens por Fleury	Paris, 1755
Oeuvres de Marmontel	1757
Revolution de Portugal par L'Abée du Vertot	Haia, 1755
Traitté de L'ortografie française en forme de Dicttionnaire avec des Nottes Critiques	1755
Vie de Mahomet Traduite & Compilée de Laceran des Traductions authentiques & meilleurs Autheurs Arabes par Jean Gagnus	Amsterdã, 1748

Fonte: Biblioteca Nacional, Mss. I – 13, 02,056.

Há uma grande variedade de títulos na *estante 56*. Obras científicas, dicionários, livros de história, geografia, ortografia, literatura e política. Três escritores, todavia, nos chamam a atenção: Fénelon (1651-1715), um autor muito lido por d. João VI (Pedreira; Costa, 2008, p. 43), Jacques Bossuet (1627-1704), um dos mais importantes teóricos do absolutismo no século XVII, e Marmontel (1723-1799), literato francês de renome, que já tinha caído no gosto português desde meados de 1800 (Guedes, 1987, p. 138). O que notamos em todo o catálogo, mas, especificamente, nesta estante, é que a seleção dos livros para comporem o mesmo espaço não obedece, necessariamente, um critério temático, temporal ou por nações. A variedade de títulos *parecia* ser a regra. Tal afirmação, contudo, necessita de investigação mais detalhada em todo o catálogo para que possamos tirar conclusões mais precisas. A análise detida de cada uma dessas estantes talvez nos dê outros indícios importantes acerca do projeto real de compor uma biblioteca pública na nova capital do império luso-brasileiro.

Como pudemos notar, a atividade dos bibliotecários régios foi central no processo de estruturação e consolidação das bibliotecas públicas nas duas capitais do império luso-brasileiro. Para além da ampla formação intelectual, este funcionário deveria ser um súdito fiel e leal à monarquia, realizando uma constante política de aquisição e preservação de novas obras. Nesse sentido, pensavam o processo de leitura que interessava à Coroa veicular. Em outras palavras, tinham que ser bons leitores da realidade política do império. Escolher o *quê* os súditos deveriam/poderiam ler e conhecer, afinal, não indica apenas um processo civilizacional em curso capitaneado pela Coroa. É, antes de tudo, indissociável de uma questão central para a monarquia bragantina: a manutenção da soberania política.

## Referências bibliográficas

ALGRANTI, Leila Mezan. *Livros de devoção, atos de censura: cultura religiosa na América portuguesa*. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2004.

ALVARÁ de criação da Real Biblioteca Pública da Corte. Biblioteca Nacional de Portugal. Seção de Reservados. Cód. 10.610.

ARAÚJO, Ana Cristina. Uma longa despedida: cartas familiares de Luís Joaquim dos Santos Marrocos. In: MARROCOS, Luís Joaquim dos Santos. *Cartas do Rio de Janeiro (1811-1821)*. Coordenação de Elisabet Carceller Guillamet. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, p.13-39, 2008.

AVISO de Sua Alteza em que mandou depositar na Real Biblioteca de Lisboa os documentos, e mss. da Academia Real de História Portuguesa. Biblioteca Nacional de Portugal. Seção de Reservados. Cód. 10.612.

CARTAS de Ribeiro dos Santos (bibliotecário real) de 1796-1797. Biblioteca Nacional de Portugal. Seção de Reservados. Mss. 160, 80-84.

CATÁLOGO por ordem alfabética das iniciais dos títulos de uma série de obras pertencentes à Real Biblioteca. Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro). Seção de Manuscritos. I – 13,02,056.

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Trad. de Mary Del Priori. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999.

\_\_\_\_\_. O príncipe, a biblioteca e a dedicatória. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian. *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no ocidente*. Trad. de Marcela Mortara. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, p. 182-199, 2006.

CURTO, Diogo Ramada. *Cultura escrita*. Lisboa: (ICS) Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história francesa*. Trad. de Sonia Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

DECRETO da nomeação de bibliotecário-maior da Real Biblioteca Pública da Corte na pessoa do desembargador Antônio Ribeiro dos Santos. Biblioteca Nacional de Portugal. Seção de Reservados. Cód. 10.610.

DECRETO em que S. Alteza estabelece a quantia de um conto e seiscentos mil réis para a compra de livros e jornais. Biblioteca Nacional de Portugal. Seção de Reservados. Cód. 10.612.

DIAS, Luís Fernando de Carvalho. *Algumas cartas do doutor Antônio Ribeiro dos Santos aos seus contemporâneos*. Separata da *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, tomo XIV, 1974.

DOMINGOS, Manoela. A primeira biblioteca pública portuguesa, 1775-1795: planos, projetos e primeiros fundos. *Cadernos BAD*, n. 1, 1994(a).

\_\_\_\_\_. Historial da Biblioteca Nacional. In: DOMINGOS, Manuela; LOPES, Inês; OLIVEIRA, António Lopes de. *Biblioteca Nacional de Portugal*. Lisboa: ABINIA, 1994(b).

GUEDES, Fernando. *O livro e a leitura em Portugal: subsídios para a sua história, séculos XVIII e XIX*. Lisboa: Verbo, 1987.

MARROCOS, Luís Joaquim dos Santos. *Cartas do Rio de Janeiro (1811-1821)*. Coordenação de Elisabet Carceller Guillamet. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2008.

MORAES, Rubens Borba de. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos, 1979.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. O livro para se fazer memória de todas as obras que entrarem na Real Biblioteca. In: ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula (orgs). *O império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico, séc. XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, p. 277-296, 2009.

PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dorez. *D. João VI: um príncipe entre dois continentes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

PEREIRA, José Esteves. *O pensamento político em Portugal no século XVIII: António Ribeiro dos Santos*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1983.

REGULAMENTO provisional das reais bibliotecas mandado observar pelo Príncipe Regente Nosso Senhor. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Ministério do Reino. Livro 99.

SANTOS, Luiz Gonçalves dos. *Memórias para servir à história do reino do Brasil*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1943.

SCHWARCZ, Lilia M.; AZEVEDO, Paulo César de; COSTA, Ângela Márquez da. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura luso-brasileira: da reforma da universidade à Independência do Brasil*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

VENTURI, Franco. *Utopia e reforma no Iluminismo*. Trad. de Modesto Florenzano. Bauru: EDUSC, 2003.

---

Recebido em 14/7/2013

Aprovado em 20/8/2013

## MAÇOS, LATAS E SOFTWARES

### O ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO E SUAS RECONFIGURAÇÕES

#### PAPER CASES, METAL BOXES AND SOFTWARES

#### THE ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO AND ITS RECONFIGURATIONS

**MARCELO QUINTANILHA MARTINS** | Graduado em economia e história. Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP).

#### RESUMO

O artigo procura refletir sobre o conceito de reconfiguração para compreender as transformações ocorridas no Arquivo Público do Estado de São Paulo e em outros arquivos, uma vez que os problemas dos arquivos no Brasil tendem a ser tratados de forma genérica, sem uma adequada contextualização. Por acreditar que a história produz um conhecimento essencial para nos posicionarmos no presente, o artigo propõe uma reflexão que ajude a entender o arquivo como uma prática de Estado e do conjunto da sociedade.

*Palavras chaves: arquivos; história; Arquivo Público do Estado de São Paulo.*

#### ABSTRACT

The paper discusses the concept of reconfiguration to understand the changes in the Arquivo Público do Estado de São Paulo and in others archival institutions. In doing so, it argues that problems of archives in Brazil are normally treated generically, without adequate contextualization. Considering that history produces essential knowledge for acting in the present time, the article proposes a reflection that help us understand the archives as a practice of state and society as a whole.

*Keywords: archives; history; Arquivo Público do Estado de São Paulo.*

#### RESUMEN

El artículo nos invita a hacer una reflexión sobre el concepto de reconfiguración para entender los cambios ocurridos en el Arquivo Público do Estado de São Paulo y en otros archivos, considerando que los problemas de los archivos en Brasil tienden a ser tratados de manera genérica, sin una contextualización adecuada. Creyendo que la historia produce un conocimiento esencial para situarnos en el presente, el artículo propone una reflexión que ayude a entender el archivo como una práctica de Estado y de la sociedad como un todo.

*Palabras clave: archivos; historia; Arquivo Público do Estado de São Paulo.*

A transição do regime de *Apartheid* para um regime democrático, na África do Sul, não foi dos mais pacíficos, porém mobilizou um amplo debate institucional. Vários órgãos públicos tiveram que se adaptar à nova realidade, entre eles o State Archive Service (SAS).<sup>1</sup> Era notório que o arquivo estatal sul-africano não guardava documentos que registrassem ações ilegais do Estado, muito menos documentos dos partidos que lutavam contra o *Apartheid*. Durante a transição do regime, o SAS destruiu sistematicamente documentos públicos, incluindo aqueles confiscados de pessoas e organizações que faziam oposição ao regime (Harris, 2002). No entanto, a democratização da sociedade abriu um novo diálogo com a memória. Milhares de documentos foram trazidos do exílio e outros milhares de depoimentos foram gravados para preencher uma lacuna varrida dos arquivos (Williams; Wallach, 2007). Toda essa operação delicada desaguou numa renovação dos arquivos na África do Sul, que recebeu o nome de “reconfiguração” (Hamilton et al., 2002).

Reconfigurar é dar uma nova forma a algo. É transformar, adaptar, dar novo feitiço a uma estrutura preexistente, ajustando as características de um componente, de modo a permitir que este funcione harmoniosamente com os demais elementos a que está conectado. No caso dos arquivos, é dar um sentido novo a uma atividade antiga e de ordem prática em resposta às demandas do presente. É justificar porque os arquivos fazem o que fazem e em benefício de quem.

Nossa intenção aqui não é discutir os arquivos sul-africanos ou a construção de uma memória coletiva pós-*Apartheid*, mas refletir sobre a ideia de reconfiguração dos arquivos. Pensar até que ponto este conceito é válido para compreendermos as transformações ocorridas no Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) e em outros arquivos, uma vez que os problemas dos arquivos no Brasil tendem a ser tratados de forma pontual e genérica, sem uma adequada contextualização. Por acreditar que a história, mesmo com suas limitações, produz um conhecimento essencial para nos posicionarmos no presente, propomos uma reflexão que nos ajude a entender o arquivo como uma prática de Estado e do conjunto da sociedade, reconhecendo que eles não estão a salvo das crises, do abandono e da incerteza, como também não estão a salvo da imaginação, da inovação e da ação.

A história de todo arquivo se confunde com o lento processo de formação e sedimentação do seu acervo. O acervo que justificou a criação do Arquivo Público do Estado de São Paulo nasceu com a criação da capitania em 1720, pelas mãos de um secretário que tinha como atribuições básicas organizar os papéis que vinham do Reino, bem como os que para lá seguiam, fazendo a expedição, tramitação e registro de toda a documentação produzida ou recebida pelo capitão general, além de dar publicidade aos atos do governo. Desde o século XVII, cada governador de capitania tinha um secretário letrado, nomeado por ele ou pelo rei, com a incumbência de manter em boa ordem o arquivo, fornecer certidões e assessorar burocraticamente o governante (Melo, 2006).

---

1 O SAS foi convertido em National Archives em 1º de janeiro de 1997, após a publicação do National Archives Act n. 43, de 1996.

O primeiro inventário dos regimentos, provisões, leis e cartas reunidos pelo secretário da capitania data de 1721. Listados no inventário estão vinte livros e 71 maços de documentos avulsos, incluindo cartas de Sua Majestade. O inventário termina com um termo de conferência firmado em 27 de fevereiro de 1749, na vila de Santos, perante dois tabeliães.<sup>2</sup> Extinta a capitania em 1748, os livros de registro e demais documentos foram lacrados em arcas, sendo parte encaminhada para o Rio de Janeiro e parte entregue ao governador da praça de Santos. Restabelecida a capitania em 1765, reuniu-se novamente a documentação que foi possível arrecadar e organizou-se um arquivo nos baixos de um antigo colégio jesuíta, tomado pela Coroa para servir como sede do governo (Bellotto, 2010).

Nos arquivos preservavam-se direitos, contratos e obrigações. Há muito tempo Espanha e Portugal haviam criado arquivos centrais para custodiar os documentos de interesse da Coroa, controlando as mercês, a distribuição de terras e o império além-mar. Os reis tinham o arquivo como um importante instrumento de governo. A guarda de títulos, privilégios, leis e documentos administrativos permitiu às monarquias impor um projeto político centralizador, cercando os arquivos de cuidados. Era expressamente proibido ler ou copiar papéis dentro do arquivo sem autorização direta do rei. Esse modelo de arquivo se perpetuou em vários países até a Revolução Francesa modificar as estruturas dos principais arquivos da Europa (Oliveda, 2010).

Com o fim do Antigo Regime, os arquivos deixaram de ser entidades a serviço do monarca para se transformarem em arquivos da nação. Ao mesmo tempo, grande parte da documentação acumulada pelos reis perdeu seu valor administrativo, passando a constituir um novo tipo de arquivo, de caráter eminentemente histórico e de livre acesso aos cidadãos. Essa mudança marcou profundamente a atividade arquivística, criando uma separação entre arquivos históricos e administrativos, entre fundos de valor histórico e fundos para gestão (Posner, 2006; Moore, 2008).

Distante da França, o arquivo da capitania de São Paulo cresceu de forma natural e rotineira, tornando-se, a partir do decreto imperial de 20 de outubro de 1823, arquivo corrente da Secretaria de Governo da Província. O livro de protocolo da Secretaria indica que, após a separação de Portugal, o expediente continuou normalmente, assegurando o armazenamento e a acumulação dos documentos que davam suporte administrativo ao governo.<sup>3</sup> Em 1842, o barão de Monte Alegre sancionou uma lei criando um arquivo público em São Paulo, inspirado nos arquivos europeus. A lei determinava a guarda dos documentos legislativos, administrativos e históricos, com a finalidade de construir um lugar de abrigo de “tudo que possa interessar à história da província”.<sup>4</sup>

---

2 Inventário dos papéis e livros existentes na Secretaria de Governo, criada a 5 de setembro de 1721. Livro n. 259. C00445. APESP.

3 Livro de despachos proferidos pela Secretaria de Estado Interino (1822-1823). Livro de Porta n. 8. C00435. APESP.

4 Lei n. 196, de 8 de março de 1842, art. 6, § 3.

A ideia, porém, não frutificou. Alegando falta de recursos e outras prioridades, o presidente da província não colocou a lei em prática, mas reconheceu a existência dentro do arquivo de um conjunto de documentos “preciosos para a história”, que lamentavelmente continuariam “entregues ao pó e as traças”.<sup>5</sup> Assim, o arquivo provincial permaneceu submerso na administração, acumulando documentos em prateleiras de madeira, juntados em maços e classificados por assunto, localidade e data. O acesso ao arquivo era considerado um privilégio, algo que precisava ser justificado e solicitado ao presidente da província.

Em 1881, o presidente da província, Laurindo Abelardo de Brito, alertou que em pouco tempo o “antigo e valioso arquivo da Secretaria” estaria imprestável. “Amontoados em uma das salas do pavimento térreo, sem luz, sem ar e sujeitos a ação de abundante umidade, já muitos documentos estão inutilizados”, justificou o presidente no seu pedido de recursos para a remoção, acondicionamento e organização do acervo.<sup>6</sup> Escrevendo em 1888, o então secretário de governo, Estevão Leão Bourroul, atestou ter encontrado o arquivo em boas condições de conservação e asseio. No entanto, fez reparos à organização do acervo e criticou a liberdade com que o arquivo foi franqueado “aos colhedores de documentos e esclarecimentos históricos”, a quem ele culpa pelos desfalques na documentação.<sup>7</sup>

De fato, a primeira reconfiguração do Arquivo só ocorreu em 1889, quando os republicanos depuseram o imperador prometendo uma grande reforma no país. Uma das primeiras providências do governo provisório foi extinguir a Secretaria de Governo, criando quatro secretarias para conduzir o crescimento do estado de São Paulo: a Secretaria da Agricultura, da Fazenda, da Justiça e do Interior, e uma repartição para recolher e guardar toda a documentação do Estado. Criada pelo decreto n. 30, de 10 de março de 1892, a Repartição de Estatística e do Arquivo do Estado assumiu as atribuições da antiga Seção de Arquivo da Secretaria de Governo, instalando-se no pavimento inferior do palácio. Subordinada à Secretaria do Interior, a Repartição ficou incumbida de guardar, organizar e preservar toda a documentação legislativa, administrativa, histórica e geográfica de São Paulo, e de produzir, imprimir e publicar quadros estatísticos das “condições físicas, econômicas e morais do estado de São Paulo”, dando-lhes “a maior publicidade possível”.<sup>8</sup>

O Arquivo do Estado passou então a recolher e processar informação, sistematizando uma prática desenvolvida na capitania. Seguindo ordens dos capitães generais, o arquivo

---

5 Discurso com que o Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Dr. José Thomas Nabuco D’Araujo, presidente da província de S. Paulo, abriu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 1º de maio de 1852. São Paulo: Tipografia do Governo arrendada, 1852, p. 38.

6 Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de S. Paulo pelo presidente da província, Laurindo Abelardo de Brito, no dia 13 de janeiro de 1881. Santos: Tipografia a vapor do Diário de Santos, 1881, p. 281; ver também a lei n. 12, de 13 de fevereiro de 1881, que autoriza a remoção, acondicionamento e classificação do arquivo da Secretaria de Governo.

7 Sucinta exposição apresentada ao Exmo. Sr. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, presidente da província, pelo secretário bacharel Estevam Leão Bourroul. São Paulo: Tipografia a vapor de Jorge Seckler & Comp., 1888, p. 10.

8 Decreto n. 30, de 10 de março de 1892, capítulo 1, art. 1.

da Secretaria acumulava mapas sobre população, comércio, preços, indústria e produção da capitania. Esses mapas eram estudados por algum técnico, normalmente um engenheiro militar, e transformados em informações factuais para servir à administração.<sup>9</sup> Essa prática continuou durante o Império, quando foram criadas comissões para tentar regularizar e padronizar a coleta de dados, a fim de coligir os trabalhos estatísticos da província.<sup>10</sup>

A Repartição foi estruturada inicialmente em três seções, duas para produzir estatísticas e uma para gerir o arquivo, considerado depósito da “tradição e da história de São Paulo”.<sup>11</sup> No comando da Repartição estavam homens que acreditavam na missão das elites, viviam de rendimentos próprios e eram em sua quase totalidade autodidatas que se dedicavam a exaltar o passado paulista. Da pena destes homens, saiu uma narrativa quase mítica de um passado longínquo de grandezas e feitos, que idealizava São Paulo como herdeira de homens que tinham aberto o caminho para a grandeza nacional (Saliba, 2004). Os diretores da Repartição, como não podia deixar de ser, eram membros do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo (IHGSP), inaugurado às vésperas da posse do primeiro presidente civil da República: o paulista Prudente de Moraes (Ferreira, 2002).

Antônio de Toledo Piza, um dos seus mais operosos diretores, garimpou e mandou transcrever centenas de documentos referentes ao passado colonial. Foi ele quem concebeu a ideia de divulgação das fontes históricas relativas ao tempo colonial, direcionando o trabalho dos arquivistas para a seleção, transcrição e publicação de manuscritos antigos. De 1894 até seu falecimento em 1905, Piza publicou a espantosa soma de 43 volumes de transcrições “indispensáveis para a feitura da história da capitania de São Paulo” (Prado, 1915).

No início do século XX, os diretores da Repartição não pensavam em questões teóricas sobre arquivos, mas em ampliar seu acervo. Assim, passaram a ser recolhidos documentos de natureza diversa, obedecendo à lei n. 666, de 6 de setembro de 1899, que mandava remover para o Arquivo do Estado todos os papéis, autos e livros existentes nos cartórios dos escrivães do judicial, oficiais de registro e tabeliães de notas, anteriores ao século XIX. Em pouco tempo o volume de documentos acumulados surpreendeu a administração. Como solução, o governo criou uma comissão para avaliar a massa documental recolhida pelo Arquivo. Munida de poderes para eliminar documentos, a comissão recomendava a publicação dos documentos considerados “interessantes para os costumes e a história de São Paulo”, enquanto mandava incinerar papéis avaliados como “inúteis”. Lendo as atas das reuniões de

---

9 São exemplos desse tipo de trabalho o *Mapa histórico, político e geográfico da capitania*, elaborado pelo tenente-coronel Daniel Pedro Muller, em 1815 (C00258. APESP), e a *Estatística da imperial província de São Paulo*, elaborada pelo tenente-coronel José Antônio Teixeira Cabral, em 1827, e publicada pela Edusp em 2009.

10 Livro de Registro de Ofícios às Comissões Censitárias e Diretoria Geral de Estatística, 1874-75. E00882. APESP. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente da província João Alfredo Corrêa de Oliveira, no dia 15 de fevereiro de 1886. São Paulo: Tipografia a vapor de Jorge Seckler & Comp., 1886, anexo n. 4.

11 Minuta do relatório apresentado ao cidadão dr. Cezario Motta Jr., Secretário dos Negócios do Interior do Estado de São Paulo, pelo dr. Antônio de Toledo Piza, diretor da Repartição de Estatística e Arquivo, em 13 de março de 1894. C09956. APESP.

1906, ficamos sabendo que entre os documentos encaminhados para destruição estavam “ofícios, relações, mapas e atas referentes à escravidão em vários municípios” e “contas das despesas feitas com as epidemias de 1892 e 1893”.<sup>12</sup>

Ao chegar em 1930, observamos que a Revolução forçou uma reestruturação do estado e trocou o comando dos órgãos públicos. Com a extinção da poderosa Secretaria do Interior, a Repartição de Estatística e do Arquivo acabou transferida para a Secretaria de Justiça e depois para a Secretaria da Educação e Saúde Pública, onde teve seu prestígio diminuído. Ela também deixou de ser dirigida por sobrenomes tradicionais, ligados ao IHGSP, para ser dirigida por servidores de carreira, ou em fim de carreira, na sua maioria professores e diretores de ensino da rede pública (Mendes, 1953). Não houve reconfiguração. A Repartição continuou com suas atribuições e modo de trabalho até passar por uma profunda reforma em 1936.

Naquele ano, atendendo à conveniência de uniformizar os trabalhos de coleta, análise e interpretação de dados estatísticos no Brasil, o governo estadual instituiu um órgão autônomo para fazer os levantamentos demográficos e os anuários de São Paulo (Motoyama, 2008). Com a medida, a Repartição perdeu verba e funcionários, passando a denominar-se Departamento do Arquivo do Estado. A consequência imediata dessa mudança foi o Arquivo tornar-se uma entidade imersa em serviços de catalogação, fichamento, restauração, transcrição de documentos antigos, embora uma parte considerável do trabalho continuasse voltada para o fornecimento de certidões, desentranhamento de papéis e recolhimento de documentos. Esse é o “ramerrão de nossa vida cotidiana”, manifestou um dos seus diretores que, inconformado com a mudança, aproveitou o relatório para pedir sua aposentadoria, declarando-se abatido moralmente e inutilizado para o serviço público.<sup>13</sup>

Os relatórios dos anos seguintes dão uma medida das agruras do Departamento, como falta de espaço, quadro de funcionários deficitário, recursos financeiros bastante limitados e dificuldades para obter instalações minimamente adequadas. Sem recursos, o Arquivo definhava, deixando de recolher documentos, produzir boletins e publicar livros. A crise caminhou para um desfecho trágico: em 1944 a Prefeitura de São Paulo pediu a desocupação do prédio onde estava instalado o Arquivo para alargar as avenidas centrais da cidade. O plano do prefeito Prestes Maia previa criar um Centro novo para a metrópole, com arranha-céus, galerias comerciais e cafés elegantes. Uma nova onda modernizadora empurrava o país, norteadada pela ideologia nacional-desenvolvimentista e impulsionada pela ampliação e diversificação das indústrias, especialmente a de materiais de construção (Campos, 2002).

---

12 Livro de atas dos trabalhos da comissão nomeada pelo senhor doutor secretário do Interior para proceder à seleção dos livros, documentos e mais papéis existentes no Arquivo do Estado de São Paulo (1906-1965). C09965. APESP.

13 Breve memória sobre a vida e as atividades da Repartição no período que vai de 1930 a maio de 1938, apresentada ao Exmo. Sr. Dr. Augusto Meirelles Reis Filho, secretário da Educação e Saúde Pública, pelo diretor da referida Repartição, professor Francisco Azzi. São Paulo: maio de 1938. C09956. APESP.

De certa forma, é significativo que um projeto com olhos fixos para o futuro desprezasse prédios antigos, ruas estreitas e um Arquivo obsoleto que, para alguns, não passava de um “peso morto” da administração pública.<sup>14</sup> A situação de incerteza se arrastou por quase cinco anos, até que no final de 1949 o Arquivo foi desalojado da noite para o dia. Os jornais chamaram a ocorrência de “descalabro”, “monstruosidade” e “insânia”.<sup>15</sup> Caminhões da Prefeitura descarregaram dez milhões de documentos em um armazém da Estrada de Ferro Sorocabana, ao lado das dependências da Delegacia de Ordem Político Social, onde ficariam pessimamente acondicionados por anos. Um jornalista da *Folha da Tarde* resumiu o despejo classificando o Arquivo como uma repartição “sem meios de usufruição política”, motivo pelo qual ninguém se incomodava com suas necessidades.<sup>16</sup>

A despeito de tudo, o Arquivo do Estado encontrou uma nova identidade. Em 1952, aproveitando os preparativos para a comemoração do IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo, o Arquivo começou uma campanha de divulgação das suas atividades nos rádios e na imprensa, atraindo público para cursos de paleografia, palestras e exposições de documentos.<sup>17</sup> Investiu em publicações inéditas e firmou laços com um grupo de pesquisadores formado por ensaístas e eruditos do porte de Sérgio Buarque de Holanda, que começava a se gestar nas universidades, suplantando os institutos históricos. Um campo amplo de produção científica e intelectual se descortinava numa concepção que buscava libertar-se dos conceitos preestabelecidos, para aprofundar-se cada vez mais no passado em busca de caminhos novos para o futuro (Candido, 1998). Inaugurava-se a fase dos historiadores de profissão. Parece ter sido nesse momento que o Arquivo se reconfigurou como órgão de finalidade estritamente cultural, “uma casa de cultura depositária das nossas tradições históricas”.<sup>18</sup>

No ano seguinte, o Arquivo foi transferido para um prédio alugado na rua Antonia de Queiroz, onde funcionara uma antiga fábrica de tapetes. O governo reformou o prédio e a mudança ocorreu de forma planejada. A documentação do acervo permanente foi desinfetada e acomodada em dez mil latas de alumínio, encomendadas para preservar os papéis da ação da umidade, poeira, fogo e da voracidade dos insetos.<sup>19</sup> As etiquetas das latas mantiveram as antigas descrições anotadas nas capas dos maços de documentos. O método de arquivamento priorizava a classificação por período histórico, combinado com o assunto, a localidade e a data. No prédio novo, os funcionários se

---

14 *Correio Paulistano*, 21 de julho de 1940.

15 *Correio Paulistano*, 10 de dezembro de 1949; *A Gazeta*, 7 de dezembro de 1949; *A Noite*, 27 de dezembro de 1949.

16 *Folha da Tarde*, 21 de agosto de 1951.

17 *Folha da Noite*, 21 de novembro de 1952; *A Gazeta*, 10 de dezembro de 1952; *Folha da Noite*, idem; *O Tempo*, 14 de outubro de 1953.

18 Minuta do anteprojeto de lei dispendo sobre a reorganização do Arquivo do Estado, elaborada em 1952. C09988. APESP.

19 Livro de Relatórios 1953-1956. C09988. APESP.

especializaram em atender historiadores e selecionar material para seus consulentes de maior prestígio.<sup>20</sup>

Com a reforma administrativa promovida pelo governo em 1967, o Arquivo passou a subordinar-se à recém-criada Secretaria da Cultura, Esporte e Turismo, como um centro de estudos históricos, procurado por alunos e professores de escolas superiores e ginásios (Amaral, 1974). No entanto, o contato direto com historiadores profissionais produziu mudanças significativas no Arquivo. Associações de historiadores passaram a atuar mais diretamente dentro dos arquivos, proclamando a importância dos acervos históricos e denunciando a “destruição sistemática e constante do nosso patrimônio histórico e cultural”.<sup>21</sup> Nesse momento, a produção historiográfica brasileira vivia um período de intensa produtividade. O crescimento do sistema de pós-graduação, a partir da década de 1970, ampliou a busca por fontes documentais e arquivos organizados. A criação do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV), no Rio de Janeiro, e do Arquivo Edgard Leuenroth, em Campinas, foram respostas a estas demandas (Santos, 2008).

Ao mesmo tempo, tomava impulso uma mobilização pela modernização dos arquivos no Brasil. Um grupo de acadêmicos de São Paulo e do Rio de Janeiro, inspirados por José Honório Rodrigues e pelo norte-americano T. R. Schellenberg, propunha uma revisão do trabalho arquivístico em relação à organização dos fundos e, sobretudo, à gestão documental. Em 1975, o secretário da cultura José Mindlin convidou o historiador e escritor Francisco Assis Barbosa para dirigir e elaborar um plano de reestruturação do Arquivo do Estado. Barbosa deixou o Arquivo um ano depois, sendo substituído pelo professor José Sebastião Witter, do Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP). Em 1978, o professor Michel Duchein, responsável pelos Arquivos da França, recebeu um convite para visitar São Paulo. Duchein elogiou o entusiasmo dos estudantes e as experiências desenvolvidas dentro do Arquivo, mas ressaltou que enquanto não houvesse uma legislação regulamentando os arquivos no Brasil, o desenvolvimento da instituição, carente de técnicos e espaços adequados para as suas atividades, continuaria travancado (Duchein, 1978).

No início dos anos de 1980, tornou-se evidente que o fim da ditadura e a construção de uma sociedade democrática remetiam à definição dos contornos da cidadania, dos canais de participação e expressão política, e da relação entre a esfera pública e privada. Naquele momento, combinavam-se dois fenômenos: a crise do regime autoritário e a derrocada do modelo nacional-desenvolvimentista. Era preciso atacar os problemas históricos do país, e os arquivos constituíam um sintoma destes problemas. Em 1983, o Conselho do Departamento de História da USP enviou um manifesto ao governador eleito Franco Montoro, defendendo

---

20 Minuta da conferência realizada por Maria Regina da Cunha Rodrigues, funcionária antiga do Arquivo do Estado, no salão da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, em 19 de maio de 1961. C09962. APESP.

21 *O Estado de São Paulo*, 9 de novembro de 1976; *Seminário Arquivos e História*, 21 a 25 de novembro de 1977. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1978.

a permanência do professor Witter na direção do órgão e destacando a “importância do Arquivo Público na reconstrução do processo histórico brasileiro”. O manifesto foi acompanhado de um abaixo assinado de diversas personalidades da sociedade civil.<sup>22</sup>

Naquele ano, o governador Montoro instituiu uma comissão especial de estudos, integrada por representantes do Arquivo do Estado, técnicos e especialistas de diversas áreas, para apresentar um projeto de redução da massa documental acumulada nas diversas repartições do Estado, salvaguardando as informações essenciais à administração e os documentos de interesse à memória.<sup>23</sup> Em 1984, o governador assinou o decreto criando o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo. O diretor do Arquivo, o professor Witter, comemorou a medida, afirmando que ela “reformularia o entendimento do papel efetivo” da instituição como “retaguarda da máquina governamental, como guardião da documentação transitória e depósito de cultura permanente”, criando condições para o Arquivo do Estado ocupar sua “verdadeira e correta posição dentro da vida nacional”.<sup>24</sup> Vivia-se, então, um momento de euforia e participação, marcado pela luta em prol da redemocratização da sociedade.<sup>25</sup>

Treze anos depois, a despeito da crise econômica e dos cortes orçamentários que paralisaram os trabalhos dentro do Arquivo e praticamente dissolveram suas equipes, o novo diretor da instituição escreveu que “os arquivos públicos não são apenas instituições voltadas para a preservação de peças de valor histórico cultural. Diferente dos museus, cuja feição é fundamentalmente cultural, a natureza dos arquivos públicos é precipuamente funcional, integrados na estrutura administrativa do Estado e servindo às ações de governo”. A finalidade dos arquivos, insistia o diretor, era “a de servir à administração, resguardando o direito constitucional de livre acesso à documentação” para permitir o exercício pleno da cidadania.<sup>26</sup>

A Constituição de 1988, em seu artigo 5º, veio garantir o desejado acesso à informação, explicitado mais tarde na lei federal n. 8.159/91, que atribuiu ao poder público o dever de zelar pela preservação do patrimônio documental, colocando-o ao alcance de todos para dar transparência à ação do governo e, com isso, contribuir para o fortalecimento da democracia. Na prática, a lei resultou no recolhimento do arquivo do extinto Departamento de Ordem Político Social de São Paulo (DEOPS). Transferido para a Polícia Federal em 1983, numa tentativa de mantê-lo longe do olhar público, o acervo do DEOPS foi recolhido pelo Arquivo

---

22 Cópia do manifesto de 28 de janeiro de 1983 e do abaixo assinado de fevereiro do mesmo ano. C09954. APESP.

23 Diagnóstico da situação dos arquivos do Estado de São Paulo: órgãos da administração direta sediados na capital. São Paulo: Edições Arquivo do Estado, 1987.

24 José Sebastião Witter, supervisor do Arquivo do Estado. *A problemática dos arquivos do estado de São Paulo*. São Paulo: 1985, p. 28. C10009. APESP.

25 André Franco Montoro, governador do estado de São Paulo. *Quarta mensagem anual à Assembleia Legislativa*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1986.

26 Sinopse do relatório anual de 1997, feito para integrar o relatório geral do governo do estado na abertura da sessão legislativa de 1998.

do Estado em 1991, no rastro de um prolongado debate (Camargo, 2009). Pela primeira vez, o Arquivo do Estado recebia um acervo sensível para a história recente. Naquele momento, a missão do Arquivo parecia clara: resgatar a memória de anos de autoritarismo em parceria com estudantes e professores da USP (Kossoy et al., 2006).

No entanto, as condições do Arquivo permaneciam extremamente precárias. Os contratos de trabalho eram temporários, não havia um corpo de funcionários estável e os recursos mantinham-se escassos. Estabeleceu-se então um debate entre os funcionários para discutir o futuro da instituição. Questionou-se abertamente o lugar do Arquivo dentro da Secretaria da Cultura e elaboraram-se propostas para transformar o Arquivo em uma fundação ou transferi-lo para outra secretaria. Em 2007, o Arquivo do Estado foi recebido de “braços abertos” pela Casa Civil.<sup>27</sup> Em boa medida, a integração na estrutura da Casa Civil confirmou a nova reconfiguração assumida pelo Arquivo do Estado. Essa reconfiguração, a exemplo de todas as outras, descortinou o duplo papel da instituição como testemunha de ações passadas e dispositivo do presente. Nesse aspecto, o Arquivo não perdeu seu caráter singular de repositório dos documentos acumulados pelas atividades desenvolvidas pelo Estado, mas teve seu sentido reelaborado para dialogar com as mudanças do presente. De órgão exclusivamente administrativo a “depósito da história” e, mais tarde, difusor cultural e instrumento de democratização do Estado, o Arquivo foi sendo reconfigurado para se adaptar às transformações sociais, e de relação do Estado com a sociedade. Perdeu a parte concernente à produção estatística, mas passou a fornecer transparência e alargou os direitos do cidadão, dando um novo sentido às suas atividades.

Nesse itinerário de transformações e reconfigurações muita coisa mudou. Mudaram as leis, os regimes políticos e a conformação da cidadania. O passado perdeu espaço para o presentismo, em face de um futuro ameaçador e incerto (Hartog, 2003). O acúmulo de maços, representando o controle dos atos escritos e das informações essenciais para a administração, deu lugar às latas criadas para proteger o passado e, há bem pouco tempo, aos *softwares* de descrição arquivística normatizada, para onde os maços de documentos começaram a migrar com o objetivo de democratizar o acervo para um público mais amplo do que o jamais imaginado antes, transformando o que estava encerrado em prateleiras em informação *online*.

Se admitirmos que os arquivos estão sujeitos às reconfigurações, seja para se adaptar às transições políticas, seja para construir um novo significado para as suas atividades, estaremos revendo a imagem dos arquivos como instituições passivas, estáveis e abrigadas do tempo. Se aceitarmos que os arquivos podem ser reconfigurados para revitalizar seu papel na sociedade, estaremos admitindo que os arquivos são também lugares de expressão da criatividade humana. Ainda assim, devemos reconhecer que em um nível mais profundo os arquivos continuam fazendo o que sempre fizeram: criar um chão para o presente.

---

<sup>27</sup> Expressão usada pelo secretário da Casa Civil, Aluísio Nunes Ferreira, antigo líder do governo Montoro na Assembleia Legislativa, ao acolher o arazoado de parte dos funcionários e do novo coordenador do Arquivo, o professor Carlos de Almeida Prado Bacellar, da USP, cujo início da carreira se deu como estagiário e depois responsável pela documentação permanente do Arquivo do Estado.

## Referências bibliográficas

- AMARAL, Antônio Barreto do. *O Departamento do Arquivo do Estado e a sua história*. São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo; Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, 1974.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Razões de Estado: a extinção e os primórdios da restauração da capitania de São Paulo (1748-1775). In: ODALIA, Nilo; CALDEIRA, João Ricardo de Castro (org.). *História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*, v. 1 – São Paulo: Colônia e Império. São Paulo: UNESP; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado, 2010.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Os arquivos e o acesso à verdade. In: SANTOS, Cecília MacDowell et al. (org.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2009.
- CAMPOS, Candido Malta. *Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo*. São Paulo: Senac, 2002.
- CANDIDO, Antonio (org.). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- COSTA, Célia. O Arquivo Público do Império: o legado absolutista na construção da nacionalidade. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 217-231, 2000.
- DUCHEIN, Michel. *Organisation des archives: rapport établi à l'intention du Gouvernement de la République fédérative du Brésil par l'Organisation des Nations Unies pour l'éducation, la science et la culture*. Paris: Unesco, 1978.
- FERREIRA, Antonio Celso. *A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: UNESP, 2002.
- HAMILTON, Carolyn et al. (ed.). *Refiguring the archive*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2002.
- HARRIS, Verne. They should have destroyed more: The destruction of public records by the South African State in final years of Apartheid, 1990-1994. In: COX, Richard J.; WALLACE, David A. *Archives and the public good: accountability and records in modern society*. Westport: Quorum Books, 2002.
- HARTOG, François. Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo. *Revista de História*, n. 148, 1º semestre 2003.
- KOSSOY, Boris et al. (org.). *Proin: Projeto integrado Arquivo do Estado e Universidade de São Paulo: 10 anos de pesquisas*. São Paulo: Humanitas; Fapesp, 2006.
- MELO, Josemar Henrique de. *A ideia de arquivo: a Secretaria de Governo da Capitania de Pernambuco (1687-1809)*. 2006. Tese (Doutorado em Ciências Documentais), Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.
- MENDES, Ubirajara Dolácio. *Pequeno histórico e prontuário do Departamento do Arquivo do Estado*. São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado de S. Paulo; Secretaria da Educação, 1953.

MOORE, Lara Jennifer. *Restoring order: The Ecole des Chartes and the organization of Archives and Libraries in France, 1820-1870*. Duluth (US): Litwin Books, 2008.

MOTOYAMA, Shozo et al. *SEADE: uma história exemplar*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2008.

OLIVEDA, Alfonso Dávila. *Los Archivos del Estado*. Gijón: Ediciones Trea, 2010.

POSNER, Ernest. *Archives and the public interest: select essays by Ernest Posner*. Chicago: The Society of American Archives, 2006.

PRADO, Armando. Antônio de Toledo Piza. In: ARQUIVO DO ESTADO DE S. PAULO. *Publicação oficial de documentos interessantes para a história e costumes de S. Paulo*, v. 44. São Paulo: Typ. Cardozo Filho & Comp., p. 3-24, 1915.

SALIBA, Elias Thomé. Histórias, memórias, tramas e dramas da identidade paulistana. In: PORTA, Paula (org.). *História da cidade de São Paulo*, v. 3. São Paulo: Paz e Terra, p. 555-587, 2004.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. *A arquivística no laboratório: história, teoria e métodos de uma disciplina*. 2008. Tese (Doutorado), Departamento de História da USP, São Paulo.

WILLIAMS, Brian; WALLACH, William K. Documenting South Africa's Liberation Movements: Engaging the Archives at the University of Fort Hare. In: BLOUIN JR., Francis X.; ROSENBERG, William G. (ed.). *Archives Documentation and Institutions of Social Memory: essays from the Sawyer Seminar*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2007.

---

Recebido em 8/7/2013

Aprovado em 26/8/2013

# MEMÓRIA DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, 1890-1984

MEMORY OF THE ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, 1890-1984

**MARIA TERESA NAVARRO DE BRITTO MATOS** | Graduada em História (1988) e especialista em Arquivologia (1991) pela Universidade Federal da Bahia, mestre em Biblioteconomia e Ciência da Informação pela Université de Montréal (1996), doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (2004). Diretora do Arquivo Público do Estado da Bahia.

**RITA DE CÁSSIA SANTANA DE CARVALHO ROSADO** | Graduada em História (1977), mestre em Ciências Sociais (1983), pela Universidade Federal da Bahia, professora adjunta da Universidade do Estado da Bahia. Coordenadora de Pesquisa do Arquivo Público do Estado da Bahia / Fundação Pedro Calmon.

## RESUMO

Descreve os processos de criação e de institucionalização do Arquivo Público do Estado da Bahia, a partir dos cinco regulamentos e regimentos que vigoraram no período de 1890, 1920, 1950, 1967 e 1984, destacando pontos considerados relevantes.

*Palavras-chaves: Arquivo Público do Estado da Bahia; arquivo público; memória.*

## ABSTRACT

This article describes the process of creation and institutionalization of the Arquivo Público do Estado da Bahia, in light of the five regulations and statutes that prevailed in the period of 1890, 1920, 1950, 1967 and 1984, highlighting relevant points.

*Keywords: Arquivo Público do Estado da Bahia; public archives; memory.*

## RESUMEN

Describe los procesos de creación y de institucionalización del Arquivo Público do Estado da Bahia, a partir de las cinco normativas y regimentos que vigoraron en el periodo de 1890, 1920, 1950, 1967 y 1984, destacando puntos considerados relevantes.

*Palabras clave: Arquivo Público do Estado da Bahia; archivo público; memoria.*

**N**otoriamente reconhecido em âmbito nacional e internacional, como um dos mais importantes arquivos públicos estaduais do Brasil, o Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) custodia parte significativa da memória nacional. Documentos raros, manuscritos originais, produzidos à época do Brasil colonial, quando Salvador foi sede do Governo-Geral do Estado do Brasil (1549-1763). A condição de capital aliada à localização geográfica estratégica fez da cidade de Salvador, também, capital do Atlântico Sul, para onde convergiam documentos oficiais da Coroa portuguesa (Matos; Rosado, 2012, p. 41).

Trata-se de uma instituição centenária que, como os demais arquivos públicos, desde a sua criação em 1890, desempenha papel essencial para o estudo da sociedade brasileira e da soberania do Estado.

A partir de uma pesquisa em fontes documentais, notadamente relatórios, regimentos e regulamentos, custodiadas pelo APEB, foram resgatados dados e informações que incluem o processo de criação; o registro de “recolhimentos” de documentos; os regulamentos e os regimentos oficializados no período de 1890 a 1984.

## **PROCESSO DE CRIAÇÃO**

No ano de 1888, Francisco Vicente Vianna, jornalista e político, que veio a ser o primeiro diretor do APEB, publicou em 12 números do *Diário da Bahia*, no período de 21 de outubro a 4 de dezembro, artigos em defesa da formação de um arquivo público provincial (Vianna, 1890, p. 3). A iniciativa de levar ao conhecimento do público a urgência de criar um arquivo, por parte do jornalista, deveu-se a uma consulta que fez ao arquivo da Secretaria do Governo, para fim de estudos históricos, obsequiosamente autorizada pelo respectivo secretário. Na ocasião, o pesquisador declarou-se “horrorizado perante o enorme desfalque, que consegui descobrir, de inúmeros e valiosíssimos documentos, chegando até a obter provas inequívocas do caminho, que muitos deles tinham tomado e podendo calcular em diversas centenas o número de livros de registro, que daí tinham desaparecido”.

Paralelamente, na Câmara dos Deputados, o baiano Inocêncio Marques de Araujo Góes, em 16 de outubro do mesmo ano, pronunciou-se em relação ao “inqualificável abuso, com a aquiescência do governo, vasculharem-se os arquivos das repartições e retirar delas os livros que conviesse” (Vianna, 1890, p. 6). Destacando, inclusive, a transferência de documentos pertencentes à Bahia para a Biblioteca da Corte, hoje Biblioteca Nacional do Brasil.

A reivindicação de Francisco Vicente Vianna para criar um arquivo público apresentava-se como único meio capaz de ordenar de forma sistemática os documentos que restaram, além de reaver aqueles subtraídos por “inqualificáveis abusos” (Vianna, 1890, p. 6). Somava-se, ainda, como exposição de motivo para justificar a criação do Arquivo, o fato de que as cidades acolhiam como “grande passo para o desenvolvimento das letras pátrias, e como um largo benefício para os que se dedicam ao estudo da história nacional” (Vianna, 1890, p. 7). Sublinhando, inclusive, que são reconhecidas para o país, as vantagens obtidas com a criação do Arquivo Público do Império (Vianna, 1890, p. 8).

[...] Aliás, o apoio do Poder Executivo data de abril de 1889, mês e ano em que o relatório do vice-presidente da província, Aurélio Ferreira Espinheira, aceitou a necessidade de um arquivo para os papéis de interesse histórico (Arquivo do Estado da Bahia, 1967, p. 5).

Não tardou para que o Poder Legislativo se manifestasse favorável à indicação do Poder Executivo. O projeto de lei de criação do APEB, sob o número 467, foi apresentado a Assembleia Legislativa Provincial, em sessão de 29 de maio de 1889, pelos deputados Isaías Guedes de Mello e Antônio de Carvalho Pinto Lima, composto de quatro artigos. O primeiro criava o Arquivo Público destinado a “coligir, restaurar, guardar e conservar todos os documentos manuscritos e quaisquer outros papéis concernentes à história política, jurídica, legislativa e administrativa da província” (Vianna, 1890, p. 9). O segundo artigo tratava do pessoal e ordenado. No terceiro, autorizava o presidente a providenciar edifício em que se devia estabelecer o Arquivo, além de constar os utensílios e as despesas específicas, bem como expedir regulamento para execução da lei. Por fim, o quarto tratava das disposições em contrário.

O projeto ficou até 30 de junho para requerimento do deputado Aristides Borges que se opôs ao trâmite do mesmo, apontando o pretexto de representar despesa para o Estado. Sobre a questão, o governo foi ouvido tendo declarado que não havia inconveniente algum para criar o Arquivo Público. Ficou, então, autorizado de criá-lo, cujas vantagens em prol da civilização ninguém “podia escurecer, nem mesmo aqueles que, em forçada busca de um motivo de impugnação, apelavam para o estado crítico das finanças da província” (Vianna, 1890, p. 10).

A instituição tinha como missão, legalmente incorporada ao poder público, recolher o

[...] quanto antes, em certo e determinado lugar todos os papéis e documentos históricos, administrativos, judiciários e legislativos deste Estado, que se acham disseminados nos diversos arquivos públicos das diferentes repartições, afim de que sejam devidamente conservados, restaurados e sistematicamente classificados para que a consulta e o estudo sobre eles se possam fazer com a necessária brevidade e exatidão (Bahia, 1911a).

O ato governamental de criação do APEB, expedido em 16 de janeiro de 1890, por Manuel Victorino Pereira, primeiro governador do estado da Bahia, oficializou, portanto, as reivindicações registradas. Em 22 de janeiro do mesmo ano, o governador nomeou Francisco Vicente Vianna para diretor da “nova repartição”.

## **PANORAMA DO “RECOLHIMENTO” DE DOCUMENTOS**

Em atendimento ao artigo 29 do primeiro Regulamento do APEB, de 21 de outubro de 1890, foi aberto um livro para se lançarem as ofertas de documentos e outros objetos feitos ao mesmo Arquivo (Arquivo Público do Estado da Bahia, 1890).

Diante da necessidade de cuidar dos documentos existentes nas repartições públicas, o governador do estado, em 1891, colocou à disposição do diretor, servidores da extinta Assembleia Provincial. De imediato inventariou-se os “papéis da Secretaria do Governo, do arquivo da Relação e cartórios do Júri, do tabelião Abranches e do escrivão Marcelo Costa”, totalizando o quantitativo de 1.172 livros e 804 maços (Bahia, 1891, p. 2). Conforme os relatórios apresentados ao governador José Gonsalves da Silva, os documentos que foram recolhidos ao APEB, até maio de 1891, provenientes da Assembleia Provincial, corresponderam a 232 livros e 325 maços, e mais 194 maços da Secretaria de Governo (Bahia, 1891, p. 3). Também, encontra-se registrado a necessidade de servidores do Arquivo se deslocarem a diversas vilas e cidades<sup>1</sup> para identificar documentos de valor histórico, com vistas a recolhimento. Em 17 de abril, o diretor do Arquivo “dirigiu a todas as intendências do estado uma circular pedindo remessa de cópia das atas de instalação das vilas e cidades, bem como da proclamação da República” (Bahia, 1891, p. 5). Nesse ano, os papéis arquivados atingiram o quantitativo de 31.551.

Três anos após a criação do Arquivo, em 1893,<sup>2</sup> registra-se que “continua havendo grande arrecadação de materiais de todas as repartições”, além de doações de particulares (Bahia, 1893).

Em relatório de 1896, destaca-se que o APEB reunia: seis mil impressos, 150 mapas e um milhão e quinhentos mil manuscritos, produzidos no período colonial.

Em 1918, a Secretaria do Senado do Estado Federado da Bahia encaminhou ao APEB documentos relativos a recursos eleitorais de 1912, 1915 e 1916, além de relatórios e mensagens.

Consta em relatório que, em 1944, o cel. Franklin Lins de Albuquerque ofertou, ao APEB, o matutino *O Imparcial*. Neste mesmo ano, em 5 de fevereiro, o diretor Alfredo Vieira Pimentel, em ofício dirigido ao secretário do Interior e Justiça, Artur Cesar Berenguer, contesta veementemente a incorporação da Seção Histórica do APEB pelo município, alegando a incoerência da medida. Em 16 de fevereiro, o prefeito de Salvador, Clésio Carvalho Lisboa, se manifesta de acordo com a incorporação.

O recolhimento do acervo da Alfândega ocorreu em 1971, após avaliação por Comissão do Rio de Janeiro. Data do mesmo período, encaminhamento da Polícia Federal de cem livros de entrada e saída de passageiros do porto de Salvador.

Em 2000, mediante compra, o APEB adquiriu o acervo fotográfico do alemão Arthur Wishral, composto de mais de quinhentas imagens, contratado pela Companhia de Energia Elétrica da Bahia para registrar a construção da primeira barragem do estado, a hidroelétrica Jerry O’Connel, em Barreiras.

---

1 No ano de 1891, as vilas do Conde, de Abadia e de Itapicuru foram visitadas, além da cidade de Alagoinhas.

2 Consta da ata lavrada em 13 de maio de 1893, por ocasião da destruição pelo fogo de livros e mais documentos relativos ao elemento servil abolido pela Lei de 13 de maio de 1888, em observância ao ofício de 31 de dezembro de 1891, do governador do estado, em cumprimento ao aviso circular de 25 de dezembro do mesmo ano do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (Arquivo Público do Estado da Bahia, 1891, p. 4).

## REGULAMENTOS E REGIMENTOS, 1890-1984

O APEB, de 1890 a 1984, como mostra o quadro I, esteve sob as normas de cinco regimentos produzidos e oficializados, respectivamente, nos anos de 1890, 1920, 1950, 1967 e 1984 (Matos; Rosado, 2012, p. 45).

QUADRO 1 – REGULAMENTOS E REGIMENTOS DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, 1890-1984

ANO	Instrumento Legal	1890	1920	1950	1967	1984
Instrumento Legal	Ato Governamental, de 21/10/1890	Decreto n. 2.220, de 26/6/1920	Decreto n. 14.637, de 26/6/1950	Decreto n. 20.293, de 14/8/1967	Decreto n. 31.438, de 21/12/1984	
Denominação	Arquivo Público do Estado da Bahia	Arquivo Público do Estado da Bahia	Arquivo Público do Estado da Bahia	Arquivo do Estado da Bahia	Arquivo Público do Estado da Bahia	
Vinculação Institucional	Gabinete do Governador do Estado da Bahia	Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública	Secretaria do Interior e Justiça	Secretaria da Educação e Cultura	Secretaria da Educação e Cultura	
Natureza	Instituto	Instituto	Repartição	Órgão em regime especial da administração centralizada	Órgão em regime especial da administração centralizada	
Finalidade	Adquirir e conservar, debaixo de classificação sistemática, todos os documentos concernentes ao direito público, à legislação, à história e à geografia da Bahia e quaisquer outros que o governo determinar que ali se depositem.	Adquirir e conservar, debaixo de classificação sistemática, todos os documentos concernentes ao direito público, à legislação, à história e à geografia da Bahia e quaisquer outros que o governo determinar que ali se depositem.	Recolher, custodiar e conservar, sob classificação sistemática, todos os documentos concernentes à administração e quaisquer outros que interessem à história e à geografia da Bahia, bem como aqueles que o governo determinar.	1. Recolhimento, guarda, preservação e conservação de documentos de valor legal, administrativo ou histórico; 2. Fornecimento de dados e elementos; 3. Estudos e pesquisas históricas; 4. Promoção de publicação especializada; 5. Assistência técnica aos arquivos; 6. Reprodução, guarda e conservação em microfilme de documentos; 7. Restauração de documentos.	Desempenhar atividades referentes ao recolhimento, guarda, preservação e conservação de documentos que evidenciem a memória histórica, geográfica, administrativa, técnica, legislativa e jurídica do estado da Bahia.	

Fonte: Regulamentos e Regimentos do Arquivo Público do Estado da Bahia nos anos de 1890, 1920, 1950, 1967 e 1984.

Um breve panorama de cada regulamento e regimento, por ordem cronológica, será apresentado a seguir.

#### **REGULAMENTO DE 1890**

O Regulamento de 1890 foi oficializado pelo ato de 21 de outubro do mesmo ano, expedido pelo vice-governador do estado da Bahia Virgílio Clímaco Damásio. O Regulamento foi fundamentado no decreto n. 7, de 20 de novembro de 1889, que fixou as atribuições dos governadores logo que proclamada a República.

Por esse Regulamento, entende-se que o APEB esteve vinculado ao Gabinete do Governador do Estado da Bahia. O art. 1º estabeleceu a denominação, a natureza e a finalidade do Arquivo, ao afirmar: “É o Archivo Público do Estado da Bahia um instituto destinado a adquirir e conservar, debaixo de classificação sistemática, todos os documentos concernentes ao direito público, à legislação, à história e à geografia da Bahia e quaisquer outros que o governo determinar que ali se depositem” (Bahia, 1911b).

As prerrogativas emanadas no ato de criação (janeiro de 1890) e confirmadas no Regulamento (novembro de 1890), expedido dez meses depois da criação do Arquivo, se mantiveram pelo menos até 1950, porque o Regulamento de 1920, que vigorou até 1950, manteve em grande parte itens do de 1890.

A estrutura do Arquivo estabelecida considerou a distribuição dos serviços em quatro seções: Legislativa, Administrativa, Judiciária e Histórica. Na Seção Administrativa, por exemplo, “eram arquivados os originais de contratos de empréstimos efetuados dentro ou fora do Estado e outros de qualquer natureza feitos com o governo”. A ausência de base documental no estado deve ter evoluído para a construção de uma política de recolhimento e guarda de documentos, de valor permanente e legal, conforme pode ser observada no art. 10:

Para facilitar e regular a aquisição para o arquivo de documentos existentes nas diversas vilas e cidades do Estado, oficiará o governo aos intendentess de todas as municipalidades para que incumbam aos secretários delas o colecionamento de papeis e documentos, que sirvam para a história da Bahia, e aos juizes de direito para que o façam aos escrivães de sua jurisdição (Bahia, 1911b).

Os artigos 11, 12 e 13 complementam a ação identificada acima. O art. 11 destaca que o diretor do Arquivo Público do Estado deverá percorrer, uma ou mais vezes por ano, diferentes vilas e cidades do estado, com vistas a avaliar os documentos identificados como de valor histórico para serem recolhidos ao Arquivo Público. O art. 12 chama a atenção para as visitas aos arquivos e cartórios das vilas e cidades. Deverão ser precedidas de autorização especial do governador. No caso das visitas aos conventos e associações particulares, o art. 13 estabelece que cabe ao diretor obter licença dos respectivos encarregados ou administradores.

Soma-se, ainda, o recolhimento oriundo de outras repartições do estado findado os prazos dos negócios que tratavam os documentos. O art. 8º fixa o prazo de cinco, podendo se

estender até 15 anos, para a remessa de documentos ao Arquivo Público. Inclusive, disciplinando o período de recolhimento, no princípio de cada ano.

Em relação ao restauro de documentos, o art. 18 registra que à época “os livros manuscritos e os documentos que estiverem ilegíveis ou danificados, serão restaurados por meio de translados fiéis, que serão revestidos das necessárias solenidades para sua autenticidade”.

O procedimento para consulta, conforme artigos 19 e 20, exigia que:

Art. 19 – Somente em dias designados será franqueado às pessoas, que previamente obtiverem licença do diretor, às quais permitir-se-á consultarem em sala apropriada os documentos, livros etc., e mediante autorização explícita do governador, os papéis que tiverem a nota de reservados.

Art. 20 – A ninguém é lícito tirar cópia, nem publicar, sem expreso consentimento do governador do Estado com audiência do diretor do Arquivo Público, os documentos inéditos ali depositados, ficando os que fizerem incursos nas penas do código criminal da República.

§ 1º O consentimento do governador será dado, com as cautelas que lhe parecerem necessárias e, além disto, a pessoa a quem for permitida a publicação, ficará obrigada a dar ao Arquivo Público três exemplares, pelo menos, do impresso (Bahia, 1911b).

Essas exigências vigoraram por sessenta anos. Estabelecidas inicialmente em 1890, permaneceram no Regulamento de 1920 que assim conduziu o Arquivo Público por três décadas.

#### **REGULAMENTO DE 1920**

O decreto n. 2.220, de 26 de junho de 1920, assinado pelo governador José Joaquim Seabra, aprovou o segundo Regulamento do APEB e do Museu do Estado.

A presença do Museu Histórico do Estado da Bahia<sup>3</sup> neste Regulamento deve-se ao fato de ser o mesmo anexo do APEB, desde sua criação pela lei n. 1.255, de 23 de junho de 1918. O Museu desvinculou-se do APEB no ano de 1959.

Continua o APEB com a finalidade de adquirir e conservar sob classificação sistemática todos os documentos “concernentes ao direito público, à legislação, à história e à geografia da Bahia e quaisquer outros que o governo determinar que ali se depositem” (Bahia, 1920).

A especificidade do segundo Regulamento em relação ao primeiro resulta da integração do Museu à estrutura do APEB e da vinculação do Arquivo à Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública, desvinculando-se, portanto, do Gabinete do Governador do Estado. Mas, permaneceu a distribuição dos serviços em quatro seções – Legislativa, Administrativa, Judi-

---

3 Denominação registrada no Regulamento de 1920, publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia, n. 187 (domingo), de 27 de junho de 1920, Capítulo I – Museu e seus fins. Sobre a trajetória do Museu Histórico da Bahia é recomendável consultar o trabalho de Ceravolo (2011).

ciária e Histórica – e manteve-se o rigor fixado no Regulamento anterior, quando o assunto se tratava de consulta aos documentos.

Transitavam nos espaços do Arquivo, conforme sugerem os regimentos até então, apenas representantes da elite baiana. Essas restrições permaneceram por seis décadas – de 21 de outubro de 1890, momento que entrou em vigor o primeiro Regimento, até a aprovação do terceiro Regimento, com a publicação do decreto n. 14.637, de 26 de junho de 1950.

De certa forma, é curioso imaginar que tanta burocracia para o acesso aos documentos tenha se perpetuado por seis décadas. Talvez essas medidas estabelecidas, desde a criação do Arquivo, fossem nos anos de 1930 e 1940 ao encontro do método político-administrativo autoritário desenvolvido por Getúlio Vargas, principalmente durante o Estado Novo (1937 a 1945). O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), sob o total controle do governo, é um exemplo concreto de medidas vigentes na fase ditatorial. O Arquivo como guardião da memória deveria continuar restritivo, a serviço do governo.

#### **REGIMENTO DE 1950**

O decreto n. 14.637, de 26 de junho de 1950, baixado pelo governador Octávio Mangabeira, instituiu o terceiro Regimento e regulamentou a lei n. 165, de 24 de maio de 1949. Este Regimento manteve a vinculação do Arquivo à Secretaria do Interior e Justiça, que antes da reorganização administrativa denominava-se Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública. Em 1950, o Regimento revê o papel a ser desempenhado pelo APEB. Contudo, as medidas não descaracterizaram as funções e a vinculação mantidas até então. Tratava-se de outro momento na trajetória do Arquivo.

A finalidade continuou sendo a de “recolher, custodiar e conservar, sob classificação sistemática, todos os documentos concernentes à administração e quaisquer outros que interessassem à história e à geografia da Bahia, bem como aqueles que o governo determinar” (Bahia, 1950).

Os serviços do Arquivo foram distribuídos por três seções: Administrativa, Histórica, e Legislativa e Judiciária. Além dessas seções, existia uma Secretaria.

Os procedimentos de consulta oficializados no Regimento de 1950 apresentam-se menos rígido, sem o rigor da fase anterior, ao franquear pela primeira vez a consulta aos documentos, apenas com a seguinte ressalva: “às pessoas decentemente trajadas, maiores de 16 anos” (Bahia, 1950).

Este Regimento trouxe um diferencial significativo. A proposta de promover um curso de arquivologia, às expensas do Estado, conforme os arts. 54, 55, 56 e 57. O curso foi operacionalizado nas décadas de 1950 e 1960, tendo contribuído enormemente para a valorização do servidor e a qualificação dos procedimentos arquivísticos.

#### **REGIMENTO DE 1967**

O art. 13 da lei n. 2.443, de 6 de abril de 1967, reorganizou o Arquivo Público do Estado (ARQUEB). Pelo decreto n. 20.293, de 14 de agosto do mesmo ano, foi aprovado o Regimento pelo governador Antônio Lomanto Junior (Bahia, 1967).

Deve-se realçar que este Regimento vigorou (1967-1984) praticamente durante todo o período da ditadura militar (1964-1985). O ARQUEB, como órgão em regime especial da administração centralizada, esteve vinculado à Secretaria da Educação e Cultura.

Quanto à finalidade, já expressa no quadro I, cabia ao ARQUEB: recolher, guardar, preservar e conservar os documentos permanentes oriundos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do estado. Além dos documentos de interesse para a história e a cultura do estado e do Brasil.

A estrutura do ARQUEB neste regimento era bem mais detalhada se comparada às anteriores. Compreendia os seguintes setores: Seção de Administração Geral; Serviço de Pesquisa e Organização (com duas seções: Estudos e Pesquisas; e Comunicação Cultural); Serviço de Documentação Escrita (com quatro seções: Documentação Administrativa; Documentação Legislativa; Documentação Jurídica e Documentação Histórica); Serviço de Documentação Impressa, Cartográfica e Audiovisual (com duas seções: Documentação e História Contemporâneas; e Livros e Mapas); Serviço de Microfilmagem e Restauração de Documentos (com duas seções: Filmes, Microfilmes e Discos; e Restauração de Documentos); Arquivos Regionais do Estado e Conselho de Assistência Técnica aos Arquivos.

A Seção de Documentação Administrativa tinha a atribuição de identificar as espécies documentais que reunia. Eram relacionados os documentos, originais ou cópias autenticadas, produzidos pelo governador do estado (atos de competência privada; proclamações, discursos e manifesto; correspondências selecionadas por valor político, administrativo e histórico); pelas Casas Civil e Militar, e assessorias técnicas do governador; pelos secretários de Estado (correspondências; processos administrativos; decretos e portarias). Contudo, este Regimento excluiu a proposta contida nos Regimentos de 1890, 1920 e 1950 em relação ao recolhimento de “originais de contratos de empréstimos efetuados dentro ou fora do estado e outros de qualquer natureza feitos com o governo” (Bahia, 1967, p. 2).

O art. 3º registra que a biblioteca criada, evoluiu e passou a integrar a Seção de Livros e Mapas, tendo por atividade “organizar, manter uma biblioteca especializada em Bahia [...]” (Bahia, 1967). Funciona até os dias atuais, intitulada biblioteca Francisco Vicente Vianna.

O art. 5º identifica a preocupação com diferentes suportes de documentos, quando apresenta as atividades da Seção de Filmes, Microfilmes e Discos.

Mister registrar que a lei n. 2.443/1967, mencionada, estabeleceu em seu art. 10º a existência de um Conselho de Assistência Técnica aos Arquivos que deverá funcionar junto do ARQUEB, sob a presidência do seu diretor (Bahia, 1967). O art. 11 complementa, apresentando a composição do Conselho.

1. Diretor do Arquivo do Estado da Bahia;
2. Diretor do Departamento de Administração Geral;
3. Secretário da Assembleia Legislativa;
4. Corregedor da Justiça ou representante legal;
5. Responsável pelo Arquivo da Cúria Metropolitana.

Por conseguinte, o art. 6º do Regimento estabelecia que a atividade básica de assistência técnica a arquivos, no âmbito do ARQUEB, é da competência do Conselho de Assistência Técnica aos Arquivos, descrita a seguir:

1. Propor os prazos para conservação dos documentos guardados no arquivo do Departamento Geral da Administração (DAG), baixando normas para sua eliminação ou remessa ao Arquivo do Estado da Bahia.
2. Aprovar normas para a preservação dos documentos guardados nos arquivos.
3. Aprovar normas de acessibilidade, reserva e sigilo reguladores do uso dos documentos guardados nos arquivos.
4. Estabelecer as regras de recolhimento de documentos no Arquivo Central do DAG, e deste Arquivo do Estado.
5. Fixar as normas de assistência técnica aos arquivos da administração pública, aos arquivos municipais e aos arquivos particulares (Bahia, 1967).

Nesse sentido, entende-se que a criação de um Conselho de Assistência Técnica aos Arquivos, composto por representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além da Cúria Metropolitana, figura como primeira referência à composição de um colegiado destinado a propor, estabelecer e aprovar dispositivos normativos para assegurar o controle da preservação e do acesso do patrimônio documental do Estado. Esta percepção se expressa, ainda, no art. 9º da lei n. 2.443/1967, quando determina que “os Arquivos Regionais do Estado, em número de 3, serão organizados pelo Poder Executivo em cidades que melhor atendam pela sua localização e serviços urbanos disponíveis, as diversas regiões administrativas do Estado” (Bahia, 1967).

No Anexo II deste Regimento, encontra-se relacionado o quadro de pessoal efetivo do Arquivo, destacando os respectivos quantitativos dos cargos: dois arquivologistas e três arquivistas.

#### **REGIMENTO DE 1984**

Há de se ressaltar que o Regimento de 1984 foi oficializado, após a promulgação da lei delegada n. 52, de 31 de maio de 1983, que dispõe sobre a proteção dos arquivos públicos e privados. Pela primeira vez, os princípios que nortearam a política de arquivos no âmbito do estado da Bahia foram postos. O art. 23 da referida lei estabelece que “o Poder Executivo regulamentará a presente lei dentro de 120 dias, contados de sua publicação” (Bahia, 1985, p. 8).

O quinto Regimento foi institucionalizado por meio do decreto n. 31.438, de 31 de dezembro de 1984, que dispôs sobre a organização do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), no governo de João Durval Carneiro.

O APEB, órgão em regime especial da administração centralizada, encontrava-se vinculado à estrutura da Secretaria da Educação e Cultura, sendo caracterizado como órgão central do Sistema Estadual de Arquivo, criado pela citada lei delegada.

A finalidade regimental do Arquivo se constituiu em “desempenhar atividades referentes ao recolhimento, guarda, preservação e conservação de documentos que evidenciem a memória histórica, geográfica, administrativa, técnica, legislativa e jurídica do Estado da Bahia” (Bahia, 1985, p. 10).

A estrutura organizacional resultante deste Regimento integrou o Gabinete do Diretor, a Coordenação de Planejamento, além de três gerências (Administrativa Financeira; Técnico-Cultural e Arquivo Permanente) e o Serviço de Arquivos Intermediários. O assessoramento jurídico ao APEB coube à Procuradoria-Geral do Estado (Bahia, 1985, p. 11-12).

O art. 7º apresentou a competência do Serviço de Arquivo Intermediário. Entre as finalidades do setor, sublinhou o cadastramento dos arquivos da administração pública centralizada e descentralizada, bem como a atribuição de administrar e controlar os arquivos intermediários da administração pública. Foi previsto neste período, a manutenção de um Arquivo Intermediário.

O art. 8º destacou a promoção da microfilmagem, da higienização, da restauração e da encadernação. Faz referência à promoção da pesquisa de material microfilmado, por meio de máquinas leitoras. Pela primeira vez, um Regimento registrou a manutenção de um banco de dados com fluxo de atualização permanente.

O art. 9º tratou da finalidade da Gerência de Arquivo Permanente (GERAP) que consiste em “coordenar o recolhimento, a guarda e a preservação de documentos, bem como o fornecimento de dados e elementos às consultas promovidas pela administração pública e o público, em geral” (Bahia, 1985, p. 18). Competia à GERAP as seções de Arquivos Colonial e Provincial; de Arquivo Republicano; de Registros Documentais Não Convencionais e de Arquivos Privados; e de Arquivos Regionais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este texto apresenta os resultados preliminares de pesquisa sobre a memória do APEB. A consulta se fez em diferentes fontes documentais produzidas e acumuladas no período em questão, conforme referido anteriormente. Deve-se sublinhar a riqueza do conteúdo das fontes identificadas na Seção de Arquivos do Republicano do atual APEB/Fundação Pedro Calmon/Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. Vale observar que a pesquisa deve ser aprofundada por meio da consulta às correspondências (produzidas e recebidas) dos diretores do APEB.

Destaca-se o processo de criação do APEB, seguido do panorama de “recolhimento” de documentos, no período de 1890 a 2000.

A apresentação do APEB se fez, por meio dos cinco Regimentos produzidos, respectivamente, em 1890, 1920, 1950, 1967, e 1984. Os pontos considerados relevantes de cada Regimento foram destacados. Dentro do possível, estabeleceu-se parâmetros entre os mesmos. Também se possibilitou compreender que a formalização do espaço institucional do APEB viabilizou o recolhimento de documentos públicos da capital e do interior, assegurando a preservação e a guarda da memória do estado da Bahia. Por outro lado, é possível admitir que os Regimentos acompanhem a mentalidade e a realidade política do momento.

Em relação ao acesso do cidadão à informação, por exemplo, o controle em grau elevado se manteve até 1950. Seria oportuno citar Célia Costa (2000, p. 5) quando afirma que

a prática do sigilo ou do segredo de Estado, que integrava o aparato burocrático português, será mantida pelo governo imperial brasileiro, influenciando o modelo de Arquivo que aqui será criado e explicado a ausência prolongada de uma política para os arquivos, tanto no que diz respeito ao recolhimento da documentação quanto à sua liberação à consulta pública.

Mas, de 1950 a 1967, o acesso, teoricamente, tornou-se menos rígido. O Regimento de 1967, quanto ao acesso, restringiu-se em dispor que a Seção de Estudos e Pesquisas deve “atender ao pedido de informações dos órgãos do Poder Executivo, Federal, Estadual e Municipal, da imprensa e do público” (Bahia, 1967). Em 1984, a Seção de Pesquisa possui no dispositivo regimental as competências de “elaborar instrumentos de pesquisa [...]” e “manter um banco de dados com fluxo de atualização permanente”. Embora este último Regimento abordado se apresente no geral mais objetivo, continua voltado mais precisamente para a preservação. A Bahia não representava uma exceção. Até aquele momento, era a tendência dos demais arquivos públicos estaduais.

O Arquivo encontrava-se legalmente institucionalizado. Mas, verificaram-se dificuldades para atender na prática às determinações legais.

## Referências bibliográficas

ARQUIVO DO ESTADO DA BAHIA. *Guia do Arquivo do Estado da Bahia*. Salvador: Governo do Estado da Bahia; Secretaria de Educação e Cultura; Arquivo do Estado da Bahia, 1967. (Publicações do Arquivo do Estado da Bahia; 3).

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. *Livro para lançamento das ofertas de documentos e objetos feitos ao Arquivo Público da Bahia*, 1890. (APB/ Seção de Arquivos do Período Republicano, livro n. 6.062).

\_\_\_\_\_. *Livro de Actas*, 1891.

BAHIA. *Relatórios apresentados ao Exmo. Sr. Governador Dr. José Gonsalves da Silva pelas diversas repartições do Estado*. Bahia: Tipografia e Encadernação do Diário da Bahia, 1891.

\_\_\_\_\_. *Relatórios apresentados ao Exmo. Sr. Governador Dr. José Gonsalves da Silva pelas diversas repartições do Estado*. Bahia: Tipografia e Encadernação do Diário da Bahia, 1893.

\_\_\_\_\_. *Atos do Governo do Estado da Bahia*. De 28 de novembro de 1889 a 30 de junho de 1891. Bahia: Tipografia Bahiana de Cincinnato Melchiades, p. 28-30, 1911a.

\_\_\_\_\_. *Atos do Governo do Estado da Bahia*. De 28 de novembro de 1889 a 30 de junho de 1891. Bahia: Tipografia Bahiana de Cincinnato Melchiades, p. 166-176, 1911b.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 2.220, de 26 de junho de 1920. Regulamenta o Archivo Publico e o Museu do Estado. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, n. 187. Salvador, Bahia, 27 de junho de 1920.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 14.637, de 26 de junho de 1950. Aprova o Regimento do Arquivo Público. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, n. 2.235. Salvador, Bahia, 28 de junho de 1950.

\_\_\_\_\_. Lei n. 2.443, de 6 de abril de 1967. Reorganiza o Arquivo Público do Estado, que passa a chamar-se Arquivo do Estado da Bahia. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, n. 765. Salvador, Bahia, 7 de abril de 1967.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 20.293, de 14 de agosto de 1967. Aprova o Regimento do Arquivo do Estado da Bahia. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, n. 7.767 e 7.768. Salvador, Bahia, 19/20 de agosto de 1967.

\_\_\_\_\_. Lei delegada n. 52, de 31 de maio de 1983. Dispõe sobre a proteção dos arquivos públicos e privados. In: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. *Sistema Estadual de Arquivos do Estado da Bahia*. Salvador: Empresa Gráfica, p. 5-9, 1985.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 31.438, de 21 de dezembro de 1984. Dispõe sobre a organização do Arquivo Público do Estado da Bahia. In: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. *Sistema Estadual de Arquivos do Estado da Bahia*. Salvador: Empresa Gráfica, p. 10-27, 1985.

CERAVOLO, Suely Moraes. O Museu do Estado da Bahia, entre dois ideais e realidades (1918 a 1959). *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, Nova Série, v. 1, p. 189-243, jan./jun. 2011.

COSTA, Célia Maria Leite. O Arquivo Público do Império: o legado absolutista na constituição da nacionalidade. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 217-231, 2000.

MATOS, Maria Teresa N. de Britto; ROSADO, Rita de Cássia de C. A institucionalização do Arquivo Público do Estado da Bahia: 1890-1990. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 12, n.1, p. 39-58, jan./jun. 2012.

VIANNA, Francisco Vicente. *Exposição feita ao Exmo. Governador marechal Hermes Ernesto da Fonseca sobre motivos para ser regulamentado o serviço do Arquivo Público do Estado da Bahia*. Bahia: Tipografia do Diário da Bahia, 1890.

---

Recebido em 17/7/2013

Aprovado em 21/8/2013

# SÍRIOS E LIBANESES E A EXPULSÃO DE ESTRANGEIROS NA PRIMEIRA REPÚBLICA

SYRIANS AND LEBANESES AND THE EXPULSION OF FOREIGNERS IN THE FIRST REPUBLIC

**JULIO BITTENCOURT FRANCISCO** | Mestre em Memória Social e Documento pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Professor assistente do Departamento da Ciência da Informação da Fabico/UFRGS.

**SÉRGIO LAMARÃO** | Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Pesquisador-visitante do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) do Rio de Janeiro.

## RESUMO

O presente artigo retrata, através de apresentação e análise dos processos de expulsão de sírios e libaneses do Brasil, a vida privada de alguns membros dessa comunidade de imigrantes no país, nas primeiras décadas do século XX. Percebe-se como intrigas de ordem familiar, conflitos e divisões no interior do grupo contribuíram para o decreto de expulsão.

*Palavras-chave: imigração; sírios e libaneses; Brasil; expulsão.*

## ABSTRACT

This article shows, through the presentation and analysis of the processes of expulsion of Syrians and Lebanese in Brazil, the private lives of some members of this immigrant community in the country in the early decades of the twentieth century. The article observes how family intrigues, conflicts, and divisions within the group contributed to the expulsion decree.

*Keywords: immigration; Syrians and Lebanese; Brazil; expulsion.*

## RESUMEN

Este artículo muestra, por medio de la presentación y análisis de los procesos de expulsión de los sirios y libaneses en Brasil, la vida privada de algunos miembros de la comunidad inmigrante en el país en las primeras décadas del siglo XX. Se puede ver como que intrigas familiares, conflictos y divisiones dentro del grupo contribuyeron al decreto de expulsión.

*Palabras clave: inmigración; sirios y libaneses; Brasil; expulsión.*

## A IMIGRAÇÃO SÍRIA E LIBANESA

Entre 1884 e 1939, entraram no Brasil cerca de 4.160.000 imigrantes, dos quais mais de 60% eram italianos e portugueses. A imigração de sírios e libaneses,<sup>1</sup> que contribuiu com cerca de cem mil pessoas, ganhou força no decênio que antecedeu a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando foi registrada a entrada de 45.803 indivíduos. Nos decênios 1914-1923 e 1924-1933, os números foram mais modestos, sendo contabilizados, respectivamente, 20.400 e 24.491 imigrantes. De acordo com o censo de 1920, dos 50.337 sírios e libaneses residentes no Brasil naquele ano, cerca de 19 mil estavam fixados em São Paulo, 9.300 no Distrito Federal /estado do Rio e 8.700 em Minas Gerais.

Os sírios e libaneses que chegavam ao Brasil eram, em sua grande maioria, cristãos, sobretudo homens jovens e solteiros, semianalfabetos, provenientes de pequenas aldeias, onde se praticava uma economia rural de subsistência, desmonetarizada, baseada na pequena propriedade familiar. Ao contrário de outros grupos étnicos, que foram subsidiados pelas autoridades, esse fluxo migratório arcou com todas as despesas da viagem. A travessia compreendia o deslocamento de suas aldeias até os portos mediterrâneos de Alexandria, Gênova e Marselha, onde embarcavam para o Brasil. Cerca de 90% dos sírios e libaneses que entravam no país desembarcavam em Santos e no Rio de Janeiro.

Apesar da experiência agrícola na terra de origem, a mascateação foi a atividade inicial dominante desses imigrantes, padrão observado no Brasil e em diversos países da América Latina. Embora fixados geralmente em núcleos urbanos, sírios e libaneses tinham um significativo mercado em potencial na população do vasto interior rural do Brasil, muito mais numerosa que a das cidades. Eles distribuíam os mais variados produtos, mas principalmente miudezas – linhas para costura, agulhas, dedais, ilhoses, rendas, tecidos e botões –, transportadas de trem até os pequenos povoados, e a seguir no lombo de mulas ou a pé até as fazendas distantes. Segundo Oswaldo Truzzi, os mascates “eram bem recebidos pelos colonos” das fazendas, “que preferiam com eles negociar” porque “as condições de pagamento eram mais tolerantes, e as compras fora da venda da fazenda diminuía a dependência dos colonos em relação aos fazendeiros” (Truzzi, 1999, p. 321).

A existência de uma rede de relações, sempre acionada, permitia que um imigrante, de volta à terra natal, informasse a um primo ou vizinho sobre a possibilidade de trabalho na terra da emigração. Esse esquema garantia uma constante reposição de mão de obra, assegurando trabalho ao recém-chegado. As mercadorias disponibilizadas em consignação pelo mascate já estabelecido davam as condições para que o novo imigrante iniciasse seu próprio negócio, abrindo sua primeira “lojinha”, geralmente no ramo de tecidos e ar-

---

1 Segundo Knowlton (1960), embora até 1892 todos os imigrantes do Oriente Médio – à época, sob o domínio do Império Otomano, hegemônico pelos turcos – fossem classificados de turcos, eles eram, em sua grande maioria, sírios e libaneses. A partir daquele ano, os sírios passaram a ser contemplados separadamente. Como, até a Primeira Guerra Mundial, o Líbano foi parte integrante da Síria, os libaneses eram considerados como sírios e somente em 1926 passaram a ser contabilizados à parte.

marinho. O crescimento do negócio atraía parentes e conterrâneos, alimentando o fluxo migratório.

Essa modalidade de acumulação primitiva era uma decorrência “do esforço próprio, individual do mascate. Trabalhando duro e gastando o mínimo para sobreviver, era bastante segura a possibilidade de amealhar um certo capital” (Truzzi, 1999, p. 322). Criadores do chamado “comércio popular”, sírios e libaneses partiram do varejo para o comércio atacadista e posteriormente para a indústria, sobretudo a têxtil (Truzzi, 2005).

## **A POLÍTICA IMIGRATÓRIA DO GOVERNO BRASILEIRO E A EXPULSÃO DE ESTRANGEIROS**

Com o agravamento da crise do sistema escravocrata baseado no trabalhador negro, a questão imigratória foi ganhando o centro das atenções no Brasil ao longo da segunda metade do século XIX. Vista como solução para o problema da lavoura cafeeira, em expansão no momento em que faltava força de trabalho, a mão de obra imigrante também alimentaria o incipiente processo de industrialização e urbanização em curso no país.

Ainda que a vinda de europeus para trabalhar na agricultura fosse estimulada desde o final do Império, sobretudo pelos cafeicultores paulistas, com o advento da República (1889) a imigração passou a contar com recursos públicos. Em 1890, foi autorizada a livre entrada no Brasil de todos os indivíduos aptos para o trabalho, exceção feita explicitamente aos negros. Embora fosse atenuada pela Constituição de 1891, que declarava a igualdade jurídica de todos os cidadãos, essa discriminação era, na prática, enfatizada pela aceitação de ideias racistas de desigualdade biológica, base da chamada “miscigenação dirigida”. Acreditava-se que a imigração europeia resolveria o “problema” da composição étnica do país, garantindo o “branqueamento” da população (Lamarão, 2004).

O projeto político da jovem República brasileira reunia elementos democráticos formais, voltados para aproximar o país dos valores do Ocidente liberal, e “instrumentos arbitrários, como a restrição aos direitos sociais”. Tudo aquilo que não combinasse com “essa política feita desde cima era interpretado como estímulo à [...] perturbação da ordem”, devendo “ser desalojado do panorama da modernização. Esse conceito de modernidade incluía alguns e excluía outros” (Silva, 2007, p. 142).

O certo é que no arranjo social republicano, repressor e excludente, não havia espaço para vagabundos, arruaceiros e desempregados contumazes. O tratamento dispensado aos estrangeiros envolvidos no movimento operário ou àqueles que se dedicavam a atividades suspeitas, como o lenocínio, era a expulsão sumária (Francisco, 2007).<sup>2</sup> Mas qual era a base legal para essa tão drástica decisão?

---

<sup>2</sup> Juridicamente a expulsão é um ato político-administrativo, pelo qual o estrangeiro é compelido a deixar o país e proibido de retornar. Trata-se de medida de caráter policial, exprimindo uma necessidade política ou uma conveniência da administração.

Para responder a essa pergunta, devemos voltar à Constituição de 1891, que, em seu artigo 72, garantia “a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade”. O parágrafo 20 deste artigo determinava a abolição do banimento judicial, tanto para os nacionais como para os estrangeiros residentes. Porém, como o texto constitucional não deixava claro quem era estrangeiro residente e o que era residência, essa imprecisão abriu espaço para que o Poder Executivo, e a polícia, os definissem. Essa liberdade de ação representou um instrumento de ação extralegal do Executivo para controlar a sociedade, principalmente os contestadores do *status quo* (anarquistas, comunistas e grevistas em geral), mas também mendigos, vagabundos, câftens, jogadores e ladrões. Assim, por toda a Primeira República esse heterogêneo contingente de “indesejáveis” seria banido ilegalmente do Brasil, sem, muitas vezes, terem tido tempo de recorrer aos tribunais (Bonfá, 2008).

Em 1902, começou a ser discutida no Congresso Nacional uma proposta de lei para regulamentar e disciplinar as expulsões dos “elementos externos”. O debate estendeu-se até a promulgação do decreto n. 1.641, de 7 de janeiro de 1907, baseado em projeto do deputado paulista Adolfo Gordo. Eram condições para a expulsão comprometer a segurança nacional ou a tranquilidade pública (art. 1º), estar condenado ou processado por tribunais estrangeiros em virtude do cometimento de crimes ou delitos de natureza comum, ter ao menos duas condenações, pelos tribunais brasileiros, por crimes ou delitos de natureza comum, e praticar a vagabundagem, a mendicância e o lenocínio, conquanto que cabalmente constatados (art. 2º).

A questão da residência, de importância crucial, era tratada no art. 3º, que determinava ficar livre da expulsão o estrangeiro residente em território brasileiro por dois anos seguidos, ou por menos tempo, se casado com brasileira ou viúvo com filho brasileiro. Passava a existir, a partir de então, um conceito legal para residência, que deveria ser respeitado pelos juízes e, também, pela polícia e pelo Executivo (Bonfá, 2008). O decreto n. 1.641 justificou o banimento, somente naquele ano de 1907, de 132 estrangeiros (sobretudo líderes sindicais portugueses, espanhóis e italianos). Em contrapartida, como lembra Bonfá, o Executivo perdeu sua autonomia de arbitrar livremente sobre quem seria expulso do Brasil, abrindo algumas brechas jurídicas que poderiam ser acionadas.

Nova onda de expulsões de estrangeiros teve lugar na década de 1910, respaldada pelo decreto n. 2.741, de 8 de janeiro de 1913. Esse decreto retirou o limite do tempo de residência para banir um estrangeiro e proibiu a apelação nas sentenças de expulsão. Ainda assim, alguns juízes e ministros passaram a conceder *habeas corpus*, uma vez que a lei de 1913 esvaziara novamente o conceito jurídico de residência, que, com isso, passou a ser concebido de forma ampla, ao alcance de todos os estrangeiros que pretendessem permanecer no país de forma não transitória.

O final da década de 1910, em especial os anos de 1917 e 1919, foi marcado por uma sucessão de greves operárias no Rio de Janeiro e em São Paulo, colocando na ordem do dia a discussão de projetos de lei que agilizassem o rito de banimento de estrangeiros perturbadores da ordem. No governo de Epitácio Pessoa (1919-1922) foram expulsos mais de

150 operários, pois desde 1917 já se havia acumulado experiência no encaminhamento de processos sumários (Foster-Dulles, 1977). Foi nesse período que passou a vigorar o decreto n. 4.247, de 6 de janeiro de 1921. Cópia mais rigorosa da lei de 1907, a nova lei estava pautada, mais uma vez, na questão da residência, determinando que apenas estrangeiros que residissem por mais de cinco anos ininterruptos no país estariam a salvo da expulsão. Assim, o Judiciário só poderia conceder *habeas corpus* àqueles que provassem sua permanência além desse período de tempo, o que reduzia ainda mais as garantias legais dessa parcela da população (Bonfá, 2008).

Todavia, o decreto n. 4.247 ainda não resolvia o problema de fundo, uma vez que acabava protegendo os imigrantes há muito estabelecidos aqui (como aqueles chegados no Brasil jovens ou crianças e que se tornaram anarquistas pela militância no movimento operário), impedindo que fossem banidos legalmente. Havia sempre a possibilidade, garantida pela Constituição de 1891, de um estrangeiro recorrer ao Judiciário. Movido por essas e outras questões, o Executivo começou a trabalhar na reforma do texto constitucional (Bonfá, 2008), aprovada em 1926. No que concerne ao banimento de estrangeiros, o artigo 72 foi alterado por emenda, passando “a trazer expresso o parágrafo 33, que disciplinava: ‘é permitido ao Poder Executivo expulsar do território nacional os súditos estrangeiros perigosos à ordem pública ou nocivos aos interesses da República’” (Ribeiro, 2010, p. 147), abrangendo, com isso, todos os estrangeiros, residentes ou não.

## **OS CASOS DE EXPULSÃO DE SÍRIOS E LIBANESES**

A legislação relativa ao banimento de estrangeiros causou um reduzido impacto na comunidade de sírios e libaneses residentes no Brasil. Com efeito, o número de nacionais expulsos do país foi diminuto. Pesquisa realizada na documentação do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, depositada no Arquivo Nacional (AN), no Rio de Janeiro, localizou apenas seis casos de expulsão envolvendo sírios e libaneses, ao lado de centenas de italianos, portugueses e espanhóis. O critério de seleção foi por sobrenome. Foram analisadas, uma a uma, cerca de duas mil fichas do arquivo e selecionadas aquelas que apresentavam o sobrenome árabe de forma mais evidente. No caso de dúvida, o processo correspondente era consultado e a dúvida resolvida. É possível, embora pouco provável, que um ou outro nome tenha escapado dessa seleção.

Numa tentativa de explicar o baixo número de sírios e libaneses expulsos em relação a outras etnias, a atividade econômica à qual a colônia se dedicou aparece em primeiro lugar. Diferentemente dos imigrantes latinos, os sírios e libaneses estavam alheios à luta sindical que expulsou centenas de estrangeiros do Brasil no início do século XX. Voltados para o comércio e preocupados em subir os degraus da escala social, eles não vivenciavam problemas sociais como o desemprego e os baixos salários, que afetavam diretamente o cotidiano dos trabalhadores italianos, portugueses e espanhóis.

Assim, não causa espanto o fato de o pequeno universo delimitado na pesquisa não incluir nenhum caso de expulsão por motivação política. Estão em cena problemas do âm-

bito doméstico, envolvendo pais, irmãos e esposas que denunciam filhos, genros e maridos desajustados à polícia, conflitos no interior da comunidade que remetem a situações que fogem da órbita nacional, denúncia de “falsidade ideológica”, ou ainda o poder público que, recorrendo à prática de assepsia social, se livra de estrangeiros vulneráveis à ação policial (Francisco, 2007).

Seguindo uma ordem cronológica, o primeiro caso identificado teve como cenário a cidade do Rio de Janeiro do início do século, envolvendo o sírio Gamar Badi, nascido em Damasco em 1893 (pacotilha IJJ7139 AN-1914). Em depoimento prestado na 2ª Delegacia Auxiliar, em 3 de agosto de 1914, sua esposa, Emília Gamar – “turca de 16 anos de idade”, meretriz, residente na avenida Mem de Sá, 57, casada em sua terra natal havia sete meses – acusou-o de se recusar “a aceitar trabalho” e de obrigá-la “a prostituir-se”. Segundo a queixosa, o acusado a obrigava frequentemente a dormir na rua, exigindo que ela lhe entregasse o dinheiro ganho na prostituição, sob a ameaça de uma faca. O depoimento de Emília foi reforçado pelos das meretrizes Maria Pimentel e Rita Dolores da Conceição, que afirmaram ser Badi cáften de sua própria esposa, e que a pobre moça não possuía joias nem “toilettes boas”, pois era obrigada a entregar-lhe todo o dinheiro ganho na prostituição. Dizendo-se alfaiate, o acusado não negou as acusações, exceto no que se refere a ter agredido a companheira. Em 8 de setembro de 1914, Badi cumpriu sua sentença de expulsão, embarcando para Buenos Aires a bordo do paquete espanhol *Leon XIII*.

O caso seguinte diz respeito à queixa apresentada na 2ª Delegacia Policial de São Paulo por “um grupo de sírios”, em outubro de 1919, contra o jornalista libanês Nagib Constantino Haddad (pacotilha IJJ7179 AN-1919). No Brasil desde 1913 e radicado em São Paulo, Haddad era editor do jornal *AR Raed (O Repórter)*, publicado em árabe. Partidário de uma Síria ocidentalizada, sob o protetorado francês, ele opunha-se frontalmente à ideia de uma grande Arábia, que englobasse todos os países árabes do Oriente Médio, sob a liderança do xeique saudita Faiçal, posição defendida por muitos imigrantes que viam nela a única possibilidade de união dos povos árabes.

Foram anexados ao processo vinte assinaturas de membros da colônia e cinco depoimentos de prostitutas, denunciando o acusado por exploração sexual. Recolhido à prisão, sob acusação de ser anarquista e de praticar o lenocínio, Haddad teve sua expulsão decretada em 3 de março de 1920. Foi salvo por um mandado de *habeas corpus*, impetrado no dia seguinte por seu advogado, Avelino de Assis Andrade, junto ao Supremo Tribunal Federal. Em sua argumentação, Andrade afirmava ter sido o “inquérito engendrado criminosamente pela intervenção de 20 ‘sírios’ inimigos do paciente, por questões de que a colônia síria no Brasil se acha dividida politicamente desde a conflagração do conflito europeu”.

Segundo a defesa, “sendo Haddad favorável à ocidentalização das montanhas do Líbano e da Síria, despertou o ódio de um grupo de sírios, liderados por Sued e Hassib Gebara”, “partidário da independência total dos povos de origem árabe (cristãos e muçulmanos), sob o comando do rei do Hedjaz, descendente direto do profeta Maomé”. Os irmãos Gebara pediram a expulsão de Haddad, em um “rito legal falho”, pois o réu “sequer [foi] citado, tendo seu direito de defesa cerceado pela ação criminosa da polícia de São Paulo”.

Reportando-se ao jornal *A Rua*, Avelino coloca mais um ingrediente no seu arrazoado, insinuando que os Gebara tentaram atrair o próprio presidente da República, Eptácio Pessoa, para sua causa. Segundo ele, os irmãos, “através de seu representante comercial em Nova York, resolveram homenagear o Presidente durante sua passagem pela cidade”, oferecendo-lhe passeios e banquetes. Seu objetivo era demonstrar “a gratidão ao país que tão bem acolheu a colônia”. A defesa também juntou aos autos uma reportagem, traduzida para o português sob o título “Uma grande festa”, relatando que os adversários de Haddad, “todos orientados pelo dinheiro dos Gebara”, haviam festejado antecipadamente a expulsão do jornalista, “comprovando a má-fé e o dolo nos depoimentos prestados contra o paciente”. Eptácio Pessoa é alertado para o fato de seu nome estar “se prestando a coação e abuso de poder”.

Junto ao instrumento de defesa, o advogado de Haddad anexou, além de 130 assinaturas de comerciantes membros da colônia do Rio e de São Paulo em apoio ao jornalista, declaração do cônsul da França a favor do seu cliente. A decisão do Supremo Tribunal Federal foi proferida em 14 de junho de 1920, dando a Haddad a garantia de liberdade e revogando sua expulsão do Brasil.

Em setembro de 1927, a 4ª Delegacia Auxiliar, no Rio de Janeiro, moveu processo contra o sírio Jacob Safady, acusado de “não exercer profissão lícita e de ser nocivo aos interesses da



República” (pacotilha IJJ7165, AN, 1927). Sírio de 33 anos, nascido em Damasco e no Brasil desde 1914, Safady já tinha em seu prontuário policial duas prisões: a primeira, em julho de 1922, por vadiagem; e a segunda, em agosto de 1925, por jogo. Em 1927, foi preso novamente, dessa vez acusado de ex-

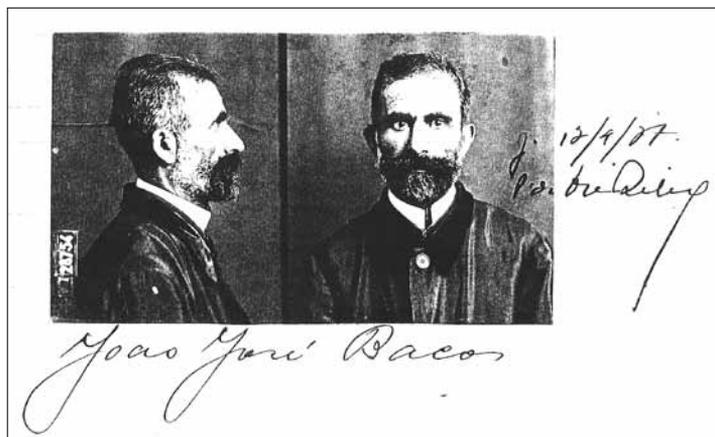
plorar a prostituta Beka Hemelnian. Seus acusadores, dois investigadores da polícia, eram, segundo o advogado de Safady, seus “inimigos gratuitos”, pois sequer o conheciam. Defendendo-se das acusações, o réu afirmou que em relação à primeira prisão “nada foi provado contra sua pessoa, e que da segunda vez foi preso por encontrar-se nas imediações onde se praticava o jogo proibido, não tendo, portanto, nada que ver com aquele ilícito”. Os dois policiais que serviram de testemunhas na instrução do processo de expulsão participaram da sindicância que se seguiu à sua segunda prisão.

A defesa declara que o acusado é “comerciante honesto”, e que frequenta o bordel de Beka, localizado à rua Pinto de Azevedo, 23, apenas para vender roupas às prostitutas, e que

a referida meretriz “é uma anciã completamente surda e com recursos escassos [...], tanto que faz do acusado suas compras a prazo”. Diz ainda que é muito auxiliado por seu irmão, José Elias Safady, negociante estabelecido à avenida Tomé de Souza, 141/2º andar, no Centro do Rio. Em 31 de outubro de 1927, o chefe da polícia determinou a investigação das declarações da defesa, no intuito de apurar se a referida meretriz tinha mais de quarenta anos e sobre a situação de seu irmão. Os investigadores responderam, em ofício reservado, que a prostituta era realmente surda e tinha mais de quarenta anos de idade. Quanto ao irmão do réu, ofício de 5 de novembro confirmava ser José Elias irmão do acusado e comerciante estabelecido. Todavia, este disse ter rompido relações com Jacob há cerca de três anos “em virtude de seu modo de vida irregular”. O inquérito termina com os testemunhos desses dois investigadores, que afirmam conhecer Jacob há muito tempo e que ele era um desocupado e elemento nocivo aos interesses da República. O despacho do ministro da Justiça, Augusto Viana do Castelo, de 11 de novembro de 1927, diz o seguinte:

Considerando que, segundo as provas exuberantes colhidas no processo [...] o sírio Jacob Safady não exerce qualquer profissão lícita e se tem constituído elemento nocivo aos interesses da República, resolve, em conformidade com o disposto no artigo 72 parágrafo 33, da Constituição Federal, expulsar o referido estrangeiro do território nacional.

Depois de sua condenação, Safady deixou a prisão e embarcou para Beirute no vapor *Desirade*, em 28 de novembro de 1927.



Um caso inusitado é o do sírio João José Bacos (pactilha IJJ7164 AN-1927), acontecido em 1927 em São João do Meriti, Baixada Fluminense, no estado do Rio.

Preso como vadio e recolhido à chefatura de polícia, Bacos, de 37 anos, informou aos policiais que era um padre caldeu e que fora vítima de denúncia “de um grupo de sírios”, de ser um falso padre,

explorador da credulidade pública. No documento reservado da Secretaria de Polícia do Rio de Janeiro, datado de 21 de setembro de 1927, o procurador criminal da Justiça, Heráclito Sobral Pinto,<sup>3</sup> ofereceu denúncia ao ministro Viana do Castelo no intuito de expulsar Bacos do Brasil:

3 Sobral Pinto viria a se tornar um destacado jurista brasileiro, defensor dos direitos humanos, especialmente durante a ditadura do Estado Novo e a ditadura militar instaurada em 1964.

Explorador da credulidade pública, [Bacos] pedia esmolas para abrigo de “órfãos” na Mesopotâmia [...], vestido como padre e exibindo falsos documentos. Através da denúncia de alguns sírios, chegou-se até ele, que já tinha sido expulso da França e dos Estados Unidos, como membro de um bando de falsos padres.

A acusação informava também que “João Bacos declarou-se casado, contrariando sua declaração de sacerdote da Santa Igreja Católica, pois como sabemos os padres não podem casar”.

Bacos, por meio de seu advogado, apresentou, junto ao pedido de *habeas corpus*, atestado de bons antecedentes e uma declaração da Cúria Metropolitana, segundo a qual, a despeito de a Igreja Sírio Caldeia ter-se unido à Igreja Católica Romana, ficaram mantidos sua própria hierarquia e ritos, e que, portanto, o fato de o padre Bacos ser casado era perfeitamente normal. Também foi apresentado o certificado de propriedade do réu, um sítio em São João do Meriti, comprado em 10 de janeiro de 1922. Em 6 de outubro de 1927, depois de semanas recolhido ao xadrez, Bacos foi posto em liberdade. No despacho, assinado pelo 1º oficial Luís Bordini, lia-se o seguinte: “Ponha-se em liberdade não o falso padre, mas o padre ortodoxo”.

Outro caso aconteceu em São Paulo, envolvendo Jorge Bechara, sírio nascido em Palmira, em 1896, denunciado em 2 de abril de 1928 (pacotilha IJJ7167 AN-1928). Naquela data, compareceu à Delegacia de Fiscalização de Costumes e Jogos da cidade o sírio Francisco Maluf, natural de Kafarak, com 49 anos, proprietário e residente na estrada de São Miguel. Em seu depoimento, Maluf acusou seu genro, Jorge Bechara, de extorqui-lhe dinheiro para jogar, e que “ultimamente o faz sob ameaça de morte [...], provendo todos os meios para prostituir sua mulher Lamia Maluf, de 25 anos, com o fim exclusivo de obter dinheiro para seu vício”. Maluf informou também que o genro se casara com sua filha na Síria havia cerca de dez anos e que ambos vieram para esta capital há dois anos. Durante esse tempo, o acusado não se ocupou de coisa alguma, “entregando-se ao vício da embriaguez e do jogo”.

Em seu depoimento, o réu negou qualquer atitude de ameaça para com o sogro ou a mulher, embora admitisse que gostasse de beber e jogar, “sem prejudicar ninguém”. No relatório final da Justiça, o delegado afirmou ser o réu um “vagabundo profissional, [que] nunca se dedicou a um trabalho honesto”. Casado “com mulher honesta e boa, filha de uma família operosa e amiga do trabalho, procurou tirar proveito dessa situação, vivendo à custa do sogro [...]. Não contente com isso, quis lançar a esposa na prostituição [...]”. Como a mulher “reagiu energicamente”, passou a “espancá-la constantemente. [...]”. O pai veio em socorro da filha [...] evitando que ele a corrompesse”. E assim finalizava: “Expulsá-lo do país é um ato de defesa social e de prevenção de futuros crimes, pois Jorge Bechara é um elemento pernicioso a nosso país e incapaz de produzir qualquer utilidade”.

Em 5 de maio de 1928, o presidente do estado de São Paulo, Júlio Prestes, emitiu cópia da portaria, expulsando Bechara do território nacional.

Também em 1928, no dia 28 de janeiro, o mascate Abraão Ary, de 65 anos, natural de Zarler, no Líbano, e residente à rua Senador Queiroz, 46, São Paulo, acusou o próprio filho, Manoel, ou Melhen, Ary, de 36 anos, de ser vendedor de cocaína (pacotilha IJJ7160 AN-1928):

[D]e uns cinco anos pra cá, [ele] vem exigindo dinheiro para expansão de seus negócios e o faz sob ameaça de morte e pancada ao pai e a própria mãe. Tenho tolerado meu filho, apesar do vício [...], mas ele não quer se sujeitar a nenhum trabalho honesto, chega em casa fazendo desordem, e batendo nos irmãos. [...] envolveu-se no jogo e a cheirar cocaína, dizendo ser este o melhor negócio do mundo.

O pedido de *habeas corpus* apresentado por seu advogado, contendo dez atestados de firmas comerciais de São Paulo, confirma as declarações de Melhen, que diz ser negociante de tecidos e armarinhos. O inquérito policial foi conduzido por Luís Bordini, da 1ª Seção da Diretoria da Justiça, que, em parecer datado de 2 de abril de 1929, declarou:

Segundo ficou apurado, o sírio Melhen [...] não exerce nenhuma profissão lícita, entregando-se ao comércio criminoso da venda de cocaína. Apresentou 10 atestados de firmas comerciais de São Paulo e afirma ser trabalhador e honesto. Porém, isso não inibe, ao contrário disfarça, mesmo que seja exata a informação de ser negociante, sua atividade principal é a de vendedor de tóxicos e entorpecentes. Por isso e pelo *modus vivendi* [...] opino pela sua expulsão.

No pedido de *habeas corpus*, o advogado de Melhen chamou atenção para a arbitrariedade com que o processo fora encaminhado, e afirmou ser inconstitucional expulsar alguém através de um simples procedimento administrativo. Sua argumentação revelou-se inútil e a expulsão do réu, com base no artigo 72, parágrafo 33 da Constituição, foi decretada e executada.

O último caso localizado é o do libanês Abdalla Capaz, que emigrou para o Brasil em 1898 com 18 anos (pacotilha IJJ7126 AN-1928). Nascido em Beirute e com profissão declarada de sapateiro, trabalhou no Rio de Janeiro e em São Paulo, antes de viajar para a Argentina, onde permaneceu por 15 anos. Lá acumulou uma ficha policial com 19 ocorrências – por vadiagem, jogo, lesões corporais, furtos e roubos –, até ser expulso.

As anotações na ficha policial foram enviadas de Buenos Aires e passaram a fazer parte do processo de expulsão de Abdalla Capaz, quando já se encontrava preso em São Paulo. No inquérito, aberto em 24 de julho de 1928, os investigadores não poupam adjetivos para descrever o réu: “Vadio, gatuno e desordeiro, foi expulso da Argentina, tendo também várias prisões em São Paulo por furto, lesões e vadiagem”. Capaz foi expulso do país com 48 anos de idade, depois de trinta anos na América.

## CONCLUSÃO

O artigo recuperou fragmentos da história da imigração, enfocando-a por um viés pouco usual. Não falamos aqui de como alguns imigrantes acharam a terra prometida ou de como conseguiram concretizar seus projetos de vida. Ao contrário, os casos que apresentamos deixaram patente como o Estado brasileiro, aplicando as leis de expulsão de estrangeiros, tratava o imigrante que se afastava do modelo do cidadão ideal, respeitador das normas es-

tabelecidas. Por outro lado, essas narrativas referendam e ampliam o conhecimento já disponível sobre a imigração síria e libanesa no Brasil, revelando os documentos administrativos como um novo e rico campo de investigação ao pesquisador.

## Referências bibliográficas

BONFÁ, Rogério Luís Giampietro. *Com lei ou sem lei: as expulsões de estrangeiros e o conflito entre o Executivo e o Judiciário na Primeira República*. Dissertação (Mestrado em História), IFCH, Unicamp, Campinas, 2008.

BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados (1890-1926).

FOSTER-DULLES, John W. *Anarquistas e comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

FRANCISCO, Júlio César Bittencourt. *Cidadania e expulsão: sírios e libaneses no Brasil no início do século XX*. Trabalho apresentado no curso de especialização em história do direito no Brasil, Faculdade de Direito da Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2007.

KNOWLTON, Clark. *Sírios e libaneses: mobilidade social e espacial*. São Paulo: Anhembi, 1960.

LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. Identidade étnica e representação política: descendentes de sírios e libaneses no Parlamento brasileiro, 1945-1998. In: OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de (org.). *Guerras e imigrações*. Campo Grande: Ed. UFMS, p. 169-188, 2004.

RIBEIRO, Anna Clara Sampaio. *"Abre-se a sessão": embates no Poder Legislativo para elaboração e aprovação de leis de expulsão a estrangeiros na Primeira República (1889-1926)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, Erica Sarmiento da. A "não democracia" dos excluídos: alguns pontos da política imigratória brasileira. *Logos 27: Mídia e Democracia*, ano 14, 2º semestre de 2007.

TRUZZI, Osvaldo. Sírios e libaneses e seus descendentes na sociedade paulista. In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer América: imigração em massa para América Latina*. São Paulo: Edusp, p. 315-351, 1999.

\_\_\_\_\_. *Sírios e libaneses: narrativas de história e cultura*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

---

Recebido em 15/7/2013  
Aprovado em 23/7/2013

## RESENHA

### DE LÁZAROS E MORFÉTICOS

#### TRAJETÓRIAS DA LEPRO NO BRASIL

#### ON LAZARUS AND LEPEERS

#### TRAJECTORIES OF LEPROSY IN BRAZIL

Dilma Cabral: *Leprosy, medicine and politics of health in Brazil (1894-1934)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

**MARCOS CASTRO CARVALHO** | Cientista Social, mestre em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da UERJ e doutorando em Antropologia Social pelo Museu Nacional/UFRJ.

“Morfético” e “lazarento” são termos que ainda hoje circulam com certa frequência nos arredores do interior paulista, podendo ser escutados nas mais variadas interações urbanas entre transeuntes e em conversas corriqueiras, independente da faixa etária dos sujeitos. Apesar de ambas as palavras dizerem respeito à história da lepra e de seus portadores, não necessariamente o falante e seu interlocutor conhecem as origens e os significados primeiros de tais vocábulos. Geralmente são utilizados (seja em tom de injúria ou por meio de interações jocosas) remetendo mais propriamente aos seus variados sentidos contemporâneos, que podem ir de “maldito”, “nojento” e “desagradável” a “ridículo” e “idiota”.

Tal preâmbulo, que em um primeiro momento parece soar deslocado em se tratando de uma resenha sobre uma obra historiográfica, de fato conecta-se intimamente à contundente análise apresentada por Dilma Cabral em *Leprosy, medicine and politics of health in Brazil (1894-1934)*. Segundo a autora, o estado de São Paulo foi aquele que mais segregou (e de forma mais coercitiva) leprosos na primeira década do século XX, por meio da construção de uma extensa rede de leprosários e asilos-colônia em suas cidades interioranas – muitos dos municípios inclusive já contavam com pequenas instituições de isolamento antes mesmo das reformas sanitárias voltadas ao combate à lepra, ocorridas a partir da segunda metade da década de 1920. Reformas que seriam promovidas em âmbito nacional, tendo como inspira-

ção o modelo profilático segregacionista e repressivo pioneiramente encabeçado pelo governo de São Paulo, se fortaleceriam após a Revolução de 1930 e durante o governo Vargas.

É curioso perceber, portanto, que expressões vinculadas ao caráter altamente estigmatizado da lepra ainda são vivas no linguajar e imaginário popular da região, a despeito de remeterem diretamente ou não à hanseníase. Ou melhor, de fato, as expressões em si (“lazarento” e “morfético”) pouco dizem sobre a hanseníase, aludindo mais a outros quadros simbólicos de compreensão do adoecimento ao longo da história e, no limite, a outras entidades nosológicas. Como bem sublinhou Flavio Edler na contracapa do livro de Dilma Cabral, sua obra

não retrata um período particular da hanseníase no Brasil. Trata-se de uma narrativa sobre a trajetória da lepra, outra doença. Não mais a lepra medieval, erigida sobre princípios ético-religiosos e ligada à ideia de pecado e purga, tampouco sua sucedânea, rebatizada com o objetivo de distinguir-se daquela “tratada” sob o estigma do isolamento nos leprosários, cujo prognóstico carecia de um remédio eficaz.

Muito embora, como nos mostra a autora, a figura do médico e bacteriologista alemão Gerhard Hansen (1841-1912) seja fundamental no histórico da moléstia e de suas importantes transformações no *fin-de-siècle* oitocentista – pelo fato de ter contribuído para a sua singularização nosográfica em torno da etiologia bacilar e, devido a isso, ter seu sobrenome posteriormente vinculado como alcunha para a nova doença, referida agora como uma infecção pelo microrganismo *mycobacterium leprae* ou, justamente, bacilo de hansen –, seria errôneo ver nas trajetórias, variações e (des)caminhos da lepra uma continuidade essencializadora e unilinear que pudesse abarcar concepções tão díspares tais como o mal de Lázaro, a morfeia e a hanseníase.

De todo modo, além de não ser exatamente um livro sobre determinado período da “hanseníase” no Brasil, também não estamos lidando aqui com um estudo sobre histórias de vida de leprosos, nem uma análise estritamente focada na historiografia das ciências e das terapêuticas associadas à lepra. Tampouco é uma obra unicamente centrada na formulação e implementação de políticas públicas em torno do combate à doença. Não obstante, o livro – que é fruto de sua tese de doutorado em história – tem um escopo de abrangência bastante delineado, que vai da criação em 1894 do Laboratório Bacteriológico do Hospital dos Lázaros no Rio de Janeiro, como marco inicial da investigação, até a extinção da Inspetoria de Profilaxia da Lepra e das Doenças Venéreas em 1934.

Assim, creio que o mais interessante da análise proposta é justamente o fato de ela não se ater exclusivamente a nenhuma dessas manchas temáticas (ciência, clínica ou Estado). Ao contrário, a obra acompanha as diversas e heterogêneas conexões, dissidências e alianças entre esses diferentes domínios a partir dos agenciamentos realizados pela doença e em torno dela. Tal *modus operandi* permitiu à autora chegar a importantes conclusões acerca de controvérsias e direcionamentos histórico-políticos referentes à doença e suas implicações científicas e terapêuticas.

A partir do que considerou como duplo objetivo de seu livro – investigar as oscilações e mudanças no modelo interpretativo da lepra e as intervenções implementadas no seu controle –, a autora nos permite desnaturalizar a associação demasiado direta e um tanto a-histórica que se costuma fazer entre lepra e isolamento institucional. Malgrado a segregação dos atingidos pela moléstia ser uma prática documentada pelo menos desde os antigos gregos para lidarem com o que então concebiam como “elefantíase”, passando pelas grandes exclusões de cunho médico e religioso características da Idade Média, nem sempre essa foi a única alternativa na busca de soluções para a questão. Nas palavras de Cabral:

Considerarei de absoluta relevância evidenciar que o isolamento do leproso foi conformado, ao longo da história da doença, por teorias e categorias médicas distintas, da mesma forma que sua função assumiu aspectos e conteúdos diferenciados. Para tanto, procurei dimensionar o movediço terreno em que essa prática se constituía e enfocar as nuances que integravam o debate em torno da segregação dos leprosos, que esteve longe de ser a única alternativa profilática apresentada no período em questão (p. 313).

As últimas décadas do século XIX marcaram um momento singular da lepra, em que um novo modelo de compreensão científica da doença foi ganhando contornos enquanto novos focos endêmicos apareciam na Europa e no mundo colonial. De acordo com a autora, a I Conferência Internacional sobre Lepra, ocorrida em Berlim no ano de 1897, marcaria a consolidação da teoria bacilar e o lançamento internacional da estratégia de segregação como medida preconizada de saúde pública. Entretanto, o impacto da descoberta do bacilo da lepra e a difusão dos pressupostos bacteriológicos no Brasil e no mundo não se dariam de modo tão repentino e consensual.

Na primeira metade do XIX, e em boa medida também na metade subsequente, a medicina brasileira encarava a lepra e sua etiologia a partir de diferentes olhares e saberes como a anatomoclínica, o higienismo e o paradigma climatológico. Os métodos de cura e/ou alívio da moléstia também eram extremamente heterogêneos (incluindo sudoríferos, diuréticos, catárticos, vesicatórios, mercuriais, entre outros procedimentos ligados à regulação dos fluidos corporais) e as fronteiras entre expertises médicas e leigas eram bastante borradas e dinâmicas.

O monopólio legal do exercício da arte de curar pelos médicos só se consolidaria com a criação das faculdades de medicina Brasil afora e a institucionalização da medicina acadêmica como saber oficial, tendo em vista que na década de 1910 a lepra nem mesmo figurava como prioridade das ações de saúde em âmbito federal. Até 1920, quando foi criado o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), existia um total domínio das entidades filantrópicas e privadas no combate à endemia. Seria apenas no segundo decênio do século passado que a lepra se transformaria em uma questão nacional ou, ainda, como se refere a autora citando o debate entre os médicos brasileiros no início do século passado, um “flagelo nacional”. “Flagelo” também vinculado a discussões em pauta naquele momento, como aquelas relativas à imigração, à eugenia e ao “grau civilizacional”.

Destarte, nas duas primeiras décadas do século XX passou a existir um predomínio da hipótese bacilar, fazendo com que o foco das discussões deixasse a problemática etiológica e se voltasse para o problema ainda obscuro da transmissibilidade da doença. O DNSP cria então a Inspetoria de Profilaxia da Lepra e das Doenças Venéreas, estabelecendo como algumas de suas medidas a notificação obrigatória do acometimento, o exame periódico dos comunicantes e o isolamento do leproso (nosocomial ou domiciliar). Todavia, o isolamento institucional de fato ainda não se constituía então como principal base da profilaxia, e outros elementos relevantes também eram mobilizados no combate à lepra.

Segundo Cabral, a questão da contagiosidade é um fator crucial para que possamos entender os diferentes posicionamentos frente ao que seriam as medidas sanitárias cabíveis e à própria função e centralidade adquirida pelo isolamento dos doentes. Apesar de a teoria bacilar encontrar-se cada vez mais hegemônica, muitas dúvidas pairavam sobre a virulência do bacilo e os mecanismos e meios de transmissão da lepra. O que nos mostra a autora é que havia uma divisão entre contagionistas e anticontagionistas. Os segundos tendiam a defender origens hereditárias para o mal, independente de corroborarem ou não com a hipótese bacilar. Isto sem mencionar a controvérsia envolvendo o vetor de causalidade do microrganismo, e se ele poderia ser considerado origem ou efeito da doença.

Embora o isolamento já fosse uma prática comum antes do advento da hipótese contagionista e ainda no auge das teorias da hereditariedade (que viam na segregação uma possibilidade de controle da sexualidade e da procriação), a microbiologia trouxe consigo um aumento da severidade no trato com os leproso na segunda metade do século XIX. Porém, ainda assim Hansen nunca conseguiu colocar em prática sua proposta de internação compulsória generalizada (para casos graves ou não) na Noruega, já que seus opositores defendiam a baixa contagiosidade da lepra. O contágio seria, portanto, uma nova pedra de toque na história da doença, tendo transmutado seu sentido primeiro de pecado pelo “contágio simbólico da falta de civilização, que não poupou nem mesmo os noruegueses no modelo erigido em seu país” (p. 47). Todavia, se na Noruega o recrudescimento das posturas sanitárias encontrou limites mais precisos de expansão, no mundo colonial a política de segregação imposta fazia-se cada vez mais presente e generalizada – como foi o caso do Havai, abordado em mais detalhes no livro.

O discurso da “falta de civilização” era, então, uma retórica recorrente, e ganhava singularidades e contornos específicos quando acionado na realidade brasileira. No que diz respeito ao contágio e transmissibilidade da lepra e às políticas de segregação, recortes de classe social eram claramente evidentes. O que estava em jogo era a questão do livre trânsito dos leproso e as diferentes medidas adotadas para doentes diferenciados. Enquanto para os doentes oriundos das camadas mais abastadas o isolamento domiciliar parecia ser encarado como o mais indicado, aos pobres restaria um longo exílio sanitário que perduraria e se acirraria no decorrer dos próximos anos. Compreendidos pejorativamente pelos leprólogos como “ambulantes” e de “índole nômade”, os doentes andarilhos e de camadas populares chocavam a população e os especialistas por circularem livremente pelas cidades e fazerem usos próprios dos serviços e políticas de saúde oferecidos pelo Estado. O potencial de con-

tágio e o aviltamento impingido a tais sujeitos foram a tal ponto que se chegou inclusive a postular, por parte dos médicos, a existência de um prazer perverso do leproso na contaminação de outrem, provavelmente fruto de uma possível corrupção egoísta das faculdades de sua alma decorrente da ação do bacilo.

Durante os anos de existência da Inspetoria da Lepra (1920-1934), norteadas pela ideia de uma baixa contagiosidade e por certo otimismo terapêutico, o uso do óleo de chalmugra e a atuação dos dispensários foram peças fundamentais na orientação profilática em relação à doença. Ambas as medidas contribuíam para um modelo de tratamento do doente que não visava afastá-lo de sua família e seu meio social. Além disso, a partir da década de 1920 cresceria o questionamento internacional da eficácia (tanto epidemiológica quanto financeira) do isolamento compulsório como guia das políticas profiláticas. Uma posição que já ganhava adeptos na III Conferência Internacional sobre Lepra, ocorrida em 1923. No entanto, essa vertente passaria a ter cada vez menos representatividade no cenário brasileiro com a derrocada da Inspetoria em meados da década de 1930 e a ascensão de gestores menos liberais na condução das políticas do recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP).

Diferente da situação precedente, os dispensários deixaram assim de possuir a importância que tinham na época da Inspetoria, chegando mesmo a ser retirados da organização profilática no caso de São Paulo. Já nos anos de 1920 eles eram “acusados de produzir um espetáculo grotesco, em razão da romaria diária de leprosos, e de ser chamarizes de doentes” (p. 280), assim como a produção e o fornecimento de medicações, que também eram centrais no programa profilático da Inspetoria em sua associação com o Instituto Oswaldo Cruz, deixaram de ter seu peso estratégico a partir da segunda metade desta última década. Obviamente ambos os fatores (dispensários e medicações) não deixaram simplesmente de existir no país com todas as mudanças promovidas. Contudo, ganhavam cada vez menos espaço em um programa sanitário ampla e quase exclusivamente centrado em unidades de segregação para os doentes. Em 1926, o estado de São Paulo promulgaria uma lei que tornava novamente obrigatório o isolamento de leprosos. A não construção de grandes unidades regionais de segregação fez com que se fortalecesse o argumento de que as medidas profiláticas tomadas pela Inspetoria de Profilaxia da Lepra e das Doenças Venéreas teriam falhado justamente por sua “falta de rigor” no isolamento dos leprosos.

No período de vigência da Inspetoria, primava-se pelo isolamento domiciliar (acompanhado de uma tentativa de vigilância mínima sobre ele) e a segregação nosocomial funcionava mais como sanção aos leprosos que não se sujeitavam às exigências legais, muitas vezes em instituições próximas ao local de origem dos doentes e suas famílias. Já com a ascensão de um grupo de médicos comprometidos com os pressupostos segregacionistas, constituir-se-ia um paradigma ancorado em amplos asilos-colônia distantes das aglomerações urbanas (chegando a ser seriamente cogitada a possibilidade de isolamentos insulares), alimentando assim uma “cultura isolacionista” que, segundo a autora, “sobreviveria, inclusive, às transformações que a década de 1940 traria ao tratamento da doença, especialmente com o advento das sulfonas” (p. 294).

Finalmente, entre as decisivas contribuições do livro, está o fato de este se opor a uma visão reducionista da ação da antiga Inspetoria da Lepra como limitada financeira e terapêuticamente e, por conta disso, pouco atuante na multiplicação de leprosários pelo país. O que Dilma Cabral nos mostra de forma perspicaz é que, na realidade, o órgão partia de uma escolha política por prescrições mais liberais e pela busca de alternativas terapêuticas ao isolamento, mesmo quando os medicamentos ainda não eram tão eficazes no tratamento da lepra. Ou seja, as internações compulsórias em massa de leprosos que veríamos acontecer no Brasil, após a extinção da Inspetoria, não podem ser explicadas apenas por determinismos históricos imponderáveis e inevitáveis, sendo também fruto de orientações ideológicas de uma conjuntura política e moral específica.

---

Recebido em 15/8/2013

Aprovado em 22/8/2013

### **ALGUNS ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO ARQUIVÍSTICO A PARTIR DA REVOLUÇÃO FRANCESA**

**SOME ASPECTS OF ARCHIVAL DEVELOPMENT SINCE THE FRENCH REVOLUTION**

**ERNST POSNER** | Some aspects of archival development since the French Revolution. *The American Archivist*, jun. 1940, p. 159-172. Tradução de Lêda Boechat Rodrigues.

*O texto a seguir, apresentado por José Honório Rodrigues, então diretor do Arquivo Nacional, foi publicado pela primeira vez em português em 1959. Pretendia-se, com isso, prover a instituição e os profissionais de arquivo em geral de uma bibliografia básica capaz de ajudar no aperfeiçoamento profissional. Considerado um texto clássico da área, no exterior e no Brasil, a pequena tiragem e a má qualidade da impressão em mimeógrafo dificultaram sua divulgação nos anos posteriores, apesar da excelente tradução. Com esta republicação, conforme o original, mas com a ortografia atualizada, Acervo deseja sanar tal problema.*

Os brasileiros que frequentaram cursos nos Estados Unidos e estagiaram nos Arquivos Nacionais de Washington conheceram o prof. Ernst Posner, antigo membro dos Arquivos da Prússia e, desde 1939, professor da American University, de Washington, na qual se oferecem cursos para arquivistas. Todos dele se recordam com a melhor impressão e não esquecem suas lições e sua figura, misto de erudito germânico, de humanista europeu e de arquivista profissional.

Creio que poucos ensaios especializados terão tanta força de generalização, tanto espírito de crítica e concentração, como este trabalho, que oferece uma valiosa síntese da evolução e dos problemas dos arquivos desde a Revolução Francesa até 1940.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1959  
*José Honório Rodrigues*, diretor do Arquivo Nacional

Depois de terminados os cursos de uma das escolas europeias de arquivo, os professores e membros da escola reuniram-se num modesto banquete, para o qual os últimos haviam preparado alguns entretenimentos humorísticos. Um deles representou uma entrevista entre o arquivista-chefe dos arquivos de estado da Assíria e um impertinente jornalista. Uma porção de tijolos foi trazida e o arquivista explicou como os arquivos tinham de ser guardados e arranjados de acordo com o princípio da proveniência e outros axiomas sagrados. Pretendia-se fazer uma sátira amável do curso de administração de arquivos, que tratara algo exaustivamente dos arquivos do Oriente e da Antiguidade clássica. Eu não precisaria dessa advertência para lembrar que, a fim de traçar um esquema do desenvolvimento arquivístico dos tempos modernos, não é necessário começar com os feitos profissionais de nossos idos e passados colegas da Assíria e Nínive, que têm para nós interesse puramente antiquário. Contudo, temos de voltar alguns séculos se quisermos compreender as tendências que orientaram a história dos arquivos a partir da Revolução Francesa.

Não há dúvida que é possível reconstruir os canais de comunicação que ligam os arquivos da Antiguidade aos da nossa época.<sup>1</sup> Certas regras de guardar as cartas recebidas e registrar as expedidas foram observadas nos impérios romano e bizantino, e, daí, levadas para as dioceses e mosteiros da Grécia e da Itália. Temos apenas de lembrar que os inícios dos arquivos do Vaticano remontam aos séculos terceiro e quarto, e que práticas semelhantes às usadas em Roma devem ter sido adotadas em outros países da Europa Ocidental. Se tentarmos apontar os traços característicos dos antigos arquivos medievais, tanto eclesiásticos como seculares, verificaremos que, originalmente, eles eram quase sempre restritos aos materiais recebidos e, principalmente, aos instrumentos que tinham algum valor financeiro ou legal. Os reis e príncipes que não possuíam residência permanente costumavam preservar esses documentos em lugar seguro, junto com o tesouro e as relíquias preciosas de santos, ou então os depositavam nas instituições das igrejas, que foram as primeiras a desenvolver um certo sistema de guardar documentos. De regra, essas antigas acumulações de documentos não eram ligadas às chancelarias, que durante a Idade Média eram as únicas ou as principais repartições administrativas, mas formavam unidades independentes. Gradualmente, a prática de reter cópias das cartas expedidas começou de novo a predominar. Cópias eram usualmente preservadas em livros, os chamados registros, e o hábito de registrar o material expedido espalhou-se lentamente pela Europa. A consequência disso foi que, no começo, podem observar-se duas séries separadas de arquivos: os documentos originais, recebidos no curso de uma transação, preservados num lugar seguro e considerados como uma posse preciosa; e os registros ou outro tipo semelhante de materiais expedidos, em cópias, guardados pela repartição que expedira o original. Ocasionalmente, havia uma combinação das duas séries, quando a chancelaria

---

1 Casanova, E. *Archivistica*. 2. ed. Siena, 1928. 295 p.; Pistolesse, S. *Developpement at caractère des archives du onzième siècle a nos jours*. *Archivi d'Italia*, Series II, I (1934), p. 251-298; e também *Guide international des archives*, Europe, Supplément (Rome, 1934), sob o título *Les archives Europeennes du onzième siècle à nos jours*.

considerava necessário adquirir cópias dos documentos recebidos, a fim de tê-las à mão no despacho de seus negócios.

Pelo fim da Idade Média, diferentes fatores contribuíram para a rápida e crescente consolidação e diferenciação dos arquivos oficiais. A residência dos monarcas tornou-se fixa, a finalidade de suas administrações expandiu-se, as comunidades, especialmente na Itália, começaram a estabelecer uma espécie primitiva de depósito arquivístico, e, finalmente, o papel tornou-se usual, de onde resultaram grandes massas de materiais acumulados, necessitando cuidado e preservação.

Em 1284, um inventário e regulamentos foram feitos para os arquivos de Anjou, em Nápoles; na França, em 1318, Pierre d'Étampes começou a catalogar as caixas e registros do Tesouro de Cartas (*Trésor des Chartes*); e, na Inglaterra, William Stapleton realizou o primeiro inventário do Tesouro, em 1323. Em toda a Europa, as coleções dos arquivos existentes foram arranjadas e incluídas em listas para fins administrativos. Gradualmente, as chancelarias e órgãos semelhantes do governo começaram a preservar as cartas recebidas, bem como as cópias das cartas expedidas, mas, naturalmente, não se cogitou da concentração de todo o material arquivístico existente num depósito central, nem se realizou tal coisa. De regra, as velhas acumulações de privilégios e outros documentos, de que o *Trésor des Chartes* era um exemplo típico, mantinham sua existência independente por longo tempo, enquanto materiais mais novos permaneciam nas repartições que os haviam recebido ou criado – isto é, cada repartição governamental conservava seus próprios arquivos de documentos não correntes. São poucos os casos em que se tentou, muito cedo, a unificação. Em 1713, começou, em Hanover, a construção de uma edificação especial para a guarda dos documentos das diferentes partes do país, que se unificara em 1705. Na Áustria, o Arquivo Real e do Estado (Hans-, Hof- und Staatsarchiv) recebeu os velhos materiais arquivísticos da casa de Habsburgo a partir de 1749 e os documentos relativos às relações exteriores, da Chancelaria Real e do Estado (Hof- und Staatskanzlei), a partir de 1762. A Casa do Registro Geral Escocês (Scottish General Register House) estava pronta para o recebimento de documentos em 1784. Mas, de modo geral, a descentralização dos arquivos é o traço característico da administração de arquivos antes da Revolução Francesa. De acordo com Richou (1883), nada menos que 405 depósitos de arquivos existiam em Paris, em 1782, e o número para a França era de 1.225.

A concepção de estabelecimentos gerais de arquivos como lugares onde os documentos de toda a administração do Estado, tanto central como provincial, deveriam ser preservados não se materializou e não poderia materializar-se até que se recebesse um impulso externo e se desenvolvesse uma atitude inteiramente nova em relação aos arquivos.

A Revolução Francesa marca o início de uma nova era na administração de arquivos. Antes de tudo, estabeleceu-se o quadro de uma administração de arquivos públicos de âmbito nacional. Os Arquivos Nacionais, fundados originalmente em 1789 como repartição dos arquivos parlamentares da Assembleia Nacional, passaram, pelo decreto de 24 de junho de 1794 (7 Messidor II), a constituir um estabelecimento central dos arquivos do Estado, ao qual foram subordinados os depósitos existentes nas províncias. Embora durante os primeiros anos da Revolução se houvesse considerado a possibilidade de uma real centralização de to-

dos os documentos nos Arquivos Nacionais, pela lei de 26 de outubro de 1796 (5 Brumaire V) os depósitos locais foram finalmente organizados como Arquivos Departamentais. O resultado foi que pela primeira vez uma administração orgânica de arquivos cobriu toda a rede de depósitos existentes de velhos materiais e de repartições públicas criadoras de documentos.

O segundo efeito importante da legislação revolucionária parece ter sido que o Estado reconheceu sua responsabilidade em relação ao cuidado devido à herança documental do passado. Durante os primeiros anos da Revolução, massas de documentos históricos haviam sido destruídas como monumentos do regime feudal do país. O ministro Garat dera ao arquivista de Lille o seguinte conselho significativo: “todos os velhos documentos de escrita gótica são, aí, presumivelmente, como em todos os lugares, simples títulos legais de feudalismo, de sujeição dos fracos aos fortes” (Richou, 1883, p. 28); podiam, portanto, ser queimados sem hesitação. Gradualmente, começou a prevalecer uma visão mais inteligente. A Agência Temporária de Títulos, criada pelo decreto de Messidor II e encarregada da eliminação de documentos inúteis, mais tarde substituída (em 24 de abril de 1796) pelo Bureau de Seleção de Títulos e chefiada pelo arquivista da república, mostrou compreensão sempre crescente do valor histórico dos documentos de cuja guarda estava incumbida.

A terceira contribuição importante da legislação de arquivos da Revolução Francesa foi o princípio da acessibilidade dos arquivos ao público, o qual foi proclamado pelo artigo 37 do decreto de Messidor: “Todo cidadão tem o direito de pedir, em cada depósito [...] a exibição dos documentos ali contidos”. Não foi tanto o desejo de criar oportunidades para a pesquisa histórica que originou esse regulamento, quanto o desejo de prover as necessidades das pessoas que haviam adquirido parte da propriedade nacional. Mas, ainda assim, pela primeira vez os arquivos eram legalmente abertos e considerados sujeitos ao uso público.

Estas ideias originadas durante a Revolução Francesa constituem as principais correntes que orientam o desenvolvimento arquivístico dos séculos XIX e XX. Sua disseminação foi facilitada quando partes consideráveis da Europa caíram e ficaram durante algum tempo sob o controle francês e sofreram a influência das instituições francesas. Assim, a ideia de um serviço especializado de arquivos públicos foi gradualmente adotada pelos outros países europeus. Os franceses haviam estabelecido um depósito central de arquivos para os documentos não correntes das repartições centrais e Arquivos Departamentais para tais documentos das seções administrativas do Estado. A maioria dos outros países julgou conveniente imitar essa organização, contudo observaram-se certas diferenças. Na França, os Arquivos Nacionais haviam sido estabelecidos como criação inteiramente nova e a mesma coisa sucedeu em outros países onde, sob o ímpeto de um movimento revolucionário, era necessária ação imediata, a fim de se estabelecer a política de documentos dos órgãos destituídos. O Arquivo Geral Holandês (Allgemeen Rijksarchief) em Haia e os Arquivos Gerais do Reino da Bélgica (Archives Générales) podem ser mencionados como estabelecimentos centrais desse tipo. Outros países onde o quadro administrativo não havia sido sacudido tão completamente puderam desenvolver seus serviços de arquivo de modo mais orgânico.

Na maioria desses países, um depósito central de arquivos desenvolveu-se de uma repartição existente de arquivos ministeriais. Os arquivos de um dos departamentos do gover-

no serviu como centro ao redor do qual os outros se cristalizaram, tornando-se, finalmente, os arquivos centrais do Estado. Na Inglaterra, por exemplo, as origens do Public Record Office e do cargo de *Master of the Rolls* estão intimamente ligadas à história da chancelaria (Galbraith, 1934). De modo idêntico, na Suécia, os arquivos centrais começaram pela chancelaria, a repartição central mais velha do país e ainda existente. Seus documentos foram preservados no Arquivo Real (Riksarkiv), estabelecido em 1617, o qual, depois da metade do século XIX, tornou-se o arquivo central do Estado, absorvendo gradualmente os arquivos dos outros departamentos e agências centrais – processo esse que só se completou em 1921, pela incorporação do Arquivo da Câmara (Kammerarkiv) (Brulin, 1929, p. 167). Onde o desenvolvimento de arquivos centrais foi retardado, movimentos revolucionários forneceram, em tempos recentes, o impulso necessário para a concentração. A Alemanha, que até 1918 não dispunha de um serviço organizado de arquivos, fundou o Arquivo do Reich (Reichsarchiv) em Potsdam, para a preservação dos documentos da Guerra Mundial e outros; e a Rússia, onde o sistema de arquivos departamentais especiais jamais havia sido abandonado, e o historiador tinha de encontrar seu caminho através de mais de uma dúzia de estabelecimentos departamentais, introduziu a centralização de modo radical.

Pode-se observar, a esse respeito, um fato estranho. Poder-se-ia esperar que a França, onde se originou a ideia dos arquivos centrais, tivesse aplicado este conceito com a maior determinação. Foi o contrário que aconteceu. Durante pouco tempo, sob Napoleão, a ideia foi seguida na linha da predominância continental e do império renovado de Carlos Magno; das províncias conquistadas, da Espanha, da Itália, dos Países Baixos, e da Alemanha, trouxeram-se os documentos mais preciosos para Paris, a fim de serem guardados num novo edifício de arquivo de dimensões gigantescas. Mas essa ideia dilatadíssima de arquivo central desapareceu com o homem que a havia concebido. Parece que esses anos de atividade exagerada exauriram as energias dos Arquivos Nacionais por um longo tempo, pois o mais antigo e um dos mais notáveis arquivos centrais da Europa não foi capaz de realizar a transferência dos documentos de todas as agências centrais do Estado e de impedir a manutenção e expansão de arquivos especiais pelos ministérios e outras agências centrais. Georges Bourgin (1926), contando a história dos Arquivos Nacionais desde a Guerra Mundial, faz este comentário enfático: “contudo, os Arquivos Nacionais não são, na verdade, inteiramente nacionais, e estão longe de conter todo o corpo de documentos que registram, de diversas formas, a vida multiforme do país”. Ainda em 1936, o governo francês tentava providenciar a transferência regular dos documentos dos ministérios para os Arquivos Nacionais. Mas não ousou questionar a continuação dos arquivos ministeriais separados, que afeta tão consideravelmente todo trabalho de pesquisa nos arquivos franceses.

A ideia de centralização dos documentos de todas as repartições de um país, tanto centrais como locais, num depósito arquivístico, tal como foi originalmente concebida na França, foi abandonada. Durante pouco tempo a administração de arquivos estabelecida na Rússia, depois da Revolução, planejou realizar essa centralização, mas muito cedo se verificou que isso era impossível e indesejável. De modo geral, o quadro dos depósitos de arquivos corresponde à estrutura administrativa do país, com arquivos provinciais ou semelhantes re-

cebendo os documentos das respectivas repartições provinciais. A Inglaterra custou muito a estabelecer uma organização de arquivos correspondente às necessidades de seu mecanismo administrativo peculiar. Só muito recentemente foram criados arquivos locais e a maioria deles está ligada a bibliotecas e instituições semelhantes.

Discutiu-se que ministério deveria supervisionar o serviço de arquivos de um país e o faria melhor. Várias experiências se fizeram e diversos foram os resultados. Quando parecia que os arquivos estavam se tornando instituições preponderantemente eruditas, considerou-se razoável colocá-los sob a direção do Ministério da Educação. Alguns países julgaram mais adequado que eles fossem administrados pelo Ministério do Interior. Discutiu-se esta questão no Congresso de Bruxelas, em 1910. A Prússia foi, provavelmente, o primeiro país em que os arquivos ficaram subordinados diretamente a um ministro, e parece que essa solução, ou a semelhante, pela qual respondem diretamente ao chefe do Estado, se mostrou vitoriosa. Os países que estabeleceram serviços de arquivos mais recentemente preferiram não legá-los a um dos ministérios: a Rússia anteriormente subordinara seus arquivos ao Comitê Executivo Central e nos Estados Unidos o arquivista<sup>2</sup> é nomeado pelo presidente, com o parecer e consentimento do Senado, reportando-se diretamente ao Congresso. Onde a administração dos arquivos foi subordinada a um dos ministérios o resultado muitas vezes mostrou que ela não foi capaz de obter transferências de documentos dos outros ministérios devido à sua inclinação de antes impedir do que ajudar o trabalho de seu colega encarregado dos arquivos. É muito significativo que na França, onde a administração dos arquivos é função do ministro da Educação, se tenha confiado a ele e ao presidente do Conselho de Ministros a execução do importante decreto de 21 de julho de 1936 (*Journal Officiel de la Republique Française*, 23 jul. 1936, p. 7.711-7.712).

Além de estabelecer a administração dos arquivos como ramo especializado do serviço público, a Revolução Francesa tem a seu crédito haver tornado os arquivos acessíveis ao exame privado. Existem alguns exemplos ainda antes de 1789 de se permitir aos estudiosos o uso de documentos oficiais. Pensamos em Geronimo Zurita (1512-1580), cujos *Anais da Coroa de Aragão* são amplamente baseados em materiais de arquivo e que teve acesso ao Arquivo de Simancas, ou em Samuel von Pufendorf (1632-1697) que, como historiógrafo da Suécia e do Brandemburgo, teve licença para examinar os documentos das duas cortes. O Arquivo Real (Kigsarkiv) dinamarquês, especialmente, já no século XVIII era um centro de atividades históricas (Linvald, 1932). Mas, em geral, negava-se o acesso dos estudiosos aos arquivos e onde se lhes concedia esse favor, era favor e não direito. Com a Revolução Francesa, a acessibilidade aos arquivos foi fortemente restabelecida, provavelmente tendo em vista antes servir às pessoas que desejavam consultar documentos para fins judiciais ou legais. A acessibilidade para uso em estudos eruditos foi, inicialmente, um aspecto secundário e os vastos arquivos imperiais acumulados por Napoleão em Paris, de modo algum se destina-

---

2 N. E.: o cargo de arquivista, o mais alto do National Archives, equivale ao de diretor-geral dos arquivos nacionais de outros países.

vam ao uso geral do público. Parece que, ainda mais que o princípio da acessibilidade proclamado pela legislação da Revolução, foi outra a força que abriu de par em par as portas dos arquivos, e esta só indiretamente estava ligada à Revolução Francesa. Como consequência da luta contra as várias tendências niveladoras da Revolução e contra o domínio estrangeiro de Napoleão, desenvolveu-se o nacionalismo incipiente. Os povos da Europa gradualmente tomaram consciência de sua individualidade e começaram a usar a história nacional como uma fonte de encorajamento em momentos de desastre nacional. O romantismo começou a glorificar o passado, suas obras de arte e seus monumentos literários e documentais. A publicação de fontes documentais, a fim de torná-las acessíveis para a história do país, e escrever essa história por meio dos materiais recentemente descobertos tornaram-se os objetivos de um vigoroso e entusiástico movimento na historiografia.

Primeiro os diplomas medievais, e depois, cada vez mais, os outros documentos públicos, adquiriram a dignidade de monumentos nacionais e, como tais, foram confiados ao cuidado de guardas competentes. Durante as primeiras décadas do século XIX, o erudito penetrou nos arquivos públicos da maioria dos países e começou a tomar o lugar dos primitivos funcionários treinados em trabalhos de redação e registro oficial. A capacidade desses funcionários não deveria ter sido subestimada. Muitas vezes eles mostravam um conhecimento perfeito das necessidades da administração dos arquivos, e, por exemplo, nos Arquivos Privados do Estado da Prússia, que eram então apenas os arquivos do Conselho Privado, eles haviam se eximido da guarda de documentos inúteis da maneira mais cuidadosa e exemplar. Quando o erudito assumiu a maioria das posições nos novos arquivos gerais, sua atitude em relação aos materiais arquivísticos tinha de ser inteiramente diferente da dos seus antigos guardas. Os arquivos tornaram-se instituições preponderantemente científicas e perderam de certo modo seu caráter de repartições do governo.

De acordo com a tendência geral na historiografia, os arquivistas devotavam a maior parte de seu tempo e trabalho, de seus esforços e interesses, em arranjar e catalogar documentos medievais. Sem dúvida essa tarefa era útil e, além disso, muito necessária, desde que, em consequência da secularização dos conventos e de outras instituições religiosas, massas de diplomas medievais, registros e outros materiais semelhantes haviam sido levados para os arquivos estatais. Contudo, o fato é que esses arquivos se desenvolveram, até certo ponto, segundo a linha das coleções de manuscritos das bibliotecas. Dois fatos o evidenciam: primeiro, a transferência regular dos documentos governamentais para os arquivos foi negligenciada. Os papéis governamentais modernos pareciam ser materiais de menor importância e até indesejáveis. Os arquivos, portanto, não se empenhavam por recebê-los em intervalos regulares, e só os aceitavam quando as repartições governamentais desejavam verem-se livres de uma enorme massa de papéis e tinham a bondade de lembrar-se da existência de arquivos estatais que os receberiam e guardariam. Segundo, dentro dos arquivos, os documentos eram muitas vezes arranjados de acordo com pontos de vista não condizentes com seu caráter peculiar. Muitos arquivistas haviam obtido seu treinamento em bibliotecas e apenas eram capazes de pensar em termos de biblioteconomia, e, além disso, as necessidades da investigação erudita e do trabalho de pesquisa eram consideradas de importância tão preponderante que parecia óbvio que

os documentos deviam ser arranjados e catalogados de modo a facilitar por todas as maneiras o uso erudito. Por essa razão, coleções especiais de *biographica*, *militaria*, *ecclesiastica* e outras semelhantes foram constituídas; esquemas sistemáticos artificiais foram inventados, muitas vezes abrangendo todo o conteúdo de um arquivo; e os documentos encaixados nesses esquemas sem nenhuma consideração pela sua conexão original. A ideia francesa do *classement* e especialmente a organização, ou melhor, a sistematização dos documentos nos Arquivos Nacionais são representativas dessa ordem de ideias.

Outro exemplo mostrará a tendência erudita que orientava a administração arquivística desse período: em 1830, a Bélgica separou-se dos Países Baixos. Quando os primeiros documentos do Ministério das Relações Exteriores da Prússia, relativos ao novo reino, foram transferidos para os Arquivos Privados do Estado, então quase exclusivamente depósito dos arquivos do Ministério das Relações Exteriores, não se arranhou lugar para eles. Aí estava um problema. Decidiu-se, finalmente, que esses documentos deviam ser apropriadamente guardados sob a rubrica existente “Ducado da Burgúndia”. Isso mostra até onde os pontos de vista históricos e até mesmo antiquários estavam prevalecendo entre os arquivistas.

A mudança estava a caminho. O princípio do *respect pour les fonds*, derivado da convicção de que os arquivos correspondiam a uma unidade administrativa extinta ou existente e deviam ser preservados adequadamente, foi proclamado na Bélgica e na França por volta de 1840 e progrediu nas décadas seguintes. Recebeu sua última e mais marcada expressão na doutrina holandesa-prussiana, segundo a qual os documentos dentro de um simples *fonds* devem ser mantidos na ordem e com as marcas que haviam recebido no curso da atividade oficial da repartição respectiva. O conhecido manual dos arquivistas holandeses<sup>3</sup> deu a sanção final a esta teoria, cuja alteração trouxe mudanças correspondentes no caráter das instituições arquivísticas e no trabalho dos arquivistas.

Os arquivos públicos começaram a valorizar seus traços administrativos, a restabelecer e manter contato com os órgãos administrativos dos quais se esperava que eles recebessem documentos, a pedir transferências regulares e a reclamar participação na decisão a respeito de que documentos deviam ser preservados. Este sistema foi levado ainda mais longe nos países escandinavos, especialmente na Dinamarca, onde os documentos de épocas muito recentes, muitas vezes apenas de um ou dois anos, são transferidos para o Rigsarkiv. V. A. Secher, que dirigiu os arquivos de 1903 a 1915, queria que eles fossem principalmente uma repartição governamental e, assim, empenhou-se em manter a maior proximidade possível entre os ministérios e o Rigsarkiv (Linvald, 1932, p. 265). O resultado é que, sob certos aspectos, o Rigsarkiv se tornou um segundo registro dos ministérios e em 1938 teve de atender nada menos que 22.456 pedidos oficiais.<sup>4</sup> Existe uma sala especial, onde os documentos

---

3 Este trabalho foi originalmente publicado em 1898 por S. Muller, J. A. Feith e R. Fruin; foi publicada uma tradução inglesa por Arthur H. Leavitt, da segunda edição holandesa (1920), como *Manual for the Arrangement and Description of Archives* (New York, 1940).

4 De um folheto oficial do Rigsarkiv (Copenhague, 1939).

são entregues aos mensageiros dos ministérios e este trabalho representa uma carga muito pesada sobre os outros deveres do Rigsarkiv.

O caráter do trabalho dos arquivistas foi atingido de modo idêntico. Onde, antigamente, ele se assemelhava ao dos bibliotecários, começa agora a assemelhar-se ao dos oficiais de registros públicos. O ideal seria reconstruir tão deliberada e cuidadosamente quanto possível o arranjo original dos arquivos dos diferentes *fonds* e atribuir seu próprio lugar a cada documento e a cada maço, e quando se completasse esse trabalho reconstutivo a tarefa do arquivista pareceria realizada. Naturalmente, a mesma espécie de tarefa reconstitutiva era aplicada aos *fonds* mais antigos que haviam sido misturados e metodizados, e mostrou-se muito útil, restabelecendo a ligação original dos documentos e mostrando, assim, o funcionamento de repartições extintas, ao mesmo tempo em que tornava possível a investigação de sua história; mas, de regra, o fluxo de documentos modernos recebidos era tão grande e os quadros técnicos de arquivistas tinham tal falta de auxílio subordinado que os arquivistas eram obrigados a gastar a maior parte de suas horas de trabalho arranjando documentos modernos de acordo com as tabelas originais de registro.

Nas décadas recentes fez-se sentir uma reação contra esse estado de coisas. Foi assinalado que o arranjo original de um arquivo podia não ser o mais desejável para fins de pesquisa; que as tabelas de registro podiam ser primitivas e idiotas, indignas de serem reconstruídas, especialmente se apenas fragmentos do *fonds* haviam sido preservados; que, por outro lado, alguma coisa devia ser feita para tornar os arquivos facilmente acessíveis à resposta de questões formuladas de acordo com as necessidades dos inquiridores atuais; e que, portanto, o arquivista devia fazer algo mais que o trabalho secundário de registro, a fim de tornar seu acervo acessível aos estudiosos. Ideias dessa espécie foram formuladas pela primeira vez na Alemanha, por Max Bär (1912), que mostrou de modo muito efetivo, que a preservação escravizada do arranjo original de um *fonds* é muitas vezes insuficiente e uma ordem mais racional poderia ser estabelecida sem destruir a possibilidade de reconstruir a antiga ligação de unidades arquivísticas. Nos anos recentes, expressaram dúvidas e reflexões semelhantes Karl Gustaf Weibull,<sup>5</sup> um arquivista sueco, e Johannes Schultze, que tentou, com muito êxito, mostrar até onde a aplicabilidade do princípio da proveniência está sujeito a certas restrições.

A luta de ideias continuará por algum tempo. Parece-nos que o futuro trará uma solução intermediária: os arquivos e documentos serão arranjados nas prateleiras e inventariados de acordo com sua ordem original; então, o arquivista tentará estabelecer um arranjo mais inteligente, de acordo com as necessidades modernas, e capaz de responder às questões do moderno trabalho de pesquisa, pela catalogação e feitura de índices dos documentos e pelo preparo de cuidadosas e exaustivas descrições do conteúdo dos diferentes *fonds*, indicando-se, ainda, a possível significação histórica de suas diferentes séries.

Não há dúvida de que é impossível prever os problemas históricos do futuro, conjecturar a que possíveis propósitos de pesquisa os documentos poderão servir nos próximos tempos

---

5 Vide seu último artigo em *Archivalische Zeitschrift*, XLII-XLIII (1934). 52 p.

e fazer catálogos e índices que permaneçam satisfatórios para sempre. O trabalho terá de ser revisto, suplementado ou até refeito no futuro. Mas isso não é razão para se desistir inteiramente da tentativa de adaptar nossos meios de busca às necessidades de nosso próprio tempo, sem destruir o arranjo original dos documentos tal como foi feito quando os arquivos são classificados de acordo com o sistema francês.

A fase de desenvolvimento arquivístico em que as instituições arquivísticas se tornaram conscientes de seus deveres administrativos foi, sem dúvida, responsável por enorme progresso profissional. Preparou-se para a época que sucedeu à Guerra Mundial, quando massas de materiais moderníssimos começaram a afluir para a sua guarda. Tornou os arquivistas conscientes de serem uma parte viva da organização administrativa de seu país e de constituírem um serviço especializado. Fê-los conscientes e convenceu seus superiores de que nem toda pessoa interessada em velhos livros ou com alguma base erudita é capaz de tornar-se um bom arquivista, e que a administração eficiente dos arquivos requer treinamento especializado. A esse respeito realizaram-se esforços em numerosos países para suplementar esse treinamento, seja pelo estabelecimento de escolas ou institutos especiais, seja oferecendo oportunidade para adquirir-se a necessária capacidade no curso de ocupação preparatória.

Construir uma ciência de técnica arquivística foi tarefa suplementar. Há de parecer que os diferentes métodos de realizar as tarefas, de fazer e guardar documentos prejudicarão as tentativas de se estabelecer uma teoria de economia arquivística que responda às necessidades de cada país. Pelo menos os manuais publicados estão tão intimamente ligados às situações peculiares familiares a seus autores, que têm uso apenas limitado em outros países. É óbvio que, em primeiro lugar, a história da construção e guarda de arquivos tem de ser procurada e tratada para cada país individualmente. Uma vez feito isso, será possível apontar os traços comuns e discutir os problemas comuns na forma de um manual sumário de arquivos. Por enquanto, os arquivistas acham útil examinar os métodos de outros arquivos, especialmente os ligados ao cuidado físico e preservação dos documentos, e adaptá-los às situações de seus próprios países, caso sejam eficientes.

A cooperação das administrações de arquivos numa base internacional conseguiu, pelo menos, um resultado notável. Um comitê de técnicos de arquivos, estabelecido pelo Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, publicou o valioso *Guide international*, oferecendo, pela primeira vez, dados concernentes à organização e às atividades de todos os arquivos governamentais europeus. A tensão política dos últimos anos e o rompimento da guerra atrasaram, pelo menos, a execução de outros planos do Instituto Internacional, entre os quais um dicionário da terminologia arquivística é dos mais urgentes, pois tal dicionário é uma preliminar essencial ao estudo dos problemas de arquivos em escala geral.

Os anos decorridos desde o fim da I Guerra Mundial presenciaram alguns desenvolvimentos inteiramente novos. A legislação russa de arquivos criou o conceito da unidade de arquivos governamentais, de acordo com o qual todos os documentos conservados em repartições governamentais ou transferidos para depósitos arquivísticos constituem um *fond* indiviso e único. O decreto de 30 de janeiro de 1922 autorizou a administração dos arquivos russos a examinar os arquivos de todas as repartições do governo e, se necessário, requerer

ao Comitê Executivo Central o remédio indispensável. A Lei dos Arquivos Nacionais americana contém disposições semelhantes, se bem que menos radicais. Legalmente, muita dessa autoridade ou talvez até maior havia sido conferida ao *Master of the Rolls* pela legislação inglesa de arquivos. O *First Report* da Royal Commission on Public Records assinala que

pela operação combinada da interpretação muito lata da lei principal e da ordem do Conselho feita em 1852, todos os arquivos dos nossos departamentos de Estado na Inglaterra estão agora, e estiveram desde a última data mencionada, ao encargo e sujeitos à superintendência do *Master of the Rolls*. Segue-se que ele pode, a qualquer momento, assumir a guarda de todos ou de qualquer deles emitindo mandados assinados por ele, de acordo com o previsto na lei; e isso sem nenhuma exceção relativa aos documentos em uso corrente em seus respectivos departamentos, ou de natureza especialmente confidencial, e sem qualquer exigência de aprovação pelos chefes de departamentos, ou até sem obrigação de consultá-los. Em outras palavras, é possível, do ponto de vista estrito da lei, ao *Master of the Rolls* deslocar com uma só penada todo o mecanismo executivo do Estado (Royal Commission on Public Records, 1912, p. 3-4).

Desnecessário é dizer que prerrogativas deste porte jamais foram reclamadas pela administração dos arquivos ingleses, e não sei se, ou até que ponto, a legislação de arquivos russa e americana foi influenciada por esses antecedentes meramente teóricos da Inglaterra. De qualquer modo, os regulamentos de ambos os países mostram um enorme aumento no poder das administrações de arquivos, e, sem dúvida, o direito restrito de examinar os arquivos de certos ministérios, conferido pela direção dos arquivos franceses, é devido a tais precedentes.

Parece que este não será o estágio final do desenvolvimento. A autoridade das administrações de arquivos para examinar documentos ainda sob a custódia das repartições governamentais certamente será o primeiro passo que conduzirá a poderes ainda mais amplos. Se todos os arquivos públicos de uma nação são um único *fonds* indiviso, as repartições que se destinam a recebê-los e guardá-los terão, em última análise, justificativa para exigir o direito de dar-lhes orientações a respeito de como os arquivos das repartições governamentais deveriam ser organizados e mantidos desde o início, de forma a assegurar um arranjo original satisfatório e que seja também apto a ser retido pelos arquivos públicos. Podemos presumir que, gradualmente, os arquivistas se tornarão os peritos da nação, devendo ser consultados em todas as questões pertinentes à feitura e guarda de arquivos públicos, e igualmente se tornarão os depositários que conservarão os monumentos escritos do passado, dos nossos dias e do futuro.

## Referências bibliográficas

- BÄR, Max. *Das Königl. Staatsarchiv in Danzig seine Begründung, seine Einrichtung und Pestände*. Leipzig, 1912. 34 p. (Mitteilungen der Königl. preussischen Archivverwaltung, Heft 21).
- BOURGIN, G. Les Archives Nationales depuis la guerre. *Revue des Bibliothèques*, 1926.
- BRULIN, H. Das schwedische Archivwesen. *Archivalische Zeitschrift*, v. XXXVIII, 1929.
- GALBRAITH, V. H. *An introduction to the use of the Public Records*. Oxford: Clarendon Press, 1934.
- JOURNAL OFFICIEL DE LA REPUBLIQUE FRANÇAISE. Melun: Imprimerie Administrative, 23 de julho de 1936, p. 7.711-7.712, e edição separada.
- LINVALD, Axel. Das Archivwesen Dänemarke. *Archivalische Zeitschrift*, v. XLI, 1932.
- RICHOU, G. C. M. *Traité théorique et pratique des archives publiques*. Paris, 1883. 325 p.
- ROYAL COMMISSION ON PUBLIC RECORDS. *First Report*. London, 1912.

## **DIRETRIZES PARA AUTORES**

Acervo é a revista do Arquivo Nacional, publicada semestralmente desde 1986. Tem por objetivo divulgar estudos e fontes nas áreas de ciências humanas e sociais aplicadas, especialmente arquivologia.

É composta pelas seguintes seções:

*Dossiê temático*: cada número da revista apresenta um conjunto de artigos sobre o tema selecionado. Até 15 laudas escritas (cerca de 30 mil caracteres com espaços);

*Artigos livres*: outros textos, resultantes de estudos e pesquisas concernentes a temas de interesse da revista. Até 15 laudas escritas (cerca de 30 mil caracteres com espaços);

*Documento*: destina-se à divulgação de textos técnicos de interesse geral ou apresentação de acervos relevantes para a pesquisa nas áreas de ciências humanas e sociais; documentos transcritos parcial ou integralmente, acompanhados de texto introdutório; obras raras, coleções, bibliotecas e arquivos descritos, analisados e/ou parcialmente reproduzidos em fac-símiles. Até 10 laudas (cerca de 20 mil caracteres com espaços);

*Resenha*: texto crítico sobre obra publicada até um ano antes da chamada para o número da revista. Serão aceitas resenhas de livros, filmes, vídeos. Até 5 laudas (cerca de 10 mil caracteres com espaços).

A revista publica somente trabalhos inéditos em português e espanhol sob a forma de artigos e resenhas. Os artigos expressarão única e exclusivamente as opiniões e conclusões de seus autores. O envio de originais implica a cessão de direitos autorais e de publicação à revista *Acervo*, que não se compromete com a devolução das colaborações recebidas.

## **NORMAS DE SUBMISSÃO**

Os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista.
2. O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word.
3. URLs para as referências foram informadas quando possível.
4. O texto está em espaço 1,5; usa uma fonte de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento na forma de anexos.
5. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos estabelecidos.
6. A identificação de autoria do trabalho deve ser removida do corpo de texto do arquivo e da opção Propriedades no Word, garantindo o critério de sigilo da revista, para submissão para avaliação por pares.
7. Declaração de responsabilidade e originalidade e cessão de direitos autorais.

## **NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DOS ORIGINAIS**

Os textos em língua estrangeira – tanto os de artigos quanto os de citações – serão traduzidos para o português, salvo aqueles em espanhol.

Todo artigo enviado à revista deverá ser acompanhado de uma lista de até quatro palavras-chaves que identifiquem os principais assuntos tratados e de um resumo com, no máximo, 60 palavras (400 caracteres com espaço). As palavras-chaves e o resumo deverão ser encaminhados com versões em inglês e em espanhol. Os títulos dos artigos devem ter uma versão também em inglês.

Os artigos devem ter até 15 laudas escritas (cerca de 30 mil caracteres com espaços).

Acompanham a submissão dos artigos dados sobre o autor (vinculação institucional, funções que exerce).

Os textos deverão ser digitados em Word, fonte Times New Roman, corpo 12, espaço 1,5, formato de página A4.

**IMAGENS** – Cada artigo poderá conter até cinco imagens em preto e branco, com as respectivas legendas e referências, e a indicação quanto à sua localização no texto. As imagens devem ter a resolução mínima de 300dpi no formato TIF.

**TABELAS, QUADROS E GRÁFICOS** – tabelas e quadros podem ser compostos em Word e inseridos no próprio arquivo do artigo; os gráficos, preferencialmente em Excel.

**NOTAS E REMISSÕES BIBLIOGRÁFICAS** – As notas explicativas figuram no rodapé das páginas, em algarismo arábico, e devem ter no máximo cinco linhas. As remissões bibliográficas não devem ser feitas em notas e sim no corpo do texto. O autor deve ser citado entre parênteses pelo sobrenome separado por vírgula da data de publicação: (Bessone, 1997). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses: Bessone (1997). Quando houver necessidade de indicar a página, esta deverá vir separada por vírgula e precedida de “p.”, conforme: (Bessone, 1997, p. 25). Quando o autor possui mais de uma obra no mesmo ano, discrimina-se por letra minúscula após a data sem espaçamento: (Bessone, 1997a) ou (Bessone, 1997b). No caso da obra de dois autores, ambos serão indicados, usando “;”: (Bessone; Cabral, 1998). Quando a obra tiver mais de dois autores, indica-se somente o primeiro seguido de “et al.”: (Bessone et al., 1999).

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS** – Deverão constituir uma lista única ao final do artigo, em ordem alfabética, seguindo as normas estipuladas pela ABNT na NBR 6023: 2002.

Caso o artigo reproduza documentos, imagens e/ou material legalmente protegido, caberá ao autor do artigo obter as autorizações e direitos de reprodução desses materiais. Caberá igualmente ao autor a responsabilidade pelos danos porventura advindos da ausência dessa providência.